CARLO ROMANI

"CLEVELÂNDIA, OIAPOQUE – AQUI COMEÇA O BRASIL!"
Trânsitos e confinamentos na fronteira com a Guiana Francesa (1900 – 1927)

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Prof ª. Dra. MARGARETH RAGO.

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 09/12/2003

Banca examinadora:

PROFA. DR. LUZIA MARGARETH RAGO (orientadora)

PROF. DR. EDSON PASSETTI

PROF. DRA. NÁDIA FARAJE

PROF. DR. PAULO CELSO MICELI

PROFA. DRA. REGINA BEATRIZ GUIMARÃES NETO

PROF. DR. OMAR RIBEIRO THOMAS (suplente)

PROF. DR. PAULO ROBERTO RIBEIRO FONTES (suplente)

Dezembro, 2003

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIDADE BC
Nº CHAMADA T/UNICAMP
R661c
V ____ EX
TOMBO BC/ 56938
PROC. 16/1174/04
C ☐ D ☒
PREÇO 11,00
DATA 21/11/04
Nº CPD

CM00197900-7
bid 308426

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Romani, Carlo Maurizio

R 661 c **Clevelândia, Oiapoque – aqui começa o Brasil: trânsitos e confinamentos na fronteira com a Guiana Francesa (1900-1927) / Carlo Romani . - - Campinas, SP : [s. n.], 2003.**

Orientador: Luzia Margareth Rago.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Prisão. 2. Anarquismo e anarquistas. 3. Movimentos sociais. 4. Guiana Francesa – Fronteiras. 5. Oiapoque (AP) - História. 6. Brasil – História – Revolução, 1924. I. Rago, Margareth. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.

RESUMO

A área de fronteira ao longo do rio Oiapoque, entre o atual estado do Amapá e a Guiana Francesa, foi palco de uma longa disputa litigiosa entre os dois países e um lento processo de ocupação por parte do Estado brasileiro. Desde 1900, ano da incorporação definitiva da área ao território brasileiro, sucessivas migrações nacionais e estrangeiras, algumas naturais e outras induzidas pelo Estado, transitaram por essa área, sendo que somente uma pequena população efetivamente nela se fixou. Esta tese de doutorado vem preencher um vazio existente nos estudos históricos sobre o tema, articulando as ações empreendidas pelos diversos agentes desse povoamento. A partir dos discursos deixados pelos protagonistas do processo foi realizado um mapeamento etnográfico dessa variada população. Também foi feita uma análise do papel do Estado na implementação de uma política de soberania e de uma mecânica de disciplinas através de suas instituições. É ainda relevante neste trabalho a cartografia recuperada da vila de Clevelândia, palco central dessa história e para onde foram confinados, entre 1924 e 1927, os prisioneiros da Revolução de 1924 em São Paulo. Entre estes, pelo tratamento recebido e pela vida diferenciada, merecem destaques os ativistas anarquistas detidos durante a revolta.

ABSTRACT

The border by Oiapoque's river, which is located between the currently called Amapá State and French Guyana, was a land on which lay several litigious dispute between both countries as well as a slow occupation process by the Brazilian State. Since 1900, the year that occurred the definite attachment of the land to Brazilian territory, following local and external migrations, some of them absolutely natural whereas others were stimulated by the State, went through this area, although only a few actually settled down. This PhD thesis comes up in order to fulfill some of the gaps, which exists in historical studies on the subject, handling the deeds of the diverse settlement agents. From the speeches given by the protagonists of such process, an ethnographic map was made based on this diverse population. It was also made an analysis about the governmental role in the making of national sovereignty as well as in the mechanic of disciplines through its institutions. It is also of major importance to bring up the recovered cartography of Clevelandia's village, the center stage of this history and where the prisoners of the 1924 Revolution were confined. Amid them, the anarchist revolutionary who were arrested during the revolution deserve to be evidenced due to the treatment then received and for their unusual lifestyle.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradeço à FAPESP pela profissionalização da produção científica. Sem a concessão de uma bolsa de pesquisa durante 4 anos, este doutorado teria sido quase impossível.

Agora as pessoas. Fundamental em todo o doutorado, mas mesmo antes, desde o ano em que nos conhecemos, ainda em 1995, foi a presença da Margareth. Sua sempre renovada e incessante busca por novos conhecimentos corre na contra-mão de um mundo acadêmico que, muitas vezes, se calcifica. Pela mesma razão, admiro sensivelmente o Edson, capaz de ver as sutis e contínuas mudanças de nosso tempo, onde tantos outros somente enxergam as mesmices de sempre. Agradeço também todos os outros professores que me acompanharam durante esta jornada, mas, entre meus mestres da Unicamp, expresso minha particular atenção aos comentários sugestivos do Michael, que armazena em seus 1,90 m. um manancial quase infinito de informações. E também, lembro-me especialmente da Célia, intelectual inconformista tão necessária à Universidade.

Durante estes anos, encontrei no meio anarquista um sopro renovado de vida. Um aprendizado que veio não somente de encontro ao tema da pesquisa, mas, principalmente, de encontro à construção de mim mesmo. Participar do último aniversário de Luce Fabbri foi, para mim, um momento inesquecível. Conhecer Frank Mintz demonstrou-me que combate e cavalheirismo não são palavras antônimas. Conviver com Massimo Rossi foi uma grata surpresa; quanta energia e dedicação em busca da transformação da vida.

Quero lembrar e agradecer todos os companheiros da Comunidad, da FLA, do CCS, do Nu-Sol e da Rede Libertária da Baixada Santista que me ajudaram neste trabalho. Menciono, particularmente, o pessoal do CAVE, Maceió na luta e, em especial, as conversas antropológicas com o colega Giulius. Durante o doutorado tive a grata oportunidade de conhecer o trabalho do Alexandre que me permitiu ampliar esta tese para outros horizontes. Lembro-me das intensas conversas com ele, da hospitalidade em sua casa e de sua companheira Fernanda. Junto com ele, conheci também o trabalho do CELIP, bastião do anarquismo carioca.

Encontrei também muitas pessoas e amizades durante o caminho, que literalmente foi trilhado para se chegar ao resultado desta tese. Em Belém do Pará, muitos e muitos beijos para Siméia, Marizinha, Carlos e Alírio (obrigado pela diversão e pela ajuda na pesquisa). Um beijo também para Ivette, da

Comissão de Limites, sempre atenciosa comigo. E um beijo muito especial para Clarisse, que me instigou a sucessivos retornos a Belém.

No Amapá, começo por Macapá, onde agradeço a Albertina, a Graça Pennafort e Ruy Guarany, herdeiros das memórias do passado. Encontrei também, Mauro, Jonas e Carla, professores diferenciados que, na época, ainda lecionavam na Unifap. Depois, a chegada ao Oiapoque. Um mundo indescritível para quem, como eu, veio deste sul paulista europeu. Lá conheci a graciosa e estudiosa professora Therezinha que me narrou várias histórias. Recordo-me também das interessantes conversas com os missionários Cristóvão e Patrick que abriram a paróquia como ponto de apoio durante a minha estada. Em Clevelândia, nunca esquecerei a hospitalidade dessa figura linda que é o Luiz Jr. e sua esposa Cíntia.

Tive também a imensa sorte de conhecer nessa fronteira, Holanda, mulher cuja história de vida nesse mundão amazônico, compreende muito mais do que uma simples e pequena tese. Junto com o seu companheiro Robert, ajudaram-me durante a passagem por Caiena, facilitando-me o acesso a arquivos e ao Consulado Brasileiro. Através deles, conheci também Ana Kohler e a ela sou grato pelo empenho, hospitalidade e bom vinho tomado no almoço de domingo.

Voltando ao lugar de onde parti, quero saudar todos os meus amigos e colegas da Unicamp, 8 anos de longo convívio. Especialmente mando um beijo para os tão caros Luigi e Edilene (forza Roma!), Claudia (lembre-se havia sim no início do século muitos e muitos anarquistas), Elci, os colegas de linha Gino, Paulinho, Ana Paula, Norberto e a Verônica é claro; ao Almir e nossas preciosas conversas, e a Lori cuja opinião firme foi decisiva para que eu não abandonasse tudo no meio do caminho.

Fora da Unicamp, mando meu forte abraço ao mestre Damiro (viver é sempre um grande gingado), ao Marcão e à Dani (mais que amigos, irmãos nas horas difíceis), à Eliane (fã e encorajadora de meu trabalho), à corajosa artista Soninha, à Pati (somente quem faz este tipo de trabalho tem idéia do esforço físico e mental nele empenhado). Quero agradecer também ao Humberto, pela amizade e pelo seu fantástico olhar fotográfico (foi ele quem recuperou as imagens); ao meu primo Adriano, ceppo; à revisão breve da Roberta; ao Plínio, nosso editor maior da Anarquia; e ao meu irmão Marco, que já fez duas grandes obras em sua vida.

Por último, encerrando, agradeço, acima de todos, à minha mãe e ao meu pai, que faleceu em meio a este percurso.

SUMÁRIO

Apresentação pg. 11

TERRITÓRIOS E PODERES
Disputas, resistências e sujeições na área de fronteira 25

(I) Geografias 27
1. Ver e registrar. O olhar do cientista 33
2. Ver e apropriar. O olhar do governo 41
3. Ver e desconfiar. O olhar do estranho 44
4. Ver e sentir. O olhar do habitante 50
Comentários (I) 54

(II) As construções históricas do espaço 57
1. O poder de nomear 58
2. O poder de submeter e o poder de resistir 67
3. O poder de explorar: ouro em terras de ninguém 74
4. Poder legal e impotência de fato 85
5. O poder de civilizar: colonizar para não perder 90
Comentários (II) 95
6. "Clevelândia do Norte – Aqui começa o Brasil" 99
7. Os colonos pioneiros 108
8. Os povos da floresta 121
Os povos *Karib* 122
Os povos *Arawak* 123
Os povos *Karipuna* 125
Os povos *Waiãpi* e *Emerillon* 127
9. Do outro lado da fronteira 132
10. Os navegadores *Saramaka* 144
11. *Les antilesses* no Oiapoque 156
12. Dança, música e festas 168
Comentários (III) 177

TRÂNSITOS E CONFINAMENTOS
Nomadismos, heterotopias e sujeição na área de fronteira 183

(III) Cartografias 185
1. A experiência da colônia agrícola 189
2. Uma cartografia da colônia agrícola 196
3. A nova cartografia da colônia penal 202
4. Espírito Santo de Martinica 216
Comentários (IV) 224

(IV) Perseguições políticas e confinamentos 229

1. A revolução dos tenentes . 232
2. A posição dos trabalhadores e o silenciamento da memória 241
3. A varredura contra os simpatizantes 247
4. Nos porões juntos ao rebotalho carioca 256
5. Infinita viagem até a Clevelândia 267
Comentários (V) 276

(V) As construções cotidianas de convívio 283
6. Estrutura e burocracia da colônia 286
A Administração 286
O Hospital 290
A Estação de rádio 295
Edifícios e serviços públicos 298
A infra-estrutura comercial 300
A escola 301
7. A quebra da rotina dos moradores 304
8. O dia-a-dia dos prisioneiros 313
9. Espaços de diversão e lazer 323
10. A epidemia 328
Comentários (VI) 335
11. Anarquizando a colônia (heterotopias) 340
12. Morrer ou fugir 350
13. A fuga da Ilha do Diabo: o caso do anarquista Dieudonné 364
14. Anistia e retorno 374

CONCLUSÃO 381
O que ficou na memória, o que ficou para a história 383

ANEXOS 393
Encarte fotográfico 395
Encarte de mapas e croquis 397

Ensaio de realidade subjetiva 399
"A História de Sa'i Pani na Martinica do Oiapoque" 401

BIBLIOGRAFIA e FONTES 439
1. Obras citadas na tese 441
Obras gerais 441
Obras raras (volumes originais) 450
2. Outras obras consultadas 453
3. Arquivos, Bibliotecas, Fundações, Ministérios e outros 459
4. Universidades visitadas 462
5. Periódicos consultados 463
6. Discografia 464
7. Entrevistas e depoimentos 465

CLEVELÂNDIA, OIAPOQUE - Aqui começa o BRASIL!

– *O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço.*

Italo CALVINO. Resposta de Marco Polo ao Grande Khan na conclusão de *As Cidades Invisíveis*.

APRESENTAÇÃO

"Gilles Deleuze e Félix Guattari detestam a interpretação. 'Interpretar', dizem, 'é nossa maneira moderna de crer e ser piedoso. À interpretação eles opõem a experimentação."[1]

Com estas palavras, François Ewald inicia sua introdução ao pensamento dos autores de *Capitalismo e Esquizofrenia*: uma recusa à interpretação que sintetiza em favor de uma multiplicação da produção de fatos. Trata-se de obter uma pesquisa de experimentação desenraizada, fluída, em que os experimentos germinarão novamente e se recusarão a submeter-se a uma redução interpretativa, reproduzindo-se em outras raízes já diferentes. Lançar redes que se entrelaçam formando uma trama em que lhes escapa o ponto, uma rede múltipla e aberta. Este é o rizoma na obra de Deleuze; ao pensamento centrado, unitário, de origem ascendente, a este rio-mar receptor de vários tributários, ele opõe a planta de múltiplas raízes, um imenso cajueiro. Em oposição à idéia central da unidade de um pensamento que se propõe intérprete da realidade, coloca-se a idéia de que *"as multiplicidades são a própria realidade, e não supõem nenhuma realidade, não entram em nenhuma totalidade e tampouco remetem a um sujeito. As subjetivações, as totalizações, as unificações são, ao contrário, processos que se produzem e aparecem nas multiplicidades."*[2]

---

[1] François Ewald, na "Apresentação" de Gilles DELEUZE e Félix GUATTARI, *Mil Platôs. Vol. 1.*
[2] Gilles DELEUZE e Félix GUATARRI, *op. cit.*, p. 8.

Outro contemporâneo de Deleuze, Michel Foucault, era insistentemente cobrado pela academia por sua suposta incoerência. Das grandes obras que vieram a se tornar referência nos estudos da História, talvez o autor da *História da Loucura*, sustentado por duas noções fundamentais como as de acontecimento e série, tenha sido o primeiro a utilizar deliberadamente o conceito de "descontinuidade" em seu método de análise[3]. A escrita no presente sobre os tempos passados se faz através da análise dos documentos deixados para trás que são práticas discursivas. Esses discursos foram manipulados em suas pesquisas como conjuntos de acontecimentos discursivos, séries homogêneas mas descontínuas, e portanto não cabem em uma filosofia do *continuum* da História. Para o filósofo francês, o que importa é *"marcar a singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história – os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos."*[4]

Para sustentar tudo isso, parece ser necessária uma outra teoria da História, uma teoria fora das filosofias do sujeito e do tempo, e que dê conta de sistematizar essa descontinuidade. Essa teoria teria o objetivo de libertar a história, pois *"trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretende depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro."*[5] Esta é a base do projeto genealógico para a História, que Focault denomina uma **anticiência.**

Esta visão da história genealógica, não daquela genealogia banal da simples busca das origens, mas a produção do "acoplamento do conhecimento com as memórias locais"[6] tem evidente parentesco com a visão de Deleuze, para quem a história sempre foi escrita sob a ótica dos sedentários que se ocuparam do Estado. A utilização dos saberes populares como tática de luta no presente contra o sistema de dominação totalizador, como Foucault usou o projeto genealógico, encontra eco na proposta de Deleuze e Guattari, de que se faz necessária uma **nomadologia,** ou seja, o contrário de uma história. A metralhadora de ambos cospe seu fogo contra a história feita pelo Estado: *"nunca a história compreendeu o nomadismo, nunca o livro compreendeu o fora. Ao longo de uma grande história, o Estado foi o modelo do livro e do pensamento: o logos, o filósofo-rei, a transcendência da Idéia, a interioridade do conceito, a república*

[3] Ver Michel FOUCAULT, *A ordem do discurso*; *A arqueologia do saber.*
[4] *Idem*, "Nietzsche, a genealogia e a história", *Microfísica do poder*, p. 15.
[5] *Idem*, "Genealogia e poder", *Microfísica do poder*, p. 171.
[6] *Ibid.*

dos espíritos, o tribunal da razão, os funcionários do pensamento, o homem legislador e sujeito. É pretensão do Estado ser imagem interiorizada de uma ordem de mundo e enraizar o homem."[7]

A nomadologia deve ser compreendida como uma máquina de guerra ou linha de fuga contra o sistema de dominação dirigido através do Estado, da qual o livro, ou a forma escrita é um de seus agentes. Deleuze nunca foi levado muito a sério pela ortodoxia científico-acadêmica. Tampouco ele e Guattari importavam-se com essa desqualificação, pois como bem disseram, *"de modo algum pretendemos ao título de ciência. Não reconhecemos nem cientificidade, nem ideologia, somente agenciamentos."*[8] A literatura deles, assim como qualquer literatura, inclusive a historiografia, é percebida como agenciamento. São páginas onde confluem e expõem-se múltiplos "acontecimentos vividos, determinações históricas, conceitos pensados, indivíduos, grupos e formações sociais."[9] Não se trata de estabelecer um novo modelo, ou um modelo de fora do sistema dominante; o agenciamento torna nômade o próprio pensamento. O livro, então, também passará a ser mais uma peça para essa máquina móvel que é o pensamento nômade.

O pensamento nômade apresenta-se como uma espécie de abertura no presente para o futuro, um devir no espaço. Esse devir pode ser associado àquilo que foi produzido pelo passado mas escapou a ele. Por isto, Deleuze distingue devir de história. O que esta pode captar *"do acontecimento é sua efetuação em estados de coisa, mas o acontecimento em seu devir escapa à história."*[10] Em outras palavras, a história recolhe do acontecimento o que permaneceu dele e se cristalizou, o que será absorvido pelos mecanismos de controle, aquilo que lhe interessa incorporar enquanto tradição, o resto ela despreza. A nomadologia busca, ao contrário, instalar-se no acontecimento enquanto devir, experimentar nele aquilo que escapou ao seu condicionamento na história. A possibilidade de uma mudança, da criação de algo novo, encontra-se justamente nessa contra-efetuação da história, na descoberta da existência de um devir revolucionário em um dado acontecimento.

O historiador pode e deve tentar ir além. A ele cabe perceber aquilo que não se transmitiu, não porque não faça parte da tradição, mas justamente porque não foi incorporado a ela; aquilo que permaneceu soterrado nos escombros da história.

---

[7] Gilles DELEUZE e Félix GUATARRI, *op. cit.*, p. 36.
[8] *Ibid.*, p. 34.
[9] *Ibid.*, pp. 17-8.
[10] Gilles DELEUZE, Controle e devir, *in Conversações*, p. 210.

Cabe ao historiador transmitir o eco daquelas vozes que são quase como que inaudíveis, e lá onde elas murmuram baixinho um resto qualquer de tradição perdida, pôr-lhe uma caixa de ressonância e amplificá-las. Ouçamos a pergunta que Walter Benjamim nos fez: *"não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram?"*[11] É evidente que sim. E existe ainda mais nelas, existem devires revolucionários latentes. E são estes os devires possíveis de serem libertos para projetarem descontinuidades na tradição que permaneceu. Libertar essas vozes mudas significa produzir agenciamentos, suscitar pequenos acontecimentos como diz Deleuze. É impelir a máquina de guerra contra o papel de aparelho digestivo do Estado em relação aos acontecimentos passados.

[11] Walter BENJAMIM, Sobre o conceito da história, *in Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política*, p. 223.

O tema da tese.

Esta tese iniciou-se a partir de um projeto que se intitulava *Os anarquistas entre a repressão e a dissidência. O caso da colônia penal de Clevelândia do Norte*. A proposta original da pesquisa baseava-se no estudo de caso do campo de prisioneiros montado na fronteira do rio Oiapoque, entre os anos de 1924 e 1927. A partir de um acontecimento inicial, o da prisão dos soldados revoltosos e dos civis simpatizantes da Revolução de 1924 pelo governo do presidente Arthur Bernardes e o seu confinamento na fronteira com a Guiana, pretendia-se analisar as práticas repressivas aplicadas pelo Estado brasileiro contra os setores operários e populares durante aquela década. Dessa forma, através do estudo do sistema prisional e do envio dos prisioneiros políticos ao lugar chamado de Inferno Verde, o objetivo principal do trabalho seria verificar de que modo, quais as estratégias usadas pelo Estado brasileiro procedendo em sua perseguição implacável aos grupos anarquistas e seus simpatizantes mais atuantes, tanto na esfera do sindicalismo como em outros segmentos da sociedade brasileira.

Durante o desenvolvimento do projeto, fui a campo em busca de informações mais específicas e abrangentes, tanto sobre a colônia penal de Clevelândia bem como sobre as possíveis relações estabelecidas entre os prisioneiros e os moradores locais. Meu percurso em busca das fontes existentes levou-me literalmente, fisicamente, ao norte do país. Procurei perceber como operava a memória local sobre aqueles acontecimentos e entrevistei velhos moradores do estado do Amapá, na capital Macapá, na cidade de Oiapoque e na vila de Clevelândia. Em Macapá tive a grata surpresa de encontrar um arquivo familiar praticamente inexplorado e desconhecido, a não ser por alguns poucos estudiosos e pesquisadores regionais. Trata-se do arquivo particular de Rocque Pennafort que chegou ao Oiapoque em 1921 e estava sob a guarda de suas duas irmãs, Graça e Albertina. Também pesquisei os arquivos oficiais que mantêm documentação sobre essa época e os fatos a ela relacionados (principalmente o Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, o Arquivo Histórico do Itamarati no Rio de Janeiro, a Comissão Demarcadora de Limites em Belém, e o Arquivo Departamental da Guiana Francesa em Caiena).

Assim, no decorrer dessa pesquisa de campo, encontrei uma documentação muito interessante e bastante diferente daquela inicialmente por mim conhecida e proposta para ser pesquisada em meu projeto de doutorado: Um universo de fontes que ultrapassa a experiência pioneira do núcleo agrícola de Clevelândia, permitindo uma compreensão mais dinâmica da ocupação daquela região de

fronteira através das sucessivas migrações e povoamentos realizados, alguns espontâneos, e outros induzidos, tanto pelo Estado brasileiro como pelo francês.

Nesse novo caminho de investigação, elegi como recorte temporal principal, mas não único e excludente, o período abrangido entre os anos de 1900 e 1927. Este período corresponde à época em que os governos brasileiros, lentamente, implementaram as primeiras políticas de ocupação e soberania naquele território de fronteira de estados. Tratava-se de uma zona litigiosa fronteiriça, um território que permaneceu como área contestada de conflito até 1900, ano em que foi incorporado definitivamente ao Brasil através do Tratado de Berna, após uma disputa jurídica travada contra a França.

A partir dessa vitória de direito, o governo brasileiro tentou passar à ocupação de fato da região na fronteira, cujos habitantes eram, em sua maioria, negros *créoles* da Guiana e de outras colônias do Caribe e também indígenas, pertencentes a diversas nações e, em sua maioria, assistidos pelo Estado francês. A população de origem brasileira, ou, que podemos dizer como sendo juridicamente brasileira, era uma minoria de migrantes em busca de terras, caboclos procedentes de outras áreas do Pará e do nordeste brasileiro, e também sertanejos que foram em busca de trabalho nos seringais. Além destes migrantes explorando os recursos naturais, havia ainda a presença de descendentes de ex-escravos brasileiros, habitantes de antigos quilombos no norte do Amapá, muitos deles fugitivos da revolta da Cabanagem[12] e que se encontraram com outras populações negras imigrantes vindas do norte, procedentes da Guiana e das Antilhas, populações ribeirinhas vivendo da pesca ou do garimpo do ouro e que compuseram um grupo social específico.

Entre os anos de 1900 e 1919, a região do Oiapoque, apesar de algumas tentativas de controle fiscal e militar por parte do Estado brasileiro, permaneceu praticamente sem nenhuma intervenção efetiva do governo procurando garantir o exercício de sua soberania nacional. Tornou-se uma área de passagem, alvo de estrangeiros que ingressavam no território brasileiro empreendendo a exploração dos recursos minerais e naturais da região, o que reclamou ações por parte do governo estadual para a ocupação mais ostensiva do lugar. Com isso, o Governo

[12] A Cabanagem pode ser considerada como a maior revolta popular ocorrida durante o Império do Brasil, entre os anos de 1837 e 1845. Liderada, entre outros, por Francisco Vinagre, a revolta dos cabanos, como eram chamados os habitantes ribeirinhos do Pará, é considerada a primeira revolta originada das aspirações dos setores mais pobres da população durante o I Reinado. A participação popular de caboclos, mestiços de brancos com índios, populações indígenas, e negros ex-escravos ou fugitivos da escravidão, reuniu durante os anos de luta todo esse conjunto de brasileiros nativos oprimidos pela política imperial. Ver Flavio GOMES (org.), *Nas terras do Cabo Norte.*

Federal procurou pôr em prática um processo de colonização incentivada daquele território através da criação de uma Comissão Colonizadora que levou à fundação do Núcleo Colonial Cleveland, uma colônia agrícola de fronteira. Experiência bem sucedida do ponto de vista urbanístico, mostrou-se ineficaz do ponto de vista da agricultura e, portanto, insustentável economicamente, o que levou ao desinteresse deste tipo de empreendimento.

Em fins de 1924, aproveitando-se dessa infra-estrutura existente, o Governo transformou o núcleo agrícola em uma colônia penal para onde foram deportados os envolvidos diretamente e também muitos simpatizantes da revolução de 1924. Aproveitando a oportunidade favorável, o Governo resolveu fazer "a limpa", como se referem algumas fontes, na Capital Federal, desterrando para o exílio interno e distante uma enorme quantidade de prisioneiros comuns e também um conjunto de elementos considerados desqualificados pelo Governo Federal; entre estes, os prisioneiros políticos anarquistas. Após o encerramento do período de estado de sítio, em janeiro de 1927, a colônia retomou a exercer as funções inicialmente projetadas para ela, tornando-se um posto avançado do Exército Brasileiro na selva, o que, lentamente, levou à transformação da antiga vila agrícola em uma vila militar que existe até os dias de hoje.

Os objetivos propostos

Assim, o estudo dessa miscelânea étnica, política e cultural que povoou a região da fronteira do Oiapoque, e o confronto criado entre a prática espontânea do fluxo migratório, e o discurso de Estado de integração do território à soberania nacional, é o eixo central deste trabalho. Os caminhos traçados neste projeto buscaram solucionar os 4 objetivos principais aqui apresentados:

1) Um objetivo **etnográfico**. Descrever e analisar os diferentes tipos populacionais que, durante o recorte temporal abrangido neste trabalho, se estabeleceram ou já se encontravam estabelecidos, transitaram, ocuparam e povoaram a região do baixo Oiapoque. Os principais grupos populacionais apresentados foram os indígenas das nações *Palikur, Waiãpi, Galibi* e *Karipuna*; os negros chamados *créoles,* imigrantes provenientes da Guiana Francesa e das Antilhas (das ilhas Martinica, Guadalupe e Santa Lúcia, principalmente); os sertanejos migrantes provindos dos estados do Maranhão e do Ceará; os negros *Saramaka*, uma população indígena afro-americana

com baixíssimo grau de ocidentalização; os negros brasileiros descendentes dos antigos mocambeiros do Amapá; a elite colonial branca e *créole* emergente na burocracia da Guiana; os funcionários do Estado brasileiro, chegados com a Comissão de Colonização; os diversos contingentes de prisioneiros que para lá foram enviados (militares, operários, sindicalistas, anarquistas e, enfim, os bandidos comuns).

2) Um objetivo de **estudo dos inter-relacionamentos étnicos e culturais**. Observar, analisar e procurar compreender como se deram as relações sociais estabelecidas entre esses diversos grupos populacionais habitantes da terra no decorrer dos sucessivos fluxos migratórios (espontâneos, induzidos e forçados) existentes e que diferencial cultural foi estabelecido pelos grupos anarquistas. Procurar também entender quais as relações de poder que foram estabelecidas entre essas populações e como foram sendo articulados e manejados os conflitos surgidos entre elas, nos confrontos pela posse das terras, pelo domínio econômico, ou, simplesmente, na disputa pela sobrevivência.

3) Um objetivo de **estudo das práticas discursivas do Estado**. Nesse outro ponto, estudar e analisar como foi sendo modificado o discurso elaborado pelo Estado nacional (basicamente o brasileiro, mas também em comparação ao discurso do Estado colonial francês). Quais as permanências e as mudanças existentes nesses discursos, transformações geradas pelas demandas econômicas e políticas produzidas durante o período em estudo, e quais as práticas de intervenção engendradas pelo Estado para suprir essas demandas. Por outro lado, verificar de que forma os diversos grupos populacionais lá existentes conviveram com esse discurso soberano, e como interagiram ou reagiram a ele.

4) Um objetivo de **cartografia da vida cotidiana**. Especificamente no caso da colônia agrícola e depois penal de Clevelândia, procurar desenhar a arquitetura urbana da vila, mapeando os pólos de convivência dos habitantes do lugar. Procurar observar, através dessa cartografia humana, como foram sendo estabelecidas as relações entre os diferentes núcleos de habitantes e quais os espaços efetivamente ocupados por cada um deles. Procurar ainda, entender como se articulou um grupo tão distinto e heterogêneo como aquele dos prisioneiros que lá foram confinados. Durante essa observação específica, tentar verificar as práticas cotidianas geradas entre os diversos grupos de prisioneiros, e as relações estabelecidas entre esses prisioneiros e as autoridades e os funcionários do Estado. Especificamente em relação ao

grupo de anarquistas lá confinados, foi possível perceber uma prática de relacionamentos que pode ser considerada uma heterotopia no conceito expresso por Foucault de uma recriação do espaço real no cotidiano. Por outro lado, foi possível também mapear as práticas repressivas adotadas, os níveis de violência que emergiram nas diferentes prisões e, assim, analisar a articulação existente entre essas práticas repressivas e o aparelho burocrático do Estado.

A organização da narrativa

A organização da narrativa deste trabalho foi desenvolvida em dois grandes blocos temáticos: "Territórios e Poderes" e "Trânsitos e Confinamentos". Concluindo o trabalho, há um capítulo que procura reunir os acontecimentos e os devires gerados posteriormente ao período principal estudado.

Cada um dos dois blocos principais se subdivide em uma gama de itens entrelaçados que acabam compondo um mosaico das relações estabelecidas entre as diferentes populações que viveram na fronteira, e as práticas de colonização induzidas pelo Estado.

No primeiro bloco são apresentadas algumas das visões do Estado, de seus agentes e das diversas populações habitantes do local, sobre o espaço físico por onde transitam e que almejam ocupar. Esse é o objetivo do capítulo "Geografias". Nesse capítulo, há uma preocupação em perceber como o saber da Geografia é apropriado por alguns dos grupos sociais, ou alguns de seus agentes, envolvidos no processo de ocupação e povoamento do território. No segundo capítulo chamado de "A construção histórica do espaço vivido", foram estudadas as diferentes ocupações que foram temporalmente se sucedendo nesse espaço da fronteira. Além disso são analisadas as tensões que ocorreram e se criaram entres esses diferentes atores atuantes naquele espaço físico. Esse capítulo privilegia o estudo dos usos do espaço, usos dados em função das demandas que historicamente foram geradas pelas populações que nele habitaram.

No segundo bloco, o capítulo III trata de cartografar as práticas de confinamento usadas pelo Estado brasileiro, notadamente na perseguição aos opositores anarquistas. Apresentei a hipótese de que esses campos de prisão foram

utilizados de uma forma duplamente estratégica pelos governos: ao mesmo tempo em que se desfizeram daquilo que chamaram de escória da população, usaram essa mesma população para povoar e ocupar zonas inóspitas de fronteira. Assim, pretende-se verificar a hipótese principal que permeia todo o trabalho: a idéia de que as áreas limítrofes dos estados nacionais, como o Amapá e a Guiana, são ocupadas pelo conjunto da população desses países que não conseguiu inserir-se ou submeter-se ao projeto de modernidade capitalista em curso desde o século XIX. Essas populações seriam todas as populações indígenas, caboclas e negras, que lentamente foram sendo confinadas em áreas distantes, ao largo do processo central de modernização, ou ainda, populações que, mesmo estando de certa forma inseridas no ideal da modernidade, resistiram à sujeição à disciplina capitalista do trabalho e encontraram seu espaço de vivência nessas regiões limítrofes, nessas fronteiras de Estado ou de civilização. Já no quarto capítulo, "Perseguições políticas e confinamentos" foi possível incluir nessa população interditada pelo Estado também aquelas populações urbanas, como a dos prisioneiros anarquistas, que recusaram e combateram a sujeição a essa modernidade capitalista e, portanto, foram temporariamente interditadas ou definitivamente excluídas.

Especificamente, na constituição do campo de prisioneiros de Clevelândia, observa-se no último capítulo, "As construções cotidianas de convívio", como se organizou e ordenou a construção geográfica desse espaço social de convivência. Analisando o espaço produzido, procura-se decifrar como o ordenamento criado pelas estratégias de dominação do poder soberano através das políticas e dos saberes disciplinados, foi confrontado e subvertido pelas populações locais durante o cotidiano de vida lá criado. Aquilo que Foucault chama de heterotopias, ou os outros espaços efetivamente vividos[13]. E foi possível perceber, pelo menos entre os prisioneiros anarquistas lá confinados, o uso de estratégias de sobrevivência e de vivência cotidiana que me permitiram chamá-las de heterotopias libertárias[14].

Enfim, na conclusão intitulada de "O que ficou na memória, o que ficou para a História", procura-se apresentar os significados que foram legados por aquele episódio junto à memória local nos anos posteriores a 1927. Com isto, analisa-se como o discurso do Estado continuou tratando a questão da colonização da fronteira e como as memórias pessoais ressignificaram o episódio de Clevelândia dentro dessa questão maior da ocupação e colonização da fronteira. Procura-se também, ultrapassando os limites físicos do espaço daquele acontecimento,

[13] Michel FOUCAULT, *Ditos e escritos, vol III.*
[14] Edson PASSETTI, Heterotopias anarquistas.

observar como a historiografia construiu interpretações específicas sobre a questão da repressão ao movimento de 1924 e sobre os fatos relativos ao campo de prisioneiros em Clevelândia, dependendo dos interesses a que essa historiografia esteve atrelada.

Em Apêndice foi apresentada uma narrativa de ficção histórica em que se procura uma livre interpretação literária de alguns dos acontecimentos ocorridos que foram tratados no corpo da tese. O objetivo desse ensaio, chamado de realidade subjetivo, é fazer com que a pesquisa histórica elaborada na Universidade possa gerar subprodutos documentais, literários ou cinematográficos, apresentados em uma linguagem mais acessível ao público interessado. Esse exemplo em Apêndice é uma tentativa de criar uma versão romanceada da história facilitando a leitura e prendendo o leitor ao texto, ou, dependendo das possibilidades, à imagem. Com isso, penso, seja possível prestar contas da pesquisa desenvolvida não somente dentro do circuito acadêmico e das agências de pesquisa, mas também para um público mais amplo e que teve também participação durante a pesquisa e a produção do trabalho.

A estrutura desse ensaio apresenta-se na forma de três distintos narradores, cada qual cumprindo através de uma forma de linguagem a transmissão de conhecimento. Em itálico aparece a narrativa original lembrada pelo antigo morador e que cumpre o papel do produtor do saber local. Na fonte de tipo padrão vem a narrativa mediada pelo autor da tese realizando a transmissão do conhecimento. E enfim, em fonte do tipo Arial, recorre-se à palavra do investigador, portador do saber científico autorizado. Nesse jogo de linguagens foi tecido o ensaio em que uma história local e pessoal funde-se ao movimento maior de uma história geral e coletiva, seguindo as pegadas já deixadas por Hayden White[15], para quem é impossível uma separação entre ficção e história.

O tratamento dado às fontes utilizadas

É possível classificar a documentação utilizada em quatro tipos diferentes, embora, em alguns casos, o tratamento dado a distintos grupos documentais tenha sido o mesmo. Trabalhou-se os discursos das fontes estudadas como se

[15] Ver o capítulo sobre ficção e história em *Trópicos do discurso*. Ver também a coletânea de ensaios escritos por Jorge Luís BORGES, *Ficções*.

fossem práticas instituintes das relações sociais. Essas fontes discursivas não são a representação do modo de pensar de um grupo, classe, nação, ou outra categoria qualquer, mas, ao contrário, são elas que instituem ou induzem a um modelo de comportamento e pensamento. Este trabalho foi desenvolvido analisando-se o conjunto heterogêneo de fontes a partir de uma perspectiva genealógica, cuja intenção foi a de permitir libertar os saberes locais envolvidos e inseridos dentro de uma ordem maior do discurso das disciplinas e da soberania do Estado.

Essa massa documental utilizada pode ser dividida em dois grandes grupos distintos:

O primeiro grupo seria o das **fontes pessoais**. a história oral, as memórias, cartas e fotografias. São os documentos pessoais dos habitantes, funcionários e prisioneiros. Trata-se de uma documentação, em sua maior parte, de caráter familiar, com considerações afetivas sobre a memória e quase sempre carregada da subjetividade do seu autor. Quanto a esse primeiro grupo, foi possível trabalhar de modo semelhante, tanto as fontes deixadas como memórias pessoais escritas no fim da vida de seu autor e as cartas escritas pelos prisioneiros no calor dos acontecimentos, como as entrevistas e os depoimentos produzidos como fazendo parte de uma história oral. Apesar das evidentes diferenças entre estes três grupos de fontes (cartas, memórias escritas e história oral), toda essa documentação privilegia, com uma certa ausência de objetividade, a visão particular e subjetiva do seu autor. E geralmente, salvo alguns casos de memórias ou entrevistas de intelectuais que se propuseram a racionalizar historicamente o passado, esse discurso vindo da memória, falada ou escrita, recobre-se da emotividade trazida no presente pelas lembranças do passado. Portanto, na maioria dos casos, esse tipo de fonte traz o caráter particular que determinado acontecimento marcou ou trouxe para a vida do narrador; a versão da história carregada por ele, ou pelo seu grupo, quando se trata de uma memória coletiva. A memória, nesses casos, é construída com o aprendizado apreciado posteriormente sobre os fatos ocorridos, o que faria, de acordo com Proust, com que a memória se voltasse para o futuro, libertando a alma aprisionada.[16] Portanto, no trabalho com as fontes orais e com a memória, é produzido um duplo saber, como definiu Regina Beatriz Guimarães[17], ao mesmo tempo atualização do passado no presente e leitura do passado como invenção do presente.

[16] Marcel. PROUST, *No caminho de Swann, apud* Regina GUIMARÃES, Artes da memória, pp.103-5.
[17] Regina GUIMARÃES, *op. cit,* p. 99.

O segundo grupo de fontes seria o das **fontes oficiais**: relatórios de viagens, discursos médicos, prontuários de polícia. São as fontes que podemos chamar de fontes produzidas pelos funcionários do Estado. Trata-se dos documentos do Exército, das diversas repartições do Governo, dos cientistas e exploradores, do corpo consular, da polícia e do sistema judiciário. Documentos que foram produzidos buscando obter e transmitir o máximo de objetividade em suas informações, mas que, quando submetidos a uma análise mais profunda, geralmente apresentam um discurso subjetivo impregnado do caráter ideológico-nacionalista da época.

Os relatórios do Governo, originados nas expedições militares em viagens de exploração do território, formam discursos que podem ser analisados como táticas e estratégias de poder. Discursos emitidos por médicos, militares, engenheiros, geógrafos e empresários, todos funcionários em visita à região, que se desdobraram, posteriormente, na implantação de formas de controle sobre o território e sobre a população local. Trata-se de uma estratégia de organização dos domínios, que nesse caso específico de área de fronteira, espaço de luta dos confins da soberania, adquire claros contornos geopolíticos.

Há uma aproximação nesses discursos com os saberes provenientes da Geografia, muitas vezes elaborados por geógrafos que eram de fato agentes de informação coletando e cartografando dados a serem explorados pelas autoridades, pelos negociantes e pelos estrategistas da política nacional. São fontes possíveis de serem vistas como discursos em que emergem imbricadas relações entre o saber das disciplinas e o poder do Estado, definindo estratégias de dominação do espaço na constituição de uma política de biopoder. Uma excelente análise destas relações estabelecidas no âmbito dos discursos geográficos foi feita por Foucault no texto *Sobre a Geografia*.[18]

Entende-se todas essas fontes como sendo discursos elaborados por diferentes atores, desde o Estado Nacional até os produtores dos saberes locais. Discursos elaborados em diferentes circunstâncias espaciais e temporais, mas que trazem em comum a instituição de uma forma de compreender a verdade ou a percepção de como essa realidade veio a ser compreendida. Uma prática que se engendrou nos embates travados pelos agentes dessas diferentes práticas discursivas e em que, no processo de desenvolvimento e organização histórica desses enunciados, se estabeleceram relações de poder.

[18] Michel FOUCAULT, Sobre a Geografia, *in Microfísica do poder*.

Essas relações criadas, trazem, no decorrer do processo, a sobrevivência de alguns e o desaparecimento de outros discursos. Neste trabalho, através da reprodução de um percurso genealógico inverso dentro das relações produzidas por essas práticas, buscou-se o caminho que se inicia com os indícios deixados no presente, em direção a uma aproximação com os antigos saberes locais. Nesse percurso, foi possível perceber os desaparecimentos e as permanências ocorridas e também observar como esses saberes foram sujeitados ou retomados nas práticas presentes do cotidiano.

TERRITÓRIOS E PODERES

Disputas, resistências e sujeições na área de fronteira.

(I) GEOGRAFIAS

Há diferentes olhares e há diferentes lugares. E há, sobretudo, diferentes modos de ver os mesmos lugares. Os olhares são movidos por objetivos diversos de interesses, jogos, necessidades, enfim, por uma gama múltipla de desejos, ora mais parecidos ora mais estranhos, mais divergentes ou convergentes, que se aproximam e se afastam conforme as estratégias utilizadas por cada um que narra os fatos e segundo o momento em que eles ocorrem.

O olhar sobre a terra não foge a esta tônica. A descrição do que foi visto, como foi visto e para que foi visto, passa pela interpretação do observador. Portanto é uma atitude carregada de subjetividade e que muitas vezes tem o propósito de se tornar absoluta objetividade. Quando se tratam de territórios, domínios, espaços a dominar ou espaços de que se pretende ter a posse, a Geografia opera com o registro de alguém dotado de um saber autorizado, seja pela ciência que este alguém professa, seja pela notória experiência que ele tem sobre aquela área, tema ou causa. Esta delegação de poder se presta a um resultado que, dentro daquelas estratégias mencionadas acima, atende aos objetivos de quem pretende ser o dono ou soberano ou de quem já é aceito como tal. Ela enseja uma relação entre autoridades. Uma relação que estabelece conivências entre o poder que autoriza o portador do saber, e o poder deste último em legitimar o desejo daquele que pretende exercer a dominação.

Partindo desta compreensão inicial, podemos ler os documentos deixados, tanto pelos viajantes dos séculos XVII e XVIII, como pelos exploradores dos séculos XIX e XX, como sendo peças especiais do jogo praticado pelo exercício de poder dos Estados com o objetivo de cartografar áreas e definir estratégias de ação no território pesquisado. Foucault cita um fato com reservas, possivelmente um fato impossível de ser comprovado, sobre um pesquisador que, consultando a correspondência diplomática da época de Luís XIV, percebe que as delirantes narrativas produzidas por um viajante seriam, na verdade, informações codificadas sobre os recursos naturais, econômicos e militares do país visitado[1]. Quem sabe não tenha sido esse viajante alguém em visita ao Brasil, naquela época ainda muito cobiçado pela Coroa francesa?

Contudo não é preciso retornar ao século XVII. Podemos permanecer ao longo do século XX e ingressar no atual, para observar a mesma situação. Muitas das viagens de pesquisa de missões estrangeiras científicas ou religiosas na área definida como parte integrante da Amazônia legal brasileira são, de fato, missões de empresas enviando equipes de cientistas e pesquisadores para mapear a diversidade da fauna e da flora nativa. Essas missões pseudo- humanitárias para com os povos indígenas têm como objetivos específicos obter mudas de espécimes desconhecidas da farmacopéia ocidental, mas que já são notoriamente conhecidas pelos usuários nativos que dominam aquele saber na cura de diversos tipos de enfermidades. Nesse caso, são as grandes corporações químicas e laboratórios de pesquisa de universidades estrangeiras os beneficiários diretos com a patente genética das espécies exploradas.

É evidente que não se trata da mesma situação ocorrida entre os séculos XVII e XIX. Porém, a relação existente entre o exercício desse poder científico legitimado pelos saberes oficiais, contando com o auxílio anônimo dos saberes locais, e praticado em benefício de um centro de poder, agora não mais na figura do Estado nacional, mas sim das grandes corporações químicas farmacêuticas transnacionais continua mantendo-se.

Ora, se no presente a ação de pesquisadores biólogos e químicos se coloca a serviço dos grandes laboratórios industriais, lá no passado, a informação obtida através da exploração coordenada por geógrafos, naturalistas e, muitas vezes até engenheiros, era utilizada pelas autoridades coloniais, pelos industriais e grandes negociantes. O geógrafo Henri Coudreau nas duas últimas décadas do século

[1] Michel FOUCAULT, Sobre a Geografia, *Microfísica do Poder*, p. 163.

XIX, como se mostrará adiante, talvez seja o exemplo mais bem acabado desse tipo de explorador atuando nessa região, chamada na época de Guiana Brasileira. É sobre esse modo do exercício da Geografia que fala Foucault quando diz que *"existe uma administração do saber, uma política do saber, relações de poder que passam pelo saber e que naturalmente, quando se quer descrevê-las, remetem àquelas formas de dominação a que se referem noções como campo, posição, região, território."*[2]

Foi justamente por passar à margem destas questões relativas à produção do saber a partir de uma perspectiva da ocupação dos espaços, que a Geografia foi considerada durante todo o século que passou como o patinho feio das Ciências Humanas. Num século que é herdeiro do historicismo dominante no anterior, foram as idéias de tempo, de duração, de continuidade ou, mais recentemente, de descontinuidade temporal, que determinaram as análises de dominação social, econômica e até cultural feitas pela Teoria Crítica Social, inspirada nos conceitos desenvolvidos por Marx com o materialismo histórico. Foucault, no decorrer de sua obra, foi-se afastando de sua formação originalmente estruturalista em direção à construção de uma analítica própria do poder. Nesse percurso realizado no decorrer de seu trabalho, recorreu freqüentemente a problematizações girando em torno das práticas cotidianas de vida e no espaço em que efetivamente elas ocorrem, nos espaços que são efetivamente vividos e nas relações de convivência que efetivamente se estabelecem neles.

Mesmo sem ter dado à disciplina da Geografia, ou pelo menos sem ter explicitado em sua obra a importância que a Geografia Humana teve na elaboração de seus trabalhos, fica claro como há neles uma permanente preocupação em analisar os espaços em que se constituem as relações de poder. Não é no grande leito do tempo que corre inexoravelmente sem freio que estão estabelecidas as principais problematizações levantadas por Foucault. Evidentemente que elas são históricas e, portanto, temporais, mas parece que é na produção da vida no espaço em que ela se realiza e, portanto, na análise das condições de produção deste espaço, que se assenta o trabalho do filósofo francês. O geógrafo Edward Soja analisa os estudos feitos por Foucault a partir de uma perspectiva espacial, o que inferiria uma mudança de rumos na concepção da Geografia da pós-modernidade. Ele fala dessa nova espacialização da história como se fosse "uma configuração sincrônica" ou *"a feitura da história entremeada com a produção social do espaço, a estruturação de uma geografia histórica".*[3]

---

[2] *Ibid., p. 158.*
[3] Edward SOJA, *Geografias pós-modernas,* p. 27.

Mesmo em autores que rechaçaram qualquer vinculação ao pós-modernismo, encontram-se os mesmos traços, formulam-se os mesmos problemas que remetem a Geografia atual para outra dimensão teórica. Milton Santos, em sua fase após o retorno do exílio, parte de uma conceituação histórica em que *"a construção do espaço é obra da sociedade em sua marcha histórica ininterrupta"*[4]. O espaço não se constitui fora da vida humana, ele surge, se desenvolve e se organiza como espaço social e historicamente produzido. Aqui concordamos com as teses de Foucault expostas por Soja. Santos também observa que *"o exercício da vida exige de todos uma referência constante a um grande número de lugares"* e que *"mesmo onde moro, freqüentemente não sei onde estou"*[5]. Porém, ele compreende esta multiplicidade de espaços superpostos como uma característica somente gerada no mundo contemporâneo globalizado. Para ele, essa fragmentação é fruto da lógica que regula a distribuição do desenvolvimento das técnicas que intencionalmente constitui uma hegemonia na construção dos espaços. Aqui, nesta abordagem, estabelece-se uma diferença com o pensamento de Foucault no que tange ao uso da espacialidade do território, uma vez que a vida se realiza realmente e não virtualmente. A hegemonia de que Santos fala pode até ser compreendida, em sua forma econômica ou política, na produção física dos espaços hegemônicos; contudo, as relações humanas que se engendram e desdobram nesses mesmos espaços do cotidiano ultrapassam, na realização da vida, essa conceituação hegemônica.

A esses espaços efetivamente vividos e socialmente produzidos, Foucault deu o nome de heterotopias. Esse espaço seria *"capaz de superpor num único lugar real diversos espaços, diversos locais que em si são incompatíveis"*[6]. Essa outra espacialidade da vida humana, o espaço outro como ele também a denominou, não é um espaço fora do lugar ou vazio de substância, mas o espaço real esquecido pela Geografia, que mesmo em sua porção Humana, de fato o desprezou. Tratam-se dos lugares e das situações em que ocorreriam as ações que fogem à análise das grandes estruturas ou até mesmo das histórias sociais. Lugares em que as hierarquias dadas são ressignificadas abrindo vias para a compensação da realização da vida.

Talvez seja também possível associar a heterotopia a uma espécie de geografia local, a uma espécie de saber que se caracteriza pela prática comum da subjetividade. Um saber espacial montado em bases absolutamente diferentes

[4] Milton SANTOS, *Por uma geografia nova*, p. 213.
[5] Milton SANTOS, *Técnica espaço tempo*, p. 19.
[6] Michel FOUCAULT, Os outros espaços, *Ditos e escritos. Vol. 3.*

daquelas conhecidas pela disciplina tradicional da Geografia e que não reclama para si, pelo menos dentro de seu discurso, conhecimento objetivo algum. Um saber que se distingue daquela antiga idéia de espaço visto através dos mapas, ou do espaço visto de topo e representado no plano, visão utilizada pelos antigos exploradores europeus. Também passa por uma interpretação pessoal, e por análises distorcidas pela ação de suas necessidades, mas não visa estabelecer naquele espaço nenhuma exclusividade de domínio. Passa fundamentalmente por um reconhecimento necessário do terreno para garantir a sobrevivência de quem nele habita ou habitará. É uma espécie de geografia de resistência ou, melhor dizendo, de sobrevivência. Um olhar sobre o lugar de quem estabelece com ele relações de uso cotidiano para viver, ou sobreviver, da melhor forma possível. Também pode ser o olhar de alguém que teme o lugar, e sente-se pequeno ante o poder da natureza e o domínio do soberano, que mesmo distante, a cada tanto insiste em fazer valer sua presença, inclusive com o uso da força bruta. Essa geografia necessita de olhares táticos, de visadas curtas e rápidas, micro-olhares que percebam o inusitado, os perigos, as rotas de fuga e as possibilidades de permanência no lugar.

Podemos considerar este segundo tipo de Geografia como sendo uma forma de saber local, um saber não legitimado, quase que completamente desqualificado no jogo das relações entre os saberes e os poderes estabelecidos para a demarcação, implantação e delimitação dos domínios nas ações administrativa e militar. Porém, um saber que, embora tecnicamente desqualificado, é dele que viajantes, exploradores e pesquisadores usaram e continuam usando para alcançarem seus objetivos. Tanto nos percursos realizados pelos cientistas pioneiros na exploração amazônica, como no acompanhamento dos geógrafos do século XIX, e inclusive, para a produção do mapeamento de espécimes nativas na atualidade, esse saber local, essa memória, na maioria das vezes guardada e repassada com base na tradição oral, é imediatamente reativada. E tão súbito quanto aquele saber local foi usado pelos cientistas para alcançarem seus propósitos, esses que se proclamam os detentores de um saber legítimo o descartam como muito bem sabemos como é feito.

Portanto, o que faremos a seguir é um breve olhar sobre algumas dessas distintas geografias observadas no palco onde se desenrolam as ações narradas neste trabalho. Este nosso curto estudo dos desenhos da superfície é apenas uma cartografia amadora que tenta investigar, preliminarmente, as relações estabelecidas entre as diferentes pessoas com o território que ocupam. Aqui não há nenhuma pretensão em se fazer um extenso histórico ou um profundo apanhado daquela geografia de fronteira. Vamos somente dar uma mirada

diferenciada, enfocando alguns poucos documentos disponíveis sobre o lugar e produzidos por diferentes atores. O que interessa aqui, ao nosso panorama de olhares, é captar um pouco desses diversos interesses em jogo a que nos referimos acima e as diferentes "geografias" usadas para cartografá-los e grafá-los. Somente mais adiante, nos capítulos que tratam da ocupação humana do território e dos conflitos gerados por ela, esses micro-olhares geográficos serão usados com o sentido de transmitir a intensidade das relações humanas vividas nesse espaço onde a natureza também se torna uma protagonista fundamental.

1. Ver e registrar: o olhar do cientista.

"O thalweg do Oyapock é a linha divisória do Brasil com a Guyana francesa. Nasce nas Serras de Tumuc-Humac, ao oeste do Pico Crevaux (358 m) e corre em direção geral NE. Antes de desembocar no Oceano, o rio Oyapock forma um largo estuário habitualmente chamado 'Baía do Oyapock', cuja entrada é assinalada de longe por uma colina de 102 m de altura, que se ergue na beira-mar, marcando o fim da margem esquerda do rio: é a Serra de Prata (Montagne d'Argent), assim denominada por ter, nas suas encostas, abundância de 'embaúbas' (Cenopia) de tronco esbranquiçado e cujas folhas quando viradas pelo vento, mostram a face inferior de um branco prateado. No fundo da baía, pouco afastada da mesma margem esquerda sempre escarpada, nota-se outra colina, o Monte Lucas (148 m). A margem direita, ou lado brasileiro, ao contrário, é baixo e alonga-se mais para o norte formando o Cabo Orange, ponta arenosa terminada por um mangue. A distância entre a Serra de Prata e o Cabo d'Orange (boca da baía do Oyapock) é de 25 km.

O Baixo-Oyapock tem uma largura de 600 a 1000 m até o núcleo colonial brasileiro de 'Cleveland', a 85 km do Oceano, no pé da primeira Cachoeira, a C. da Grande Rocha; é navegável a vapor somente na preamar, até a vila de Oyapock, a antiga 'Demonty', a 52 km da costa; 25 km a montante está o lugar denominado S. Antonio, posto militar, em frente do povoado francês de 'Saint Georges', importante centro comercial. Além desse porto, o leito do rio tem muitos baixios e pedras perigosas; as margens são montanhosas.

O clima, em geral, não é insalubre; os mosquitos, abundantes no curso inferior, desaparecem pouco acima de Cleveland.

'Rio Oyapock – (Explor. Leblond –1788 – Adam de Bauve – 1830 – Leprieur – 1832 – J. Crevaux –1878 – H. Coudreau –1888 – Pedro de Moura –1931)"

Paul Le Cointe, *O Estado do Pará*, pp. 50-1

Além desta pequena lista acima de geógrafos e exploradores citada por Le Cointe em seu verbete sobre o rio Oiapoque, poderíamos ainda nomear o brasileiro Joaquim Caetano como um dos grandes mestres que desenvolveram um significativo reconhecimento geográfico daquela área. Os seus dois volumes denominados *L'Oiapoc et le Amazone (1861)*,[7] apesar de escritos em francês e de compilarem trabalhos de geógrafos anteriores, compõem o único registro verde e amarelo sobre a região durante o século XIX. Caetano antecede o trabalho dos internacionalmente consagrados Jules Crevaux e Henri Coudreau. Seu esforço não foi em vão. O Barão do Rio Branco se apoiou nesses dois volumes para construir seus argumentos de defesa na disputa judicial travada com a França pela posse do território contestado entre os dois países. Somente após o laudo de Berna (a Suíça foi o local neutro em que se montou o Tribunal para resolver este litígio franco-brasileiro) é que o curso do rio Oiapoque passou a ser oficialmente aceito como o delimitador natural da fronteira definitiva entre o Brasil e a colônia francesa. Os livros de Caetano ajudaram a demonstrar ao júri que o país conhecia relativamente bem o lugar que reclamava. O olhar do cientista reproduzido neste caso serviu para alimentar a autoridade do governo em suas relações internacionais.

*

Retornando ao texto datado de 1945, seu autor montou um manual descritivo de geografia do Pará numa época em que a contenda pelo domínio da fronteira já estava solucionada. Assim, Paul Le Cointe sente-se autorizado a manter a isenção científica na elaboração de seu trabalho, o que caracteriza a objetividade do pesquisador, coisa com que seus antecessores franceses e brasileiros não se preocuparam. Afinal, no século XIX, o território ainda se encontrava em disputa e nesses casos, a Geografia é um saber desenvolvido a serviço dos poderes dos estados nacionais. Mas, quando Le Cointe escreveu seu trabalho esse problema já havia sido superado há tempos, pelo menos juridicamente. Apesar de havê-lo elaborado com base no registro de cinco exploradores franceses anteriores a ele (Leblond, Bauve, Leprieur, Crevaux e Coudreau), o geógrafo incluiu também um contemporâneo seu em sua lista de referências, o engenheiro e geólogo brasileiro Pedro de Moura. Ignora, contudo, Caetano. Justo o brasileiro que mais se aprofundou nos estudos do Amapá. Talvez por este ter-se envolvido na contenda geográfica com os franceses atendendo ao interesse diplomático brasileiro e ter também se envolvido em uma pendenga particular, em uma disputa pessoal com

[7] Joaquim Caetano da SILVA, *L'Oiapoc et la Amazone.*

Coudreau. Talvez os brios pátrios franceses de Le Cointe o tenham feito ignorar Joaquim Caetano.

O geógrafo e professor francês que se instalou e viveu no Brasil, em Belém, desde a última década do século XIX, produziu extensos estudos sobre a Amazônia brasileira, em particular sobre as árvores e plantas indígenas da floresta. Seu livro *Amazônia brasileira* é um detalhado estudo sobre a biodiversidade equatorial. Utiliza-se do saber indígena e dos nomes vulgares para classificar as plantas nativas e suas propriedades farmacêuticas e medicinais[8]. Contudo, em nenhum momento faz referência àquele saber local com o qual dialogou durante dezenas de anos para compor sua grande obra. Em nenhuma página encontra-se qualquer tipo de referência à forma como obteve aquelas informações e os resultados alcançados. O saber comum das populações nativas que guardaram durante tantos anos os segredos medicinais e os usos aplicativos das plantas da floresta foi ignorado, até desqualificado, quem sabe tido como um saber desperdiçado, uma vez que não disponibilizado a serviço do Estado, da Ciência e do progresso das relações produtivas capitalistas.

Contratado pelo governo paraense, Le Cointe consegue apoio financeiro para publicar este primeiro livro de Geografia sobre o Pará com o objetivo de ser usado nas escolas do Estado. No verbete reproduzido acima, que trata da descrição do Oiapoque, ele limita-se a dar as informações gerais necessárias sobre um rio cuja maior importância é aquela de servir de fronteira. Portanto, os aspectos geográficos físicos em si são os privilegiados. O mais importante para ele é saber que do Tumucumaque ao Cabo Orange se estabelece a divisa brasileira mais ao norte e dar um breve resumo de seu relevo. Num segundo plano – vejam bem, ainda não há a menor preocupação em se fazer uma geografia humana – ele pontua os núcleos populacionais lá existentes e o difícil acesso àquela região. Erra ao confundir a vila de Demonty com a cidade de Oiapoque (são dois lugares distintos como veremos adiante), cujos primeiros nomes foram Martinica e depois Espirito Santo[9]. O núcleo Cleveland, ou Clevelândia do Norte, surge como o último local povoado de uma fronteira em que os mosquitos são os seus freqüentadores mais abundantes.

As escassas vidas humanas que habitam suas margens, as cabanas, choupanas e taperas montadas ao longo do rio por moradores isolados que sobrevivem à custa do que a natureza lhes oferece, o tráfego de pirogas subindo e descendo o curso

[8] Paul LE COINTE, *Amazônia brasileira III*; Ver "Indústria pastoril na Amazônia, particularmente no Baixo-Amazonas".
[9] Cf. documentos da Prefeitura de Oiapoque.

d'água como se fosse uma avenida aberta na selva, as pequenas chatas estacionadas em suas margens pelos aventureiros em busca de ouro, nada disto interessou ao olhar de Le Cointe. A sua geografia é um saber a serviço de uma relação de poder. Nesse caso, registrar, classificar, cartografar e transmitir os resultados àqueles que usarão seus estudos para explorar a terra. Uma relação de poder estabelecida com a administração do saber, como nos falou Foucault, em que interessa a descrição e classificação de um território conquistado mas ainda não de fato dominado. O seu olhar observou o interesse pátrio do conhecimento ralo nessa fronteira distante. É provável até que nunca tenha visto de fato aquelas paragens, ou nem ao menos por lá tenha navegado, como Joaquim Caetano também nunca por lá esteve. Nem precisaria, muitos outros antes já haviam feito esse trabalho de exploração, já haviam visto as riquezas existentes. Aqui o interesse foi somente o de sistematizar o conhecimento existente já adquirido e estabelecer com ele uma relação para poder ser negociado e usado com e pelo Estado.

*

Vidal de la Blache, outro grande geógrafo esquecido por Le Cointe, o francês que se debateu com Rio Branco no Tribunal de Berna, também não conhecia aquelas terras. Apresentou todavia ao júri da contenda internacional, como grande pesquisador que era, um conjunto impressionante de mapas e documentos. Vários tomos denominados *Le contesté franco-brésilien en Guyane (1898)*,[10] que comprovariam da forma metodológica mais precisa ser a localização da fronteira do Oiapoque outra que não a atual: um outro rio, o Araguari, existente muito mais ao sul, no limite reclamado pela França como sendo a sua divisa territorial. Todo esse aparato porém, não foi suficiente para o convencimento dos juízes em sua decisão quanto ao domínio daquelas terras. La Blache não conhecia as gentes que as habitavam, seus desejos, nem os interesses que as moviam. Como bem percebeu o geógrafo Roberto de Oliveira, "*La Blache minimizou ou praticamente menosprezou a participação humana na questão geográfica que tratou, incidindo no erro naturalista que tanto criticara em Ratzel*"[11]. Engasgou-se em sua explanação ante um Barão dono de uma

[10] Paul VIDAL DE LA BLACHE, *Annales de Géographie, t. VII e X.*

[11] Roberto Monteiro de OLIVEIRA, *A última página do Gênesis*, p. 210. Segundo Oliveira, talvez a principal falha na argumentação realizada por La Blache na defesa diplomática para a França tenha sido o desvio em que ele incorreu ao percorrer os caminhos de uma Geografia puramente naturalista, física, vista do topo e apresentada em cartas e mapas. Precisamente tudo o que La Blache criticava na obra de seu contemporâneo alemão Ratzel, geógrafo formado em Ciências Naturais. Tanto que a obra do fundador da revista *Annales de Géographie* é conhecida mundialmente como uma das precursoras nos estudos de Geografia humana.

retórica invejável, que passou vários meses, um pouco antes do julgamento, visitando aquelas terras e conversando com os seus moradores.

O convencimento que Rio Branco transmitiu ao júri deveu-se à maneira como conseguiu muito bem descrever os costumes locais, as relações dos nativos com a natureza e com as formas de poder existentes. Mais do que isso, citou vários nomes, de pessoas e lugares, falou da importância do meio para a sobrevivência das gentes e reativou antigos saberes locais, como se fossem conhecimentos já incorporados e integrados à cultura brasileira como um todo. Não foi o suporte científico e documental que sensibilizou os jurados em Berna, pois se disto depende-se a decisão, o aparato evidenciado por La Blache seria invencível. Este francês inovador da Geografia, contudo, ao fazer a defesa da pátria, distanciou-se até do seu próprio método empírico-dedutivo que usara para combater a geografia desumana de Ratzel. Assim, a obra geográfica do homem foi substituída pela sua representação, ou seja, pela obra cartográfica[12]. O Barão, ao contrário, comoveu os jurados por ter sido hábil o suficiente em mostrar um melhor relacionamento com o saber local. Na prática fez aquilo que o emérito professor de Geografia sempre apregoou mas desta feita não realizou: o estudo dos gêneros de vida.

*

Para fechar esta forma de ver os lugares, aquela do saber que supõe ser mais legítimo, outros dois exploradores franceses indicados na lista de referências do texto merecem destaque: Jules Crevaux e Henri Coudreau[13]. Ambos não foram somente geógrafos na concepção acadêmica da palavra. Eram muito mais apaixonados exploradores profissionais de lugares míticos e exóticos. Crevaux nem ao menos era geógrafo. Formado em Medicina Naval, a partir de seus 30 anos de idade põe-se a procurar a Serra de Tumucumaque. Esta cadeia de montanhas nunca antes alcançada seria o último braço distante dos Andes grafado nas cartas amazônicas com esse nome. A geografia dos séculos XVIII e XIX pretendia substituir os antigos lugares lendários dos viajantes, como por exemplo o "El Dorado", pela verdadeira descoberta do relevo através da observação objetiva. Muitos exploradores perseguiram as portentosas escarpas de Tumucumaque como sendo o lugar real daquela antiga lenda. O médico francês foi o primeiro a atravessar aquelas montanhas e, para sua decepção,

[12] *Id. ib.*
[13] Henri COUDREAU, *Chez nos Indiens: quatre annes dans la Guyane Française (1887-1891); La France Équinoxiale.* Jules CREVAUX, *Le mendiant de l'Eldorado: De Cayenne aux Andes (1876-1879); Voyages dans l'Amérique du Sud.*

encontrou somente um conjunto de montes e colinas raramente ultrapassando os 500 metros de altura que imaginou ser o seu pé de monte. Nem um brilho de ouro. O relato de sua viagem e a fantasiosa invenção de um mito moderno encontra-se em *Le mendiant de l'Eldorado: De Cayenne aux Andes (1576-79).* Para realizar seu objetivo, contou com a ajuda de Apatou, um negro da tribo *Boni*, seu fiel amigo e seguidor. Novamente se estabelece a ponte entre um nativo detentor de um saber específico com o cientista explorador. Crevaux foi também um dos pioneiros na subida do curso do rio Oiapoque, identificando afluentes, saltos e igarapés. Fez parte de uma geração de românticos e utópicos viajantes modernos tendo morrido aos 35 anos de idade num confronto com os índios *Tobas*, em outra viagem de exploração, esta no Chaco paraguaio, sem saber se as montanhas por onde passou anteriormente eram realmente as Tumucumaque.

O outro grande explorador, Henri Coudreau, além de ter objetivos semelhantes aos de Jules Crevaux – alcança a mesma cadeia quinze anos após – mantem também, em semelhança ao médico, o destino da morte prematura. Falece aos quarenta anos de idade, vítima de febres palustres. Coudreau faz parte de uma estirpe de geógrafos viajantes, profissionais a serviço dos interesses de seus governos. Sua grande obra, *La France Équinociale,* é prefaciada pelo Barão de Santa-Anna Nery, outro explorador e viajante brasileiro contemporâneo seu, que lhe tinha grande admiração[14]. Coudreau também chegou àquelas mesmas montanhas com o auxílio dos índios *Waiãpi*, profundos conhecedores do lugar, de sua cobertura vegetal e de seus recursos naturais. Mediu distâncias e altitudes, fez a primeira medição topográfica sobre o Tumucumaque num estudo que contribuiria para o estabelecimento dos marcos franceses naquela zona de fronteira. Nos últimos quarenta anos, fotografias aéreas e estudos cartográficos mais detalhados realizados por Jean Hurault, provaram que essas demarcações foram absurdas invenções[15]. Muito provavelmente, Coudreau talvez nem tenha alcançado de fato seus cumes, afinal o que mais importava era provar a supremacia da técnica e da vontade francesa no lugar. Mas teria sido ele somente um embusteiro?

Não. Seu deslize ficou por conta do Tumucumaque. Durante quase toda a sua vida adulta morou na Guiana Francesa. O segundo volume de sua principal obra, denominado *Voyages à travers les Guyanes et l'Amazonie (1887),* foi o principal

[14] Foi Santa-Anna Nery quem prefaciou a edição francesa de *Voyages atravers les Guyanes et l'Amazonie.* No prefácio ele relata o encontro com Coudreau numa viagem de barco descendo o rio Amazonas em direção a Belém.
[15] Jean HURAULT, Une chaine de montagnes imaginaires: les Tumuc-Humac.

livro usado por Vidal de la Blache para compor a defesa francesa em Berna; livro, também, repetidas vezes lido pelo Barão do Rio Branco. Sustentado por vultuosos recursos do governo da França para fazer esse mapeamento preciso de toda a região, Coudreau também estabelece por lá uma empresa comercial. O geógrafo chega até a fixar residência na área litigiosa do Amapá, na vila de Cunani, um lugar estratégico durante a época da corrida do ouro, onde se tentou fundar uma república independente. Coudreau apoia e participa desta empreita, como veremos adiante, e isto lhe causou dissabores e atritos com governantes e intelectuais brasileiros. Porém, o que nos interessa aqui é perceber uma sutil diferença no olhar deste pesquisador que, embora trabalhasse a serviço do governo da França e do proveito próprio para a exploração comercial adjacente ao mapeamento das riquezas naturais ali encontradas, estabelece estreito contato com as gentes nativas da terra, não as desprezando, e admirando aquilo que muito tempo depois Foucault viria a chamar de acoplamento das memórias e saberes locais à Ciência. Admira, por exemplo, a capacidade de mistura e relacionamento do que ele entende por Brasil civilizado com os povos indígenas e vê residir nisto o grande valor do país. Para ele,

"o Brasil é devedor a seu contato permanente de sua civilização com os indígenas pela intermediação dos diretores dos Índios, pelos excelentes trabalhos lingüísticos, antropológicos e etnográficos, os quais nós não temos certamente junto à Guyana francesa; e de roteiros (relatórios de viagens, itinerários extremamente preciosos). As obras de Couto de Magalhães, Gonçalves Dias, Batista Caetano, Severiano da Fonseca, não existem equivalentes entre nós."[16]

Os elogios ao trânsito estabelecido no Brasil entre as diferentes classes sociais, grupos étnicos e níveis culturais todavia não o impediram de defender o território litigioso para a França, ou, melhor ainda seria para ele, de defender a constituição de um outro país. Acreditava que um dia, e esse dia seria próximo, a Amazônia formaria um Estado independente do Brasil. Julgava o desprezo dos poucos funcionários de Cunani como o começo da liberdade e previa que o Cunani independente seria uma das escolas de aplicação do socialismo futuro[17]. Temos aqui a figura do homem público, detentor de saber específico e prático, que também tem tino comercial e insinua-se dentro do jogo político. No cômputo geral, contudo, sua Geografia encontra-se a serviço da exploração comercial e o seu socialismo não parece ser nada mais que um fútil jogo de retórica.

[16] Henri COUDREAU, *La France Équinoxiale Vol. II.*
[17] *Ibid.*, pp. 387-432

*

Creio, com este rápido jogo sobre os olhares científicos, que o geógrafo, seja ele um acadêmico ou um explorador, é antes de tudo um inventor. Um inventor que vê, observa minuciosamente e traça os desenhos particulares que lhe interessam. Trata-se então de situar e compreender que destino se dá a essa invenção, qual poder ela cria, quanto ela dura, quantos corações ela domina até se firmar como uma verdade que já pouco importa ser ou não questionada, até um dia cair no esquecimento, somente vindo a ser novamente recuperada ou desmontada pelo trabalho de um outro inventor qualquer.

2. Ver e apropriar: o olhar do governo.

"Zarpados de Belém a meados de abril de 1920, após uns dias de navegação entraram na Baía do Oiapoque onde o histórico rio deságua no Oceano Atlântico[...]

Perpassaram Demont, onde estacionava um reduzido posto fiscal já em decadência, num baixio entre a Ponta do Mosquito e Juminã. Prosseguindo, alcançaram Santo Antônio, onde passava sua vida amesquinhada um pequeno contingente de militares, um cabo e quatro soldados, em frente à animada vila francesa de São Jorge.

Daí para cima, a paisagem mudou sensivelmente aos olhos de nossos observadores. O rio estreitava-se no seu álveo, embora apresentasse, de vez em quando, amplas enseadas a lhe entumecer o canal. Desapareceram as pequenas ilhas que lhe dividiam as águas na embocadura e no trecho a seguir. A margem brasileira até lá baixa e alagadiça alçava-se do nível das águas cada vez mais limpas formando barrancos encobertos de plantas de alto fuste; desaparecera a aningueira. Atrás deles pequenas colinas amantadas de floresta, as últimas da vertente norte da Serra Lombarda. Chegaram a Martinica, um lugarejo que tomara o nome de seu mais antigo morador, Emile Martinique, que, na época, vivia com outras cinco pessoas [...] Mais adiante, além da foz do afluente Pantanari, num morro chamado Sibéria, encontraram três moradores: João Paulino, Manoel Teodoro Alves e Cipriano Alves. O rio ali alargava suas ribanceiras que voltavam a estreitar-se cerca de dois quilômetros adiante, aos pés da Cachoeira Grand Roche, formando como que uma bacia pronta a acolher-lhe as águas espumantes de suas três gargantas. A terra firme, de pouco superior ao nível das águas, formava uma grande chapa, as colinas bastante arredadas da beira. Sem dúvida o lugar apresentava-se um dos mais amenos e promissores para a futura fundação. Era o sítio desejado, ao menos tal se apresentava à primeira vista. E os estudos aprofundados que se seguiram o confirmaram."

Narrativa criada pelo Relatório Padre Rogério Alicino a partir do relatório elaborado pela "Comissão Colonizadora do Oiapoque" em 1920.[18]

[18] Padre Rogério ALICINO, *Clevelândia do Norte.*

Mostramos aqui um pequeno trecho do resumo apresentado pela Comissão Colonizadora em sua primeira viagem ao Oiapoque. Nesse momento, o núcleo colonial ainda não existe. Ele será futuramente implantado naquele sítio que à primeira vista se mostrou promissor. O encarregado pelo governo federal para ser o chefe daquela comissão foi o engenheiro Gentil Norberto. Já havia conquistado fama de "durão" em outro interior amazônico. Durante a campanha pela ocupação do território do Acre – outro litígio brasileiro de fronteira, este, um confronto armado contra a Bolívia – lá esteve ele combatendo como ajudante-general do exército acreano. Após o fim da guerra, continuou vivendo por lá e chefiou outra comissão de colonização. Retornou ao norte do país para realizar, ao que parece, sua missão em vida: ocupar, colonizar e vigiar. As duas primeiras, exercitando o poder de soberania do Estado. A terceira, a de vigiar, praticando o exercício do poder disciplinar: impedir a fuga, primeiro, dos colonos agrícolas recrutados e, depois, como veremos, dos prisioneiros políticos para lá enviados.

Acostumado às picadas de mosquitos, às visitas das cobras, ao calor abafado e úmido grudando na pele, Gentil, homem pouco afeito à vida na sociedade urbana, enchia-se de prazer em tocar uma empreitada daquele porte. Ali, nesses reinos hostis da natureza, sentia-se o todo poderoso. Foi com deleite que leu o relatório organizado pela Comissão antes de enviá-lo ao Ministro da Agricultura. A Comissão estava subordinada a esse ministério e, mesmo depois do núcleo agrícola transformar-se em um campo de prisioneiros, assim permaneceu. O relato preparatório da missão descrevia o que o engenheiro iria encontrar em sua ida definitiva ao terreno para a construção da grande obra na selva.

Naquele primeiro momento, o olhar dos funcionários do governo está menos interessado do que o dos geógrafos esteve, nos grandes aspectos físicos da região ou nas riquezas possíveis de serem exploradas. O percurso desses olhares vai sinalizando cada povoado que é encontrado. Ele já observa com mais cuidado onde existiam povoamentos anteriores. Do ponto de vista de quem vai colonizar, encontrar gente é um sinal de que, pelo menos naquela localidade, é possível a sobrevivência humana. Se matutos na selva já com certa idade vivem instalados em uma pequena comunidade, provavelmente as condições naturais não são tão adversas assim; portanto, é justamente onde os funcionários irão explorar melhor o terreno. Escolher uma clareira ampla, afastada da inundação do rio, em que já houvesse povoamento anterior, e cujo acesso fosse facilitado aos barcos para a chegada do material de construção foi o resultado desse olhar.

A idéia de colonizar o Oiapoque partira do senador paraense Justo Chermont, que fez de tudo para aprovar no Congresso uma emenda para *"a fundação de patronatos e colônias de nacionais na fronteira do Oyapock"*[19]. No fundo, a idéia parecia brilhante: tirar migrantes nordestinos da seca, assentá-los na fronteira e, assim, com gente brasileira, diminuir a influência francesa que acontecia naquela região. Por trás deste plano, depois se soube, havia um interesse bem menos patriótico em sua disposição. Chermont, também dono do jornal *O Estado do Pará*, era o maior proprietário de terras da região do Oiapoque[20].

O engenheiro Norberto, aparentemente, não estava interessado nestas prováveis mutretas. Homem técnico e patriota confesso, nunca se envolveu em futuras disputas eleitorais. Seu trabalho, comandar peões no meio da selva. Seu interesse, obter o cargo público que lhe garantisse os meios para alcançar esse objetivo. Por isso, Gentil Norberto nunca se indispôs com nenhum governo. O olhar dele e o de sua equipe, nesse beira rio ermo, viu somente aquilo que o governo, qualquer governo que fosse, gostaria que tivesse visto: um lugar bom, bonito e saudável para se morar e viver. Um lugar que, além de tudo, na versão do governo, se encontrava ameaçado pela invasão de uma potência estrangeira, um lugar necessitando de povoamento urgente, seja ele de que tipo fosse.[21]

Portanto, a geografia da região para a primeira missão governista de colonização dessa fronteira no ano de 1920, tinha como função essencial detectar uma micro-região no meio daquela selva equatorial à beira do rio Oiapoque. Um sítio estrategicamente localizado: protegido das cheias de inverno; nem tão próximo da baía atlântica, onde já havia povoamento, nem tão distante dela a ponto de impossibilitar o acesso. Assim, encontraram o último lugar de navegação possível antes das barreiras de pedra que dali começam a se formar em direção às cabeceiras do rio. E, principalmente, um lugar já povoado mas não suficientemente povoado a ponto de dificultar a desapropriação dessa gente. Uma geografia adaptada para a colonização e ocupação do lugar.

---

[19] *Cit.* pelo Senador Miguel Calmon em discurso ao Senado reproduzido por *A Notícia*, de 04/01/1928.
[20] Leonardo LEITE NETO (coord.) *Catálogo biográfico dos senadores brasileiros. 1826 a 1986 – vol. III.*
[21] Depoimento de Gentil Norberto publicado em *O Paiz*, 11/02/1927.

3. Ver e desconfiar: o olhar do estranho.

"Afinal, após uma série inenarrável de peripécias, chegamos, a 8 de junho, à foz do rio Oyapock. Mais tarde apareceu um 'gaiola' da Amazon River, para nos conduzir até o porto Santo Antonio, à margem do Oyapock [...]

Os que desembarcaram no porto Santo Antônio seguiram a pé por uma picada, com destino ao Núcleo Colonial Cleveland, que era distante dali dezoito quilômetros. Diziam ser picada, mas eu a considerei a estrada do inferno porque ela conduzia ao Inferno Verde, a zona tórrida e crudelíssima que aniquilou tantas esperanças e tragou em seus paludes mefíticos tantas vidas jovens e preciosas [...] Durante a viagem atolamos em brejos pantanosos e atravessamos, a nado, diversos igarapés. Aquele que não soubesse nadar, era preciso que seus camaradas o ajudassem; de outro modo morreria afogado. Muitos companheiros perderam nestas acidentadas e perigosas travessias, a sua pobre bagagem, ficando na mais extrema carência de roupa, principalmente no rio Pontanary, de grande correnteza."

Depoimento do tenente Lauro Nicácio a Everardo Dias.[22]

[22] Everardo DIAS, *Bastilhas modernas*, p. 238.

O tenente Lauro Nicácio narrou em seu depoimento ao advogado e jornalista Everardo Dias toda a epopéia por que passou. Desde a captura em março de 1925 em Catanduvas, localidade no extremo oeste paranaense, até chegar, em junho do mesmo ano, em Clevelândia, o nome como ficou conhecido o Núcleo Cleveland. A viagem de Lauro é um percurso geográfico invejável pelo território nacional. Pena que os meios em que se deu esse cruzeiro não permitiram aos viajantes desfrutá-lo de um modo mais prazeroso.

O oficial revolucionário da Força Pública de São Paulo durante a Revolução de 1924 encontrava-se, junto com outros 400 homens, entrincheirado no oeste paranaense perto da cidade de Cascavel. Havia seis meses que resistiam ao ataque das forças legalistas da República, em número muito maior. Já poderiam ter tentado a fuga pelo sul do Paraná, indo propagandear a revolução em Santa Catarina, mas mantinham sua posição para evitar que o Exército governista atacasse em seu flanco direito as tropas da Coluna Gaúcha que se moviam do Rio Grande do Sul em direção à Foz do Iguaçu. Lá, a coluna chefiada por Luis Carlos Prestes deveria se encontrar com a Coluna Paulista liderada pelo coronel Miguel Costa. Imaginavam os rebeldes entrincheirados em Catanduvas que, quando as colunas se encontrassem, seguiriam juntas para resgatá-los do fogo intenso a que estavam submetidos. Ledo engano. Ambas as colunas haviam sofrido uma série de reveses e não tinham forças nem para ajudar a si mesmas. O auxílio esperado nunca chegou. Quem chegou foram 4000 soldados do governo que, tomando a posição próxima de Cajati, caminhavam firmemente para fazer um massacre em Catanduvas. Nesse momento restavam três opções aos rebeldes: tentar a fuga pelo flanco direito sob intenso bombardeio, render-se, ou lutar até morrer. O tenente Lauro preferia a fuga ou a resistência; entregar-se, jamais. A tropa não foi consultada. O major Olyntho Tolentino de Freitas Marques, não querendo se arriscar, conversou com os oficiais mais graduados, decidindo pela rendição.[23]

A decisão desgostou Nicácio. Como é possível fazer uma revolução sem riscos? Ele sabia que, salvo aqueles oficiais que permaneceriam presos na capital federal, os demais soldados, inclusive ele, seriam severamente castigados, submetidos ao ódio implacável de Arthur Bernardes. O pequeno presidente mineiro é desses tipos que quando são investidos de postos elevados sentem-se muito grandes, poderosos, desses que não admitem a mínima contestação.

[23] Sobre a queda de Catanduvas ver: Everardo DIAS, *op. cit.*; Domingos MEIRELLES, *As noites das grandes fogueiras*; Hélio SILVA, *A grande marcha*; João CABANAS, *A coluna da morte.*

Provem daquela tradição rígida da família oligárquica mineira que, por trás da aparente austeridade, sucumbe às maiores depravações. Era um homem ainda daquele mundo do Antigo Regime, em que, coisas da natureza, uns mandam e outros obedecem sem contestação. E nesse momento, tirando a corja elitista permanentemente perpetuada no poder, o país todo o contestava. Calado, é verdade, com receio de sua vil vingança. A vingança que experimentaram esses rebeldes rendidos.

A saga dos revolucionários feitos prisioneiros começou com uma caminhada de três dias através da mata até Roncador. Dessa localidade foram mais dezesseis dias a pé sob chuva até Irati, um entroncamento ferroviário. Nessa cidade tomaram o trem até a periferia de Curitiba, onde aguardaram acampados, durante quase um mês, as ordens da República. E elas vieram. Seriam julgados no Rio. Seguiram de trem até o porto de Paranaguá, onde o navio Cuyabá os estava esperando. Saíram dia 18 de maio nesse navio, avançando pela costa até o Rio de Janeiro, onde aguardariam, ao largo da Baía de Guanabara, o seu julgamento. Este nunca veio. Ordens diretas do presidente governando sob o regime de estado de sítio decidiram pelo embarque de outros presos no navio. Todos esses prisioneiros fizeram uma viagem alucinante de quase vinte dias com água racionada até o vapor fundear na Baía de Oiapoque. De lá foram transladados, ou melhor, jogados, para o vapor fluvial, o gaiola que faz a linha Belém-Oiapoque, até chegarem ao que definiram como o Inferno Verde.

Como diz Lauro, foram três meses de uma série inenarrável de peripécias, das quais tivemos aqui apenas algumas pinceladas. Mesmo para um tenente da Força Pública, de porte físico invejável e acostumado ao treinamento militar seguindo o rígido modelo francês, o esforço e o sofrimento pelo qual passou, minariam qualquer resistência. Portanto, aquele olhar lá no alto na chegada ao campo de prisioneiros é o de um homem que está sendo condenado à morte. Ele sabe disso. Somente com muita sorte se salvará. Uma sorte que o abençoou, mas não à maior parte de sua tropa, que ficou para sempre sepultada por lá.

Aquele trecho do depoimento de Lauro Nicácio, que foi reproduzido no início, narra as últimas horas da sua travessia por terra, desde o último ponto navegável para os navios de grande porte, o porto de Santo Antônio, até o lugar onde estava sediada a colônia de Clevelândia, dezoito quilômetros a montante, nessa época já transformada em presídio. A picada aberta na selva por onde seguiram era apenas um caminho para ser usado na manutenção das linhas da futura estação rádio-telegráfica ainda em implantação e que iria servir àquela zona. Muito difícil de ser trilhada até para os homens munidos de botas de cano alto e

servidos por guias locais, imaginem para um bando de soldados semidescalços atolando seus pés nos pântanos que permanentemente se formam no caminho e investidos pelas cobras. Nesse percurso terrestre pela geografia local, os prisioneiros perceberam, logo em seu primeiro olhar, o que efetivamente os esperava. Uma prisão aberta na selva fechada. Numa situação dessas, quem necessita de muros ou cercas? O saber do prisioneiro que ali se formava, era o do primeiro e péssimo contato com o território.

*

"Na negra solidão deste degredo infindo,
Neste recanto agreste onde a malária impera
Numa angústia ferina e atroz que desespera,
A vida a pouco e pouco se vai, além sumindo.
Em meio da mata brava a razão prolifera,
Medra, se concretiza e, alegre vai florindo
O vergel do futuro, esperançoso e lindo
C'os frutos da verdade acena quem espera.
Bondoso e revoltado, o coração ferido
Prosseguirá a luta heróica e destemida
Bradando altivamente: - Abaixo a tirania!
Além já se divisa o sol da redenção
Que um passo marcará na humana evolução
É o sol da liberdade, a sublime Anarquia."[24]
Versos de Domingos Braz, Oiapoque, 1925.

Domingos Braz já estava em Clevelândia quando o tenente chegou. Ele veio com a primeira leva de prisioneiros, em dezembro de 1924. Sua história é bastante diferente da do tenente. Braz não pegou em armas nem lutou contra as tropas legalistas de Bernardes. Pelo que escreveu, tinha simpatia pelos revolucionários de 24, mesmo não acreditando em suas idéias e objetivos. Sabia que somente visavam o estabelecimento de uma outra ordem capitalista; menos arcaica, talvez mais justa, mas sempre capitalista. As convicções e as armas de Braz não eram as do Exército. Operário têxtil vindo de Petrópolis, era um ativista anarquista, também conhecido pelo outro nome de Antonio Salgado da Cunha.[25] Ter mais de um nome, mais de uma identidade ou pseudônimos, sempre foi uma tática dos

[24] "Do Exílio", Domingos BRAZ, *Dos meus momentos de lazer...*, p. 5.
[25] Alexandre SAMIS, *Clevelândia*, pp. 106-9. Domingos Braz está registrado no prontuário 17.716, Fundo DOPS/GB, APERJ. Ver também Alexandre SAMIS, *Moral pública e martírio privado.*

anarquistas para burlar a vigilância a que constantemente eram submetidos. Residia já há alguns anos no Rio de Janeiro onde participava ativamente das reuniões no Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, o principal reduto operário dos libertários cariocas.

Naquele ano de 1924, a partir da explosão da revolução de julho em São Paulo, os anarquistas passaram a ser mais perseguidos do que nunca. Não que eles tivessem se envolvido direta ou indiretamente com a revolta, mas o Governo da República raciocinou pensando em dois objetivos diferentes. Primeiro, por precaução, prender e vigiar ostensivamente as principais lideranças, os homens mais visíveis. Não aderir à revolta tenentista não significava que, dependendo de circunstâncias favoráveis, não pudessem detonar outra espécie de revolução, quem sabe até mais perigosa. E segundo, por conveniência, esta poderia ser uma boa oportunidade para dar um basta, um golpe definitivo no principal movimento de oposição política dentro dos meios operários.

A 4 ª. Delegacia Auxiliar, o quartel general da polícia política nas mãos do Marechal Carneiro da Fontoura, o "General Escuridão", passa a prender os anarquistas. Desde intelectuais como José Oiticica, preso já em 9 de julho, como, principalmente, os operários e jornalistas. Domingos Braz, poeta parnasiano em suas horas vagas, logo cai nessas mãos e vai sofrer as agruras da prisão. Primeiro nos cubículos da "geladeira", o codinome da Polícia Central, e depois na sucata flutuante, o navio Campos, picando ferrugem enquanto aguardava a deportação distante.[26]

Porém, idealista, acostumado às prisões, confiante em que o raiar da revolução social surgiria às custas de muita luta e sofrimento, Braz, em suas poesias, não vê somente o inferno equatorial. Os versos deste nada modernista anarquista contrapõem a inóspita geografia encontrada à esperança da fuga. A selva tropical que ele vê ainda intocada pela perversidade do capitalismo, é uma luz de esperança na futura Anarquia. E também é a luz da possível fuga naquele presente. Pois se a geografia do lugar era inóspita aos prisioneiros, ela também o era para os soldados que os vigiavam. E pela mata virgem equatorial ele viu muitos colegas seus fugirem. Alguns nunca mais apareceram, mas outros voltaram para denunciar na imprensa o que fazia o Presidente com os seus opositores lá naquele fim de mundo.

[26] Pequena biografia sobre Domingos Braz pode ser encontrada no 2 º . volume da obra de Edgar RODRIGUES, *Os companheiros.*

Ambos os olhares destes prisioneiros compartilham a tristeza, a humilhação e o desejo de não estarem ali. Que relação com seu espaço pode estabelecer um prisioneiro com seu presídio? Ainda mais estes, presos por crime de pensamento. Aqui se observa, em dois distintos momentos de uma mesma epopéia, o olhar da chegada, ou melhor, do ódio da chegada, e o olhar que alimenta a partida, a esperança da partida. Duas situações, dois desejos distintos. Entre eles, meses ou anos de convivência nesse espaço indesejado. Que geografia resultou disto? Esse possível espaço recriado para garantir a sobrevivência e alimentar o sonho da fuga pode ser considerado o espaço outro em Foucault. Adiante, ao se estudar o campo de Clevelândia, seu cotidiano de vida e sua distribuição espacial, serão retomadas e analisadas as possíveis relações lá estabelecidas.

4. Ver e sentir: o olhar do habitante.[27]

"A margem direita do Rio Oiapoque, no trecho compreendido entre a corredeira da Morna, a jusante, e a foz do Rio Pantanari, a montante, desde sempre ficara silente, desabitada e anônima, ninguém tosquiando-lhe o manto verde-escuro de sua densa vegetação, ninguém pisando-lhe o solo, a não ser ocasionalmente.

Um dia qualquer nos últimos anos da segunda década do século XX, um crioulo, uma cabana, uma roça quebrando-lhe o silêncio e rasgando-lhe o manto em que se envolvia, fizeram-na sair do anonimato. Tornara-se conhecida com o nome de Martinique (aportuguesado; Martinica).

Emile, seu primeiro morador, alcunhado Martinique pela sua proveniência da Ilha das Antilhas de tal nome, não teve a ambição de batizar, para conhecimento das gerações vindouras, aquele trecho de beira com o seu nome, embora primeiro o tivesse batizado com o seu suor [...]

Breve o crioulo tornou-se conhecido e falado pelos raros moradores ribeirinhos da época por causa de seu amor à música e à dança em que efundia toda a paixão própria da sua raça."

Origem da cidade de Oiapoque contada pelo Padre Alicino – Arquivo da Prefeitura.[28]

---

[27] Os textos que seguem apresentam a versão do Padre da paróquia para a origem da atual cidade de Oiapoque. Rogério Alicino viveu durante a década de 1960 entre os soldados do Batalhão de Caçadores sediado em Clevelândia do Norte. Juntou aos depoimentos que tomou em Clevelândia e em Oiapoque (de Joaquim Alves de Araújo e de Manoel Figueiredo da Silva, por exemplo), a pesquisa efetuada nos anais existentes no arquivo da Prefeitura Municipal. E fez esta versão romanceada e impregnada de toda a sua carga de subjetividade. Por enquanto ainda é o documento de vozes nativas mais antigo que foi encontrado na região. Assim, será usada esta versão para tecer algumas considerações sobre o olhar do habitante, ciente da apropriação cultural ou ideológica que possa ter sido feita pelo padre.

"falando da sua primeira viagem ao longo do Rio Oiapoque decorrendo o mês de janeiro de 1919, afirmou ter chegado a Martinica no dia 10 e encontrado ali: Emile Martinique, Raimunda Pereira, Raimundo Cezar, Manoel Patrocínio, Manoel Pereira, Martinho Magalhães e Ângelo dos Santos. Todos eles crioulos provenientes de Cunany, onde as minas, esgotando-se, não lhes garantiam mais o porvir."

Depoimento de Manoel Figueiredo da Silva, 80, ao Padre Alicino.

Na falta de um começo glorioso para a cidade de Oiapoque, seu biógrafo oficial, o padre Rogério Alicino apela para a interpretação romanceada do nascimento de uma comunidade, que, como se depreende dos trechos documentais apresentados, era provavelmente formada por antigos negros quilombolas. Cunani, a vila de onde teriam provindo esses "crioulos", situava-se bem no meio da antiga zona litigiosa franco-brasileira e já havia sido naquele passado recente um porto e entreposto comercial abastecendo a região das minas. Foi no tempo em que os negócios proliferaram na região com o anúncio da descoberta de ouro, a última década do XIX. A mesma época em que Henri Coudreau circulou incessantemente pela costa do território montando sua grande obra geográfica.

Antes desse *boom* econômico, porém, Cunani constituía-se somente em um centro habitado por ex-escravos das Antilhas e das Guianas, e escravos fugitivos brasileiros. Essa região setentrional da costa amazônica sempre foi visitada por um razoável fluxo internacional de pessoas vindas do Caribe. Através desses deslocamentos migratórios espaciais, a música e a culinária local sofreram as influências dos negros antilhanos. O calipso, o reggae, o zouk e o merengue, por exemplo, são ritmos musicais que penetraram durante todo o século passado nesse extremo norte brasileiro e influenciam ainda hoje a música tocada desde o Amapá até o Maranhão.

Durante o período de explosão da busca do minério de ouro, um grande contingente de aventureiros de todas as partes das Guianas, do Caribe e do norte do Brasil chegou, ocupando a vila e inflacionando o custo da vida local. Algo em torno de 6000 pessoas povoaram a área em seu momento de maior circulação. Assim, assediada pelo excesso de aventureiros migrantes no fim do século XIX, parte daquela antiga população negra lá instalada, acostumada à vida de trocas

[28] Padre ALICINO, *op. cit.* p. 115-6.

no mocambo, foi sendo forçada a assalariar-se ou montar pequenos comércios. Durante essa transformação econômica, a maior parte dos velhos habitantes se dispersou.

Faz parte desse fluxo migratório gerado pela atração dourada e praticamente inexplorada pelos historiadores, a origem da vila de Oiapoque. Se Emile da Martinica chegou só até a beira do rio, se chegou com sua mulher e família, ou se chegou solteiro com um grupo, se já havia outros antes dele, ou se as terras eram desabitadas, não se sabe. É bastante provável até que, ao contrário dos outros habitantes do lugar, provindos de Cunani, Émile tenha vindo do norte, de Caiena. Chegou no início do século XX, segundo os depoimentos, talvez em busca de ouro, afinal lá no Oiapoque também se encontrava o precioso metal. Instalou-se definitivamente nesse lugar que recebeu seu nome. Pescava, plantava e, quando precisava de algo mais, movia-se com sua canoa até o centro comercial de Saint Georges, a vila francesa do outro lado do rio. Era um tipo alegre, tocava gaita, cantava, dançava, portanto devia agradar às mulheres e foi tornando-se uma referência geográfica. Lugar de parada para quem subia o rio Oiapoque, ou para quem vindo lá de montante ia ao povoado da Guiana. Passou a ser visitado com freqüência e, com o passar do tempo, cresceu em torno à sua morada uma pequena comunidade.

Emile, ou Martinique, como era mais conhecido, tinha seguramente uma ampla experiência de vida adquirida ao longo de suas andanças. Conhecia os desejos e as ambições das gentes em busca da riqueza fácil. Ele mesmo já protagonizara essa aventura. Ao mesmo tempo, só poderia sobreviver sozinho na beira da floresta conhecendo bem seus animais, suas plantas e dominando o ritmo da natureza. Portanto, a relação travada com o espaço que o circundava lhe proporcionou um tipo de saber constituído na luta pela sobrevivência com e contra as forças da natureza. Conseguiu dominá-las e irradiar uma atração pessoal. Isso o tornou uma referência para a comunidade em que estava.

A mirada desse grupo de pessoas sobre o lugar onde viviam era o olhar das gentes simples e abandonadas, das pessoas cuja vida está destinada à margem da modernidade, em permanente necessidade de integração com uma natureza quase virgem por uma simples questão de sobrevivência. Olham para o lugar como um espaço em que podem conseguir sobreviver livres em um mundo dominado pelo jogo da exploração do homem sobre o homem. E constituem nesse espaço relações humanas e rituais festivos ou religiosos. E foi segundo esse jogo de trocas culturais que o espaço ocupado por Martinique tornou-se um marco geográfico.

Os dois forasteiros que chegaram depois e travaram os primeiros contatos com essas gentes, já são de outra categoria de pessoas. Como veremos adiante, fazem parte dos migrantes que trouxeram a colonização brasileira para o lugar. Com a chegada do poder instituído pelo Governo e de sua colonização, da exploração econômica empresarial e da valorização futura das terras, a vida tranqüila daqueles primeiros posseiros definitivamente acabou. E com ela o marco geográfico festivo da vila de Martinica foi trocado pela referência institucional da colônia agrícola e penal de Clevelândia.

Comentários (I)

Todos esses olhares mencionados não são os únicos possíveis, nem os consideramos representativos de modos diferentes de olhar a geografia do lugar. São apenas exemplos tomados entre os documentos obtidos para discutir como são diferentes as relações que se estabelecem entre os homens e o espaço em que eles circulam ou de que falam.

Através do "olhar do habitante" mostramos alguns depoimentos e uma reconstrução narrativa de outros. Nesse caso documentos que nos trazem, mesmo sendo mediados pelo padre autor do texto final, a referência mais antiga que existe sobre os moradores daquele lugar, hoje compreendido entre a vila de Clevelândia e a cidade de Oiapoque. Tratam-se das lembranças de companheiros de vida daquele que teria sido, segundo a lenda, o seu primeiro morador, Émile da Martinica. A origem dessa lenda, muito provavelmente um fato verídico, será estudada mais adiante ao analisarmos o povoamento e a colonização do Oiapoque.

Esse mesmo grupo de pessoas encabeçado por Émile também aparece no olhar inicial da expedição do governo em missão colonizadora. Em viagem realizada entre 1919 e 1920, ao lugar ainda pouquíssimo habitado (segundo o relato, apenas 6 pessoas viviam em Martinica), os funcionários foram com o olhar etnográfico da civilização chegando ao encontro dos seus desgarrados. Talvez em função da necessidade de ocupar aquele espaço, a missão governista foi ao encontro dos habitantes e se relacionou com eles. As memórias mais antigas do lugar, as pistas deixadas sobre quem e como viviam os primeiros habitantes não índios daquela região do Oiapoque, esses caboclos e mulatos, foram guardadas no relatório científico daquela expedição. Portanto, no início da construção do futuro espaço civilizado, os grupos que se tornariam elite regional, se aproximaram do espaço efetivamente vivido. Por pouco tempo, é verdade, duraria esta relação, mas a estratégia colonizadora requer e pratica esta interação entre o saber institucional e o saber local.

Em contrapartida, a visão do mesmo grupo humano não é sequer comentada pelo geógrafo Le Cointe. Tampouco é encontrada em qualquer outro trabalho geográfico que transite entre os anos de 1900 a 1930, por exemplo. Os relatórios científicos dos geógrafos, engenheiros e cartógrafos em viagem de reconhecimento ao Oiapoque, limitam-se a uma descrição superficial das vilas e cidades existentes. O povoamento difuso que há em toda a região ribeirinha é ignorado. Somente Henri Coudreau e Jules Crevaux, na penúltima década do século XIX e depois Jean Hurault na década de 1940, tiveram a preocupação e o interesse de estabelecer contato com as populações instaladas na margem do grande rio. Mas esses pesquisadores foram aqueles que fizeram um trabalho de exploração geográfica misturado com uma pesquisa etnográfica e viveram efetivamente naquele espaço, trocando e se relacionando com os índios e outros nativos, mesmo que essa busca tivesse objetivos econômicos, como no caso de Coudreau. Mas usaram o espaço como lugar de troca. Le Cointe não. Ele representa o clássico saber acadêmico de uma geografia meramente física e cartográfica que observa a terra do alto como se navegasse um satélite. A mesma geografia que derrotou Vidal de la Blache em Berna. Uma geografia que não interage com o espaço físico que estuda, portanto não se relaciona com a vida que o habita, nem sequer para explorá-lo economicamente. Esta etapa somente viria num segundo momento. Portanto, essa é uma geografia que, mesmo que não seja esse seu objetivo direto, acaba por se transformar em uma administração do saber a serviço de um poder de dominação.

Tampouco existem referências a Émile nos documentos deixados pelos prisioneiros de Clevelândia, e quanto aos outros moradores nativos também encontraremos pouquíssimas menções. Não houve, por parte desses rebeldes políticos, a preocupação em conhecer a história do lugar, quem eram seus habitantes, ou saber como e por que o espaço produzido pelo homem se configurou daquela forma. Lauro Nicácio, na íntegra de seu depoimento a Everardo Dias, ignora praticamente toda essa vida humana pré-existente ao campo de prisioneiros, chamando-os, em dado momento, de "caboclos abandonados à própria sorte"[29].

Os anarquistas, em suas cartas enviadas ao sul do país e publicadas na imprensa operária do mundo inteiro, ou nas reportagens e matérias feitas pela grande imprensa após o seu retorno, também pouco falam dos habitantes do lugar. A relação geográfica que esses prisioneiros estabeleceram com o lugar foi uma

[29] Everardo DIAS, *op. cit.*

relação de permanente perseguição da fuga, um querer se ausentar daquele lugar, como anseia claramente a poesia de Domingos Brás.

Foram poucos os casos de militares rebeldes que se estabeleceram no novo espaço, ou que estabeleceram relações humanas, mesmo que superficiais, com os habitantes nativos ou os colonos imigrantes do lugar. Portanto, é possível perceber, ainda que de modo vago, pelo menos duas grandes produções diferentes do espaço. Uma, a do espaço efetivamente vivido, humanamente explorado, em que o controle sobre ele se faz através de uma troca relacional entre os que vivem, produzindo conflitos e disputas pela posse das terras e poderes locais. Uma outra, superficial ou, marginal, em que as pessoas não se integram nem interagem. Talvez esta última seja determinada pelo fato dos indivíduos estarem contra a sua própria vontade naquele lugar, ou ainda, pelo fato de estarem realizando um trabalho científico ou administrativo em um lugar onde não se pretende a criação de vínculos pessoais. Nestes casos, a produção histórica desse espaço não se materializa, não se vive; quando muito, se mapeia.

(II) AS CONSTRUÇÕES HISTÓRICAS DO ESPAÇO

A História sobre um lugar nunca é somente uma única História. Não é somente a história de seus espaços ocupados ou dos acontecimentos neles ocorridos e das pessoas diretamente envolvidas, mas também é a história das práticas vividas por estas pessoas e das mudanças que elas tiveram no decorrer do tempo através da interação com diferentes atores. Qualquer história que possa ser contada, desdobra-se sempre em uma multiplicidade de outras histórias, quase um sem fim de diferentes histórias. Aqui neste segundo capítulo, utilizando-me de um referencial cronológico linear refaço o percurso de disputa pelo território do qual estamos falando. É uma dura luta travada inicialmente entre a vida humana contra a força da natureza que a envolve. A simples disputa pela sobrevivência transformou-se em uma disputa pela conquista e posse do território. E na disputa entre poderes travaram-se embates envolvendo povos, raças, gêneros, Estados, costumes, religiões, ideologias, mentalidades, enfim, distintos confrontos. Continuando com a idéia de que a ocupação de um território e a organização social desse espaço é resultado das relações travadas entre os poderes nele presentes e que ali se confrontaram, trataremos a seguir de apresentar algumas das possibilidades entre as diversas construções humanas criadas no espaço físico vivido em torno dessa grande região que é o Oiapoque.

1. O poder de nomear.

Os povos de origem *Tupi* não têm uma história no nosso sentido moderno do termo. Têm suas lendas, seus mitos, sua tradição oral, saberes por eles construídos substituindo e cumprindo, em suas culturas, a função que a ciência histórica teria[30]. São os antropólogos que procuram lhes inventar uma história. Muito menos para que os índios se reconheçam nela e muito mais para auxiliar a nossa própria tradição interpretativa ocidental. Não faz sentido para os *Tupi* ter uma história cuja função é a de conservar, aprisionar, perpetuar um acontecimento, porque eles são ou foram enquanto puderam, de natureza nômade. Por isto precisaram e precisam ainda para sobreviver, mesmo estando em pequeno número, de um vasto território para se dispersarem. Os povos de língua *Tupi* se definem por um nomadismo de reconhecimento.

Partindo desta idéia original, baseada em parte, no conceito da nomadologia de Deleuze[31], para quem é preciso pensar em uma anti-história, algo que nos liberte das disciplinas e dos saberes classicamente formulados, vejo o quanto ainda estamos impregnados daquele modelo de saber moderno e o quanto nos é difícil ainda, conseguir criar algo de diferente, principalmente quando vamos ao encontro de quem é diferente. Não é objetivo deste tópico discutir a produção de uma história indígena, mesmo porque não reúno conhecimento suficiente para tanto, mas, como serão analisadas neste capítulo as relações criadas na disputa entre poderes e sua influência na ocupação do território e na construção do espaço de convivência, cabem alguns pequenos olhares para notar como diversos saberes tem relatado, interpretado e escrito esse tema.

---

[30] Ao tratar da outra visão que as sociedades indígenas têm sobre as relações de trabalho/propriedade e de tempo/história, Marivaldo de CARVALHO, em *Introdução à práxis indígena*, p. 26, nos fala de uma "visão de 'história' repetitiva, de um tempo que se enquadra dentro do mito, que possui elementos que permitem explicar a sociedade enquanto mediadora, o indivíduo enquanto coletivo, e a propriedade enquanto comunal."

[31] Gilles DELEUZE e Felix GUATTARI, "Tratado de Nomadologia", *Mil platôs, vol. V.*

Não se trata absolutamente em negar a existência de uma história indígena, o que poderia se confundir com a idéia de que os povos pré-colombianos não teriam história, armadilha que, segundo Manuela Carneiro da Cunha, nos remeteria à ilusão do primitivismo.[32] Idéia recorrente no século XIX e no começo do XX, quando os etnógrafos embrenharam-se nas selvas em busca de vestígios ainda intactos das antigas sociedades sem Estado. Porém, questiona-se aqui, por outro lado, se a tentativa de produzir uma História dos índios, nome do livro coordenado por Carneiro da Cunha, também não se presta fundamentalmente a uma necessidade nossa, de um saber científico e acadêmico, a partir de um referencial constituído pelas nossas experiências pessoais, teóricas, metodológicas e porque não, intuitivas, de classificar, analisar, interpretar e aprisionar de alguma forma o que ainda restou daquelas sociedades. Tudo isto feito sob uma nova perspectiva do saber que vem agora sustentada pelo discurso do respeito à diversidade cultural.

Questionamentos à parte quanto à forma e ao significado dado a essa produção histórica, é certo que ela auxilia o estudo e a construção de toda uma variedade de trabalhos em que a temática indígena esteja presente. No caso específico deste trabalho, a compreensão histórica da cultura e das transformações culturais ocorridas em vários povos indígenas que viveram ou ainda vivem na região em estudo, é parte significativa do esforço para analisar as diferentes construções históricas sobre o Oiapoque. Porém aqui se entende esta produção, não como uma história **dos** índios, mas como uma história **para** os índios, ou ainda melhor, **sobre** os índios. Uma história sobre os índios que faz uso para a sua construção, de uma série de saberes modernos, como a antropologia física e cultural, a biologia humana, a arqueologia e a lingüística, além da própria história. Portanto, é uma história que nos interessa. Mas interessará este tipo de história ao traço cultural característico *Tupi* do nomadismo?

Essa é a dificuldade que enfrenta o antropólogo ao fazer a história indígena, uma incompatibilidade gerada, segundo Dominique Gallois, na diferença entre ser o sujeito e o objeto da história[33]. É dessa cultura *Tupi* nômade por excelência, é dessa necessidade de transito permanente de que nos fala o lingüista Greg Urban, para quem a dispersão final dos grupos falantes *Tupi* teria ocorrido após o ano 1000, atravessando o Xingú e o Tocantins até a região do delta do Amazonas. Entre esses grupos, estariam os *Waiãpi*, grupo de mesmo parentesco lingüístico reunido sob o nome genérico de "tupi-guarani".[34]

---

[32] Manuela CARNEIRO DA CUNHA, Introdução a uma história indígena, *p. 11.*
[33] Dominique GALLOIS, *Migração, guerra, e comércio: os Waiãpi na Guiana*, p. 25.
[34] Greg URBAN, *A História da cultura brasileira segundo as línguas nativas*, p.92.

Em seu percurso migratório, pelo menos aquele que a nossa história conseguiu reconstruir através dos estudos bibliográficos e etnográficos já realizados[35], os *Waiãpi* deixaram, a partir do século XVII o médio e baixo rio Xingu, o lugar mais distante de onde temos referências sobre eles, para alcançar, no fim do século XVIII, o médio e alto rio Oiapoque, onde hoje circulam em uma área relativamente restrita abrangendo seus afluentes de ambas as margens. Esta é uma possível explicação da origem espacial dessa população, com base nas fontes dos relatos de viagens de expedicionários, missionários e aventureiros.[36] Já, segundo a tradição *Waiãpi* estudada pelo etnógrafo Pierre Grenand[37], seu berço de origem seria muito mais recente, situando-se nas margens do rio Jarí, afluente do Amazonas próximo à sua foz. Na percepção histórica desse povo, como explica Dominique Gallois, *"a total inexistência de cronologias, além das 4 ou 5 gerações ascendentes, determina uma compressão do tempo, onde todos os eventos são reduzidos a um único tempo, o 'mitológico".*[38] Então, para estabelecer uma significação cronológica linear baseada em nossa compreensão do tempo sobre a história mitológica *Waiãpi*, os antropólogos precisam recorrer a outros saberes que não somente o etnográfico. Mas isto se faz para atender a uma necessidade nossa, irrelevante para os povos *Tupi.* Um desses estudos usados é o de sua linguagem.

A fala *Waiãpi* seguramente deriva do tronco lingüístico da família *Tupi-Guarani.* Segundo a tese lingüística, esta família começou a sua diferenciação dos outros grupos macro-tupi entre 2000 e 3000 anos atrás, a partir de algum lugar entre o Xingu e o Madeira. E o fizeram em sucessivas e seguidas dispersões tomando a forma de explosões irradiadoras que alcançaram, com o decorrer do tempo, regiões cada vez mais distantes. Assim, a constituição desses grupos índios a cada diferenciação gerada, assume também uma característica mais nômade. Na opinião de Urban, "menos presos a espaços físicos", com suas línguas e culturas

---

[35] GALLOIS, *op. cit.* Na 2 ª parte de seu trabalho, traça um quadro da migração do povo Waiãpi, como ela o grafa, com base no trabalho anterior de Curt NIMUENDAJÚ, *Streifzug vom rio Jarí zum Maracá.* Petermans Mitt.; e também no trabalho de A. METRAUX, *Les migrations historiques des indiens Tupi Guarani.* Para Nimuendajú, os *Waiãpi* teriam parentesco direto com os *Guaiapi* do rio Xingu, região de onde teriam se dispersado.

[36] Por exemplo, João Felipe BETENDORF, *Crônica dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão.* Livro 3 °. e 4 °. O original foi publicado pela primeira vez em 1910 pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, Tomo 72, 2 ª. parte ; M. de HERIARTE, *Descripção do Estado do Maranhão, Pará, Gurupá e Rio das Amazonas 1662, apud* Francisco VARNHAGEN, *História Geral do Brasil*; e no mapa de Padre S. FRITZ, *Mapa geográfico Del Rio Marañon apud* Barão do RIO BRANCO, *Frontiéres entre le Brésil et la Guyane Française.*

[37] Pierre GRENAND, *Les relations intertribales em Haute Guyane du XVIII siècle à nos jours.*

[38] Dominique GALLOIS, *op. cit.*, p. 26.

tornando-se também cada vez mais móveis[39]. Isto permite encontrar parentescos étnicos entre nações que seriam, a princípio, absolutamente distantes.

*

Por conta dessa característica migratória, tal é o nível de variação encontrado no vocabulário dos diversos povos *Tupi-guarani*, que, em muitos casos, o uso da lingüística como instrumento para recuperar uma história sobre uma determinada nação revela-se próxima de um lance de jogo de azar. No palco da região em que produzimos este trabalho, a origem e o significado do nome Oiapoque ainda causa muita controvérsia entre os pesquisadores. Vamos tomar como exemplo, por ser uma das explicações mais recentes para essa toponímia, a versão apresentada por Jorge Hurley em um artigo escrito após sua expedição costeira ao norte brasileiro:

"eu lia na sede da Colonização do Oiapoque, hóspede do distinto engenheiro gaúcho Gentil Norberto, a melhor obra do grande sertanista Henri Coudreau, "Chez nos indiens quatre années dans la guyane française" (1887-1891), quando achei à pagina 450 a origem do vocábulo Oyapoc, *por um esforço de analogia. Disse Coudreau: "La premiére nuit ou dort á embouchure du PINOC, ainsi nommée de ce qu'une case couverte en feuilles autrefois:* Pino-cuamou *(baoaba na língua criôla) é* óca *maison.*
Pinoc, *que é um* igarapé *do alto* Oyapoc, *margem francesa, foi a chave maravilhosa da descoberta. Lembrei-me dos* Oyampis *e de* óca, *liguei os dois vocábulos e compus* Oyampoca, *casa de* Oyampis *ou lugar de* Oyampis! *Estava revelada a etimologia de* Oyapoc. *A "ferrugem" do tempo roeu-lhe o* m *de* Oyam *e o* a *de* óca..."[40]

O baiano Hurley, em sua missão de reconhecimento da costa, ora tomava ares de antropólogo, ora de etnólogo e também se fazia passar por etimólogo. Engenheiro de formação, usava seu raciocínio lógico para deduzir novas teorias e legitimar novas descobertas, como o fez neste exemplo de analogia que ele mesmo descreve. Contudo, esta tese está longe de ser uma unanimidade. Ela é aceita pelo dicionário etimológico dos municípios brasileiros[41] porém, existem muitas outras explicações para o mesmo termo.

---

[39] *Greg URBAN, op. cit.*, p. 92-3.
[40] Henrique Jorge HURLEY, Oyapoc não tem K, p. 592.
[41] IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, vol. 14.

O próprio engenheiro, antes de dar a sua explicação lógica, enumera uma seqüência de diferentes argumentos usados ao longo da História em tentativas de decifrar a origem do termo. Para o francês Paul Laporte e para a brasileira Raja Gabaglia[42], seu nome derivaria do macaco *chironectes palmatus,* muito abundante na região e pelos índios nativos chamado de *yapoc*. Para o lingüista Martius[43], a etimologia do vocábulo se originaria do *Karib,* língua na qual *ojab* significava abrir por si e *poc,* rebentar. Portanto, o Oiapoque é o rio que arrebenta, nome também aceito por Barbosa Rodrigues devido ao grande número de corredeiras existente em seu curso. Ora, somente nesta afirmação de Martius, surgem três possibilidades diferentes. A primeira, se o vocábulo é *Karib,* então os *Waiãpi* não seriam um povo *Tupi*? Se, por outro lado, eles realmente são um povo de origem *Tupi*, então a língua por eles falada pode ter incorporado várias outras línguas através de intercâmbios tribais? E enfim, talvez o nome Oiapoque não tenha sido dado pelo povo *Waiãpi*, mas por uma população *Karib*? Como vemos, parece que o uso da lingüística, às vezes, também pode se tornar um complicador. Portanto, o que nos garante que uma história sobre os índios não se transforme em um mero jogo de dados lançados ao acaso?

Voltando à origem do nome Oiapoque, durante a disputa pela zona contestada os textos franceses do século XIX levantaram a dúvida iniciada por De Montravel quanto a *Oyapoc* e demais nomes próximos, *Japoc, Japoco, Yapoc, Wayapoc* serem todas denominações de quaisquer rios em geral. A obra de Joaquim Caetano estudada pelos pesquisadores da comissão de limites do Itamarati[44], traz também uma relação completa dessas diferentes possibilidades e inclui o nome genérico de grande rio como sendo aceito também pelo Barão de Butenval e por Le Serrec. Esse grande rio poderia ser o Amazonas, fato que, na época, interessaria demasiadamente aos franceses, estendendo assim sua fronteira natural muito mais ao sul.

Outra explicação etimológica usada durante bastante tempo, seria a diferenciação estabelecida pelos índios, entre rios pequenos, *oya mirim,* e rios grandes, *oya pucú*, palavra que em *Tupi* está mais corretamente associada a comprido. Além dessas explicações temos outras ainda, como *poc* ou *pucu*, significando furo e *oya*, água. Portanto Oiapoque seria uma terra inundada por água, ou, por extensão, igapó, igarapé. Por último temos a versão criada por Joaquim Caetano, para quem o termo é a composição de duas palavras *Waiãpi*, *waia* que é ponta e

---

[42] Paul LAPORTE, *La Guyane des Escoles,;* RAJA GABAGLIA, *As fronteiras do Brasil,* p. 90-1, *apud* HURLEY, *op. cit.*
[43] Karl MARTIUS, *Glossaria Linguarum Brasilienssium,* p. 517, *apud* HURLEY, *op. cit.*
[44] Marina MARÇAL e Helena SOUZA, *Oiapoque*, Belém, 1967, (mimeo.) Reg. 08/83. CBDL.

poco, que seria longa. E assim o nome se deve à ponta longa que há em sua foz, em referência ao cabo Orange.

Parece que a nomenclatura também atende ao interesse de quem a produz. Envolvidos em uma disputa territorial entre duas nações, os estudiosos e exploradores franceses e brasileiros, cada qual de sua parte, não mantiveram a objetividade científica que naqueles tempos tanto reclamavam como método para a realização de seus trabalhos. Ou melhor, transformaram o discurso de objetividade científica em uma ferramenta para construir e moldar uma cartografia e toponímia que sustentasse os reclamos de seus governos. Os estudiosos brasileiros, em sua maioria, tentaram dar nomes que localizassem o rio como sendo realmente o atual Oiapoque, ou pelo menos dar nomes que não comprometeriam esta hipótese. Por outro lado, os franceses tentaram associar o vocábulo a nomes genéricos como qualquer rio ou qualquer rio grande, o que poderia levar à interpretação das cartas náuticas e terrestres de modo a associar o Oiapoque ao Araguari ou, quem sabe até, ao Amazonas. Mas esta disputa de nomes somente se desenvolve a partir do século XVIII. Até então, o nome nativo era praticamente ignorado nas cartas geográficas.

*

WAYÃPI, WAYÃPI, WAYÃPI[45] falariam os índios apontando para eles mesmos. WAIÃPI-OCK, WAIÃPI-OCK, WAIÃPI-OCK, diriam, abrindo os braços e apontando para o longo do rio. Poderíamos narrar assim o primeiro encontro entre os marujos espanhóis desembarcados naquele curso no ano de 1.500 e os índios locais. Se aceitarmos a tese de Hurley, os *Waiãpi* queriam somente dizer que aquele era o lugar em que viviam: Oiapoque, a morada dos *Waiãpi*. Era nesse território que a frota de Vicente Yañez Pinzon havia fundeado. O fato foi obviamente ignorado pelo navegador a serviço de sua majestade o rei de Espanha. Em sua homenagem, o monarca manda batizar o rio com o nome de seu descobridor: "*El Rio de Vicente Pinzon*". Os mapas históricos espanhóis e portugueses do século XVI e XVII, denominam o rio, na maior parte dos casos, com o nome Pinzon ou Pinçon. Já os mapas franceses e ingleses a partir do século XVII usam somente o nome de Oiapoque ou seus derivados como, Japoc, Yapoc, Wayapoc e outros.

[45] *WAYÃPI* ou *OYAMPI* é um povo do núcleo lingüístico tronco *TUPI* que habita as margens do rio Oiapoque. Além deste povo, na mesma região em direção ao Oceano, há também significativa presença do povo *Palikur*, ou *Paricur*, do núcleo lingüístico *PA* do tronco *ARWAK*.

Nem ao certo sabemos se ambos os nomes referem-se ao mesmo rio. É bastante provável, pelo menos segundo o geógrafo Vidal de la Blache, que Pinzon tivesse fundeado ao largo da foz de outro rio. Nesse caso teria encontrado outros índios, outra tribo, outra língua, outro nome. Em um relato datado de 1513, Pinzon menciona uma "Província Paricura", na região do Cabo Norte, nada comenta sobre os *Waiãpi*, que, provavelmente, somente chegaram nessas paragens duzentos anos depois. O que nos interessa aqui não é encontrar a verdade histórica sobre o descobrimento europeu, mas sim perceber que a diferença entre os dois chamamentos ressalta de antemão uma diferença de mentalidade e perspectiva existente entre as duas civilizações que ali se defrontaram. Para uma delas, a dos antigos habitantes, nomear revela somente significar algum lugar como referência a uma imagem, fato ou ação já conhecida ou existente na natureza. Para a segunda, a dos conquistadores que chegaram e venceram, nomear significa querer imortalizar alguém em algum lugar. Da mesma forma, para a maioria daqueles povos indígenas nômades, a morte significava reviver e vaguear pelas terras enquanto espírito. Já, para os cristãos mercantilistas como o espírito despede-se da terra após a morte, esta somente pode significar alguma vida ao seu portador se for imortalizada ainda em terra. Eis o choque anunciado entre uma civilização voltada para a vida coletiva do grupo protegido e outra orientada preferencialmente para o sucesso da empresa pessoal e a valorização da individualidade. Este foi apenas o primeiro dos diversos conflitos criados entre diferentes interesses, costumes e modos de vida, que se confrontaram nessa vaga erma amazônica.

*

Batizar lugares, renomear antigas denominações sempre foi uma forma de conquistar e ocupar territórios. Obcecados pelas disputas nos tribunais, pelas estratégicas tramas dos tratados intencionalmente arbitrados, pelos litígios das fronteiras todavia não demarcadas, a vida simples e o cotidiano das pessoas que habitavam as "novas" terras, a sua língua, os nomes, valores e costumes, nada valiam para os modernos soberanos europeus empenhados em levar a civilização ao Novo Mundo.

Porém, sobretudo aqui, nesta região fronteiriça entre o vale amazônico e o Oceano Atlântico, é necessário comentar uma diferença de base religiosa no caráter da empresa mercantil protagonizada pelos católicos ibéricos e pelos protestantes do norte europeu. Neste norte sul-americano os conquistadores delimitaram tanto uma fronteira geográfica natural, o divisor de águas das montanhas TUMUC-HUMAC, como realizaram uma fronteira religiosa. Na

Amazônia, ao sul da serra, permaneceram espanhóis e portugueses. Do outro lado, nas Guianas, em direção ao oceano, estabeleceram-se os franceses, os holandeses e os ingleses[46].

Estas distintas colonizações também criaram diferentes relações com os indígenas da região. A diferença que nos interessa neste episódio, discutível mas bastante elucidativa, poderia ser a de que os católicos travaram, além de uma mera empreitada comercial, inclusive uma batalha religiosa pela conquista das almas, separando os índios selvagens daqueles já convertidos. Por outro lado, pelo menos nesse quinhão do continente, os protestantes se dedicaram exclusivamente à sua empresa mercantil, delimitando uma fronteira entre terras colonizadas e terras indígenas. Talvez esse descaso dos huguenotes com o paganismo ameríndio tenha contribuído para uma convivência mais pacífica com as tribos ali estabelecidas. E também para alguma manutenção da toponímia original. Ao contrário, a prática de espanhóis e portugueses e também a de católicos franceses, sempre foi a de complementar com um batismo cristão o antigo nome nativo.

Naquela que foi a grande empresa colonial espanhola, se ainda se mostrava de modo praticamente impossível a colonização da densa selva equatorial, pelo menos o batismo católico ou a imposição do próprio nome aos acidentes naturais lá encontrados, afirmava uma vontade de pleno domínio. Ao que tudo indica, Pinzon foi o primeiro ocidental a percorrer este trecho do litoral que passará a ser conhecido como a "Costa do Cabo Norte", uma extensa região praticamente despovoada indo desde o canal norte do Rio Amazonas até a baía do rio Oiapoque[47]. Foi também outro espanhol, Francisco Orellana[48], que, após ter percorrido o rio Amazonas desde as nascentes andinas até a foz atlântica, quando de sua chegada à Madri tempera o imaginário ocidental sobre estas terras ao contar ter enfrentado as guerreiras amazonas nas margens do grande rio.

Coube aos navegantes protestantes a retomada de viagens lendárias. O viajante inglês Sir Walter Raleigh movido pela cobiça do ouro investe ao sul do delta do Orinoco em busca do "El Dorado", a reluzente cidade de Manôa perdida na selva. Capital das amazonas com construções revestidas em dourado único, sustentadas por colunas de ouro maciço, cobertas com cúpulas de pura prata e fachadas cravejadas de brilhantes, rubis e esmeraldas. O sonho delirante do novo mundo povoava os corações dos viajantes ante a ingenuidade nativa que lhes ria.

---

[46] Emmanuel LÉZY, "France-Brésil: L'Histoire d'une merveilleuse rupture", p. 69-91.
[47] Ver a coletânea de Flávio GOMES (org.), *Nas terras do Cabo Norte.*
[48] Gaspar de CARVAJAL, *Descobrimento do rio das Amazonas.*

Raleigh nunca a encontrou. Mas, voltou para Londres maravilhado e de pronto publicou *The Discovery of the large, rich and beautiful Empire of Guyana (1596)*. Estava aberto o sinal para a conquista dos europeus setentrionais. Nos anos que se seguiram, exploradores ingleses, holandeses, irlandeses e franceses a mando de seus soberanos vieram se deliciar nesse império do prazer que teriam sido as Guianas. O rio Oiapoque foi visitado seguidas vezes por embarcações inglesas. Também a holandesa Companhia das Índias Ocidentais organizou frotas a negócios na Guiana. A Coroa da França também enviou suas naus. Porém, foi somente no ano de 1626 que os franceses se estabeleceram definitivamente num porto, a atual cidade de Caiena, aproximadamente 200 quilômetros ao norte do Oiapoque.

2. O poder de submeter e o poder de resistir.

Súdito empreendedor e geógrafo diletante, o português Bento Maciel Parente em memorial ao rei Felipe IV datado de 1634, descrevia-lhe que,

"Da outra parte do Rio no Cabo do Norte, corre a costa a oeste até o rio de Vicente de Pinzon, na altura de três graus da linha ao Norte: haverá coisa de quarenta léguas entre o grande canal, e a demarcação entre Portugal e Castela. Aqui se pode fazer outra Capitania. Terra de serras, campos alagadiços, boa para gados, dá bem tabaco, e algodão, e pode-se estender pelo Rio acima, até a boca do rio das Amazonas, e Província dos Tapayosús compreendendo também as Províncias dos Tucuyús e Maringuins, em que haverá cerca de duzentas léguas para o Rio acima."[49]

Na época o monarca espanhol ocupava o trono de Portugal. Toda uma imensa área mais ou menos delimitada pela extensão do rio Amazonas ao sul e pela do rio Oiapoque ao norte foi concedida à exploração da família Parente. Foi chamada Capitania do Cabo Norte. Que tamanha riqueza a desta família[50]. É bem verdade que não havia nenhuma garantia real para a posse daquelas terras, porém, Bento Maciel imaginava obter uma vasta empresa colonial no Amazonas. Já donatário de um território gigantesco e de difícil ocupação englobando os atuais Maranhão e sul do Pará, o fidalgo lusitano recebia agora também toda a porção ao norte do grande rio das amazonas.

[49] Documento citado por Arthur Cezar Ferreira REIS, *Território do Amapá*, p.22
[50] Hélio VIANA, Bento Maciel Parente: Soldado, sertanista e administrador.

Bento Maciel foi um implacável perseguidor dos índios *Tupinambá,* no Maranhão, notórios pelas alianças estratégicas travadas com os corsários franceses. Depois de submeter esse povo e conquistar-lhe as terras, compreendidas entre São Luís e Belém, passou a atacar os *Tapajós* de quem nos fala naquele relato[51]. Fazia parte dos seus planos o estabelecimento de outros núcleos de povoamento português ao longo do curso do Amazonas e de seus principais afluentes; fazia também, a comercialização das especiarias e drogas amazônicas, e o desenvolvimento de lavouras regionais aproveitando-se da força de trabalho dos índios já convertidos e submetidos a uma semi-escravidão. A incorporação da nova Capitania aguçou-lhe a idéia de estender seus negócios às terras baixas do rio Araguari, região ao norte da foz do Amazonas, o atual Amapá, formada por campos alagados propícios à criação bovina.

Uma empresa desse porte em uma área imensa e inóspita como aquela precisaria de um grande volume de gente. Quantos portugueses estariam dispostos a viver nesse mundo tão distante de Lisboa? Qual a estratégia que restava para promover sua ocupação? No próprio memorial, Bento Parente revela que pretende estender e compreender as terras dos *Tapayosus, Tucuyús* e *Maringuins.*

É precisamente neste objetivo de ocupação do território que os portugueses se diferenciaram de seus oponentes franceses. Estes, ao contrário dos lusitanos e reafirmando seu exclusivismo mercantil, vinham cá somente para comerciar. Nada de lavouras, nada de gado, nenhuma atividade permanente. Élisée Reclus compreendeu isto como se fosse uma incapacidade francesa para o estabelecimento de uma colonização de caráter permanente, pois

"Desde o século XVI e XVII que aventureiros franceses vagando pelos mares estabeleceram pontos de refúgio e rotas aos locais favoráveis da costa, jamais imigração verdadeiramente espontânea se dirigiu da França para a Guiana. Todos aqueles que, durante dois séculos e meio desembarcaram nestas plagas, entre o Maroni e o Oiapoque, vieram como funcionários ou soldados como levas de escravos..."[52]

Segundo esta análise do geógrafo francês, mais do que não colonizar, coisa que os portugueses também demoraram a fazer, a vida nesse embrião colonial que era Caiena, seguia somente como um pouso para negociantes bucaneiros, aventureiros solitários ou a serviço da realeza. Um lugar onde não havia a preocupação de se estabelecer qualquer contato ou troca cultural com os

[51] Ver Eduardo HOORNAERT, A Amazônia e a cobiça dos europeus, *in História da Igreja na Amazônia.*
[52] Elisée RECLUS, L'Amazonie et la Plata. Les Guyanes. Guyane Française, p. 72-3.

indígenas, somente escambo. Já, os ibéricos tinham, além do comércio, o objetivo declarado de trazer a "civilização". E duas formas para atingi-lo. Uma violenta, através da escravização dos nativos por *"tropas de resgate que legitimadas pelos religiosos missionários promoviam as guerras justas"*. Outra persuasiva, através das missões catequizadoras. Esses índios, chamados de descidos, *"persuadidos por missionários e escoltados por militares desciam de suas malocas para trabalharem nas* ***aldeias*** *de* ***repartição****"*.[53]

A legislação colonial portuguesa estabeleceu um corte na política indigenista entre os índios aldeados e aliados dos portugueses e os gentios inimigos espalhados pelos sertões[54]. Para os primeiros, uma vez descidos, as leis coloniais promoviam uma política de aldeamentos junto às missões jesuíticas em que os índios amigos eram senhores de suas terras, catequizados e civilizados até se tornarem vassalos úteis. As guerras justas eram travadas contra todos os gentios bárbaros, considerados hostis e inimigos. Não havia um critério exatamente definido para o índio ser classificado como bárbaro inimigo, podendo ele ser a recusa à conversão, o impedimento da propagação da fé católica ou alguma hostilidade praticada contra vassalos e aliados dos lusos. Uma vez que a guerra justa legitimada pela Igreja garantia aos colonizadores a escravização lícita dos selvagens capturados, havia, em momentos de avanço da colonização portuguesa e maior necessidade de braços, óbvio interesse em criar situações de conflito para submeter índios que, pacificamente, se mostrariam irredutíveis.

A colonização lusitana na Amazônia não diferiu da lógica econômica em que se montou todo o sistema colonial[55]. A Igreja católica portuguesa, não somente não se opôs à violência que esteve presente durante toda a conquista, como a legitimou e amparou através de sua missão jesuítica, levando a sua própria missão de civilizar a qualquer custo as almas pagãs, ao limite da desrazão. A conquista, no caso português, trouxe além disto, um outro elemento de característica única. A conquista não se limitou à exploração econômica do território e de seus recursos materiais e humanos com a conseqüente submissão dos índios. A conquista buscou também retirar ao indígena a sua crença nativa e incutir-lhe uma nova crença. E para o sucesso, até que inconsciente dessa ação, contribui o caráter eminentemente masculino da colonização lusa, que acabou provocando uma reprodução forçada da população indígena com a miscigenação sendo aceita de modo muito mais natural do que em qualquer outra colônia

[53] Roberto de OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 135.
[54] Beatriz PERRONE-MOISÉS, *Índios livres e índios escravos*. Ver também o primeiro capítulo "O pano de fundo: características da ocupação colonial do Maranhão e Grão-Pará" de Nádia FARAJE, *As muralhas dos sertões*.
[55] Fernando NOVAIS, *Portugal e Brasil no antigo sistema colonial*.

americana. Assim, foi sendo gerada, especialmente na Amazônia, a criação de um povo e de uma cultura cabocla.

Houve, no mundo colonial português, uma união coesa raras vezes encontrada na metrópole. Igreja, Estado e empresa mercantil unem-se a serviço do mesmo propósito, a expansão ao Novo Mundo da civilização cristã capitalista rompendo, através dessa mistura étnica artificialmente produzida, grande parte da resistência pela identidade das populações locais. Como diz Roberto Oliveira, os colonizadores europeus exerceram *"um ato constitutivo de periferia. Constituíram-nos, os europeus, periferia do mundo ocidental".*[56]

*

Os principais grupos indígenas do "Cabo Norte", a nação *Palikur,* habitante do extremo norte do Amapá e considerados aliados dos franceses e os gentios dos *Aruan, Tucujus e Arawak,* vivendo entre o Amazonas e o Araguari, encontravam-se muito arredias ao contato com as missões jesuíticas e militares portuguesas, resistindo bravamente à sua redução. Desde a metade do século XVII, os frades franciscanos lá enviados em missão de fé, queixavam-se de que aqueles mesmos indígenas irritadiços no trato com os portugueses eram muito amáveis e conversáveis com os mercadores franceses.[57] Sucessivas missões jesuíticas comparecem à região do Araguari nas duas últimas décadas do XVII. Em setembro de 1687, Bernardo Gomes e Antônio Pereira, jesuítas provindos de Santo Antônio, haviam retornado à foz daquele rio estabelecendo-se na aldeia de Tabarapixi junto aos índios *Arawak* das tribos dos *Marawana* ou *Maracume,* já reduzidos à missão, quando estes se revoltaram. Vejamos como este episódio foi construído e interpretado, com base nos documentos régios, pelo historiador paraense Arthur Reis:

"Tudo parecia sob os melhores auspícios, quando rebentou uma rebelião entre os bugres. Como sempre sucedia, a um incidente de pequena monta, a ***indiada enfurecia-se*** *e, esquecida dos benefícios que os homens de sotaina lhe faziam, atiraram-se a eles, para sacrificá-los. Os dois jesuítas, com os catecúmenos que haviam trazido de Marajó para ajudá-los na nova faina da catequese, foram mortos a tacape [...]*

[56] Roberto de OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 146.

[57] Segundo denúncias do frades franciscanos da província de Santo Antônio, encontradas nos Alvarás – Cartas-Régias e Decisões, nos Códices da Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Pará. Comentário de Arthur REIS, *op. cit.*, p.27.

As forças mandadas em perseguição dos matadores, que fugiam em direção ao território francês, conseguiram alcança-los em Maiaime. Mês de outubro de 1687. O encontro foi violento. Os Aroaqui e os Maracume ofereceram resistência. Por fim, batidos, caíram em mãos luso-brasileiras os indiciados autores da sangrenta façanha. ***Submetidos a julgamento*** *foram indiciados em Belém."*[58]

A selvageria enfurecida dos indisciplinados que não queriam perder sua autonomia e liberdade é algo muito difícil de ser concebido, seja pelos positivistas evolucionistas de nossa modernidade como pelos jesuítas e conquistadores de outrora. Que benefícios lhes trariam os civilizadores de Roma? A justiça de sua Coroa? Retoma-se aqui mais um capítulo daquela história iniciada no simples confronto dos nomes Oiapoque x Pinzon. Duas visões opostas de vida, duas éticas distintas, um desequilíbrio material de forças. Nesse jogo de interesses e de poderes, os franceses, mostraram-se coerentes com seus negócios, pouco se preocupando em submeter seus nativos à fé cristã. Os portugueses queriam muito mais: ocupar o território, converter, submeter e disciplinar as almas pagãs. Não que os franceses não tenham tentado a colonização do território através da catequização de seus gentios. Há relatos de expedições de guerra e escravização contra os *Tucujus* no início da colonização francesa (fins do século XVII),[59] e também o estabelecimento de missões jesuíticas francesas na região do Oiapoque durante o século XVIII. Mas trata-se de casos esporádicos e não de uma estratégia sistemática para o domínio e a ocupação do novo território. Provavelmente, para a maioria daqueles nativos equatoriais, em particular as tribos de origem *Arawak*, maioria no Cabo Norte, a possibilidade de não serem incomodados em seus costumes e crenças era o fator preponderante que os separava ou aproximava dos estrangeiros europeus. Daí o fato do convívio ter sido mais pacífico com os brancos de Paris, levando-os a estabelecer alianças com eles.

*

Ao norte do rio grafado nas cartas náuticas como sendo de Vicente Pinzon mas que homens e mulheres da mata continuavam a chama-lo de Oiapoque, os franceses estabeleceram em Caiena seu porto colonial mais meridional. Eles montaram uma empresa mercantil, a "Companhia do Cabo do Norte", exclusivamente com o objetivo de explorar comercialmente a Guiana. Vale

[58] *Ibid.*, p. 35. Grifo em negrito meu.
[59] Cartas de Antônio de Albuquerque reproduzidas em Arthur REIS, *Limites e demarcações na Amazônia: a fronteira colonial com a Guiana Francesa.*

lembrar que também pelo nome genérico de Guianas ficaram conhecidas todas as terras desde o braço norte do rio Amazonas até o delta do Orinoco: Guiana Inglesa, Holandesa, Francesa e até Brasileira. Durante muito tempo, o reino de Portugal e depois, o Império do Brasil e a República, chamaram a atual região do Amapá de "Guiana Brasileira".

Aquela antiga empreitada ganhou novo fôlego durante o governo do ambicioso Marquês De Feroles, ou Pierre de Ferrolle, na Guiana ultramarina francesa. O nobre a serviço de Luís XIV incentivava os mercadores de seu país convidando-os a navegar e negociar além do Oiapoque. Valia-se da boa vizinhança e hospitalidade dos nativos com quem mercavam *"madeiras e especiarias como cravo, cacau e urucum"*.[60] Bancava-lhes a defesa com a garantia armada da esquadra francesa sediada em Caiena. Vejam bem, estamos falando de um território distante e ermo nomeado por espanhóis, sob pretensa jurisdição portuguesa, alvo dos negócios ingleses, holandeses e franceses, porém povoado por indígenas em sua maioria aliados destes últimos.

Em 1697 o Marquês mudou de manobra e partiu chefiando uma esquadra em direção a Santo Antônio de Macapá. Neste antigo sítio de Macapá, às margens do braço norte do Amazonas, os portugueses haviam erguido há poucos anos uma praça forte. Em 31 de maio desse ano a fraca fortaleza sucumbiu ao assédio francês. Durou pouco tal vitória. Algumas semanas depois, vindo de Belém, um forte destacamento militar sitia a praça, escala sua muralha e derrota os poucos franceses que a guarneciam. Retomada Macapá, o governo colonial luso no Grão-Pará dá-se conta do lema "povoar para não perder". A vila de Macapá verá construída uma sólida fortaleza com o nome de São José. A partir dessa época as incursões francesas ao sul do Oiapoque não alcançarão mais a foz amazônica e a soberania portuguesa em terras sobre o Brasil se afirmará de modo absoluto, pelo menos até a desembocadura do rio Araguari.

Iniciava-se assim oficialmente para a historiografia moderna, na passagem do século XVII para o XVIII, o conflito armado entre os governos da França e de Portugal que se estendeu também ao futuro governo brasileiro, pela posse das terras da Guiana Brasileira. Este confronto alongou-se por mais de duzentos anos, num vai e vem de invasões e escaramuças militares e jurídicas entre os países envolvidos. As terras situadas entre os rios Oiapoque e Araguari permaneceram durante todo este tempo envolvidas em uma disputada relação litigiosa de fronteiras que ficou conhecida como o Contestado franco-brasileiro.

---

[60] *Ibid.*, p. 26-31.

Em termos oficiais estes litígios somente acabariam após a ação diplomática do Barão do Rio Branco, na pendência jurídica por ele defendida e ratificada a favor do Brasil pelo Tribunal de Berna em 1900.

Para a população contudo, a disputa lhe era um tanto quanto indiferente. Portugueses, franceses, brasileiros, não eram nacionalidades compartilhadas ou adquiridas pelos negros, crioulos, caboclos e índios habitantes do território. Podiam manifestar mais simpatia por uns ou outros que lá passavam mas este sentimento inventado de identidade seguramente eles não tinham. O que estava em jogo era apenas um lugar em que se pudesse viver e sobreviver, um lugar em que se construía o espaço real da vida. E este lugar tornou-se novamente inquieto com o surgimento, no fim do século XIX, de um outro "El Dorado".

3. O poder de explorar: ouro em terras de ninguém.

Com a chegada da República, a idéia da grande federação brasileira retoma força, pelo menos no papel. O decreto federal 164, de janeiro de 1890, que dispõe sobre a "Colonização da Guyana Brasileira", é bastante claro ao considerar:

"a urgente necessidade de povoamento das nossas fronteiras, especialmente amazônica, ainda em grande parte contestada por governos europeus, e até hoje totalmente indefesa: [...] deliberou o governo fundar colônias nacionais no território da Guyana Brasileira, mediante os favores pelo mesmo decreto especificados.

Organizada a comissão incumbida de explorar o território e de lançar os fundamentos do primeiro núcleo, partiu em março para o seu destino, ***havendo sido lamentavelmente acometido de febres,*** *a que sucumbiram o chefe, engenheiro Francisco de Paula Ferreira Gomes, o médico e dois auxiliares.*

A despeito desta tristíssima ocorrência foram a 6 de julho inaugurados os trabalhos de organização de um centro colonial nas margens do rio Araguary, junto da colônia militar D. Pedro II, em ***sítio bem reputado pelas suas condições de salubridade*** *e servido por comunicações fáceis."*[61]

Dois diferentes problemas apresentam-se no texto acima. O primeiro é a necessidade da colonização da fronteira, entendida aqui não como o lugar limite do território nacional. A fronteira deve ser entendida no sentido norte-americano da conquista do Oeste. A conquista de fato de um território que de direito já pertenceria ao Estado, porém ainda era desabitado pela "civilização". A colonização continua confundindo-se com a missão civilizadora, já não somente a européia, mas agora, aquela irradiada a partir do centro-sul do país. O povoamento através das colônias agrícolas, será feito com a população nacional sem terra e, em tese, já disciplinada segundo os moldes da civilização moderna. Uma população legitimamente brasileira para ocupar o seu território de direito, ainda em mãos de nações indígenas não civilizadas.

[61] "Boletim da Sociedade Central de Imigração", *Imigração* n °. 74, dez. 1890. Grifos em negrito meus.

O outro problema a ser enfrentado pela República é que estas áreas desabitadas pela "civilização" são inóspitas e em condições adversas para os não adaptados ao meio terem de enfrentar a existência. O discurso do governo não o nega. Se em sítio bem reputado pelas suas condições de salubridade o chefe e o próprio médico morrem de febre amarela, imaginemos como não seriam os sítios insalubres? Mais de cinqüenta anos após ter acontecido este episódio, o Secretário de Estado do Amapá, Arthur Miranda Bastos, ainda tinha pavor de viajar, por exemplo, para o rio Jari, por causa *"dos piuns do lugar, moscas pequenas, de picada dolorosa, que aparecem sobretudo ao amanhecer e ao anoitecer, e que enchem o corpo das pessoas que atacam de manchas pretas, que se transformam em feridas difíceis de sarar"*.[62]

*

O que se apresentava na outra margem do centro colonial fundado no rio Araguari era um imenso conjunto de terras litigiosas em que o exercício do poder de Estado sobre o território realizava-se de modo indireto, ora com o predomínio do interesse francês, ora do brasileiro. Desde a tentativa de Bento Parente em tomar aquelas terras, além das tribos indígenas já mencionadas, a região era habitada por uma mistura popular de caboclos brasileiros e pretensos súditos franceses, quase todos negros vindos da Martinica e da Guiana em busca de ouro e um pedaço de terra. Segundo os testemunhos orais que compõem a lenda regional, em 1893, dois paraenses, Germano Ribeiro Pinheiro e Firmino de Tal, bateando nos igarapés do rio Calçoene descobrem um grande veio de ouro, bem no centro da área litigiosa.[63] A historiografia da Guiana Francesa concorda com a data e o local mas discorda da origem dos descobridores, que segundo ela, eram franceses.[64]

A notícia foi o suficiente para atrair milhares de homens em busca da aventura do ouro nos anos que se seguiram. A área compreendida entre o Calçoene, o Cassiporé e os afluentes deste, registrou um fluxo intenso de aventureiros, em sua maioria provindos das terras mais ao norte, mas também uma boa quantidade

---

[62] Arthur Miranda BASTOS, *Uma excursão ao Amapá*, p. 55.

[63] *"...além da zona encachoeirada do Calçoene, trinta e cinco quilômetros, ou 'vinte dias de jornada', a oeste de 'Grand Degrad', em um igarapé que corria à margem de uma montanha (batizada de monte Esperança). Os dois exploradores, bateando no pequeno curso fluvial, 'viram na baeta algumas pintas de ouro (la coleur)... Prosseguindo nas buscas, os dois atingiram outro igarapé 'onde bateias de 10 a 150 gramas de ouro foram obtidas. Passados dois meses o francês Clement Tamba, indo a Calçoene, de lá levou para Caiena 12 quilos de ouro nativo." Narrativa encontrada em* Antônio Rodrigues VIEIRA Jr. *Ouro no Amapá*, p. 6. Reproduzida por Silvio MEIRA, *Fronteiras setentrionais.* O romance de José SARNEY, *Saraminda*, narra a história de Clement Tamba de modo ficcional.

[64] Stephâne GRANGER, Guiana-Brasil: da rivalidade à cooperação.

de brasileiros vindos principalmente do Pará. Esse *boom* foi comparado pelo historiador Manoel Buarque ao de uma nova Califórnia.

"Súbito, naquelas regiões, até então desertas, fundaram-se numerosas habitações, que ainda existiam em 1900, quando foi decidido o litígio que tínhamos com a França. Daniel, povoação cosmopolita, à margem direita e a 12 milhas da foz de Calsoene, chegou a contar 80 casas comerciais, sendo algumas delas importantíssimas.

Em frente a essa povoação, havia uma outra de nome Firmino, onde estabeleceu-se a Anglo-Franco Gold Mining Company, que seguiu depois para o Plateau..."[65]

Vilas com os nomes de garimpeiros que depois se tornariam a referência do próprio lugar. Povoados que surgiam e alguns anos após desapareciam. Mais perene que estes, o povoado de Amapá, bem abaixo da foz do rio Calçoene, transformou-se em um aglomerado urbano (aproximadamente 1.000 pessoas o habitavam nessa época), centro dos negócios brasileiros da região. Lugares onde antes nunca haviam vivido mais de uma centena de pessoas também inflaram: Cunani, Uaçá, Aruacá. Povoados de garimpeiros numa zona onde não havia cobrança de tributos, em que a influência do Estado nacional era menor do que a dos interesses comerciais mais imediatos, fez com que a própria população moradora se organizasse em cada vila escolhendo suas lideranças locais, ou melhor, acompanhasse o barranqueiro mais poderoso.

Para que fique clara a sucessão dos acontecimentos é preciso visualizar a ocupação humana dessa geografia territorial nos anos em que foi descoberto o minério. As terras disputadas pelos governos da França e do Brasil compreendiam uma porção de campos e florestas existentes entre os rios Araguari, ao sul, e Oiapoque, ao norte. Acima deste último, situava-se a Guiana Francesa. Abaixo do Araguari, sem dúvidas, iniciava-se a província brasileira do Pará. Entre estes rios, margeada pelo Oceano Atlântico, havia uma área denominada de Contestado franco-brasileiro. O minério de ouro descoberto, primeiro nas cabeceiras do rio Calçoene, e depois nas áreas próximas do rio Cunani e também do Cassiporé, atraiu para toda a região inúmeros garimpeiros. Antes dessa aventura cobiçosa, as terras seguiam abandonadas e habitadas basicamente por povos indígenas *Galibi, Karipuna* e *Palikur,* à exceção de alguns poucos povoados já existentes como as vilas de Amapá, Calçoene e Cunani.

---

[65] Manoel BUARQUE, *O Amapá, p. 35.*

Em Cunani desenvolveu-se um mocambo pobre, habitado por ex-escravos brasileiros, libertos e fugitivos, muitos deles descendentes dos antigos revoltosos cabanos. Apesar de sua proveniência ser majoritariamente do território brasileiro, devido à sua condição de negros ex-escravos, esta população relacionava-se melhor com os crioulos e franceses de Caiena. É a população de quem nos fala Coudreau em *Chez nos indiens* quando diz rever seus "antigos amigos de Counani, o capitão Trajano" e também fala em Benito, o primeiro capitão, Raymond de Macéde, o capitão mais influente[66]. Amapá era uma vila fundada por caboclos brasileiros, pecuaristas de atividade, onde também morava um pequeno grupo de funcionários do Estado. Depois de Macapá, essa vila constituía-se na principal referência do Estado brasileiro na região. E por último, a povoação de Calçoene, minúscula até a descoberta do ouro. Segundo uma carta reservada enviada em 1895 pelo cientista Emilio Goeldi ao ministro do Interior,

"O único ponto do Território Contestado, onde de fato há uma completa inversão é o Rio Calçoene, formando os crioulos de Cayenne, de Martinique e Guadeloupe, enfim súditos franceses, decidida preponderância numérica. Com este rio a França entretêm constantes relações, diretas e via Cayenne e Martinique.[67]

Acompanhando o mapa do Amapá, podemos perceber uma ocupação agropecuária feita por caboclos brasileiros com um mínimo de amparo do Estado, entre o rio Araguari e a vila de Amapá. Ao norte, entre o Calçoene e o Cassiporé, uma região rica em minérios, encontra-se outra ocupação humana de aventureiros garimpeiros, na maioria, crioulos das Guianas e do Caribe, junto a alguns empresários e funcionários do governo francês, todos eles misturados a uma população anterior descendente de escravos brasileiros. E um resto de território permanecendo sob a influência das populações nativas. Como relatou Emilio Goeldi ao retornar de sua viagem ao extremo norte:

"Se o Território Contestado se limitasse ao Amapá, Senhor Ministro, não valeria a pena o tempo de brigar. Um limite mais natural e estratégico não poderia haver e eu aconselharia tanto ao Brasil, como à França, de dar esta zona de presente; seria uma espécie de cavalo Troiano! Mas como o norte do

---

[66] Henri COUDREAU na Introdução de *Chez nos indiens.*

[67] Ofício reservado de Emilio Goeldi ao Ministro Carlos de Carvalho, 21/11/1895. AHI, Fundo: Documentação Rio Branco, Parte III, Códice 340 – 2 – 13. Compilado por Flávio GOMES, Jonas QUEIROZ e Mauro COELHO (org.), *Relatos de Fronteiras*, p. 97.

Contestado é tão bom, como o sul é ruim o litígio é plenamente justificado e o Brasil deve cuidar de seus legítimos direitos."[68]

*

Cunani, com pouco mais de um milhar de pessoas, fazia a função de pólo comercial francês. E foi por ali que se iniciou o entrevero que marcaria o último conflito militar franco-brasileiro. Durante as últimas décadas do Império, como forma de amenizar as tensões existentes na área litigiosa, os governantes do Brasil e da França permitiram uma certa autonomia das populações locais, decidindo somente pela direção de um delegado administrativo escolhido de comum acordo. Segundo o que escreveu Arthur Reis, o estopim do episódio foram os desmandos de um preto:

"As autoridades de Caiena, apesar de tudo, mostravam-se dispostas a criar na zona neutralizada o ambiente que autorizasse a integrá-la no espaço territorial de Caiena. E nomeando para representá-las em Cunani ***um preto brasileiro de nome Trajano, que, antigo escravo de uma família de Cametá, fugira de seus senhores*** *para a zona litigiosa, onde se tornara o* ***amigo e protetor dos crioulos*** *da Guiana Francesa e algoz dos brasileiros que trabalhavam nas minas, deram-lhe com o título de capitão, poderes para agir, como vinha agindo, isto é, contra os interesses do Brasil."*[69]

Podemos perceber além do caráter nacionalista, um forte conteúdo racista no entendimento da revolta ocorrida em 1894-95. Parece que os brasileiros da vizinha vila de Amapá, recém saídos de um regime escravista, não podiam aceitar um negro ex-escravo como o líder de uma comunidade próxima em que se encontravam as maiores reservas auríferas. Assim, um pequeno grupo da elite local de Amapá, liderado por Veiga Cabral, o Cabralzinho, político profissional com aspirações no território contestado, instituiu em dezembro de 1894 um Governo Provisório do Amapá que logo tratou de reger a circulação de pessoas e mercadorias. O novo governo estabeleceu dois decretos principais e fundamentais para se entender a dinâmica dos negócios em curso no lugar:

"DECRETO N º. 1 – Da Exploração de Minas no Amapá:
Art. 1 º. Fica desde já franca a entrada dos Rios do Amapá a todo e qualquer brasileiro que organize qualquer expedição para a exploração de Minas neste Território ficando sujeito ao regulamento seguinte: [...]

---

[68] *Ibid.*, p. 98.
[69] Arthur REIS, *Território do Amapá*, p. 98-102. Grifo em negrito meu.

Art. 4 °. Todos os produtos tirados serão apresentados ao Triunvirato para serem conferidos afim de pagar o competente direito. [..]
Art. 5 °. Será expressamente proibido vender-se os produtos tirados neste Território em Cayenna ou qualquer país estrangeiro...
Art. 6 °. É expressamente proibido a entrada de todo e qualquer estrangeiro que vier de Cayenna ou dos países do norte do Cabo de Orange.

DECRETO N °. 2 – Do Triunvirato do Amapá eleito pelo povo:
Art. 1 °. Fica criado um Exército de Infantaria Defensor do Amapá, composto de quatro Bm.s tendo cada Batalhão quatro companhias.
Art. 2 °. É nomeado General comandante Geral do Exército o Sr. Francisco X. da Veiga Cabral."[70]

Lendo esse conjunto de documentos oficiais do novo território nacional, o mesmo historiador Arthur Reis interpretou que:

"O Triunvirato autorizou a reação armada dos brasileiros que se sentissem ***prejudicados na exploração das minas pelos crioulos*** *da Guiana Francesa. E deliberou que todo e qualquer indivíduo que perturbasse a paz, criando dificuldades à ação do Governo ou fomentando o desrespeito à legislação que ia sendo decretada fosse deportado por três anos. [...]*

Em Calçoene, ***o preto Trajano continuava nos desconcertos*** *[...] O Triunvirato, informado do que ocorria, decretou a expulsão do traidor, mandando capturá-lo por uma força do exército amapaense..."*[71]

Percebe-se em ambos os textos, tanto no decreto oficial como na interpretação do historiador dada a ele, a efetiva defesa da instituição da soberania brasileira num território litigioso que se mostrava agora rico em ouro, e a conseqüente vontade de abocanhar o tributo de tal riqueza. Num território que até então seguia livre das atribuições do Estado, livre de seus impostos e livre de suas leis, a população local organizava-se minimamente seguindo seu desejo de cobiça. Os garimpeiros crioulos da Guiana lá instalados há mais tempo, com mais prática e técnica no negócio do ouro e também com mais recursos, controlavam os melhores pontos e faziam dinheiro fácil. Aos brasileiros restava trabalhar para eles ou se embrenharem pelos igarapés mata adentro na busca incerta de novos veios.

Da mesma forma que sucedeu aos índios *Waiãpi*, também não temos a escrita da História realizada por estes negros libertos ou fugitivos[72] que circulavam

[70] *Ibid.*, pp. 137-141. Cópia de manuscritos existentes no IGHP. Versão também reproduzida por Silvio MEIRA, *op. cit.*
[71] Arthur REIS, *Território do Amapá*, p. 98-102. Grifo em negrito meu.

nômades pela região de fronteira. Sobreviveram poucos testemunhos orais e memórias locais que se transformaram em pequenas metáforas. Uma delas, reproduzida pela população local foi tomada como mito de origem pelo Secretário de Governo do Pará.[73] Outra fonte, o recenseamento da população da vila de Cunani organizado pelo morador Demetrio Nunes de Souza a pedido de Emilio Goeldi, durante a estadia deste último na região, entre 7 de outubro e 14 de novembro de 1895, traz o seguinte informe:

"a população da Vila de Santa Maria, em Counany consiste de 284 pessoas. São brasileiros sem exceção alguma: a maioria é de diversas localidades do Estado do Pará (Curuá, Macapá, Cintra, Vigia, Curuçá, Pará, São Caetano, Gurujuba), bem 95% do total. De crioulos de Cayenna não encontrei senão uma mulher velha, viúva de um brasileiro, e um rapaz (Adolfo Gimino) criado em Counany, que me disse não ter saudades de Cayenna, estrangeiros encontrei um único – Jeronymo Xavier, de nacionalidade portuguesa. São, com poucas exceções, pretos e mulatos, os mais velhos evidentemente "mocambistas" (escravos fugidos), do tempo do Império, antes da abolição da escravidão; a geração nova consiste de paraense, que livremente vieram das localidades supramencionadas."[74]

Ressalta do texto a confirmação de que a vila de Cunani desenvolveu-se desde meados do século XIX como um quilombo de escravos fugitivos. Os trabalhos desenvolvidos por Flávio Gomes e José Maia Neto, assinalam os quilombos reconhecidos no Amapá. O Cunani, que inicialmente era apenas um ponto de passagem na rota de fuga dos negros nascidos em território brasileiro para a Guiana, cresceu demograficamente com a diminuição, a partir de 1860, das fugas para fora do território nacional.[75]

Retornando aos desconcertos do negro Trajano, quais teriam sido eles? Queimar a bandeira brasileira, por exemplo. Ora, plagiando Arnaldo Antunes, Trajano não era brasileiro, não era estrangeiro, não era de lugar nenhum, nenhuma pátria o pariu. Esse é o cúmulo do despropósito instituído como verdade para se afirmar

---

[72] A escravidão na Guiana Francesa foi abolida em 1848.

[73] *"Cunany foi a princípio simples mocambo de escravos fugidos, a maior parte da região de Salgado: alguns anos antes da abolição da escravatura no Brasil, por lá aparece Mr. Chaton, e por conta própria dá liberdade a todos os escravos e a todos promete a proteção da França; funda com eles a povoação de Cunany, estabelece o comércio e fornece mesmo a alguns dinheiro para esse fim".* Carta-ofício de Egídio Leão de Sales ao Governador do Estado do Pará, 31/12/1900, publicada em Arthur REIS, *Território do Amapá.*

[74] Exposição sumária da viagem realizada pelo Museu Paraense de História Natural e Etnografia ao Território Contestado Franco-Brasileiro. AHI – Fundo: Documentação Rio Branco – parte III, códice 340 – 2 13. Compilada por Flávio GOMES, Jonas MARÇAL e Mauro COELHO (org.), *op. cit.*, p. 99-100.

[75] Flavio GOMES, *A Hidra e os pântanos*; José Maia BEZERRA NETO, *Fugindo sempre fugindo.*

uma História nacional: cobrar fidelidade pátria de alguém cuja pátria nunca o quis livre. Trajano sempre foi um mísero recurso humano, um instrumento sob o domínio de homens algozes. Porém, ali naquela terra de ninguém, ele ousou inverter as relações de poder. Ali ele se constituiu em um indivíduo livre para poder. Era reconhecido e respeitado até por um renomado explorador como Henri Coudreau. E isto incomodava, e muito.

*

Neste momento, precisamos retroceder alguns anos. Uma das causas do aumento das tensões, foi o fato de que, entre 1885 e 87, se proclamou a República independente de Cunani. Aproveitando-se dos negócios mantidos nessa região do Amapá, alguns comerciantes e exploradores franceses, decidiram testar a criação de uma república independente nesse norte amazônico. Como presidente foi eleito um conhecido romancista francês, Jules Gros, que coincidentemente fazia parte da Sociedade Geográfica Comercial de Paris. Gros, constituiu como ministros, literatos e empresários da capital francesa. A sustentação do governo mantinha-se nesses interesses comerciais e no desejo de independência da população local, que, como vimos, era constituída basicamente por ex-escravos brasileiros, seus descendentes e os imigrantes provindos das colônias francesas e inglesas em busca de um quinhão para garantir sua existência.

Benito Trajano é um desses fugitivos que se torna uma liderança local, ganha o título de primeiro capitão e cai nas graças de Coudreau, que o define como velho atleta, calmo e doce. Além dele são conhecidos como figuras populares do movimento, o chefe de cavalaria Raimundo de Macedo, definido por Coudreau como brilhante e fecundo diplomata, o jovem político José de Vasconcellos, os franceses Demas e Jouan e o empresário suíço Cartier, todos citados por Coudreau em sua narrativa[76].

O apaixonado republicano Coudreau em seu relato enaltece os escravos do Brasil que fugidos da casa do patrão, vieram ao Cunani em busca da liberdade. E segundo ele, justamente porque não havia governo é que se constituiu ali, um governo. Um governo, em sua opinião, diferente, porque nascido do desejo de liberdade de homens oprimidos durante a vida, e por isso mesmo, com jóia de viver: *"eles festejariam com vigor todos os dias, se eles pudessem, o presente de sua saída da terra da servidão"*. Coudreau que via nesse movimento uma das escolas de aplicação do socialismo futuro, profetizava que *"a Amazônia formará*

[76] Henri COUDREAU, *La France Équinoxiale, Voyages a travers les Guyanes et l'Amazonie*, p. 387.

muito provavelmente, um dia, dia quem sabe bastante próximo, um Estado independente separado do Brasil."[77]

Para além do sonho de um mundo novo e da festejada liberdade aos escravos oprimidos pelos senhores, há, sem dúvida, o interesse particular dos próprios negócios. Empresários e comerciantes instalados na região, atraídos pela borracha e outros recursos florestais, seguramente desconfiavam também que a vasta riqueza mineral do subsolo, cedo ou tarde seria descoberta, como de fato foi. Para a imprensa paraense da época, que ridicularizou o movimento, os negros escravos eram apenas um joguete naquilo que Vicente Salles chamou de um "grupo de aventureiros" franceses insuflando a separação e independência[78]. Essa desqualificação produzida pela imprensa e pelos intelectuais, para além do mero discurso patriótico, pode ser entendida como parte do jogo diplomático necessário para obter a conquista definitiva de um território em litígio.

A nova "república", embrião do futuro socialismo amazônico não vingou. Acabou abortada pelo próprio governo francês que, em setembro de 1887, censurou Jules Gros, desaprovando publicamente a iniciativa do Cunani e, literalmente, obrigou o fim desse governo independente. Entre a pequena aventura sem conseqüências e o escândalo diplomático internacional, o governo de Paris resolveu cortar qualquer subsídio de Caiena aos "aventureiros", enviando uma força militar para restaurar a antiga ordem da zona neutra do Contestado.

*

Desde essa tentativa cômica e frustrada de independência, fato agravado pela descoberta dos ricos veios de ouro, as relações franco-brasileiras no território contestado foram se deteriorando ano após ano, até culminarem com a tensão gerada na implantação do governo do triunvirato do Amapá chefiado por Cabralzinho. A reação francesa àquela declaração de independência não tardou. No ataque que se seguiu à vila de Amapá, perderam a vida 38 brasileiros e 6 franceses. Para a "História Oficial" brasileira, o capitão Cabralzinho, nomeado General do Exército, tornou-se o herói da resistência. Os vilões da história foram ambos negros: Trajano por estar no lugar onde não devia na hora em que não devia, e um insano crioulo mandante da Guiana por ter ordenado o ataque. Por coincidência ambos detinham naquele momento o poder de governar. E o

[77] *Ibid.*, p. 432.
[78] Sobre a república de Cunani ver também, Jonas QUEIRÓZ, "História, Mito e Memória: o Cunani e outras repúblicas". *Nas terras do Cabo Norte*; Vicente SALLES, *O negro no Pará.*

governo francês, sob o olhar dessa mesma História, como ficou? Ora, para a historiografia regional brasileira, a poderosa França foi apenas um joguete nas mãos de um crioulo:

"A ação militar fora decidida em assembléia do Conselho Consultivo da Guiana Francesa, convocado pelo Governador, ***o crioulo M. Charvein****, e realizada a 9 de maio. [...] No episódio, triste episódio em que se celebrizou,* ***sem ter obtido a necessária autorização de Paris****, decidira com a cooperação do Diretor do Interior, Chefe do Serviço Judiciário, comandantes da guarnição e do 'Bengali".*[79]

Com os brancos governantes de países civilizados retomando a condução do poder, o derramamento de sangue não mais continuou. O Brasil desfez o exército em Amapá e a França parou de apoiar negros insensatos como lideranças regionais. Pretos, negros e crioulos foram culpados pelos desconcertos. A disputa da área litigiosa iria agora para o campo diplomático numa batalha judicial a ser travada no tribunal internacional de Berna. A objetividade científica do geógrafo Vidal de La Blache contra a conversa hábil do gênio de Rio Branco. Advogado astuto e flexível, mestre em retórica, já ganhara uma causa anterior contra a Argentina. O Barão pesquisou o assunto durante dois anos, montou seus argumentos, juntou os livros de Joaquim Caetano e entregou tudo aos juizes. No Tribunal fugiu do caminho que levava à Geografia da região, terreno ardiloso para se enfrentar La Blache, ingressando no mérito do povoamento anterior feito pelos portugueses, suas missões jesuíticas e explorações militares. Percorreu o caminho das gentes da terra que o francês desconhecia. O mediador suíço, Presidente Hauser, após ouvir os argumentos do Barão, considerou aquelas terras mais brasileiras do que francesas e deu parecer favorável ao Brasil.[80]

Assim, finalmente o país pode estabelecer sua jurisdição legal do Oiapoque ao Chuí e fazer valer a pena o tempo perdido na briga. Desde dezembro de 1900 a fronteira leste-oeste franco-brasileira tem como seu divisor o curso do rio Oiapoque. Na prática porém não mudou muita coisa e durante as duas primeiras décadas do século XX, foi o dialeto francês falado pelos crioulos da Guiana, o *patoiz,* a língua estrangeira mais conhecida e utilizada pelas populações nativas

---

[79] Arthur REIS, *Território do Amapá,* p. 98-102. Grifo em negrito meu.

[80] Para um aprofundamento da questão de limites entre o Brasil e a França na fronteira da Guiana, consultar: RIO BRANCO, *Questões de limites. Guiana Francesa, 1ª. Memória.*; Tito de ALMEIDA, "Limites do Brasil com a Guiana Francesa"; George BROUSSEAU, *Les richesses de la Guyane Française et le l'ancien contesté Franco-Brésilien.*; Hélio VIANA, *História das fronteiras do Brasil.*; Paul V. DE LA BLACHE, *La riviére Vincent Pinzon. Étude sur la Cartographie de la guyana.;* Luís VIANA FILHO, *A vida do Barão do Rio Branco.*

habitantes daquelas selvas, desde os montes Tumucumaque até o cabo de Orange.

4. Poder legal e impotência de fato.

Conseguida a vitória judicial, restava agora uma missão ainda mais difícil: fazer valer de fato o direito conquistado em Berna. A área do Amapá, do rio Araguari ao Oiapoque, foi legalmente incorporada ao estado do Pará. O governo daquele estado somente tomou ciência dessa dádiva celeste ao enviar seu secretário Egídio Sales em visita ao novo território. É dele esta primeira impressão oficial sobre a área incorporada:

"A notícia da decisão a favor do Brasil foi recebida com indiferença pelos Cunanienses, em que notei muita frieza: alguém me disse que se a decisão fosse a favor da França, era muito possível que a festejassem. Não duvido. [...]

Procurando evitar a comunicação com o Pará os Cunanienses mandavam os seus filhos para Cayenna, onde muitos eram recebidos gratuitamente nos colégios. [...]

Em Calsoene a notícia do laudo foi conhecida no dia 15, sendo nós portadores dela: parece que o resultado causou surpresa a muitos súditos franceses, que tinham como certa a decisão pelo Calsoense.

Alguns não podendo ocultar seu descontentamento, inquiriam dos outros se a França se havia conformado com a decisão do árbitro.

Os habitantes de Calsoene são na sua maior parte ingleses, franceses e holandeses (das Guyanas): o elemento brasileiro é quase nenhum.

Nas minas podem presentemente estar trabalhando cerca de 2 a 3 mil mineiros.

***Não raro encontra-se nas ruas de Calsoene criminosos de morte: os crimes aí cometidos estão impunes; a vida do cidadão não é garantida**[...]*

Notei que alguns crioulos das Guyanas e alguns martiniqueses procuram fixar residência em Calsoene, dedicando-se à cultura da mandioca, da cana-de-açúcar, de milho, arroz, batatas, bananas, mesmo do cacau e de café, indicando dessa forma que já vão se desenganando do ouro que está escasseando. [...]

Amapá como Cunany, já teve suas escolas primárias para estudos elementares: hoje não tem mais. [...]

O comércio pouco desenvolvido. O povo dedica-se em geral à pesca do pirarucu, à lavoura e à indústria pastoril e extrativa: pode-se dizer que raro é o amapaense, quer morador na povoação, quer no interior que não tenha a sua roça de mandioca. [...]

Os habitantes do interior ocupam-se também em escala crescente, na extração da goma elástica, que há em abundância nas regiões dos lagos, pouco exploradas.

Nessas regiões há também outros produtos naturais como sejam salsa, copahiba[81]*, andiroba. [...]*

Do Oyapock não tenho informações."[82]

O documento é a primeira impressão oficial do governo brasileiro sobre a área mais setentrional do país que ainda encontrava-se sob a dominação econômica de garimpeiros estrangeiros. Leão Sales é sincero ao reconhecer que nos pontos

[81] Copaíba ou copaú: cicatrizante e remédio para as moléstias das mucosas, principalmente a uretra. Gov. Augusto MONTENEGRO (org.) *Álbum do Estado do Pará.*

[82] Carta-ofício do Dr. Egídio Leão Sales ao Governador, 31/12/1900. Arquivo do Estado do Pará.

urbanos de apoio à mineração, a vontade era de permanecer sob as leis da bandeira tricolor. O texto também é bastante elucidativo mostrando claramente a existência de duas áreas distintas no novo território, quer do ponto de vista econômico, como do seu povoamento. Como vimos, uma área ocupada por brasileiros desde há muito tempo atrás, que fizeram da povoação de Amapá sua principal vila comercial e administrativa. Região que se iniciava em Araguari onde, numa tentativa de estímulo à sua colonização, instalou-se a colônia militar D. Pedro II. Todo um lugar economicamente empobrecido vivendo de uma cultura de subsistência, onde o precioso minério dourado não existia, portanto lugar pouco atraente, e que na prática servia de ponte brasileira para os garimpeiros aventurarem-se mais ao norte. Este norte sob influência da cultura afrancesada ia do Calçoene ao Oiapoque. Mostrava-se rico em ouro, atraindo a cobiça dos mineradores que, apesar de não fincarem pé na terra, deixaram nela a marca rápida e opulenta de seus negócios. Uma região habitada por negros ex-escravos, fugitivos e libertos, e seus descendentes que encontraram ali numa terra de ninguém as possibilidades negadas nos Estados vizinhos. Quanto à fronteira do Oiapoque, Egídio Leão é franco ao dizer que nem sequer a alcançou.

Além de todos estes ingredientes outro tempero engrossa o caldo das relações interpessoais e merece destaque. São os criminosos de morte a que o relato se refere. Muitos deles eram ex-prisioneiros franceses desterrados para as ilhas da "Salvação", como eram conhecidas as Ilha Saint Joseph, Royale e do Diabo na costa da Guiana Francesa. Ilhas com um rico potencial para o palco de narrativa de romances de aventuras, principalmente esta última ilha do Diabo, que mereceu a atenção de vários escritores e até cineastas.[83] Pelas leis francesas os prisioneiros eram obrigados a permanecer ainda vários anos em Caiena, mesmo após terem cumprido a sentença de condenação, na condição de *liberés*. Era a lei da *doublage*, pela qual o *bagnard*, o nome dado ao prisioneiro francês, era obrigado a permanecer na colônia após o término de sua pena, durante um período de tempo igual ao da pena que cumpriu. Dessa forma muitos ex-condenados não conseguiam mais retornar e acabavam morrendo por lá mesmo. Estima-se que no início do século eram mais de três mil os *liberés* vivendo na Guiana Francesa. Além das ilhas, a França mantinha no continente sul-americano as penitenciárias de Saint Laurent au Maroni, na fronteira com o atual Suriname, o campo de prisioneiros em Kourou e a antiga prisão de Montagne D'Argent, já desativada em 1900, na foz do rio Oiapoque.

---

[83] Ver Alexander MILES, *Devil's Island: Colony of Damned*; Colin RICKARDS, *The man from Devil's Island;* René BELBENOIT, *A ilha do Diabo;* Francis LAGRANGE, *F. Lag on Devil's Island*; George SEATON, *Isle of the Damned. Twenty years in the penal colony of French Guyane.*

É portanto bastante provável que muitos destes condenados, impedidos de regressarem à França, viessem tentar a sorte nos garimpos da Guiana Brasileira e alguns até por aí se estabelecessem. A lei da *doublage* é um claro indício de ser uma iniciativa do governo francês a utilização do exílio e do degredo como estratégia de ocupação desse seu mundo abandonado. Uma prática de poder confinar recorrentemente usada pelas monarquias européias. A Inglaterra também iniciou a colonização da Austrália e da Nova Zelândia dessa forma. Portugal abusou deste expediente no início do povoamento brasileiro. Porém, nesta região da fronteira, a prerrogativa foi francesa. Somente muitos anos depois, talvez até empolgado com a proximidade dos famosos presídios, é que o governo brasileiro sob a batuta do maestro Bernardes, irá usar o Oiapoque para este mesmo fim. Adiante veremos detalhadamente as conexões criadas pelos Estados na instituição de campos de confinamentos de presos como meio de garantia da soberania nacional em terras distantes.

*

Nos vinte anos que se seguiram àquela visita do representante do Estado paraense, praticamente nada foi feito. Pelo contrário, com a perda definitiva do território, a França desobrigou-se de continuar assistindo aquela região sob sua influência cultural, que entrou em total decadência. O comércio do ouro passou a ser uma atividade ilegal e clandestina e as antigas vilas existentes foram tornando-se desertas e sendo tomadas pelos contrabandistas. O Governo do Pará limitou-se a tentar organizar administrativamente a região, elevando a vila de Amapá a município e depois mudando seu nome para Montenegro em homenagem ao governador do estado. Continuamos com o poder de nomear.

Toda a vasta região fronteiriça ao norte permaneceu sob a influência dos negócios de contrabando. Além dos índios que lá viviam, seus habitantes provinham na esmagadora maioria das colônias francesas. A exploração econômica – foram descobertos depósitos de hulha no extremo norte – continuava dominada pelos franceses que atravessavam o rio Oiapoque. Com quase toda a exploração comercial da margem brasileira do rio contrabandeada para o outro lado, tardiamente uma campanha nacionalista passa a ser organizada desde o final do ano de 1919 por conta de alguns jornais brasileiros de Belém e do Rio de Janeiro. Passam, principalmente, a noticiar e denunciar com freqüência uma decantada "invasão francesa" em terras brasileiras. Não raro lia-se nos jornais notícias do tipo:

"...o Amapá é uma terra economicamente roubada ao Brasil. O ouro, a borracha, as essências florestais e até o gado de sua produção objeto de grande e próspero comércio clandestino, movido por traficantes de além fronteira que, na verdade, gozam a posse mansa e pacífica do ex-contestado." O Paiz, 14/03/1920.

"Agora, com o abandono daquelas terras por nossa parte, recomeçou a invasão. Os índios brasileiros que se vão civilizando falam, de preferência, o francês, pelo contato freqüente com os colonos de Cayena. O ouro brasileiro é exportado ali como de possessão francesa. O Oiapoque parece, em suma, até pela nomenclatura de seus acidentes geográficos, um pedaço da Guyana Francesa." O Estado do Pará, 25/10/1920.

Até os próprios habitantes lá abandonados, cansados das promessas do governo paraense, resolvem queixar-se diretamente ao então Presidente da República, Epitácio Pessoa. Os fazendeiros, comerciantes, funcionários civis, artistas, operários e representantes de todas as classes populares, com residência fixa no município de Montenegro, ex-Amapá, no Estado do Pará, interpelam o Governo Federal com uma representação pública[84]. Pressionado pela população do Amapá, pelo senador do Pará e pelos jornais, não resta ao Presidente pedir às engenhosas mentes sob seu comando que elaborem um plano de ocupação da área. Será então criado um grupo especial para isto: a "Comissão Colonizadora do Oiapoque".

[84] "Representação Pública ao Ex. Sr. Presidente da República." *A Razão*, Belém, 16,17,19,20 e 22/04/1920.

5. O poder de civilizar: colonizar para não perder.

O rio Oiapoque é uma das fronteiras naturais entre o Amapá e o departamento de ultramar da Guiana Francesa. Para nossos "donos do poder", tomando emprestada a expressão de Raimundo Faoro, no gigantesco cenário das fronteiras da Amazônia brasileira onde podemos incluir os quase 500 quilômetros do rio Oiapoque, a população que as habita nada conta. A política externa de expansão do Estado brasileiro sempre vislumbrou a obtenção da maior área possível sob sua jurisdição, mesmo sendo ela humanamente impossível de ser ocupada e administrada. O objetivo sempre foi o de manter sob seu domínio, mesmo que inexplorada, a vasta riqueza natural do território. Uma política de recursos naturais de reserva. Nesse contexto a gente da terra também é somente mais um recurso material – quanto mais gente melhor – para ser utilizado na exploração do vasto território. O lema de ordem e progresso da bandeira poderia muito bem ser: "Submeter para explorar". Este desejo é tão transparente que já se escrevia sem subterfúgios no texto do decreto lei 164:

"Colonização da Guyana Brasileira: considerando que deve ser empenho do governo da República aproveitar para o cultivo efetivo do solo brasileiro ***a exploração de seus produtos naturais e proletariado agrícola nacional****, em sua grande maioria sem meios de empregar, com melhor proveito próprio e público, a atividade com que tem até aqui* ***provido a fortuna pública e a riqueza do Estado.***"[85]

[85] "Boletim da Sociedade Central de Imigração", *op. cit.* Grifo em negrito meu.

Mais explícito impossível. Para uma nação cujo próprio nome tem como origem um produto de exploração comercial quase extinto, o pau-brasil, a sua gente somente serve para ser usada em favor da riqueza do Estado travestida de bem público. Como o investimento necessário para usufruir a riqueza do Amapá era demasiado grande, o proletariado lá não foi nem enviado, nem explorado. Trinta anos após a promulgação daquele decreto, ainda restaria por ora somente criar postos na fronteira para garantir a soberania nacional sobre o Oiapoque. Outro propósito imediato deveria ser a garantia da presença do fisco para obter uma arrecadação mínima de tributos que compensasse a despesa com os funcionários.

Desde o advento da República há uma febre integracionista onde a fundação de colônias agrícolas – inicialmente patrocinadas pelo Estado e num momento futuro diretamente pelos interesses privados – nas frentes do Centro-Oeste e Amazônia. Foi a estratégia de conquista usada pela civilização para arrebatar a terra de seu estado selvagem, incluindo nesse estado as populações nativas. É a repetição contínua da ação bandeirante da *Marcha para o Oeste,* a expressão clássica adotada no livro homônimo de Cassiano Ricardo.[86]

A missão colonizadora, que se intensificará com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, já se denuncia em 1890 na publicação da Sociedade Central de Imigração. Nesse momento nasce o embrião de toda a política futura de integração nacional respaldada no rondonismo futuro e abusando do proletariado nacional em busca de sua Canaã, como sendo o peão de ataque, linha de frente do desbravamento da selva e do confronto com o selvagem. Política esta que, embora com outros meios, perdura ainda no ano de 2003, pasmem, com a criação no governo Lula de um ministério da Integração Nacional!

Esse confronto entre colonizadores selvagens ocorria patrocinado pelo Estado e em muitos casos sem o conhecimento prévio do colono, que ingenuamente acreditava na promessa da terra desabitada pronta para ser lavrada. Isto foi muito freqüente durante a colonização promovida pelos imigrantes italianos e alemães no final do século XIX no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, onde ocorreram inúmeras conflitos armados com os bugres guaranis. Muito sugestiva é a comparação feita por Luigi Biondi entre dois mapas da mesma região do Oeste Paulista defasados um do outro de 4 anos[87]. No primeiro deles, datando de 1868, encontramos sobre a área os dizeres: "índios selvagens e perigosos".

---

[86] Este tema da conquista da fronteira foi desenvolvido por Alcir LENHARO, *Colonização e trabalho no Brasil;* também por Regina GUIMARÃES NETO, *Grupiaras e monchões: garimpos e cidades históricas do povoamento do leste do Mato Grosso – primeira metade do século vinte;* da mesma autora *A Lenda do Ouro Verde.*

[87] *Livro de ouro do Estado de São Paulo; Il Brasile e gli italiani.*,

Quatro anos depois, o mesmo mapa, enviado para a Itália junto com uma documentação com o objetivo de estimular a imigração subsidiada para aquela área, tem inscrito no mesmo lugar as palavras: "terras desabitadas". Ora, apenas quatro anos seriam insuficientes para que uma vastíssima área ocupada pelos índios *Kaigang* tenha sido, de alguma forma, desapropriada. Nesse caso os primeiros colonizadores cumprem o papel do boi de piranha usado pelo governo. Portanto, o uso de colonos na ocupação de terras habitadas por populações nativas provocando diversos confrontos, ocorreu em todo o país, tendo também diferentes protagonistas atuando para um mesmo script: o da integração nacional.

Retomando o palco deste trabalho na ocupação de uma dupla fronteira – de civilização e de Estado – a questão da presença do índio ainda selvagem preocupava o governo na medida em que ele pudesse ser integrado por um governo estrangeiro. Segundo funcionários paraenses a língua falada, o comércio e os habitantes, tudo se ligava ao regime de administração de Caiena. Em ambas a margens do rio sentia-se sua presença. Mesmo vinte anos depois, já com a criação do Território do Amapá na década de 1940, quando o seu Secretário, Miranda Bastos, visitou as tribos indígenas do norte amapaense, ficou surpreso ao ver que até as crianças falavam o francês dos "crioulos guianenses".[88] Eram os *Galibi*, do rio Uaça, e os *Palikur-ienês*, no rio Arucauá. Além da língua nativa, quando se comunicavam com os estrangeiros ocidentais, falavam o pouco francês que sabiam, nada de português. A essa ausência de soberania percebida pela língua estrangeira usada pela população do lugar era ainda acrescida a condição de vida que levavam: um enfrentamento constante, seja com as forças da natureza seja com as doenças e a miséria reinantes. O quadro traçado pelo IBGE no início do ano de 1940 era desalentador:

"A mineração não constrói. Os que a movimentam não se fixam na terra. Ao contrário, exploram-lhe as riquezas. No Oiapoque destruíram as florestas de pau-rosa, abandonando-o com todo o arsenal das distilarias montadas para o negócio. O estado sanitário é o mais precário possível. O paludismo lavra incessantemente. A alimentação reduz-se ao 'cafezinho com farinha pela manhã; carne salgada, pirarucu ou jabá fervido na água e sal, com farinha no almoço, pouco diferindo o jantar, quando há.' Não se conhece o conforto do lar porque a maioria das habitações são barracos, desservidos de tudo e agasalhando, em franca promiscuidade, toda uma família."[89]

*

[88] Arthur BASTOS, *op. cit.* p. 61.
[89] Comissão de Inspeção de Fronteiras, IBGE, 1940. Reproduzido por Arthur REIS, *Território do Amapá.*

Durante o seu mandato (1918-1922), o Presidente Epitácio Pessoa teve pressões populares muito mais graves para resolver do que se preocupar com o problema de colonização de fronteiras desabitadas. Somente no começo de 1920 é que conseguiu, às custas de muitas pancadas, prisões e deportações, se não controlar, pelo menos arrefecer o ânimo da luta dos trabalhadores dos principais centros urbanos. Desde a grande greve geral paulista de 1917, seguida pela greve geral do Rio de Janeiro em 1918, o país foi sacudido por intensas mobilizações de trabalhadores reivindicando melhorias econômicas e maior participação nas decisões políticas. O ano de 1919 foi ocupado pelo governo com a atitude de desandar sua ira sobre os que trabalham. As cadeias ficaram lotadas de operários, sindicalistas ou não, jornalistas da imprensa operária, e ativistas das lutas sociais em geral, em sua maioria anarquistas ou simpatizantes desta prática política e social que na época se constituía em movimento de massa. Começaram então as deportações de estrangeiros acusados de subversão, desordem, agitação, estas palavras que já sabemos muito bem qual o significado delas, quando usadas pelos "donos do poder". No decreto de expulsão de estrangeiros de 17 de janeiro de 1921, vem inclusive expresso o subtítulo: "Regula a Repressão ao Anarquismo".[90] O medo dos homens dominantes em ver seu irracional comando desobedecido, seus roubos seculares findarem, os torna ainda mais ferozes. Geralmente, os animais feridos ficam perigosos.

Foi através desse aparelho policial em que cada vez mais se transformava o Estado brasileiro, que o Presidente aprovou o orçamento apresentado ao Ministério da Agricultura para o Serviço de Colonização Nacional do Oyapock. Dotou a Comissão Colonizadora de uma verba relativamente boa: 600 mil contos de réis em valores de abril de 1920[91]. A Comissão subordinada àquele Ministério estabeleceu suas diretrizes e encaminhou alguns funcionários em viagem ao Oiapoque para fazer o levantamento da região e escolher um primeiro local para a construção do campo agrícola.

Retornando a Belém, onde estava sediado o Ministério, aqueles homens para lá enviados reportaram o que viram ao chefe da Comissão, o diretor de Povoamento Gentil Norberto. Este não perdeu tempo e com o relatório em mãos organizou outra expedição, já com o objetivo de se instalar definitivamente no lugar escolhido. Nos meses que se seguiram, enquanto esteve no Oiapoque, Gentil tratou de organizar a construção do canteiro de obras para a construção da vila agrícola. Enquanto a vida corria, ele tratou de conhecer melhor a região.

[90] Alexandre SAMIS, *Clevelândia*, p. 85.
[91] *Ibid.*, p. 156.

Encontrou uma terra abandonada porém muito rica. Poderia até estar querendo defender seu emprego por lá, mas o que ele transmitiu, ao retornar meses depois a Belém, era bastante convincente:

"A Zona do Oyapock é das mais férteis do nosso País. Contém o Oyapock granito, quartzo, calcários e minérios de ferro, mais de setenta qualidades de madeiras preciosas, um solo de aptidões incalculáveis, prestando-se a todas as culturas, como as de arroz, café, milho, feijão, mandioca, algodão, banana, fumo, abacaxi, laranja, caju, araçá, é resultado dos climas mais variados, de um magnífico sistema hidrográfico e de grandes possibilidades virtuais."[92]

"Pouco depois, em junho do mesmo ano, eu e os meus companheiros acampávamos nas margens do famoso Oyapock. Verifiquei, desde logo, a veracidade das notícias, que tanto alarme haviam produzido na opinião pública.

A nossa bandeira era desconhecida à maioria dos brasileiros que ali viviam, alheados da Pátria. A nossa moeda era por eles recusada. Uma lavadeira a quem enviei uma cédula de 5$000 para pagamento de pequena dívida rejeitou-a, exigindo francos. Os trabalhadores brasileiros, contratados pela comissão, eram, por exigência deles, pagos naquela moeda. Os nomes dos lugares onde habitavam eram estrangeiros, e preferiam nas conversas o patoiz francês à língua materna. Seus filhos eram batizados e registrados em Saint-George, povoação da Guyana Francesa."[93]

Com base neste relato de um homem idôneo e irrepreensível segundo os políticos, e sob a ameaça do solo pátria ser invadido pelo estrangeiro como clamava a imprensa, era imperioso defender a soberania nacional. E assim foi.

[92] Palestra "A colonização do Oyapock", publicada em *A Noite* e no *Correio da Manhã*, de 5/11/1920.
[93] Relatório originalmente publicado em 1920 e reapresentado na reportagem "Os deportados do Oyapock", *O Paiz*, 11/02/1927.

COMENTÁRIOS (II)

Uma das características intrínsecas às Ciências Humanas é a de ter de trabalhar com agentes que são, simultaneamente, sujeitos e objetos dos acontecimentos. Este é o centro do trabalho do antropólogo e também é a maior dificuldade enfrentada por ele, como comentou Gallois em sua tese. No caso da Antropologia indígena isto fica patente quando vemos a produção de uma história sobre os índios. O problema geralmente aparece ao trabalharmos com todas as fontes que envolvem relatos orais. E aparece também, escamoteado pela idéia da racionalidade, em todas as fontes escritas, visto que foram produzidas, em muitos casos, pelos agentes ou pelos observadores e narradores do acontecimento. Portanto, a análise e a interpretação dessas fontes leva à produção de um determinado tipo de saber que deve prestar contas à ordem vigente.

Para enfrentar este problema do trato com as fontes me parece ser possível a criação de alguns agenciamentos, que funcionariam como uma cartografia humana dos trânsitos que ocorrem no território do Oiapoque. Estes agenciamentos poderiam ser a abertura de algumas janelas para o discurso nômade, a apresentação das falas de diferentes atores sociais aparentemente desconexas, em oposição aos discursos socialmente aceitos. Voltando ao campo da história indígena, por onde principiou este capítulo, seria a realização de uma etno-história como fez Gallois, poderia ser a interpretação que a tradição oral de um dado povo dá aos acontecimentos por ele vividos, abrindo, desse modo, caminhos para a crítica ao discurso da história sobre os índios[94]. E assim por diante, é possível permitir que no emaranhado da narrativa histórica produzida pela repetição de um discurso que vem de longe, haja espaço aberto para a fuga dessas linhas, para o agenciamento de discursos estranhos ao saber instituído e para a demolição de alguns dos pilares que ainda o sustentam.

[94] Dominique GALLOIS, *Mairi revisitada.*

Essas falas desqualificadas como um saber histórico legitimado, porque pertencentes ao universo mítico ou de curta cronologia, ou ainda, porque são reinterpretações distorcidas da história dos brancos, são efetivamente anticiências, para continuar usando a linguagem de Deleuze. Não deixam de ser resistências locais à sujeição imposta pelos poderes disciplinados. É no acoplamento de nossa investigação histórica aos lapsos de discursos deixados no tempo e que emergem do saber local, que reside a possibilidade de produção de algo que fuja à História.

Preso ainda a uma forma de produção narrativa cujo estilo me domina e é o que posso chamar efetivamente de História, também tento a abertura de alguns pequenos caminhos fugindo ao traçado principal, mas cujo destino é completamente incerto. Talvez seja exatamente essa incerteza quanto ao destino que permita seguir percursos diferentes, nos quais não encontraremos nenhuma confirmação de sua validade. Entendo contudo, que há um grande tronco principal sustentando o discurso e que o legitima à ordem instituída.

Iniciamos este capítulo sobre a construção histórica do espaço, mostrando o jogo de poderes que se confrontaram nas terras do Cabo Norte entre os diferentes atores envolvidos em sua ocupação e conquista. Desde o primeiro grande confronto entre duas civilizações absolutamente distintas, a dos europeus conquistadores e a dos ameríndios nativos, se sucederam uma série de conflitos até o momento da luta pela conquista da soberania de fato com a gênese do núcleo colonial de Clevelândia. É possível observar nessa série de confrontos, como a historiografia e porque não, também a antropologia e a geografia, contaram estes acontecimentos à luz de alguns discursos historicamente aceitos como verdadeiros, criando uma versão histórica sobre esses fatos.

O ator privilegiado nesta produção histórica foi, num primeiro momento, a Coroa portuguesa na figura de seus agentes coloniais: os empreendedores aventureiros, os religiosos missionários e os soldados reais. O Estado português foi o mais potente produtor de uma história legítima para essas paragens setentrionais de seu reino e em seguida passou o bastão ao seu sucessor, o Estado do Brasil. Nesse primeiro momento, o único ator que pôde, em algumas circunstâncias, opor-se a ambos, foi o Estado francês, com a sua versão histórica para a ocupação da região da Guiana brasileira. Mas a sua produção da verdade histórica foi, no litígio do Contestado, legitimamente derrotada pela verdade verde amarela.

Afora essa discussão central, contudo, afloram inúmeros outros discursos, ora vencidos, ora resistentes, ora sujeitados, que passaram ao largo dessa batalha principal, ainda hoje perpetuada nos livros de história. Estes discursos emergem, quando analisados por outra perspectiva, nas disputas mais banais, e por isso mesmo, as mais importantes, como a simples disputa pelo poder de nomear o espaço em que se vive. A resistência do nome indígena que se mantêm em meio ao avanço da missão doutrinadora das almas pagãs e que ultrapassa o confronto superior entre os dois grandes Estados em disputa, é uma clara confirmação de que no cotidiano do lugar pratica-se uma história muito diferente da que se procurou, durante tanto tempo, perpetuar.

Gandavo nos dizia que *"a língua deste gentio todo pela Costa é uma: carece de três letras – não se acha nela f, nem l, nem r, cousa digna de espanto, porque assim não tem fé, nem lei, nem rei; e desta maneira vivem sem justiça e governo."*[95] Esse gentio seria uma população primitiva nômade porque não possuía nem religião nem Estado, espantava-se Gandavo que hoje é quem nos espanta. Contrapondo esse discurso, Pierre Clastres, em linhas gerais, nos mostrou que não se tratam de sociedades que desconhecem aqueles que seriam os pilares da civilização.[96] Em sua maioria, mas não de forma totalizante, as civilizações indígenas brasileiras opuseram-se ao Estado. Constituem-se assim, quase que em uma forma de comunismo primitivo por escolha própria, e não por desconhecimento. Este é o tipo do argumento difícil de ser aceito pela ordem vigente, assim como a produção de uma narrativa sobre o passado, que atende perfeitamente a necessidade da comunidade que a reconhece como sua, mas que, não pode ser legitimada enquanto uma História por essa mesma ordem. Daí, o uso de termos como história oral, narrativa mítica, etno-história, nomadologia, qualquer outra coisa que sinalize para um campo teórico diferente daquele da história legitimada.

Mas é justamente nesses discursos de resistência que compreendemos como sendo os saberes locais conceituados por Foucault, que essas populações tradicionalmente se protegeram e criaram, a seu modo, uma máquina de guerra contra o Estado. E não foram somente os ameríndios originais da Amazônia que fizeram isto. Foram todas as populações que, de alguma forma, foram desclassificadas do projeto de constituição da modernidade. Se a Coroa portuguesa pensava que através da miscigenação de seus soldados com as índias nativas, que através da formação de uma população mestiça, os valores da civilização cristã cresceriam nesta terra, na prática o que ocorreu foi o inverso.

[95] Pero GANDAVO, *Tratado da Terra do Brasil.*
[96] Pierre CLASTRES, *A Sociedade contra o Estado.*

Se o sexo trópico equatorial foi usado como uma forma de distensão e uma estratégia futura para quebrar resistências, como é a interpretação dada ao fenômeno por Marc Ferro[97], ele pode também ser interpretado por outro ângulo. Não podemos esquecer que se produziu uma caboclização contínua e permanente do Estado português na América brasileira, criando uma população regional típica, como temos no Pará e Amapá, que nesse jogo entre a submissão e a resistência, gerou, por exemplo, uma revolta tão popular quanto a da Cabanagem.

Os próprios índios tão desconhecedores da noção de Estado, foram hábeis o suficiente para se moverem estrategicamente na disputa entre os Estados francês e português, ora jogando com uns, ora com outros, ora jogando uns contra os outros. E depois também tivemos os negros, que de mocambeiros fugitivos, tornaram-se, segundo a história legitimada, protagonistas de um confronto diplomático internacional no Cunani. Por outro ângulo, mostraram-se politicamente hábeis o suficiente para tirarem proveito da disputa existente entre Caiena e Belém, vivendo até que com demasiada liberdade em terra onde, de outra forma seriam somente súditos submissos.

À nossa História, nos estreitos caminhos que nos restam às margens do discurso legitimamente instituído, restou o espaço do confinamento distante como é a fronteira do Oiapoque. Vendo por outro ângulo, esta marginalidade produz o espaço do trânsito permanente, pulsante, e que se reproduz justamente por que circula, se transforma e não se cristaliza estabelecido enquanto ordem. Pelo menos enquanto este pensamento marginal não se transformar naquele oficial.

[97] Marc FERRO, *História das colonizações*, pp. 135-6.

6. "Clevelândia do Norte – Aqui começa o Brasil!"

Parece sintomático o fato de que, mesmo hoje em dia, ainda exista nos confins mais extremos do país a necessidade contínua de reafirmação da soberania nacional. Lá onde foi considerado durante muitos anos o ponto mais setentrional da pátria, brandido no lema "do Oiapoque ao Chuí", tremula hoje o pavilhão nacional embalado pela maresia, o vento que, vindo do Atlântico, acompanha a maré enchente do rio Oiapoque. Na esplanada em que se espraia a vila de Clevelândia, atual sede da 2 °. Companhia de Fuzileiros de Selva, junto àquela bandeira, ergue-se um monumento onde se lê: "Clevelândia do Norte – Aqui começa o Brasil".[1] Neste ponto ermo do território, a tímida representação do Estado nacional continua sendo exercida pela imagem, ainda única, do Exército. Quase oitenta anos atrás, daquele mesmo ponto, o pioneiro Coronel Raimundo Barbosa discursava:

"De visita à colônia Cleveland, levo a minha alma de patriota numa impressão eminentemente consoladora. É que vejo que, neste afastado ponto de nosso vasto, formoso e amplo território, o progresso se incrementa, a nossa soberania se assegura de modo indelével e o nosso povo – o heróico povo patrício – se robustece, instrui e aperfeiçoa."[2]

[1] Mesmo nome da carta de apresentação da 1ª. Companhia de Fuzileiros de Selva, 3 °. Batalhão de Infantaria da Selva, Clevelândia/AP. Cap. Inf. Marco Aurélio da Silva Andriani.
[2] Carta do Coronel Raymundo Barbosa, *cit.* em "A verdade sobre a deportação para a Clevelandia", *A Notícia,* Rio de Janeiro, 04/01/1928.

Ontem como hoje, repete-se um discurso de posse que somente se transformou em ação efetiva com a construção da vila colonial e militar. A fala do comandante da 8 ª. região militar em 1923, quer nos transmitir a imagem de um Brasil que mesmo hoje em dia não se realiza. O discurso de progresso, robustez, instrução e do aperfeiçoamento soa como quimera numa terra efetivamente tratada muito mais como o lugar onde o Brasil acaba, do que como o lugar onde o Brasil principia.

*

Pouco mais de seiscentos metros de água, exatamente 620 metros segundo a inspeção realizada pelo major Boanerges de Souza[3], separava a soberania brasileira daquela francesa, nesse lugar pouco habitado do continente, onde foi construída a colônia de Clevelândia. Uma clareira em terras altas ao largo da pequena barra formada pelo encontro do igarapé Siparini com o rio Oiapoque, estendendo-se por uns dois quilômetros até as proximidades do rio Pontanari. A mata virgem foi desbaratada após quase um ano seguido de trabalhos realizados pelos 60 integrantes da Comissão colonizadora e pelos caboclos contratados para os trabalhos pesados[4]. Durante os primeiros meses daquele ano de 1921, o vapor Oyapock trouxe carregamentos de madeiras, ferragens, areia, tijolos, *"materiais necessários à construção de um hospital, da casa de administração da Colônia e de uma escola, além de grande cópia de ferragem, instrumentos de lavoura e de uma pequena serraria a vapor, para facilitar a construção das casas dos colonos."*[5]

O recenseamento de setembro de 1920 levantou a existência de 1148 almas no distrito de Oiapoque, sendo 75 delas estrangeiros provindos das Guianas[6]. Esta precisão numérica capturada pelo censo, provavelmente não correspondia à realidade. Boa parte da população ribeirinha, flutuante ou fixa na região, não conseguiu ser recenseada. A população registrada corresponderia à existente em toda a área do distrito, que se tornaria, mais tarde, um futuro município. Somente na extensão compreendida entre Santo Antônio/Saint Georges e Martinica/Clevelândia, a área mais povoada daquele distrito, devera ter uma população que praticamente já alcançaria aquela cifra. Em todo caso, podemos

[3] Inspecção de Fronteiras. Anexo n °. 3, 1927. Relatório do Major Boanerges Lopes de Souza, p. 14. CBDL.
[4] "A verdade sobre...", *op. cit.*
[5] *A Noite,* 07/04/1921, *apud* Padre ALICINO, op. cit., p. 86.
[6] No ano de 1920 foi realizado o primeiro grande recenseamento populacional, agrícola, comercial e industrial brasileiro. Os dados populacionais do município de Montenegro e do distrito de Oiapoque (Estado do Pará) encontram-se no Ministério da Agricultura Indústria e Comércio, *Recenseamento do Brasil Vol. 4.*

supor que boa parte dos moradores recenseados estava lá justamente por causa do início dos trabalhos de construção do Núcleo Colonial Cleveland.

Esse empreendimento inovador e de relativo porte para a ocasião, no limite final da selva brasileira, levou para aquela região todo um conjunto de funcionários burocráticos empenhados na administração da construção da colônia. Tal grupo de pessoas, acostumadas à higiene e ao saneamento urbano promovidos pela modernização em curso no Rio de Janeiro desde a reforma na gestão do Prefeito Pereira Passos, requeria cuidados médicos e sanitários bastante diferenciados que aqueles mantidos para os habitantes locais. Criou-se para tanto, todo um enredo discursivo patrocinado pelo governo e pela mídia, propagando o clima benéfico do local. O Dr. Heráclydes de Souza Araújo, médico sanitarista convidado para acompanhar os trabalhos na colônia, foi o responsável, durante um bom tempo, pela saúde dos funcionários visitantes, e propalou, em seu retorno ao Rio de Janeiro, a garantia de salubridade do lugar:

"A Comissão colonizadora daquela zona construiu em Clevelândia casas de madeira de lei, pintadas a óleo, envidraçadas, com assoalho e teto e cobertura de telhas de barro, tipo francês. Um prédio com dois pavimentos, a sede da administração e outro menor que é a escola pública. Ao fundo fica o hospital, um prédio bastante grande e de construção sólida e bela. Este grupo de prédios é o melhor que se encontra desde Belém até o Oyapock [...]

Pela média geral da hemoglobina e baixa percentagem de baço palpável, vemos com prazer, que a condição sanitária desta futurosa localidade (Cleveland) é mais lisonjeira que a de qualquer zona do Gurupy ou da Estrada de Ferro de Bragança."[7]

Uma constatação médica científica logo reforçada pela concordância do diretor da colônia, o experiente engenheiro dos sertões Gentil Norberto:

"Apesar de composta a comissão de 60 pessoas e de haver trabalhado em zona de mata virgem e nos piores meses do ano, não houve óbito algum, tendo sempre a febre cedido à simples aplicação de quinino em alta dose."[8]

Acompanhando o ritual que enaltecia a paragem, todo um discurso otimista de desbravamento da selva serviu para trazer e erradicar por lá colonos agrícolas e trabalhadores braçais. Nestas condições, a população do entorno aproximou-se

[7] "Costumes paraenses", *Boletim Sanitário*, ano II, dez/1923, n °. 5. Departamento Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro.
[8] Relatório do eng. Gentil Norberto, *cit.* "A verdade sobre...", *op. cit.*

da colônia em construção, seja por simples curiosidade, para a venda da sua força de trabalho e de mercadorias, ou para usufruir, nem que fosse por uma mendicância qualquer, dos serviços lá existentes. Pouco a pouco, os edifícios foram sendo erguidos, o primeiro deles um hospital. Tratava-se de fato de uma "enfermaria provisória", que começou a funcionar antes de outubro de 1921 quando chegaram para serem medicados vários praças aquartelados no posto militar de Santo Antônio[9]. Contrariando o discurso público e ufanista promovido pelos representantes do governo, a inspeção realizada poucos anos depois pelo médico do Exército, Dr. Virgílio Tourinho Bittencourt, nas vilas de Demonty e Santo Antônio, não compartilhou do mesmo otimismo encontrado pelo seu colega Dr. Araújo.

"Nesta vila existem, um posto fiscal federal, Coletoria Estadual, Escola Pública Municipal, Agência de Correio e os funcionários que aí residem com suas famílias [...]

... pude ver que o estado de saúde daquela gente que ali moureja não é bom; quase todos sofrem de impaludismo, as crianças não só de impaludismo como anemiados pela verminose. Examinei crianças e adultos e encontrei volumosos braços, alguns com calafrios e febre elevada.

É doloroso como vive esta gente desamparada de quase todos os recursos, morando em casas em má estado de conservação, tendo uma vez por mês a visita do vapor que faz a carreira entre Belém e Santo Antônio do Oyapock [...]

...examinei uma por uma das praças e pelo exame que procedi verifiquei que quase todas eram impaludadas crônicas, notando em uma delas o início de uma polinevrite, o que determinou o seu regresso pelo mesmo vapor para Belém.

As casas onde residem as praças com suas famílias são feitas pelos mesmos, de taipas elevadas do solo, assoalhadas com pariúbas e cobertas de cavacos umas e sapé outras, todas elas com fossos absorventes e relativa higiene [...] A única defesa de que dispõe é o mosquiteiro, assim mesmo nem todas o têm e os poucos que o têm nem sempre dele fazem uso.

A pequena ambulância médica a cargo de um cabo quase nada possui."[10]

O Exército brasileiro enquanto agente da soberania nacional na região, justamente por não ser uma instituição que presta contas ao público, pôde arquivar informações relevantes e, ao que tudo indica, mais consistentes sobre o local em estudo. Segundo a mesma fonte, a localização geográfica de Clevelândia favoreceria melhor a questão sanitária pois *"está localizada em*

[9] Carta de Clodoaldo da Fonseca ao chefe da Colônia, 01/10/1921, Belém, "A verdade sobre a ...", *op. cit.*

[10] Inspeção de Fronteiras, Anexo 3, 1927. Relatório do capitão-médico Dr. Virgilio Tourinho Bittencourt Filho, p. 2. CBDL.

'Terras Altas' não sendo atingida pela preamar quando em épocas invernosas em que o rio cresce."[11] Isto seria uma das explicações para o melhor desempenho sanitário do lugar. A outra, o investimento do governo federal para manter aquela área como um polo atrativo de pessoas. Com o tempo porém, o método habitual de extinção do impaludismo passou a se mostrar ineficaz, uma vez que os vírus entram em mutação aparecendo outros mais resistentes, como alertou o Dr. Virgílio: *"a quinização que diminuiu o número de casos de impaludismo não alterou o ritmo da freqüência mensal do vivax e do faleiparum."* [12] Estas outras variedades de paludismo não se propagavam através de seu transmissor usual, o "Cellia Tarsimaculata Goeldi", muito conhecido em todo Pará[13]. Uma vasta gama de diferentes mosquitos infestavam a região do Oiapoque, sendo algumas variedades sem classificação científica definida. No período entre as 18 horas e às 21 horas, o zumbido desses outros transmissores das chagas, resistentes ao único remédio então conhecido, levava pânico aos visitantes urbanos desse lugar, cientes da fama da região e do real perigo existente.

A distância entre os dois relatos médicos não se dá somente em seu conteúdo, mas, principalmente, em sua forma de veiculação. O Dr. Heráclydes tem um nome público e seus relatos tornam-se públicos, quase uma propaganda oficial do governo; já, o jovem capitão, médico do Exército, preparou um relatório reservado de circulação restrita aos meios militares. Não podemos de forma alguma, desmerecer o fato de que o médico do Departamento Nacional de Saúde tinha uma preocupação incessante com a busca da cura e erradicação das dezenas de doenças endêmicas da Amazônia. Sua história pessoal nos mostra isto. Mas considerar a fronteira da Guiana como área saudável para os parâmetros amazônicos, cheira muito mais a propaganda política do que a parecer científico. Tanto que, na mesma época, o governo colonial da Guiana tinha enormes dificuldades em convencer funcionários, especialmente médicos e enfermeiros a irem para a região do Oiapoque. O periódico *Les Opprimes*, por exemplo, publicava uma reclamação da população dessa região alertando que *"ninguém quer ir ao Oyapoc"* (os funcionários do governo).[14]

Nesta interseção entre a ciência e a ideologia, o sanitarista ganhou muitos desafetos na imprensa de Belém, para onde rumavam os moribundos ribeirinhos.

---

[11] *Ibid.*, p. 4.
[12] *Ibid.*, p. 11.
[13] *Boletim Sanitário*, ano I, nov/1922, n °. 3, p. 75.
[14] *Les Opprimes*, 07/11/1925.

"tudo aqui agora é difícil e custoso. Não há comunicação. Não há saúde. O Sr. Heraclydes de Souza Araújo com suas patranhas da cura da morfea pelo leite de chaulmoogra, em poucos meses, encheu a cidade, Belém, de morféticos. De toda parte veio gente doente com esperança na palavra desse faroleiro da medicina."[15]

*

Assim, em uma vasta região onde tudo era muito difícil – a própria sobrevivência em si já era muito difícil, onde, até a capital estadual sofria com os males – mostrar que as condições sanitárias desse lugar remoto eram as melhores possíveis, reforçava a idéia da tomada efetiva do lugar e facilitava a chegada de novos colonos. Por outro lado, estabelecer relações oficiais e cordiais com os vizinhos estrangeiros ao norte também reforçava a ocupação deste lado da fronteira. Desde o início a Comissão Colonizadora, dependente do comércio e da infra-estrutura básica de Saint Georges na Guiana, procurou manter boas relações com os mandantes locais. No dia da fundação oficial do Núcleo Cleveland, em 5 de maio de 1922, o barco a motor Rio Branco aportou no trapiche de madeira trazendo os convidados recém-chegados a Santo Antônio no vapor da "Amazon River". Vieram os soldados do Destacamento de Fronteira, representantes da imprensa e autoridades brasileiras e francesas de Saint Georges[16]. Em outra ocasião, na data do centenário da independência, os moradores locais tiveram que cantar não somente o nosso Hino Nacional, mas também a *Marselhesa*.[17]

Assim, todo um jogo de relações pessoais mais estreitas constituiu-se entre a burocracia governista da colônia francesa e o funcionalismo público recém chegado ao extremo norte do Estado Brasileiro. Em seu retorno ao Rio de Janeiro em outubro de 1922 após três anos no campo, Gentil Norberto despede-se do Governador da Guiana, H. Lejeune, agradecendo-o pela visita feita aos canteiros de trabalho em Clevelândia[18]. A distensão das belicosas relações criadas nos últimos vinte anos entre as populações vizinhas, na disputa pela extração do ouro, de essências naturais como o pau rosa e o linóleo, da balata, e das madeiras de lei existentes do lado brasileiro da floresta, ainda inexplorado e sujeito à ocupação comercial francesa, foi uma tática diplomática que veio ao

[15] "Amazonas 6 ª. parte do mundo." Artigo de Oscar Abrantes publicada em *A Província do Pará*, Belém, 13/10/1922.
[16] Padre ALICINO, *op. cit.*, pp. 89-90
[17] "Como nasceu Clevelândia – Comissão colonizadora do Oiapoque." ARP.
[18] Carta de Gentil Norberto do Club de Engenharia, Rio de Janeiro, Brasil. Correspondances du Cabinet, S 514, p. 746. ADG.

encontro do interesse dos dois governos. Após vinte anos de abandono da soberania verde e amarela do lado de cá do grande rio, agora ela parecia irreversível aos olhos franceses, que passaram a ter que aceitar definitivamente a exploração comercial do vasto território brasileiro.

*

A futura colônia agrícola instalada na área junto ao pé do primeiro grande salto do Oiapoque, serviria também como posto avançado, a última base de apoio para os empreendimentos rio acima. Passando-se Clevelândia, a navegação fluvial torna-se difícil. As missões comerciais necessitam do apoio dos navegadores *Saramaka* para transporem os grandes saltos. A geografia do rio Oiapoque dificultava a exploração comercial da região. Visitando essas terras na década de 1940, o engenheiro Jean Hurault, cumprindo o papel de geógrafo, relatou que:

"Ao sul de St. Georges começam os saltos. É difícil de numerar os saltos do Oiapoque: as estimativas variam de 60 a 120 conforme se contem ou não alguns rápidos. Como seja, o Oiapoque é considerado como um dos rios mais difíceis da Guiana.
É importante notar que os saltos mais difíceis e perigosos, obrigando a penosos transbordos, são os primeiros. Os 4 primeiros: Galibi, Grande Roche, Cafésoca e Maripá são dobrados em 2 km."[19]

Indiferentes às dificuldades naturais os industriais vindos de Belém, como o engenheiro austríaco Frederico Schimidt, investidor na exploração do pau rosa, seguiram desde o início a "Comissão de Estudos para a fundação do Centro Agrícola Cleveland"[20]. Vieram prospectar a possibilidade de investimento na indústria da extração e da mineração. Comerciantes de Belém também logo acompanharam o fluxo colonizador. Nas recordações de um dos pioneiros da região, o então menino Rocque Pennafort, que se tornará no futuro o primeiro prefeito de Oiapoque, pelo menos duas casas maiores já se encontravam instaladas:

"A Colônia era abastecida por duas firmas comerciais de Belém, vendedoras de concorrências: Affonso Fonseca & Cia Ltda., para gêneros

[19] *Mission Astro-Géodésique de L'Oyapoc (Guyane Française) juillet à novembre 1947.* 1948. Paris. Imprimerie de L'Institut Géographique National, p. 13. CBDL.
[20] Ministério da Guerra. Inspeção de Fronteiras. Relatório do General Inspector Cândido Rondon, 1927, p.14. CBDL.

alimentícios e outros materiais e Cezar Santos e Cia. para produtos farmacêuticos e medicamentos.[21]

A firma Affonso & C., ocupava um amplo barracão coberto e cercado por palha[22]. Seu proprietário, Afonso Fonseca detinha também a concessão para a extração do pau-rosa a ser consignado nas várias usinas distribuídas ao longo do Oiapoque, e empregava 124 homens, 8 mulheres e 3 crianças. A vida dessas famílias de trabalhadores, especialmente as que viviam na mata, era penosa e pouco rentável.[23] Trazer a madeira nobre retirada de muitos quilômetros mata adentro através dos igarapés estreitos, encarecia demasiadamente o produto. O Major Boanerges relata que esse procedimento faz que *"as despesas com o transporte da madeira para as usinas quase ultrapassem o seu valor atual que varia entre 60 e 70 francos por kg (18 a 20$). Os usineiros pagam 300 francos por tonelada de madeira."*[24]

Desenvolvendo-se nesse regime de exploração, a indústria do pau-rosa era a principal atividade econômica lá instalada. Mas não foi sempre assim. A falta de uma presença militar assídua associada à imagem de abandono relegada pelo governo brasileira ao Oiapoque, fazia com que a extração das essências e das madeiras servisse para o abastecimento das destilarias implantadas desde o século XIX no lado francês. Neste sentido, a colonização cumpriu minimamente sua função de territorializar a população nativa na margem brasileira. Vencer os entraves criados pela burocracia nacional amesquinhada no novo território também não foi fácil.

Um exemplo destes impedimentos burocráticos foi o episódio da implantação em terras brasileiras da primeira usina de pau-rosa. Mesmo reclamada por parte da população local, a disputa entre os pequenos funcionários públicos, antigos mandantes locais, e os recém chegados empreendedores em busca de espaço e poder, tornou-se inevitável.

"Foi ainda em 1922, que procedente de Cayenne, chegou a Demonty uma usina de beneficiamento de pau-rosa, trazida pelo Dr. Pacheco. Aí deu-se a bronca. A usina era contrabandeada. Ficou presa até que por interferência do próprio Almeida Junior, junto à Alfândega de Belém a mesma fosse despachada e sua situação legalizada, já que era de grande interesse para a região. Pois o

[21] "Como nasceu Clevelândia..." ARP.
[22] "Costumes paraenses", *Boletim Sanitário* ano II, dez/1923, n °. 5, *op. cit.*, p. 7, foto 12.
[23] Inspecção de Fronteiras. Anexo n °. 3, 1927. Relatório do Major Boanerges, *op. cit.*
[24] *Ibid.*, pp. 17-8

pau-rosa brasileiro saía de qualquer maneira, sendo portanto melhor facilitar a instalação de usinas do lado brasileiro."[25]

Anos após, durante sua inspeção em 1927, o major Boanerges relatou a presença de várias usinas brasileiras. Subindo o curso do rio Oiapoque, a primeira aparece logo na confluência com o rio Taparabô. Essa, a Usina General Rondon, emprega 9 homens na fabricação. Em Clevelândia, a Usina Pontanary na localidade Sibéria tem 42 homens e 6 mulheres na extração, além de um fiscal encarregado. A Usina Alice, de Frederico Schimidt, localiza-se 20 km passando a cachoeira Grand Roche e emprega 10 pessoas na fabricação da essência e 26 extratores do pau rosa na mata, sendo 2 mulheres e 3 crianças.[26]

É possível perceber um claro intuito do governo federal em ocupar a vasta região de fronteira através da colonização forçada com vistas à exploração comercial. A Colônia Cleveland torna-se o chamariz dessa estratégia. Para tanto, seria necessário desclassificar a zona do Oiapoque como local insalubre e de alta mortandade e dotá-la de benfeitorias e serviços que elevassem o nível sanitário do lugar. Esta estratégia até que alcançou resultados promissores, pelo menos durante um certo intervalo de tempo, particularmente na vila de Clevelândia projetada para abrigar servidores federais vindos de outras regiões do país. Contudo, a imensa área já povoada por nativos e percorrida por fluxos contínuos de migrações espontâneas de índios e caboclos, essa região ribeirinha que vai desde o rio Pontanari, no limite norte de Clevelândia, até Demonty na foz do Oiapoque, permanecia nas mesmas precárias condições de saúde em que sempre se encontrou. A tradicional política tupiniquim de implantar um centro colonizador com ares metropolitano, circundado por uma imensa periferia de colonizados abandonados, reproduz-se em proporções ainda maiores quando se trata dos confins do país. Uma ocupação para inglês ver, ou melhor, neste caso, para francês ver.

[25] "Nosso interior". ARP.
[26] Inspecção de Fronteiras. Anexo n °. 3, 1927. Relatório do Major Boanerges, *op. cit.* CBDL.

7. Os colonos pioneiros.

O argumento inicialmente utilizado pelo Governo do Pará para incentivar a ocupação econômica do Amapá com o estabelecimento de uma colônia agrícola, foi o da chegada repentina de centenas de flagelados cearenses fugidos da seca que durou de 1915 a 1919[27]. No período em que durou a grande seca iniciada em 1915, milhares de retirantes do interior cearense foram confinados pelo governo daquele estado em campos de concentração nos arredores de Fortaleza. Muitos sertanejos foram bloqueados em sua caminhada antes de poderem alcançar as estradas de ferro que levavam à capital. Foram induzidos a migrarem para outros estados, principalmente para o norte, através do mar. Barcos de pequeno porte e saveiros singravam carregados de flagelados as águas verdes bravias sacudidas pelos fortes ventos alísios que sopram constantemente em toda a costa desde o Ceará até o Maranhão. Dezenas de naufrágios ocorreram durante esses anos e, aqueles afortunados que alcançaram Belém na esperança de dias melhores, lá também não encontraram oportunidades.

Aquele antigo desejo de povoamento da fronteira setentrional recebeu impulso decisivo com a posse no Senado do ex-governador do Estado, Justo Chermont. Naquele mesmo ano de 1919, o senador assume a função de relator do Ministério da Agricultura e apresenta através de emenda ao Congresso seus motivos para promover a criação de uma comissão colonizadora propondo,

"preferência aos emigrados do Nordeste Brasileiro e tomando todas as providências de higiene e transportes para a localização dos mesmos, podendo abrir os créditos necessários, se for insuficiente a dotação votada [...] Os flagelados do Nordeste continuam a chegar em levas ao porto de Belém do Pará, e é patriótica a medida de localizá-los na ubérrima região de fronteira."[28]

---

[27] Sobre o tema ver: Kênia RIOS, *Campos de concentração no Ceará;* Rodolfo TEÓFILO, *A Seca de 1915.*
[28] "A verdade sobre a deportação para a Clevelândia", *A Notícia, de 04/01/1928.*

Boa parte da imprensa da época apoiou a campanha iniciada pelos governantes paraenses que *"falam em o 'caso nacional do Amapá', cuja resolução veio a ser precipitada ou favorecida pela calamidade que assolou o Ceará."*[29] Os retirantes acampados em Belém tornaram-se logo um problema social, e o governo mostrava-se incapaz de incorporá-los à sociedade paraense. Toda essa gente sem eira nem beira perambulava sofrida pela área do cais e do mercado Ver o Peso, causando na população um sentimento misto de repugnância e pena. Enquanto esperavam melhor sorte, tinham que se contentar com as tímidas campanhas empenhadas em melhorar sua deprimente situação. Algumas poucas iniciativas beneficentes, como a *"solicitação para a cessão do Theatro da Paz, na noite de Sábado, 13 de março de 1920, ao empresário das 'Visões D'Arte' para a realização de um espetáculo em benefício dos flagelados do Ceará"*,[30] ocuparam espaço nos jornais locais, tentando mobilizar a população na ajuda e solução do problema dos miseráveis sertanejos.

Contudo, o interesse demonstrado pelos governantes e pela imprensa local mascarou outro interesse, bem menos humanitário e muito mais desejoso de uma exploração comercial bem arquitetada. Justo Chermont, que fora governador do Pará entre 1889 e 1891 como vimos anteriormente, assume em 1918 a cadeira vaga deixada no senado por Lauro Sodré quando da posse deste no governo do Estado. O patrimônio do justo senador Chermont vinha aumentando consideravelmente desde 1911, ano em que havia fundado o jornal *O Estado do Pará*. Foi ao longo dessa década que sua fortuna pessoal o tornou um dos maiores latifundiários do Estado, passando a ser *"proprietário de grandes extensões de terra na região do Oiapoque, e portanto um dos maiores interessados no desenvolvimento da região."*[31]

Assim é possível imaginar como interesses pessoais levados ao palco do Senado e, apoiados por campanha maciça da imprensa local – ela também integrante desse mesmo grupo de interesses – permitiram que uma situação social dramática tivesse, como eventual desfecho, a utilização de uma mão de obra errante para a exploração comercial de terras. Terras quais, em outra circunstância, nunca teriam sido aproveitadas.

*

[29] *A Noite*, 17/11/1920, *apud* Padre ALICINO, *op. cit.*, p. 72.
[30] Minuta da Diretoria de Obras Públicas, Terras e Viação, 1920, códice 2278. APP.
[31] Alexandre SAMIS, *Clevelândia*, p. 156, nota 70. Com base em Leonardo LEITE NETO, 1986, *Catálogo Biográfico dos Senadores Brasileiros. 1826 a 1986 – vol. III.*

Desde o início do ciclo de exploração da borracha na Amazônia o migrante cearense sempre desfrutou naquela região de um apelo favorável. Legitimado por um discurso da supremacia do trabalho e da vontade do nordestino sobre a indolência do caboclo nativo, o cearense era visto como um *"desbravador, desvirginador, inovador da ordem social: trouxe novos costumes, adquiriu outros."*[32] O cearense traz o progresso enquanto o caboclo permanece na mesmice. Os seringueiros cearenses seriam efetivamente os únicos exploradores da borracha, enquanto que os caboclos amazônicos e os indígenas abusariam do tabaco, do álcool e do café, e assim por diante. Este discurso levado adiante instituiu a figura do caboclo nordestino como a do homem amazônico vitorioso.

O Dr. Samuel Uchoa, pesquisador daquela região, foi um destes que fizeram a apologia da supremacia do migrante nordestino na Amazônia, em particular o cearense, sobre os nativos caboclos ribeirinhos. Estes últimos, vivendo em suas casas típicas de seringueiro, são por ele classificados como *"caboclos desleixados que dormem em redes com suas crianças dormindo embaixo delas sobre finos flocos de sumarimo ou outra fibra macia qualquer, diretamente colocados sobre o assoalho. Usam apenas um pequeno mosquiteiro de pano que protege toda a família contra os carapanás, a conhecida muriçoca local que deixa forte inchaço na pele aos menos acostumados, após ferrar a sua picada. Andam sempre descalços e somente em festas usam sapato ou chinelo".*[33] Portanto, aos olhos do médico carioca, as condições de moradia e vestuário associadas à absoluta falta de noções de higiene fazem com que a população local esteja constantemente sujeita àquelas doenças endêmicas da região.

Para agravar a análise do médico sanitarista, o caboclo também come errado. A base de sua alimentação e também a melhor parte de seu cardápio é o pirarucu, o chamado "bacalhau amazônico", comido fresco ou salgado em salmoura e às vezes seco ao sol. Além do pirarucu, os rios do Amapá são piscosos em tambaqui, pescada, surubim, pacú branco, cascudo, tucunaré, mandubé, piranha branca, piaba branca, mussú e traíra, mas que, segundo o Dr. Uchoa, a preguiça desse ser desleixado o impede de ter um melhor aproveitamento, ou seja quase não os pesca.[34] Para acompanhar essa proteína animal alimentam-se eventualmente de conservas de má qualidade ou de charque velho e de difícil digestão encontrado no comércio ribeirinho, que tem um fluxo constante embora demorado. Como a agricultura local é praticamente nula, "culpa da preguiça", todos os alimentos restantes chegam nas embarcações vindas de Belém ou de

[32] "Costumes amazônicos", *Boletim Sanitário* ano II, nov/1923, n °. 4.
[33] *Ibid.*
[34] *Ibid.*, p. 9.

Caiena. Tamanha é a demora dessa viagem de barco até Santo Antônio, e depois a dificuldade de abastecimento nos vilarejos distantes, que fazem com que, quando as mercadorias chegam ao consumidor, já estejam em avançado processo de deterioração. O feijão, empedrado ou bichado, a farinha d'água mal acondicionada e o arroz pilado velho, compõem assim, o resto dessa alimentação indigesta do pobre caboclo. Talvez então, o problema estivesse menos no caboclo e mais no tipo de abastecimento realizado, que o levaria a trocar peixe fresco por alimentos estragados sem ele o saber. Deste modo não é de se espantar a propagação indiscriminada do impaludismo, de verminoses e do béri-béri, uma infeção causada pela ausência de vitaminas.[35]

Nesse ambiente sepulcral, chegaria o migrante cearense com outra cultura, introduzindo uma diversidade culinária, com maior ênfase no trabalho de roçado, com a plantação de feijão, milho e mandioca, além de melhores noções de higiene pessoal. Poderia assim, na visão destes defensores da fibra e do caráter do sertanejo migrante, influir na mudança dos hábitos e dos costumes das populações ribeirinhas nativas. Todavia, o que se vê de fato é que, com o decorrer do tempo, são os costumes locais que passam a ser incorporados pelos que chegam. Se num primeiro momento os novos moradores trazem o desejado avanço dos discursos a favor da disciplina do trabalho, após alguns anos os recém chegados sucumbem à influência decisiva do meio, adquirindo os hábitos locais já tão fortemente arraigados.

Outro aspecto também importante e fator gerador e propagador de doenças seria o que diz respeito à moradia. Estes habitantes tradicionais do lado brasileiro da fronteira, genericamente chamados de caboclos, moravam ou usavam em suas estadas na selva tipos de barracas, palhoças ou malocas muito simples, cuja construção é descrita dessa forma pelo Dr. Uchoa:

"duas forquilhas de madeira, de 2 metros de altura, aproximadamente, são fincadas no solo, na distância de 2 a 3 metros uma da outra, as quais recebem uma vara, que se poderá chamar de linha, donde partem outras varas que funcionam como caibros e são fincadas no chão. Sobre as varas dispostas obliquamente, formando com o solo um ângulo que varia muito de grau, são amarradas algumas ripas, formadas de uma palmeira qualquer, as quais recebem a palha destinada à cobertura do rancho, sempre folhas de palmeira; no Oyapock a jarina e várias outras espécies.

[35] *Ibid.*

Estas palhoças são construídas, via de regra, sob o abrigo de árvores, na margem dos rios ou no sertão, e destinam-se à residência temporária de trabalhadores ou viajantes. Nas margens dos grandes rios encontram-se palhoças mais rudimentares, porém não são habitações e sim 'pousos' ou abrigos contra as chuvas para viajantes, caçadores e pescadores."[36]

Na avaliação do médico, a habitação precária desses ribeirinhos somente se presta a uma residência temporária. O que ele desconhece ou não quer compreender, é que aquele modo de vida sedentário baseado na agricultura, aquele estilo de vida do camponês de outras regiões, não fazia parte da cultura desses moradores do extremo norte brasileiro. A vida das famílias ribeirinhas é constituída no trânsito. As casas são construídas, depois de algum tempo abandonadas, e depois, podem voltar a ser utilizadas anos após, na medida em que na região antes habitada se esgotassem as possibilidades de sustento da família.

Assim, nesta fusão contínua de populações migrantes de diversos componentes étnicos, foi se formando a figura característica e sempre mutante do caboclo amazônico, vivendo relações bastante distantes da tradicional família católica conhecida e desejada pelo Governo para ocupar a região. Uma população que despertava o horror dos moralistas médicos de plantão:

"Temos notado que o problema sexual no interior do Pará está resolvido, mas de maneira mais imoral impossível. Dado o modo de vida desta gente rústica, da prostituição precoce que aí se observa por toda parte, da sem-cerimônia com que se ajuntam negros com brancas, homens que entre os demais habitantes são respeitados ou temidos, com qualquer meretriz de baixo estofo, pais e mães que entregam filhas, ou que exploram sem vergonhamente só temos uma conclusão: <u>este povo é imoral</u>![37]

Nesses discursos do sanitarista que acompanhamos, ficam claras as desqualificações por ele impostas ao modo de vida do caboclo amazônico. Nesses mesmos discursos, caboclo por caboclo, enaltecesse o modo de vida do migrante nordestino, mais adiantado, com uma estrutura familiar melhor organizada, enfim, mais próximo da civilização. Portanto, este migrante em terras amazônicas estaria fadado, num futuro próximo, a se tornar sua elite regional. Temos então, a instituição de um discurso médico-sanitarista de caráter nacional associado a uma grande empreitada do governo federal em conquistar

[36] "Costumes paraenses", *Boletim Sanitário* ano II, dez/1923, n °. 5, *op. cit.*, pp. 3-4.
[37] *Ibid.*

os territórios mais distantes ainda sob controle de diversas nações indígenas, que projetou a imagem desse migrante e lhe abriu terreno, como veremos, para o seu sucesso.

Com a chegada da República surgiu pela primeira vez em nossa história, ainda que timidamente, a visão de que a saúde pública é um atributo do Estado, e que seus problemas, como a prevenção e o combate às doenças endêmicas, requeriam uma ampla campanha educativa e de higienização forçada dos grupos sociais mais proletários. Para que o combate e o controle das sucessivas epidemias que ocorriam em vários pontos do território nacional se tornasse eficiente, impôs-se, também, a necessidade de profissionalização do atendimento aos pacientes hospitalares sob a guarda do discurso médico e o controle e a prática religiosa. Na primeira década do século XX assistimos a implantação de uma política de urbanização através da higienização e do controle sanitário dos espaços públicos, levada a cabo pelo prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, cidade em que se consagrou a ação movida pelo médico Oswaldo Cruz. O objetivo de erradicação das recorrentes epidemias que se abatiam na capital federal porém, foi secundado por uma política de melhoramentos urbanos da cidade que transformou as áreas degradadas junto às várzeas e aos mangues, antes ocupadas pela população de baixa renda, em aterros atraentes para a nova fronteira da especulação imobiliária. Assim, esta primeira tentativa de saneamento urbano encontrou forte resistência popular consagrada no episódio da Revolta da Vacina em 1904.[38] Durante toda essa década e também na década seguinte, fruto também dessa campanha preventiva forçada, houve uma ligeira diminuição das endemias contagiosas com um relativo controle dos focos transmissores de doenças.

Foi somente a partir de 1920, que a explosão demográfica urbana e o agravamento dos problemas habitacionais, trouxe consigo, novamente, a forte proliferação de maleitas como a dengue e a febre amarela, inclusive na capital federal. O Estado brasileiro então, com sua imagem manchada no exterior pelas constantes epidemias que assolavam o porto de sua cidade nem tão maravilhosa assim e que vinham afugentando os visitantes estrangeiros, vê-se obrigado a incluir em suas metas programáticas, políticas públicas de massa voltadas para a saúde e educação. Pela primeira vez na história brasileira, medidas preventivas com ênfase na assistência social à população carente são postas em prática. Cabe a Carlos Chagas, em sua gestão à frente do Departamento Nacional de Saúde Pública, levar adiante uma política pública de saúde coletiva incentivando a

[38] Sobre este tema, ver José Murilo de CARVALHO, *Os bestializados;* Nicolau SEVCENKO, *A Revolta da Vacina.*

implantação de um sistema de atendimento de saúde laico, dissociado da enfermagem caridosa das Santas Casas[39].

Dentro desse mesmo contexto, o Governo procurou, no caso amazônico, erradicar os costumes indígenas tidos como perniciosos e promíscuos, que faziam parte do cotidiano de vida das populações mestiças. Como profilaxia aplicou um tratamento à base da colonização do disciplinado caboclo do Nordeste, que traria, finalmente, a tão desejada civilização para a ocupação desta longínqua fronteira. O objetivo que transparece e que ficará mais claro ao olharmos as expedições indigenistas comandadas pelo General Rondon nessa mesma década, é o de dominar efetivamente territórios que de direito pertenciam ao Estado brasileiro, mas que de fato, encontravam-se sob a ocupação de populações nativas ou mestiças ainda não "integradas" ao padrão dominante da "cultura nacional".

*

Não foi somente esta colonização, que talvez pudéssemos chamar como o estímulo oficial ao povoamento da região do Oiapoque, que se estabeleceu por lá. Um outro grupo de povoadores não nativos do local, mas já acostumados ao modo de vida da Amazônia, circularam naquelas bandas. Muito antes do interesse declarado do governo em povoar essa região, grupos de pescadores provindos da região norte do Pará realizava incursões de pesca costeando todo o Amapá até a foz do Oiapoque. Esse roteiro de exploração pesqueira pela Costa do Cabo Norte vem de longa data, desde os tempos de colônia e, após ter sofrido uma interrupção durante a disputa do Contestado, passou a ser retomado por volta de 1910, pelas frotas de barcos paraenses. Uma dessas frotas tinha como líder Chico Pennafort, patriarca de uma grande família de migrantes provindos de diversos pontos do Nordeste brasileiro e estabelecidos no Pará, mais precisamente nas ilhas do Curuá e de Viçosa na foz do Amazonas, desde o fim do século XIX. O sobrinho desse "coronel", Rocque Pennafort, contava na época com nove anos de idade e é dele o relato que acompanhamos a seguir, narrando o evento que modificou radicalmente sua vida:

"No verão de 1920 o coronel Pennafort e sua turma de pescadores, sai para mais uma viagem ao norte. Chega até o Oiapoque e resolve entrar na

[39] Sobre o programa de higienização e saneamento do Governo Federal no começo do século XX, existem alguns trabalhos que podem ser consultados. Citamos, Paul SINGER, *Prevenir e curar: o controle social através dos serviços de saúde*; Fábio LOPES, *A experiência do suicídio: discursos médicos no Brasil, 1830-1900*; Telma GEOVANINI, *História da Enfermagem. Versões e Interpretações.*

esperança de encontrar terras melhores em que pudesse localizar sua gente para uma vida menos difícil. Chega em Demonty, ponto dos pescadores fazerem aguada e resolve subir e vai se informando das condições de vida e sempre com os olhos na terra, passa por Santo Antonio e Saint Georges na margem Francesa. Santo Antonio já era naquela época um destacamento militar. Sobe, passa por Martinica, nome que o lugar recebeu de seu primeiro morador, um crioulo oriundo da ilha de Martinique, mas a turma aportuguesou logo o nome Martinica. Avança mais um pouco até praticamente o pé da cachoeira Grand Roche, e no meio do estirão entre a ilha Barbosa e a Cachoeira um morador, de nacionalidade inglesa casado com uma brasileira e um filhinho de poucos anos de idade [...]

O Cel. Pennafort agradou-se da faixa de terras situadas entre o morador e o igarapé Sipariny, o único trecho onde tinha uma porção de terras plainas na margem e resolve que ali seria o melhor lugar para localizar seu pessoal. Tomada a resolução, deixou logo uma turma abrindo o terreno e construindo alguns alojamentos, enquanto outras canoas ficavam na pesca até completar o carregamento costumeiro.

Ao retornar ao Oyapock mais tarde, já coincidiu a sua chegada com a do Engenheiro Gentil Norberto e sua turma avançada, com a finalidade de fundar a Comissão Colonizadora do Oyapock, - mais tarde Núcleo Colonial 'Cleveland'.

Gentil Norberto decidiu então indenizar as benfeitorias (desmatamento) - feitas por Francisco Pennafort, e o encarregou de arranjar colonos para o seu empreendimento: a colonização do Oiapoque, o que veio ao encontro da vontade do velho Pennafort. O Doutor Gentil Norberto, julgou aquele local, o melhor para localizar a sede da Colônia.

Quando o Velho Pennafort e sua turma volta a Viçosa, deixa o carregamento de peixe salgado e leva outro para Belém, o boato faz o maior reboliço. Uns recebiam a noticia com desconfiança, outros com alegria. Diziam: 'lá no Oyapock a gente junta dinheiro com a mão' outros diziam: 'vamos fazer muita farinha, a terra dá cada uma mandioca que mete medo na gente'. Me lembro que um advertiu: 'tem uma coisa, vai ser ruim para se botar uma armadilha, a terra é muito dura, para se enfiar um moirão tem que se cavar e bater com o olho do machado com muita força'. Mourão ou Moirão, são esteios (um ou dois) que se colocam para neles fixar a arma. Outros diziam: o difícil é se falar com aqueles crioulos que moram do outro lado do rio. E alguns mais sabidos adiantavam logo: 'olhe, bom dia lá é bonjú'. E a expectativa ficou formada. Mas uma coisa todos diziam – 'tem uma coisa, lá vai ter escola para todo menino estudar'.

E assim, no dia 21-6-1921, no navio 'Oyapock', deixaram a ilha do Curuá o velho Coronel Chico Pennafort, como era mais conhecido, (ele era Coronel da Guarda Nacional) acompanhado das mulheres, crianças e pessoas mais idosas, entre eles eu, com apenas 9 anos e meio de idade e os irmãos mais novos José e Norberto. Os rapazes e homens (inclusive meu pai, o Capitão da Guarda Nacional Raimundo de Souza Pennafort) seguiram nas canoas 'Iracema', 'Nova Holanda', 'Togo', 'Jofre', 'Dois Irmãos' e 'Cruzador', de propriedade de Francisco Pennafort, e 'Benigno' de propriedade de meu pai, levando nas mesmas embarcações todos os pertences dos retirantes."[40]

A saga da família Pennafort contada por um dos seus integrantes em tom quase épico insere-se num amplo contexto de migrações que datam pelo menos de dois séculos, de grupos de pessoas vindas povoar a Amazônia paraense. É fortíssima a influência de gentes vindas da atual região Nordeste, especialmente dos estados do Ceará e Maranhão, na composição da origem da população paraense.

Regina Guimarães abre seu livro *A Lenda do Ouro Verde* falando na *"terra fantástica da Amazônia, território de constantes deslocamentos de diversos grupos sociais"*. É nessa terra fantástica que *"ganha projeção a construção imaginária de uma* terra prometida, *infinitamente almejada pelos pequenos produtores..."*[41] Parece ser este imaginário do eldorado que vem à tona nas primeiras lembranças de Rocque. Juntar dinheiro com a mão. Colher mandioca que mete até medo na gente, são as palavras que ecoam em sua memória. A memória dos pioneiros que contrapunham a amargura dos tempos difíceis, à fé no lugar melhor. Uma lembrança que coincide com o discurso arrebatador do governo, com a propaganda otimista imortalizada pelas fotografias dos colonos felizes segurando a colheita abundante.

A família Pennafort, mesmo que em alguns trechos da narrativa se visse também como "retirante", não faz parte daquele grupo último de flagelados que inundaram o caís de Belém em 1919. Embora originário do interior do Ceará, o velho Pennafort, oficial da Guarda Nacional, fora intendente no município de Afuá, no Pará, e somente após a aposentadoria pública é que se transferiu para a ilha do Curuá, de onde chefiava sua família e a frota pesqueira na foz do rio Amazonas. Contudo, estas ilhas eram desabitadas, sem assistência médica ou educativa do governo e pouco propícias à agricultura. A renda vinha basicamente do comércio de pescado com o porto de Belém. A idéia de povoar o Oiapoque faz parte de uma visão familiar de alargamento dos próprios domínios,

[40] "Como nasceu Clevelândia". ARP.
[41] Regina GUIMARÃES, *A Lenda do Ouro Verde*, p. 19 e 22.

especialmente em uma região em que havia a promessa futura do governo federal de vir a dotá-la de uma razoável infra-estrutura. Ser desbravador e proprietário em um lugar na mira da exploração de capitalistas e do Estado, resultaria, no futuro, numa condição favorável para a família pioneira, o que de fato ocorreu. Roque Pennafort, por exemplo, tornou-se o primeiro prefeito do município de Oiapoque. Então, o relato que temos aqui das lembranças do menino migrante, não nos mostra a visão particular dos caboclos nativos, nem dos "retirantes" flagelados que chegaram induzidos pelo governo na mesma época, e se encontravam lá quando da chegada da grande família. É o retrato dos primeiros patriarcas de Oiapoque.

Não foi a única família a chegar em junho de 1921, mas talvez tenha sido a família melhor sucedida. Outro grupo de retirantes cearenses já havia se estabelecido por lá, estes sim os flagelados recrutados pelo governo que se misturaram aos poucos caboclos do lugar. O depoimento dos Pennafort cita muitos nomes de chefes de família que ocuparam os três eixos de loteamentos em Clevelândia e que reproduzimos abaixo:[42]

"Os colonos instalados na seguinte ordem: na linha do Pontanary (margem esquerda - logo perto da foz, Cipriano Alves (morador antigo) e mais José e Manoel de Souza Lima, João Gualberto e João Moreira de Souza, todos do grupo do velho Cel. Pennafort, e outros; na linha do Oiapoque, logo a montante do rio Pontanary, lote n °. 1, Demétrio Cardoso da Silva, e logo a montante do igarapé Sipariny, no lote 3, Herculano Batista da Silva, ambos do grupo Pennafort, e no lote 4 João Oliveira (onde hoje é chamada praia do João Caboclo), e logo acima da cachoeira no lote 7, Francisco Cajueiro e no lote 8, José Gabriel, estes dois do grupo do velho Pennafort, e mais acima Manoel Pedro e outros; na linha do Sipariny, perto da foz, Teodoro de Tal, depois todos do nosso grupo: Raimundo Pennafort, José Carneiro de Souza (lote 3), Arthur Pennafort, lote 4, Francisco Pennafort (o chefe) lote 5, João Moreira da Silva, lote 6, Francisco Torquato, lote 7; Manoel Nascimento, lote 8 e no lote 9 Izequiel Ferreira. Francisco Torquato depois foi substituído no lote 7 por Raimundo Pessoa. Na linha da entrada de Clevelândia-Sipariny ficaram os colonos Luiz Nobre, Eleutério de Tal, Abdon Joaquim de Lima, Quintino Augusto dos Santos, Joaquim Nascimento e José Carlos, e na linha Clevelândia-Pontanary pela entrada Enéas de Tal e Manoel Reginaldo Filho. Este dois últimos não pertenciam ao nosso grupo."

[42] "Como nasceu Clevelândia". ARP.

Analisando os nomes aqui apresentados e os depoimentos anteriores dados ao Padre Alicino, encontramos três grupos distintos de pessoas que formaram, a princípio, o povoamento oficial de Clevelândia. Aos caboclos que lá viviam, nativos dali ou oriundos de outras áreas do Amapá e das Guianas, somam-se outros dois núcleos de "estrangeiros": os colonos migrantes "nortistas" trazidos pelo Governo devido ao agravamento da seca nos últimos anos e os outros colonos, em sua maioria também provenientes do Nordeste brasileiro, que chegaram em migração espontânea. Seriam eles os agentes da pretendida transformação social desejada pelo Governo nos costumes dos caboclos amapaenses? De certa forma, todos estes colonos fazem parte dessas levas de populações errantes no território nacional em busca de um pequeno chão próprio, na imensidão de terras virgens desabitadas mas sempre sob domínio mesquinho de um coronel regional. A fronteira distante continua exercendo o fascínio exótico da proximidade com o estrangeiro, atraindo, ao mesmo tempo, o deserdado, o filho da pátria que não vingou.

Aqueles nomes que listamos acima são somente uma pequena parte dos colonos que foram chegando durante todo o ano de 1921. Foram distribuídos seguindo três linhas de ocupação. O eixo Clevelândia-Pontanari, beirando o Oiapoque e passando pela usina Sibéria; o eixo Clevelândia-Siparini, entrando na floresta seguindo o curso do igarapé; e o eixo Clevelândia-Oiapoque, seguindo o curso deste rio até a primeira grande cachoeira. Um desenho do núcleo colonial será estudado detalhadamente no capítulo "Cartografias".

*

Logo os colonos perceberam que os tão sonhados dias melhores, que a terra prometida da agricultura e o clima fresco e saudável vendido pelo governo, não passavam de quimeras propaladas para trazer levas de gente ao que, pouco a pouco, se mostrava muito mais próximo ao inferno do que ao paraíso. As mulheres, como sempre, as jovens mulheres também eram as que mais sentiam o isolamento do lugar. Porém, a altivez destas famílias conseguia, a seu modo, fazer com que realizassem seus pequenos sonhos. Ainda viva, uma dessas pioneiras, Dona Cezarlina, lembra dos tempos difíceis da chegada, mas cheios de alegria:

"Havia poucas famílias, poucas moças. Eu cheguei em 1926, época em que os deportados foram soltos. Eu sou filha do farmacêutico de Clevelândia, Fernando Guarany, e me casei primeiro com o enfermeiro do lugar, Manoel Januário, que morreu de hepatite. Depois que enviuvei é que casei com o Roque

Pennafort. Como não havia quase diversão, o que eu mais gostava era passear em Saint Georges para fazer compras de produtos franceses, os perfumes, tecidos, bijuterias, bombons. Como também tinha pouca coisa para fazer eu tinha um grupo com outras meninas e tocávamos nas festas de São João, para animar a turma. O maior divertimento da turma era o jogo de futebol organizado pelos prisioneiros. Vinha time de futebol até de Regina, na Guiana."[43]

Roque lembra-se de que a decepção com o paraíso que lhes fora prometido veio cedo, mas não fez com que esses desbravadores obstinados não continuassem tentando, de alguma forma, vencer o desafio de permanecer naquele lugar:

Mas, já em 1922, [nós os colonos], começamos a sentir na pele, a contradição daquilo que tanto se apregoava há muito tempo: as terras da região não eram, como não são, fertilíssimas para a agricultura. Meu pai trabalhava nas construções de Clevelândia, e depois do lado francês, e nós, recorríamos à caça e à pesca, que eram abundantes, para tornar a sobrevivência menos difícil, principalmente depois que terminou a ajuda que o Governo dava aos colonos.[44]

O discurso do casal, sempre recorrente às dificuldades iniciais, é também um discurso otimista de quem sobreviveu ao fracasso da experiência colonizadora oficial, e que, com o passar dos anos, se sente vencedora e consolidada no lugar. Uma vitória de antemão instituída e antecipada pelo discurso sanitarista do Governo, reafirmando a supremacia do brasileiro sertanejo em relação ao índio e ao caboclo da floresta. Este desejo de vitória da civilização ficará ainda mais presente nos relatos de inspeção de fronteiras deixados pelos oficiais do Exército brasileiro.

A inicialmente empolgante experiência agrícola em pouco menos de dois anos mostrou-se um fracasso. Expedito Arnaud, pesquisador do Museu Goeldi e um dos primeiros indigenistas brasileiros do Oiapoque, começou a freqüentar aquela zona nos anos de 1940 e gravou por lá um sem número de entrevistas com os moradores locais. Em relação à Colônia diz que "segundo velhos informantes, os colonos na maioria foram abandonando as atividades agrícolas, por falta de compradores para seus produtos, passando a trabalhar na extração do pau-rosa e na garimpagem do ouro, no Oiapoque e afluentes, juntamente com os crioulos, saramacás do Suriname e negros da ilha inglesa de Santa Lúcia."[45]

---

[43] Depoimento de Cezarlina Pennafort, Macapá, 27/05/2001.
[44] "Como nasceu Clevelândia". ARP.
[45] Expedito ARNAUD, 1984, *Os índios Palikur do rio Urucauá*, p. 17, nota 7.

Por outro lado, as diversas experiências de implantação de colônias agrícolas estimuladas pela República em áreas de fronteira entre civilizações: a moderna e a ameríndia – tem que ser vista como estratégias de ocupação e povoamento. Assim, o fracasso ou sucesso da experiência agrícola não era o legado que determinava ou não se os objetivos do governo haviam sido alcançados. A criação de colônias nacionais pode ser considerada como uma estratégia de colonização em que o mais importante era a ocupação e o povoamento do território. A atividade econômica que resultasse desse processo, a degradação ao ambiente decorrente dele, e as condições em que se deu essa ocupação, não tinham relevância.

O fracasso relativo da experiência agrícola logo redundou no fracasso da tentativa de dotar aquela região de uma condição sanitária menos crítica, e Clevelândia também, tal qual o migrante cearense em relação aos hábitos caboclos, sucumbiu ao inóspito meio. E assim, junto com o sonho, chegou também a morte:

Não demorou, começaram a surgir as doenças e em conseqüência, - como diz o matuto - "comecemo a morrê". E o primeiro, ainda em 1922, foi um garoto chamado Carlos, (não era do nosso grupo) que deu nome ao cemitério atras de Clevelândia: São Carlos".[46]

O cemitério, que marca o início do fim, a chegada da morte prematura, será um dos principais locais marcados e inesquecíveis de Clevelândia. O começo da morte retoma o ritmo da vida ao cotidiano anterior que buscaram um dia abandonar. Logo as dificuldades de saúde, de alimentação, de construção e de trabalho mostraram-se muito mais difíceis de serem superadas do que o discurso voluntarioso do governo, empenhado em manter a fachada de progresso da extrema periferia, gostaria de transmitir aos habitantes de Belém e das capitais do sul do país. Esses colonos pioneiros e corajosos, incentivados pelo afã patriótico do Estado nacional, enfrentaram, mais cedo do que supunham, a dura realidade do lugar onde o Brasil começa. Antes deles e dos caboclos brasileiros, dezenas de outros povos já haviam estado por lá, alguns só de passagem, outros fincando raízes. Uma numerosa diversidade cultural e étnica que não compreendia bem o discurso de soberania que naquela época se iniciava.

[46] "Como nasceu Clevelândia". ARP.

8. Os povos da floresta.

"Os Galibis vivem no alto Uaçá; os Paricuras ocupam o rio Urucauá; os Caripunas o rio Curupi.
Entre eles vivem alguns evadidos dos presídios franceses, que ali constituíram famílias. Estes exploram a sua infelicidade, atuando sobre a sua fragilidade afim de lhes incutir o vício alcoólico.
Vi árabes que a Clevelândia chegaram em canoas, tripuladas por Galibis, carregadas de tábuas, peixe seco e bananas com que vieram comerciar nas margens do rio fronteiriço."[47]

[47] Ministério da Guerra. Inspeção de Fronteiras. Relatório do General Inspector Cândido Rondon, 1927, p. 20. CBDL.

Os povos *Karib*

O trecho acima selecionado faz parte do primeiro relatório da inspeção de fronteiras na região do baixo Oiapoque, realizado em 1927, pelo nosso sertanista desbravador, o General Cândido Mariano Rondon. Dentre as tribos visitadas por Rondon, ele deteve-se principalmente com os *Galibi*, que eram, na ocasião, os índios que se encontravam em "estágio mais adiantado de civilização". Povo indígena da família dos *Karib*, habitavam em toda a faixa costeira desde o litoral ao norte de Caiena até esta faixa de terra em ambas as margens do rio Uaça, afluente brasileiro do Oiapoque na altura de sua foz. Povo de traços asiáticos, os *Galibi* alcançaram a costa da Guiana por volta do século XVI em sucessivas migrações procedentes da América Central e do Caribe. Na costa atlântica da Guiana, onde tiveram vida sedentária, criaram aldeamentos que dependem basicamente da abundância da pesca para continuarem existindo[48]. Estabeleceram relações comerciais com as populações negras da antiga colônia francesa, os *créoles*, comunicando-se até hoje com eles numa mistura de sua língua natal *Karib*, com o francês e com o dialeto *créole*.

Com a divisão territorial do Contestado em 1900, parte dessa tribo permaneceu do lado brasileiro do Oiapoque, porém, seus laços de parentesco continuaram fortemente ligados à maioria dos habitantes do resto de seu grupo, dentro do território francês. Estes índios não compreendiam a lógica do novo homem branco que chegava, o militar brasileiro colonizador que queria lhes impor um novo sentimento pátrio para eles sem sentido. Rondon tenta cumprir este papel de jesuíta dos tempos modernos lutando pela ampliação da soberania do Estado nacional. Lendo-as hoje, suas palavras nos parecem carregadas, ao mesmo tempo, de pretensão e ingenuidade:

"Falando-lhes procurei explicar-lhes a divisa do Brasil com a Guiana Francesa, exortando o seu ***sentimento nativista.***
Mostrei-lhes que em vez da bandeira francesa que no dia 14 de julho estavam habituados a ver hastear em Saint-Georges e os Povoados da Fronteira, era preciso de ora em diante que eles levantassem no dia 7 de Setembro, a brasileira, símbolo da Pátria da qual fazem parte.
Prometi mandar a cada grupo indígena uma bandeira brasileira para ser levantada aos domingos e dias nacionais nos pátios de suas aldeias."[49]

---

[48] Marina MARÇAL e Helena SOUZA, 1967. *Oiapoque*, Belém (mimeo). CBDL.
[49] Relatório do Gen. Cândido Rondon, *op. cit.*, p. 21. Grifo meu.

Parece fácil. Chega Rondon, dá uma aula de civismo, Moral e Cívica e OSPB, manda trazer a bandeira, o "Ouviram do Ipiranga...", e pronto, de dentro da cartola os índios saem brasileiros. O sentimento nativista significaria, naquele momento, vender suas mercadorias aos comerciantes da margem brasileira por um preço até três vezes inferior ao que se praticava do outro lado do rio. Também significaria abdicar da pequena infra-estrutura de serviços que o governo francês e a igreja lhes mantinham à disposição em Saint Georges. A tentativa mostrou-se inútil. Os *Galibi* não se tornaram brasileiros assim como não se percebiam franceses. Hoje em dia resta no território brasileiro somente uma pequena comunidade denominada *Galibi do Uaça*, que se afastou do tronco étnico original e cujas terras estão demarcadas. A maior parte dos índios da antiga tribo *Galibi* migrou para a Guiana Francesa atrás dos incentivos à natalidade que começaram a ser oferecidos desde a década de 1960 pelo governo francês. Cada filho indígena registrado nos cartórios da Guiana representa atualmente, um auxílio de aproximadamente 200 euros.

Os povos *Arawak*

Naquele relatório, Rondon cita também os paricuras ou, *Palikur*. Trata-se dos primeiros habitantes da região de que se tem notícia, descendentes de antigas tribos *Arawak* do ramo lingüístico *pa*, e já conhecidos desde a primeira expedição de Vicente Pinzon. Baseado na pesquisa de Henri Coudreau publicada em 1890 em *La France Èquinoxiale*, já naquele tempo *"a população do Curupi era formada principalmente por brasileiros refugiados, a do Uaça por índios Aruán e a do Urucauá por Palikur. Os Palikur eram menos creolizados, mais selvagens e mais assustados que os Aruán.*[50]*"* A citação de Coudreau reproduzida pelo antropólogo autodidata Arnaud, cuja experiência na região – viveu durante mais de vinte anos entre os índios dos afluentes do baixo Oiapoque – permite notar claramente o processo de segregação a que foram sucessivamente submetidos esses grupos indígenas durante o período inicial de ocupação da chamada Guiana Brasileira. Ambas as tribos citadas por Coudreau são do ramo *Arawak*, historicamente avessas à submissão. Foram as tribos indígenas do Cabo Norte as que mais resistiram aos descimentos das missões portuguesas para impedir-lhes o comércio com os franceses, de quem eram considerados amigos.

[50] Expedito ARNAUD, *op. cit.*, p. 16. Ver Henri COUDREAU, *La France Èquinoxiale.*

Mesmo após a chegada da República, sua relação com os brasileiros continuou delicada e com pouca animosidade entre as partes. Através do prolongado trabalho de um antecessor de Arnaud no Oiapoque, o etnógrafo Curt Nimuendajú, em suas aulas ministradas na década de 1940 no Museu Goeldi percebe-se que a tarefa de ocupação da zona contestada pelo Estado brasileiro não ocorreu sem confrontos com os nativos do lugar. Numa das transcrições lemos:

"desde cedo, as autoridades brasileiras começaram a desalojar do Oiapoque os habitantes procedentes da Guiana (crioulos, chineses etc.) inclusive comerciantes, ao mesmo tempo que eliminaram outros tipos de relações entre os índios e os crioulos... *quem percorresse o Oiapoque, pelo início da década de 1920, poderia verificar, facilmente, que os Palikur continuavam simpatizando, muito mais com os crioulos que com os brasileiros... a maioria dos brasileiros, considerava o* índio um bicho desprezível, *os elementos das classes mais baixas mostravam-se barulhentos e rudes, os soldados gostavam de brigas, e as autoridades (muitas em diferentes funções) exerciam suas atribuições com bastante egoísmo. Acusavam erroneamente os índios por falarem o patoá e não o português, impunham preços nos seus gêneros, e quando eles preferiam negociar no lado francês, eram chamados contrabandistas. Consequentemente os Palikur preferiam continuar suas relações com os crioulos* amáveis e pacíficos, mais habituados a princípios de igualdade, que os tratavam como *muché e madame*, embora os enganassem nas transações comerciais como a quaisquer outros. *Os batizados continuavam os Palikur realizando com o padre da cidade de Saint Georges, da Guiana Francesa. E o* ***capitão*** *do Urucauá permanecia usando uma farda no modelo francês, embora já decorressem mais de 20 anos após o término do Contestado."*[51]

Na mesma época em que se passa esta narrativa, em meados da década de 1920, *"os Palikur já usavam o cabelo e os trajes à moda européia não havendo o calimbé, e as mulheres raramente andavam fora da habitação com o busto descoberto",*[52] sinal de seu crescente contato com os civilizados. Todos os *Palikur* quando batizados, o eram com nomes franceses, mesmo vivendo em terras pertencentes ao Brasil. O excedente do que produziam, a farinha de mandioca e o pirarucu salgado, eram vendidos aos comerciantes (árabes, chineses, crioulos, brasileiros) que os revendiam posteriormente aos garimpeiros

[51] Expedito ARNAUD, *op. cit.*, pp. 16-8. Ver também Curt NIMUENDAJÚ, "Die Palikúr und ihre Nachbarne."
[52] Expedito ARNAUD, *op. cit.*, p. 25.

do alto Oiapoque. Nota-se a existência de uma intensa rede de trocas comerciais e relações entre as diversas etnias com as populações crioulas, caboclas e demais tipos de colonos, através de contatos estabelecidos na navegação em torno dos igarapés e afluentes do Oiapoque na altura de sua foz.

O relato do etnólogo sueco pode ter sido somente mais uma afirmação antibrasileira preocupada com o avanço do Estado nacional dentro de suas fronteiras, em uma região que muitos sempre quiseram que tivesse caráter internacional. Mas também, é confirmada quando comparada a outras versões que já vimos, mostrando o desprezo com que o índio era tratado pelo funcionário branco ou pelo caboclo já civilizado que chegava disposto a explorar ou até tomar posse daquele vasto território.

Os povos *Tupi: os Karipuna*

A última tribo a que se referiu Rondon, os *Karipuna,* é, entre esses povos indígenas, aquela que mais intensamente se misturou e há mais tempo se relaciona com outros grupos étnicos. Foram os últimos índios a chegarem ao Amapá no início do século XIX, provenientes muito provavelmente de migrações originadas da margem direita do Alto Amazonas. No Amapá acabaram se constituindo em um agrupamento de características absolutamente híbridas. Talvez como possível fruto de antigos cruzamentos entre os indígenas do Curupi com os negros mocambeiros fugitivos da escravidão e da perseguição feita pelo Império após a derrota da revolta da Cabanagem[53]. Este não é um fato incomum na Amazônia, especialmente nas regiões limítrofes do país o que fazia *"com que as zonas de fronteiras fossem espaços abertos ao movimento de fugas escravas e constituição de mocambos, caracterizados por uma complexa rede de contatos com diversas etnias indígenas."*[54] O Amapá se constituía em meados do século XIX, do ponto de vista dos estudos iniciados por Vicente Salles e aprofundados mais recentemente por José Maia e Flávio Gomes, em rota de fuga de escravos do território brasileiro para a Guiana, sendo que muitos desses fujões estabeleceram-se em quilombos na região do Cunani[55]. Com a descoberta do

[53] Antonella TASSINARI, 1999. *Contribuição à História e à Etnografia do Baixo Oiapoque: a composição das famílias Karipuna e a estruturação das redes de troca*, p. 81.
[54] José MAIA NETO, 2000, *Fugindo sempre fugindo*, p. 235. Ver também Vicente SALLES, 1971. *O negro no Pará*; Eurípides FUNES, *Nasci nas matas nunca tive senhor.*
[55] Ver a coletânea organizada por Flávio GOMES, *Nas terras do Cabo Norte.*

ouro nessa área do Amapá nos fins daquele século, muitos migraram, ainda mais longe, para o Oiapoque. Com o passar dos anos, a precária trilha entre o Cunani, lugar de antigos quilombos e centro comercial dos novos garimpos, e o Oiapoque na altura de Martinica, foi se tornando uma rota, muito difícil é verdade, mas relativamente conhecida. O major Boanerges de Souza percorreu e traçou este caminho:

"Sobe-se o rio Oyapock até a foz do seu afluente o Pontanari, sobe-se este rio até o igarapé Cobra onde se toma uma picada até o rio Curupi, desce-se este rio até sua confluência com o Uaçá, sobe-se este rio até o Furo e por este chega-se ao Cassiporé, no ponto em que há outra picada que vai ter ao povoado de Cunani.
Embora um tanto complicado e sujeito a baldeações pode-se faze-la em 8 dias."[56]

Nesse roteiro estabelecido primeiramente como fuga à escravidão e, num segundo momento como fuga à exploração do garimpo, surgiram os encontros e criaram-se as relações entre negros e indígenas que produziram os atuais *Karipuna*. Dentre todos os povos habitantes do Oiapoque, é este o que mais fortemente sofreu influência das populações negras do lugar. O chefe *Karipuna* Mário dos Santos também nos falou, em depoimento, dessas relações mistas junto aos negros franceses:

"Houve casamentos entre Saramaka e Karipuna e entre crioulos de Sta. Lúcia e Karipuna que geraram filhos mestiços. Alguns viveram nas aldeias após deixarem o garimpo. O Saramaka Timor, muito conhecido, teve vários filhos Karipuna."[57]

Muitos estudos apontam os *Karipuna* como um povo *Karib*, ou ainda mais, *Karipuna* e *Karib* seriam designações diferentes para a mesma população, portanto seria um termo relacional. Nádia Faraje, em seu trabalho sobre os povos da bacia do Rio Branco, problematiza historicamente a questão da origem desta população em função do comércio de escravos praticado pelos holandeses na Guiana. Nos documentos coloniais holandeses a nação *Karipuna* era designada como a dos habitantes de extensa área entre o rio Orinoco, na Venezuela, e o rio

[56] Inspecção de Fronteiras. Anexo n °. 3, 1927. Relatório do Major Boanerges Lopes de Souza, p. 17. CBDL. Ver Anexo ao final do capítulo o croqui deste mapa.
[57] Depoimento de Mário dos Santos, chefe da Administração Executiva Regional FUNAI/Oiapoque.

Essequibo, na fronteira entre as Guianas Inglesa e Holandesa[58]. A identificação étnica desse grupo como sendo *Karib* também foi questionada pelos trabalhos do casal Grenand na área de interesse desta pesquisa, no Amapá.[59]

Há a hipótese de que o povo *Karipuna* seja fruto de uma intensa miscigenação interétnica entre tribos que habitavam a costa atlântica da Guiana e as tribos interiores habitantes dos afluentes da margem direita do Rio Amazonas. Para Antonella Tassinari, os *Karipuna* do Amapá tem um claro parentesco lingüístico com as tribos *Tupi*, talvez o componente mais acentuado na formação étnico-lingüística dessa população migrante para o Oiapoque.[60]

Atualmente as tribos dos *Karipuna*, com área demarcada em reserva são as mais integradas ao modo de vida brasileiro, aos valores nacionais tendo assimilado também a organização política e administrativa do Estado. O chefe Mário dos Santos é o diretor regional do escritório da FUNAI e o penúltimo prefeito de Oiapoque foi um índio dessa etnia.

Os povos *Tupi: os Waiãpi* e *os Emerillon*

A descoberta do ouro e a conseqüente exploração do minério talvez tenham sido o tiro de misericórdia dado contra outra grande nação indígena habitante da bacia do Oiapoque. Os índios da tribo *Waiãpi* do ramo lingüístico *tupi* chegaram por volta do início do século XVIII na região em que vivem até hoje no alto Oiapoque, lá onde este rio encontra-se com o Camopi. A primeira referência a eles encontra-se no mapa de D'Anville, datado de 1729, que os chama *Waiãpiques*. Vieram subindo o curso dos rios Jari e Araguari, procedentes da foz do rio Amazonas, em direção aos montes Tumucumaque. Outrora um povo guerreiro, com fama de antropófagos comedores de prisioneiros de guerra, travou disputas pela conquista e domínio do novo território com os amedrontados índios *Karib* e *Armacatous,*[61] lá anteriormente estabelecidos.

---

[58] Nádia FARAJE, *As muralhas dos sertões.*

[59] P. e F. GRENAND. "La cote d'Amapa de la bouche de l'Amazone a la baia d'Oyapock à travers la tradition orale Palikur.", *apud* Nadia FARAJE, *op. cit.*

[60] ISA, *A Terra dos mil povos.* O banco de dados do Programa Povos Indígenas no Brasil do Instituto Sócio Ambiental elaborado em 1995, registra a nação *Karipuna* com aproximadamente 1300 indivíduos do tronco tupi-guarani mas que seriam falantes hoje em dia do *créole* francês.

[61] Maria de Lourdes JOVITA, "Os Oiampi". *Roteiro Etnográfico 2 °. volume.* CBDL. Dominique GALLOIS, *Migração, guerra e comércio: os Waiãpi na Guiana..*

Esta onda migratória dos *Waiãpi* pode ter ocorrido como um movimento natural de migração dos povos *tupi*[62] – não esqueçamos que eles provêm ancestralmente da região do médio rio Xingú – como pode ter sido gerada no movimento de diáspora causado pelas grandes batalhas travadas entre os *Tucujus* e *Tocoyons* contra os portugueses, pela posse das terras onde foi fundada a vila de Macapá. A antropóloga Dominique Gallois realizou um trabalho de reconstituição oral desta história levando alguns remanescentes dos *Waiãpi* em visita à Fortaleza de São José do Macapá, chamada de Mairi, local que reconhecem como sendo o palco de batalhas relatadas pelos ancestrais[63]. A trajetória dessa nação em sua resistência ao aldeamento pelos portugueses, constitui-se numa sucessão de conflitos e perseguições, com ataques a aldeias e o estupro das mulheres. Como estratégia de luta, eles estabeleceram junto aos *Tucujus* relações amistosas e alianças com os franceses, que os protegeram. Isto acirrou ainda mais a disputa pelo território cobiçado pela coroa de Portugal e alvo de ataques franceses. Foi nessa saga de resistência à escravidão, primeiro pelos portugueses e depois pelos brasileiros, que esses índios alcançaram o alto Oiapoque descendo pela vertente norte do divisor de águas amazônico, e refugiando-se nessa floresta equatorial de difícil acesso aos brancos, o que os manteve novamente afastados da civilização por dezenas de anos. Durante um bom período, no decorrer do século XIX, os *Waiãpi* não encontraram nenhum inimigo mais poderoso que eles e puderam se multiplicar e fazer florescer uma relativa cultura material na série de aldeamentos que constituíram. Em Alicoto, a principal aldeia, reuniam-se as várias tribos para as celebrações religiosas. Quando porém, da visita realizada pela equipe de Hurault em 1947, a situação em que se encontravam estes índios já era bastante deprimente:

"Desta tribo pulsante em outros tempos cheia de vitalidade não resta atualmente que uma débil disseminação no Alto Oiapoque. É uma constatação profundamente lamentável reencontrar como nós o fizemos no curso de nossa missão, os vestígios doravante sufocados pela floresta virgem de numerosos vilarejos hoje em dia desaparecidos. O século XIX e o começo do século XX viram diminuir esta raça em uma cadência rápida. A guerra de fronteiras, o ingresso de epidemias, a fome, os casamentos consangüíneos, as doenças endêmicas, a mortalidade infantil, o trabalho exagerado das mulheres."[64]

---

[62] Dominique GALLOIS, *O movimento na cosmologia Waiãpi: criação, expansão e transformação do universo.*
[63] Dominique GALLOIS, *Mairi revisitada.*
[64] "Relatório de A. Fribourg-Blanc, p. 64, *Mission Astro-Géodésique de L'Oyapoc (Guyane Française) juillet à novembre 1947.* 1948. Paris. Imprimerie de L'Institut Géographique National. CBDL.

Durante a visita realizada, apesar dos *Waiãpi* manterem contato periódico com os franceses (seus prenomes são todos ocidentais), Fribourg-Blanc os considerou uma população frágil, muito lenta, com extrema falta de iniciativa e uma quase total impossibilidade de abstração. Porém reparou que eram dotados de notável memória, compreendendo rapidamente e sendo capazes de deter a atenção redobrada. Mostraram-se muito sérios e fechados. Demoravam em tornar-se amigos, não sendo falsos nem se deixando levar pela cólera. Expressavam-se com muito sofrimento e dificuldade, demonstrando timidez, o que o etnólogo francês interpretou como falta de sentimentos. Suas crianças não gritavam nunca e raramente choravam. Não se mostravam gananciosos, aceitando presentes e prestando ajuda somente ao sentirem vontade, nunca o fazendo por obrigação. Não tinham, também, interesse pelo ouro extraído e comerciado pelos crioulos garimpeiros. Estabeleceram pouco contato com o mundo exterior, e quando o fizeram foram seguidamente enganados por crioulos garimpeiros e outros comerciantes. Raramente se misturavam mantendo dentro da tribo sua pureza racial e, quando ocorreram casamentos interétnicos, geralmente o índio deixou a tribo. Portanto, daquela imagem de nação nômade e guerreira de outros tempos, os *Waiãpi* perderam praticamente todos os seus traços e, quando no começo do século XX tiveram o último encontro com os aventureiros em busca de ouro, parece ter sido definitivamente fatal para eles.

Um povo que, apesar de expansivo e alegre em sua convivência interna, como observou Nimuendajú em sua visita de 1915, mostrava-se muito arredio ao contato inicial com os estrangeiros. Quando os primeiros garimpeiros franceses os encontram (há registros deixados por Coudreau datando de 1880), foram logo considerados selvagens passivos e de pouquíssima inteligência, porém de corpos belos e atléticos. Suas mulheres chamavam a atenção pela beleza de seus traços e pela subserviência que demonstravam aos seus homens realizando toda sorte de trabalho. Dessa forma, muitas foram raptadas e levadas para os garimpos e quando retornavam espalhavam doenças venéreas como a sífilis, pelo resto da aldeia. Outras mulheres foram levadas para a costa pelos negros canoeiros dos garimpeiros, a quem chamavam de *Mekoro,* em suas viagens de regresso e lá foram trocadas como escravas com os caboclos habitantes dos rios ou acabaram permanecendo como a segunda esposa dos índios *Saramaka.*[65]

Abaixo de Alicoto, descendo o rio Oiapoque, se encontram os *Emerillon*, outra tribo *tupi* de relativo parentesco com os *Waiãpi*. Seus traços são bastante semelhantes, porém esta se mostrou mais civilizada e menos arredia ao contato

[65] Sobre o rapto de mulheres negras e indígenas pelos navegadores *Saramaka*, ver Richard PRICE, *Saramaka emigration and marriage: a case study of social change.*

com estrangeiros. Enquanto os *Waiãpi* eram apenas um parco retrato decadente do que haviam sido outrora, Fribourg notou que os *Emerillon* continuavam doces, simpáticos relacionando-se com muita freqüência com os brasileiros[66]. Também eram chamados popularmente de *banarés*, que significa troca ou escambo. Recebiam esse nome ao chegarem nas vilas francesas e brasileiras do baixo Oiapoque para comerciarem seus produtos, especialmente o artesanato em penas. Jorge Hurley nos fala deles em seu relato de viagem:

"Os Banarés *descem uma vez por ano o Oyapoc até a village francesa 'S. Jorge', onde vão vender ao crioulo Paulo Souttá as afamadas* quiçaua-êtá *(redes) de penas que custam naquelas alturas 500 francos, cada uma (e é por quanto os índios as vendem), ouro em pó e em pepitas, criações (aves)e baunilha. Há muitos anos transacionam eles com Paul Souttá e não há agrado de outro comerciante que os faça mudar de freguesia!"*[67]

Abanaré também é o nome popular com que ficou conhecida outra etnia mista entre os povos *Waiana-Waiãpi,* habitante de terras interiores da Guiana Francesa das cabeceiras e afluentes do Camopi, e que eventualmente descem este rio para trocarem produtos com as tribos estabelecidas às margens do Oiapoque.

*

Temos assim um rápido olhar etnográfico dos diversos povos indígenas habitantes da bacia do Oiapoque, desde sua foz até o alto Oiapoque nas nascentes do Camopi. A partir daí, começam as vertentes da serra Tumucumaque e a navegação deixa de ser possível, assim como, a possibilidade de contatos periódicos entre os comerciantes da costa com as tribos mais interiores dos *Waiãpi* e *Waiana.* Todas estas etnias relacionaram-se com os "civilizados", o termo mais comum dado aos não índios nos relatórios técnicos estudados, estabelecendo diferentes graus de trocas no decorrer da história, que vão desde a completa resistência como foi o caso dos *Waiãpi*, até uma significativa inserção como é o caso dos *Karipuna.* Percebem-se aqui, diferentes estratégias de luta e táticas de resistência ao domínio por povos não indígenas, que foram sendo usadas conforme a situação e o poder de ação do "homem civilizado".

É um exemplo bastante sintomático desse jogo de forças criado no contato entre brancos e índios, a fotografia tirada em 1936 durante a expedição do major Luís

[66] *Relatório de A. Fribourg-Blanc,* op. cit., *p.64.*
[67] Jorge HURLEY, *Oyapoc não tem K,* p. 617.

Thomás Reis numa aldeia *Galibi.* Quando do içamento da bandeira nacional[68] todos os homens da tribo estão em pé perfilados para a sessão solene, contudo, nenhum deles observa o pavilhão. Todos permanecem com os olhos e a cabeça abaixados. A legenda anexa à fotografia tenta dissimular o gesto coletivo, o repúdio silencioso mas duro, às pretensões de integração nacional do Marechal Rondon. 60 anos depois, os *Galibi do Uaça* são reconhecidos como uma nação independente e tem suas terras demarcadas em uma reserva pelo Estado brasileiro.

[68] "Photographias anexas ao Relatório da Inspeção de Fronteiras Oyapock: Guiana Francesa", 1936. Major Luiz Thomás Reis, secção Rio Uaça, foto 42. CBDL.

9. Do outro lado da fronteira.

Em março de 1917, João Constatito Pinto Peixoto zarpava de Belém a bordo do vapor Cassiporé. Desembolsou 137 réis pelo bilhete de 1 ª. classe nesse navio que o deixou, após 7 dias de viagem, na vila de Santo Antônio do Oiapoque. De lá, atravessou para o lado francês, gastou mais 46 francos para se instalar na cabine do vapor da Cia. F. Tanon, e seguiu viagem até Caiena. O carioca Pinto Peixoto deixou sua maravilhosa cidade natal para se enfurnar numa cidadezinha colonial francesa, o único centro urbano digno do nome, numa terra infestada pela malária e sede de um complexo de penitenciárias para os degredados da metrópole. Veio ocupar o posto de cônsul honorário do Vice-consulado brasileiro em Caiena. Para cumprir esta erma função recebia um salário mensal de 780 réis[69].

A capital guianense é uma cidade de clima super úmido, chove muito mais que em Belém, por exemplo, o que faz com que ele seja também um pouco mais ameno do que o clima da capital paraense. A temperatura máxima média na época girava em torno de 27° na estação chuvosa, alcançando até 36° no tempo de estio. Contava com uma população de 13.527 almas segundo o censo de 1911. Ao todo, pelo mesmo censo, viviam na Guiana Francesa aproximadamente 50.000 pessoas que foram assim classificadas: civis, 25.325; penitenciários, 6.465; indígenas, 3.542; garimpeiros, mais ou menos 12.000; tropas, 1697[70]. Caiena foi descrita pelo forçado René Belbenoit, prisioneiro na Guiana entre 1915 e 1932, como uma cidade feia e sem atrativos:

[69] Repartições consulares. Ofício 244/1/1. AHI.
[70] *Ibid.*

"estende-se ao longo da praia, por cerca de um quilômetro e meio e ao sul, leste e oeste é esmagada pela imensa floresta equatorial [...] as casas são baixas, quase sempre de um só andar e construídas de madeira; têm uma arquitetura confusa e são pintadas de verde ou rosa pálido [...]

A população branca da capital sobe a 1.500 habitantes. O elemento oriental de Caiena é de cerca de 1.000 pessoas cuja maioria é de negociantes a retalho, estabelecidos com pequenas lojas e que exploram tanto os forçados como os civis. Finalmente há os negros cujo número é importante, tanto na capital como em toda parte na colônia. Muitos têm pequenas plantações nos arredores da cidade, que lhes dão o suficiente para viver. Outros têm a coragem de ir trabalhar durante alguns meses nas minas de ouro, onde ganham dinheiro; mas voltam à capital para gastá-lo, principalmente em bebida, nos bares cujos proprietários são orientais[71].

Nesta pequena capital de colônia penal, o consulado brasileiro ocupava uma bela *maison* com vista para a praça des Palmistes, um parque quadrado de 180 metros de largura e circundado por 250 imponentes palmeiras imperiais. Do terraço da casa assobradada, além da praça, avistavam-se as águas lodosas do Atlântico, carregadas de sedimentos trazidos da selva pelos grandes rios equatoriais. Nos fundos do consulado via-se o porto e ao seu lado a praça do mercado. Durante o dia, Caiena permanecia povoada por toda espécie de gente: garimpeiros e balateiros de folga em busca de diversão, prisioneiros *liberés* em busca de um expediente para passar o dia, todos se embriagando com o *tafiá*, a cachaça local de baixa qualidade, vendida nos bares dos chineses, sendo abordados ao final pelas *doudou*, as *mulatresses* nativas em busca de uns trocados, uma bebida e um pouco de diversão. À noite, a cidade morria coberta pelo medo. Mesmo vivendo nessa cidade sem graça descrita pelo forçado, as primeiras impressões enviadas pelo cônsul ao Itamaraty em maio do ano seguinte, limitam-se a trazer um relato das gritantes diferenças que ele percebeu existirem na ocupação de ambas as margens da fronteira. Sua preocupação maior não era a capital e sim a região do Oiapoque:

"o Território extremo norte do Brasil, pode-se dizer que se acha em estado primitivo; sem vias de comunicação terrestres; sem povoação; sem progresso nem civilização em contraposição ao território francês da outra ribeira do Oyapock, onde existe uma vila bem povoada denominada Saint George, a qual é habitada por 1.040 povoadores e usufruindo de repartições

[71] René BELBENOIT, *A ilha do Diabo*, pp. 236-9.

aduaneiras, postal, sanitárias e outras, inclusive uma agência do Banco da Guyana recentemente criada.

Outra povoação existe também do lado francês conhecida por São Luiz, é habitada por umas trezentas almas; no entanto, do lado brasileiro a povoação é ínfima e falta do mais indispensável ao seu desenvolvimento civilizador."[72]

*

O povoamento do Oiapoque francês e a conseqüente organização administrativa e comercial de que se orgulhava o nosso cônsul, vinha ocorrendo desde o final do século XIX. Com a descoberta do minério de ouro no rio Camopi e demais afluentes do alto Oiapoque, Saint Georges ganhou o estatuto de última grande parada portuária e mais importante entreposto comercial regional. Se durante o período do Contestado o governo de Caiena não exercia um acompanhamento constante das atividades da região, deixando os habitantes locais muitas vezes incomunicáveis, após a passagem de todas as terras da margem esquerda para o controle brasileiro, passou a incentivar a ocupação ordenada de seu território e o retorno e assentamento dos cidadãos franceses que habitavam as antigas terras perdidas. Logo após a decisão de Berna, em abril de 1901, o governador Joseph François respondeu ao pedido de ajuda do prefeito de Saint Georges, o comerciante Paul Soutart, o mesmo do comércio com os *banarés*:

"No que concerne às medidas que podem ser adotadas em consideração daquela parte dos habitantes do Oyapoc em via de facilitar sua passagem para a margem esquerda do rio, eu estou disposto a concordar com a concessão de terras, conforme promessa formulada pelo Conselho de Vereadores de vosso município na sessão de 19 de fevereiro passado."[73]

Do lado brasileiro da fronteira viviam mais de 300 habitantes de origem francesa que passaram a ser molestados pelas autoridades militares e aduaneiras recém instaladas em Demonty e Santo Antônio. Mais distante ainda dali a três dias de barco a motor, na região do Calçoene, o então principal ponto de discórdia do Contestado – terra de veios de ouro ainda inexplorados – muitos estrangeiros, principalmente garimpeiros ingleses, haviam sido expulsos pela nova administração brasileira e deportados para Caiena. Cercados desse modo, pouco a pouco, atraídos pela oferta de propriedades na margem francesa, e receosos de represálias dos militares brasileiros, 235 inscrições de pedidos de transferência

[72] Relatório do ano de 1917. Vice-consulado do Brasil em Caiena, p. 19. Série 02 - Repartições Consulares, Caiena. Ofício 243/5/15. AHI.
[73] Carta de 02/04/1901, Oyapock – Missions diverses 1901, série 8M paq. 516. ADG.

foram recebidas pela *mairie* de Saint Georges somente até outubro daquele ano de 1901[74].

Na mesma época, o industrial Marie-Sainte propôs ocupar-se (são suas palavras) "da missão filantrópica de colonização do Oiapoque." Vamos ver a qual tipo de filantropia se dedicava o experiente empreendedor. Em troca da concessão de 425 hectares de terra para a extração da balata e outras culturas tropicais, o industrial pretendia realizar investimentos na expansão da incipiente indústria local. O extrativismo florestal era a principal atividade econômica do Oiapoque e a extração de madeiras como o pau-rosa, da seiva da balata, e das plantas com usos medicinais como a semente de andiroba, consistiam na matéria prima básica para a fabricação de óleos, medicamentos, resinas, aromatizantes, tintas e têxteis. Escrevendo para o governador, Marie-Sainte propunha as seguintes ações de filantropia:

"1°. estabelecer relações com os chefes da tribo do alto Oyapock.
2°. Facilitar aos comerciantes sua instalação imediata em nosso território.
3°. Criação de uma escola franco-indígena.
4°. Recolher nas relações com as tribos todos os ensinamentos lingüísticos, geográficos e etnográficos possíveis.
5°. Ensaiar de penetrar no interior de nossa Guyane e de conhecer as riquezas florestais e outras que ela guarda..."[75]

Marie-Santie não foi o único industrial em busca de novos empreendimentos. Vários pequenos empresários franceses também se instalaram na colônia nos ramos da extração florestal e principalmente, da mineração do ouro. Muitos deles faziam parte de uma rede de transporte e serviços para as grandes empresas lá montadas, como por exemplo a poderosa "The Calsoene and developements Anglo French Gold mining C. Limited" que construiu no ano de 1900, dentro da atual área brasileira do rio Calçoene, um *mono-rail* de 108 km. de extensão. Na região de fronteira, passando Clevelândia, logo após o primeiro salto do rio Oiapoque, a partir de Maripá há uma série de pequenas destilarias que processam o pau-rosa para a retirada de sua essência sob o controle de empreiteiros de Caiena. Outra árvore com atividade econômica rentável, a balata, espécie de seringueira com grande resistência à umidade, também atraiu a atenção desses exploradores guianenses que circulavam em ambas as margens do grande rio percorrendo seus *criques*, extraindo a seiva das árvores no interior da floresta e levando-a para processamento em território francês. Essa conhecida penetração

[74] *Ibid.*
[75] Carta de 19/08/1901 ao governador da Guiana. Missions diverses 1901, serie 8M, paq. 516, ADG.

estrangeira nas matas brasileiras, causava inveja e indignação a muitos letrados paraenses:

"Há quatro anos, porém, ingleses crioulos, e holandeses das respectivas Guyanas, vadeando as cabeceiras do Maroni, atravessando o grande rio que nos separa da França, e em terras paraenses exploram o látex do ballet-true (balata); sendo, um ano depois, imitados pelo barbadino Claudio Davis que se localizou com um grande pessoal nas margens do igarapé Curupi, donde vem explorar nossas florestas."[76]

Esta constatação feita por Manoel Buarque em 1908, é menos carregada de indignação patriótica do que de inveja pela incompetência de seus compatriotas em realizar a mesma atividade econômica. Vê-se claramente constituído na Guiana Francesa na voz dos discursos empresariais, seja de fato, como em intenções, o velho propósito colonial de exploração econômica com base na extração das riquezas do território conquistado. Até a antiga forma de catequese vê-se aqui reativada e adequada aos tempos da modernidade. No Brasil essa forma de ocupação e tentativa de dominação dos povos nativos, não se mostrou diferente, apenas tardou mais.

Atendendo finalmente aos apelos de jornalistas e pesquisadores, aquela expedição de Rondon ao Amapá, que acompanhamos anteriormente, seguiu esse mesmo rumo: estabelecer contatos cordiais com os chefes indígenas das tribos locais; os fazer tomar ciência de quem era o estado soberano sobre aquelas terras; criar escolas para disciplinã-los conforme a cultura ocidental; e recolher o máximo de informações preciosas sobre a própria terra e suas plantas. Esse era o ainda precário mecanismo de colonização e exploração existente na Guiana desde o fim do século XIX e que o governo brasileiro, copiando-o, se pôs a praticá-lo a partir de 1920.

*

Todo esse modelo de exploração que incluía capitais e empresários europeus, uma população mestiça colonizada e uma população nativa em processo de disciplinamento, somente vingou na Guiana pelo surgimento de um habitante local adaptado ao meio e que permitiu o desenvolvimento de uma rede de relações comerciais de abastecimento. São chamadas *créoles* os descendentes de negros que mantêm uma vida individualizada e adotaram em parte as formas de

[76] Manoel BUARQUE, *O Amapá*, p. 56.

vida européias, em oposição aos *noirs refugiés*, os *Boni e Saramaka,* que vivem em tribos sob o comando de chefes. O termo *créole* na Guiana adquire uma conotação diferente do tradicional *criollo* da América Espanhola. Os *criollos*, descendentes de europeus e protagonistas da independência são absolutamente distintos do *créole* guianense fruto de uma profunda *"mestiçagem sucessiva entre os extratos do escravo africano, dos trabalhadores livres africanos provindos do Senegal, dos Hindus, Europeus, Chineses, Brasileiros".*[77]

A vila de Saint Georges era habitada além desses *créoles* nativos, por aproximadamente 300 crioulos de Santa Lúcia e da Guiana Inglesa, muitos trabalhadores nas usinas de extração florestal; 100 *Saramaka* vivendo na aldeia próxima de Tampack, e empenhados no transporte fluvial de mercadorias; muitos árabes e chineses, como a principal família comerciante do lugar, Ho-a-Chuck, lá instalada desde o século XIX. A população local era guarnecida por um aparato simbólico de autoridades contando com 1 sargento de *gendarme*, 1 polícia e 3 empregados da Aduana, que não davam conta sequer do fluxo contínuo de pessoas indo e vindo pelo rio. O lugar configurava-se muito mais como um ponto de passagem, um porto e pouso comercial, do que como um lugar com economia própria. Michel, um antigo morador nativo lembra-se da parca economia local:

"Saint-Georges de l'Oyapock produz um couac muito estimado, a tapioca, bosques de pau-rosa e éberisterrie, e o ouro. É feito ainda um pequeno comércio com os índios Ouassas do alto Oiapoque e de Camopi; eles carregam cachorros adestrados para a caça e diversos produtos de sua indústria, notadamente as redes em algodão sem areia, cerâmicas e pagaras (cestos)"[78]

O comércio de mercadorias era efetivamente a principal atividade rentável em Saint Georges. Em entrevista recente, um descendente da família Ho-a-Chuck, Antoine, que nasceu na Grand Roche em 1928, lá onde hoje a velha Modestine mantêm um charmoso hotel, recorda que seu pai, Gregory, era quem distribuía as mercadorias trazidas de navio para os *colporteurs* revendê-las na região do Camopi com a ajuda dos canoeiros *Saramaka*[79]. A família Ho-a-Chuck, proprietária de uma grande casa comercial em Caiena e a família de Paul Soutart, bem instalada na ribeira, praticamente monopolizavam o comércio da vila. O comércio de mercadorias também mascarava uma atividade ilícita, e muito mais

[77] Patrice MOUREN-LASCAUX, *La Guyane.*
[78] Michel LOHIER, *Les mémoires de Michel.*
[79] Depoimento de Antoine Ho-a-Chuck, 4/6/2001, em Saint Georges.

rentável, que era a compra de ouro roubado ou de ouro sem declaração de origem, que depois era contrabandeado para o Brasil ou para o Suriname.

*

O cônsul não foi o único a ter uma boa primeira impressão de Saint Georges. Outro viajante brasileiro que também ficou bem impressionado com a vila foi Henrique Jorge Hurley. Este engenheiro baiano, misto de explorador, de pesquisador e jornalista, realizou nos anos de 1919 e 1920 uma viagem por toda a costa paraense, desde o Rio Gurupi, na fronteira com o Maranhão, até o Oiapoque. Sem ser especialista em nada mas querendo entender de tudo um pouco, deixa um relato de informações etnográficas desencontradas. Seu maior mérito é o de ter deixado um dos primeiros legados escritos em português sobre a região após a sua anexação ao Brasil. Seu olhar sobre o lugar insere-se naquele conjunto de trabalhos interessados em incentivar a ocupação do Amapá e toma como exemplo, da mesma forma que o cônsul tomou, o que vinha sendo feito em território francês:

"São Jorge' é uma pequena povoação de aspecto original, pelo exótico perfil, e suas casas, todas de madeira, cobertas com telhas de zinco e levantadas em [...] estilo chinês.

Tem meia dúzia de casas comerciais; duas pertencem a crioulos de Cayenna e quatro, as mais sortidas, a indesejáveis chinois.

Dispõe de uma exigentíssima aduana. A Intendência (Mairie) é bem acomodada num prédio de dois andares, em cujos altos se hospeda a professora primária.

Tem uma igreja católica muito asseada que causa a melhor impressão a quem a visita."[80]

A melhor impressão a que se referiu Hurley, foi o vinho *Bordeaux* que tomou em companhia do pároco local. O padre Etienne Salvetat, que ali permaneceu até abril de 1922, sendo então substituído pelo padre Gros, foi o responsável pela união legal de inúmeros casais residentes do lado brasileiro da fronteira, e pelo batismo de sus filhos. Nos livros da paróquia de Saint Georges foi possível encontrar centenas de registros realizados desde 1909 até 1923, quando passaram então, a ser feitos na recém criada paróquia de Clevelândia[81]. Fato curioso é que muitos filhos de pais brasileiros que recorreram até a paróquia francesa para o batismo deles, saíram de lá registrados com nomes franceses. Assim

[80] Jorge HURLEY, *op. cit.*, pp. 602-3.
[81] Livro de batismos 1906-1915, 1915-1926, AISG. Livro Batizado Extra 1919-1947, APO.

encontramos, por exemplo, a madrinha Marie Ignace da Concepcion, e os batismos de Raymond Leon Braga, nascido em abril de 1917 e Jean de Dieu Ferreira, nascido em 4 de maio de 1917. É possível perceber pelo livro de registros, um sem número de pessoas de origem brasileira com primeiro nome francês, talvez uma forma sutil e eficiente de continuar reafirmando a soberania francesa na área, mesmo após a derrota jurídica[82]. Daí o espanto dos primeiros exploradores brasileiros que lá chegaram ao perceberem que o dinheiro que circulava era o franco, e a fração deste, o *sou;* que a língua usualmente falada era o dialeto *patois*; que a bandeira conhecida era a branca, azul e vermelha; e que, a data mais importante, era o 14 de julho. Enfim, Saint Georges foi, durante muitos anos até o desenvolvimento de Clevelândia, na maior referência cultural e comercial de toda a região do rio Oiapoque.

Além disso, a vila francesa era o único ponto que dispunha de um razoável serviço de comunicação com o exterior. Quando de sua viagem de inspeção junto ao general Rondon, o capitão Polydoro ficou muito impressionado com as instalações telegráficas de ondas longas existentes na outra margem, afinal as comunicações eram absolutamente precárias em todo o norte brasileiro. Uma torre de retransmissão de cerca de 100 metros de altura marcava a topografia na margem oposta da vila militar de Santo Antônio. Os moradores de Clevelândia tinham necessariamente que recorrer a ela quando houvesse qualquer motivo de urgência, o que tornou a estação muito recordada pela memória desses habitantes locais.[83]

*

Com tudo isto, a vida dos moradores de ambas as margens do Oiapoque e de seus interiores, achava-se completamente ligada a Saint Georges. Para atender toda essa gente vivendo embrenhada na mata fechada, criou-se na Guiana, nessas áreas lindeiras aos grandes rios, todo um esquema de abastecimento dos empregados nas companhias mineradoras e nas usinas extrativistas. A rota do comércio seguiu em quase todos os locais, a mesma sorte. A importação de produtos, na lógica do antigo sistema colonial, entrava controlada pelo porto

[82] Cito a seguir alguns nomes registrados nas paróquias de Oiapoque. No AISG encontrei no livro de batismos de 1915 a 1926 os seguintes registros de brasileiros: em 1925, Celestin Pimentel filho de Arsene e Thereza; em 1922, Rose-Marie de Souza e Marie Francisca, filhas de Rodrigues e Maria Lancha. No livro de 1906-1915: Jean Francisco Raisin, filho de Damasceno e Maria Cristiane; No APO encontrei dois livros de registros do período anterior a 1924. Na Relação de batismo de nascidos em território brasileiro em 1921-22: Pierre da Cruz, filho de Georgina; Vitaline de Souza, filha de João Moreira e Yacinthe. No livro de registros de batismo de 1915-1926 copiado da igreja de Saint-Georges, encontrei: em 1916, Adelaide-Eugenie de Assis e Isaura Nepce; em 1917, Just da Silva, filho de Virginie.

[83] Inspecção de Fronteiras, Anexo 3, 1927. Relatório do Capitão Polydoro Correa Barbosa, p. 4. CBDL.

principal de Caiena. De lá o transporte era feito por mar até a vila de St. Georges ou até Martinica, um conjunto de pequenos pousos de mascates vivendo do lado brasileiro. Desses portos locais, os canoeiros *Saramaka* se encarregavam de transportar as mercadorias subindo o rio e atravessando as corredeiras e cachoeiras até o destino dos garimpos. Até o último salto na confluência com o rio Camopi, dependendo da época do ano, perdia-se de 5 a 30 dias de viagem. São cerca de sessenta saltos, entre os maiores e menores, a serem atravessados. Desse ponto final de navegação, um carregador ou mais, levavam de 2 a 4 dias de marcha até chegarem nas praças de extração do minério nos afluentes daquele rio. Com isso, os preços dos gêneros mais que duplicavam desde Caiena até o seu destino final[84]. Se o cônsul Pinto Peixoto, no início de sua gestão mostrava-se invejoso da organização administrativa que apenas acabara de ver, com o tempo, após ter tido melhor contato com os costumes e economia locais, passou a mostrar uma opinião muito mais pessimista:

"Quase todos os rios desta colônia são repletos de saltos que só devido à perícia dos pretos saramacás, são franqueados em canoas bastante compridas na época das chuvas ou após sua influência.
As mercadorias transportadas dessa maneira ficam no interior por preços despropositais. Neste país tudo é primitivo, não há caminho de ferro nem estradas de rodagem. Dispondo há mais de meio século do braço penal, bastante poderia ter produzido, mas a má direção dos públicos negócios muito tem contribuído para a miséria desta terra. A Guyana sofre do micróbio latino, muito papel, muita política, muitos impostos e muita miséria."[85]

O passar dos anos na mesma função, permaneceu nove anos seguidos em Caiena, fez com que o cônsul, já saturado da permanência na zona equatorial, não visse mais com tanta benevolência a vida no território francês. Pinto Peixoto tornou-se um dos poucos brasileiros conhecedores das dificuldades locais e das tensões que se criavam naquela zona de fronteira. Seus relatórios de análise comercial sobre a colônia são bastante duros com a miséria econômica do local de degredo, enquanto atacavam a falta de iniciativa brasileira em expandir o comércio possivelmente lucrativo por aquelas bandas. Segundo ele, a Guiana era habitada por gente sem estímulo nem ambição que deixava correr os dias da vida *"deslizando bossançosamente a canoa nas águas mortas dos rios e igarapés"*.

---

[84] Jacqueline ZONZON e Gerard PROST, *Histoire de la Guyane.* O trabalho mais completo sobre a história da Guiana Francesa foi realizado pelo historiador Serge MAN LA FOUCK, *La Guyane française au temps de l'esclavage, de l'or et de la francisation (1802-1946).*
[85] Relatório do Consulado de Caiena do ano de 1925. AHI.

Portanto, nada que fosse muito diferente da vida levada pelos tão difamados caboclos brasileiros.[86]

*

Na mesma medida em que se mantinha e até crescia a ocupação francesa do Oiapoque, as autoridades brasileiras montaram, desde 1903, um posto fiscal e postal em Santo Antônio. O posto fora inicialmente ocupado por autoridades de baixa hierarquia, soldados e cabos, que viviam constantemente embriagados e se impunham a missão de dificultar o acesso à margem brasileira de índios, *créoles* e demais comerciantes que não fizessem parte do seu esquema de clientelismo. Por extensão, confiscavam as cargas e as mercadorias apreendidas próximas às margens do lado brasileiro do rio, que vinham carregadas em embarcações de gente desconhecida ou que não falasse o português.

Florismond Auguste, francês proprietário de um rancho em Taparabô, afluente brasileiro do Oiapoque pouco acima do pouso de Demonty, se queixa ao delegado local de Saint Georges (que parece não se importar muito com o problema de seus conterrâneos) ter sido vítima de retaliações por parte de nossos soldados federais. Em julho de 1903, o caso chega a Caiena e o governador responde em carta endereçada a Auguste, que quanto ao *"trabalho de franceses na agricultura e extração vegetal do lado brasileiro, o delegado local (St. Georges) apresenta as garantias verbais do agente brasileiro em Santo Antônio."*[87] Contudo essas garantias verbais não foram suficientes e em outra petição endereçada ao governador, os Srs. Bienvenu Victor, H. Ponel, H. Rozé, A. Manas, C. Bienvenu, Falleh Wilfrid, F. Joinville, todos habitantes da margem francesa, queixam-se da proibição das autoridades brasileiras de Santo Antônio de pescar no rio nas proximidades do território verde e amarelo. Em carta de 1904, Pierre Santoil aponta para a existência de fraudes aduaneiras na fronteira e atos de brutalidade praticados por funcionários federais brasileiros. Novas cartas seguem sendo enviadas nos anos seguintes de 1905 e 1906, reclamando da apreensão de mercadorias e de violência, inclusive física, que alguns negociantes teriam sofrido ao caírem em mãos dos soldados brasileiros[88]. E assim foram sucessivamente acontecendo estas pequenas escaramuças de fronteira que criaram um clima de antagonismo entre as autoridades locais e os moradores franceses.

---

[86] Relatório do Consulado de Caiena do ano de 1925. Ofício 244/1/2. AHI.
[87] Carta do governador ao delegado local, em 28/07/1903. AHI.
[88] Relations politiques avec Portugal et le Brésil. Série D 10. ADG.

É possível até suspeitar, observando as cartas e os ofícios deixados, de que houvesse um certo conluio entre as autoridades de ambas as margens, para que se forçasse a passagem dos habitantes de origem francesa para Saint Georges. Desde 1902 havia sido decretada uma lei que obrigava todos aqueles que quisessem continuar cidadãos franceses, a manter residência permanente em solo da Guiana. Os franceses habitantes do Brasil que não se transferissem em um par de anos, perderiam o direito à nacionalidade. Com isto, o governo de Caiena pretendia deixar de perder recursos fiscais, divisas evadidas com o comércio do lado brasileiro. A alfândega francesa cobrava tributos elevados dos pequenos exploradores das riquezas vegetais que trabalhavam isolados embrenhados no meio da mata.

Confiscado no Brasil e pressionado para se transferir para a Guiana, esse era o caso particular de Auguste, um fabricante de *couac*, um tipo de farinha de mandioca extraída em seu sítio de Taparabô. Nessa política rasteira regional, os funcionários brasileiros que confiscavam as mercadorias dos pobres franceses sem influência, faziam vistas grossas ao comércio praticado por Paul Soutart, o prefeito comerciante de 44 anos, e Roger St. Luc, *mercadeur* inglês de origem dominicana, que revendiam produtos importados na margem brasileira e nunca foram importunados. Do lado de cá, a mercadoria era recebida por Laurent Orion, atacadista de Caiena casado com Léoncie Duchêne, de 26 anos, e vivendo com seus três filhos, Léauville, Georges e Julio, numa bela cabana próxima a Santo Antônio[89].

Para tentar resolver esta questão, ou, pelo menos minimizá-la, e evitar a corrupção dos funcionários, o vice-cônsul do Pará manda avisar que *"o governo brasileiro decidiu pela criação de uma colônia militar no Oiapoque sob a chefia do coronel Pantaleão Telles embarcando no vapor Cassiporé junto com um médico, um farmacêutico e 15 homens comandados por um lieutenant."*[90] Se nos primeiros meses de 1907, quando de sua chegada, diminuíram as tensões existentes e uma certa ordem hierárquica foi mantida, anos após, o aquartelamento lá enviado passa a padecer do mesmo micróbio latino a que se havia referido o cônsul brasileiro. A existência de um posto fiscal e um batalhão militar numa terra ainda habitada somente por caboclos e por índios não seria, como efetivamente não foi, suficiente para implantar e fazer valer a tão pretendida soberania nacional.

---

[89] Etat Nominatif des habitants de la Commune d'Oyapock etablis sur la rive droite du fleuve Oyapock. "Oyapock – Missions diverses." Série 8M paq. 516. ADG.

[90] Carta de 10/01/1907, "Oyapock – Missions diverses." Série 8M paq. 516. ADG.

Durante toda a década de 1910, a margem brasileira seguiu às moscas, com sua população vivendo exclusivamente dos serviços montados do outro lado do rio. O governo brasileiro, pressionado pela opinião pública paraense, partirá para uma nova tentativa de colonização da área. Este novo impulso somente será conseguido, ou pelo menos, será tentado, com a instalação de uma reclamada colônia agrícola. Enquanto isto, apesar das pequenas escaramuças entre os representantes dos dois países e a população nativa e imigrante, a vida seguia sua ordem natural numa região em que a idéia de Estado era apenas uma miragem ruim somente materializada na forma do posto de alfândega interrompendo o livre fluxo do comércio.

10. Os navegadores *Saramaka.*

"Homens vivendo e trabalhando em um romântico novo mundo; eles eram pagos com bolsas cheias de pepitas de ouro, enfrentavam em batalhas armadas nos rios, bandos de salteadores que haviam escapado das colônias penais francesas, e eram capazes de encontrar mulheres crioulas que os consideravam atrativos e saudáveis o suficiente para viverem com eles por longos períodos. Os velhos Saramaka falam com saudade da Guiana Francesa como sua segunda casa."[91]

Estas palavras de Richard Price, antropólogo que entrevistou centenas desses velhos, provavelmente o pesquisador que melhor os conhece, nos remetem a um mundo de aventuras e fantasia que já não existe mais. De todas as tribos indígenas estabelecidas na região do Oiapoque, sem dúvida, a mais "exótica", culturalmente rica e interessante, mexendo ao mesmo tempo com o imaginário popular, é a dos negros *Saramaka.* Descendentes dos *Bush Negroes* da antiga Guiana Holandesa, instalaram-se próximo à foz do rio Oiapoque, num povoado chamado Tampack, por volta da última ou penúltima década do século XIX. Seus ancestrais, trazidos como escravos de diferentes regiões da África entre o fim do século XVII e o começo do seguinte, logo conseguiram escapar de sua condição cativa nas plantações costeiras de cana, controladas e exploradas pelos *dutches*, os colonizadores holandeses. Fugiram, embrenhando-se na mata equatorial ainda inexplorada, e se dividiram em 6 tribos maiores, vivendo na floresta e às margens dos grandes rios Saramacca, Suriname e Maroni. Daí, o apelido recebido de *bush* negros, ou negros das florestas, com que ficaram especialmente conhecidos os escravos fugitivos nas Guianas. Genericamente são chamados de negros *marrons* todos os que escaparam da escravidão no novo mundo. Este termo deriva do espanhol *cimarrones,* em alusão aos animais que uma vez domesticados retornaram à condição de selvagens.[92]

---

[91] R. PRICE, *Saramaka emigration and marriage,* p. 161: *"Men lived and worked in a romantic new world; they were paid in bags of gold dust, fought running gun battles on the river with bands of hijackers who had escaped from the French penal colony, and were able to find Creole women who considered them attractive and wealthy enough to live with for long periods."*

[92] Ver a primeira obra de Richard PRICE, *Marron Societies.* M. J. HERSKOVITS, *Rebel destiny: among the Bush Negroes;*Também o trabalho geral de Roger BASTIDE, *As Américas Negras,* p. 46. Segundo Michèle-Baj STROBEL, *Les gens de l'or,* "o termo de 'Marron', às vezes substituído pelo de *bushinengé,* (do holandês *bosnegers* que derivou em inglês *bush negroes,* negros das árvores), se aplica na Guiana às populações originárias do Suriname, instaladas após mais de dois séculos ao longo do Maroni e seus afluentes", p. 27-8.

Saramaka, Aluku, Matawai, Djuka, Paramaka e *Kwinti,* são as nações que se formaram ao longo desse período inicial de fugas e durante a sucessiva guerrilha de resistência contra as tropas reais holandesas enviadas para derrotar os negros selvagens. Mais de cinqüenta anos guerrearam estas populações contra os exércitos coloniais europeus resistindo à sua dominação, até conseguirem assinar, em 1760, um tratado de paz com o Governo. Garantiram, no braço e no papel, o direito de serem nações independentes, comandando um vasto território interior que se estende selva adentro a partir de uma linha afastada mais ou menos cinqüenta quilômetros da costa.[93]

Não houve contudo, unanimidade no armistício celebrado entre os marrãos e o governo holandês. Algumas poucas tribos formadas pelos negros fugidos mais tardiamente prosseguiram a guerra contra o colonizador, lutando pela ampliação de seus pequenos domínios. Boni tornou-se a maior liderança entre esses novos guerreiros, comandando o grupo dissidente nas batalhas contra os soldados *dutches*. Enfraquecido pela divisão das forças e sem o apoio das outras tribos, Boni e seus homens deslocaram-se para a margem direita do rio Maroni refugiando-se em terras pertencentes à Guiana Francesa. O governo desta Guiana aceitou a presença dos guerreiros que passaram a ser conhecidos como *noirs refugiés,* recebendo posteriormente a designação genérica de tribos *Boni*, em referência ao seu antigo líder. Estabelecidos definitivamente no território da França, passaram a ocupar as margens do médio Maroni e de seus afluentes do lado francês. Os negros refugiados tornaram-se, na opinião de Hurault, na única população do interior da Guiana "que podemos dizer perfeitamente adaptada ao meio e capaz de subsistir através de seus próprios recursos."[94] Em meados do século XX, o mesmo Hurault, em expedição de pesquisa geográfica ao Oiapoque, elogiou a capacidade desses marrãos de fundirem a tradição com a sobrevivência na vida moderna:

"Os Saramacas, formam um vilarejo (Tampack) no estuário e dois pequenos agrupamentos na base Camopi. Eles são membros de uma tribo negra reconstituída cujo agrupamento principal está na Guiana Holandesa. Eles reconstituíram uma religião e costumes conformes à mentalidade africana e são fortemente hierarquizados. Eles são muito ativos e praticamente monopolizam a construção de canoas e a navegação fluvial.

[93] Ver Richard PRICE, *The historical vision of an afro-American people.*
[94] Jean HURAULT, *Les noirs refugiés Boni de la Guyane Française.*

Os Saramacas constituem o exemplo de tribos modernizadas adaptadas à vida moderna sem terem perdido os costumes e o modo de vida que lhes asseguram a estabilidade social e o bem estar individual."[95]

Os *Boni* chamam-se a eles mesmos de *Aluku,* também o nome de outro chefe ancestral, e durante dezenas de anos não se misturaram com povos que não fossem marrãos. Somente a partir da passagem para o século XX, começou a ocorrer uma miscigenação com os *créoles* habitantes da costa. Até então, os *Boni* eram considerados indígenas selvagens pelos outros habitantes da Guiana já acostumados aos hábitos ocidentais. Um selvagem, na opinião de Philomène Olympe, uma *créole* oriunda de Santa Lúcia e entrevistada por Michéle-Baj Strobel, é uma pessoa ainda não emancipada, cheia de vícios.[96] Esta é a visão que os negros *créoles* tinham, e ainda têm, dos negros *bush*. Uma noção que passa pela idéia de gentes não evangelizadas, ainda com costumes de vestuário, maneiras, modo de falar e de se exprimir, absolutamente diferentes dos negros libertos e ocidentalizados, enfim, pessoas consideradas boçais. De modo geral, através dos estudos já realizados por Price e por Sidney Mintz[97], poderíamos dizer que as colônias escravistas do Caribe e das Guianas viram crescer em sua população três grandes grupos distintos: o dos senhores brancos, o dos *créoles* escravos já disciplinados e os marrãos, os boçais das selvas.

*

Continuemos agora a analisar os relatos deixados pelos viajantes ao entrarem em contato com esta tribo "exótica". Lembremos de Jorge Hurley em sua viagem costeira pelo Pará. Por vezes, o pesquisador baiano desempenhava o papel do antropólogo. Seu encontro com os *Saramaka* é repleto de interpretações errôneas sobre seus nomes, sua hierarquia e sua religião. Vale pelo olhar etnográfico de um não etnólogo, ou seja, pela descrição que um cidadão comum faria de seu encontro com estes *bush*. Como já havíamos visto antes, na interpretação dada pelo engenheiro para a origem do nome Oiapoque, desta feita Hurley novamente exercita a sua intuição ao tentar desmascarar a origem de termos indígenas. Diz ele:

"Falei com uns pretos Samaracás *em 'S. Jorge'. A raça desses negros procede da África e são nascidos na Guiana Holandesa, cuja língua falam mesclada com o* patois *crioulo. Possuem, na margem esquerda do Oyapoc,*

[95] Mission Astro-Geodésique, *op. cit.*, p. 15. CBDL.
[96] Em depoimento a Michèle-Baj STROBEL, *op. cit.*, p. 36.
[97] Sidney MINTZ e Richard PRICE, *The birth of African American culture.*

várias aldeias sendo a principal Tampack, entre (Ponta dos Índios) e a fronteira (Santo Antonio). O cacique desses negros recebe o pomposo título de Papágody *e seu filho, que é o seu sucessor, acode pelo* sobriquet *de* Petit-gody. *Parece que o vocábulo* Papágody *vem de* Papá, *pai e* god *Deus e portanto para eles o cacique ou* tucháua *representa o Deus-pai!"*

Nesta oportunidade, a lógica "hurleyana" nos brinda com a etimologia de uma palavra que não faz parte da língua *Saramaka*. Trata-se de um termo criado no dialeto *créole* para facilitar o entendimento com os estrangeiros. *Papa* é o apelido com os membros da tribo chamam ao capitão do vilarejo indicado pelas autoridades francesas. Hurley o confunde com o *Grand Man*, o cacique de toda a tribo. Se ele, viajante e pesquisador, procedeu a esta pequena inversão, induzido pelas conversas com os nativos de Saint Georges, podemos supor a distância existente entre os costumes dos *Saramaka* e a dos demais povos negros e caboclos da região. Realmente, este grupo de negros habitantes de Tampack se diferenciava de tudo o que era conhecido até então pelos brasileiros. Seria muito difícil para Hurley, em uma curta temporada na fronteira, entender uma cultura tribal americana recriada a partir de diferentes experiências, religiões e costumes de negros africanos oriundos de várias etnias, que se encontraram forçosamente no Novo Mundo, reconstituindo aqui uma cultura original. Vejamos que outras informações seu relato nos traz:

"São fetichistas. Usam fortes pulseiras de ferro, aço e prata e nos tornozelos mostram umas cintando dos mesmos metais, das quais nunca se desfazem. Usam colares de mariscos que, também, uma vez colocados, não mais tiram.

Os que usam brincos são possuidores de alguma distinção ou graduação na aldeia.

Quando eles vêm para o Oyapoc contratados para o serviço de transporte de cargas através das cachoeiras até o alto, não se fazem acompanhar de suas mulheres. Têm os samaracás *o rosto de ambos os lados picados a fogo, bem assim as costas e os mamilos na parte superior. Andam nus, cobrindo apenas as partes genitais com uns* camunbés *ou como dizem os franceses* – calumbés – *de chitas berrantes.*

Não fumam nem bebem álcool absolutamente. Suas compleições são fortíssimas. O salário correspondente aos seus leais serviços são pagos ao chefe Papagody que lhes contrata o serviço com os franceses e lhes provê, com pontual sobriedade, as suas necessidades. São completamente analfabetos."[98]

[98] H. Jorge HURLEY, *op. cit.*, pp. 605-6.

O mérito do trabalho de Hurley reside basicamente no fato de ser um dos pouquíssimos registros escritos sobre a aldeia *Saramaka* de Tampack, por volta de 1920. E assim, seu relato das vestimentas usadas pelos indígenas, dos adornos que os enfeitavam e das marcas que traziam no corpo, ganha para este estudo particular relevância. O uso do *camunbé*, uma espécie de tanga, era muito comum em quase todas as tribos indígenas do baixo Amazonas e das bacias fluviais ao norte do maior rio sul americano até o Orenoco. Portanto, este único pano expondo quase toda a anatomia masculina, não se trata de uma roupa típica *Saramaka*. Mas, o uso do tecido de chita, material já industrializado proveniente do mais barato algodão, denota já um desuso dos materiais tradicionais feitas das palhas e folhas de palmas de plantas da terra.

*

Quanto aos ritos religiosos *Saramaka*, especialmente estudados pelo casal Price, Richard e Sally[99], são bastante sincréticos, não se podendo dizer que estes selvagens marrãos estivessem absolutamente ligados às suas antigas tradições, crenças e costumes africanos, que teriam sido transplantadas desde o primeiro dos continentes até o Novo Mundo. Também não parece possível afirmar, como argumenta Roger Bastide, que a religião praticada por estas tribos é fundamentalmente baseada nos cultos tradicionais dos costumes da cultura *Fanti-Ashanti*. Talvez, dada a grande quantidade de ancestrais provindos do Golfo da Guiné, em particular da costa do Dahomey, região predominantemente sob a influência da cultura *Ashanti* desde antes do século XVII, tenha sido esta prática a que possa ter aglutinado culturalmente etnias distintas.[100]

Para este trabalho, basicamente nos interessa saber que a cultura *Saramaka* é matrilinear, admitindo a poligamia masculina, cabendo ao homem a função do provedor das diversas mulheres, a quem ele visita rotativamente. Cada mulher compõe uma família vivendo em uma casa separada, e a criança proveniente dessa união pertence à família materna, carregando toda a tradição ancestral dessa mesma família matrilinear, chamada *bee,* uma linhagem, em teoria, exogâmica. Assim, o clã responsável de cada *bee* toma uma importância fundamental na organização social, na medida em que guarda, julga e regula os atos do grupo para a manutenção da ordem interna que, se quebrada, implicará em responsabilidades para toda a linhagem descendente.

---

[99] R. PRICE e Sally PRICE, *Two evenings in Saramaka;* S. PRICE, *Co-wives in Calabash.*
[100] R. BASTIDE, *op. cit.*

A originalidade desta cultura *Saramaka*, sofreu, além de todas as influências das diversas etnias que a formaram, também, mais recentemente, a influência do casamento de seus homens com mulheres crioulas habitantes da costa. Sabemos, por exemplo, que o jovem Emilie Zidone Assüby-Domby, nascido em maio de 1915, e falecido recentemente, nunca foi visitar o lugar natal de seu pai, Assüby-Domby, um vilarejo na beira do rio Suriname[101]. O pai emigrou nos primeiros anos do século XX junto com Marie Eulalie Florina, que ele conhecera na cidade de Mana, na fronteira com o Suriname. Trata-se de uma jovem *créole,* cristã praticante, casada com Domby anos antes dele vir a ser convidado para navegar no Oiapoque. A fé cristã levou Florina a batizar seu filho na paróquia de Saint Georges. Fato que nos leva a crer que a religião desses negros *bush* ou permitia uma série de aberturas, que obviamente um culto ortodoxo tradicional não aceitaria, ou, como é mais provável, usava desses expedientes para burlar a moral cristã mais rígida, algo parecido com o conhecido "sincretismo religioso" brasileiro, e seguir mantendo as facilidades oferecidas pelo governo francês. Assim, pouco a pouco, a influência de novas religiosidades vai construindo um perfil heterogêneo e complexo para esta cultura, o que contudo não lhe tirava, junto à população evangelizada da costa, a pecha de selvagem.

*

Boçais, selvagens, fetichistas, sem religião, estes marrãos, os novos nativos das selvas guianenses, se constituíram logo em hábeis pequenos artesãos da floresta. Criaram toda uma cultura artesanal itinerante, trabalhando como lenhadores e serradores na transformação das madeiras de lei em objetos artísticos tais como amuletos e esculturas, ou em móveis, ou ainda, na construção de prédios públicos e, principalmente, na fabricação de ubás. Os *Saramaka,* especialmente, não se tornaram prestigiados somente pela transformação das enormes toras de madeira das árvores centenárias em excelentes canoas, conquistaram também a fama de serem os melhores canoeiros dentre todas as tribos que povoam os rios das Guianas. Aqueles negros que alcançaram a fronteira leste com o Brasil durante o ciclo do ouro iniciado após 1880, não fugiram a essa regra. O relato dos expedicionários brasileiros de passagem pelo extremo norte na década de 1920, nos dá conta disso:

"Existe um tipo muito usado no Oyapock servindo para atravessar os saltos, inúmeros naquele rio. São compridas canoas, muito finas, portanto leves e velozes, que prestam inestimáveis serviços não só naquela região brasileira

[101] Livro de batismos 1906-1915, 1915-1926. AISG.

como também nas Guianas Francesa e Holandesa, pois são os Saramacás com essas suas elegantes embarcações os únicos que navegam facilmente naqueles grandes rios, atravessando regiões ricas em madeiras de lei, em pau-rosa, em balata, em ouro, etc.

Em Approuague, cidade francesa, situada na foz do rio do mesmo nome, tive a grata oportunidade de visitar um estaleiro onde os Saramacás construíram algumas das suas originais canoas. Grandes grupos delas vêm-se nos portos franceses dos rios Oyapock, Approuague, Mana, Maroni."[102]

Os velhos *Saramaka* que emigraram para a Guiana Francesa em busca de trabalho, foram muito bem recebidos e tem ótimas lembranças de sua nova morada. Muitos deles instalados na vila de Tampack, nunca mais retornaram ao Suriname. Desde o fim da década de 1860 aproximadamente, com a corrida do ouro na Guiana Francesa faz-se necessário uma organização logística do esquema de transporte e abastecimento dos locais de mineração, geralmente nas cabeceiras dos grandes rios. O governo francês, interessado em que o carregamento do ouro para a costa sofresse o menor risco possível, procura incentivar a vinda destes marrãos especialistas na navegação através da selva. Este era, preferencialmente, o assunto do interesse de Hurley em sua visita a Tampack em 1920. Sua preocupação era a difícil retirada das riquezas brasileiras:

"A grand roche *fecha, totalmente, o Oyapoc de uma margem à outra. DAÍ PARA CIMA, O OYAPOC NÃO TEM UMA VIVA ALMA BRASILEIRA EM SUAS MARGENS; ESTÁ ABSOLUTAMENTE ENTREGUE AOS EXPLORADORES FRANCESES e ao trânsito dos pretos SAMARACÁS, os únicos que afrontam, com admirável vantagem as medonhas cachoeiras que à* grand roche *se seguem até as minas do 'Camatipy' para onde levam cargas e de onde TRAZEM OURO, MAS, MUITO OURO EM PÓ, EM PEPITAS E EM PEDRAS ESCANDALOSAMENTE CRAVADAS, QUE EMIGRAM da América PARA SALVAR A SITUAÇÃO DA FRANÇA."*[103]

O governo francês, quarenta anos antes de Hurley tomar conhecimento desse assunto, para atrair estes navegadores ofereceu-lhes terras especiais em áreas próximas à foz dos grandes rios. Assim, os migrantes marrãos puderam, com aval e assistência do Governador de Caiena, construir seus próprios vilarejos e viver de forma independente. Em 1883 é resolvido um acordo entre o *Grand Man*, a maior autoridade da tribo sobre os clãs, e o Governador de Caiena, que

[102] Costumes Paraenses, *op. cit.*, p. 9.
[103] H. Jorge HURLEY, *op. cit.*, p. 605.

concedeu aos *Saramaka* o monopólio da navegação sobre o Approuague, Mana e o Oiapoque. Além disso, cada aldeia *Saramaka* construída em território francês, seria liderada por um negro ao qual o Governador se reportaria, concedendo-lhe o título de capitão, *kabitêni* segundo Price e *kapiting* segundo Bastide[104].

Entrevistei o atual capitão da aldeia de Tampack, Lalan Beldu[105], um senhor bastante idoso, provavelmente com mais de 80 anos, que ainda guarda este título, muito mais honorífico do que representativo de uma liderança de fato. Beldu conta que nasceu no Suriname e chegou jovem ao Oiapoque, junto com o pai, para fazer o *takari*, o serviço fluvial de cargas ultrapassando os obstáculos rio acima. Quando chegou em Tampack (provavelmente na década de 1920), já havia uma vila estabelecida sob o comando do *papa* Leni, o capitão da época, depois substituído pelo *papa* Koli. Naquela ocasião, no início do século passado, todos os habitantes de Tampack não nascidos no vilarejo haviam vindo do Suriname para trabalhar no transporte de mercadorias.

Confrontando este depoimento com os registros de inspeção de viagem do Exército brasileiro, notamos a confirmação da relevância do lugarejo para a região. Em 1926, a vila *Saramaka* do Oiapoque já se encontrava bastante ativa com uma população flutuante variando entre 100 e 200 pessoas, fato que mereceu destaque no relatório do médico brasileiro Virgílio Tourinho:

"Os índios que tive ocasião de conhecer no Oyapock foram os Saramacás – pretos – com aldeias do lado francês. Tampack, situada entre Saint Jorge e Saint Luiz com cerca de 60 palhoças, 3 horas acima da foz do Oyapock.

Habitam ranchos divididos em salas e quartos de dormir, revestidos de folhas de Jarina. Dormem em redes {...}

O meio de transporte de que lançam mão é a canoa do sul aí denominada de 'montaria' que pela leveza atravessa qualquer igarapé [...] São índios de muita robustez pelo seu físico."[106]

Uma vida vivida de modo simples mas bastante saudável. A canoagem marcou a vida de todos esses habitantes, que guardam vivas lembranças das aventuras por que passaram. Com o fim desse ciclo econômico resta uma sensação vazia registrada nos olhos vagos desses últimos moradores, ansiosos por turistas e viajantes que os procurem e lhes ouçam um pouco das emoções que aquele

[104] Ver M. STROBEL, pp. 93-4; R. PRICE, *Saramaka emigration and marriage*, p. 162; Jean PETOT, *L'or de Guyane*.
[105] Depoimento de Lalan Beldu, 30/05/2001, em Tampack, Saint Georges.
[106] Relatório do Capitão-médico Dr. Virgílio Tourinho Bittencourt, *op. cit.* p. 8.

mundo romântico de outrora lhes trouxe. Marcel Mande[107], nascido 84 anos antes ali mesmo em Tampack, é portador do nome de uma antiga família *créole* local e trabalhou a maior parte de sua vida como condutor de pirogas para a região do Camopi. Lembra-se de aportar com freqüência, quando jovem, na vila de Martinique no lado brasileiro. Com esses agrupamentos de *créoles* franceses, ainda habitantes da margem verde e amarela, e com os antigos caboclos nativos havia relações freqüentes, inclusive com a criação de laços familiares.

Já, as trocas estabelecidas entre os *Saramaka* e os novos colonos brasileiros recém chegados eram muito esporádicas e se limitavam a contatos de passagem. Therezinha Leal, a Dona Isabel, moradora de Clevelândia, recorda-se que os navegadores acampavam às vezes próximos à usina Sibéria quando o rio estava muito cheio na época de chuvas, esperando que ele baixasse para poderem ultrapassar o salto da Grand Roche[108]. Os encontros, quando aconteciam, limitavam-se a algumas trocas de mantimentos e favores necessários para ambos. Estas relações, apenas ocasionais, incutiam um certo temor entre os colonos, desacostumados a verem negros quase totalmente nus como índios. Outra moradora de Clevelândia, Silvéria da Silva, a Dona Moça, lembra-se inclusive dos índios do Camopi, os *Waiãpi* ou *Banarés* que vinham comerciar e trabalhar na usina, porém, em relação aos *Saramaka*, afirma que eram um tanto quanto arrogantes e nunca se misturavam aos colonos[109].

Percebe-se no depoimento destes ex-colonos remanescentes o mesmo sentido de distanciamento mantido pela *créole* Philoméne em seu depoimento a Michele Strobel. São pessoas disciplinadas nos costumes ocidentais e que encontraram eventualmente os índios negros. Ao mesmo tempo em que se sentiam superiores porque mais civilizadas, viam esses negros como arrogantes pois estes não perderam sua autonomia nem o seu poder de decisão sobre o destino de sua comunidade, coisa que os colonos caboclos nunca tiveram.

Do outro lado do rio, nas entrevistas realizadas em Tampack, sentimos também entre os velhos, apesar da visível decadência econômica, uma dignidade muito grande transmitida num sentimento de superioridade em relação aos mestiços habitantes de ambas as margens do rio. Voltando à nossa conversa com Mande, ele também nos falou sobre Clevelândia e sobre as prisões francesas não se recordando, porém, de ter mantido qualquer contato com prisioneiros de

[107] Depoimento de Marcel Mande, 30/05/2001, em Tampack, Saint Georges. Também falaram sobre o mesmo tema, Arsene Kelima e Manoel François.
[108] Depoimento de Therezinha Ferreira Leal, 03/06/2001, em Clevelândia, Oiapoque.
[109] Depoimento de Silvéria Ferreira da Silva, 03/06/2001, em Clevelândia, Oiapoque.

nenhuma nacionalidade. Somente conseguiu estabelecer uma vaga associação entre os combates travados nas margens com bandos de salteadores ladrões de ouro, os temidos *maradeurs*.

*

Em todas as áreas dominadas pela tradição da *marronage*, o assalto aos carregamentos e confrontos com mercadores de toda espécie é absolutamente comum. É comentado na obras de Price sobre os *Saramaka*; por Gonzalo Beltrán em seu estudo sobre uma comunidade negra em Oaxaca, no Pacífico mexicano, onde encontra grupos de *brossa*, os salteadores negros[110]; nas memórias dos garimpeiros vindos das Antilhas para trabalharem no alto Maroni, revisitadas nas entrevistas com Strobel[111]; no trabalho de Jean Petot sobre a extração de ouro em toda a Guiana; enfim, histórias de bandos de salteadores, negros e brancos, enfrentando comerciantes armados, combatendo até tropas de soldados, ou a gendarmerie. Ataques e roubos de canteiros de mineração existem desde o inicio da *marronage*.

Eventualmente, no caso específico da Guiana Francesa, grupos de forçados fugitivos dos *bagne*, as prisões francesas de além-mar, poderiam, por questão de necessidade e sobrevivência, enfrentar os comboios de canoas *Saramaka* em seus percursos pelos rios interiores à procura de gêneros e meios de fugas. Porém, não se encontram documentos significativos ou literatura que possam nos levar a crer na existência de bandos armados de ex-detentos vivendo na selva. Petot cita um documento que fala de *maradeurs* no início de 1900 *"acompanhados raramente, de alguns evadidos dos bagne"*, instalados em *carbets* e escondendo-se em abrigos improvisados nas reentrâncias de igarapés, prontos para atacar as áreas de concessão de extração de ouro[112]. Seguramente não eram estes os principais bandos armados em ação, mesmo porque, os presos foragidos preocupavam-se, acima de tudo, em alcançar o Suriname ou o Brasil para prosseguir em sua rota de fuga.

Aos *Saramaka*, aliados do governo francês desde o convite para a concessão da navegação fluvial em seu território, caberia, inclusive, a incumbência de caçar esses foragidos. *"Atraídos pela recompensa que recebem por cabeça, os incansáveis chasseurs d'hommes, os caçadores de forçados da Guiana,*

[110] Gonzalo AGUIRRE BELTRÁN, *Cujila, esbozo etnográfico de um pueblo negro, apud* R. BASTIDE, *op. cit.*.
[111] Sobre o trabalho de Michele Strobel na construção das histórias de vida dos garimpeiros antilhanos, falarei no próximo capítulo.
[112] A. BALLY, 1902, *Notice sur la dragage mécanique en Guyane Française* (Bull. Du Comité de la Guyane Française); 1907, *apud* Jean PETOT, *op. cit. Notes manuscrites*, (arch. DII). ADG.

capturam alguns,"[113] escreveu em seu romance de memórias o detento René Belbenoit, que sobreviveu e fugiu ao inferno das prisões. Outros relatos de fugitivos, como o do escritor Eugène Dieudenné, que viveu durante mais de um ano no Rio de Janeiro, associam os negros da selva aos caçadores de recompensa; o jornalista Albert Londres e o jurista Michel Le Clèrc, em suas denúncias sobre os *bagne* franceses também se referem a eles.[114]

Portanto, as batalhas fluviais travadas durante o transporte de carga a que se referiu Mande em seu depoimento, ocorriam, em sua maioria, entre os navegadores negros e grupos de *créoles* ou imigrantes caribenhos. Muitos destes eram ex-garimpeiros, que abandonaram a dura vida como empregados dos donos dos barrancos de lavra na selva equatorial em troca de míseros pagamentos para se tornarem *bricoleurs*, garimpeiros autorizados a trabalhar em uma determinada concessão desde que vendessem o ouro encontrado ao proprietário do negócio. Após contraírem sucessivas malárias, muitos desistiam de vender sua força de trabalho aos outros e passaram a agir sozinhos ou em pequenos grupos, associando-se, muitas vezes, a pequenos mascates, biscateiros de pequena monta interessados em sabotar o trabalho das grandes casas comercias de Caiena associadas aos concessionários de lavras.

E assim descobrimos todo um esquema montado desde o final do século XIX para o grande negócio da exploração do ouro na Guiana. O transporte de mercadorias pelo rio Oiapoque até as bases do Camopi e o conseqüente transporte de ouro até a costa, sofreu, como todos os outros, o assalto de bandos de *maradeurs*. Na maioria das vezes, porém, o trajeto era conduzido com bastante tranqüilidade, permitindo inclusive, à despeito da ira dos viajantes brancos, paradas forçadas para o descanso aos domingos:

"encontramos um grupo de canoeiros que falhavam o Domingo. Era composto de Saramacás, colonos franceses e súditos ingleses, mestiços e pretos. Conduziam, em 5 ubás, mercadorias para os trabalhadores das minas dos rios Camopi e Inipí, aquele afluente do Oyapock e o Inipí, seu afluente. Os canotiers quer sejam franceses, ingleses ou holandeses (saramacás) tem o hábito de não trabalhar aos domingos, isto é, de não viajar. Reservam esse dia para as caçadas, os passeios ou mesmo para o simples descanso."[115]

---

[113] René BELBENOIT, *A Ilha do Diabo.*
[114] E. DIEUDENNÉ, *La vie des forçats;* Albert LONDRES, *L'Homme qui s'évada;* Marcel LE CLÈRC, *La vie quotidienne dans les bagnes.*
[115] Relatório do Major Boanerges, *op. cit.*, p. 5.

O duro trabalho e o merecido descanso. A idéia da empreitada, de executar um serviço em determinado tempo, não impedia aos navegadores o descanso no dia consagrado a ele. Muitas vezes essas paradas realizavam-se próximo à aldeia *Waiãpi* de Alicoto, onde os *Saramaka* eram eventualmente recebidos por mulheres. Para o major Boanerges, autor do relato, o tempo era algo que se perdia, não que se ganhava, ao paralisar os serviços em curso. A região do Oiapoque, pela sua característica multi-étnica e multicultural, permaneceu um lugar de estranhamento entre os diferentes.

Com o fim do transporte fluvial, a maioria desses negros navegadores foi trabalhar nas áreas de extração de minério como garimpeiros de fato. É o caso, por exemplo, de Sulfone Inácio Moira,[116] que trabalhou durante mais de trinta anos no Brasil nos garimpos paraenses do alto Trombetas e em Serra Pelada, e foi casado com uma brasileira. Com perfeito domínio da língua portuguesa ele foi o intérprete de nossas conversas com os demais anciãos de Tampack. O capitão Bendu também trabalhou durante muitos anos em Carajás e quase todos esses *Saramaka* do Oiapoque, seja por razão profissional, comercial, ou mesmo afetiva, mantiveram e ainda mantêm fortes ligações com o Brasil.

[116] Depoimento de Sulfone Inácio Moira, 30/05/2001, em Tampack, Saint Georges.

11. Les antillesses no Oiapoque.

"Na passagem do século XIX para o XX, chega ao Oiapoque um grupo de pessoas provindas das Antilhas que ficaram conhecidas como os 'antillesses'. Eles vinham da Guiana Francesa seguindo a costa em busca do minério de ouro que, dizem, havia por aqui.

Acho até que o governo francês deva ter dado condições para a viagem, apoio material e financeiro, essas coisas, pois eles chegaram muito carregados de suprimentos.

Eles pousaram perto da área em que depois se situaria a vila de Demonty. Eram muitos, bastante gente mesmo, famílias inteiras, muitos homens com suas mulheres, crianças e animais de criação, que chegaram carregados de mantimentos em alguns barcos à vela.

Foram vindo aos poucos, primeiro uns, depois outros, navegando pela costa e pararam nesse lugar para um pouso, um reconhecimento da região. Tinham como objetivo alcançar as minas de ouro existentes rio acima.

O chefe ou o líder do bando, pelo menos ele era o mais carismático, o nome que ficou para a história, chamava-se Émile, que por ser das Antilhas ficou conhecido como Émile da Martinique ou só Martinique.

Deveria ter entre 30 e 40 anos de idade quando chegou por aqui, uma vez que se lembram de um crioulo de porte médio, estatura mediana, de nariz curto usando cavanhaque com os cabelos negros compridos que formavam madeixas penteadas para trás caindo pelos ombros.

Émile comandava uma turma de garimpeiros e tinha como missão estabelecer contato com os chefes de filão, os donos de garimpos. Então, os homens desse grupo começaram a subir o rio e nessas incursões foram sendo criados acampamentos provisórios até esta área onde atualmente é a cidade de Oiapoque.

Com o passar dos anos, Émile foi se tornando conhecido mais como um comerciante do que como um garimpeiro. Passou a abastecer os seus amigos e companheiros que vieram com ele e que de fato foram aos garimpos. E assim foram sendo povoadas as duas margens do rio Oiapoque, mais o lado brasileiro, desde a foz até a cachoeira da Grand Roche.

Com o tempo, o acampamento original perto da foz foi se deslocando para outro vilarejo, onde hoje estamos nós, e que passou a ser conhecido pelo apelido de Émile, ou seja, Martinica.

Émile percorria toda a margem com suas canoas, fazendo comércio com os canoeiros dos garimpos e tinha vários pousos até a cachoeira da Grand Roche. Costumava andar com a camisa amarrada na cabeça tal qual turbante e o chapéu por cima dela, com o torso nu queimado de sol. Atraente assim tinha várias mulheres com quem dormia em cada pouso."[117]

A professora Therezinha Feitosa, inicialmente por curiosidade e depois com engajamento passional, dedica-se a pesquisar e contar a história local da cidade de Oiapoque, antiga Martinica. Neste depoimento em que nos narra a formação da cidade, ela baseia-se principalmente no relato dos antigos moradores já falecidos, pioneiros do lugar, cujas famílias já viviam na beira antes da possível chegada de Émile e sua turma. Esses antigos moradores deram suas últimas entrevistas para a jovem professora, que as reproduziu aqui com suas próprias palavras compondo um quadro lendário e que podemos dizer, bastante verossímil. Por exemplo o Cândido Maciel e o velho Estevinho, colega de juventude de Rocque Pennafort e também citado por este último em suas memórias da origem de Martinica, quando se lembra que:

"já tinha um morador de nome Teodore Nicolau, inglês oriundo da ilha de Santa Lúcia (Antilhas), com sua mulher Maria Cecília, nativa da região, e mais um filhinho de nome Estevam Enrique [...] O local, um porto bonito formado por uma grande pedra (granito branco), terra firme, tinha um grande coqueiro já bastante antigo".[118]

Este local a que se refere Rocque passou a ser chamado de Sibéria e ficava em frente à ilha do Barbosa, pertencendo posteriormente à área do núcleo colonial agrícola. Quando a família Pennafort chegou pela primeira vez a Clevelândia e os barcos passaram em frente a Martinica, a primeira visão foi a de *"um vilarejo à nossa esquerda. Uma terra alta, uns casebres lá em cima"*. A mesma lenda de

[117] Depoimento de Therezinha Maciel Feitosa, 05/06/2001, em Oiapoque.
[118] "Introdução". ARP.

origem do nome é recontada por Rocque, de modo menos passional, mas confirmando a história da prof. Therezinha:

"o lugarejo citado recebeu o nome 'Antillesse', em homenagem ao seu primeiro habitante, um crioulo oriundo da ilha de Martinique, possessão francesa do Caribe. Os brasileiros acostumados a simplificar as cousas, pronunciavam Martinica" [119]

Ambos os relatos ressoam como ecos de vozes vindas do passado. Um discurso, como diria Foucault[120], que não mais pertence a quem o pronuncia, um discurso que é uma sucessão de infinitos discursos que se constituíram numa história. Mesmo entendendo estes discursos como porta vozes de uma história que se construiu, cabe a nos analisar porque foi esta voz que ecoou e não outra e quais as condições em que eles foram produzidos que permitiram instituir isto como uma verdade aceita.

A lenda sobre Martinica é muito poderosa. Muitos mapas atuais da Guiana Francesa ainda teimam em se referir à cidade de Oiapoque como Martinique. Outros, grafam ambos os nomes: "Oyapock, ex-Martinique". O nome original da vila foi trocado por ordem do desbravador Cândido Rondon para Espírito Santo do Oiapoque. O artífice da integração nacional tentou apagar a memória local. Os documentos oficiais da fundação da cidade fazem uma mínima referência a essa antiga origem, mas a população do local, principalmente aquela que o habita há mais tempo, não somente não se esqueceu como perpetua essa memória de origem. Principalmente entre os grupos que formam uma classe econômica dependente e que descendem de uma longa tradição distante morando no lugar. Já os setores que se afirmaram como a elite econômica regional, procuram minimizar esta origem.

O depoimento da professora Therezinha e a memória de Pennafort também se confrontam nesse ponto. O segundo, apesar de fazer uma série de referências a Émile, ignora suas atividades, ou pelo menos elas não lhe são consideradas relevantes. Sua lembrança associa o antilhano à festa. Therezinha Leal, contudo, dá outra interpretação ao fato, colhido também em grande parte nas mesmas memórias onde Rocque bebeu. A família Pennafort tornou-se classe dominante em Oiapoque. A origem da professora é distinta, sua família, pequena proprietária de terras no interior do município, não se afirmou nem economicamente nem politicamente no local. Em seu trabalho de pesquisa na

[119] "Martinica". ARP.
[120] Michel FOUCAULT, *A ordem do discurso.*

história regional deparou-se com uma origem da cidade muito popular e exótica, realizada por um grupo de pioneiros estrangeiros que não venceu. E é esta história que lhe interessa contar e passar adiante. O ex-prefeito, como vimos, é o protagonista de outra história. A história de outro grupo de pioneiros que se afirmaram enquanto vencedores. É natural que suas lembranças valorizem este grupo, o que vem de encontro também ao interesse da história oficial. Esta por sua vez, ignora completamente Émile e sua turma. Para o governo a história do Oiapoque começa com a chegada do Estado através da colônia agrícola e dos destacamentos militares. Neste capítulo vamos analisar as versões que privilegiam a origem através da imigração caribenha e o seu impacto sobre a cultura do norte do Amapá.

Assim, foi possível se estabelecer na fronteira mais setentrional do território nacional, na zona do Oiapoque, uma conexão caribe-amazônica entre imigrantes provindos em dois momentos distintos e também atraídos por motivações distintas. Já vimos que os caboclos colonos do Pará e do Ceará vieram para o Oiapoque em busca de terras para plantar, fugidos da seca nordestina e do descaso e abandono da História. Antes deles porém, encontramos esse outro grande grupo também percorrendo centenas de milhas pelo mar em uma viagem, provavelmente até muito mais cansativa e incerta, que os vinha trazer em busca do Eldorado perdido no sonho do garimpo na selva. Para compreendermos melhor como pode ter ocorrido esta ocupação do Oiapoque brasileiro, temos que retroceder até mais ou menos a passagem do século XIX para o XX, viajando para o mar do Caribe e aportando na Martinica francesa.

*

Desde o fim da escravidão nas colônias francesas em 1848, todo um conjunto da população descendente dos antigos escravos não consegue ser absorvido pelo sistema econômico monopolista das *plantations* de cana-de-açúcar. Chamado de *exclusif*, implicava num duplo monopólio: o da produção exclusiva de açúcar e do rum e o do comércio exclusivo com a metrópole francesa. A chamada idade do ouro do açúcar somente foi de ouro para os *békés*, a aristocracia dos proprietários usineiros das colônias insulares do Caribe francês. Muito além desse mundo fino da aristocracia rural trazendo as lendárias lembranças do áureo período econômico no retrato de casarões abastados da outrora abonada vila de Saint Pierre na Martinica, havia um conjunto de pequenos plantadores, colonos e trabalhadores agrícolas que extraia do açúcar a sobrevivência penosa em uma vida calejada ano após ano.

Os pequenos agricultores até que podiam reclamar para si uma situação de independência, mas, excetuando-se aqueles poucos proprietários de lavouras que alcançavam uns trinta hectares, os outros camponeses, paisanos pobres com terras de até 2 hectares, viviam tão miseravelmente quanto os demais empregados nos engenhos. As condições de trabalho não se modificaram sensivelmente com a abolição da escravidão. O grosso dos trabalhadores agrícolas continuava no campo trabalhando na lavoura e, principalmente, na colheita da cana que era enviada às usinas e destilarias de rum dos *békés*. Outra pequena parte do campesinato trabalhava na indústria, na produção de açúcar e rum. As estimativas encontradas para o ano de 1911, na pesquisa efetuada por Edouard De Lépine[121], falam de 25.000 trabalhadores no campo e 5.000 nas usinas. Desses, aproximadamente 8.000 seriam mulheres e 3.000 crianças. Pelo número de crianças ativas no campo podemos inferir que tanto a qualidade de vida, como o soldo e o total de horas diárias trabalhadas por essas famílias, deveria ser bastante dura. Talvez dura o suficiente para, ao final da vida, moelas tanto quanto a cana depois de processada. Além disso, essa condição de trabalho praticamente escravo agrava-se na medida em que 20.000 desses trabalhadores viviam em habitações dentro dos próprios engenhos empregadores. Portanto, uma vida só de trabalho amenizada aos domingos pelas festas nas aldeias.

Se para os empregados assalariados a vida era uma continuação mascarada da antiga escravidão, para os trabalhadores desempregados, sem instrução nem meios ou recursos para sua sobrevivência, restava a mendicância, o roubo ou a imigração[122]. As possessões francesas do Caribe, nas pequenas e médias Antilhas, já eram bastante povoadas considerando-se o regime de exploração econômica lá existente. Em uma terra onde a produção é realizada em poucos latifúndios sobra pouco espaço para os moradores não inseridos no sistema monopolista. As ilhas de Guadalupe e Martinica tornaram-se exportadoras de mão-de-obra para outras colônias francesas, principalmente a Guiana, território relativamente extenso e praticamente despovoado. As sucessivas descobertas de ouro na colônia continental francesa, primeiro no Approuague, em 1863, depois no Calçoene, em 1894, e finalmente no Ouanary e no Oiapoque, estas últimas no debutar de 1900, incentivaram todo um bando de gente sem alternativa de trabalho na sociedade insular, a debandar-se para a aventura do enriquecimento dourado no continente sul-americano[123].

---

[121] Edouard DE LÉPINE, *La crise de février 1935 à la Martinique*, p. 47.
[122] Ver a história de Médard Aribot contada por Richard PRICE, *The convict and the colonel*.
[123] J. PETOT, *op. cit.*, pp. 102-3.

As terras da Guiana se tornarão lugares de pioneiros engajados em ciclos migratórios irregulares, sempre com o sonho, poucas vezes concretizado, de retornarem enriquecidos o suficiente para comprarem uma terra e tornarem-se proprietários no lugar de onde saíram. Com esta ilusão, chegam no fim do século XIX os imigrantes das Antilhas para todo tipo de trabalho junto às companhias mineradoras anglo-francesas. Não somente migrantes das colônias francesas já citadas, mas súditos ingleses de Barbados e principalmente de Santa Lúcia, chegam aos milhares. Os desta última ilha, em particular, formaram o maior contingente imigrante da Guiana Francesa (atingindo em algumas épocas quase 85% do fluxo total de imigrantes recebidos) estabelecendo-se nas margens do Maroni, na fronteira com o Suriname. Em 1897, segundo o engenheiro Edouard Levat, havia uma população flutuante de 6.000 pessoas nos garimpos, que crescera para 10.000 pessoas vinte anos depois[124]. Este intenso fluxo migratório passando pelo porto de Caiena impressionou Blaise Cendrars na visita que fez à Guiana, fazendo dele o tema principal de seu romance *Rhum*[125]. Toda essa circulação de diferentes pessoas, evidentemente, influenciou na formação cultural *créole* da Guiana, especialmente no que toca a dança e a música locais.[126]

*

Os colonos agrícolas da Martinica também contribuíram na formação desse novo povoamento continental levados basicamente por dois motivos. O primeiro, como vimos, causado pelo "excesso populacional" acompanhado da concentração de terras e da decadência do ciclo econômico da cana-de-açúcar. O segundo traz como agravante dessa situação, que perdura desde o fim da abolição, um fator circunstancial causado pela fúria da natureza. Em 8 de maio de 1902, a montanha Pelée, em vomito frenético, soterra a vila de Saint Pierre, então capital e maior cidade da charmosa colônia francesa, fazendo-a literalmente sumir do mapa. Sob a lava ardente quase trinta mil corpos permaneceram cobertos carregando consigo a memória pessoal e cultural do áureo período findado. A vila de Saint Pierre significava também o local de criação de um modo de vida pleno de aventuras no luxuriante Caribe francês. A vida mundana nesse porto do Caribe, ponto de atração de viajantes de todas as ilhas, nunca mais se tornou a mesma:

---

[124] Edouard LEVAT, 1898. *Guide pratique pour la recherche et l'exploitation de l'or en Guyane française.* Rapport à M. le Ministre de l'Instruction publique, Paris, Dunod, *apud* M. STROBEL, *op. cit.* p. 95.

[125] Blaise CENDRARS, *Rhum.*

[126] Sobre a história das possessões ultramarinas francesas ver L. ABENÓN, *Histoire des Antilles et de la Guyane. De la colonie à la dependance départamentale (1870-1981);* Jacques ADÉLAIDE-MERLANDE, *Histoire génerale des Antilles et des Guyanes.*

"Reconstruiu-se a vila, mas de um modo como não era antes, ela jamais viu renascer sua antiga animação. A catástrofe afastou dela os martiniqueses que vinham procurar trabalho ou prazeres fáceis. Foi para Fort-de-France que se atiraram Ferdine, Famélise, Edouarlises e todas as amáveis criaturas, negras ou mulatas, que, como em Une nuit d'orgies..., *fazem ainda o charme das Antilhas."*[127]

A explosão de Pelée marca também uma transformação na sociedade martiniquesa. As festas e orgias regadas a rum e belas mulatas que fizeram o nome da ilha no mundo sob o olhar rígido e severo do clero impotente, desapareceram, como que enterradas na lama enrijecida após a erupção final. Em seu lugar irrompem seguidas tensões sociais desvendando a violenta luta de classes que se travava dia a dia em seu interior. Com a tragédia, todo o aparato burocrático e administrativo francês foi transferido para a segunda cidade da ilha, Fort-de-France, então uma vila com menos de 11.000 habitantes.

*

Além do fim de todo um ciclo cultural original, a montanha Pelée atacou firmemente também, a já capenga economia agrícola da ilha. Quase um sexto da população desaparece na erupção vulcânica e isto provoca todo um desembolso de recursos para recuperar e financiar perdas pessoais e institucionais que levam o governo local a estimular ainda mais a saída dos habitantes indesejáveis. Em 22 de julho de 1902, o secretário geral em Fort-de-France solta uma lista de *sinistrés* martiniqueses. Estas pessoas chamadas sinistras, eram todas agricultoras de profissão esperando a obtenção de uma passagem gratuita por conta do orçamento da Guiana. Na lista com 41 nomes, aparecem famílias inteiras pedindo auxílio para a imigração. Do lado do continente, Armand Chelle, o comissário de polícia de Caiena, alerta para a chegada contínua desses *sinistrés*, o que já denota ser esse um problema alçado à esfera policial. O comissariado os vigiava desde sua chegada, acompanhando seus movimentos e o lugar onde se alojavam, procurando não perdê-los de vista após o desembarque na capital guianense. Uma carta de Chelle ao secretário geral nos dá idéia dessa vigilância exercida:

[127] Pascal PIA, prefácio à edição de 1961 do livro de Effe GÉACHE, *Une nuit d'orgies à Saint-Pierre Martinique.*

"No que concerne à primeira lista, não tendo encontrado ocupação, alguns seguiram para as minas de ouro, outros ficaram em seu ofício, principalmente os sapateiros e as costureiras."[128]

Em uma destas listas, publicada em julho de 1902, aparece o nome de um Emilien Valminos com uma carta de apresentação para obter o visto de imigração para a Guiana:

"O prefeito de Lamentin certifica que o senhor Valminos (Louis Emilien), domiciliado neste município e que pede a sua ida a Cayenne (Guyane-Française) é um trabalhador agrícola dos mais laboriosos e que ele é de força leonina..."[129]

Na época, Lamentin era uma cidade de porte razoável, quase do mesmo tamanho de Caiena, contando pelo censo do ano anterior com 10.928 habitantes[130]. Situada no interior da ilha, a uns quarenta quilômetros de Fort-de-France, constituía-se num burgo conservador controlado pelo poder dos *békés* locais, proprietários das duas usinas e destilarias lá instaladas, de um total de vinte existentes em toda a ilha. Portanto, sua população trabalhadora dependia absolutamente da aristocracia latifundiária para quem vendia diretamente sua força de trabalho, ou, no caso de serem agricultores livres, o produto obtido com ela. Apesar do domínio opressor do latifúndio, a conservadora Lamentin elegeu em 1900 representantes do Partido Socialista para a câmara, tornando-se notícia no contexto político-social da Martinica. A tensão já havia alcançado seu clímax quando os trabalhadores locais também se tornam protagonistas da grande greve de fevereiro de 1900 que se esparrama por toda a Martinica[131]. Após o término da paralisação, há a matança de 6 trabalhadores rurais, o que causa reação e posterior refluxo do movimento camponês.

Nesse contexto econômico, agravado pelo desastre da natureza, se dá a imigração de Louis Emilien para a Guiana Francesa junto com um grupo de pessoas, todas provenientes dessa região central da ilha de Martinica. Em meados de agosto de 1902, Emilien aporta em Caiena com um grupo de refugiados caribenhos. É bastante possível até, como tantos outros imigrantes, que este camponês de Lamentin, sem emprego e sem domicílio, tenha sido convidado pelos proprietários associados de companhias mineradoras e casas

[128] Gendarmerie – rapports relatifs au sujets anglais et sinistrés de la Martinique. Série 8M pq. 518. ADG.
[129] *Ibid.*
[130] Edouard DE LÉPINE, *op. cit.*
[131] *Ibid.*

comerciais, a juntar um grupo de pessoas com destino a uma das áreas de mineração no interior da Guiana. Como nessa época a zona do alto Oiapoque era um dos destinos mais procurados, é possível também que seu destino tenha sido esse e que ele tenha participado de uma expedição de garimpeiros e comerciantes com destino às minas do Camopi.

Não temos meios de comprovar se Louis Emilien Valminos foi realmente para a região do Oiapoque. Muito menos se este Louis Emilien possa ter sido o Émile da Martinica que apresentamos no início desta narrativa. Porém, além da semelhança no nome, existem outras semelhanças entre ambos que permitem traçar um paralelo entre a trajetória de vida do imigrante Emilien, indicada nesses poucos documentos encontrados no Arquivo da Guiana, com a trajetória de vida do imigrante Émile contada através dos relatos de quem o conheceu. Usando estas duas fontes distintas como recurso de pesquisa, vamos dar continuidade às possibilidades de história de ambos os personagens a partir de sua chegada a Caiena até seu estabelecimento no Oiapoque. Vamos tomar como exemplo, a chegada de Valminos a Caiena e admiti-la, num exercício especulativo, que esta poderia ter sido a chegada de Émile ao mesmo porto. Portanto Émile pode muito bem ter sido o líder de um desses grupos de imigrantes provindos das Antilhas e que foram contratados pelos patrões do minério para criarem um acampamento de base na região do Oiapoque, seguindo a narrativa contada por Therezinha Feitosa.

*

Muitos desses imigrantes que foram aos garimpos, vieram de trajetórias semelhantes. Sabemos de algumas histórias de vida dessas "gentes do ouro" contadas para a pesquisadora Michele Strobel, que ajudam a compor o quadro da imigração caribenha nos primeiros anos do século passado. O pai de Raymond Alberty nasceu na Martinica e saiu logo após a erupção do vulcão para Castries, a capital da ilha de Santa Lúcia. Aos 20 anos de idade, em 1902, imigrou para a Guiana indo para os trabalhos nos garimpos de Régina, no rio Approuague, a oitenta quilômetros de distância do rio Oiapoque[132]. Ralph Verneuil também diz que *"os primeiros a virem para cá foram os martiniqueses, após a erupção do Pelée em 1902."*[133] A explosão vulcânica em Saint Pierre, foi efetivamente um marco na imigração dos habitantes da Martinica para a aventura guianense do ouro que se expressa recorrentemente em suas memórias.

[132] Depoimento de Raymond Alberty a Michele STROBEL, *op. cit.*, p. 158.
[133] Depoimento de Ralph Verneuil a Michele STROBEL, *op. cit.*, p. 162.

A participação das mulheres acompanhando os homens era freqüente, mas raramente ocorria na condição de esposa efetiva. A rotatividade das relações é marcante, tanto para as mulheres, que muitas vezes retornam para a costa para cuidarem sozinhas dos filhos, como para os homens que perdem suas voláteis companheiras na competição acirrada entre os garimpeiros pela disputa de sua fêmea. Victoire Saintville conta que nunca conheceu seu pai, que deixou sua mãe em Caiena quando esta estava grávida dela e foi para o garimpo do Oiapoque onde morreu de *lembé*, o mal de amor, após ter sido abandonado por outra mulher fugida com um garimpeiro enriquecido[134].

José Sarney dedica este tema do amor, da luxúria e da traição nos garimpos, em seu romance *Saraminda*, onde narra a história, segundo ele com base em pesquisa nos arquivos de Caiena, da prostituta do mesmo nome que enlouquece os garimpeiros do Calçoene com a exuberância de seus dotes[135]. Poucas vidas femininas podem ter tido o destino glamouroso da vida romanceada de Saraminda, comprada ainda jovem em Caiena com apenas 15 anos por um rico brasileiro dono de garimpo e levada para a vila no interior da selva, onde sobrevive seduzindo garimpeiros e comerciantes. Sobre estes destinos femininos, Michele-Baj diz que *"em geral, as mulheres tem deixado bastante jovens a sua vila natal e suas mães, e de maneira dolorosa."*[136] Levadas cedo como acompanhantes para viagens de aventura no meio da selva, vivendo em vilarejos de garimpo, estas mulheres aparentando uma sexualidade livre, pouco falam em seus depoimentos sobre esse assunto, ou, por exemplo, dos acontecimentos posteriores a uma indesejada gravidez. Geralmente abortam ou vão ter seus filhos, como vimos, num lugar distante do garimpo, em pousos e vilarejos na costa.

Segundo pesquisa realizada por Heckenroth, de mais de 100 mulheres vivendo no Oiapoque com idades entre 18 e 45 anos, não há mais do que dez nascimentos nos anos compreendidos entre 1939 e 1941[137]. Assim parece bastante compreensível, por exemplo, não se falar em nenhum filho do fundador de Martinica, Émile, ao mesmo tempo em que se fala das muitas mulheres que ele teve, vivendo em pousos diferentes na margem do Oiapoque. Este tipo de relações conjugais no universo dos garimpeiros levou, com freqüência, à existência de muitos homens e mulheres vivendo solitários em sua idade avançada, sem filhos, que foram ser criados distantes, em outras localidades, e

[134] Depoimento de Victoire Saintville a Michele STROBEL, *op. cit.*, p. 179
[135] José SARNEY, *Saraminda.*
[136] Michele STROBEL, *op. cit.* p. 248.
[137] Marcel HECKENROTH, *Rapport Circonscription de l'Oyapock,* (abril 1939-dezembro 1941). Textos reunidos por Jean HURAULT (mimeo), *apud* Michele STROBEL, *op. cit.*, p. 248.

que depois seguiriam reproduzindo esta vida errante e solitária sem a constituição sedentária de uma família propriamente dita.

*

Fechando o círculo de relações pessoais e comerciais estabelecidas nestes acampamentos em função dos garimpos, surge a figura do comerciante ambulante encontrando bandos de salteadores e garimpeiros isolados e dispostos a emboscar os carregadores de ouro. Um funcionário qualquer é contratado por uma grande casa comercial para fazer a empresa do transporte das mercadorias até as casas mineradoras e, com o tempo, passa a realizar este trabalho por conta própria, assumindo os riscos do empreendimento e sofrendo com as possíveis emboscadas às margens dos rios. É possível que Émile passasse a desempenhar esse papel alguns anos após a sua chegada ao Oiapoque. Como explica Petot, este sistema comercial montado através de uma rede de transportes se aperfeiçoa: *"os primeiros mascates se tornam sedentários e outros os vão substituindo. Alguns se tornam verdadeiros gerentes de casas comerciais situadas na costa."*[138] Isto explicaria o processo de fixação na vila de Martinica e a criação de acampamentos intermediários desde a foz até os primeiros saltos no rio, acompanhando o *boom* da exploração do ouro na primeira década do século XX.

Aquela, deve ter sido a fase áurea da vida de Émile e da constituição do povoado de Martinica. Com o declínio do ciclo do ouro no Oiapoque e a transferência desse mecanismo para a nova fronteira aurífera ao longo do rio Maroni, na distante fronteira com o Suriname, temos a decadência e o refluxo da vida desses moradores dependentes da clientela dos mineradores. Émile, contudo, encontra-se estabelecido na beira do rio, e, com sua idade já avançando para os cinqüenta anos, já não lhe é mais possível recomeçar tudo novamente em outro lugar. A vida toma então um rumo calmo e monótono onde sua casa passa a ser não mais uma referência de comércio, mas um lugar conhecido pelas festas e diversão oferecidas, principalmente nos fins de semana. O público que a freqüenta também não é mais o mesmo. Agora, ele é composto pelos moradores ribeirinhos, caboclos e crioulos trabalhadores das usinas de extração do pau-rosa, pequenos cultivadores e pescadores, que no vaivém de suas canoas pelo rio e igarapés, param na localidade animada pela música e pela dança, regadas com o forte *tafiá*.

[138] J. PETOT, *op. cit.* p. 160.

Alguns velhos moradores entrevistados pelo padre Alicino, que chegaram nos últimos anos da década de 1910 também ajudam a compor esse mesmo quadro. Joaquim Alves de Araújo disse-lhe

"que chegando àquelas paragens, em 1917, encontrara três cabanas perto do igarapé da Palha (Ponta do Cheiroso): a de Emile Martinique, a de Raimunda Pereira (apelidada dona Raimundona, pela sua estatura robusta), da qual o idoso Emile requestava as graças e a de dona Francina".

Na versão final montada pelo padre Alicino todos os relatos que ele obteve afirmam ainda se tornarem mais freqüentes *"as visitas à casa do crioulo que, com sua gaita tocada habilmente, se tornara chamariz para quantos gostassem de uma alegre diversão."*[139]

No começo da década de 1920, quando a família Pennafort chega ao local, já encontram outra Martinica, cada vez mais abrasileirada, apesar da forte influência cultural crioula herdada. Esta mudança também é narrada por Rocque em suas memórias, associando-a a uma possível "civilização" dos costumes do lugar, fazendo coro aos desejos do Governo de integração nacional:

"Foi em 1923 [...] que a nossa saudosa Martinica passou a crescer com mais intensidade. Não, não se admire que eu tenha saudade da Martinica. Tenho razão para isto, vocês verão mais tarde.

Pessoas com a mentalidade mais avançada, com outros costumes que não só o Guianês, foram chegando. Assim é que, com a mesma procedência nossa o arquipélago do Marajó - e atraídos por Clevelândia, desta foram se desgarrando, talvez devido à sua colocação em terrenos (lotes) bastantes distantes e de difícil acesso, passaram a aumentar as hostes do simpático povoado. Nestor Souza, pai de um atual compadre meu - Heráclito Souza - mais conhecido por Zizí e que vive atualmente em Macapá e com bastante saúde; Raimundo Gomes, Honório Jesus da Silva e os sanfoneiros Basileu e Manoel Simão, foram alguns dentre outros que passaram a fazer parte da que fosse nos dias atuais, se chamaria de 'a nova comunidade."[140]

Com este novo fluxo migratório, a "nova comunidade" de Martinica perde sua característica *créole*, resistindo apenas o bar de Émile e uns poucos e velhos moradores *antillesses*, herdeiros ainda dos tempos de sua fundação, que demarcavam ao som da gaita e dos tambores o antigo território conquistado.

---

[139] Padre ALICINO, *op. cit.*, pp. 115-6.
[140] "Martinica". ARP.

12. Dança, música e festas.

"E foi na dependência do que lhe pudesse sobrar da florescente Clevelândia, da amadurecida Demonty, de Santo Antônio e até mesmo de Saint Georges no outro lado, é que a acanhada Martinica foi crescendo. A população aumentava, trazendo logo alguns comerciantes que se instalavam pelo novo povoado. Logo pegou a característica animada. As festas se tornavam freqüentes na própria casa do fundador, o velho Emile Martinique, ou na de Dona Raimunda. O velho Martinique animava os arrasta-pés com movimentados 'casse-corps' (quebra-corpo, dança creoula), tocando em seu 'pife' (pequeno instrumento parecido a um clarinete, de apenas seis furos), enquanto alguém cantava patuá guianês: 'Moen panin papá/, moem panin mamãn/ pour pleurê bai moen!(bis) Jurduí samedi ô soé, e alór/ pa tenin passê la men, e alór...(bis).' A pronúncia é como está escrito e a tradução para o português é esta: 'Eu não tenho pai, eu não tenho mãe pra chorar por mim. Hoje é sábado a noite, e então, não tem que passar a mão...' - uma espécie de não alisar.

Enquanto isso nós, escondidos dentro do igarapé Sipariny, ouvíamos de lá todas as noites de sábado e de dias de festa, o rufar dos tambores no 'Caféssocá' ou na casa do Aly (comerciante francês estabelecido em frente à Clevelândia), que traziam até nossos ouvidos o ritmo do carimbó. Vem aí [...] a minha dúvida quanto a origem paraense desta dança."[141]

[141] "Memórias", ARP.

Seguindo a narrativa deixada por Rocque Pennafort, percebemos, a partir de seu ponto de vista, a imagem que se fez da vila de Martinica como sendo o ponto mais animado do rio Oiapoque. Além da casa de Émile, outro local foi construído em 1925 para saciar o desejo de diversão dos novos habitantes. Um certo João Arthur organizou um clube, o "Recreio da Mocidade", que parece ter se transformado em uma espécie de boate. A chegada do primeiro bordel ao Oiapoque é insinuada no discurso moral do padre Alicino que diz ter este João *"pensado em angariar um dinheirinho, talvez não muito licitamente, sendo que 'as brincadeiras' não sempre eram de bom gosto, desgarrando-se 'os brincalhões' dos sadios princípios morais."*[142] Deixando a brincadeira assanhada de lado, subindo ainda mais o rio, outros dois pontos nativos habitados pelo povo guianês funcionavam como locais de diversão festeira; uma pequena comunidade ao pé do salto de Cafessocá, onde se encontram as ruínas do velho forte francês para defesa das investidas dos primeiros negros *Bush,* e um café, que depois se tornaria uma casa de prostituição junto ao hotel de Modestine, a filha de Aly, uma mulher lendária no Oiapoque francês.

*

A novidade levantada na narrativa do ex-prefeito de Oiapoque é sobre as influências musicais na região, o que será o principal enfoque destas linhas que se seguem. A primeira influência seria a dos ritmos e danças originadas na tradição *créole*, tanto a da Guiana nativa, como a caribenha trazida com a imigração. Mas e a outra, o carimbó? Por que negros nativos da Guiana tocariam em suas festas o carimbó, cuja origem sabida provém do Marajó? Esta, a pergunta que suscitou a dúvida em Rocque Pennafort. Mas talvez isto não seja um absurdo ou um fato tão estranho assim, se lembrarmos o fluxo de migração que se estabeleceu nas terras do Amapá durante todo o século XIX. Trata-se de um movimento contínuo na província paraense em que, como diz Maia, *"existe em sua história, desde o período colonial, inúmeros casos de fugas escravas rumo a possessões da França, ao norte do Brasil, que podem ser compreendidas como fugas para fora em busca da liberdade no outro lado da fronteira brasileira."*[143]

Mas não somente escravos fugitivos percorreram esse caminho em direção à Guiana e ao norte do Amapá, território então contestado. Uma grande população, genericamente chamada de cabocla, realiza o mesmo movimento. São índios oriundos de diversas tribos e provindos da região da foz do Amazonas que

[142] Padre ALICINO, *op. cit.*, pp. 116-7.
[143] José BEZERRA NETO, *op. cit.* p. 232.

emigraram para o norte. Não se tratam de migrações coletivas como a que já vimos os *Waiãpi* realizar. Trata-se de indígenas já desenraizados de sua cultura, acaboclados, muitas vezes seguindo famílias de negros ex-escravos, subindo a costa em pequenos barcos pesqueiros ou através dos campos de savana amapaenses. São, por exemplo, as populações que Emilio Goeldi encontrou em sua viagem ao Cunani na época do litígio franco-brasileiro e que ele descreveu sendo *"com poucas exceções, pretos e mulatos, os mais velhos evidentemente 'mocambistas' (escravos fugidos), do tempo do Império, antes da abolição da escravidão; a geração nova consiste de paraense".*[144]

Preconceitos à parte, o discurso de Goeldi confirma, como já havíamos considerado antes através da pesquisa de Flávio Gomes, que diversos mocambos foram constituídos no norte do Amapá, tendo sido Cunani o principal deles. Também como já vimos no relatório do major Boanerges, havia uma ligação terrestre entre Cunani e Oiapoque, razoavelmente freqüentada pela população local. Um trajeto realizado tanto por caboclos e negros brasileiros, como também por *créoles* garimpeiros da Guiana e ilhas do Caribe. Ora, junto com esta circulação de pessoas existente durante todo o século XIX, também houve uma profunda circulação cultural, que nos permite falar em uma conexão caribe-amazônica. Portanto, se os atuais ritmos caribenhos como o *regaee* e o *zouk* difundem-se significativamente no Maranhão e Amapá, respectivamente, também os ritmos regionais amazônicos alcançam, senão o Caribe, pelo menos toda a região das Guianas. O pesquisador de contos nativos amazônicos, Peregrino Jr., encontrou vários ritmos costeiros paraenses na região do alto Trombetas, fronteira com a Guiana e o Suriname. No conto *Carimbó* ele nos diz que:

"O batuque, o urucungó, *o carimbó acordavam nas solidões misteriosas das florestas amazônicas as vozes nostálgicas das praias africanas, cheias de ritmos lentos, ondulantes, preguiçosos [...]*

Mamá-cumandá
É bumbá!
Açu-babá-açú-bebé
É bumbá!"[145]

---

[144] Ofício reservado enviado por Emilio Goeldi ao Ministro Carlos de Carvalho. AHI. Fundo: Documentação Rio Branco, Parte III, Códice: 340 –2-13. Compilado do Arquivo da Secretaria do Governo do Estado do Pará por Flávio GOMES e outros (org.), *Relatos de Fronteiras*, p. 97. (grifo em negrito meu)
[145] João PEREGRINO JUNIOR. *Pussanga*, p. 59.

O ritmo do carimbó no Pará parece ter influenciado não somente a música e a dança dessas populações descendentes dos antigos mocambos, bem como deu a levada das lutas populares e de defesa pessoal dessa gente. A pouca difusão do berimbau na costa paraense, fez com que a tradicional luta escrava nessas terras se fundisse com a dança do carimbó misturando os estilos e criando uma outra luta. Para o estudioso da cultura afro-brasileira, Vicente Salles, *"a capoeira não evolui, no Pará, para um tipo de exercício ou jogo atlético que permitisse sua sobrevivência, como ocorreu particularmente na Bahia. Dela restou a* pernada ou rasteira *que, acrescida da* cabeçada, *constitui uma espécie de luta popular, característica no Marajó com expansão para o Amapá."*[146]

Assim, a estranheza que causava nos Pennafort ouvir o carimbó em plena selva da Guiana mostra-se algo bastante natural, provocado pela intensa circulação de pessoas que ouve naquelas bandas. O que talvez o jovem Rocque não pudesse imaginar naquela época, é que desde muito antes da chegada de sua família, ou do Estado brasileiro ter se interessado, por motivos econômicos e de segurança, na colonização forçada daquela região, já existia um fluxo natural de povoamento realizado justamente pelas populações mais desprezadas dentro do conceito daquilo que se costuma chamar de civilização. Para Rocque a história em Oiapoque inicia-se com a chegada do Governo e da colonização, daí seu espanto com a circulação de culturas que encontrou e não compreendeu.

*

Essa influência cultural trazida pelos brasileiros vindos do sul encontra, nesse vai e vem incessante de habitantes deserdados, com a música, a dança e os costumes vindos do norte. Umas, naturais da própria Guiana, e outras das ilhas francesas do Caribe. Neste segundo ingrediente do caldo cultural é que se faz presente, em Martinica, o charme e a sensualidade do grupo de Émile e demais companheiros e companheiras antilhanos.

Em linhas gerais podemos afirmar que a música caribenha é produto do encontro de duas tradições musicais, a africana e a européia. A influência africana é muito mais significativa e complexa. Não houve somente uma mistura entre duas tradições continentais diferentes, houve, também, uma intricada miscelânea de línguas, ritmos, cultos, instrumentos e danças, protagonizados por uma enorme diversidade de grupos étnicos africanos que aportaram contra a sua vontade nas

[146] Vicente SALLES, *A defesa pessoal do negro*, pp. 29-30.

ilhas tropicais do Mar do Caribe. Esta mistura é tida pelos estudiosos do assunto como sendo uma espécie de "sincretismo interafricano".[147]

Em sua maioria, estas gentes marcadas para trabalharem compulsoriamente nas plantações de açúcar, provieram da África Ocidental, mais precisamente da região do Golfo da Guiné. Uma enorme área formando uma meia lua ao longo da costa, desde o Senegal, passando pela Serra Leoa, pela Guiné, pelo Benin e estendendo-se até a Nigéria. Esta área de captura de escravos penetra pelo interior até o Mali e vale do Niger. Também em sua maioria, estas populações trazem consigo principalmente as influências da cultura *Koromanti* e *Nagô*, ou *Yoruba*. São etnias cujas culturas permanecem mantendo uma religiosidade politeísta, mas, entre estas levas de imigrantes de contrabando, chegaram alguns grupos minoritários, já islamizados, principalmente entre os nativos oriundos das terras mais ao norte, do Senegal, da Guiné e do Mali.

Entre esses últimos, há um elemento central na cultura musical africana, a figura do *griot*, o cantor da tribo, um termo derivado do português criado. O *griot* servia, com sua voz, a realeza e os príncipes dos antigos reinos africanos dessa região interior ao sul do Saara. O *griot* contudo, não servia somente nas cortes, ele era parte integrante de uma cultura eminentemente oral, em que, através de poemas épicos narrava o passado da tribo. Até os tempos modernos o *griot* serviu à comunidade, em casamentos, nascimentos, funerais, e outros eventos. Esta forma de servir com a voz, no estilo dos trovadores e bardos medievais, inicia-se em Gâmbia, na tradição cultural *jali*, que vem da linguagem *Mandinga*, uma das etnias que chega às Antilhas[148]. Em muitas localidades da África Ocidental, ultrapassando as fronteiras da cultura *Mandinga*, estabeleceu-se uma tradição *jaliya*, como uma espécie de casta social herdada familiarmente.

Estes cantores isolados que chegaram ao Novo Mundo, aqui encontraram outros ritos tradicionais africanos, também tribais, e ligados ao trabalho na lavoura e à fertilidade na colheita trazidos pela maioria dos negros cativos. A música seguiu sendo um elemento importante no trabalho, agora escravo, nas *plantations* das ilhas americanas. Esta prática musical nas plantações acompanha a população negra também na cidade, nas festas, nos dias de folga, ou nos períodos em que não eram requisitados para o trabalho. Isto às vezes ocorria dias e noites seguidos, que se transformavam em festa continuada.

---

[147] Sobre o povoamento da Martinica, ver os trabalhos de David BERNARD, *Les orígenes de la population martiniquaise du fil dês ns (1635-1902) Memoire n °. 3;* também, *Coolies, Congos, Chinois. Le memorial martiniquais. Vol. 3.*

[148] Samuel CHARTERS, *The roots of the blues – an African search.*

Em grande parte do Caribe, por exemplo, a época do Carnaval se tornou no momento de comemoração mais intenso e continuado. A celebração do Carnaval, trazida pelos colonos europeus, vem de encontro à necessidade de manifestação cultural dos negros escravos através da música e da dança. O típico Carnaval caribenho incluía a participação de negros e brancos em desfiles e paradas pelas ruas das cidades, muitas vezes organizadas em times, bandas, ou blocos. Uma festa acompanhada musicalmente de uma variedade de instrumentos africanos e europeus[149]. Assim, diferentes variedades de tambores e percussão com metais misturam-se a instrumentos de sopro como clarinetes e pifes.

Nas cidades, as antigas danças de origem africana fundem-se com as danças sociais européias trazidas pelos colonizadores. Nessa região do Caribe em que a influência francesa era mais significativa, a valsa, a polca e, principalmente, a mazurca, serão os ritmos de baile mais incorporados à coreografia realizada nas festas de escravos. Auxiliando esse fenômeno de fusão de danças na recriação de um folclore *créole*, está a intensa missão cristianizadora imposta pela religião católica aos negros, inclusive no uso de suas músicas e cantos. É também por isto que existe uma enorme diferença entre a música e a dança praticada pelos descendentes dos antigos marrãos, os *Saramaka* por exemplo, e os grupos negros *créole* da costa guianense. Entre os primeiros, a música e a dança ainda mantinham no início do século XX aquele componente tribal ligado exclusivamente aos ritos religiosos, coisa que se transforma entre os negros cristianizados, ganhando um componente de pura festa e diversão.

Encontramos então, em muitas ilhas do Caribe, danças folclóricas, reinterpretações de antigas danças tradicionais africanas usando uma variedade de tambores em conjunto com instrumentos percussivos como maracás, sinos, ou ainda facas raspando lâminas de metal, sempre com a batida das caixas dando o ritmo. São danças de escravos que remontam ao século XVIII, músicas tocadas nas celebrações coletivas ou dançadas ao fim da jornada de trabalho, denominadas pelos folcloristas de *jumping dance* ou *jook dance*, devido à freqüência de saltos e acrobacias em seus movimentos.[150] Além das danças religiosas empregadas nos ritos *koromanti*, *gumbe* e *vodu*, há uma variedade de danças em que este caráter de invocação ou possessão de espíritos está ausente.

[149] Kenneth BILBY, *The Caribbean as a musical region.*
[150] *Ibid.*, pp. 186-90.

Nas Antilhas francesas, ou naquelas regiões sob influência da francofonia (Martinica, Guadalupe, Haiti, Louisiana), uma das mais antigas referências musicais é a *bamboula*, uma dança ao som somente de tambores, originalmente usada para a invocação de espíritos e que durante o século XIX, passou a ser usada pelos escravos e ex-escravos em carnavais e outras celebrações festivas. Ainda no Caribe francês, na ilha de Santa Lúcia, desenvolveram-se dois estilos musicais ligados aos ritos para os ancestrais, a *kutumba* e o *kèlé*. Estas danças rituais estão na origem da *bélya* e da *kalenda*, as mais antigas danças não religiosas da Martinica e presentes ainda em várias ilhas do mar das Antilhas[151]. A popular *kalenda* martiniquesa do século XIX era dançada primeiro ao fim do trabalho de forma coletiva e depois chegou aos salões de baile incorporando passos das danças sociais européias.

Particularmente na Martinica e em Guadalupe, na passagem do século XIX para o XX, originou-se um ritmo musical muito sensual dançado pelas mulheres crioulas nas festas de rua e nos salões de baile da boêmia. Aquele mesmo universo cultural descrito na literatura erótica caribenha, como vimos sobre a vida mundana de Saint-Pierre em *Uma noite de orgias*. Assim temos a origem da *béguine*, que depois, a partir das décadas de 1920 e 30, se tornará popularíssima nos Estados Unidos, devido à sensualidade de seus movimentos, difundida nas casas de show de Nova Orlèans sob a influência do jazz.

Já, a *kalenda* tradicional, pouco influenciada pelos costumes europeus, permaneceu fiel à sua origem escrava de dança de trabalho e além de seu ritmo marcante sensual, manteve a tradição das *jumping dances*, o que fez de algumas versões dela, como o *ladja* guiano, uma dança de luta no estilo da capoeira brasileira. Na Guiana, a *kalenda* chega junto com aquela intensa circulação de escravos do século XIX e adquire contornos próprios, passando a ser conhecida como *kasecó*, derivado do francês *casse-corps*[152]. Além do *kasecó*, o folclore guianês mostra outras variedades de danças musicais de origem escravas com movimentos parecidos, mas próprios. Surgem durante o século XIX e começo do XX: o *grajé*, o *léròl*, o *kamougé*, o *moulala*, o *débò*, a *bélya*, o *labasyou*, o *djouba*, o *zink*, além de outras menos praticadas.

*

Na proximidade com a fronteira brasileira, onde, além da circulação de pessoas provindas do Caribe, há também o transito cultural de influência amazônica, isto fez com que essa área criasse um folclore muito fértil. Não é à toa que Ndgano

[151] A *kalenda* ou *kalinda*, é a dança base do famoso carnaval de Trinidad e Tobago.
[152] Monique BLÉRALD-NDAGANO, *Musiques et danses créoles au tambour de la Guyane Française*, p. 50.

diz em relação à região do Oiapoque que *"muitos fundadores de grupos folclóricos vivendo hoje em dia em Caiena, são originários daquela região."*[153] É o caso por exemplo do Dahlia, um grupo de cantos tradicionais créole tocados com o tambor, com o *chachá*, uma espécie de chocalho, e com o *petit bois*, dois pedaços de pau batidos um contra o outro. O mais premiado grupo folclórico da Guiana especializou-se em suas performances naqueles ritmos que são específicos do Oiapoque. O *lérol*, inspirado sobretudo nas dança européias como a polca; o *grajé*, que remete a uma valsa lenta que valoriza os tambores chatos; o *grajé-valse*, dançado em um ritmo mais rápido, o *kamougé*, jogado durante o trabalho em comum e carregado de ares africanos; e principalmente o *kasecó*, o mesmo ritmo tocado por Émile da Martinica e citado nos depoimentos iniciais.[154]

Apesar desta enorme variedade de danças e estilos musicais, podemos dividir geralmente dois tipos diferentes de dança, segundo o meio em que elas eram praticadas e as pessoas que as dançavam. Em Caiena, por exemplo, o canal Laussat dividia a cidade a partir do porto seguindo para o interior, em duas classes sociais distintas. A burguesia continua considerando essas danças descritas acima como muito populares, e se diverte *"com o gosto pelas danças de orquestra: a valsa, a mazurca, o* lancier, *as quadrilhas, a polca e a* béguine*"*. Como diz a pesquisadora do folclore guiano Monique Ndagano, estas danças definem seus praticantes como pertencentes a uma classe social de privilegiados e os que lhes giram em torno. Os demais, a massa da margem direita do canal Laussat, *"pratica as danças* créoles *ao tambor, como o* kasecó*."*[155]

Os antilhanos que fundaram Martinica no Oiapoque, trouxeram para o lado brasileiro do rio toda essa influência cultural, especialmente aquela que se construiu através da dança e música tocada pela camada mais popular da população. Da *kalenda* martiniquesa para o *kasecó* guiano, passando pela dança guerreira do *ladja*. A defesa destas populações, às vezes emboscadas por salteadores em ataques na beira do rio, quando saia do confronto armado e ia para a luta corporal ao solo, fazia-se valer dos movimentos acrobáticos originados na dança. Os narradores citados nos primeiros romances *créoles*, em

---

[153] Monique BLÉRALD-NDAGANO, *op. cit.* Como exemplos do folclore musical da Guiana podemos citar um de seus principais grupos, o DAHLIA. Na região do Oiapoque ainda há o grupo Quatre Épices e no passado havia o grupo Martina. *"O grupo folclórico 'DAHLIA' foi fundado em abril de 1966, em Caiena, por um grupo de pessoas originárias do município de Saint-Georges de l'Oyapock."* DAHLIA – Chants Traditioneles, encarte, p. 5.

[154] Grupo DAHLIA, *Chants Traditionneles.* Caiena, Centre socio-culturel de Mirza.

[155] Monique BLÉRALD-NDAGANO, *op. cit.* p. 14. Ver também B. CHERUBINI, *Cayenne, ville créole et polyethnique.*

Atipa e em *Nuits de Cachiri*, descrevem cenas do *ladja* praticado pelos antilhanos em busca do ouro no início do século XX.[156]

Assim, o som que Rocque Pennafort e outros colonos ouviam retumbar na floresta proveniente da casa de Émile, é um componente desse sincretismo interafricano que nos referimos anteriormente, já misturado também com as influências amazônicas e com a chegada do acordeom tocado pelo caboclo migrante. Toda esta mistura criou o precioso folclore dessa região do Oiapoque. Ao som dessas influências musicais, os novos colonos se deliciavam com a comida regional que marcou esta tradição cultural construída pela mescla de costumes, reativando com os seus odores os contornos da memória:

"E como era gostoso um cumaru gordo, flechado e assado 'na hora', na pedra da cachoeira, tendo como tempero tucupi preparado pelo caboclo e a farinha d'água gostosa, preparada pela dona Maria dos Santos e sua filha Leonice"

O peixe, o tucupi, o cachiri, os caboclos, os índios e os negros misturando todas suas influências recriaram nesse quinhão verde uma outra cultura. Como é possível então, na origem dessas populações migrantes tentar, tanto de um lado, como do outro da fronteira, introduzir à força um discurso de soberania e integração nacional? O que há de nacional nessas gentes? A resposta parece ser a da falta de identidade. Tratamos de pessoas que se formaram culturalmente muito além de uma mera redução a uma possível identidade. Elas se constituíram justamente na fusão de influências regionais, inter-regionais, e até intercontinentais. Daí a dificuldade tanto do Estado brasileiro, quanto do francês, em enraizar através do discurso da soberania um programa de integração nacional.

[156] R. JADFARD, *Nuits de Cachiri;* J. MICHALON, *Le ladja, origines et pratiques.* Alfred PAREPOU, *Atipa* (a edição original deste, que é considerado o primeiro romance em língua *créole*, data de 1885).

COMENTÁRIOS III

A colonização da região do Oiapoque, muito antes de ser pensada de forma oficial pelo Governo brasileiro através da implantação do Núcleo Colonial Cleveland, já vinha sendo praticada em sucessivos fluxos de pessoas, muitas das quais se estabeleceram definitivamente no lugar. O mote, "o lugar onde o Brasil inicia" revela a vontade de incorporar efetivamente esse território ao Estado nacional trazendo até ele o que se entende por uma civilização brasileira, mesmo sabendo-se que ainda hoje será necessário enfrentar 600 quilômetros de viagem pela selva através de uma estrada empoeirada nesse caminho da integração nacional. A colonização tratou-se sobretudo de uma questão estratégica dentro da geopolítica da soberania nacional.

Dois são os fatores fundamentais que levaram o Estado a despender os esforços humanos de seus funcionários e recursos materiais para viabilizar essa ocupação. Primeiro, um aspecto humano, o da presença constante de estrangeiros. Os franceses da Guiana, que durante muitos anos, desde os tempos da disputa pelo Contestado e os vinte anos que se seguiram à conquista judicial daquele território, continuaram sendo a maioria da população "civilizada" do lugar. Segundo, o mais importante, o aspecto econômico, pois se trata de uma região rica em recursos naturais na floresta, entre eles as essências, as madeiras de lei e o látex, e os recursos minerais, principalmente o ouro que se imaginava encontrar nos afluentes do rio Oiapoque.

A forma como se deu sucessivamente a ocupação e a colonização do lugar reuniu três distintos empenhos. Primeiro, tratou-se de implementar um polo avançado da burocracia nacional através de um núcleo agrícola. Com isto – a chamada por terras para a agricultura – imaginava-se poder assentar colonos agrícolas erradicando-os definitivamente no lugar. Muitos foram os que vieram atrás desse sonho que logo se mostrou inócuo. As terras não eram suficientemente férteis para a agricultura e os custos da produção agrícola naquele lugar inviabilizaram o empreendimento. Mesmo para uma agricultura de subsistência era economicamente mais viável importar os produtos alimentícios via navegação fluvial, trazendo-os de Belém. Enquanto os cofres públicos subsidiaram o núcleo agrícola ele prosperou. Quando as torneiras das verbas foram fechadas, a experiência fracassou.

O que fazer então com todo o aparato implantado? Por sorte do Governo federal, que situação macabra, o país passa por uma revolução militar em 1924, o que provoca, durante o Estado de sítio decretado em seguida a ela, a prisão de milhares de pessoas. Eles são militares, o proletariado urbano envolvido nas reformas sociais e bandidos comuns. Ótimo para o Governo. As prisões em massa vieram a calhar em seu empenho colonizador e os pobres prisioneiros são enviados para manter a ocupação da extrema fronteira nacional. Afinal, o país vizinho há mais de setenta anos praticava a ocupação de sua colônia com os deportados da metrópole francesa. Por que o Brasil não poderia fazer igual? E fez. Desenhou-se assim o segundo movimento colonizador da "civilização".

Para completar esse quadro, a manutenção de mais de mil prisioneiros num campo de confinamento na selva requer um aparato policial militar. Pronto. Estavam lançadas as bases para a ocupação da região norte com a terceira presença da "civilização": um grande contingente do Exército. Até hoje a presença militar brasileira no Oiapoque é fortíssima como vimos pelas fontes analisadas no item "Clevelândia do Norte – Oyapock".

É em torno destas três distintas formas de ocupação, a agrícola, a penal e a militar, que o Estado brasileiro lança mão para exercer sua soberania sobre o território. Nasce, cresce e desenvolve-se toda uma população que passa a usufruir os recursos materiais e humanos levados pelo Governo. Assim vimos o desenvolvimento e a decadência de Clevelândia, o crescimento de Martinica e a sua sucessiva transformação no distrito e posterior município do Oiapoque. Assim vimos também o crescimento da ocupação econômica ao longo do rio, desde a foz, até regiões mais distantes ainda do que Clevelândia.

Porém, esta ocupação humana, lenta mas constante, vai muito além dos desejos únicos do Governo em manter a sua soberania em uma região longínqua e inóspita. São pessoas, gentes, deserdados de todas as espécies que realizam a aventura da própria vida, e com ela dão vida ao lugar. O que vimos nas páginas anteriores foi um breve panorama da multiplicidade étnica e cultural dessas gentes povoadoras do Oiapoque. E vimos a constituição e o nascimento de uma nova comunidade, que hoje conta com mais de dez mil habitantes, realizada com a contribuição e influência dos mais variados tipos e culturas.

Esta ocupação não se deu pacifica e tranqüilamente. Ela se configurou através de muitos e variados conflitos. Quando falamos em conflitos, não nos referimos tão somente a lutas, batalhas e disputas que também ocorreram. Falamos de conflitos no sentido de embates entre grupos sociais, e culturas diferentes que, se encontrando numa região pela posse dela, produziram confrontos. Estes confrontos nós os acompanhamos através das fontes deixadas e dos discursos que elas produziram, e que repercutiram na formação e na construção de uma história local.

Confrontamos as posições do discurso oficial que nos chegou através do relato dos médicos sanitaristas e das inspeções de viagem realizadas pelo Exército brasileiro. O discurso oficial também nos chegou através dos relatórios consulares enviados de Caiena. Temos também os discursos oficiais encontrados nos arquivos da Guiana e que são discursos de como o "lado de lá", via a ocupação do "lado de cá". São posições divergentes, porém, vejam que coincidência, baseadas na mesma metodologia de análise da realidade. Ambas as fontes oficiais, do Brasil e da França, empenham-se na colonização e ocupação do território às custas da submissão cultural das populações indígenas e caboclas ou *créoles*, aos símbolos da soberania de seu respectivo Estado.

O discurso médico tem particular relevância pois através dele legitimam-se algumas ocupações, por exemplo, a dos colonos cearenses, e desqualificam-se outras, como as dos caboclos ribeirinhos e das populações indígenas. Já no relatório do General Rondon em seu programa de integração nacional, os índios, gente silvícola e incapaz manipulada pela ganância estrangeira, são aqueles em quem o Estado deve investir suas forças no sentido de lhes trazer os valores da cultura nacional.

Por outro lado, as fontes deixadas pelos etnólogos e antropólogos, como por exemplo, as análises feitas por Nimuendajú, mostram toda uma outra realidade.

A de uma população nativa assediada por uma população "civilizada" e tratada por esta, com o respaldo dos militares, como animais em fase ainda de domesticação. O velho sentimento de captura e subordinação dos indígenas presentes nas páginas de nossa história colonial, retorna agora com nova roupa. Não se trata mais de evangelizá-los, traze-los para a salvação eterna, como outrora tentaram os jesuítas. Trata-se de integrá-los, traze-los para o Estado do qual, mesmo sem saber, já fazem parte.

Através desses estudos antropológicos, citamos aqui principalmente o de Gallois, pudemos perceber também, por exemplo, como uma nação anteriormente próspera e vigorosa como a *Waiãpi*, foi literalmente confinada em um espaço distante sob o assédio cruel de cobiçosos garimpeiros. E também, este é o grande valor do trabalho de Gallois, pudemos perceber como esta população reinterpretou a história oficial brasileira e recriou segundo seus próprios mitos uma outra história, adequando-a a sua cosmologia. Gallois investigou as modalidades de manipulação dos eventos históricos por esta tribo ao fundar uma etno-história *Waiãpi* como uma maneira de administrar os conflitos gerados no contato com nossa história. E desse modo, a tribo *Waiãpi* vem recuperando sua auto-estima e se afirmando novamente enquanto grupo étnico e cultural independente.

Muito mais rica é a literatura disponível sobre as nações dos negros marrãos que tiveram a força de combater seu algoz domesticador e a sorte de serem também exímios canoeiros. Sorte, pois através desta qualidade, conseguiram manter seu espaço na Guiana Francesa e se fazerem respeitar pelas outras populações dependentes deles. O que seria da exploração do ouro sem estes navegadores? O trabalho de Price disseca os costumes, o modo de vida e principalmente, a religiosidade dessa população que conseguiu até meados do século XX sobreviver com bastante dignidade. Em seus depoimentos dados a mim, é possível sentir a nostalgia de um tempo que não retorna mais. E mesmo aquela nação que segundo Hurault sobreviveu porque soube incorporar modernidade à tradição, com o fim do ciclo do ouro sucumbiu ao avanço irreversível da economia capitalista.

Continuando com a análise das memórias de vida, as gentes do ouro, através dos estudos de Baj-Strobel pudemos compreender melhor a dinâmica que levou os *créoles* imigrantes do Caribe ao sonho do El Dorado. E seguindo este sonho é que se fundou Martinica, o primeiro povoado brasileiro do Oiapoque. Voltamos aqui ao início deste "Comentários" quando afirmamos que, muito antes da idéia oficial da colonização, muitas pessoas já se ocupavam informalmente dela. Sem

a preocupação em saber sob qual soberania teriam que se submeter, estes aventureiros imigrantes buscavam somente um espaço para sobreviverem dignamente. O grande mérito do trabalho de Strobel é tratar as fontes orais por ela levantadas como agentes de sua própria história. Ao analisar essas memórias como discursos fundadores de uma nova realidade, aquela da contínua creolização das populações migrantes negras e mestiças na Guiana, faz, a seu modo, o mesmo tipo de trabalho realizado por Gallois. A reinterpretação do discurso histórico oficial com base na memória coletiva da imigração para o trabalho de garimpo. E assim, encontramos a criação de um outro discurso, rico, muitas vezes lendário e quase inverossímil, mas se instituindo como verdade e garantindo a presença, a permanência e auto-estima dessa população.

São os ecos desse mesmo discurso genealógico, da confluência da memória coletiva com os saberes locais, que emerge da narrativa da Prof. Therezinha ganhando os contornos de um reconhecimento popular aos verdadeiros pioneiros do lugar. Não há nesse relato preocupação com a afirmação de uma identidade, de uma soberania, ou com a exaltação da vitória pessoal. Seu relato é um eco daquelas poucas vozes infames, no sentido dado por Foucault à palavra, que permaneceram no tempo, e se constituíram em forma de tradição oral perpetuada nos contornos da memória de todos aqueles cuja história não se instituiu oficialmente.

Em todos esses relatos trabalhados direta ou indiretamente, se confirma a hipótese apresentada por Regina Guimarães de que o trabalho com as fontes orais produz um duplo significado. Ao mesmo tempo em que se constitui no documento informativo sobre o passado que permaneceu, portanto a atualização desse mesmo passado no presente, constitui-se também, através da disputa que envolve essas reminiscências do passado, na recriação constante do presente[157]. E o trabalho do historiador acompanha esse mesmo fluxo: mais do que narrar aquele passado que já morreu, reinventa a atualidade dessa existência.

Por outro lado, o também precioso material deixado como relato de memória pela família Pennafort, apesar de se afastar das fontes oficiais do discurso do Estado, reafirma a vitória de uma população que já estava, segundo diziam os discursos médicos, fadada a vencer. E venceu porque seria mais civilizada, tinha uma cultura "superior" em um lugar onde imperavam ainda os costumes indígenas e quilombolas a serem erradicados. Porém, embora essa parte da memória popular vencedora queira a todo instante se diferenciar das vozes

[157] Regina GUIMARÃES NETO, *Artes da memória, fontes orais e relato histórico.*

meramente infames e se aproximar da idéia de civilização vendida pelo Estado, reaparece no discurso dessa memória os valores da vida cabocla ribeirinha e os indícios da creolização presente na cultura do lugar.

Nesta feijoada étnica e cultural onde cada qual tenta fazer valer, conforme a possibilidade de suas forças, a voz abandonada no tempo nesses documentos encontrados, chegará outro ingrediente de peso que desestabilizará o que se confrontava até então. Os prisioneiros vindos do sul do país chegarão trazendo outros discursos, tão incompreensíveis para os nativos locais quanto os da soberania do Estado. É a afirmação da necessidade de mudanças sociais, reformadora das instituições, no caso dos tenentes, ou demolidora delas, no caso dos anarquistas. Vejamos a partir de agora, como esse novo discurso será reinterpretado.

TRÂNSITOS E CONFINAMENTOS

Nomadismo, heterotopias e sujeição na área de fronteira.

(III) CARTOGRAFIAS

O título Cartografias não se refere somente ao estudo das cartas gráficas encontradas sobre o território em questão. Aqui o termo é usado no sentido de produzir variadas cartografias, mapeamentos, inclusive espaciais mas não exclusivamente, sobre a ocupação humana que se estabeleceu na região. Com base nas fontes encontradas e que se referem ao período imediatamente anterior à chegada de fato do Estado brasileiro na região do Oiapoque e ao período imediatamente posterior ao fim do campo de prisioneiros em Clevelândia procuro investigar as relações físicas e humanas ali estabelecidas entre 1919 e 1927.

Para alcançar os resultados propostos neste trabalho, que não deixa de ser uma tentativa de reconstituição das relações cotidianas, utilizo os referenciais clássicos de espaço e de tempo, automaticamente relacionados com a Geografia e a História. Porém, a forma como foram tomadas essas relações estabelecidas temporalmente num determinado espaço físico, fogem aqui das dimensões tradicionalmente com elas trabalhadas. Se numa perspectiva historicista das ciências humanas, havia uma compreensão geográfica do espaço como sendo apenas o palco em que se desenrola a construção social e cultural da História a partir de seus agentes humanos, o trabalho aqui proposto trata de dar ênfase na importância do espaço como um elemento também determinante dessa construção sócio-histórica.

Não é o caso de somente hiper-dimensionar os elementos espaciais, em detrimento dos temporais, como sendo os principais determinantes das relações humanas estabelecidas na conformação de uma cultura local. A concepção geográfica proposta por Edward Soja com base nas leituras por ele feitas sobre Foucault, sinaliza que, na perspectiva pós-moderna, é o estudo do espaço e do meio, que nos permitiria compreender de modo mais abrangente as relações culturais criadas em determinada região[1]. O professor de planejamento urbano é um dos principais pilares para as discussões sobre uma geografia pós-moderna, na qual a produção da cultura praticamente confunde-se com o próprio habitat.

Não me parece ter sido esta a análise feita por Foucault em sua entrevista publicada em *Hérodote* no ano de 1976. Naquela ocasião, Foucault enfatizava a importância das táticas e estratégias usadas para o estabelecimento das relações entre poderes e a dominação soberana sobre os territórios. Via a Geografia e o papel do geógrafo como instituintes de um poder de Estado[2]. Em outro ensaio, sobre a Genealogia e o Poder, mostrava a importância dos saberes locais, inclusive os que se atem ao conhecimento do espaço físico de vivência, como estratégias de resistência e persistência dessas populações regionais[3].

Num outro momento, Foucault deslocará ainda mais sua análise sobre as relações humanas criadas num determinado espaço. Chamará de heterotopias as relações efetivamente estabelecidas entre as pessoas e que, de algum modo, escapam às formas de sujeição aos poderes estabelecidos recriando outras possibilidades de vivência que não as oferecidas pela hierarquia espacial existente.[4] Em outras palavras, diria que Foucault, ao caminhar por uma cidade, estaria em sua viagem pelo espaço físico muito mais interessado nas aglomerações humanas existentes nele do que na arquitetura urbana do lugar. Por exemplo, a heterotopia que talvez surja do intenso comércio ambulante no centro das grandes metrópoles, estas relações cotidianas produzidas no e pelo espaço e que efetivamente dão vida a ele, são mais ricas do que a planta e o traçado urbano, os edifícios e as relações de poder que estes ensejam.

As possibilidades heterotópicas em Clevelândia serão estudadas no capítulo seguinte. Por ora, pretendo refazer a cartografia da região estudada em três tempos distintos. A primeira recriação é a do espaço estabelecido e vivido

---

[1] Edward SOJA, *op. cit.* pp. 24-30.
[2] Michel FOUCAULT, Sobre a Geografia, *Microfísica do poder.*
[3] *Idem*, Genealogia e poder, *Microfísica do poder.*
[4] *Idem*, "Outros espaços", *Ditos e escritos III.*

durante o período de criação e conformação do núcleo de Clevelândia enquanto uma promissora vila agrícola. Esta mesma vila será cartografada num segundo momento, aquele do declínio do experimento agrícola e do surgimento de um estabelecimento penal. Nestes dois mapas, é visível a presença de um discurso montado a partir da visão geográfica trazida pelo Estado agente da soberania. Na última recriação, esta envolvendo uma relação de espaço-tempo mais longa e de conformação mais lenta, a vila de Martinica é cartografada com base nos relatos dispersos encontrados e nas suas sucessivas modificações, até o momento em que o crescimento espontâneo do lugar não pode mais ser ignorado pelo discurso soberano do Estado, quando então se dá a renomeação da vila para Espírito Santo do Oiapoque.

Não ignoro, contudo, a fundamental importância das temporalidades na análise das fontes documentais. Assim, a recriação espacial proposta deve ser compreendida como uma fotografia cujos elementos que a imprimem são essas fontes lidas como discursos no momento de sua produção. A construção e a análise destas cartografias leva também em conta o entendimento de que *"os discursos geográficos – no sentido mais amplo do termo (discursos referidos ao espaço terrestre) – variam por lugar, variam por sociedade, mas principalmente pela época em que foram gerados"*[5].

O que espero conseguir durante o trabalho é atingir um certo equilíbrio entre a concepção pós-moderna de que o espaço é fundador de um modo de vida ou cultura, e a análise dos discursos encontrados como sendo fotografias válidas para o momento de sua produção. O discurso sobre o espaço vivido, ocupado, ou ainda, pretendido, não é somente fruto de uma construção baseada em temporalidades. Nele também devemos perceber a influência do meio, das criações humanas sujeitadas ao meio que permanecem, e que ultrapassam a dimensão meramente histórica. Dada a característica do Oiapoque como uma região de fronteira, de intenso trânsito, de fraca penetração das ideologias e da geopolítica da soberania, as fontes permitem que seja possível entender as relações humanas naquele espaço como sendo relações de passagem, criações culturais que são o resultado de uma cultura muito mais nômade do que histórica.

Entre os saberes constituídos, coube à História o papel de marcador temporal do Poder[6]. Parece que ironicamente segundo essa definição de Deleuze, a Filosofia

---

[5] Antonio Carlos Robert MORAES, *Território e História no Brasil*, p. 27.
[6] Peter Pál PELBART, "O tempo não reconciliado", *in* Eric ALLIEZ (org.), *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*, p. 92.

da História, em seu ramo materialista, ao buscar a libertação do sujeito reafirma com o seu historicismo o aprisionamento dele. Para Deleuze, é no turbilhão, na antimemória e na multiplicidade que se apresenta o devir. Portanto é no meio, no espaço, no lugar da passagem que podemos e devemos encontrar os elementos que desmarcam ou desmascaram a temporalidade do Poder. Daí que a idéia de nomadismo expressa por Deleuze como substitutivo ao acontecimento histórico, pode muito bem ser usada na fronteira do Oiapoque, um lugar até hoje em dia de trânsito contínuo. Trânsitos culturais, étnicos, civilizadores, trânsito de Estado, de antiestado, enfim trânsitos múltiplos de diversos interesses.

Portanto, as recriações cartográficas que fiz daquele espaço são fotografias de passagem. Os mapas são fragmentos recriados para visualizar as mudanças espaciais e relacionais que ocorreram nesse período entre 1920 e 1927, época em que se deu o encontro entre os poderes locais e os poderes em transito da população cabocla nativa e migrante, com os discursos trazidos ou gerados pela chegada do poder chamado de civilizador pelo Estado.

Para efeito de montagem da tese todos os mapas descritos e utilizados durante o trabalho estão apresentados com legendas e comentários no Anexo final.

1. A experiência da colônia agrícola.

A experiência agrícola realizada em Clevelândia do Norte, embora tenha sido malograda, serviu para levar a esse território distante uma nova forma de urbanidade planejada até então inédita naquelas bandas. A arquitetura planificada criada no núcleo colonial recém implantado dispôs a nova vila de um traçado urbano que, naquele rincão ermo, somente se observava em algumas vilas do lado francês. O atracadouro de madeira, onde as embarcações menores procedentes de Santo Antônio aportavam, espiava a praça em frente recepcionando os viajantes recém chegados, um campo largo de onde partiam perpendicularmente em forma de T, duas ruas bem definidas: uma via em direção às terras altas interiores e outra que, ladeando o rio Oiapoque, alcançava os limites urbanos da vila compreendidos entre os rios Pontanari e o Siparini. A partir dessa via marginal distribuíam-se para ambos os lados os lotes de que cada família de colonos foi dotada. Ao fim da via, na extremidade que encontrava o igarapé Siparini, um outro caminho seguia esse curso alcançando os últimos lotes agrícolas, aqueles mais distantes do eixo central de Clevelândia e que eram destinados às famílias menores ou de menor expressão junto à comunidade de migrantes. Embora se tratasse de uma vila com um arruamento ainda bastante restrito, a elaboração de um projeto urbano planejado antes de serem erguidas as construções era um fato absolutamente inédito para os caboclos e colonos que habitavam a redondeza.

Com esses ares de pequeno plano piloto, o núcleo colonial foi oficialmente inaugurado com o nome de Centro Agrícola Cleveland em 5 de maio de 1922. A explícita homenagem ao presidente americano Groover Cleveland não parece fazer muito sentido, dado que ele não participou da querela diplomática que deu ganho de causa ao Brasil na questão dos limites. Oferecer o nome do presidente da potência americana em um vilarejo limítrofe com o território colonial de uma potência européia como a França, não deixa de trazer suspeitas. Analisando este fato, Samis atribui a homenagem, embora não o faça de forma conclusiva, à estratégia adotada pelo Barão do Rio Branco em sua política externa na qual se alinhava à Doutrina Monroe na defesa dos interesses nacionais no continente. Para o Barão, o inimigo exterior com pretensões coloniais na América, principalmente no extremo norte do continente sul-americano, seriam as potências européias[7].

Além do presidente americano, o Barão do Rio Branco foi o grande homenageado em Clevelândia. A praça e a rua principal, chamada de *boulevard*, receberam seu nome. O barco, que naquele dia 5 de maio trouxe os visitantes do porto de Santo Antônio até a cerimônia de inauguração, também levava seu nome. Somente faltou o próprio diplomata para completar a festa que foi assim descrita pelo Padre Alicino com base na ata de fundação do município de Oiapoque.

"A espaçosa praça, que tomou o nome do 'Conquistador do Amapá', Barão do Rio Branco, toda enfeitada de cordas de bandeiras de muitas nacionalidades pendurando-se das palmeiras, apresentava um aspecto festivo e encantador. A vivacidade das cores em contraste com o verde escuro da cerca recuada da floresta virgem fazia daquele sítio um oásis civilizado, um abrigo de promissoras esperanças."

Em frente ao ponto de desembarque e em direção à avenida que ia ter ao hospital, destacava-se um artístico arco triunfal enfeitado de crepons e de filamentos de palmeiras, de modo a combinar as cores da bandeira brasileira."[8]

Com a colônia toda embandeirada e enfeitada, os colonos todos bem calçados, inclusive as crianças, o foguetório se fazia ouvir a cada chegada dos barcos que traziam os visitantes de fora especialmente chamados para a festa de inauguração. Os convidados foram recebidos pelo anfitrião, o engenheiro Gentil Norberto, que organizou a recepção na única casa de alvenaria construída até

[7] Alexandre SAMIS, *Clevelândia*, pp. 158-160.
[8] Padre ALICINO, *op. cit.*, p. 89. Cf. documentação encontrada pelo autor nos anais da Prefeitura do Município de Oiapoque

aquele momento, a sede da Administração. [9] Na ata de registro de fundação da colônia encontramos a lista dos ilustres convidados: entre eles haviam os representantes do Estado do Pará, da companhia de navegação Amazon River, dos dois maiores diários paraenses, jornais sempre favoráveis à iniciativa colonizadora, havia ainda autoridades políticas do município vizinho de Montenegro, autoridades representantes do governo colonial da Guiana Francesa, alguns comandantes militares da Amazônia, empresários com negócios no Oiapoque, e, enfim, estava lá presente para abençoar a todos o novo vigário recém chegado a Saint Georges, Olivier Gros, em substituição ao anterior, Ettiene Salvetat. Naquela época, o distrito de Oiapoque ainda não era uma paróquia e todas as celebrações religiosas tinham que bater na porta do pároco francês. [10]

A festa seguiu os moldes das festas coloniais brasileiras mantendo-se a velha separação entre casa grande e senzala, banquete na sede da Administração para os convidados especiais e discursos das autoridades presentes naquela velha retórica inconsistente. Após as honras de praxe e já com a barriga cheia, a casa grande curva-se ante a senzala para assistir ao baile com a apresentação das danças folclóricas locais feitas pelos colonos: desde o carimbó paraense até o *casse-corps* crioulo. Na cozinha da festa, ao populacho caboclo foi garantido um boi inteiro para alimentar a sua farra. Festa que acabou se estendendo durante toda tarde, e animou-se ainda mais com o arrasta-pé embalado pelos sanfoneiros Basileu e Manoel Simão, seguidos por todos os curiosos ribeirinhos das redondezas que chegavam noite adentro em suas ubás, as compridas e estreitas canoas amazônicas.

Às mulheres das famílias de colonos restou o lugar da apresentação ensaiada e um leve aperitivo do baile popular enquanto os homens de casa ainda estavam presentes. Para as jovens solteiras era aquele o momento existente para verem e para serem vistas. Uma rápida troca de olhares ou a sorte, para as mais atrevidas, de uma dança com o par desejado, e a festa seria comentada pelas semanas seguintes até o próximo baile a ser organizado. Dona Cezarlina Pennafort tocava viola com um grupo de mulheres nas festas de São João, tradicional festa do nordeste brasileiro, o que nos dá indícios da predominância de famílias de

[9] *Id.*, p. 90. Conforme o Padre Alicino em seu livro, os convidados principais eram : o Coronel Julio Benito Pontes, intendente municipal de Montenegro, José Ferreira Noronha, representante da Amazon River, Augusto de Moura Palha Jr., representante de *A Província do Pará,* e que também era funcionário da colônia, Feliciano Mendonça, de *O Estado do* Pará e chefe da Comissão de Profilaxia Rural do Pará, Deocleciano Coelho de Souza, Delegado Fiscal da Fazenda do Pará, Federico Schmidt, do Clube de Engenharia do Pará, João de Palma Muniz, chefe da 3 ª. Seção das Obras Públicas, Antonio Mazzini, pelo Instituto Histórico e Geográfico do Pará.
[10] Informações obtidas no livro de batismo de brasileiros. APO.

origem nordestina entre os colonos. Segundo ela, os momentos de diversão eram raros, raras eram também as oportunidades para se conhecer um namorado e, portanto, tinham de ser muito bem aproveitadas.[11]

O encanto que essa modernidade trazida até a selva provocava nos novos colonos foi um dos motivos do impulso inicial da vila agrícola. Mesmo após sua inauguração oficial ainda havia muito a ser feito para completar o projeto traçado. Mesmo assim, logo a vila piloto transformou-se no centro regional do Oiapoque brasileiro. O orgulho com que os colonos falam do início da vida em Clevelândia mostra o impacto causado por essa modernidade planejada no meio da selva:

"Embora tudo ainda no início, Clevelândia mostrava-se, desde logo, com uma nítida superioridade, enquanto sua vizinha Martinica bem mais antiga, o que era lógico e natural, pois estava sendo construída com planejamento para o futuro. O prédio da Administração com dois pavimentos, os retoques finais. Em construção os prédios da Escola, Hospital, serraria, um prédio destinado à casa comercial da firma Afonso Fonseca & Cia. Ltda., de Belém do Pará, encarregada do fornecimento da Colônia, e outras casas destinadas a moradias. Suas ruas e praças bem traçadas, com suas travessas em ângulo reto. Um grande galpão ainda coberto de palha onde funcionava o armazém da firma citada e próximo ao porto, outro também coberto de palhas destinado a depósito e alojamento."[12]

O discurso otimista e ufanista dos jovens colonos fazia coro e seguia o modelo do discurso inaugurado pelo Estado que se vangloriava de ter levado o que havia de melhor na civilização para o confim amazônico. Na mesma linha, o texto a seguir escrito pelo chefe Gentil Norberto relata o desenvolvimento da colônia agrícola no decorrer dos anos elogia os trabalhos executados e os moradores do lugar. Contudo, acusa os prisioneiros que lá chegaram como os responsáveis pelo fracasso da experiência colonizadora.

"Em junho [1922], *várias dezenas de famílias de trabalhadores nacionais foram localizadas no núcleo. Em setembro, a escola pública já funcionava com 45 alunos matriculados. Pela primeira vez na fronteira do Oyapock, o nosso belo hino nacional foi cantado por 45 vozes infantis, no momento em que se erguia a bandeira nacional, no dia do centenário da nossa independência política. Em 1923 e 1924, continuaram os trabalhos da comissão. Obras de vulto*

[11] Depoimento de Cezarlina Pennafort ao autor dado em Macapá em 26/05/2001.
[12] ARP. *Memórias, cap. 11*, Mais de meio século de dependência.

foram executadas. Entre muitas outras as seguintes: a hospedaria de imigrantes, o posto receptor rádio telegráfico, a secretaria, várias casas particulares, a igreja, etc.

Perto de 28 quilômetros de caminhos vicinais, foram abertos através da floresta virgem. Era de franco progresso a situação da Clevelândia, quando chegaram ali, em 26 de dezembro de 1924 e 6 de janeiro de 1925, as primeiras turmas de deportados."[13]

Um desses prisioneiros lá deportado nos mostra uma opinião bem mais objetiva e menos entusiasmada em relação ao traçado urbano e à organização da colônia agrícola que tanto enfatizou o diretor nesse texto de defesa. Segundo esse nortista soldado da canhoneira que chegou junto com a primeira leva de soldados rebeldes deportados do Amazonas no início de 1925,

"A colônia é constituída de duas ruas. Uma, mais ou menos em vertical à margem do rio. É a rua do Hospital, como é conhecida. Somente ali há o barracão desta, coberto de zinco, e com lotação normal para umas cinqüenta pessoas. Nessa rua, ou estrada, ou coisa que o valha, há umas seis ou oito casas, choupanas cobertas de cavacos de madeira. Esta rua faz esquina com a outra, da administração, e que se estende ao longo da margem do rio, até a pequena igreja matriz do lugar. Aí, há umas doze casas, ou choupanas, melhor dito. A casa da administração fica na esquina. Cobertas de telhas francesas somente há esta casa, a da guarda, e mais duas ou três, sendo uma a usina da firma Fonseca & C., que ali tem uma destilação de pau-rosa."[14]

Os primeiros colonos foram chegando em diferentes turmas como vimos no capítulo anterior. Dois grandes grupos distintos se formaram segundo a narrativa de Rocque Pennafort. Um deles trazido pelo patriarca de sua família, o coronel Chico Pennafort, e outro, de famílias retirantes da seca nordestina, trazido de Belém pelo Governo. Ainda segunda a narrativa épica dos Pennafort lembrada por Rocque:

"...minha família praticamente ocupou toda a linha do Siparany, cabendo aos meus pais o lote numero dois, da referida linha. E toca a botar roça, e a plantar de tudo. De café a mandioca, na certeza de termos encontrado o Eldorado, tal era a confiança no mito, naquela época existente, de que as terras do Oiapoque era fertilíssimas.

---

[13] "A verdade sobre a deportação para a Clevelândia." *A Notícia, 04/01/1928.*
[14] *O Correio da Manhã,* 08/01/1927.

Meu pai, enquanto nós trabalhávamos na roça, ia trabalhando nas construções em Clevelândia, para, com o salário extra, ajudar a subvenção que a Comissão dava para a manutenção da família, já que ele era carpinteiro, pedreiro, pintor e às vezes ainda arrancava dentes..."[15]

Novamente o mito recorrente do novo Eldorado a terra prometida fertilíssima para o roçado da família e para o café de exportação. Tanto nas frentes de colonização induzidas por companhias particulares na área da Amazônia legal, como nesse núcleo colonial montado pelo governo, a lenda do ouro verde repete-se. Como muito bem assinalou Regina Guimarães no trabalho homônimo, na maioria das vezes a procura do Eldorado não se materializa, empurrando os colonos migrantes para o desbravamento de novas fronteiras agrícolas e de civilização[16]. Aqui porém, onde se encontram os limites do Estado, ao errante resta o retorno, sempre inglório, ou a reinvenção do espaço. Coube às famílias migrantes reinventar o antigo espaço da fronteira e a eles somaram-se alguns habitantes ribeirinhos que já se encontravam por lá trabalhando na construção do núcleo e que, ao permanecerem na vila, passaram também a receber os benefícios oficiais[17].

Enquanto o mito de Shangrilá manteve-se de pé Clevelândia cresceu, mostrando "sua nítida superioridade em relação a Martinica". Quando o sonho caiu por terra foi preciso reinventar o espaço de convívio e nesse momento entra novamente em cena a força da natureza. A vila originada do antigo pouso dos antilhanos também manteve sua atividade econômica e se transformou em morada para os pequenos proprietários colonos que, não conseguindo sobreviver da agricultura em Clevelândia, transferiram-se para a vila ao lado submetendo-se ao trabalho assalariado na extração vegetal e mineral. Começa assim a se delinear a separação entre uma elite migrante e o grupo maior de assalariados que permanece vivendo uma cultura nômade. Crescido em uma família dessa nova elite, Rocque relata com naturalidade essa divisão que ia se delineando:

"Os habitantes da Martinica, além de se ocuparem da pequena agricultura e da pesca, tinham a sua maior fonte de renda e ocupação nas usinas de extração de essência de pau-rosa instaladas ao longo do rio Oiapoque: uma em Demonty [...]; uma em Taparabou, uma em Tampac

---

[15] ARP. *Memórias*, cap. 11, "Mais de meio século de dependência".
[16] Regina GUIMARÃES NETO, *A lenda do Ouro Verde.*
[17] Cf. o Padre ALICINO, *op. cit.* "*...além da foz do Pantanari, num morro chamado Sibéria, encontraram três moradores, João Paulino, Manoel Teodoro Alves e Cipriano Alves.*", p. 79. Além desses havia também a família de Teodore Nicolau, proveniente da ilha de Santa Lúcia.

(francesa) onde havia também uma outra não de produção de essência, porém de "Tafiá" (aguardente); uma em Clevelândia e algumas no alto Oiapoque."[18]

Com o passar dos anos, ao declínio continuado de Clevelândia contrapõe-se o gradual desenvolvimento populacional de Martinica, que se tornou o receptáculo dos braços desiludidos da vila agrícola e, na década seguinte, também o dos braços vencedores. A instalação das usinas destiladoras do pau-rosa trouxe além da farta mão-de-obra barata, empreendedores e pequenos comerciantes.

[18] ARP. *Memórias,* cap. 12, "O peixe do Oiapoque".

2. Uma cartografia da colônia agrícola.

"as terras da colônia se estendem da boca do Pontanari à do Marupi, afluentes da margem direita do Oiapoque, abarcando, portanto, trechos dos rios Cricú e Anotaie, que correm entre aqueles." [19]

Conforme o geólogo Pedro Moura escreveu em seu relatório de viagem, do qual foi extraído o mapa que segue no Anexo final, as terras do núcleo colonial compreendiam esse trecho acima demarcado.

Com base nas fotografias existentes e nos relatos e narrativas já apresentadas anteriormente podemos, pelo menos parcialmente, reconstruir a distribuição geográfica das famílias agrícolas e mapear a arquitetura planejada do centro administrativo e comercial do núcleo colonial, desde sua inauguração em 1922, até a chegada dos prisioneiros em dezembro de 1924[20].

---

[19] CBDL. Boletim n °. 65. Instituto Geológico e Mineralógico do Brasil. Ministério da Agricultura. Pedro MOURA, *op. cit.*

[20] Conforme Rocque Pennafort em suas Memórias, *"A turma do velho Pennafort foi somente depois de construídas as casas, distribuídas todas ao longo do igarapé Siparany. A nós coube o lote numero 2. No primeiro lote, próximo a foz, já havia um morador antigo também chamado Teodoro de Tal [...] Os colonos foram instalados na seguinte ordem: na linha do Pontanary na margem esquerda - logo perto da foz -, Cipriano Alves (morador antigo) e mais José e Manoel de Souza Lima, João Gualberto e João Moreira de Souza, todos do grupo do velho Cel. Pennafort, e outros mais; na linha do Oiapoque, logo a montante do rio Pontanary, no lote n °.1, Demétrio Cardoso da Silva, e logo a montante do igarapé Siparany, no lote 3, Herculano Batista da Silva, ambos do grupo Pennafort, e no lote 4, João Oliveira (onde hoje é chamada praia do João Caboclo), e logo acima da cachoeira, no lote 7, Francisco Cajueiro, e no lote 8, José Gabriel, estes dois do grupo do velho Pennafort, e mais acima ainda, Manoel Pedro e outros; na linha do Siparany, perto da foz, Teodoro de tal, depois todos do nosso grupo: Raimundo Pennafort, José Carneiro de Souza (lote 3), Arthur Pennafort, lote 4, Francisco Pennafort (o chefe) lote 5, João Moreira da Silva, lote 6, Francisco Torquato, lote 7; Manoel Nascimento, lote 8 e no lote 9 Izequiel Ferreira. Francisco Torquato depois foi substituído no lote 7 por Raimundo Pessoa. Na linha da entrada de Clevelândia-Siparany ficaram os colonos Luiz Nobre, Eleutério de Tal, Abdon Joaquim de Lima, Quintino Augusto dos Santos, Joaquim Nascimento e José Carlos, e na linha Clevelândia-Pontanary, pela entrada, Enéas de Tal e Manoel Reginaldo Filho. Estes dois últimos não pertenciam ao nosso grupo."*

Analisando o texto com a indicação dos colonos sediados e a planta do núcleo colonial, penso que seja possível identificar 4 eixos distintos de colonização:

a) O primeiro eixo é aquele que se encontra dentro do que seria o centro da vila de Clevelândia, ou seja o trecho ao longo da linha do rio Oiapoque entre a elevação Sibéria e a foz do igarapé Siparini. Nesta linha, que acompanha o boulevard Rio Branco, por um lado se alcança a cachoeira Grand Roche, e pelo outro, a entrada do igarapé que uma vez transposto, vai levar à foz do Pontanari. Denominei esta linha de eixo C, Clevelândia.
b) O segundo eixo é o que segue a linha do Siparani subindo o curso desse rio. É onde está localizada a maioria dos lotes e é também a linha que avança mais em direção ao interior. Denominei esta linha de eixo S, Siparini.
c) O terceiro eixo é o que está localizado após a pedra da Sibéria e que segue a linha do Pontanari em direção ao sertão. Chamei esta linha de eixo P, Pontanari.
d) Por último, a linha de lotes que acompanha o resto do curso do Oiapoque além da foz do Siparini, sendo necessário atravessar este igarapé de canoa. É a linha mais distante com loteamentos até acima da cachoeira da Grande Roche. É o lugar de passagem para a travessia dos navegadores que sobem o grande rio e também para os trabalhadores da usina Alice. Denominei a linha de eixo O, Oiapoque.

No primeiro eixo de ocupação, contíguo ao núcleo urbano central de Clevelândia, na área demarcada com L que acompanha a saída a montante da vila, surgem dois nomes de famílias que podem ser pertencentes às lideranças dos agricultores vindos de Belém. O colono Abdon Joaquim de Lima será futuramente entrevistado pelo *Estado do Pará* na capital marajoara, apoiando a gestão do chefe da colônia durante o período em que ela se transformou em presídio. Seu relato sugere um estreito comprometimento com os funcionários federais. Na mesma localização temos os lotes de Luiz Nobre, que aparece na fotografia oficial da colônia tirada pelo enviado do ministério da Agricultura para comprovar a fertilidade das terras oiapoquenses. A mandioca gigante segurada pelo colono é o veículo de propaganda que povoou a mente dos migrantes como vimos em páginas passadas. As roupas e o porte de Luiz Nobre contrastam com a vestimenta e os pés descalços do retrato ao lado, o do colono negro segurando a cana-de-açúcar gigante[21]. Mera coincidência, ou talvez sejam indícios das relações sociais que se formaram ou que já chegaram formadas através da colonização oficial. Nobre e Abdon vivem próximos aos funcionários

[21] Ver ambas as fotos incluídas no Anexo final.

do núcleo, saem em fotografias oficiais e dão entrevistas para o jornal da capital. Parecem formar um grupo de transito livre junto à chefia da missão colonizadora.

Seguindo a estrada, na confluência do Siparani com o Oiapoque há a presença de Teodoro de Tal, posseiro sediado nessa beira de rio desde antes da chegada dos Pennafort e que auxiliou a construção do núcleo sendo, portanto, beneficiado com a chegada dos novos agricultores.

Dobrando à esquerda, seguindo o eixo que vai acompanhando o sinuoso igarapé Siparani, instalou-se a maior parte do grupo trazido pelo coronel Pennafort. O velho Chico aparece no lote n °. 5, bem no centro do eixo Siparani, como que a tomar conta de modo eqüidistante de todo seu grupo. Na linha de entrada, o lote n °. 2, da família de Raimundo, o pai de Rocque, e outro lote de um parente direto. Passando o local do chefe, subindo o rio, temos outros 4 lotes de famílias vindas com o grupo Pennafort. Talvez sejam ajudantes da frota pesqueira e que agora tentavam a vida como trabalhadores agrícolas. Um deles, Francisco Torquato, o colono situado dois lotes ao lado do velho Coronel, aparece na carta do prisioneiro anarquista Domingos Passos, como participante da festa de 1 °. de maio no ano de 1925[22]. Coincidentemente, no relato do jovem Rocque sobre os pioneiros ocupantes daquela linha, há a informação da substituição de Torquato por outro colono, Raimundo Pessoa. Depois vamos analisar este caso com mais detalhes.

Restam dois eixos de ocupação mais distantes. No eixo que segue subindo o rio Oiapoque, em áreas onde já é impossível a chegada de barcos, os últimos lotes estão localizados somente após os intransponíveis saltos da cachoeira. Segundo a narrativa que acompanhamos, nessa linha ficaram misturadas famílias pertencentes ao grupo Pennafort e outros migrantes cujas famílias vieram de Belém. Na ilha Robinson, em frente à cachoeira, já se encontrava estabelecido o francês Jacques.

Enfim, o eixo Pontanari, no limite a jusante do núcleo colonial, local onde permaneceram as famílias dos posseiros anteriores à colonização oficial. Lá se encontrava a família de Paulo de Resende, na beira do Pontanari,[23] e também a do caribenho de origem inglesa Teodore Nicolau, pescador que ocupava com a família a praia da Sibéria. Havia ainda os moradores João Paulino, Manoel Teodoro Alves e Cipriano Alves, já citados no primeiro relatório da missão

[22] Carta de Domingos Passos, de Belém, 01/01/1926, reproduzida em *A Plebe*, 26/02/1927.
[23] APO. Relação de batismos de nascidos em território brasileiro em 1921-22.

colonizadora quando de sua chegada naquela paragem em 1920. Os três últimos permaneceram como colonos, ocupando junto a outras famílias vindas na frota de Chico Pennafort, os últimos lotes na linha de saída do Pontanari.

Esta é em linhas gerais, a distribuição cartográfica das famílias de colonos que se radicaram em Clevelândia em meados de 1922. Tratam-se de aproximadamente vinte núcleos familiares, quem sabe totalizando pouco mais de uma centena e meia de habitantes tentando a sorte na nova fronteira agrícola[24]. Talvez esse grupo inicial tenha dobrado durante o ano seguinte, fruto da propaganda elaborada, mas recuou novamente 4 anos depois. Tanto que em 31 de dezembro de 1926, conforme o relatório elaborado pelo Major Boanerges de Souza, a população de Clevelândia era de 204 pessoas, sendo 133 homens e 81 mulheres. Desses, 127 eram colonos e 77 funcionários e comerciantes.[25] O relatório não fez a contagem dos prisioneiros ainda detidos no campo nem dos soldados federais responsáveis pela sua guarda.

Esse grupo de trabalhadores agrícolas era assistido por um outro grupo de pequenos comerciantes e funcionários, técnicos e burocratas, empregados pelo governo para fazer funcionar o novo empreendimento. Rocque Pennafort lembra em suas memórias dos nomes de um grupo de pessoas encarregadas dos serviços administrativos que seriam:

"o chefe Engenheiro Gentil Norberto, o contador Honorato Godinho, o auxiliar de escrita João Epiphanio Salvador, o agente do Correio José Victorino de Brito, o agrônomo Sebastião Dantas, o agrimensor Antonio Mazzini, o médico Doutor Feliciano Mendonça, a professora Judith Dantas Godinho, o administrador do hospital, jornalista Augusto César de Moura Palha Jr., o almoxarife Alfredo de La-Rocque, o farmacêutico Oscar Alves de Souza, o fiscal da Colônia João Antonio do Rozario, o João Tataia, e além destes vários outros pequenos servidores chegando a um total de quase 70 funcionários."[26]

---

[24] Além do relato de Rocque Pennafort, como indicação da população no local há o batismo coletivo feito em 31 de maio de 1922 pelo padre Gros na vila de Clevelândia. Além das crianças batizadas, 23 no total, surgem o nome de diversos pais e padrinhos, colonos e funcionários, que não constam dos relatos anteriores. São eles: Benedito Vilhena, Antonio Pereira, Manoel Capoeira, Candido Almeida, Thereza da Costa, Fenelon Maia, Benedita Vianna, Anne Costa, Fenelon Vieira, Izabel Pereira, Izaura Pombo, Manoel de Carvalho, Manoel Guilherme, Nestor Nazareth, João Januário, José Nepomuceno Cavalcanti, José de Andrade, José Pantoja, João Salvador, João F. de Trindade, Enéas Brasil, Polydoro Coelho, José Brito, José Serra e Álvaro Rocha; fonte: AISG. Livro de Registro de Batismo (1915-1926).

[25] Inspecção de Fronteiras. Anexo n °. 3, 1927. Relatório do Major Boanerges Lopes de Souza, pp. 18-20. CBDL.

[26] ARP. *Memórias,*

Portanto, temos uma vila em que moram além de mais de uma centena de colonos, também uns 70 funcionários do Estado. Clevelândia, por estas contas, contava com uma população de aproximadamente 200 pessoas na data de sua inauguração oficial. Os empregados do governo habitavam todos em casas no centro urbano em torno da praça Epitácio Pessoa. O plano viário compreendia basicamente um grande quadrado em frente ao atracadouro, contando com um perímetro de 400 a 500 metros. Cruzando esse quadrado, duas vias principais. O boulevard Rio Branco, que seguia paralelamente à margem do rio Oiapoque uns 200 metros adentro, levava, por um lado para a saída da estrada ao longo do Siparani, e, por outro, em direção à Sibéria e ao Pontanari. Quem chegava ao trapiche vindo de barco, à direita, seguindo o Oiapoque, via a grande cachoeira, e à esquerda a elevação da Sibéria. Em frente, a praça, que na festa de inauguração estava toda embandeirada, e atravessando a praça, seguindo perpendicularmente ao eixo do rio, outra estrada levava para o interior, até as instalações do Hospital Simões Lopes.

Logo ao desembarcar no atracadouro, beirando o rio na direção da cachoeira, o visitante encontrava alguns galpões, a serraria e uma área de trabalho para a construção. Ainda, sempre do ponto de vista de quem chegava pelo trapiche, do lado esquerdo, na esquina da praça com o boulevard, encontrava-se a casa sede da Administração, dois andares em alvenaria com telhado em telhas de barro. Passando a casa da administração, onde habitavam os profissionais bacharéis, havia ainda a casa da guarda e a escola. No caminho do hospital foram construídas umas 8 casas, enquanto no boulevard em direção à Sibéria havia outras 12 casas, todas de madeira e sapé, na verdade apenas umas choupanas, segundo o relato do soldado da canhoneira. Estas casas deviam servir de moradia aos servidores sem qualificação da vila.

Apenas passadas as últimas casas no caminho do boulevard Rio Branco chegava-se à igreja do lugar, uma pequena capela em madeira, onde eram feitas as celebrações sempre com a presença do padre francês. Aí foi realizado o batizado coletivo de 23 crianças já crescidas e ainda sem a benção de Deus. Periodicamente, primeiro o padre Salvetat e depois o padre Gros cruzavam o rio de margem para realizar seu trabalho de fé cristã no lado brasileiro da selva. Durante todo esse tempo, alguns bebes brasileiros nascidos em Clevelândia continuaram sendo registrados com nomes franceses como foi o caso da menina Yedda Marie Britto. A presença da igreja francesa em solo verde-amarelo durou pelo menos até outubro de 1926, ano em que chegou o padre Luis Bechold para ocupar a sede da paróquia de Espírito Santo do Oiapoque, o novo nome dado à antiga vila de Martinica.

Continuando a mapear o terreno urbano do núcleo colonial, temos na área da Sibéria o galpão da usina Fonseca onde se fazia a destilação da essência do pau-rosa. Além destes edifícios havia ainda duas casas comerciais próximas à praça principal. Por último, seguindo o caminho atrás da igreja e afastada do centro do núcleo, foi reservada uma área no confim da mata virgem para o cemitério São Carlos, existente até hoje em dia. Resumia-se a isto o núcleo urbano de Clevelândia desenhado no croqui incluído no Anexo final. Afora este agrupamento urbano, os lotes agrícolas estavam distribuídos segundo os eixos de ocupação que já vimos.

3. A nova cartografia da colônia penal

"Clevelândia fora uma colônia fundada por umas vinte famílias cearenses e maranhenses. Lugar açoitado pelo impaludismo, naturalmente, os colonos dentro em pouco desertaram. Ficaram os lotes, e umas seis famílias, das mais resistentes. Os primeiros prisioneiros não encontraram outros habitantes, além, também, do administrador, que acumulava as funções de médico e farmacêutico, de um encarregado da estação telegráfica e da patrulha da guarda, tirada da guarnição de Belém do Pará."[27]

Talvez este relato seja um tanto quanto exagerado – sabemos da permanência de muito mais do que apenas 6 famílias – mas, esta primeira impressão registrada pelo soldado que chegou com os prisioneiros embarcados no Amazonas em 6 de janeiro de 1925, traz um sinal de desolação que em nada corresponde à otimista visão dos testemunhos anteriores. A impressão que deixa é a de que a colônia já não prosperava mais, respirava-se um clima de abandono, o impaludismo atacava impiedosamente, enfim, todo o discurso da salubridade e civilização na selva montado pelo governo e repetido por alguns colonos, desmancha-se nas primeiras versões dos deportados que ali chegavam. E este relato, é um dos mais brandos que encontraremos entre as queixas dos prisioneiros.

*

[27] *O Correio da Manhã*, 08/01/1927.

A festa de Natal do ano de 1924 ficará marcada para as famílias agrícolas pelo inesperado presente que chegou em Clevelândia. No dia 26 de dezembro, após exaustiva viagem procedente do Rio de Janeiro, o paquete Commandante Vasconcellos fundeou ao largo da barra do rio Oiapoque com algumas centenas de homens. O calado dos grandes navios impedia a navegação rio acima e, a partir daquele ponto, era necessário o translado através do barco gaiola da Amazon River até o porto de Santo Antônio. Desde esse porto, outro translado em barcos menores, ou às vezes a pé pela trilha da linha do telégrafo, até o depósito de presos em Clevelândia.

Os navios chegados em 26 de dezembro e 6 de janeiro traziam o primeiro carregamento de prisioneiros para o confinamento na selva. Naquele fim de ano de 1924, o governo de Arthur Bernardes decidira mudar a atividade econômica principal do recém inaugurado núcleo agrícola e o fez brindando os colonos com um enorme pacote de presentes de Natal e de Reis Magos. Dois anos após terem ocorrido esses fatos, o jornal *O Paiz*, órgão oficial de sustentação da política bernardista, pressionado pela oposição que iniciava as denúncias sobre o "Inferno de Clevelândia", publicava um editorial em que defendeu a necessidade do degredo nos lugares mais remotos do Estado brasileiro:

"O governo tinha sido forçado a prender militares e civis que, ou estavam conspirando contra a sua autoridade, ou tinham vindo das linhas de frente, de São Paulo, ou do extremo sul, onde, de armas na mão, trabalhavam por subverter a ordem política nacional naquele momento. [...]

Poderia um governo, em tais circunstâncias, deixar esses homens em plena liberdade, para conspirarem de novo contra as instituições e voltarem a pegar em armas na primeira oportunidade? Não seria isso entregar-se de mãos atadas à mashorca efervescente? Que respondam os que se extremam dos raciocínios apaixonados. O governo necessitava de um presídio para, civis e militares, que oferecesse condições de segurança quanto à possibilidade de evasão dos prisioneiros. Esse presídio não poderia estar situado na Avenida Rio Branco. O que havia no momento era o centro agrícola da Clevelândia, onde o governo poderia situar, sem receio de surpresas de evasão, os que se haviam tornado perigosos para a vida da República."[28]

Este foi o principal argumento de defesa engendrado pelo governo para a escolha da zona setentrional de fronteira como região de confinamento. Em janeiro de 1928, foi a vez do senador Miguel Calmon, que havia sido o então ministro da

[28] "A indústria demagógica e o 'filão' da Clevelândia". *O Paiz*, Rio de Janeiro, 05/02/1927.

Agricultura durante a época do estado de sítio, ir à tribuna do Senado discursar em sua defesa e na do governo de Arthur Bernardes. O senador baiano reforçou a tese governista afirmando que a deportação para a Clevelândia foi forçada devido aos inúmeros pedidos de *habeas-corpus* que chegavam ao Supremo Tribunal Federal.[29]

Este último argumento merece uma breve análise. Logo após a insurreição militar de julho de 1924, o Governo da República instituiu o estado de sítio como uma medida excepcional de manutenção da ordem pública. Nessas circunstâncias seguiu-se o acirramento da política repressiva, abrindo caminho para uma série de prisões arbitrárias, fora do amparo da lei, em que a truculência dos chefes de polícia consentiu a prática de abusos e excessos quase como uma regra[30]. O poder legislativo foi muito generoso com os reclamos do governo concedendo facilmente novos decretos e leis de deportação que deram sustentação legal à política repressiva e arbitrária de Bernardes. Neste contexto ditatorial, Samis nota que *"somente o habeas-corpus representou a oportunidade de defesa dos sentenciados, somente ele serviu de protelação às acusações, em grande parte sumárias, e questionáveis dentro da 'ordem legal"*.[31]

Como fez o governo para burlar o instrumento legal do *habeas-corpus*, expediente criminalmente defendido no discurso do Senador? Através de processos sumários e com base nas leis de deportação publicadas em regime de exceção, confinava os prisioneiros ao desterro em ilhas e navios-prisão em alto mar. A estratégia governista muitas vezes não se mostrou eficiente devido à proximidade dos locais de desterro em relação à capital federal. A distância pequena permitia uma rápida troca de informações e, conseqüentemente, a pressão da oposição sobre o judiciário. É nesse contexto que ocorreu à Presidência da República a idéia da deportação para os lugares mais ermos possíveis. Com essa estratégia, estaria desarticulado qualquer recurso de defesa legal que por ventura fosse feito pela minúscula oposição existente e ainda disposta, corajosamente, a se mostrar. Clevelândia foi o lugar escolhido. A colônia agrícola mais extrema que o Brasil possuía na fronteira com o território da Guiana Francesa, país onde a prática de extradição era fato comum desde a metade do século anterior.

---

[29] "Verdades para a Historia". *O Paiz, 02 e 03/01/1928.*
[30] Paulo Sérgio PINHEIRO, *Estratégias da ilusão, p.* 108
[31] Alexandre SAMIS, *Clevelândia,* p. 126.

Situação absurda, kafkaniana, a república de Bernardes deporta sumariamente, ultrapassando até os limites das próprias leis de exceção por ela mesmo criadas. Mais absurdo que o próprio fato, é a cínica defesa de Miguel Calmon culpando um dispositivo legal para justificar a deportação sem processo legal de pessoas detidas, às vezes sem nenhuma justificativa, como veremos adiante, que o governo muito bem gostaria de ver eliminadas.

*

O desembarque dos primeiros deportados provocou um alvoroço na pacata Clevelândia, uma vez que, segundo Rocque Pennafort, a data precisa de sua chegada não era do conhecimento nem mesmo do diretor da colônia. No artigo que escreveu em sua defesa pessoal e também da sua gestão à frente do Núcleo Cleveland, Gentil Norberto afirma que os novos hóspedes foram alojados em casas particulares alugadas especialmente para esse fim.[32] Essa afirmação é confirmada, em parte, pelo testemunho de memória de Rocque, que se recorda dos alojamentos nas casas dos colonos, mas não menciona nenhuma espécie de pagamento em troca. Segundo ele, naquela ocasião,

"Todos os funcionários e população em geral foram obrigados a se aglutinarem nas dependências da Administração e em casas particulares para dar lugar aos presos. A escola, o hospital, uma hospedaria que foi construída imediatamente etc., passaram a servir de alojamentos. E depois, até pela colônia foram distribuídos elementos. Nós mesmos, em nossa casa no Siparany, alojamos dois elementos dos chegados na terceira turma. [...]

O que mais complicou mesmo foi a chegada dos marginais: assassinos, ladrões, salteadores, enfim, criminosos de todas as espécies. Não deixou mais ninguém tranqüilo. Estes foram alojados em dependências isoladas e viviam sob constante vigilância, o que pouco adiantava."[33]

A maior parte dos depoimentos e testemunhos escritos que temos dos colonos lá radicados e dos moradores e comerciantes da região são favoráveis aos argumentos de defesa elaborados pelo governo e pela administração do núcleo colonial no que tange ao tratamento "humano" dado aos presos. O comerciante estabelecido em Martinica desde 1921 e também suplente de juiz federal, como se apresentou o senhor Moysés Baptista em entrevista concedida ao *Estado do Pará*, faz elogios a Gentil Norberto e à difícil situação em que o engenheiro se

[32] "Os deportados do Oyapock". *O Paiz, 11/02/1927.*
[33] ARP. Memórias, capítulo 4, Clevelândia, o começo do fim.

encontrou ao ter que conviver com a transformação de sua colônia em um presídio:

"Havia, é certo, na ocasião, falta de alojamento para toda aquela gente, 600 homens pouco mais ou menos, chegados de improviso a uma colônia agrícola e não destinada a correcionais, mas essa falta foi sanada, prontamente, pelo Dr. Gentil Norberto, mandando alojar toda aquela gente na escola e nos barracões destinados aos colonos. O próprio hospital serviu de alojamento a muitos recém-chegados. Entretanto eram levantados barracões destinados, exclusivamente aos prisioneiros..."[34]

Vários problemas tiveram de ser enfrentados com a transformação de um campo de colonos no meio da selva em um presídio em área de fronteira nacional. Uma mudança repentina, decidida em questão de semanas, sem permitir aos principais interessados, os colonos, nenhuma opinião a esse respeito. É isso o que transparece dos diversos discursos deixados. Moysés Baptista falou da chegada de aproximadamente 600 confinados nas primeiras levas entre dezembro de 1924 e fevereiro de 1925. Havia naquele tempo apenas 26 praças aquartelados na guarda da colônia. Meses depois, devido às constantes fugas de prisioneiros, a maior parte delas ocorrendo em direção à Guiana Francesa, o efetivo foi reforçado com a vinda de 120 soldados federais do batalhão de Belém.

O outro problema lembrado por todos os testemunhos relacionava-se à precariedade com que tiveram de ser alojados os deportados. Se, como vimos anteriormente, em Clevelândia não habitavam mais do que 300 pessoas, o envio brusco de um número duas vezes superior ao já existente, somente poderia inflacionar todos os serviços lá implantados. A moradia, a alimentação, os serviços médicos, o transporte, enfim, todo o aparato projetado para um número reduzido de famílias voluntárias, agora se via solicitado por um grande número de homens forçados. A questão que se coloca não é somente a de ser um problema que concernia aos deportados. Como lembra Rocque, talvez no início, toda a população foi obrigada a se habituar à nova situação. Ora cedendo a casa para os prisioneiros e tendo que se mudar para a casa da Administração, ora recebendo compulsoriamente um certo número de prisioneiros para serem alojados. Não houve, ao que parece, qualquer alternativa de escolha oferecida aos colonos. Todos foram obrigados durante um certo tempo a conviver forçadamente com os prisioneiros.

[34] Entrevista de Moysés Baptista ao *Estado do Pará*, Belém, 09/06/1926.

Duas hipóteses podem ser levantadas em relação a esta situação. A primeira seria a de que a experiência agrícola em Clevelândia já se encontrava moribunda no fim do ano de 1924, portanto, montar um campo de prisioneiros e desalojar as famílias lá enviadas atrás do tão almejado jardim do Éden era para o governo uma necessidade absolutamente aceitável. Ou, então, realmente tudo foi feito absolutamente ao acaso. Clevelândia foi escolhida simplesmente por ser o lugar mais distante, o chefe da colônia foi pego de surpresa sem ser previamente consultado como ele alegou, e as famílias de colonos em busca de seu sonho, coitadas, nada valiam. E assim, pressionadas pela nova situação, em sua maioria, essas famílias abandonaram o campo e migraram para o trabalho assalariado em Martinica ou continuaram o seu transito anterior perambulando pelos sertões de nosso imenso país.

Não é o objetivo principal deste trabalho elucidar essas questões, mas perceber e tentar compreender nas linhas que seguem, porque alguns colonos mantiveram firme sua posição de apoio à política do governo e exerceram profundas críticas aos prisioneiros lá enviados em regime forçado. Se apelarmos para o raciocínio lógico, mais absurdo do que a defesa da deportação por parte do ex-ministro da Agricultura é o fato de que muitos colonos e seus descendentes, que tiveram seu sonho de vida transfigurado, reiterarem e reproduzirem até os dias de hoje, aquele argumento oficial.

Rocque por exemplo, admite que *"a região era conhecida como um paraíso. Era o Eldorado. Depois que foi transformada em depósito de presos tudo mudou."* Mas não bastou o fato de terem arrancado o seu sonho inicial para fazer sequer uma crítica ao envio dos presos para lá. Nem nele nem em outros depoimentos, sentimos qualquer ressentimento em relação ao governo. Pelo contrário, o problema era a "turma do contra" pois não é que *"os jornais da oposição faziam alarde. As manchetes eram as mais estapafúrdias possíveis."*[35]

Para os moradores locais, ou pelo menos parte deles, a culpa pela transformação do Paraíso no Inferno, não foi daqueles que enviaram o mal para a terra, mas sim do próprio mal em si. Uma explicação naturalista da existência rege as considerações dessa população sobre o fato mais contundente da história do Oiapoque. "Quem não progride é porque é vagabundo"; "terra, tem para todos"; "o governo fez de tudo"; e o argumento principal para justificar a decadência da fracassada experiência agrícola tornou-se: "os presos foram um empecilho à vida na colônia."[36] O mal era um empecilho para a continuação do bem. E a culpa do

[35] ARP.
[36] Padre ALICINO, *op. cit.*, p. 95.

envio desse mal ao Paraíso seria o diabo em forma de *habeas-corpus*. Se não fossem os juízes a atender o pedido de oposicionistas baderneiros, Eva não seria tentada pela serpente.

Durante muitos anos Clevelândia foi ignorada e os fatos relativos à existência de um campo de prisioneiros na selva foram esquecidos pela história. Sempre que lembrados por algum pesquisador ou jornalista trazendo à tona na grande imprensa a tese central de um campo de extermínio a céu aberto, os sustentadores regionais da versão oficial combateram intransigentemente a macabra história. Vejamos, por exemplo, a dura resposta dada pelo jornalista aposentado Ruy Guarany Neves, a uma matéria publicada pelo jornal carioca *O Globo* em 1995:

"Essa 'estória' de campo de extermínio em Clevelândia, divulgada pelo jornal O Globo, que mexeu com a opinião pública ao ponto de fazer com que muita gente esquecesse por alguns momentos o escândalo do Sivam, a bombástica pasta cor de rosa do Banco Central e a roubalheira do governo passado, no Amapá, me chamou a atenção, não que eu acreditasse nessa balela, mas tão somente pelo poder disentérico do cérebro que engendrou essa estória. [...]

Quanto a essa 'estória' de campo de extermínio em Clevelândia, fica mesmo por conta da malária e da 'caganeira de repuxo', como bem frisou o jornalista Hélio Pennafort"[37]

Ruy Guarany tem todo o interesse em preservar a melhor memória possível para o seu lugar de origem e ofende-se fortemente quando a vê maculada por algum estranho. E são as pessoas de fora, de Belém ou do centro-sul do país que a cada tanto chafurdam essa lama. Filho do casamento do sargento deportado Manoel Cavalcante Neves e de dona Cezarina Guarany, a filha do farmacêutico da colônia, nasceu em Clevelândia em 1930, anos após o término da experiência penal. Entrevistado em sua casa em Macapá, reagiu energicamente aos que querem contar a história do mal e esquecem em narrar a epopéia da colonização de um sítio desabitado trazendo a civilização até ele[38]. Hélio, filho de Rocque também fez coro aos que defendem os discursos oficiais. Os pouco mais de dois anos em que a vila transformou-se num presídio serviram, segundo os jornalistas

[37] "A verdade sobre Clevelândia", *Jornal do Dia*, Macapá, 1995.
[38] Entrevista com Ruy Guarany Neves, Macapá, 26/05/2001.

Hélio Pennafort e Cleber Barbosa, para *"sujar o nome de Clevelândia, um dos lugares mais agradáveis dos nossos interiores."*[39]

Esta posição talvez somente possa ser explicada através do sentimento de profanação a que foi continuamente submetida uma memória local que procurou apagar de suas lembranças, frustrações e imagens fortes que chocaram a alma. E o fazem com toda justiça em seu legítimo interesse de reconciliação com o sucesso alcançado na vida. De certa forma esbarramos aqui nos confrontos com esta memória local da elite regional vencedora e na sua perpetuação em forma de história, com uma espécie de ucronia inversa. Não aquela sustentada no trabalho de Alessandro Portelli, para quem nas entrevistas de história que lidam com a memória pessoal, projetam-se os sonhos possíveis e não realizados, gostosas invenções sobre aquilo que gostaríamos de ter vivido.[40] Neste caso da memória sobre Clevelândia, pelo menos para este grupo de pessoas nas quais a revisitamos, a ucronia não surge enquanto uma invenção do possível não ocorrido, mas como uma negação e um apagamento das más lembranças vividas no passado.

*

Para efeito de um censo sobre a nova população de Clevelândia após as deportações, as contagens existentes sobre a quantidade total de presos lá confinados giram desde o número oficial de 948 prisioneiros encontrado no relatório do Sr. Oldemar Murtinho[41], até a estimativa feita por Manoelzinho dos Santos de 1630 homens.[42] Os números variam entre esses totais. Rocque Pennafort em suas memórias estima-os em 1105 mais ou menos. Outros testemunhos falam em aproximadamente 1150 homens.[43]

Os deportados chegaram em grande número basicamente em três grandes levas. Além desses contingentes principais também foram chegando continuadamente, em viagens menores, nos barcos mensais da linha Oiapoque-Belém, grupos de malandros capturados na cidade do Rio de Janeiro e outros presos isolados detidos nessa capital. Em 26 e 27 de dezembro chegaram os primeiros 250

[39] "Dois anos que sujaram o nome de Clevelândia", Folha do Amapá, Macapá, 16 a 22/09/2000. Indicado pelo jornalista e escritor Domingos Meireles como uma fonte essencial sobre os fatos de Clevelândia, infelizmente não pude entrevistar o jornalista Hélio Pennafort que falecera poucos meses antes de minha chegada em Macapá.
[40] Alessandro PORTELLI, Sonhos ucrônicos, memórias e possíveis mundos dos trabalhadores.
[41] "Viagem ao Núcleo Colonial Cleveland", Relatório apresentado ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio pelo Diretor da secção da Secretaria de Estado, Oldemar Murtinho, 1926. APM, Fundo AAB.
[42] Depoimento de Manoelzinho dos Santos, prisioneiro paulistano e morador do Oiapoque ao Padre ALICINO, *op. cit.*, p. 94.
[43] ARP.

militares provenientes da capital federal a bordo do Commandante Vasconcellos. Eram em sua maioria soldados rebeldes a serviço da Marinha de Guerra e que foram presos nos barcos sublevados logo após a deflagração do conflito.[44] Nesse primeiro grupo encontravam-se também outros 150 presos detidos no Rio e em São Paulo durante o período que vai desde o levante de 5 de julho até o início de dezembro. Tratavam-se de ativistas de oposição, operários e sindicalistas principalmente anarquistas, além da escumalha das ruas cariocas que o governo aproveitou para despachar para o extremo norte. Em 6 de janeiro, chegou a segunda leva, esta mais homogênea, de 120 soldados revoltosos capturados no Amazonas após a sua rendição. Por último, entre os dias 8 e 12 de junho chegou, com o navio Cuyabá, o maior contingente de soldados, aproximadamente 400, rendidos na batalha de Catanduvas no Paraná. A esses últimos somaram-se cerca de 23 conspiradores cariocas e 130 ladrões comuns encarcerados nas celas da 4 ª. delegacia Auxiliar da capital federal.

A partir deste último lote de carne humana as condições de sobrevivência na selva foram diminuindo gradativamente. Os números fornecidos não podem ser precisados. Apesar da existência de listas oficiais de indesejáveis destinados ao navio Campos em espera da deportação, como é o caso das "Relações de indesejáveis" assinadas pelo major Carlos Reis,[45] sabe-se de muitos casos de degredados que não constam nas listas pelos mais variados motivos. Muitos para fugir aos pedidos de *habeas-corpus* impetrados e assim serem considerados desaparecidos, outros por serem bandidos de alta periculosidade sem família para reclamar o seu paradeiro.

*

No próximo capítulo veremos detalhadamente os tipos de prisioneiros que transitaram pelo Oiapoque e que relações se estabeleceram entre eles mesmos e entre eles e os colonos. Por ora, a tentativa será a de mapear a localização dessas pessoas na nova cartografia que se impôs em Clevelândia. Segundo Rocque, os primeiros marinheiros que chegaram foram alojados na casa recém construída pelo fiscal de rendas João Tataia, logo na entrada da vila na frente da avenida

[44] Esses marinheiros estavam a serviço dos encouraçados São Paulo e Minas Gerais, dos submarinos Submersível F-5 e Pota-Ceará. Outros eram da Escola Militar do Rio de Janeiro.

[45] Encontram-se microfilmados no AEL, pertencentes ao Fundo AAB, 5 listas da 4 ª Delegacia Auxiliar e a lista do Gabinete do Ministro da Marinha dos enviados no Commandante Vasconcelos. As listas enviadas por Carlos Reis contemplam 359 presos comuns, sem motivação política. A lista do Ministro da Marinha relaciona 98 militares. Os números são conflitantes. Muitos nomes aí relacionados não batem com os fornecidos pelo relatório do secretário Oldemar Murtinho.

Rio Branco[46]. O responsável pelo fisco era um dos poucos funcionários que habitava uma casa própria e espaçosa: mera coincidência. Depois, eles foram sendo paulatinamente distribuídos em casas de colonos enquanto não eram levantados novos barracões. As primeiras providências tomadas visavam a ampliação das instalações existentes com a transformação de um dos galpões abertos logo na chegada ao lado do trapiche em hospedaria de imigrantes. O tenente Lauro Nicácio, um dos detidos na leva de Catanduvas, fala da precariedade desse alojamento provisório onde os presos dormiam diretamente no *"chão úmido em contato com répteis, lacraias, mosquitos e ratos".*[47]

Primeiramente houve a tomada pura e simples dos lotes já abandonados pelos colonos que se mudaram para a vila vizinha ou deixaram o Oiapoque. Durante o ano de 1925, com o agravamento das condições de vida em Clevelândia, foi aumentando o número de deserções entre as famílias, descaracterizando completamente a experiência inicial. Mas somente as casas abandonadas pelas famílias em fuga não foram suficientes para alojar todos os prisioneiros. Na medida em que os deportados iam chegando e na falta de lugar para todos, as casas construídas pelos colonos iam sendo requisitadas de duas diferentes maneiras. Ou a família aceitava o convívio com alguns presos, geralmente militares mais graduados, cabos, sargentos e tenentes, ou, se não concordava, cedia a casa para os soldados e transferia-se provisoriamente para as instalações da sede da Administração, escola e outras construções próximas. O transtorno durava o tempo necessário aos presos *"construírem suas próprias choupanas e barracões em lotes concedidos a eles e divididos segundo a sua familiaridade."*[48] Foram criados inicialmente grupos segregados de prisioneiros conforme sua origem e local de proveniência. Isto diminuiu a possibilidade de convívio entre grupos diferentes e também a troca de informações e idéias entre os detidos. Em setembro de 1925, o anarquista Domingos Braz conseguiu fazer chegar uma carta clandestina ao jornal libertário português *A Batalha,* confirmando a forma e as condições dos alojamentos provisórios cedidos pela direção do núcleo:

"O Oyapock é um lugar sem recursos médicos; os próprios preceitos higiênicos e sanitários são desconhecidos. Os infelizes deportados dormem em grupo de cem ou mais indivíduos. Barracões imundos e asquerosos cobertos de tábuas ou palhas por cima e pelos lados, eis os alojamentos. A febre palustre, a

[46] ARP. Clevelândia – O começo do fim, cap. 4.
[47] Everardo DIAS, *Bastilhas Modernas,* p. 251.
[48] Ibid.

disenteria, a gastrenterite encontram neles um vasto e amplo campo de propagação, fazendo impunemente vítimas diárias."[49]

A mensagem passada por Domingos Brás alcançou um órgão informativo relacionado ao seu grupo de afinidade. Os tenentes rebeldes, quando conseguiam ser ouvidos, o eram também dentro do seu grupo de afinidade. Portanto, além de estarem abatidos em sua auto-estima pelas péssimas condições de vida oferecidas, os diferentes prisioneiros raramente conseguiam ajudar-se mutuamente. A evasão pura e simples, mesmo sob o risco da morte nos bosques virgens e desconhecidos tornou-se o objetivo imediato a ser alcançado para manter a sobrevivência. Isso aconteceu durante os primeiros meses enquanto o reforço de tropas requisitadas em Belém não chegava. Quando do desembarque do tenente Lauro Nicácio em junho de 1925, a situação dos prisioneiros já era outra:

"Uma terça parte desses desterrados tinham fugido ou passado a fronteira que nos separa da Guyana franceza, em barcos de pescadores, pelo rio Oyapock de largura imensa, oceânica; outra terça parte já se achava enterrada; e a restante parte agonizava ajoujada ao trabalho e às febres malignas.

Devido a essas fugas, a vigilância era agora muito mais rigorosa. Além disso, uma simples desconfiança de fuga acarretava ao paciente castigo bárbaro, um espancamento cruel a vergalho. Vários pescadores foram presos e ficaram sem suas embarcações. Assim, todo meio de fuga tornava-se, ali, impossível doravante."[50]

*

A nova cartografia da colônia parece ter provocado uma hierarquização dos prisioneiros em 4 diferentes grupos de convívio e importância. Os prisioneiros mais privilegiados foram os soldados e oficiais que rapidamente fizeram seu *mea culpa* em relação à participação no levante. Admitindo seu erro e jurando lealdade ao governo da República, puderam ser aproveitados em funções burocráticas junto à Administração e ao Hospital, conseguindo assim estabelecer melhores relações também com os colonos mais próximos do núcleo e inserir-se na vida cotidiana desta pequena elite do local. Gozando dos mesmos privilégios há um pequeno grupo absolutamente oposto. São bandidos protegidos pelas autoridades federais que receberam carta branca, desde o percurso de chegada

[49] "A horrível situação dos degredados", carta de Domingos Braz publicada em *A Batalha* e transcrita em *A Plebe*, 12/02/1927.
[50] Everardo DIAS, *op. cit.*, p. 250.

nos navios, para imporem brutalmente a autoridade e a "ordem" contra os presos que fizessem qualquer tipo de reclamação. Esses malandros, sob as vistas grossas da Administração do núcleo, tinham livre trânsito na vila e andavam sempre em companhia de soldados do Exército fazendo o serviço sujo da colônia, oprimindo os presos mais fracos.

Numa segunda categoria podemos incluir todo o outro grupo de soldados e oficiais revoltosos, principalmente os provenientes de Catanduvas, os mais convictos em relação aos ideais da revolução. Apesar de serem chamados de "ladrões da pátria" pelo funcionário Silvino Coelho de Souza[51], mantinham certa reputação pela farda que ostentavam. Eram tratados de modo melhor na distribuição das tarefas e as praças contavam com a proteção dos tenentes que conseguiam impor, de certa forma, respeito através de sua patente. Os soldados permaneciam alojados em barracões provisórios próximos ao centro, enquanto os oficiais ocupavam casas particulares cedidas pela Administração.

O terceiro escalão era o dos prisioneiros civis detidos por motivação política. O principal grupo era o de operários da construção civil e os operários gráficos. Bastante heterogêneo, comportava também pequenos comerciantes, menores e desempregados inadvertidos que foram presos nas ruas durante as patrulhas feitas em bairros populares do Rio de Janeiro na época do levante. Alguns deles eram estrangeiros e, boa parte, ativistas de sindicatos e redatores de jornais operários. Entre estes estão os grupos de anarquistas declarados e simpatizantes que o governo aproveitou para remeter ao Inferno Verde. Em sua maioria, os integrantes desta última turma ocuparam os lotes mais afastados, vivendo em barracões coletivos por eles construídos ou choupanas menores onde alguns se alojaram.

Por último, parece que o grupo mais desqualificado, tanto pelos funcionários da Administração como pelos outros deportados, era o de prisioneiros comuns. Classificados nas fichas de polícia como gatunos, malandros, cáftens, vadios, vigaristas, e demais pechas, compunham o quadro mais débil da prisão. Eram os primeiros requisitados para os trabalhos mais forçados e os piores tratados. Foram confinados nos lotes mais distantes e muitos acabaram esquecidos por lá mesmo.

*

[51] *Ibid.*

Com base nos relatos existentes e usando esta tentativa de classificação vou propor um novo mapa para a antiga colônia agrícola, já em sua fase adiantada de presídio. Segundo a informação que temos, no fim do ano de 1926 ainda permaneciam em Clevelândia, 133 homens e 81 mulheres entre funcionários, comerciantes e colonos. A estes se juntaram um grupo de presos que deve ter alcançado um milhar no auge da deportação e foi diminuído bruscamente com as mortes que foram se sucedendo no campo, como veremos adiante. Novos lotes distantes foram ocupados nas linhas do Pontanari e do Siparani onde foram confinados os presos do terceiro e quarto escalão.

O anarquista Domingos Passos em uma carta que enviou de Belém conta onde se localizavam os companheiros anarquistas:

"Muito acima de sua foz, no rio Oyapock, está localizado, no lote 14, o nosso infatigável camarada José Nascimento, ex-secretário da Construção Civil do Rio de Janeiro e um dos professores de esperanto do Grupo Renovação (teatro e música).

Nascimento, figura de coragem resignada, devoção ao trabalho e à luta, logo que montou sua tenda, fundou uma escola. Ele se propôs a desanalfabetizar todos os filhos de agricultores situados nas margens do Ciparini."[52]

A partir do lote 10, subindo a linha do rio Siparini em direção ao interior da floresta equatorial, estabeleceram-se os companheiros anarquistas e simpatizantes destes. Alguns deles, como o professor José Nascimento, mantiveram relações cordiais e familiares com os agricultores desse eixo de ocupação e que ainda permaneciam na região. As famílias dos colonos Francisco Torquato, Manoel Nascimento, Izequiel Ferreira e Raimundo Pessoa, eram os vizinhos mais próximos. Prova desse convívio comum, na mesma carta, Passos fala da comemoração do primeiro de maio, quando

"Torquato, um dos colonos presentes à reunião, como que tocado pela poesia da natureza, tal qual Loredano de José de Alencar, disparou o rifle em direção à mata.".

Portanto, provavelmente através desse trabalho educativo, algumas famílias de colonos deixaram de temer os presos deportados confundidos inicialmente com "marginais da pior espécie", como afirmam alguns dos depoimentos dados ao Padre Alicino. Esses marginais foram, em sua maioria, confinados em áreas

[52] Carta de Domingos Passos, publicada em *A Plebe*, 26/02/1927.

distantes do núcleo e nos lotes abandonados pelos agricultores, principalmente no eixo que seguia subindo o rio Pontanari. A maior parte deles estava sujeita a trabalhos forçados sem remuneração, fato que é uma crítica freqüente à Administração do núcleo, mesmo entre outros presos deportados.

Na continuação da avenida Rio Branco, seguindo o eixo do rio Oiapoque, em casas de lotes abertos perpendicularmente a ela, permaneceram os soldados rebeldes da Força Pública que ainda atendiam as ordens de seus tenentes. Como mostra a fotografia com a placa em homenagem ao general chefe da Revolução, Izidoro Dias Lopes, estes detidos recriaram o espaço de convivência segundo suas convicções políticas.[53]

Já os soldados que abdicaram de suas convicções, ou que já nem eram tão convictos assim durante a revolta, tiveram melhor sorte. Alguns deles criaram vínculos com as mulheres da vila e até se casaram. O sargento Manoel Cavalcante Neves, que ficou amigo do farmacêutico Fernando Guarany casou-se com sua filha, e o suboficial Bertholino Pizzatto casou-se com a filha de João Januário. Outros lá permaneceram e engrossaram as famílias migrantes de Clevelândia. Manoelzinho dos Santos, entrevistado pelo padre Alicino, casou-se e constituiu família em Oiapoque. O sargento da Marinha, José Francisco da Silva, juntou-se com a cabocla nativa Julia e foi viver em Maripá. Rocque Pennafort cita estes em suas memórias e fala do tratamento diferenciado que recebiam:

"Enfim, muitos conseguiram trabalhar e ganhar dinheiro. A Chefia da Comissão dava licença, necessitando, entretanto, saber onde estavam e o que estavam fazendo."[54]

Alguns prisioneiros, técnicos em mecânica e elétrica, foram trabalhar na montagem da estação de rádio. Manoel Cavalcante deixou a farmácia e foi auxiliar de comércio na firma Affonso Fonseca. Pizzatto ocupou o cargo de maquinista, chefe da serraria, sendo auxiliado pelo sargento Manoel Francisco da Silva, e outros foram trabalhar como capatazes nas usinas. Assim, constituiu-se dentro da colônia penal também uma elite de presos usufruindo maior liberdade.

No croqui existente no Anexo final seguem traçadas as modificações que se originaram durante o ano de 1925 na cartografia do antigo núcleo agrícola, agora transformado em um campo de confinamento de prisioneiros.

---

[53] Fotografia incluída no Anexo final.
[54] ARP. Cap. 4

4. Espírito Santo de Martinica.

"Os moradores de Martinica, e mui principalmente as crianças, postados a meio caminho, assistiam a passagem constante dos barcos a vela, da bonita e veloz lancha 'Rio Branco', movida a motor a gasolina, ou a lancha 'Pará', impulsionada a máquina a vapor, que mais parecia um naviozinho, descendo ou subindo o rio, transportando cargas, e, principalmente, nos dias de chegada dos simpáticos navios 'Oyapock' ou 'Cassiporé' da Amazon River, que mensalmente aportavam ao Oiapoque."[55]

O antigo pouso dos antilhanos para o comércio de quinquilharias e o abastecimento dos garimpos de ouro do alto Oiapoque transformou-se, no decorrer da década de 1920, em um núcleo urbano muito mais dinâmico. Com a vinda do desenvolvimento oficial protagonizado pelo poder do Estado para o vizinho núcleo colonial a vila de Martinica também sofreu os ecos desta ocupação. Um impacto marginal, na medida em que se instalaram no vilarejo de Émile os pequenos abastecedores que não foram permitidos em Clevelândia. Na sede do núcleo oficial o comércio local era monopolizado pela filial ali instalada da firma de Afonso Fonseca, uma empresa comercial de Belém ligada politicamente à família Chermont. Alijados do filão seguro das verbas públicas, se juntaram àquele pequeno grupo de mascates fluviais, outros moradores, os chamados caboclos ribeirinhos dispersos ao longo do Oiapoque e que acabaram se aproximando do povoado em expansão.

[55] ARP, cap. 12, O peixe do Oiapoque 2.

Contudo, foi somente com a diminuição da atividade agrícola na vizinha Clevelândia e a transferência de muitos moradores para o trabalho nas usinas de extração de essências instaladas ao longo do rio que a velha Martinica apresentou um significativo crescimento demográfico. As crianças a que se refere Rocque Pennafort no texto acima, são os filhos dos ex-colonos frustrados que seguiram para o regime do trabalho assalariado. Outros antigos colonos, mais corajosos, empreenderam pequenas bibocas por conta própria buscando se favorecer desse novo comércio criado com o aumento do fluxo de pessoas na fronteira após a chegada dos deportados.

Quando aquele grupo inicial de colonos retirantes, assustados com a transformação de seu prometido Eldorado em Inferno equatorial, começou a mudança para Martinica, aí encontrou uma vila levantada às expensas dos próprios moradores. Não existia um plano de traçado urbano como fora feito em Clevelândia. Os casebres foram sendo levantados nas terras altas a uns 50 ou 100 metros de distância da beira do rio, para fugir às marés enchentes trazidas pelo vento de maresia que puxa do Atlântico para o interior. Algumas poucas cabanas, como a do velho pioneiro Émile, aproveitavam-se de pequenas enseadas formadas na margem, e mantinham ao lado um pequeno trapiche de madeira. Eram os barracos usados para comércio ou habitados pelos tipos mais populares. O arruamento geométrico, marca da colônia agrícola, era um melhoramento desconhecido dos caboclos ali radicados que transitavam entre pequenos caminhos criados desde o alto do barranco até a beira do rio.

Os depoimentos dados pelos antigos moradores Joaquim Alves de Araújo e Manoel Figueiredo da Silva ao padre Alicino falam da presença, por volta de 1917, de um grupo de velhos pioneiros antilhanos e seus companheiros brasileiros provindos dos garimpos do Cunani. Sabe-se também, pelos livros de registro de nascimento, que outros moradores estavam radicados em Martinica desde o início da década de 1920. A solteira Euphrasina de Souza, por exemplo, deu a luz a três filhos entre os anos de 1918 e 1923. Outra solteira, Isolina Dias, também registrou o nascimento de seu filho em 1917. As famílias de Francisco Feitosa, de Manoel Guilherme e Maria Raimunda Ribeiro, de Raimundo e Izaura da Silva, de Turíbio e Amância Viana, e mais uma dezena de nomes, aparecem no livro dos batizados coletivos realizados pelo padre José Lauth em visita à vila em 1924.[56] Encontramos registros da ida de ribeirinhos moradores de Martinica à paróquia de Saint Georges para o batismo de seus filhos desde o ano de 1915.

[56] APO, Livro Batizados-Extra 1919-1947.

Outros registros, de moradores genericamente localizados naquela que os franceses chamavam de *rive gauche* do Oiapoque, remontam a 1906.[57]

Então, quando do aumento do fluxo de novas pessoas, ex-colonos e comerciantes recém-chegados a Martinica já encontraram uma vila com raízes e histórias pessoais muito mais adaptadas até do que as do núcleo oficial de colonização. Provavelmente é da força dessa criação popular, resultante de uma cultura mais nômade e desterritorializada, construída na vida em contínuo trânsito, típica dos povos indígenas e dos ex-escravos fugitivos, que resulte a lenta e contínua expansão urbana e reterritorialização da vila. A moderna e planejada Clevelândia, o plano piloto fronteiriço dos anos 20, viu rapidamente seu futuro promissor desaparecer e ser ofuscado pelo progresso da velha vizinha.

Do ponto de vista administrativo, durante a década de 1920, toda a região de fronteira ao longo do curso do médio e baixo rio Oiapoque era considerada um grande distrito cuja sede situava-se na vila de Demonti. Esse distrito chamado de Oiapoque era uma das duas subdivisões do município central localizado na cidade de Amapá. Todo o distrito, que compreendia as vilas de Demonti, Martinica, Santo Antônio e Clevelândia, não tinha, como já vimos no censo feito no início daquela década, mais do que 1150 habitantes. Durante a década de 1940, quando o Amapá foi desmembrado do estado do Pará e transformado em Território Federal, esse antigo distrito de Oiapoque foi também elevado à categoria de município. A nova divisão administrativa recebeu como sede o maior de seus agrupamentos urbanos, a antiga vila de Martinica, que, em 1945, foi elevada à categoria de cidade com o novo nome de Oiapoque. E a promissora Clevelândia? O destino do núcleo de colonização foi o de se tornar somente uma vila militar como permanece até o presente.

*

Mas vamos retornar ao estudo da dinâmica econômica de Martinica em meados da década de 1920. O desenvolvimento da vila, embora precário e ausente de verbas federais, foi contínuo e constante, crescendo com a vinda da população do núcleo vizinho abandonada à própria sorte. A atividade econômica que sustentou durante muitos anos a vida local foi o trabalho pesado nas usinas de extração de essências das madeiras da floresta. As destilarias de pau-rosa, linoloi e baunilha, montadas em vários pontos estratégicos ao longo das margens do rio Oiapoque, eram muito rudimentares. Basicamente se alimentavam das madeiras de lei

[57] AISG, Livro de 1906-1915.

derrubadas no meio da floresta e trazidas em balsas pelos igarapés afluentes do grande rio. Este serviço pesado cabia, principalmente mas não exclusivamente, aos homens, entre eles muitos prisioneiros do campo de Clevelândia que tinham autorização da Guarda para trabalhar em troca de uma pequena remuneração. Quase todas as destilarias mantinham uma pequena serraria onde os troncos eram cortados. Parte dessa madeira era aproveitada e vendida no próprio núcleo. Mas o principal objetivo da atividade extrativista era a manipulação da seiva dos caules das plantas. Aquecida em baldes, esta seiva oleosa era fervida permitindo a destilação do líquido básico das essências. Nessas destilarias trabalhava, às vezes, toda uma família, trazida e levada de volta para a vila onde habitava sobre as montarias que cruzavam o grande rio.

A atividade industrial extrativista somada à agricultura de subsistência e ao produto da pesca artesanal sustentava o comércio local onde se fazia a compra dos produtos básicos vindos de fora e o escambo dos produtos locais excedentes. Para a compra de qualquer produto diferenciado ou mais luxuoso, alimentos diferentes do trivial, roupas mais finas ou bijuterias e perfumarias, os moradores cruzavam o rio Oiapoque em direção a Saint Georges, onde encontravam objetos vindos diretamente da França. Portanto, apesar de ser uma demanda muito pobre e baseada no escambo, na venda fiada e em relações de confiança, foi com a remuneração gerada por essa economia rudimentar que, tanto alguns comerciantes créoles franceses quanto os comerciantes mais antigos lembrados por Rocque Pennafort, fincaram o pé na região:

"Para suprimento de suas necessidades, além do comércio de Saint Georges, que era feito 'por trás das bombas' como se dizia, havia também na ponta abaixo da 'morne', estabelecido desde 1921, o comerciante Moysés Batista e sua esposa Idalina Batista, mais conhecida como 'Sindá', e seus quatro filhos meus atuais compadres [...] o capitão Barbosa, estabelecido na ponta de cima da ilha de seu nome, em frente ao Pontanary, e outros na própria povoação, todos de pequeno porte."[58]

Além desses, outros comerciantes ambulantes ocasionais vindos das ilhas do Amapá e de Macapá em barcos veleiros, faziam o resto do abastecimento do povoado. O mais lembrado entre eles é o turco Faek, comentado pelos antigos moradores ainda vivos, como a Dona Moça. [59] Este comércio fluvial manteve-se dependente da sobra das verbas do governo e da atividade extrativista até 1932.

---

[58] ARP.

[59] Depoimento de Silvéria Ferreira da Silva, 74 anos, conhecida como Dona Moça. Henrique Jorge HURLEY, em seu artigo "Oiapoque não tem k", também cita o nome desse mascate comerciando no Oiapoque.

A partir dessa data, com a descoberta dos veios de ouro nos afluentes do lado brasileiro do Oiapoque a montante da cachoeira da Grande Roche, um novo boom econômico tomou conta da região que durou mais ou menos até 1937, com o esgotamento da exploração aurífera. Se por um lado essa descoberta do metal precioso incrementou a economia local, por outro agravou os problemas sanitários crônicos já existentes. O morador Francisco Gomes da Conceição nos conta que chegou para trabalhar no garimpo pela primeira vez entre os anos de 1932 e 1934 quando tinha aproximadamente 17 anos de idade, mas permaneceu lá somente um ano com medo do beribéri que "matava aos montes". Em seu retorno, anos depois, o irmão mais velho morreu no garimpo adoecido com uma febre não identificada pelos médicos, e Francisco resolveu permanecer em Martinica trabalhando na extração do pau-rosa.[60]

*

Assim, sustentando-se ora no extrativismo vegetal, ora no mineral, a economia da região foi seguindo e sendo mantida pelo trabalho braçal dos caboclos nativos, dos migrantes nacionais e dos imigrantes créole. Este caldo étnico cultural diferenciado permitiu o surgimento em Martinica de um pólo de diversão bastante apreciado pelos moradores da redondeza. Festas de caráter lúdico periodicamente realizadas nas casas de antigos moradores como a de Émile, tornaram-se atrações conhecidas. Somaram-se a elas as celebrações religiosas oficiais trazidas pela Igreja e pelo Estado em seu afã de civilizar a região, mas, através dos depoimentos, percebe-se que foram rapidamente paganizadas pelos rituais religiosos tradicionais dos moradores negros e crioulos.

"Paralelamente ao crescimento populacional do povoado foi-se desenvolvendo o comércio e as festas tradicionais. Como acontece com todos os povoados do interior, festejavam-se os Santos preferidos. Numa capelinha feita de 'guleta', (denominação crioula dada a uma espécie de ripa tirada de uma madeira própria), junto à casa de dona Raimunda, celebravam-se ladainhas em honra ao Divino Espírito Santo e São Benedito. Enfim, qualquer dia santificado era motivo para uma ladainha, e qualquer ladainha justificava uma festa popular, o que dava ao lugar uma característica animada, e atraía também os moradores de Clevelândia."[61]

Muitos dos moradores de Clevelândia, principalmente no período em que ela se transformou em um campo de prisioneiros, viam Martinica como um lugar para a

[60] Depoimento de Francisco Gomes da Conceição, 86 anos, dado ao autor em 30/05/2001.
[61] ARP, cap. 14, O peixe do Oiapoque IV.

realização de evasões. A compra de passaportes falsificados e a contratação de viagens encomendadas para o ingresso clandestino na Guiana Francesa eram tratadas furtivamente, principalmente nos pontos de grande afluxo de pessoas para a algazarra. Segundo o padre Alicino, preocupado com os desvios de conduta morais dos habitantes do lugar, pelo menos um bordel era conhecido na vila e pertencia a um tal de João Arthur, segundo a mesma fonte um deportado de Clevelândia. O clube, chamado de "Recreio da Mocidade", presume-se pelos hábitos locais ser um local de jogo, rinha de galo e prostituição consentida, já que nas palavras do padre era possível *"angariar um dinheirinho, talvez não muito licitamente, sendo que 'as brincadeirinhas' não sempre eram de bom gosto, desgarrando-se 'os brincalhões' dos sadios princípios morais."*[62]

Áreas de fronteira e principalmente aquelas em que há transito muito grande de homens e bastante dinheiro em circulação, se transformam rapidamente em lugares de diversão à base de jogo e mulheres. No tocante a isto não há significativa mudança entre a Martinica dos anos 20 e a cidade de Oiapoque de fim de século. Atualmente, esse espaço da fronteira setentrional, lugar de passagem e migração clandestina para um território ultramarino da União Européia, tornou-se um pólo agigantado deste mesmo tipo de comércio[63]. Movimentado pelo franco francês e desde 2002 pelo euro, uma moeda com um poder de compra até quatro vezes maior do que o do real, o turismo de diversão é o grande motor econômico do município de Oiapoque.

Metade da cidade sobrevive do dinheiro que chega através dos garimpeiros e dos turistas franceses à procura de bares, *boates*, casas de jogos, salões de baile e, principalmente, das belas morenas que circulam noite adentro pelo vasto território brega que compõem a geografia local. O município de Oiapoque, hoje com uma população ao redor de 10.000 habitantes, excluídos os índios, é seguramente o principal centro urbano em um raio de 200 quilômetros. Uma região que abrange dezenas de garimpos de ouro. Como indício da circulação clandestina de dinheiro no lugar, além dos dois bancos oficiais, o Banco do Brasil e o Bradesco, o principal posto de troca de moeda existente até o ano de 1999 foi o Banco Cindam ligado à empresa Gold American Mine. Essa agência, sucursal do banco norte-americano Fonte-Cidam, foi fechada nesse ano após a abertura do processo envolvendo o ex-presidente do Banco Central, Francisco

---

[62] Padre ALICINO, *op. cit.*, p. 116-7.

[63] Um estudo sobre a imigração clandestina para o trabalho na construção civil e nos garimpos de ouro da Guiana Francesa e a rede de prostituição que acompanha esse comércio foi realizado por Ana Paulina SOARES, *Travessia*. Outro trabalho recente sobre a questão da fronteira franco-brasileira que, embora superficialmente, também trata do assunto, é a tese de doutorado de Antonette MASTEAU, *La frontière franco-brèsilienne de l'Oyapock. Guyane-Amapá.*

Lopes, e o Banco Marka de propriedade de Salvatore Cacciola, por tráfico privilegiado de informações, apropriação indébita e remessa ilegal de dinheiro ao exterior. Portanto, os esquemas de contrabando, extração ilegal de ouro e lavagem de dinheiro, continuam persistindo no presente na mesma área em que, setenta anos atrás, o Estado brasileiro, através de uma estratégia agrícola-penal-militar, tentou mantê-la sob sua tutela.

*

Retornando ao período e ao local que é o objeto deste estudo, a vila de Martinica firmou-se como pólo de atração regional para as atividades consideradas como ilícitas e clandestinas pelo poder constituído. Fazendo vistas grossas a estas atividades, o Estado brasileiro, através das expedições integradoras empreendidas pelo Ministério da Guerra, mostrou-se muito mais preocupado em civilizar, segundo sua ótica, as populações caboclas e indígenas do lugar. Da missão de demarcação de limites chefiada pelo general Cândido Rondon durante os anos de 1926 e 1927 alguns elementos integradores ressaltam do epílogo fundamental de seu relatório, empenhado em *"efetivar o projeto do Governo sobre a nacionalização das fronteiras e proteção das respectivas populações no sentido de seu contínuo desenvolvimento."*[64]

A primeira medida de impacto solicitada foi criar uma colônia militar no Oiapoque aproveitando-se da infraestrutura já existente no Núcleo Colonial Cleveland. E essa passagem se dá efetivamente no início de 1936 quando o antigo núcleo foi emancipado, pleonasmo jurídico para dizer extinto, e seus bens transferidos para o Ministério da Guerra.[65] O Exército somente assumiria de fato sua jurisdição sobre a colônia militar em 1940 com a implantação de uma companhia de fuzileiros de selva. A transformação da ex-vila agrícola e campo penal em colônia militar, fecha o ciclo de ocupação soberana da área de fronteira. Paralelamente a essa militarização da região, a integração dos transportes seria a medida fundamental para o exercício do controle sobre a fronteira na visão do Marechal dos índios. Rondon propôs a construção de uma rodovia ligando Macapá a Clevelândia. Uma rodovia cuja abertura total ao

[64] Ministério da Guerra – Inspeccão de Fronteiras. Relatório do General Inspetor, 1927. CBDL.
[65] Decreto 559 de 31/12/1935, publicado no Diário Oficial em 11/01/1936. Os bens imóveis transferidos ao Ministério da Guerra foram: Prédio da Administração, 15,20m de frente x 21,50m de fundo, dois pavimentos com 172 m2; Hospital, frente 33,0m x 10,0m de fundo com 371m2; Escola Dulphe Machado; Serraria; Depósito inflamável; Casinha da administração; Poço de abastecimento d'água; Cemitério; Hospedaria de Emigrantes; Ponte Arthur Bernardes; Casa da usina hidráulica; Casa da usina de abastecimento d'água; Tanques d'água e instalações.

tráfego somente foi alcançada em 1973 e que, mesmo hoje em dia, permanece quase que intransitável em períodos de chuva prolongada.

Com a presença militar garantida e o acesso fácil ao transporte para assegurar a soberania nacional, na visão do pai dos índios somente faltaria civilizar o elemento nativo. Daí a importância dada por Rondon às escolas indígenas, ensinando-se nelas a língua pátria brasileira e o respeito aos símbolos nacionais como o hasteamento diário da bandeira. Para tanto, Rondon sabia da importância da presença da Igreja católica como instrumento fundamental para efetivar esse processo de civilização. Ao deixar a região após a finalização da missão em meados de 1927, o general muda o nome da vila estrangeira e pagã de Martinica para o nome católico de Espírito Santo do Oiapoque, mais tarde somente Oiapoque. Pronto, a obra do Estado, a efetivação da soberania nacional e a missão civilizadora, agora estampada até no nome, na perspectiva do Governo Federal já estava completada.

COMENTÁRIOS (IV)

A apresentação destes últimos itens teve como objetivo compreender melhor, utilizando-se de plantas já existentes e da construção de croquis, a dinâmica de ocupação espacial da vila de Clevelândia. A comparação entre os relatos dos antigos moradores encontrados nos documentos pesquisados e os documentos e as fotografias oficiais existentes sobre o Núcleo Cleveland permitiu reconstituir a distribuição espacial dos prédios públicos, das casas comerciais e de serviços, do traçado urbano, das áreas destinadas aos lotes agrícolas e dos equipamentos da coletividade. A partir dessa visão de topo da configuração espacial do lugar em dois diferentes momentos, pretendi elaborar um elemento visual que auxiliasse na interpretação das relações humanas que se estabeleceram nessa paragem.

A cartografia de Clevelândia e, num grau menor – considerando-se as fontes para o estudo também serem em menor quantidade –, a cartografia de Martinica pretendem ser um ponto de partida para a análise das relações cotidianas efetivamente criadas nesses espaços. Se até o momento foi possível detectar as relações hierárquicas obviamente impostas pela arquitetura e distribuição geográfica dos espaços ocupados por moradores e funcionários, pretendo, na continuidade deste trabalho, perceber outras relações que foram sendo criadas fora dos espaços previamente delimitados. Talvez aquilo que Foucault chame de heterotopias. Os espaços de convivência efetivamente transitados. As relações que emergiram através das necessidades cotidianas e não das relações impostas pela hierarquia.

Se na vila de Martinica talvez isso ocorresse de um modo mais natural, na medida em que não há um agente externo organizador e construtor dos diversos espaços, no núcleo de Clevelândia, cuja arquitetura urbana é gerada a partir de um plano pré-traçado, também foi possível perceber o surgimento dessas relações autônomas. Relações que foram ocasionadas por um acontecimento fortuito e exterior ao planejado inicialmente. De fato, foi a partir da chegada dos prisioneiros da revolta dos tenentes que encontramos indícios e narrativas mostrando de que forma puderam estabelecer-se convívios entre pessoas tão antagônicas.

Se a maior parte dos relatos de colonos é convergente ao afirmar o medo causado pela chegada das levas de detidos, também é fato que muitos dos militares rebeldes lá confinados foram aceitos e incorporados no seio das famílias já estabelecidas. Como vimos, não foram poucos os casamentos ou uniões sucedidas, algumas com os novos casais permanecendo lá mesmo no Oiapoque e outros, segundo o relato de Rocque Pennafort, *"que pretendiam constituir família, ainda ficaram bastante tempo até conseguirem recursos suficientes para saírem com dignidade, com recursos próprios ou com o auxílio da família."*[66] Muitas destas relações humanas entre colonos e detidos foram causadas pela necessidade do convívio forçado na mesma habitação cedida ou alugada para o campo de prisão. Porém, outras tantas se estabeleceram espontaneamente pela própria circulação livre dentro da colônia que era permitida aos confinados. E não foram somente com os militares de melhor graduação que os habitantes locais se relacionaram.

Por exemplo, na linha de ocupação de lotes do eixo S ao longo do Siparini, tomados pelas famílias ligadas ao patriarca Chico Pennafort, percebemos que os colonos dos últimos lotes agrícolas provavelmente estabeleceram boas relações com alguns anarquistas estabelecidos em lotes acima deles. A carta enviada por Domingos Passos narra a localização de um grupo de anarquistas em uma área que vai do lote 10 ao 14 da linha do Siparani. Até o lote 9 dessa linha, ocupado por Izequiel Ferreira, viviam os comandados pelo clã Pennafort, entre eles Francisco Torquato, o colono que dá um tiro de espingarda para a selva em homenagem aos mártires de Chicago. É muito provável, portanto, que as aulas de alfabetização dadas pelo companheiro anarquista José Nascimento fossem justamente aos agricultores e seus filhos vivendo próximos a ele, nesse mesmo eixo.

[66] ARP, cap. 4, Clevelândia – o começo do fim.

No quinto capítulo veremos com mais detalhes quais grupos sociais relacionaram-se durante o período prisional de Clevelândia, em que níveis de acordo ou desacordo isso ocorreu, e quais os grupos que nunca se relacionaram. Pretendo criar uma conexão entre a análise desta cartografia com a hipótese central que permeia o trabalho de que a região de fronteira de Estado e de civilização tende a ser ocupada e povoada pelas populações excluídas do processo de modernidade.

Em seu *Tratado de Nomadologia*, Gilles Deleuze e Félix Guattari explicitam alguns conceitos em que opõem dois meios ou formas mas não modelos de organização: o aparelho de Estado sedentário e a máquina de guerra nômade[67]. Não os contrastam numa oposição antagônica, mas em uma oposição oblíqua no sentido de que ambas as formas convivem conjuntamente descompassadas uma da outra. Bem ao estilo dos autores, nunca há uma clara distinção entre as formas, nada é muito preto ou muito branco, ao contrário do modo norte-americano de se relacionar bem lembrado por Caetano Veloso em seu manifesto *Americanos*[68]:

"Para os americanos branco é branco
Preto é preto,
(E mulata não é a tal)
Bicha é bicha, macho é macho,
Mulher é mulher e dinheiro é dinheiro.
E assim ganham-se, barganham-se, perdem-se, concebem-se,
(conquistam-se direitos.
Enquanto aqui embaixo a indefinição é o regime
E dançamos com uma graça cujo segredo nem eu mesmo sei
Entre a delícia e a desgraça, entre o monstruoso e o sublime"

Ambas as distinções (Estado x nomadismo) primam pelo hibridismo, pela mistura, pela incorporação de uma pela outra e vice-versa. Aqui, abaixo do Equador a mulata é que é a tal.

Penso que seja possível usar estas conceituações feitas pelos dois autores e analisa-las no nível dos relacionamentos ocorridos durante o processo de ocupação e povoamento do Oiapoque. Confrontaram-se e talvez ainda se confrontem nesta erma setentrional brasileira duas ciências. Uma chamada

---

[67] Gilles DELEUZE e Félix GUATTARI, *Mil Platôs. Vol. 5.*
[68] Matthews SHIRTS, Para ouvir Michael Jackson. Manifesto declamado por Caetano Veloso durante a apresentação de sua versão da música *Black and White,* de Michael Jackson, no show Circulado em 1992.

ciência régia, aquela protagonizada pelo Estado, pela instituição da soberania nacional, pelo discurso moralizante da civilização e pelo anseio de "modernização" das relações. Uma ciência presente tanto na ocupação territorial francesa, quanto naquela desenvolvida pelo Estado brasileiro e pelas forças colonizadoras por ele arregimentadas e que assumiram plenamente esse discurso da soberania. A outra, uma ciência nômade, ou nomadologia, protagonizada pelos povos indígenas errantes como eram os *Waiãpi*. Ela também tem como protagonistas os caboclos ribeirinhos frutos de centenárias miscigenações, ou os créoles caribenhos e os ex-escravos brasileiros com sua cultura originada na febre de ouro dos garimpos. Enfim, populações que desde sempre se reconheceram como vivendo em trânsito, cuja moradia é o caminho.

Esta idéia do nomadismo, e aqui não considero a aplicação estrita e literal do conceito expresso por Deleuze e Guattari como imperando completamente nesta cultura amazônica, pode ser um instrumento de compreensão das organizações espaciais e das relações humanas estabelecidas, por exemplo, na população flutuante que habita a vila de Martinica. Os caminhos fluviais como rede de transporte não servem somente como sistemas de transito de ida e volta, do trabalho, do comércio ou do lazer para a casa. Na cultura ribeirinha economicamente ligada ao extrativismo do ouro, das pedras, da madeira e das essências, o lugar da casa e do trabalho move-se continuamente. A idéia de um espaço físico da moradia sedentária do agricultor com sentimento de propriedade da terra, deve ter sido o objetivo que o Estado procurou alcançar ao promover a fixação de uma população migrante de formação camponesa. O migrante não é um nômade permanente, nem tem a cultura nômade como seu constituinte. O migrante, embora um ser desterritorializado, busca um território para ser seu. Daí o sonho do Eldorado, daí a lenda do Ouro Verde, e daí também a frustração e o sentimento de defesa com relação à chegada do Inferno.

O confinamento também, a seu modo, não deixa de ser uma tentativa de territorializar populações que, se não eram ou estavam nômades, de algum modo, naquele momento, praticavam uma máquina de guerra contra o Estado. Os anarquistas, com seu pensamento anti-hierárquico, anti-soberano e contrário às instituições, cumpriram esse papel de nomadismo da modernidade. Não de nômades exatamente no sentido expresso pelos autores franceses, uma vez que eles mantinham uma territorialidade, mas porque suas idéias solapam as fundamentais do Estado: a propriedade e o trabalho não sedentário. Transmitem, assim, o fluxo de idéias subversivas.

Este choque entre ciências fez-se presente em vários espaços relacionais e temporais desse processo de ocupação ocorrido com maior intensidade a partir de 1920 com uma presença mais marcante do Estado. Num primeiro momento, o poder soberano se apresenta com o discurso da modernidade e arranca como um foguete em direção à civilização, deixando à mostra o seu rastro no espaço da selva. Essa a trajetória da pujante Clevelândia. Menospreza, quase ignora, o transito caboclo-créole ao seu redor. Saber menor, este conhecimento popular, recriado nos trajetos itinerantes de sempre, tenderia, pela evolução das forças da civilização, a ser incorporado ao plano do trabalho sedentário. Não o foi. E pelo contrário, foi a vida baseada no estilo nômade que se recriou e reproduziu. Ao dar-se conta disto, a civilização do Estado reforçou suas armas. Renomeou Martinica, empreendeu uma missão integradora, transferiu seu aparelho para o espaço outro. Buscou sedentarizar o trânsito, elemento hibridamente nômade.

Percebe-se assim, uma oposição não antagônica, uma maleabilidade presente no equilíbrio de forças em luta, sorrateiramente, manhosamente, um jogo de capoeira ou uma dança de carimbó. Assim se constituiu a vida nesse universo caboclo da fronteira amazônica.

(IV) PERSEGUIÇÕES POLÍTICAS E CONFINAMENTOS

Neste capítulo serão apresentados os novos protagonistas do complexo confronto de idéias que se estabeleceu no Oiapoque. A partir de dezembro de 1924 começaram a chegar os prisioneiros para o confinamento em Clevelândia. Nas páginas a seguir mostro os antecedentes políticos que culminaram na decretação do Estado de sítio de Bernardes e os agentes políticos que se confrontaram nesse ano. A reação desmedida praticada pelo Estado aproveitando-se da situação para se livrar de seus inimigos e dos indesejáveis sociais existentes, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Deve-se compreender essa prática política agressiva do Estado brasileiro como uma transformação no exercício do poder soberano por ele praticado em direção ao estabelecimento de uma política de controle sobre o corpo, nos moldes das praticadas pelos regimes totalitários europeus surgidos nessa mesma época.

É precisamente durante o governo de Arthur Bernardes em que houve a emergência de duas ações políticas que, embora distintas e propondo-se a distintos fins, tornaram-se complementares. Eu diria que para a manutenção da política conservadora agrária nas mãos da oligarquia do café com leite, o leiteiro Bernardes defendeu-a intransigentemente ao se confrontar com a rebeldia da classe média militar urbana em busca de modernidade. Conseguiu, inclusive,

sufocar o movimento rebelde de 1924, prorrogando ainda por mais 6 anos a já anunciada revolução de estilo lampedusiano iniciada em 1922 – "é preciso que se mudem apenas algumas coisas para que tudo permaneça como está"[69] – e que finalmente ocorrerá em 1930.

O governo de Bernardes, além de conseguir postergar a inevitável mudança de oligarquias regionais no controle do poder central, antecipou também a efetivação de uma moderna política de controle social que será amplamente desenvolvida na era Vargas. Foi durante a gestão do presidente mineiro que se estabeleceu pela primeira vez no Brasil uma biopolítica, a escavação das bases que permitiram a implantação de um regime totalitário de poder. Durante o estado de sítio decretado em 1924, assistimos a tropicalização dos métodos fascistas utilizados pela repressão política na contemporânea Itália de Mussolini. O campo de prisioneiros experimental em que Clevelândia foi transformada, em dezembro desse ano, serviu como palco de testes para o exercício de um poder biopolítico, fundindo o controle estatístico de toda a população a uma prática de confinamento da parte indesejável dessa mesma população. Em nenhuma outra prisão anteriormente criada pelos governos republicanos, houve o efetivo controle numérico das almas, tanto no envio dos prisioneiros confinados como nos óbitos decorrentes desses procedimentos. O recurso comum de campos de prisioneiros deportados nas selvas brasileiras, largamente utilizado na Primeira República, em nenhum momento atingiu a sofisticação de uma prática do biopoder como os procedimentos repressivos adotados a partir de 1922 e que culminaram em Clevelândia. Paulo Sérgio Pinheiro, que dedica um capítulo inteiro de seu livro *Estratégias da Ilusão*[70] ao degredo de brasileiros e estrangeiros em lugares ermos do território nacional, somente encontrou registros numéricos precisos quanto a essas práticas, nos relatórios emitidos pelo Ministério da Agricultura, o responsável pela jurisdição do núcleo Cleveland. Especialmente o relatório emitido pelo secretário do Ministério, Oldemar Murtinho, e que será analisado em um dos itens adiante.

Trata-se de uma tentativa, até certo ponto efêmera, de levar adiante esse ideal de modernidade, do expurgo das partes deterioradas do corpo social, enviando-as até os confins do território nacional. Misturam-se, ainda ,nas práticas do Estado arthuriano os conceitos de soberania nacional, ainda carentes neste rincão distante, através da efetivação de uma soberania que lá já chega associada às práticas instituintes do biopoder. É um momento decisivo da junção de duas formas políticas do Estado, o modelo jurídico-institucional e o modelo da

[69] Cito a célebre frase de Giuseppe TOMASI DI LAMPEDUSA, *Il gattopardo.*
[70] Paulo Sérgio PINHEIRO, *Estratégias da ilusão,* cap. 5.

biopolítica levado ao extremo através do controle em campos de internamentos. Em termos brasileiros, a novidade dessa criação política realizada em Clevelândia do Norte reside na instituição de um exercício do direito de soberania (vide a militarização, integração nacional e controle do contrabando) associado à chegada de uma mecânica de disciplinas (vide o discurso médico-sanitário, a educação e a civilização aos índios e aos caboclos). Como afirma Foucault, é entre estes dois limites, o da soberania e o das disciplinas, heterogêneos e não coincidentes, que se pratica o exercício do poder. Deste modo, dá-se a efetiva chegada da sociedade moderna na fronteira nacional com o exercício do poder *"entre um direito público da soberania e uma mecânica polimorfa da disciplina."*[71] Em Clevelândia, poderemos assistir em palco privilegiado ao exercício da assertiva feita por Giorgio Agamben: *"a produção de um corpo biopolítico é o ato original do poder soberano."*[72]

[71] Michel FOUCAULT, *Em defesa da sociedade*, pp 44-5.
[72] Giorgio AGAMBEN, *Homo Sacer*, p. 14.

1. A revolução dos tenentes.

"11/07/1924. Às dez horas da manhã, São Paulo é sacudida, de repente, por uma sucessão de explosões. O chão estremece com o impacto das granadas. A cidade está sendo bombardeada pelo Exército. Os canhões legalistas estão despejando sua carga contra áreas densamente povoadas, atingindo bairros industriais, longe do centro. O ataque semeia pânico entre a população e provoca incêndios que podem ser vistos em toda a capital."

"12/07/1924. As ruas dos bairros pobres do Brás, da Mooca, do Hipódromo e do Belenzinho amanhecem juncadas de cadáveres. Alguns corpos, há mais de 24 horas insepultos, são enterrados sem as formalidades legais, nos cemitérios mais próximos e até mesmo em terrenos descampados."[73]

O grande mérito do trabalho de Domingos Meirelles, autor das linhas acima, reside na capacidade de saber narrar uma história com sabor de romance. Utilizo seu romance, fundado numa rigorosíssima pesquisa de quase vinte anos de duração, como fonte de referência para introduzir o tema da Revolução de 1924, cujos desdobramentos afetarão diretamente o cotidiano de vida em Clevelândia. Sua narrativa histórica começa na madrugada do dia 5 de julho de 1924, nos momentos que antecedem a tomada do quartel da Força Pública de São Paulo e a deposição do general Abílio de Noronha do comando do 2°. Exército. A partir daí tivemos ainda cinco dias de tiroteios culminando com a ocupação da cidade pelos revolucionários. As forças legais ao governo foram expulsas para os arredores da capital e ao mesmo tempo se deu o alistamento de voluntários nas tropas rebeldes. Durante os dias 5, 6, 7 e 8 de julho, segundo o jornal anarquista *A Plebe, "o tiroteio por fuzis, metralhadoras e canhões davam à capital paulista um aspecto de verdadeiro campo de batalha."*[74]

---

[73] Domingos MEIRELLES, *As noites das grandes fogueiras.*
[74] *A Plebe,* 25/07/24.

Esse primeiro confronto bélico poupou completamente a população civil. Na alvorada do dia 9, os soldados revolucionários ocuparam finalmente a cidade. A partir do dia 11 de julho, segundo os informes diários apresentados pelo jornalista, seguiram-se 18 dias de contínuo bombardeamento aos bairros centrais e operários de São Paulo. A ação realizada pelas tropas federais provocou, segundo as agências internacionais, por volta de mil mortos e 4.000 feridos, quase todos civis[75]. Trata-se seguramente do maior massacre urbano realizado durante os governos republicanos praticado no centro industrial do país, a capital bandeirante. A matança indiscriminada de civis pobres foi praticamente ignorada e quase esquecida em todo o país, principalmente pelos próprios historiadores paulistanos.[76] A História oficial paulista preferiu imortalizar tão somente 4 jovens mártires conhecidos como MMDC e caídos em outra revolução. Aquela que se decidiu institucionalizar como sendo a verdadeira revolução paulista: a Constitucionalista de 1932.

A Revolução de 1924, episódio que causou profundos estragos na arquitetura da capital paulista, principalmente nos bairros industriais e ferroviários da zona leste, nunca recebeu a devida importância. Talvez por ter ocorrido em São Paulo e não ter sido protagonizada pela sua elite como foi a de 1932, a revolta iniciada em 5 de julho permaneceu sempre relegada em segundo plano, como um acontecimento fortuito pouco importante no transcurso da Primeira República.

A História oficial contada pelos paulistas não a reconhece como sua revolução, pois o governo estadual e a burguesia daquela época não a apoiaram. Revolta de militares, quartelada, além de tudo, contando com um ingrediente que desagradou a caduca aristocracia brasileira: a adesão do proletariado, entre ele uma grande quantidade de imigrantes estrangeiros pegando em armas. Nesses termos foi preferível esquecê-la, afinal a burguesia paulistana anos depois protagonizou a sua própria revolução.

No resto do país, onde graça uma dissimulada, não generalizada, mas evidente antipatia contra São Paulo, como se o estado fosse outro país dentro do país, admitir que o levante que desestabilizou definitivamente a Primeira República partiu dos "estrangeiros" paulistas, não é parto tão fácil de rebentar. O fato dos trabalhadores assassinados nos bombardeios serem em sua maioria imigrantes ou

---

[75] National Archives Washington, roll 5, pg. 371,AEL. *"Acredita-se que 1.000 civis estejam mortos, estimativas fornecidas em S. Paulo chegam de 1.000 a 4.000 mortos e feridos."*

[76] Ver como exemplo o trabalho de Aureliano LEITE, *História da civilização paulista,* com prefácio encorajador de Gilberto Freyre. Ignora-se, absolutamente os sucessos de 1924, apenas meia página, enquanto glorifica-se em vários capítulos a "resistência" de 1932.

filhos e netos destes, coloca um peso menor nesse episódio quando ele deve ser elencado dentro da hierarquia de acontecimentos da história brasileira. Sobretudo considerando-se que 6 anos depois a oligarquia do café com leite foi derrotada numa revolução realizada contra São Paulo, o que se tornou um novo marco na periodização da História.

*

Na manhã do dia onze, por volta das dez horas, a população paulistana ouviu assobios distantes que se aproximavam. De repente, uma série de explosões fez levantar uma nuvem de poeira e fumaça sobre a cidade. Formava um círculo tendo como diâmetro o eixo da av. Rangel Pestana, desde o centro velho até o Brás. Mulheres gritando com crianças ensangüentadas no colo saíam de trás dos escombros. Choravam ajoelhadas em frente a familiares mortos. Uma multidão de pessoas veio às ruas ver o que acontecia. Velhos e crianças corriam desesperados sem entender nada do que se passava. A sucessão de explosões prosseguia. Vinha da extrema zona leste, das colinas da Vila Matilde, onde as tropas legalistas estavam posicionadas. O general Eduardo Sócrates ordenou o ataque de canhões e obuses, lançando bombas e granadas sobre os bairros operários de São Paulo. Os petardos eram dirigidos deliberadamente sobre as zonas residências da Mooca, do Brás e do Belém, provocando a desgraça entre as famílias de trabalhadores. No outro lado da cidade, do alto da Paulista, do Pacaembu, do Higienópolis e nos Campos Elíseos, a sede do desalojado governo de Carlos de Campos, a burguesia paulistana assistia protegida ao espetáculo aéreo de chamas, ouvindo ao fundo o retumbar dos canhões.

Somente pobres indefesos de famílias de trabalhadores pereceram nos ataques. Posicionado no bairro da Penha, do alto da rua Guaiaúna o sádico general Sócrates com seu bigode miúdo avistava de binóculo o tormento dos miseráveis. A estratégia do Exército era simples. Estabelecer o terror entre a população para que esta, de joelhos, implorasse aos rebeldes que se rendessem. Lá embaixo, centenas de feridos, muitos mutilados, foram levados para serem socorridos na Santa Casa, já completamente abarrotada de pacientes. Pelas ruas, os cadáveres não recolhidos fediam, enquanto parentes perambulavam a esmo em busca de seus mortos. Aproximadamente mil pessoas morreram e outros tantos milhares ficaram feridos nesse dia que ficou conhecido como o do "bombardeio terrificante". Ataques menores sucederam-se nos dias seguintes, nesse exercício de guerra realizado pelo Exército, testando suas armas em cobaias humanas que

pouco valiam. O governo mostrava assim ao povo quem é que mandava nesse país.[77]

*

"Se considerarmos o emprego da artilharia divisionária em operações contra os rebeldes, no período de 10 a 28 de julho, temos que constatar, com a máxima tristeza, que a artilharia não fez outra coisa senão atirar sobre a capital paulista, cidade aberta por excelência, e ocupada por número pequeno de rebeldes, sem fortificações que requeressem tiros de destruição a longa distância.

Atirou-se a esmo, sem objetivo rigorosamente determinado, sem que soubesse os pontos exatos dos revoltosos. Basta o exemplo seguinte: no dia 12 achava-se colocada na encosta de Guayaúna, uma bateria de tiro longo, 75, St. Chamond e o seu comandante recebeu ordem de atirar sobre a praça da República. Perguntamos: qual poderia ser o objetivo militar que obrigasse uma bateria em posição, com alça de 9.500 metros a abrir fogo sobre uma das mais belas praças de São Paulo, fogo este que absolutamente não poderia ser controlado por um posto de observação e, por conseguinte, não podia ser corrigido?"[78]

O general Abílio de Noronha, comandante da região militar de São Paulo até a ação das forças rebeldes, era um homem muito ponderado. Não fazia parte da linha dura bernardista e escreveu estas linhas após o término do governo do presidente mineiro. Em parte, pode-se pensar em um modo de se eximir da responsabilidade sobre o ataque; o general Noronha, destituído do cargo pelas forças rebeldes, foi "gentilmente" convidado pelo general Isidoro Dias Lopes a retornar ao Rio de Janeiro. O comando na capital paulista das operações militares, coordenadas pelas tropas federais, ficou a cargo de dois generais. O general Eduardo Sócrates, comandante dos militares enviados por terra pelo Vale do Paraíba e que cercaram a cidade a partir dos pontos de tiro dos altos da zona leste[79]. Pelo flanco sul, com as tropas vindas de Santos pela estrada de ferro, o estado-maior do general Carlos Arlindo comandava todas as operações

---

[77] As fontes para reconstituição destes fatos encontram-se em jornais operários como *A Plebe*, e na grande imprensa como *O Estado de S. Paulo*. Também foram extraídas informações com base na seguinte literatura de memórias da Revolução, publicadas logo após o evento como: João CABANAS, *A coluna da morte;* J. Nunes de CARVALHO, *A Revolução no Brasil: 1924-25;* Ciro COSTA e Eurico GOES, *Sob a metralha;* Aureliano LEITE, *Dias de pavor;* Juarez TÁVORA, *A guisa de depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924;* Nelson Tabajara de OLIVEIRA, *1924. A Revolução de Isidoro.*

[78] Texto extraído do livro do General Abílio de Noronha, comandante da 2 ª. Região militar em São Paulo, no livro *Narrando a verdade.* Publicado pelo *Correio da Manhã*, 04/01/1927.

[79] Domingos Meirelles, *op. cit.*

em direção aos bairros do Sacomã, Ipiranga, Cambuci e Vila Mariana, desde o quartel general sediado em São Caetano.[80] Durante os combates dentro da capital, o General Potyguara, que, de aliado inicial dos rebeldes traiu a revolução, tornou-se o principal algoz da população civil paulistana. Esse general recebeu posteriormente, como presente pelos serviços prestados ao governo, um pacote com um artefato que explodiu em suas mãos deformando seu rosto.[81]

O que o general Abílio não percebe e não declara em sua narrativa, ou não quer admitir abertamente, é que para o Exército do qual ele fazia parte a vida das pessoas trabalhadoras pobres deixa de ter significado no momento em que se reinvertem as práticas: da política como exercício de poder para a guerra como exercício de poder. O controle político dos corpos sociais, no momento em que o Estado atravessa o limite da política e ingressa em regime de guerra, passa a ser exercido em forma de extermínio programado.

Tivemos em julho de 1924 em São Paulo, a retomada do conceito de Clausewitz invertido por Foucault: *"A guerra não é mais que a continuação da política por outros meios."*[82] Numa situação limite como essa do confronto político estabelecido no palco paulistano, o governo federal optou pela retomada do conceito invertido pelo filósofo francês. Se para a sociedade moderna a política assume a forma da guerra continuada através dos mecanismos de controle jurídico-social, momento em que se impõem acordos, encurralam-se opositores, anexam-se territórios, a guerra somente é plausível quando a política já não surte mais o efeito desejado. O que ocorreu naquele ano marcante de 24 é a reutilização da guerra como instrumento político de negociação. Matam-se civis como estratégia de luta, pois seria contra esta mesma população civil pobre que historicamente praticou-se a guerra. Uma prática cessada quando o exercício da política passa a cumprir esta função, como bem inverteu Foucault, e que vem retomada contra essa mesma população quando se configura uma situação limite.[83] É contra a população civil que se dá a guerra. Pois, para a perpetuação de uma burocracia do Estado, as diversas facções da oligarquia em disputa pela posse dele não são o inimigo declarado. O inimigo declarado é o antigo servo, o escravo, e agora o proletário assalariado. O Exército republicano de Bernardes

---

[80] José de Souza MARTINS, *Subúrbio.*

[81] "Memórias" de Pedro Catalo, em Edgar RODRIGUES, *Novos rumos,* pp. 226-9.

[82] Michel FOUCAULT, *Em defesa da sociedade,* pp. 22-6.

[83] Um exemplo recente dessa estratégia militar ocorreu no conflito anglo-americano contra o Iraque, cuja guerra inicia-se como um processo limite em continuidade à política. Anteriormente, as forças norte-americanas já haviam protagonizado, na guerra contra o Taleban no Afeganistão, a prática de disseminar o terror na população civil para provocar a rendição do exército adversário.

fez uso da guerra para restabelecer a supremacia da política como seu instrumento de efetivação do poder e controle da população através do Estado.

*

Durante os cinco primeiros dias em que as forças rebeldes ocuparam São Paulo antes destes ataques, os pontos estratégicos de comando e entrada da cidade foram tomados: o quartel da Força Pública na av. Tiradentes; o palácio dos Campos Elíseos; o exílio do comandante militar General Abílio de Noronha e o desalojamento do Presidente do Estado, Carlos de Campos. Foram montadas trincheiras em todo o centro da cidade e nos bairros que levam à zona leste e sudeste, entradas para quem vem do Rio de Janeiro e de Santos, respectivamente. Nesses cinco dias também, à exceção dos moradores da zona burguesa da cidade na subida da Paulista que restaram entocados, a grande massa confraternizou-se e apoiou os soldados rebeldes. O sapateiro e ativista anarquista Pedro Catalo, testemunha viva do ataque, acredita que a ira e o ódio despertados nos oficiais militares legalistas tivesse como base essa adesão, não em armas, mas em simpatia que a população mais pobre paulistana demonstrou em relação ao movimento de 24:

"Os tiros dos canhões legalistas não precisavam de mira, bastava despeja-los sobre a população que tivera a ousadia de manifestar a sua simpatia para um movimento militar que lhe despertara uma certa esperança. O governador e o Presidente da República, sabiam-no, e por isso a ordem era arrasar a capital. A população vivia aterrorizada pelo bombardeio que não poupava ninguém, e em todos os bairros havia vítimas inocentes a lamentar. Um amigo meu, de profissão forneiro, perdeu a sua mulher atingida quando lavava roupa."

"A revolução de 24, como ficou conhecida, trazia francamente um traço de revolta contra as injustiças sociais e, por essa razão, todos os potentados, donos de fábricas, donos de grandes armazéns, donos de moinhos e os atacadistas, fugiram precipitadamente temendo por uma vingança popular. Bastou que um soldado de Isidoro rebentasse as portas de um armazém, para que o saqueio começasse, se generalizasse e se prolongasse até que as forças revolucionárias dominaram a capital. Por semanas inteiras viam-se multidão de gente carregando de tudo, desde farinha e outros comestíveis, até casimira, remédios, panelas, pratos e louças de todo tipo, ferramentas e até aparelhos sanitários. O saqueio era favorecido pelos soldados da revolução que desde os primeiros momentos ganharam a simpatia do povo paulista e se tornaram amigos. Em qualquer casa que esses soldados pedissem comida, café ou outros

favores de emergência, eram atendidos com simpatia a entusiasmo. Por esta razão o bombardeio sobre a capital de S. Paulo, fazia-se indiscriminadamente e criminosamente."[84]

Talvez, o estopim do ódio governista tenha sido os saques. Pois somente a partir do primeiro saque ocorrido no dia 9 é que o Presidente Carlos de Campos passou a apoiar a tese de bombardeamento dos bairros populares da capital paulista. Justificou a sua enérgica posição ao Presidente da República dizendo que *"S. Paulo prefere ver destruída a sua formosa capital do que destruída a legalidade do Brasil."*[85] Na primeira semana da ocupação revolucionária de São Paulo, a cidade passou a ser controlada pelos rebeldes que procuraram manter a regularidade na vida paulistana. Expurgado o comando militar e o governo paulista, o patronato e o arcebispo de São Paulo[86] tornaram-se os principais interlocutores. Contudo, nas partes pobres da cidade, onde a população moradora vive do dia-a-dia e portanto não guarda estoques alimentares em casa, a pressão sobre o comércio fechado pelo receio dos ataques começou a aparecer. Quando a ira da população oprimida tornou-se pública, o empresariado, como bem lembrou Catalo, refugiou-se nos arredores de São Paulo e no interior do Estado, em suas fazendas e vilas de veraneio.

A revolução protagonizada pelos tenentes não se deu conta, durante o seu preparo, que o proletariado urbano agiria e poderia assumi-la. Não era este o objetivo dos militares rebeldes. Gostariam de manter os combates dentro de uma perspectiva absolutamente militar. Mas, após cinco dias sob o comando revolucionário, a população trabalhadora impaciente por mudanças quis participar de alguma forma e o fez confrontando a antiga ordem estabelecida e os seus donos de poder. O que os oficiais rebeldes não esperavam, porque não fazia parte do seu mundo e porque eles não compreendiam a idéia de participação popular na Revolução – e aí residiu o fator fundamental de seu fracasso – era que a turba enfurecida assumisse também a sua parcela de luta no movimento. Os oficiais rebeldes imaginavam fazer uma "revolução com ordem", como se isto fosse possível.

Após o quarto dia de ocupação, a situação da cidade caminhava para uma participação popular cada vez mais intensa. Turmas de jovens apresentavam-se para o recrutamento no quartel da Força Pública, ativistas insuflavam a

---

[84] "Memórias" de Pedro Catalo, em Edgar RODRIGUES, *Novos rumos*, pp. 226-9.
[85] *A Capital*, de São Paulo, 20 e 22/07/24.
[86] Trecho do futuro livro do capitão Juarez Távora, cap. XIII, publicado no *Correio da Manhã*, de 13/01/1927. *"Até ao arcebispo de São Paulo chegaram, então, apelos angustiosos das vítimas daquela brutalidade."*

população nas ruas a tomar conta dos armazéns dos grandes atacadistas. Nesse contexto de tensão, o principal interlocutor militar rebelde que se apresentou junto à população civil trabalhadora foi o lendário tenente João Cabanas. Protagonista dos fatos que desencadearam a ira governista e dos empresários paulistas, foi sob o seu comando que o soldado de Isidoro citado na narrativa de Pedro Catalo arrombou os portões do Mercado Municipal. A liderança intransigente de João Cabanas o fez assumir a linha de frente no quadrante leste da capital, entrincheirando-se com os soldados nos combates corpo a corpo que ocorreram contra as tropas federais nos últimos dias de ocupação pelas tropas rebeldes. A figura de Cabanas fincou raízes no imaginário popular como a de um daqueles milicianos que lutam pelas causas do povo. Não é objetivo desta analise compreender se efetivamente era essa a ação e a intenção desse personagem, mas sim verificar que isso se constituiu como parte da memória popular. Muito colaborou para a construção desse mito a memória da revolução escrita por ele mesmo, mas, muito mais, foram as posições públicas por ele assumidas e que conquistaram a simpatia da população mais pobre. Em suas memórias, Cabanas narra como procurou acalmar a população e fazer acordo com os empresários:

"Os comerciantes, alguns de má vontade, a maioria, porém, solicita e atenciosa, acederam sob a garantia de que seus haveres seriam respeitados e protegidos contra o saque cuja idéia os apavorava.

Com o administrador do Mercado não tive bem êxito. Este funcionário indiferente à desgraça do povo e à fome que o abatia já há quatro dias, não quis atender-me, negando-se a comparecer à minha presença e iludindo assim os meus bons propósitos.

O momento não comportava dilações; os populares ansiosos esperavam uma resolução. Resolvi toma-la, ordenando que se arrombassem as portas e os gêneros acumulados fossem distribuídos gratuitamente pelas famílias pobres.[...]

O resultado foi este: saque nas fábricas e moinhos do Braz ocultando o que foi levado a efeito nos estabelecimentos das firmas Matarazzo e Gamba, contra quem o povo mais se assanhava. [...]

Aquele que tentasse defender as firmas Matarazzo, Gamba e outras, arriscava-se a um linchamento. Oradores improvisados faziam subir o ódio popular, gritando a plenos pulmões: que os Srs. Matarazzo eram usuários, exploradores do povo, envenenadores da população..."[87]

*

[87] João CABANAS, *op. cit.*, pp. 37-8.

Nesse conflito de interesses distintos desenhou-se a vida paulistana durante os 24 dias de ocupação da cidade pelas forças revolucionárias. De um lado, o lado de sempre, estava a situação. O governo eleito ou comprado de Bernardes, seu Exército nas figuras dos Generais Sócrates e Potyguara, o poder político local de Carlos de Campos associado à burguesia cafeeira e seu grupo social de apoio. A elite local, desalojada do poder, recorreu à intervenção federal. Mesmo por que o caso era de uma revolução que se desenhava em nível nacional. Foram os seus historiadores e foi a sua Academia que praticamente ignorou o significado da Revolução de 24 e seu impacto na vida cotidiana de São Paulo. Não era uma luta deles. Era uma luta contra eles.

Do outro lado, todos os opositores. Começando pelo Exército rebelde, cuja revolta já nasceu dividida em relação aos objetivos finais. Uma liderança moderada e conciliadora a cargo do General Isidoro Dias Lopes, que pensava forçar a deposição de Bernardes sem derramamento de sangue. Um grupo de tenentes dispostos a levar a revolução até o final com o objetivo de instaurar uma nova ordem social no país, sempre nos limites de uma futura democracia burguesa. E o povo. Revolucionário ou não. Ativista e militante ou não. Operário e pequeno comerciante. A população desejava mudanças que, pelo menos, diminuíssem a distância entre os mandantes e os mandados.

Foi com esse intuito que a população trabalhadora de São Paulo manteve seu apoio aos rebeldes de Isidoro. Foi tentando forçar uma ação mais resoluta dos rebeldes que a população tomou as ruas e saqueou o que sempre considerou seu. Os víveres, produtos de roubos praticados em nome do comércio. Era a revanche nas ruas contra os velhos patrões. Foi em busca dos militares mais comprometidos que ela se dirigiu. Foi acreditando em que esses jovens decididos conseguiriam vencer, que muitos se alistaram. Foi por quererem a revolução que os anarquistas, os sindicalistas e o operariado associado a apoiaram e se puseram à disposição como uma força independente pronta para a luta.

2. A posição dos trabalhadores e o silenciamento da memória.

"Os anarquistas de S. Paulo, durante esse período revolucionário, reuniam-se diariamente procurando um meio de participar desse ato sem comprometer o ideal. Resolveu-se, então, fazer ao General Isidoro Dias Lopes, a seguinte proposta: o general favoreceria armas aos anarquistas que formariam um batalhão de civis para lutar contra o governo central, porém, autônomos, sem a disciplina e a ingerência militar. Está claro que o general não aceitou a proposta anarquista.

Depois disso os anarquistas decidiram publicar um manifesto no jornal 'A Plebe', definindo a sua posição ante a luta política que estava se desenrolando. Esse manifesto foi assinado por um grande número de militantes libertários."[88]

Em 15 de julho de 1924, os militantes das classes trabalhadoras, como se declararam, resolveram marcar uma posição definitiva em relação ao movimento que explodira na capital enviando uma moção ao Comitê Revolucionário. Esta moção era uma resposta ao manifesto publicado pelos chefes do movimento revolucionário na imprensa paulista em que declaravam que a população encontraria todos os esforços para a sua segurança e garantias para o atendimento de suas reivindicações[89]. No documento enviado, os anarquistas reconheciam o caráter revolucionário do movimento, embora também reconhecessem suas divergências em relação a ele. E aproveitavam a oportunidade para apresentarem 6 reivindicações:

---

[88] Memórias de Pedro Catalo, *in* Edgar RODRIGUES, *Novos rumos,* pp. 226-9. Esse manifesto foi assinado por Pedro A Môta, gráfico; José Righetti, tecelão; José Ribeiro, canteiro; Arcenio Palacios, empregado no comércio; Francisco De Simoni, sapateiro; Paulo Menkitz, tecelão; Pasqual Martinez, engomador; Belmiro da Silva Jacintho, vidreiro; Nino Martins, gráfico; Antonino Domingues, sapateiro; João Peres, sapateiro; Fernando Ganga, sapateiro; Fernando Donaire, metalúrgico; Antônio Cordon Filho, carpinteiro; João Castellani, tecelão; Mario Silva, marceneiro; José Sarmento, chapeleiro, João Badaué, sapateiro; Rodolfho Felippe; Francisco Pawlik, lustrador; João Matheus, pintor; Alberto Magagni; Marino Spagnolo, alfaiate; Antonio Lucas, pintor; José Gomes, pedreiro; José Granero, pedreiro, Pedro Zanella, pedreiro, Affonso Festa, sapateiro. *A Plebe,* 25/07/1924.

[89] Trechos publicados por *A Plebe,* 25/07/24.

"1 º. – A fixação do salário mínimo para todas as classes trabalhadoras do Estado, de conformidade com a tabela dos gêneros de primeira necessidade.

2 º. – A fixação de uma tabela de preços máximos para os gêneros de primeira necessidade.

3 º. – O direito de associação para todas as classes trabalhadoras.

4 º. – A liberdade de imprensa operária e a manifestação do pensamento em praça pública, bem como a revogação na lei de expulsão da parte em que se refere às questões político-sociais.

5 º - O direito de fundar escolas de instrução e educação.

6 º. – A generalização do dia de 8 horas de trabalho."[90]

Como se lê acima, nenhuma dessas reivindicações apresenta um caráter efetivamente revolucionário, dentro daquilo que se poderia esperar de uma revolução comunista libertária. Como diziam os signatários, representavam os desejos da maioria do proletariado paulistano, independentemente de sua orientação ideológica. Era uma defesa intransigente das mudanças que estavam em curso despertadas pelas lideranças rebeldes em São Paulo. Esse grupo de anarquistas, trabalhadores conhecidos em suas respectivas associações, buscou, através de um periódico operário, tornar público o desejo de uma massa de trabalhadores sem um jornal como porta voz.

Os anarquistas paulistanos entenderam que aquela não era a revolução social almejada, mas que era a possível de ocorrer, e citando Malatesta se contentaram em *"fazer uma revolução o mais 'nossa' que seja possível"*[91]. Seguindo este raciocínio a apoiaram. Apresentaram-se para o General Isidoro querendo formar uma milícia independente e autônoma, a condição para a participação na batalha. Como ironizou Pedro Catalo, a condição não foi aceita. Mesmo assim, deixaram impressa abaixo sua opinião e o seu apoio, o que lhes valeu posteriormente, sanguinária perseguição:

"Partidários que somos, defensores que temos sido e seremos continuamente de uma sociedade comunista-libertária, sem grandes e pequenos, autoritários e submissos, operários e patrões, escravos e senhores, vítimas e verdugos, oprimidos e opressores, pobres e ricos, não podemos, sem transigir com os nossos princípios, deixar de olhar o movimento revolucionário triunfante com devida simpatia."[92]

---

[90] *Ibid.*
[91] *Ibid.*
[92] *Ibid.*

*

Em São Paulo e também no Rio de Janeiro, foram os ativistas e simpatizantes da causa da Anarquia, os grêmios, sindicatos e associações em que estes grupos formavam a maioria, os setores organizados da sociedade que apoiaram e sustentaram a Revolução. Alexandre Samis elaborou um estudo com base nas fontes da Seção Trabalhista publicada no jornal *A Pátria* dos anos de 1923 e 24. Segundo este estudo, no Distrito Federal havia 11 sindicatos de orientação anarquista e 9 sindicatos de orientação comunista. Além desses, os considerados "revolucionários", havia outros 25 sindicatos "amarelos", 6 independentes e combativos, e 19 que seriam maleáveis conforme a conjuntura.[93]

A separação entre anarquistas e comunistas, no caso do Rio de Janeiro, alcançou inclusive as representações classistas dos trabalhadores. No ano de 1923 ocorreu uma cisão na então FTRJ, a Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro. Criada em 1920, sob a direção de Carlos Dias, a FTRJ sempre seguiu o sindicalismo revolucionário, abrigando uma maioria de simpatizantes e ativistas do anarquismo. Em determinadas áreas a penetração das idéias anarquistas nos sindicatos foi tamanha que se constituiu um verdadeiro anarco-sindicalismo. No início de 1923, após um ano de disputa pela orientação política a ser seguida pela Federação entre os antigos anarquistas e os neocomunistas, a FTRJ, enfraquecida, passou a ser controlada pelos comunistas. Em fevereiro de 1923, os sindicatos anarquistas que deixaram a antiga federação fundam a FORJ retomando o antigo nome de duas décadas atrás. Assim, o movimento operário nos sindicatos cariocas dividiu-se em duas federações de tendências distintas.

Essa querela entre anarquistas e comunistas vinha sendo travada desde a eclosão da Revolução Russa em 1917. Nos anos que se seguiram à vitória dos leninistas, no mundo inteiro, os anarquismos das mais variadas tendências, ainda não compreendiam, até por falta de notícias, os rumos que o bolchevismo vitorioso imprimiria aos ideais desejados para uma revolução social. O bolchevismo ou maximalismo como muitos o chamavam, somente viria a ser definitivamente compreendido como uma ditadura do proletariado de gestão burocrática e altamente repressora das diferenças com o retorno ao Ocidente de Emma Goldman, após a sua passagem pela União Soviética em 1921[94]. Em seu regresso, ela mostrou aos companheiros anarquistas os rumos que havia tomado a revolução de outubro e que, certamente, não eram os por eles desejados.

---

[93] Alexandre SAMIS, *Clevelândia*, pp. 279-80. Os sindicatos amarelos eram aqueles comandados por sindicalistas pelegos geralmente fazendo o jogo do governo.
[94] Ver Luigi FABBRI, *Revolución no es dictadura.*

No Brasil ocorreu da mesma forma. Após um período de confusão em que vários anarquistas mostraram-se simpatizantes do maximalismo, houve a devida separação entre os diferentes. Em março de 1922, Astrogildo Pereira e outros doze companheiros, quase todos ex-anarquistas, fundaram o PCB, dispostos a trazer os companheiros libertários para a III Internacional. Era o início de um período de lutas e calúnias de ambos os lados que, entre outros motivos, levou a uma diminuição na força e combatividade do movimento operário durante a década de 1920 em relação ao que ele havia sido na década anterior. As táticas políticas adotadas pelos novos comunistas, que segundo Otávio Brandão deviam *"conquistar para o PC os melhores elementos anarquistas e reeducá-los teórica e praticamente e luta para desagregar os anarquistas inimigos da revolução"*[95], provocaram a ira dos antigos anarquistas que os acusaram de burocratas traidores e oportunistas. Com o passar do tempo, os militantes libertários tornaram-se fervorosos antibolchevistas, pois, como previu Malatesta, *"o comunismo à força seria a tirania mais odiosa que o espírito humano possa conceber"*.[96]

Neste contexto de divisão do movimento operário deflagrou-se a revolução de julho de 24 que pegou os sindicalistas de surpresa e desorganizados. Os sindicalistas de tendência anarquista, como vimos, declararam seu apoio irrestrito à revolução dos tenentes e por causa disso foram duramente perseguidos. Já, os comunistas, taticamente sempre mais eficientes, deixaram correr os fatos e acompanharam os rumos em que se desencadeavam os acontecimentos. Nessa posição "tucana" adotada, nem a apoiaram nem a criticaram. Esperaram ver a real força do movimento para se manifestarem. Com isso, quando veio a reação armada da polícia de Bernardes, encontravam-se em uma cômoda situação de neutralidade. Politicamente, essa posição mostrou-se vantajosa, pois, quando a repressão aos anarquistas tornou-se ferrenha, permitiu que os espaços deixados em aberto por aqueles militantes viessem a ser ocupados pelos partidários do comunismo.

Analisando o semanário comunista *A Classe Operária*, Foster Dulles encontrou um artigo bastante irônico. Publicado em maio de 1925, ou seja durante o período do estado de sítio, José Mussambé escrevia que os anarquistas, *"os maiores adversários da frente única no período de 1923 e 1924 foram exatamente as maiores vítimas da traição... Tinha de ser assim. A História*

---

[95] Manuscritos de Otávio Brandão, "O proletariado em ascensão", p. 91, *A Revista do* PC. Fundo Otávio Brandão, 1211, Pm. 172, p. 81, AEL, *apud* Carlo ROMANI, *Oreste Ristori*, p. 262.
[96] *Umanitá Nuova*, 18/04/22, *in* MALATESTA, *Textos Escolhidos*, p. 136.

condenou esses companheiros."[97] O que Mussambé não explicava é como que um semanário de uma partido revolucionário circulou durante um período em que até a grande imprensa burguesa estava submetida a forte censura. Em julho, *A Classe Operária* ainda continuava circulando e seguia denunciando, segundo Edgar Rodrigues, *"a miséria dos camponeses e operários sem fazer a menor referência ou protestar contra o governo que mantinha as prisões repletas de anarquistas, sindicalistas, socialistas, republicanos e de militares."*[98] A explicação para essa posição estratégica dos comunistas foi dada dois anos depois em uma assembléia da União dos Operários da Construção Civil do Rio de Janeiro, entidade fundada em 1917 e tida como simpatizante histórica do anarquismo. Operários comunistas participando da assembléia argumentaram que *"vendo a tormenta e não podendo afronta-la, fizeram como o camelo: meteram o pescoço na areia e deixaram o simum passar"*[99]

*

Os "camelos" comunistas não foram enviados a Clevelândia. Muitos poucos ficaram presos nas fétidas cadeias cariocas. Somente anos depois, já no governo Vargas, passaram a ser combatidos sistematicamente. Mas naquele período convulsivo de meados dos anos vinte, em que houve a afirmação do moderno Estado brasileiro disciplinador e repressor, no momento em que a política reflui e retornou-se ao estado de guerra pura, os comunistas optaram por fazer política de camelo junto ao governo do presidente da República. Os historiadores do movimento operário que se dispuseram a contar essa história continuaram seguindo esse percurso de sobrevivência em pleno deserto, pelo menos até o surgimento do livro de Foster Dulles em 1973.

Antes de Dulles, somente Edgar Rodrigues, ao longo de sua imensa obra sobre o movimento social no Brasil escrita desde a década de 1960, tratou do massacre da população pobre paulistana em 1924 e do envio de prisioneiros operários e anarquistas a Clevelândia. Mas Rodrigues, sem formação acadêmica, autor de volumes com muita informação mas que não obedecem aos critérios técnicos e metodológicos da Academia, infelizmente nunca foi muito levado a sério. Em parte por ser um declarado militante anarquista. Por outro lado, o também homem de partido, este do PCB, Leôncio Basbaum, também sem formação acadêmica, publicou uma reconhecida *História sincera da República* em três volumes, na qual ignorou sinceramente os acontecimentos de Clevelândia.

---

[97] *A Classe Operária*, 23/05/25, *apud* John Foster DULLES, *Anarquistas e comunistas no Brasil*, p. 211.
[98] Edgar RODRIGUES, *Novos rumos*, p.245.
[99] *A Nação*, 10/03/27, *apud* J. F. DULLES, *op. cit.*, p. 211.

Edgard Carone, outro brilhante historiador catedrático da USP, também se esqueceu de comentar sobre Clevelândia em seus vários volumes sobre a República Velha. Luiz Pereira e Ronald Chilcote também não se importaram com o assunto. Leôncio Rodrigues deteve-se na questão do sindicalismo e não na repressão aos sindicalistas em 1924. O mesmo fez Azis Simão. Entrando nos anos setenta, Boris Fausto, seguindo seus mestres, também se omitiu sobre o assunto.[100]

E assim caminhamos no deserto durante as décadas de 1950, 60 e início de 70, até surgirem os primeiros trabalhos a porem o dedo na ferida. Nesses anos, houve na Academia brasileira a afirmação da hegemonia da teoria marxista como instrumento de análise e construção das teses desenvolvidas nas Ciências Humanas. Como toda teoria vinculada a uma ideologia política não permite uma análise das relações estabelecidas separadas do projeto perseguido. As autoridades históricas acima citadas e seus colegas de então, vinculados teórica e ideologicamente ao pragmatismo marxista não puderam permitir-se uma análise histórica em que a crítica ideológica não estivesse presente. As ações históricas e as relações de poder nelas geradas não puderam ser submetidas a uma crítica externa porque esses intelectuais permaneceram presos nas complexas relações criadas entre a teoria científica e a ideologia política. Tampouco se sentiram confortáveis com a posição de "camelo no deserto" adotada pelos seus camaradas de partido e, por um lapso, se esqueceram de grande parte dessa memória. Fizeram como os historiadores paulistanos dos anos 30 e 40 que imortalizaram a sua revolução burguesa de 1932, mas ignoraram a morte dos proletários paulistanos de 1924. Afinal, estes últimos eram feios, sujos e malvados.

[100] Leôncio BASBAUM, *História sincera da República. 3 volumes.;* Azis SIMÃO, *Sindicato e Estado;* Leôncio RODRIGUES, *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil.* Boris FAUSTO, *Trabalho urbano e conflito social.* Luiz PEREIRA ; Ronald CHILCOTE ; Edgar CARONE, *A República Velha.*

3. A varredura contra os simpatizantes

A retomada de uma condução crítica da historiografia distanciando-se da forma doutrinária, expressão usada por Leandro Konder[101] para mostrarr como o marxismo fez a leitura dos sucessos relativos à repressão contra os militantes operários, somente seria de fato efetivada com a edição de *Estratégias da Ilusão,* livro escrito por Paulo Sérgio Pinheiro. Nesta obra publicada em 1991, uma epopéia da luta da esquerda comunista brasileira entre os anos de 1922 e 35, Pinheiro concede um capítulo inteiro às prisões e deportações levadas a cabo pelo Estado brasileiro contra os militantes revolucionários. Através dela, com o estudo da documentação particular arquivada por Arthur Bernardes, vêm à tona os detalhes oficiais dessa política repressiva levada, segundo o autor, *"a níveis ainda não vistos na República Velha"*[102]. Contudo, é somente com a publicação do trabalho, talvez definitivo, de Alexandre Samis[103], que podemos compreender detalhadamente as estratégias de repressão política desencadeadas contra o anarquismo e os sindicalistas mais combativos nesse momento de emergência do projeto de modernidade dentro do Estado brasileiro.

---

[101] Na entrevista publicada em *Pesquisa FAPESP,* n°. 82, dez/2002. Ver também Leandro KONDER, *Questão de ideologia.*

[102] Paulo Sérgio PINHEIRO, *op. cit.,* p. 111.

[103] Alexandre SAMIS, *Clevelândia.* Inicialmente uma dissertação de mestrado em História defendida em 2000 na UERJ. Samis mostra o quadro complexo de relações estabelecidas entre o movimento operário, os sindicalistas anarquistas e a chegada dos bolchevistas nas organizações operárias. A partir do caso particular de Clevelândia, Samis mostra como o Estado brasileiro, que já vinha articulando aparatos de controle e vigilância sobre estas organizações, pratica uma política repressiva que durante o ano de 1925 chegou aos limites quase de extermínio em massa.

Um projeto consoante com a invenção dos estados totalitários europeus que levaram ao extremo a idéia da biopolítica. Uma modernidade baseada no investimento na disciplinização da sociedade que tentou alcançar os confins do Brasil, levada pelo discurso médico e sanitário e pela instituição de um aparato policial de controle e vigilância sobre o corpo social, como aquele que se configurou com a criação das Delegacias Auxiliares e depois com o embrião do Departamento de Ordem Política e Social, a partir de 1924. Uma forma de controle que se pressupõe preventiva, mas que, no momento da insustentabilidade política, regressa aos princípios puramente punitivos herdados do antigo estado absolutista. A instituição de uma sociedade disciplinar baseada no controle e vigilância da população teve como objetivo, além de domesticar o conjunto da população aos bons hábitos da modernidade, também esquadrinhar aqueles grupos sociais ou indivíduos que, seja pela ação política, seja pelo exacerbado individualismo, se contrapuseram e insurgiram contra o domínio do Estado.

Apesar do trabalho de Samis ser construído a partir do privilégio da análise política desse momento crítico da repressão ao anarquismo e sindicalismo brasileiro, é possível também fazer dele uma leitura segundo o prisma da insurgência dessas forças contra o controle do Estado e a violenta reação deste no momento em que se legitimou o estado de guerra como instrumento de exercício da política. Veremos, a partir dos relatos dos participantes dessa aventura, como se constituiu a repressão aos anarquistas e sindicalistas, o confinamento deles, e as estratégias por eles usadas para superarem a tormenta sem adotar a tática dos comunistas.

*

Durante a última semana de julho de 1924, a sucessão de bombardeios sobre as áreas pobres da zona leste da capital paulista já havia feito milhares de vítimas entre os civis inocentes. Por terra, o exército legalista conseguia vitórias avançando pelo flanco sul, para onde confluíram as tropas vindas por mar desde o porto de Santos. A cidade de São Caetano e os bairros do Ipiranga e da Vila Prudente foram os primeiros a serem retomados pelas forças do governo que continuavam avançando em direção ao centro. A estratégia do general Sócrates mostrou-se acertada. Era uma guerra e todas as armas valiam. Os alvos humanos mais carentes, transformados em cadáveres nas ruas, solaparam o ânimo e a resistência da população civil em namoro com os revolucionários. Estes, tiveram que desertar para preservar o que ainda restava. O apelo da população posta de joelhos para que cessasse o fogo cruzado somente seria aceito pelo Exército de

Bernardes com a rendição incondicional dos rebeldes. Foi tomada a decisão. O General Dias Lopes e o Coronel Miguel Costa comandaram a retirada que se deu no dia 28 de julho pelos trens da linha férrea São Paulo Railway em direção ao interior. Era o início da caminhada da Coluna Paulista que se encontraria no ano seguinte com a coluna que vinha do Rio Grande liderada pelo Coronel Luis Carlos Prestes, dando seqüência, em nossa história, às páginas epicamente narradas no livro de Meirelles.

Mas longe dessa visão de sobrevôo, descendo na terra e entrando pelas ruas, becos e casas da cidade paulistana, a ação das forças da ordem legal não poupou as vítimas inocentes. As tropas, em luta há 30 dias, sem prostitutas para saciarem seus desejos, ao invadirem as casas dos trabalhadores paulistanos em busca de rebeldes, não resistiram à tentação de provar a carne das descendentes branquinhas dos imigrantes europeus. Prática comum em todas as guerras, as armas fálicas dos canhões, mísseis e ogivas lançadas nos bairros populares, abriram espaço para o *granfinale,* com o lançamento do sêmen dos comandados de Potyguara purificando a carne dos derrotados. A indignada e perseguida *Plebe*, herdeira moral do anarquismo humanista, não calou sob mais essa violência denunciando que a *"esse rosário de infâmias, juntam outros mais hediondos: o ultraje, a violação dos lares, o desrespeito à família e, o que é mais pavoroso, a violação de donzelas inermes, o estupro, as sevícias e tudo quanto o instinto bestial da luxuria desperta nessas almas possuídas das mais torpes paixões."*[104] Apesar da baixeza dos atos "selvagens", o texto anarquista evidencia uma prática moral muito conservadora em que a luxúria, o desejo e os prazeres do corpo ficam relegados como pertencentes tão somente ao instinto animal a ser superado. Discurso que em outros tempos talvez até recebesse o apoio da burguesia conservadora mas que, em tempos de guerra, somente trouxe mais um motivo para a futura perseguição que o jornal sofreria.

Contudo, à exceção das memórias e dos textos escritos por alguns anarquistas, a população vitimada, mesmo nos trabalhos desenvolvidos por Anna Martinez Corrêa[105] e nas entrevistas coordenadas por José de Souza Martins[106], não se lembra dessas violências mais humilhantes. Em seguida à Revolução de 24, como que num sigilo consensual, pouco se conseguiu extrair das vítimas civis, tanto nas historias orais contadas quanto nas memórias por elas deixadas. Houve um apagamento silencioso desses eventos marcantes da memória popular.

---

[104] *A Plebe,* 25/07/1924.
[105] Anna Maria Martins CORRÊA, *A Rebelião de 1924 em São Paulo.*
[106] José de Souza MARTINS, *Subúrbio;* Pesquisa sobre a memória da Revolução de 1924, coordenada por José de Souza Martins e realizada pelos alunos de História da FFLCH/USP, em 1974.

Sabemos desses fatos através das crônicas de militares como o tenente Amílcar Salgado dos Santos, que registrou ocorrências graves como invasões de casas, violências contra as famílias e roubos.[107] Ou, do general Goes Monteiro, que em depoimento ao jornalista Lourival Coutinho começou *"a perceber os horrores daquela luta: os sofrimentos da população civil, abandonada à própria sorte, entregue ao saque, incêndios e violências de toda a ordem."*[108]

O historiador Alistair Thomson, especializado em histórias orais, alerta para o trabalho sutil que deve ser o da interpretação da memória, na medida em que estão colocados em xeque três vetores: *"o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser"*. No caso de depoimentos que envolvem acontecimentos traumáticos, às vezes até tabus, como pode ser a experiência de ter presenciado ou vivido um estupro, as reminiscências que vêm à tona podem tumultuar a vida no presente. Em muitos casos ocorre na memória um completo esquecimento racional dos fatos passados. Para Alistair, *"nossas reminiscências podem ser temerárias e dolorosas se não correspondem às histórias ou mitos normalmente aceitos, e talvez por isso tentemos compô-las de modo a se ajustarem ao que é normalmente aceito."*[109]

Talvez por esses motivos os fragmentos dessa história sejam encontrados na voz racional de combatentes. Na voz dos militares que, como num apelo ao remorso, expurgam seus fantasmas do passado, e na voz de militantes anarquistas, protagonistas trágicos de acontecimentos passados extraídos da memória pela "normalidade", que se transformam nesses utópicos em luta por uma bandeira a não ser esquecida. Com a retomada da cidade e o controle sobre a Força Pública, os aliados da Revolução que permaneceram em São Paulo sofreram as conseqüências desses atos. Pedro Catalo, que na ocasião completava 24 anos de idade[110], lembrou desses tempos que se seguiram à saída das tropas revolucionárias da capital paulista.

"Nem bem a famigerada polícia de S. Paulo conseguiu se reorganizar, começou desesperadamente a caça aos militantes anarquistas que haviam assinado o manifesto publicado em 'A Plebe'. A maioria deles conseguiu safar-se, escondendo-se alguns, fugindo outros, outros ainda mudando de Estados, e a polícia desnorteada e louca à procura dos signatários do manifesto. Alguns não tiveram tempo de esconder-se e caíram nas malhas dos raivosos 'tiras' que

[107] Amílcar Salgado dos SANTOS, *A Brigada Potyguara*, p. 47-8.
[108] Lourival COUTINHO, *O General Goes depõe*, p. 9
[109] Alistair THOMSON, "Recompondo a memória", pp. 57-8.
[110] Prontuário 377, Pedro Catalo. Fundo DOPS, AESP.

procuravam a desforra nos militantes libertários. Longe, porém, estavam de saber o tétrico destino que a polícia de S. Paulo lhes havia preparado."[111]

*

Dentre os signatários daquele manifesto de apoio ao movimento revolucionário, Pedro Mota e Nino Martins foram os que mais sofreram nas mãos da polícia bernardesca. Além de serem dois anarquistas de forte influência nos sindicatos, atuavam como operários gráficos e redatores da *Plebe* e eram considerados perigosos subversivos. Ambos solteiros, provenientes de outros estados do país, Martins era gaúcho e Mota cearense, contra eles pesou também o fato de não terem uma vida familiar construída e entregarem a alma à atividade política. Nino Martins era conhecido no Rio Grande como "Carbonário", pela ativa participação em greves, inclusive no Rio da Prata,[112] e nos meios libertários era chamado de Zaratustra pelos seus conhecimentos filosóficos[113]. Após sucessivas peripécias tentando escapar ao cerco policial, finalmente foram presos na capital paulista e enviados depois para a Polícia Central, no Rio de Janeiro, até serem confinados no Oiapoque em meados de 1925.

Os companheiros Pasqual Martinez e João Peres, também mentores da moção, ficaram detidos em São Paulo permanecendo inicialmente na cadeia da rua dos Gusmões e depois no presídio do Paraíso, mas acabaram sendo libertados antes do final do ano. Belmiro Jacintho fugiu para o interior do estado e não foi mais capturado.[114] Antonino Domingues escondeu-se na capital paulista e em fevereiro de 1925 mudou-se para o Rio de Janeiro onde passou dois meses. Retornando a São Paulo foi detido durante 8 dias e teve de deixar 700 mil réis de fiança para sair. Escondeu-se em Guaratinguetá, de onde se correspondia com Rodolpho Felippe, refugiado na cidade de Cambuí no interior do estado de Minas Gerais.[115] Filipic, seu sobrenome verdadeiro, foi o sucessor de Edgar Leuenroth na direção da *Plebe*. Em sua casa na rua Sant'Anna, reuniam-se os companheiros da Biblioteca Innovadora um dos locais de tomada de decisão sobre as posições dos anarquistas em relação à Revolução de 1924.[116]

---

[111] "Memórias" de Pedro Catalo, sapateiro anarquista, *in* Edgar RODRIGUES, *Novos rumos*, pp. 226-9.
[112] João Batista MARÇAL, *Os anarquistas no Rio Grande do Sul*, p. 115.
[113] Edgar RODRIGUES, *Os companheiros, vol. 4*, p. 159.
[114] Cf. prontuários policiais, AESP, Fundo DOPS. Há também informações na prosopografia feita por Edgar RODRIGUES, *Os companheiros, 5 vol.*
[115] Cf. bilhete-postal manuscrito publicado por Edgar RODRIGUES, *Os companheiros, vol.1* (Arquivo Particular de Edgar Rodrigues). As informações encontram-se no bilhete, escritas em código.
[116] Relação de anarquistas, setembro de 1926. Prontuário 400, Rodolfo Felippe, Fundo DOPS, AESP.

Quanto aos outros militantes não temos informações sobre o paradeiro deles, mas a atividade sindical naquele segundo semestre de 1924 foi absolutamente desmantelada. A polícia de ordem social em São Paulo ainda não se encontrava organizada com uma delegacia específica e um corpo de funcionários especializados como já ocorria no Rio de Janeiro desde 1922. Somente a partir da eclosão do levante de 1924 é que se enseja a criação de um DOPS paulistano. Portanto, a maior parte dos acontecimentos dessa revolta e o caminho percorrido pelos militantes anarquistas em seguida a ela, tem que ser reconstituído ou através do noticiário de jornais ou através das cartas e memórias de seus ativistas como as de Pedro Catalo aqui reproduzidas:

"Os sindicatos operários foram todos varejados pela enfurecida polícia paulista que destroçava tudo, móveis, livros, utensílios, quadros, portas, janelas, tudo enfim que fosse possível de destruir. A União dos Artífices em Calçados foi a mais atingida porque era onde havia o maior número de militantes anarquistas e, portanto, era sempre a mais visada." [117]

*

Na cidade de São Paulo, a policia soltou sua ferocidade somente após se reorganizar militarmente. Isto permitiu, de certa maneira, que parte dos sindicalistas anarquistas, aquela que de antemão já sabia da furiosa reação que se seguiria, pudesse se esconder da tormenta ou pelo menos não fosse pega de surpresa. Já, no Rio de Janeiro, a varredura contra os operários simpatizantes da Revolução começou bem antes da desocupação militar da capital paulista. O jornalista Everardo Dias, que passou vários meses na prisão, conversou com diversos detidos, de diferentes segmentos sociais e pelas mais variadas motivações políticas. Resumindo as conversas, chegou a um denominador comum no que tange ao tratamento policial oferecido aos opositores do regime: primeiro as gentis caricias e depois o absoluto arbítrio. Tomando um exemplo contando por Dias, temos este comportamento padrão seguido pelos agentes da lei:

"um homem é ***convidado*** *na rua ou em casa, na oficina ou no escritório, na repartição ou num estabelecimento, num cinema ou num bar,* ***para ir à Central falar com o major Carlos Reis****, e logo que aí chega, acompanhado de dois ou mais agentes, aliás sempre delicados e maneirosos na rua, passa a uma sala onde fica incomunicável dias, semanas, meses, dormindo no chão, sobre*

[117] "Memórias" de Pedro Catalo, sapateiro anarquista, *in* Edgar RODRIGUES, *Novos rumos*, pp. 226-9.

jornais ou encima de algum banco conseguido por um agente compassivo até que uma noite, inopinadamente, sem ser interrogado, sem a mais leve inquisição a mor das vezes, conduzem-no de auto móvel à Casa de Detenção, onde é encerrado."[118]

Esse percurso foi em todo muito semelhante àquele destinado ao ativista anarquista Pedro Carneiro, da União dos Operários da Construção Civil. Carneiro até que cumpriu muito mais, seguiu todo o trajeto do arbítrio até alcançar o desfecho na distante Clevelândia, onde ele foi um dos que conseguiu evadir. Em uma carta escrita após o término do estado de sítio ele toda a epopéia por que passou junto aos seus companheiros de militância. Trata-se de uma carta guardada por Edgar Rodrigues e é o documento existente, dentro da perspectiva dos anarquistas, mais minucioso e detalhado sobre a escalada de violência oficial e as passagens pelas escolas do crime que foram os presídios cariocas. Documento que revela absoluta semelhança com o sinuoso caminho percorrido pelos entrevistados de Everardo Dias:

"Era 5 horas da manhã no dia 17 de julho de 1924. Ainda dormia, quando fui despertado pelo camarada José Alves do Nascimento e o operário Apolinário de Araújo, participando-me que se encontravam na sala duas pessoas que desejavam falar-me. [...] Aparentemente satisfeitos com a minha resposta, retiraram-se e, passados uns cinco minutos, voltaram para me convidar juntamente com José Alves do Nascimento, Apolinário Araújo, João Domingues e a Manoel Domingues, a comparecermos a Polícia Central, que o Sr. Major Carlos Reis queria nos falar. Lá chegando fomos revistados, e a mim separaram-me para uma sala, no sobrado, e os demais companheiros foram atirados na tal 'geladeira'..."[119]

A escalada da repressão política baseada em um controle policial da população começou para valer com a criação da 4 ª. Delegacia Auxiliar. Como bem mostra Alexandre Samis, logo em seguida à posse de Arthur Bernardes, em novembro de 1922, foram instituídas modificações na Polícia Civil[120]. O novo presidente teve como principal meta, como se confirmaria mais tarde, a efetivação de uma política de controle social nos moldes da que vinha sendo praticada pelas polícias políticas dos principais países europeus em reação aos eventos revolucionários do final da década de 1910. A nomeação do major Carlos Reis para o cargo de chefe da 4 ª. Delegacia foi seguida de uma estreita colaboração

[118] Everardo DIAS, *Bastilhas modernas*, p. 15.
[119] Carta-depoimento de Pedro Carneiro, *in* Edgar RODRIGUES, *Novos rumos*, p. 235.
[120] Alexandre SAMIS, *Clevelândia*, pp. 88-97.

entre os diversos órgãos policiais do Distrito Federal. O delegado auxiliar, inclusive, viajou para a Europa no ano de 1926 em missão do Ministério da Justiça. Lá, visitou vários países entre eles a Suíça, Alemanha e a França, com o objetivo de encontrar os diplomatas brasileiros nesses países e contatar a polícia local em seu combate e vigilância contra a propaganda comunista internacional. Foi o início de uma estratégia internacionalizada de prevenção contra a subversão política que se inaugurou na gestão do presidente mineiro. Durante o período revolucionário, o serviço reservado da delegacia continuou sua infiltração preventiva nas entidades anarquistas em busca de informações que as ligassem ao movimento militar rebelde. Em uma destas notas, suspeitam de uma ação de terror articulada na capital federal que eclodiria em 6 de julho de 1925:

"Diversos automóveis conduzindo dinamiteiros pela cidade lançarão grande quantidade de bombas, com o fim de implantar o terror.

– Consta que o Sr. Capitão Costa Leite se achava uma hora antes da reunião em Sepetiba onde conferenciava com um presidente de uma associação de anarquistas."[121]

Esse foi, muito provavelmente, um alarme falso, ou até, uma notícia plantada para acirrar a perseguição ao anarquismo. De todo modo, o que nos interessa é o fato de a 4 ª. Delegacia Auxiliar ter autonomia suficiente para vigiar toda a sociedade da forma que bem entendesse. Iniciou-se com ela a prática política de infiltração de agentes policiais dentro dos sindicatos e associações operárias, ou de cooptação de alguns elementos internos na função de delatores, chamados de secretas, tipos encarregados da elaboração de relatórios reservados.[122] A 4 ª. Delegacia foi seguramente o embrião necessário para a criação, anos mais tarde, de um Departamento de Ordem Política e Social, o DOPS, este sim, uma repartição policial absolutamente independente e com autonomia em relação ao próprio governo federal. Contudo, se o DOPS e a gestão repressora da polícia política inaugurada na era Vargas é tão estudada e decantada pelos pesquisadores, ignoramos, muitas vezes, que esse tipo de polícia arbitrária teve uma criação anterior ao governo do caudilho gaúcho. Ignoramos também, muitas vezes, que foi no período bernardesco em que se deu a geração, gestação e colocação em prática de um plano estratégico de vigilância do Estado em que quase todos os métodos de controle, futuramente aprimorados, já estavam lançados e alicerçados. Portanto, a emergência de um moderno estado policial no Brasil se deu já em novembro de 1922 com a criação da 4 ª. Delegacia Auxiliar. Pelo menos no tocante à prática repressiva de controle político do corpo social, o

[121] Nota reservada, Relatório da 4 ª. Delegacia Auxiliar. Fundo AAB, rolo 6, AEL.
[122] Ver o estudo de Marcos FLORINDO, *O serviço reservado do DOPS na era Vargas.*

estado varguista não inaugurou nada, apenas reforçou e deu continuidade a um modelo de biopolítica sorrateiramente já adotado, bem ao estilo mineiro, por um de seus antecessores.

4. Nos porões junto ao rebotalho carioca.

A política repressora adotada durante o período do estado de sítio foi organizada de tal forma que conseguiu provocar a confusão, ou melhor, a deliberada convergência, entre uma polícia de ordem política amalgamada a uma polícia de combate contra a mais comum criminalidade. Talvez o principal objetivo dessa aparente confusão tenha sido o de criminalizar os prisioneiros detidos por motivos meramente políticos. A estratégia seria a de deter o operário ativista para averiguações colocando-o na mesma cela dos criminosos comuns. Com o acúmulo de detenções, a atividade política subversiva, aos olhos da opinião pública, passaria a ser vista como um delito qualquer como o furto, o homicídio ou a vadiagem e assim, a imagem do prisioneiro político passaria a ser associada à do bandido comum. Desse modo, criou-se um nevoeiro entre quem foi preso por motivos de ordem política, e os infratores detidos por delitos comuns.

Uma seqüência de 9 listas nominais, denominadas "Relação dos indesejáveis presos", elaboradas pela 4 ª. Delegacia Auxiliar durante os meses de maio e junho de 1925 e assinadas pelo delegado Carlos Reis, destinaram aos navios prisão Campos e Caxambu um total de 359 presos.[1] A maioria foi detida por vadiagem, furto, desordem ou jogo, tendo alguns desses presos já várias passagens pela polícia enquanto outros chegavam ali pela primeira vez. No meio destes nomes aparecem alguns revoltosos, soldados do Exército e da Força Pública, e também estrangeiros à espera de deportação. Segundo a pesquisa realizada por Alexandre Samis, vários estrangeiros que estavam para ser expulsos do território nacional acabaram sendo enviados para o exílio interno de Clevelândia[2]. O roteiro que se seguia a cada prisão efetuada nesse período gerou uma complacente promiscuidade entre as diferentes categorias de presos, perdendo-se qualquer relação jurídica entre o delito praticado e a pena a ser cumprida.

---

[1] Fundo AAB, rolo 6, AEL.

[2] O livro de A. SAMIS, *Clevelândia,* tem um capítulo dedicdo a explicar os "processos e deportações de anarquistas."

*

A arquitetura desse universo de arbítrio baseou-se geograficamente na 4 ª. Delegacia, ou seja, o comando de controle da polícia política, o mesmo espaço da sede da Polícia Central, a delegacia responsável pelo combate à criminalidade no Distrito Federal. Dois pesos pesados da repressão nacional dividiram simultaneamente aquele espaço. Na Delegacia Auxiliar, o major Carlos da Silva Reis, alcunhado de Major Metralha, era um delegado de sangue frio e politicamente habilidoso, cínico o suficiente no trato com os prisioneiros que não eram bandidos comuns. O chefe de polícia, cargo máximo da segurança pública da Guanabara, era o marechal Carneiro da Fontoura, o Marechal Escuridão. Carneiro nada tinha que lhe fizesse jus ao tranqüilo nome. Era um homem negro (daí seu apelido), truculento e ignorante. Acostumado ao trato com os piores elementos da criminalidade carioca, acabou demitido da função em 1926 sob acusações de enriquecimento ilícito. Até a decretação do estado de sítio em julho de 1924, o comando do marechal Carneiro ainda prevalecia e todo o sistema de vigilância na capital federal estava subordinado à sua repartição. Com a supressão das garantias individuais seguiu-se uma generalizada promiscuidade no exercício da segurança pública. Tivemos a prisão maciça de pessoas sob variadas alegações, sem abertura de inquéritos, o que praticamente fez desaparecer as fronteiras entre a chefatura de polícia e a delegacia auxiliar. Conforme lemos no relato de Everardo Dias,

"As turmas de agentes prendem a torto e a direito, seja quem for que se encontre de certa hora em diante circulando por determinadas ruas vigiadas, ou suas imediações. São as ***canoas****, como se denominam essas prisões em massa. Cidadãos são arrancados das mesas dos cafés ou de dentro dos automóveis. Nos subúrbios ou bairros suspeitos da cidade, são caçados mendigos, vadios, invertidos, desocupados, malandros, pequenos negociantes, caixeiros, etc., seja quem for que tenha a desgraça de passar na hora do cerco; seja velho ou moço, são ou doente, aleijado ou perfeito, limpo ou sujo. Todos esses mal-aventurados são levados para a Polícia Central e despejados na* ***carceragem*** *e na* ***geladeira****, aos magotes de vinte ou trinta."*[3]

Alguns ativistas políticos mais conhecidos e que vinham sendo vigiados nos últimos dois anos, desde o início da criação da delegacia de repressão às atividades subversivas, foram detidos em suas casas ou nos locais de trabalho.

[3] E. DIAS, *op. cit.*, pp. 23-4

Foi o caso de Pedro Carneiro e seus companheiros anarquistas. Mas a maioria dos detidos despejada na carceragem, como disse Dias, era de homens simples do subúrbio carioca ou dos bairros operários capturados a esmo na rua ou nos bares, levados para averiguação na sede da Polícia Central. Uma vez chegando na ante-sala do purgatório dificilmente conseguiriam reverter sua situação, tendo ou não tendo ficha policial, mesmo que não exercessem nenhuma atividade política. Cair nas garras da polícia nos primeiros meses do estado de sítio representou, para a maioria dos pobres da cidade do Rio de Janeiro, o ingresso em um circo de horrores que somente acabaria, para os que sobrevivessem ao drama, com o término do governo Bernardes.

*

O primeiro degrau dessa escalada era a Polícia Central. Chegando ao quartel general da polícia do Distrito Federal, o indivíduo preso era, na maioria dos casos, fichado pelos agentes da 4 ª. Delegacia Auxiliar que deveriam cuidar dos crimes contra a ordem social. Aí começava o *imbróglio,* misturando-se na mesma relação de criminosos detidos por diferentes motivos uma heterogeneidade de pessoas. O segundo passo nessa carreira, era seguir para uma das celas da Central. Na carceragem ficavam os notórios bandidos e aqueles malandros com antecedentes criminais. Os operários, os trabalhadores e militantes políticos pobres ligados aos movimentos sociais, iam todos para a "geladeira" somar-se aos presos perigosos mas cujo destino ainda era incerto. Aguardavam até meses, como o caso de Domingos Passos, enquanto eram averiguados os processos existentes contra eles e o dossiê de cada um na polícia. A temida geladeira era o nome que se dava ao xadrez frio e úmido existente na garagem dos fundos da Polícia Central. Uma jaula de 8 por 10 metros sem iluminação nem ventilação, ocupada, às vezes, por mais de cem presos.[4] Feito o primeiro pente fino, os poucos trabalhadores que conseguiam salvar-se retornavam para suas casas. Os demais, passado o período de incomunicabilidade na geladeira, iam dividir as outras celas junto aos prisioneiros comuns. O anarquista Pedro Carneiro percorreu esse mesmo caminho aqui traçado narrando desta forma os detalhes dessa romaria:

"No dia 27, à tarde, saíram da geladeira os operários Manuel Abril e Bezzute. Às 23 horas, foram chamados José Alves do Nascimento, Pedro Carneiro, João Câncio, João Valentim Argolo e Antônio Salgado da Cunha. Levados para a carceragem, fomos metidos num cubículo pequeno, até as 24

[4] *Ibid,* pp. 24-8.

horas, aparecendo a esta hora o célebre 'Capitão' Raul, auxiliado pelos agentes '26', 'Zé Gordo', Jaime da Gamboa' e mais dois 'bajuladores'. Vinham retirar dos cubículos 170 homens que iam entrando na 'Viúvas Alegres', debaixo de uma surra de bengalas sem dó nem piedade. Depois chamaram seis operários, dentre os quais faltava um que eles mesmos não sabiam quem era, e só depois descobriram que era Domingos Passos, preso na Geladeira desde 7 de julho de 1924. Entramos na 'Viúva Alegre', cada um de nós apanhando de bengalada. Daí partimos para as 'Docas' do Lóide Brasileiro. Lá nos esperava um rebocador. Os agentes entregaram-nos à guarda dos seus comandantes recomendando que nós devíamos ser separados dos outros presos por sermos perigosos. Porém, o sargento Figueiredo reconheceu que entre nós estava José Alves do Nascimento, antigo sargento da Brigada Policial. Verificando então, que nós não éramos o que lhe tinham informado, avisou-nos que íamos para o navio 'Fantasma' Campos *para picar ferrugem e pinta-lo de zarcão."*[5]

Concluído o primeiro período de estágio nas celas da Central, coisa que poderia durar vários meses, o prisioneiro seguia sua carreira mudando de nível. Algumas alternativas apresentavam-se após o primeiro degrau. A mais comum, era uma primeira transferência através da "viúva alegre", um carro aberto com toldo e bancos exclusivo para o transporte de presidiários, para os prédios vizinhos da Casa de Detenção e da Correção.

A Casa de Correção, maior e em melhores condições de receber e guardar prisioneiros, abrigou os detidos, também perigosos na avaliação do governo, mas pertencentes aos setores mais burgueses da população. Homens conhecidos publicamente como Edmundo Bittencourt, diretor do *Correio da Manhã*, o jornalista de família aristocrática Macedo Soares, o advogado Evaristo de Morais e o político Maurício de Lacerda, foram alguns dos ilustres visitantes da casa correcional.[6] Dessa casa, o passo seguinte para quem continuou preso foi o confinamento nas ilhas existentes ao largo da Baía de Guanabara, onde já se encontravam detidos, entre outros, também dois anarquistas notórios, o professor José Oiticica e o advogado Benjamin Mota. A Ilha Rasa foi o local preferido para abrigo desses prisioneiros desterrados que exerciam forte influência política na opinião pública, mas também a ilha das Flores e a de Bom Jesus, onde já havia um presídio, receberam a visita desses destacados opositores do governo.

No momento em que o Estado abandona as táticas de domínio institucional através do exercício da política para fazer a arte da guerra, ou para manter seu

[5] Carta-depoimento de Pedro Carneiro, reproduzida por E. RODRIGUES, *Novos rumos*, p. 235.
[6] J. F. DULLES, *op. cit.*, p. 206.

domínio com o uso da força física, quando as garantias constitucionais por ele oferecidas são suprimidas através de dispositivos legais existentes internamente ao corpo jurídico do estado de direito, a condição social de nascimento deixa de ser um fator que possa intervir a favor de qualquer indivíduo sob suspeita, permitindo que o braço forte do poder socialize, enfim, o seu mando. Como escreveu Graciliano Ramos ao ser preso em 1936, *"– comecei a perceber que as minhas prerrogativas bestas de pequeno-burguês iam cessar."*[7] Deputados da oposição ao governo, em pleno mandato inclusive, teriam sofrido fortes ameaças à sua integridade física.[8]

Mas mesmo nesse momento limite insurgente da época de guerra, quando as velhas prerrogativas individuais da origem social já não valem, ainda assim persiste uma nítida separação física, inclusive entre os prisioneiros detidos por motivos meramente políticos. Uma segregação que reproduz no ambiente das celas a diferenciação existente entre as classes sociais fora delas. Em uma das extremidades da área da Detenção, quatro salões, como eram chamados pelos guardas, receberam os presos políticos. Repetindo a classificação elaborada pelo detento Everardo Dias que viveu aqueles dias difíceis, no primeiro salão permaneceram os advogados, professores, engenheiros, todos os presos mais graduados, que receberam tratamento melhor. Banho de sol, boa alimentação, camas, lavatório, etc., eram os privilégios de que dispunham. Aos recolhidos no segundo salão também cabiam algumas imunidades destinadas aos estudantes, funcionários e outros presos recomendados ao diretor. O terceiro salão foi destinado aos presos que, embora possuíssem um bom padrão social, não tinham padrinho, ou recusavam-se a pedir qualquer favor à direção. E enfim, o quarto e último salão, era o espaço dos incorrigíveis, onde foram mantidos incomunicáveis os operários e ativistas perseguidos politicamente.[9]

Os presos mais pobres, tanto os operários como aqueles cujo nome não causava repercussão junto à opinião pública, também foram confinados nas masmorras da segunda galeria, os subterrâneos da Casa de Detenção. Foi, por exemplo, na cela de número 59, o decantado cubículo escuro onde os anarquistas ficaram amontoados uns sobre os outros à espera de uma mudança de endereço[10]. Ali permaneceram também Everardo Dias, Nicolau Parada, Abílio Lebre, Adriano Vaz Pinto do Amaral, Rosendo Aranas e Biofilo Panclasta. Daí, como lemos no

---

[7] Graciliano RAMOS, *Memórias do Cárcere*, p. 33.

[8] O coronel Araripe, por exemplo, teria ameaçado um deputado federal de que seria trazido a força pelo Moleque Cinco, um criminoso freqüentador contumaz das prisões e que praticava "servicinhos" ocasionais para a polícia, caso não colaborasse, E. DIAS, *op. cit.*, p. 34.

[9] *Ibid*, pp. 57-9.

[10] Famosa cela citada por E. DIAS, *op. cit.*, e onde permaneceram também Nicolau Parada e Biofilo Panclasta.

relato de Pedro Carneiro, em sua maioria seguiram para o navio-prisão Campos onde encontraram uma extensa quantidade de presos comuns vivendo em péssimas condições de higiene e saúde, sustentados por uma alimentação precária e forçados, sob a aplicação de corretivos diários, a picarem a ferrugem da sucata que logo seria aposentada no estaleiro.

A maior parte dos políticos e bacharéis desterrados nas ilhas atlânticas permaneceu nelas até o fim do governo de Bernardes. Já, os encerrados vivos que sobreviveram ao inferno flutuante do navio fantasma foram todos enviados para o exílio distante em Clevelândia. Essa última leva de homens teria sido considerada pelo aparelho repressivo do Estado articulado naquele momento como os elementos absolutamente irreduzíveis. Para Samis, *"a população do Campos era, em última análise, aquela que, por força, deveria ficar afônica e afastada. O governo 'não conseguiria' mesmo que quisesse, dialogar com ela. O grupo era tido como intangível e incapaz de apreender as regras sociais através, até mesmo, da repressão."*[11] A prisão, o confinamento, ou até mesmo a morte destes indivíduos, não dependia de evidências e provas atestestando contra eles, como deveria ser o pressuposto de um estado de direito burguês. Mas isto não importa, justamente por que, lembrando Max Stirner, *"os que não levam uma vida assentada são tidos, pela sociedade, como indivíduos perigosos. Segundo o burguês, são vagabundos, ou seja, suspeitos, hostis e perigosos, dentre os quais está incluído o proletariado."*[12]

*

O Campos não era o único navio prisão existente. O sistema de transporte de prisioneiros em navios utilizou-se de 4 embarcações trabalhando em dupla. Num primeiro momento a dupla em serviço foi a do navio Campos, funcionando como depósito de "carga", como Bernardes chamava os prisioneiros, e o paquete Commandante Vasconcelos, que era o responsável pelo transporte dessa carga até o norte do país. A partir de meados de março de 1925, o funesto navio Campos foi levado em estado terminal para o estaleiro onde fora gerado em Hamburgo, e a função de depósito da carga de presos ficou a serviço do navio presídio Caxambu. Este compunha par com o Cuyabá, a embarcação do Lloyd Brasileiro responsável pelo transporte de presos no trajeto entre o continente e as ilhas na baía da Guanabara. Com a interdição do navio fantasma, o Cuyabá tornou-se a principal embarcação para o transporte dos presos revoltosos capturados no sul do país.

[11] A. SAMIS, *Clevelândia*, p. 213.
[12] Edson PASSETTI, *Ética dos amigos*, p. 249.

O termo navio também é uma forma muito respeitosa de se dirigir a esses velhos cascos enferrujados e inundados pela água que se infiltrava em seus porões. Tanto o Campos como o Caxambú eram velhos vapores que resistiram bravamente à 1 ª. Guerra em seus países de origem e depois foram vendidos para a Marinha brasileira. Tratavam-se, portanto, de embarcações descartadas e inadequadas para o transporte de passageiros, cujos porões foram transformados em uma imensa carceragem aos moldes dos antigos navios negreiros. A disciplina nessas latas velhas ancoradas era mantida por um grupo de capatazes, os chefes de turma, recrutados entre os próprios presos e que atendiam às ordens da soldadesca. Na descrição de Everardo Dias eram *"todos eles notáveis malandros do Rio de Janeiro, tipos alentados de físico ou famosos pela sua destreza e agilidade, senão pelos malfeitores, da Lapa, da Favela, da Saúde, de Dona Clara."*[13] Portanto, além da promiscuidade entre as diferentes categorias de prisioneiros encerradas num espaço comum, também havia uma forte ligação entre os malandros bajuladores, como se referiu a eles Pedro Carneiro, e o aparato da polícia e do Exército. Usar quadrilhas de prisioneiros com carta branca para impor a ordem arbitrariamente, mostrou-se uma característica comum em todos os locais de detenção que acompanhamos e uma eficiente tática de dominação sobre os presos políticos, infringindo-lhes o medo e fazendo-lhes ver que, ali dentro, direitos não havia. Esses presos apanhavam de ambos os lados, o que lhes criou um ódio contra os bajuladores:

"Os 'moleques cinco', 'os bahias', os 'vinte e quatro', os 'za-la-morte', 'padeirinhos', etc., sempre contaram com o beneplácito protetor de muitas autoridades, especialmente dos agentes de polícia.

Quantas vezes, em minhas inúmeras prisões, não ouvi discussões entre os 'Pifarias' e os 'Sizenandos' sobre as quotas diárias que pagavam para fazerem os trens da Central, bancos e avenidas, etc.

Com que avidez e solicitude eram procurados na geladeira para levarem recados aos advogados, etc.

E, no entanto, mal caía, na cadeia um anarquista, o mínimo que faziam era anunciar aos outros presos que o infeliz possuía esta ou aquela quantia escondida – e o resultado era um natural espancamento."[14]

Essas palavras de Domingos Passos, anarquista recordista de prisões no Distrito Federal, refazem as ligações entre a polícia e a malandragem carioca em sua rotina de roubos diários e comissões, e no uso desses bandidos na intimidação

[13] E. DIAS, *op. cit.*, p. 134.
[14] *A Plebe*, 09/04/1927.

dos prisioneiros de primeira viagem, ou pelo menos daqueles que não tinham comportamento criminal. Mas, também denotam a ojeriza existente entre os trabalhadores presos e o marginal que optou por roubar a ser diretamente explorado no capitalismo. A aversão a esse indivíduo é característica recorrente em todos os depoimentos de operários e ativistas presos. Não somente pela promíscua ligação entre os meganhas e os meliantes, mas principalmente, por que a lógica socialista de que a sociedade perfeita seria construída pela cooperação e o trabalho de todos não se realizaria com esses elementos avessos à disciplina do trabalho. Talvez não fosse bem assim. Em um dos trechos de sua narrativa, Everardo Dias diz que entre os presos da segunda galeria da central reinava uma lógica "protocomunista". Se os novos presos espontaneamente dividissem os seus bens, presentes e alimentos recebidos de fora entre todos, já passavam a ser vistos como camaradas e, a partir disso, recebiam a proteção dos demais.[15]

Retomando o percurso cartográfico das prisões no Rio de Janeiro vamos ao alto mar, onde a rotina diária no navio Campos foi descrita dessa forma por Pedro Carneiro:

"De madrugada, mais ou menos às 4 ½ horas, o Corneteiro tocava alvorada, e os soldados 'Carlinhos', '124', 'Alemãozinho', os dois 'Cabos' juntos com os ladrões que auxiliavam o espancamento de presos sociais, um era o 'moleque 7', 'Julio Nascimento', 'Narciso', 'Rio Grande' (os cáftens) 'Bolinha', 'Boneco', 'Dente de Ouro'; estes levantavam os presos debaixo de pancadaria, e saíamos nus do porão para o convés submetidos ali, entre outros sacrifícios, ao de entrar debaixo de esguicho de uma mangueira de água salgada tocada por um motor, e os soldados com borrachas maciças espancavam os presos, e depois destes martírios tínhamos que vestir a roupa sem o direito de enxugarmos, e formados saíamos todos em volta do convés, velhos, moços, aleijados, e na frente de um soldado fazia-nos correr acelerado, e quando alguns pelo seu estado de fraqueza caíam no chão, eram levantados a poder de pancadas. Depois destes castigos entregavam-nos uma caneca, com um pouco de mate, e um pedaço de pão que não pesava mais que 50 gramas e ao terminar de engolir este pouco de chá formávamos outra vez e íamos picar ferrugem..."[16]

*

[15] E. DIAS, *op. cit.*
[16] Carta de Pedro Carneiro em E. RODRIGUES, *Novos Rumos*, p. 237.

Além de todo esse painel opressor, que dia após dia minava a resistência física e mental dos prisioneiros, a violência sexual também foi outro componente do cotidiano dessa vida marginal. Os militantes operários que durante meses percorreram todos os subterrâneos do sistema carcerário, ali encontraram, além das sevicias generalizadas, a afirmação do apetite sexual do mais forte sobre o mais fraco. Pedro Carneiro, que nunca havia permanecido tanto tempo seguido dentro dos cárceres brasileiros, surpreendeu-se com o que viu, como o uso de crianças através da força na satisfação do instinto masculino:

"e como se isto não bastasse violentavam os menores de 10 a 15 anos a bordo, sacrifícios a que expuseram também o cearense João Carlos e outros. Estamos diante de um barbarismo da idade média."[17]

A barbárie que horrorizou Carneiro não era propriamente uma grande novidade para quem já conhecia os interiores das masmorras. Começando pela Casa de Menores, primeiro degrau da escola do crime, onde o menino mais fraco é submetido na satisfação da vontade do mais forte. Na Casa de Detenção, pelos relatos encontrados, nota-se uma completa mistura entre os detentos, com os menores sendo lançados junto à velha malandragem inveterada nas celas da segunda galeria, os cubículos 57, 55 e 53, fato que invariavelmente provocava brigas:

"Os presos de 17 e 19 anos abusavam dos de menor idade, 12 e 14, obrigando-os a praticar indecências. Daí as agressões e os conflitos. Às vezes essas cenas escandalosas eram causadas pelo próprio ciúme nas preferências dos sodomitas, que se julgavam, num zelo doentio de degenerados, traídos pelo seu pivete..."[18]

A narrativa acima é descrita por Everardo Dias, que foi preso vizinho a essas celas de promíscuas idades. Como no discurso dos anarquistas da Plebe sobre a violência sexual contra as mulheres e as relações sexuais entre homens, a fala do socialista Dias é impregnada de um julgamento moral que entende a sexualidade nas prisões somente como uma aberração sodomita causada pelo meio hostil em que eles foram confinados. Uma explicação que se recusa a aceitar a existência, em alguns casos, do desejo voluntário de ambas as partes. Este sim, talvez, o principal motivo das traições a que se referiu o narrador. Novamente ingressamos num terreno que não pertence a este trabalho mas que merece algum comentário. Trata-se da dificuldade com que essa elite intelectual anarco-

[17] *Ibid*, p. 239.
[18] E. DIAS, *op. cit.*, pp. 57-8.

socialista teve em lidar com a questão dos desejos e instintos que ultrapassam a proposta de racionalidade humana presente nela. Ums razão que descarta de antemão as pulsões do indivíduo e nega a realização dos instintos como uma forma de ação revolucionária, temas básicos do individualismo de Max Stirner, da filosofia de Nietzsche e recorrentes na vida de Bakunin. Esta posição tradicional do anarquismo brasileiro, originada no pensamento de Tolstoi e Kropotkin e fundada no comunismo libertário, às vezes normativa e carregada de forte conteúdo moral, permitiu que autores críticos do anarquismo vissem nela a herança do antigo espectro humanista e racionalista. Uma filosofia herdeira dos pudores cristãos nos confrontos com o uso do corpo e de seus prazeres, considerados quase que um vício. A posição de parte dos anarquistas em considerar como práticas condenáveis o carnaval, o alcoolismo, o futebol e a prostituição, somente serviu de munição aos seus adversários e críticos irônicos, que muitas vezes generalizaram esse comportamento moral de uma parte do proletariado como sendo o eixo de sustentação de toda a filosofia anarquista. Os críticos dessa moral ignoram completamente uma série de rompimentos que grande parte do anarquismo implementou em relação às práticas conservadores da burguesia.[19]

Esse é um terreno de longas discussões que remete à ética difundida pelos diversos anarquismos e que neste trabalho foi colocada como ressalva às manifestações já externadas por Everardo Dias e Pedro Carneiro. Retornando ao universo da prisão, todos os sistemas carcerários fazem vistas grossas a essas práticas sexuais até como uma forma de aplacar as tensões existentes em seu interior. Como referência, um estudo das prisões de adolescentes na atual Febem brasileira mostra que a rotina da violência contra o menor muitas vezes nasce nos seio de sua própria família, e continua reproduzindo-se nos espaços de vivência da prisão onde esses menores permanecem interditados[20]. Portanto, o que assistimos na atualidade é uma herança presente desde tempos.

E não somente com as crianças menores ocorriam as práticas sexuais entre os internos. Tomando como exemplo os distantes campos de prisioneiros na colônia francesa da Guiana, vizinhos a Clevelândia, quando da chegada de novas levas de deportados os veteranos disputavam os jovens imberbes e mais frágeis para

---

[19] Ver Charles ALBERT, *O Amor livre; Uma avaliação anarquista da questão sexual.* No Brasil, foi publicado, anos atrás, um ensaio seguindo essa linha em que a crítica aos anarquistas se faz generalizando seu padrão de comportamento como reprodutor da moral pequeno-burguesa: Jardel CAVALCANTI, *Os Anarquistas e a questão da moral.* Segundo Cavalcanti, " há uma incongruência entre o radicalismo de algumas de suas posições políticas comparadas com o caráter retrógrado de seu discurso moral.", pp. 82-3.

[20] Ver p. ex. o trabalho desenvolvido pela equipe de pesquisadores do atual NU-SOL e publicado por Edson PASSETTI (coord.), *Violentados.*

serem suas futuras "*momês*". Esta jovem criança, como era conhecido o adolescente que tomado pelo pavor da prisão sucumbia ao desejo do velho malandro, surge no relato de quase todos os romances escritos sobre as prisões coloniais francesas[21].

A sodomia praticada entre um detento mais velho submetendo um jovem preso recém chegado continua sendo a prática sexual mais comum dentro do sistema carcerário. A afirmação da masculinidade, mesmo que paga muitas vezes com a própria vida numa luta desigual, é condição fundamental para a sobrevivência entre os presos, daqueles que corporalmente apresentam-se mais fracos. Isto ocorria com muito mais freqüência num espaço onde não existia qualquer tipo de separação entre os detentos. Recolhidos por diferentes crimes praticados, novatos e veteranos da carceragem, homens e crianças encontravam-se misturados nas mesmas celas.

Promiscuidade, péssima alimentação, trabalhos forçados, castigos físicos constantes, com esse cotidiano de vida penal, o fim dos presos de origem proletária que caíram na ira de Arthur Bernardes mostrou-se muito parecido com o fim dos desafetos de organizações mafiosas que sofreram as torturas de morte lenta. Quando um preso em sinal de força interior mostrava-se indiferente à sua sorte, o delegado Carlos Reis logo o amedrontava: "*Você não pense que vai ser fuzilado, não... Você vai morrer, mas devagar, aos pouquinhos.*"[22] Lendo as páginas de Carneiro, Dias e outros testemunhos, percebe-se, também, semelhança com as práticas adotadas pelos estados totalitários europeus na organização e construção das relações dentro dos campos de concentração de prisioneiros políticos. A tática de manter em contínuo enfraquecimento moral e físico os detentos, a agonia a espera da morte que em algumas circunstâncias ocasionadas durante o século XX tornou-se uma prática de puro e simples extermínio.

[21] P. ex., René BELEBENOIT, *A ilha do Diabo.*
[22] E. DIAS, *op. cit.*, p. 33.

5. Infinita viagem até Clevelândia.

Apesar da distância do exílio e das epidemias que assolavam a colônia de Clevelândia, chegar a esse destino foi um alívio para a maior parte dos presos confinada nos navios-prisão. Entretanto, o período da viagem, já naturalmente longa entre o Rio de Janeiro e o extremo norte, foi marcadamente mais penoso em razão da latrina em que foram embarcados os perseguidos pelo governo. O vapor Commandante Vasconcelos, que realizou as primeiras idas ao norte, ainda podia oferecer mínimas condições de translado para os passageiros até a foz do Oiapoque de onde então eram transbordados para um vapor fluvial. Já, o navio Cuyabá, responsável pelo último carregamento com destino à selva, aparentava-se mais a uma imensa masmorra medieval flutuante deslocando-se até o porto de Belém. Daí, o transporte até a fronteira seguia no vapor Oiapock da linha Amazon River.

Durante todo o período do estado de sítio, além dos próprios funcionários do governo, nenhum jornalista teve acesso ao esquema repressivo montado. O conjunto da população do país somente teve conhecimento melhor do que ocorria, inclusive no interior desses navios-prisão, quando do retorno dos presos políticos do exílio, cujas entrevistas na imprensa revelaram mais este capítulo do mecanismo de repressão e controle montado pelo governo de Bernardes. Os primeiros dias do ano de 1927 no porto do Rio de Janeiro foram de comoção pública com o retorno dos exilados políticos de Clevelândia. A imprensa em peso fez-se presente, e não somente os jornais ligados ao movimento operário como *A Plebe* e *A Classe Operária,* mas também os principais diários da grande imprensa carioca que não era porta-voz do ex-governo: *A Manhã, O Globo, Correio da Manhã.* Através de uma entrevista dada ao jornal *A Nação,* percebe-se que a divisão interior do espaço do navio Cuyabá mantinha a hierarquia social já presente nas detenções anteriores:

"Os mesmos porões eram em número de três: um na proa, outro quase ao centro, e o terceiro na ré. O primeiro compreendia duas partes: a superior e a inferior. Naquela ficamos, não só nós, os 'presos políticos' desta capital, e conosco os inferiores do exército e da Brigada Policial, embora uns e outros desterrados não naquela qualidade mas como simples 'indesejáveis', mas ainda aqueles oficiais comissionados de Catanduvas. Na parte inferior, ficaram os ladrões, vigaristas, punguistas, salteadores e vadios, entre os quais estavam o celebre 'Baianinho' (Sizenando Terêncio da Silva) com 101 entradas na Polícia e ainda outros com menor número de entradas: João Miguel Alves com 57; 'Moleque Felix' (Felix João Maurício) com 50; Alcebíades Guimarães com 39; 'Palhaço' (Mário Sabino das Neves) com 39; Leonel da Silva com 32; Arnaldo dos Santos com 31; e mais 113.

No porão quase ao centro, iam os soldados e inferiores do Paraná; e no da ré, em que havia armamento e munição, os cinqüenta soldados que constituíam a escolta.

Os camarotes foram reservados aos oficiais e sargentos desta e aos oficiais e sargentos do navio."[23]

A viagem do navio Cuyabá em maio de 1925, a última grande entrega de carga feita em Clevelândia, foi narrada por um sindicalista anônimo, sobrevivente daquele campo de prisioneiros, descrevendo a arquitetura interior da prisão flutuante. Da mesma forma que durante o período de detenção em terra, quando houve uma separação entre os presos de diferentes classes sociais sendo desterrados para o norte somente os menos abastados, também na embarcação de transporte até o confinamento distante foi criada uma distribuição espacial interna levando em conta as diferenças hierárquicas e sociais. Essa última viagem do Cuyabá foi emblemática pois carregava em sua bagagem o contingente de presos mais heterogêneo e também o fisicamente mais debilitado de todo o conjunto de deportados.

*

O texto mostra que o espaço destinado aos prisioneiros deportados pelo navio estava dividido em três setores distintos. O pior de todos, aquele mais abaixo do navio, foi reservado ao rebotalho dos presídios cariocas que seguia em viagem de morte até Clevelândia. Nota-se no discurso do militante do movimento operário o desprezo aos vigaristas que o acompanhavam na mesma viagem e a exigência da diferenciação. O depoimento do sargento Andrade Figueira, outro integrante

[23] Testemunho de um preso político anônimo em seu regresso ao Rio de Janeiro, *A Nação*, 05/01/1927.

desse mesmo grupo, que evadiu da colônia penal e conseguiu chegar em Belém, reclamou do fim dessa falta de separação ao chegarem em Clevelândia:

"Olhe que nem a bordo do navio que nos serviu de prisão, onde passamos mal, ao ponto de todos adoecermos de estômago e dos intestinos, estivemos em contato com aquela gente. Nós estávamos alojados na primeira cobertura de um porão e eles na segunda."[24]

"Aquela gente", esse mesmo tom já havia sido dado nas narrativas anteriores de Domingos Passos, Pedro Carneiro e Everardo Dias, e continua presente nas manifestações da imprensa após o término da trágica epopéia. Quando se reclamou o tratamento dado aos presos reclamou-se que o tratamento recebido pelos presos políticos fora em muitos casos igual ao dado aos bandidos comuns. Os bandidos são seres desqualificados e portanto não é possível admitir qualquer tipo de convívio comum. Em outros termos, alegou-se que os revolucionários presos foram colocados em convívio com gente da pior espécie. O que ressalta desses discursos é que quase em nenhum momento questionou-se as condições de tratamento desses criminosos. Em nenhum momento discutiu-se que mesmo sem o movimento revolucionário, mesmo sem as prisões motivadas por ordem política, as celas fétidas e empoleiradas por esses bandidos já existiam e continuaram a existir. O cerne da questão, as causas da criminalidade e as condições dadas para o cumprimento das penas impostas, não foram postas em pauta. Questionou-se somente que os presos políticos eram tratados como criminosos comuns.

Mais do que isto, essa massa de deportados desprezada, dos quais poucos sobreviveram, também não teve espaço na imprensa para a narração de suas próprias histórias. São as vozes infames esquecidas pela História a que Michel Foucault se referiu[25]. Como bem lembrou Samis em seu trabalho, *"não foram abafadas apenas as vozes dos 'criminosos', como atesta a ausência quase total de depoimentos, também lhes coube a condição de diferencial moral, no intuito de valorizar o sofrimento dos 'revolucionários sinceros', operários e crianças deportadas."*[26] Inclusive os presos anarquistas, artífices de um novo mundo, olharam para este *lumpem* do proletariado com um ar misto de desprezo e pena. Nem a análise sociológica buscando no próprio capitalismo as razões para compreender essa existência marginal, escondeu o preconceito moral de quem via *"o trabalho como o mais alto valor e fator de identidade na luta contra a*

[24] *O Estado do Pará*, 10/07/1926.
[25] M. FOUCAULT, *La Historia de los hombres infames.*
[26] A. SAMIS, *Clevelândia*, pp. 203-4

burguesia".[27] Malatesta considerava o roubo como fruto da existência da propriedade privada, uma distorção, uma contradição interna ao sistema capitalista: *"Entretanto se se tratar de um roubo com a finalidade de escapar à necessidade de trabalhar, com a finalidade de formar um capital para dele viver, é evidente: os anarquistas não admitem a propriedade, que é o roubo cometido com sucesso, consolidado, legalizado e utilizado como meio de exploração do trabalho de outrem; não podem, portanto, admitir o roubo que é a propriedade em vias de formação."*[28]

A questão do posicionamento anarquista frente ao crime sempre causou polêmica dentro do movimento. É preciso separar pelo menos duas perspectivas de ação anarquista, uma de tendência individualista e outra, geralmente associada ao coletivismo ou comunismo. Além destas tendências distintas, também houve, entre os adeptos do comunismo libertário, os proponentes para uma relativa organização do movimento e outros, os anti-organizacionistas, defensores da mínima organização muito próximos aos autonomistas individualistas.[29] Contudo, os atos criminosos, se bem que muito menos aceitos pelos comunistas libertários, somente eram admitidos pelos individualistas, na medida em que realizados numa perspectiva de expropriação. O furto somente era justificado na perspectiva de uma sociedade em que será abolida a propriedade privada.[30] A maioria dos ativistas anarquistas detidos pelo governo sofreu forte influência do comunismo libertário de Malatesta e, no aspecto moral, tinha em comum com os outros operários e militantes socialistas o desprezo pela prática do roubo única e exclusivamente em proveito próprio.

Esse precário e tenso contato entre os prisioneiros políticos e os criminosos comuns provocou o confronto definido pelo tema da diferenciação moral. As raras vozes desses homens desqualificados não deixam, contudo, de mostrar também um comportamento moral na prática do roubo. O diálogo travado entre o sargento de Brigada Astério Siqueira, que veio a falecer de anuria,[31] e o ladrão chamado Baianinho, mostra, em contrapartida, o desprezo desses criminosos para com aqueles que se queriam diferenciar somente pela motivação idealista:

" – Vou para Clevelândia. Mas de lá tratarei de voltar logo por que vocês, coitados! Não oferecem nenhum futuro, e os que lá estão da mesma forma. E

---

[27] *Ibid,* p. 204.
[28] Errico MALATESTA, "Umanità Nova, 11/06/1922", *in Textos escolhidos,* p. 147.
[29] Uma apresentação destas tendências pode ser encontrada em C. ROMANI, *op. cit.,* pp. 40-2.
[30] Pio MARCONI, *Libertà selvaggia,* p. 37.
[31] *A Nação,* 11/01/1927. A *causa mortis* pelo laudo oficial.

voltarei para prosseguir em minha carreira. Até aqui não tenho feito senão pequenos negócios. O que me está faltando é um grande.

No dia em que o realizar, então, terei folha corrida; terei a imprensa ao meu lado; terei louvores de toda ordem; e, se ingressar na política, serei logo deputado, senador, presidente de Estado e até da República. Não seria que o caso é sério. Tudo é questão de dinheiro.

Eu me considero muito mais honrado que a maioria de nossos políticos. Eu 'pungo' o particular: aqueles 'pungam' o erário público.

Eu lhes sou superior porque eu 'pungo' o particular correndo não pequenos riscos; e eles 'pungam' o erário público sem nenhum desses riscos."[32]

À exceção de uns poucos depoimentos conhecidos através do relato dos prisioneiros políticos, esse enorme grupo de bandidos permaneceu quase que completamente isolado, rechaçado pelo medo dos outros prisioneiros. A eles sempre coube realizar os trabalhos braçais mais duros dentro do campo de confinamento. A imprensa ignorou sua existência a não ser para contrapô-los como "diferencial moral", e mesmo aqueles poucos revolucionários que teriam considerado essa mistura de homens como positiva, também não conseguiram abrir vasos comunicantes entre as diferentes classes aprisionadas.[33]

*

As outras duas áreas de isolamento do Cuyabá foram destinadas aos presos políticos e aos soldados das forças revolucionárias capturados no Paraná. Inclusive aqui se reproduz a mesma divisão hierárquica da carceragem carioca. No porão central, também constantemente inundado pela água marinha, permaneceram os soldados rasos. O topo da hierarquia militar e os presos políticos, que não sabemos neste caso ao certo quem eram, receberam um espaço melhor de convivência. No alto da proa a ventilação era melhor, não havia contato com a água do mar, e o navio mexia menos, causando menos enjôos.

Os 22 dias transcorridos no percurso provocaram o agravamento das condições físicas, que já eram precárias, naquele grupo de revolucionários detidos em Catanduvas no extremo oeste paranaense. Dessa localidade onde foram rendidos, os soldados rebeldes viajaram a pé mais de 60 léguas, e depois seguiram de trem e navio, durante três meses, até chegarem ao Rio de Janeiro onde foram carregados junto aos outros detentos na última viagem do Cuyabá direto sem

[32] *A Nação*, 05/01/1927.
[33] Ver o testemunho de Francisco Nicolau, *A Manhã*, 08/01/1927.

escalas ao Amazonas[34]. Alguns, já bastante doentes, tiveram ainda que conviver com outros prisioneiros infectados e em péssimas condições de higiene. Para termos uma idéia, os relatos são unânimes em afirmar que o mesmo guindaste que transportava a comida dos presos retirava também, duas vezes ao dia, a tina onde seus dejetos eram deixados.[35]

O oficial comissionado tenente Lauro Nicácio foi um daqueles presos "privilegiados" da proa superior que teve de dividir o espaço do navio com *"conspiradores, sargentos do exército e da polícia, e civis"*, num depoimento que a cada linha reafirma aquela distinção moral.[36] No seu relato, a alimentação desses privilegiados consistia de feijão com farinha e pouca água, que Nicácio reclamou ter sido racionada logo após o embarque no Rio de Janeiro de 133 bandidos comuns retirados da Detenção.

Quando a viagem por mar chegou ao fim, houve o último transbordo fluvial até Santo Antônio. Desde esse posto militar, ainda tinham de ser vencidos 18 km até Clevelândia, segundo os moradores do lugar *"pela estrada acompanhando a linha telefônica, em péssimas condições."*[37] Esse trajeto foi realizado em várias turmas de detentos vigiadas pelos soldados do destacamento federal. Segundo os detentos,

"Gastamos nesse percurso cerca de 10 horas. Saímos de Sto. Antonio a uma e meia da tarde e alcançávamos a Clevelândia às onze e meia da noite. A picada, além dos naturais acidentes de terreno que apresenta, é inçada de igarapés, tanto vale dizer, alagadiça, pantanosa e úmida. A noite nos apanhou em Martinica. E prosseguimos sem luz e sem alimentos, em meio aquela estrada.

Fomos ter a um braço de rio, o Pontanary. E o atravessávamos também por turmas e em canoas, para seguir para a Colônia. Alta madrugada, ainda havia muitos de nós por passar."[38]

O depoimento acima foi prestado em Belém por um soldado anônimo que meses depois conseguiu fugir do confinamento.

---

[34] Depoimento do tenente comissionado Matheus Moura, *A Nação,* 07/01/1927.
[35] Depoimento de Francisco Nicolau, *A Manhã,* 08/01/1927 e também em *A Nação,* 05/01/1927.
[36] E. DIAS, *op. cit.*, p. 241.
[37] ARP, cap. 4, Clevelândia, o começo do fim.
[38] *A Nação, 06/01/1927.* O depoimento acima foi prestado em Belém por um soldado anônimo que meses depois conseguiu fugir do confinamento.

Ainda segundo o tenente Lauro, nesse mesmo percurso *"alguns companheiros ficaram, todavia, perdidos na mata virgem, conseguindo chegar apenas no dia seguinte, famintos, sujos, rotos, mortos de cansaço e de debilidade."*[39] O clima do mês de junho, fechando o inverno equatorial, não era mais o de aguaceiros diários por volta do meio dia, mas daquela chuva miúda, persistente, contínua, encharcando todas as roupas e resfriando os detentos já enfraquecidos. Essa foi a recepção na chegada da última leva de deportados. A partir desse lote de presos, as condições de vida na colônia, que já eram ruins, deterioraram-se ainda mais, entrando-se num círculo vicioso de dezenas de mortes diárias. A profecia da morte lenta começava a ganhar contornos reais de extermínio em massa, e a vida dos deportados, a partir de meados de 1925, passou a valer menos do que qualquer moeda brasileira.

*

As primeiras levas de prisioneiros que chegaram ao ex-paraíso dos sonhos dos colonos nordestinos, aparentemente, não sofreram tanto. O circo estava apenas sendo montado e ainda não se delineava qual o show que seria apresentado no picadeiro. E o circo seguiu a forma das lutas espetaculares dos anfiteatros romanos, cujas construções, como a de Clevelândia, foram destinadas para outros fins. Os prisioneiros lá confinados teriam que lutar com diferentes tipos de feras para manter a sua sobrevivência. No início, esses detentos não se apresentavam ainda tão debilitados fisicamente pela ação das torturas, do clima, da falta de alimentação e das doenças que pouco a pouco foram surgindo e contaminando todas as vítimas. Então, o primeiro choque recebido por esses prisioneiros continuou sendo o de serem tratados igual ou pior do que os ladrões a bordo dos navios.

A primeira viagem do Commandante Vasconcelos ao norte, em dezembro de 1924, levou os presos políticos recolhidos nas ruas do Rio de Janeiro, operários ativistas de sindicatos ou do movimento libertário e outros capturados em São Paulo e trazidos até a capital da República. Como em todos os outros percursos, foram misturados aos criminosos comuns. Nessa primeira viagem seguiu o operário anarquista Pedro Carneiro que relatou os mesmos maus tratos dados aos presos:

"Durante esta viagem, o sargento Freitas ordenava o espancamento de 6 a 8 presos diários, por intermédio dos ladrões de roupa dos coradouros do Rio;

[39] Everardo DIAS, *op. cit.*, p. 242.

um destes era o 'Zala Morte', o outro o 'Padrinho' e o último 'João Cândido' vulgo Coronel Bahia'. Assim fomos até a foz do Oiapoque, encontrar o 'Gaiola', o 'Oypock', e só ao passarmos do 'Vasconcelos' para o 'Oypock' morreu um marinheiro da guarnição do Vasconcelos, morte estúpida, sem que o comandante do mesmo lhe enviasse o menor socorro.'[40]

À exceção da morte de um mero marinheiro que caiu ao mar, este relato somente reafirma o já sabido. Prática freqüente de tortura e espancamentos e utilização de um grupo de malfeitores sob custódia do Exército mas com plena autonomia de ação. Os nomes citados também se repetem. O Coronel Bahia, uma espécie de liderança entre os criminosos; Zala Morte, Padrinho, Moleque Cinco, Padeirinho, Palhaço, Moleque Felix, enfim, uma sucessão de nomes conhecida cuja voz, confirmando as palavras anteriores de Samis, não aparece em lugar algum. Apenas sobre o Coronel Bahia, alcunha de João Candido, existe uma pequena história traçada e isto por ele ter sido um antigo ativista político republicano, capanga de Moniz Sodré. [41] Fora ele, somente o caso do Moleque Felix recebeu um tratamento diferenciado, saindo das páginas policiais e ingressando no noticiário político. Vejamos porque.

Na sexta-feira 10 de abril de 1925, Felix João Maurício teria esfaqueado Gedario Kastzhe nas costas e no rim em revide a bengaladas desferidas contra ele na cabeça. Considerado culpado, ficou detido no 1 °. Distrito, sendo solto sob fiança em 13 de abril. Em 8 de maio foi denunciado e preso na Central sendo removido para o Caxambu no dia seguinte. Em 13 de junho foi enviado para Clevelândia[42]. Não se sabe por quais motivos, uma vez que ninguém retornava legalmente de Clevelândia, em 12 de novembro o Moleque Felix safou-se e chegou ao Rio de Janeiro permanecendo detido na sede da Polícia Central até o julgamento de sua apelação. Absolvido, foi para casa. Um ano depois, em 23 de dezembro de 1926, o empregado do comércio voltou a ser preso sendo remetido para a ilha das Cobras. Passou lá uma semana sendo embarcado novamente para Clevelândia no Commandante Vasconcelos. Com o fim da vigência do sítio em janeiro de 1927, sua mulher, dona Floripes, foi à imprensa denunciar o caso que ocupou as matérias de política[43].

Em 14 de janeiro desse ano, fundeava em Val-de-Cãs o tal paquete carregando os novos deportados para o Oiapoque. Mas como, de novo? O *Estado do Pará*

---

[40] Carta de Pedro Carneiro piblicada por Edgar RODRIGUES, *Novos rumos*, p. 238.
[41] A. SAMIS, *Clevelândia*, p. 194.
[42] Processo 93/1925, 9 ª. Vara, caixas 140 Gal. B A; caixa 2321 Gal. E. AN.
[43] *O Globo*, 08/01/1927

averiguou a informação e publicou que *"sobre o motivo da viagem ninguém falou, todos se escusaram a bordo, porém sabe-se que tem nos seus porões 375 indivíduos – a cínica carga existente a bordo – gatunos, pederastas, vendedores de cocaína, desordeiros, cáftens, enfim, uma leva de tudo o que havia de pior na capital da República."*[44] O *Estado* sempre seguiu a cartilha bernardesca e não percebeu que o sítio havia acabado, Clevelândia fora desativada e o presidente já era outro. Continuou tratando os presos como uma cínica carga reafirmando as antigas posições. No dia seguinte, a gafe foi arrumada. Informa que *"os deportados para Clevelândia vinham à revelia do presidente Washington, embarcados pelo chefe de polícia do Rio e pelo ministro do Interior, que, para a localização dos deportados, havia mandado verba especial para o Centro Agrícola Clevelândia."* E cinicamente o mesmo jornal emenda: *"Felizmente, após a denúncia dos jornais do Rio, o crime foi sustado."*[45]

Portanto, mesmo com o fim do estado de sítio, o poder instalado pelos segundos escalões nos meandros da polícia carioca se disseminou de tal modo que as decisões partiam à revelia do comando central. Muitas pessoas continuaram sendo enviadas para o exílio interno distante. Já não eram mais prisioneiros políticos vítimas da perseguição de Bernardes. Este caso isolado dá indício de que outros homens, talvez sem uma família que reclamasse por eles, tenham sido remetidos para a morte distante no navio que continuava em sua rota regular ao norte do país. No momento em que chegavam os sobreviventes do inferno equatorial, a existência de prisioneiros sendo enviados de volta para lá, mesmo que fossem meros bandidos, causou o repúdio da imprensa e de amplos setores da sociedade. Uma vez criado um aparato de repressão e controle bem articulado seria necessária muita determinação do novo governo e principalmente, da sociedade, para conseguir desarticula-lo. Nesses novos tempos, em que o país recém saia do estado de sítio, a imprensa tornou Félix João Maurício senhor, e ignorou o seu apelido anterior de moleque. Aqui foi uma circunstância política que permitiu a emergência desse discurso que outrora permaneceria calado, ou, usando a terminologia de Foucault sobre as condições em que se dá o direito ao uso da palavra, interditado.[46]

---

[44] *O Estado do Pará*, 14/01/1927.
[45] *O Estado do Pará*, 15/01/1927.
[46] M. FOUCAULT, *A Ordem do discurso*.

COMENTÁRIOS (V)

Desde dezembro de 1924, os rebeldes deportados começaram a chegar em Clevelândia e a outrora bucólica vila que acolhia uma proeminente colônia agrícola, pelo menos no discurso do governo, transformou-se rapidamente em um tenebroso campo de concentração de prisioneiros de guerra. Podemos usar o termo guerra pois foi travada uma guerra dentro da sociedade entre duas facções militares do Exército. A população, ou a sociedade como diz Foucault, acabou por ser, como sempre, quem sofreu as maiores conseqüências.

A idéia de Foucault de que a prática da política acontece como uma guerra continuada,[47] uma guerra travada no cotidiano de vida e não mais como instrumento gerador de força e riqueza para o estado soberano, implica no estabelecimento de um capilar esquema de dominação no interior da sociedade. Estas relações de dominação se dão em um permanente jogo travado com outras forças em luta por e contra este domínio. Muitas vezes quem domina uma relação é submisso em outra, e vice-versa. É preciso compreender o exercício do poder de modo circular e não mais como força centralizada. Nos momentos em que esta luta interna pode comprometer a manutenção do esquema da política dominante, então, esta prática política exercida em forma de guerra continuada pode tornar-se uma guerra realmente declarada, valendo-se da repressão, entendida como a forma violenta de imposição das disciplinas, como o instrumento legalmente usado para manter o poder do Estado.

---

[47] M. FOUCAULT, *Em defesa da sociedade*, pp. 54-5.

Este estado de guerra declarado que permite ao governo o uso legal dos dispositivos constitucionais emergenciais deve ser compreendido não como uma aberração à regra, mas como a própria regra. Se olharmos para a longa duração da história, veremos que é no exercício da guerra que se solidificam as instituições regulares do Estado e seus instrumentos de domínio legais. Se não fosse assim, não haveria porque estar internalizado ao conjunto de leis que regulam o estado de direito, medidas excepcionais de segurança para serem usadas em casos de emergência. O exercício do poder, nestes termos, somente pode ser compreendido porque está latente, internamente à instituição do Estado, o mecanismo da guerra como legitimador de um esquema de dominação que está presente e circula por dentro de toda a sociedade.

A mudança do poder soberano para a prática do biopoder não implicou na perda de seus princípios constitutivos, apenas na sua transformação em mecanismos de controle social internalizados na sociedade. Quando o Estado se vê confrontado com forças que podem desestabilizar seu funcionamento ou, no limite, até sua existência, as táticas de defesa internas recompõem-se, o que percebemos ocorrer nos desdobramentos da revolução de 24. Não se reconstituem exclusivamente enquanto formas de combate à sociedade, mas também permitem o surgimento e o aprimoramento de salvaguardas de si mesmo. Foi necessário um acontecimento como aquele para que o Estado se aparelhasse novamente de um modo preventivo mais sólido. Todo o aparato desenvolvido e montado na vigência do estado de sítio, em pleno regime de guerra, não desapareceu com o seu fim em dezembro de 1926, tanto que temos a continuidade das deportações mesmo após o término do estado de sítio. Muito pelo contrário, ele continuará interno ao Estado, nos escalões inferiores da burocracia mantidos no aparelho de segurança e prontos para mostrarem serviço, e se constituirá plenamente durante a era Vargas. Esta continuidade se dá porque as relações de dominação existentes que se espraiam em amplos setores das instituições do Estado e também no meio da sociedade civil, não se extinguem com a saída do presidente, ou o desmantelamento do antigo poder central. Precisamente porque não existe esta centralidade do poder. O novo presidente, Washington Luiz, mesmo se quisesse, e não o quis, não conseguiria interromper o processo de cristalização que tomou conta dos escalões inferiores de seu governo.

Esta se trata, a meu ver, a grande inovação consolidada no período do governo do presidente Arthur Bernardes. O surgimento de um esquema repressivo articulado em grande escala que permitiu rapidamente a quebra do modelo da política como dominação para a passagem do uso da força como repressão exercida dentro de limites legalmente constituídos. E isto ocorre sempre que o

poder de Estado se sente ameaçado. A herança deixada pelo governo de Bernardes, o circo de horrores que descrevemos no interior de suas prisões, se reapresenta de modo cada vez mais intenso em momentos futuros da história nacional. Foi assim na véspera do Estado Novo, em 1935-36, e foi assim também na ditadura militar. Em ambas as ocasiões, a emergência da tática de guerra numa conjuntura política de controle preventivo sobre a vida não ocorreu gratuitamente. Nunca se partiu do nada. O aparato repressivo montado e, mais do que isto, a mentalidade nos escalões inferiores da burocracia de vigilância e controle sobre a vida permaneceu latente, mesmo nos períodos intermediários entre 1927 e 34 e nos anos que vão desde o fim da Segunda Guerra até o golpe de 64. Ambas as ditaduras não fizeram mais que ampliar as sementes precursoras do moderno estado de controle social lançadas pioneiramente na gestão do presidente Bernardes. Este sim, inovou, em relação às políticas anteriores, internalizando no estado brasileiro a constituição de um poder como controle sobre a vida dos indivíduos.

A nova conjuntura política decorrente das revoltas tenentistas sucedidas desde 1922, trouxe outros atores para o cenário de disputa do Estado. As jovens forças em luta, pelo menos em seu discurso, opunham-se àquele Estado oligárquico. Trata-se de um setor social anteriormente desconhecido, originado com a crescente urbanização do país durante a década anterior, reclamando por maior participação política nas instâncias de decisão do governo. Foram as patentes militares de segundo escalão os agentes destes reclamos. Já não há mais somente uma única frente de oposição e resistência ao governo, firme como sempre fora o movimento operário. Na década de vinte, as oligarquias republicanas do café com leite tiveram que se confrontar com um leque de oposições, às vezes em forma de frente, outras vezes partida em desarticuladas frações da pequena burguesia emergente. Para manter sua hegemonia política, e Bernardes claramente o percebeu, o novo governo empossado em 1922 precisaria aprimorar seus métodos de vigilância política, acirrando as técnicas de controle preventivo e repressão posterior contra todos os grupos considerados desestabilizadores de seu poder central. Enviou agentes da polícia à Europa para estudar a implantação de uma polícia política e criou, através da 4 ª. Delegacia Auxiliar, o embrião do futuro serviço secreto de informações. Trouxe métodos mais científicos e sinalizou esta passagem ao dar o cargo de delegado auxiliar ao bacharel Carlos Reis, ofuscando a imagem do Marechal Carneiro.

Contudo, com a mudança da política de vigilância preventiva, que não surtiu efeito, para a da política de guerra, a essa estratégia de uma nova polícia científica uniram-se os métodos mais grosseiros herdados da antiga noção

soberana do poder. Isto se refletiu não somente na prisão indiscriminada de toda voz opositora do regime ou apenas suspeita, mas, principalmente, no uso indiscriminado do suplício corporal como forma de tortura física. Até que, em certo momento, a partir de outubro ou novembro de 1924, a repressão violenta tornou-se a prática exclusiva de intimidação usada contra a sociedade. Pois, se o controle sobre a imprensa impedia o conhecimento mais profundo do que ocorria nos bastidores policias do governo, a violência cotidiana nos bairros operários, as prisões maciças, o desaparecimento de pessoas, e antes disto, o bombardeio sobre os bairros industriais e operários paulistanos, criou profundo terror, especialmente entre as camadas mais pobres da população. Pouco acostumado à bárbara luta do tempo de guerra e à violência que conseqüentemente se estende contra a população civil, o operariado paulistano viveu seus dias de Comuna sem, contudo, ser o principal agente da Revolução. Em contrapartida, foi tratado pela legalidade como se fosse um dos protagonistas revolucionários, e pagou muito caro por isto.

Neste período conturbado, o monopólio da violência exerceu-se através dos funcionários especializados, tanto da polícia como do Exército. O Estado usou os militares leais contra seus colegas amotinados e elevou pequenos bandidos, sócios na marginalidade das autoridades policiais, à condição de uma pequena tropa paramilitar de intimidação. As vozes dos operários presos que conhecemos, emotivas linhas deixadas em cartas ou em forma de memórias pessoais, ou ainda, os relatos e entrevistas dados à imprensa quando encerrado o período de silêncio, transmitem todo o choque que sentiram as vítimas da força bruta militar que desconheciam. Salvo alguns militantes, principalmente anarquistas estrangeiros, que já haviam passado pela dura vida em prolongadas prisões, a maioria dos operários presos tinha, quando muito, algumas passagens esporádicas pelas celas de nossas delegacias. Nunca havia vivido o sítio. No percurso carcerário encontraram os horrores animais de uma condição humana que, incentivada pelo Estado zeloso da ordem, libertava os instintos aprisionados nos corpos dóceis e nos indóceis.

Neste ponto, vemos o surgimento de uma relevante discussão ética. Violentados pelo momento que passavam, vários depoimentos trazem um discurso moral que aparentemente não deveria fazer parte de um ideário anarquista. A começar pela própria idéia contraditória de uma moral anarquista. Para compreender seu significado recorro a Jean Barrué, para quem *"se os anarquistas estão de acordo em relação a alguns princípios essenciais que os guiarão em suas relações entre*

si e com resto da sociedade"[48], então é possível falar em moral anarquista. Também não é possível generalizar todos os diferentes anarquismos em relação a um único padrão moral. Mas, tomando como referência este padrão moral citado por Barrué, seguramente o mais próximo do comunismo libertário, ele carregaria a idéia de uma sociedade livre, economicamente e socialmente justa, a união da máxima liberdade individual com a maior igualdade social possível. Este comportamento moral de uma futura sociedade anarquista, disseminado em boa parte do proletariado urbano brasileiro daquela época, valoriza o trabalho como principal elemento constitutivo do ser humano e desqualifica os vícios como o álcool, e os desejos provindos do instinto animal, geralmente expressos de modo violento.

Quando esse grupo de militantes encontrou-se na cadeia com um sub-proletariado que tinha desprezo pelo trabalho, homens violentos movidos pelos instintos, em alguns casos tidos como pervertidos como a pederastia e a pedofilia, não dispôs de meios para analisar esse comportamento "marginal", a não ser desqualifica-lo moralmente. Percebe-se que esta desqualificação ultrapassou as fronteiras das práticas perniciosas e se deu contra o conjunto daqueles homens que ousaram romper as relações de classe determinadas pelo trabalho e adotaram uma via individualista de fuga às sujeições. Para os anarquistas presos que os encontraram, era gente sem valor, na medida em que não gostavam do trabalho, mal de todos os vícios: "vida vazia vicia". Somaram sua voz de desprezo à de muitos outros setores da pequena e média burguesia, cuja conduta moral, e aqui podemos claramente falar em uma moral com suas normas e prescrições, era extremamente conservadora. Talvez, pela dificuldade em se libertar às sujeições existentes no conjunto da sociedade, uma parcela dos anarquistas presente nos depoimentos anteriores, sempre teve grande dificuldade em lidar com as questões das escolhas e das preferências pessoais. Pontos fundamentais que constituem a liberdade do indivíduo em seus confrontos com a utopia do coletivo.

A situação limite criada como desdobramento da Revolução de 1924 impôs a esse grupo de origem operária o questionamento de uma série de valores e comportamentos que aparentemente não deveriam despontar dessa forma. Agora, todo esse conjunto de pessoas que passou pelos diversos estágios da carceragem e dos suplícios em terra e nos navios, foi enviado para a morte lenta na selva equatorial do Oiapoque. Nas páginas a seguir veremos como essa quantidade tão heterogênea de pessoas conviveu durante quase dois anos num campo de

[48] Jean BARRUÉ, "Reflexões acerca da moral anarquista", p. 133.

concentração projetado inicialmente para outro fim. Quais as relações que se estabeleceram entre estes diferentes prisioneiros e entre eles e as famílias dos colonos lá residentes? E, particularmente em relação aos presos políticos simpatizantes do anarquismo, dada a característica diferencial desse grupo, será importante verificar se o discurso moral que apareceu em depoimentos anteriores, abriu brechas para a vivência de heterotopias, recriando de forma melhor as relações coletivas vividas em meio a toda a repressão.

(V) AS CONSTRUÇÕES COTIDIANAS DE CONVÍVIO

Os itens deste capítulo tratam basicamente do convívio estabelecido pelas populações confinadas e por aquelas em trânsito, durante o período em que o núcleo Cleveland transformou-se em um campo de prisioneiros. O impacto provocado no ambiente pela chegada de aproximadamente 1200 presos, praticamente a mesma população existente em todo o distrito do Oiapoque, não pode ser ignorado. Ele é um marco presente nesse passado, na memória local, algo um tanto tétrico – lembremos que metade desses prisioneiros faleceu ali mesmo. Mas também, ao que tudo indica, por algumas entrevistas realizadas, continua sendo uma chaga mal curada até o presente na vida dos velhos habitantes.

Nas páginas a seguir, teremos sempre em mente a compreensão de duas questões absolutamente centrais ao trabalho desenvolvido. O entendimento de que em uma região afastada do centro político decisório de um país como esta, criam-se formas políticas e culturais particulares na apropriação do pensamento nacional que deveria ser o dominante. A hipótese de que as regiões mais longínquas de fronteira tendem a ser povoadas pelos elementos humanos alijados, ou excluídos, do projeto institucional vencedor no país obriga essas mesmas populações a recriarem todo um hábito ou costume muito permeável ou adaptável à situação em que vivem. Nestas três décadas iniciais do século XX, há a chegada inédita de um poder de Estado tentando fincar raízes na região, usando como instrumento desta política um grupo populacional privilegiadamente escolhido e em grande parte exterior à cultura pré-existente, que ele julga o mais adaptado para aceitar e conciliar os seus interesses.

Portanto, duas questões fundamentais se colocam no choque de idéias que surgem a partir do momento em que o Estado nacional resolve fazer valer seu modelo político institucional nessa região. Vimos que a estratégia utilizada para alcançar esse objetivo foi a da colonização agrícola com um elemento humano que, pelo menos na tese das forças do governo, seria aquele melhor capacitado para realizar este processo de integração. Ora, este caboclo sertanejo, migrante de origem nordestina, que assume sua missão colonizadora no lugar como um tentáculo reconhecido do Estado confronta-se, mesmo que este confronto não se mostre explícito, com o outro caboclo: o ribeirinho amazônico ou o negro nacional e estrangeiro em trânsito, e ainda mais com o índio nativo. Deste modo, o confronto de civilizações na fronteira, inicialmente instituído pelo Estado em busca da afirmação de sua soberania sobre o território, projeta-se num confronto de mentalidades ou costumes e projetos de vida.

O discurso civilizatório do Estado encarnado emblematicamente pela família Penaforte, que até afrancesa seu nome para Pennafort, traz o ideal da civilização moderna sedentária, baseada no regime da propriedade privada, disciplinada nos saberes instituídos e regulada normativamente pela lei e pelo direito defendido sob o aparato da força pública. Já os índios nativos e os caboclos e crioulos ribeirinhos, acostumados ao regime de vida do extrativismo, mantêm outra relação com o seu território. Embora habitantes dos mesmos espaços talvez até durante toda a vida, não têm para esta uma orientação sedentária. É no regime do trânsito, na circulação, nos caminhos fluviais que se organiza a vida cotidiana. Ao contrário do migrante, um desterritorializado em busca de território, este caboclo da terra é um nômade territorializado.

É deste modo, no conflito provocado pelo confronto entre estes dois ideais distintos de vida que nasce, constitui-se e desenvolve-se a ocupação desse território, a partir da década de 1920. Não se trata mais do mesmo território ausente do domínio do Estado ou de uma população que sempre fez menos dele. Também não ocorre a tão pretendida transformação do índio e caboclo nativo no brasileiro civilizado aos moldes da cultura do centro-sul do país, que tanto desejaram os artífices da integração nacional. O que se percebe nessa fronteira é a formação de uma complexidade de relações que mantêm proximidade com os conceitos oferecidos por Deleuze e Guattari,[49] aqui apresentados nos comentários anteriores, ao oporem o Estado soberano ao nomadismo.

[49] G. DELEUZE e F. GUATTARI, *Mil Platôs, V. 5,* Tratado de Nomadologia.

Torna-se claro como há um movimento permeável e circular entre os dois pensamentos e as duas estratégias de sobrevivência. Se aparentemente há a instituição do discurso vencedor nas palavras épicas das memórias de Rocque Pennafort, também há, nesse mesmo discurso, a compreensão da importância do saber local, das táticas de sobrevivência do caboclo que poderiam ser relacionados ao pensamento nômade. E vice-versa, na legitimação da resistência das populações indígenas está presente a compreensão de mostrar que, embora não compartilhem da idéia do território sedentarizado, essas populações afirmam e combatem pela manutenção de seu território como um espaço próprio de circulação legitimando esse modo de vida nômade. Quando Michael Hardt, escreve que *"o Estado sempre contem internalizada uma máquina de guerra institucionalizada; todo movimento de desterritorialização carrega consigo elementos de reterritorialização"*,[50] estas palavras parecem ecoar perfeitamente nas vozes dos protagonistas deste trabalho e servir como uma lente para melhor focalizar o que se narra nas páginas que seguem.

Resta ver como isto foi assimilado pelos "corpos dóceis" do Oiapoque. No estudo da vida cotidiana da população local, agora inflacionada pelos presos políticos e pelos presos não políticos provindos do centro-sul brasileiro, veremos como ocorreu esta tentativa de controle da vida através da instituição forçada de uma mecânica disciplinar pelo Estado. E, por outro lado, perceber como estas mesmas populações reagiram ou resistiram a esse novo modelo de controle sobre a vida efetivamente vivida.

[50] Apresentação de Michael Hardt em G. DELEUZE e F. GUATTARI, *Mil Platôs, Vol. 5*. Ver também de Michael HARDT e Antonio NEGRI, *Império*.

6. Estrutura e burocracia da colônia.

A Administração.

Basicamente, o mesmo grupo de funcionários do Estado que administrou o Núcleo Cleveland durante o período em que ele foi exclusivamente uma colônia agrícola permaneceu também no período posterior à chegada das primeiras levas de prisioneiros deportados. Inicialmente não foram realizadas grandes mudanças na estrutura administrativa e organizacional da colônia, o que levou a uma quase falência dela, principalmente no que se refere à gestão dos suprimentos, mantimentos e medicamentos. Como vimos anteriormente, a população original de aproximadamente 300 colonos sofreu o impacto demográfico provocado pela chegada de mais de 600 deportados logo nos primeiros três meses em que o campo foi transformado em prisão. Sem a necessária reorganização administrativa da colônia, agravada ainda pelo abandono de alguns funcionários de seus postos de serviço, o empreendimento experimental agrícola, que já vinha malogrando, sucumbiu definitivamente em questão de dois anos.

O diretor da antiga colônia agrícola, o engenheiro Gentil Norberto, permaneceu durante um certo tempo também na função de diretor do novo campo penal. O engenheiro não era propriamente o que poderíamos chamar de um chefe presente. Se uma colônia agrícola, uma vez bem orientada, poderia seguir seu próprio caminho, um campo de prisioneiros necessitaria de pulso firme para não se tornar um recanto onde imperasse exclusivamente a lei do mais forte. Gentil costumava visitar a colônia de mês em mês. Chegava em uma das viagens do vapor Oyapock e retornava na viagem de volta no mês seguinte. Dividia sua vida entre Clevelândia e Belém levando a lista de necessidades do núcleo em cada uma dessas idas. A nova situação em que se transformou a colônia agrícola com a chegada dos prisioneiros deportados, seguramente não agradou ao engenheiro que logo arrumou uma desculpa abandonar o lugar. Segundo ele,

"Em 30 de junho, retirei-me para a capital paraense, com o intuito de providenciar sobre a remessa de material e mercadorias para Clevelândia, cuja população aumentara repentinamente. Ali encontrei uma ordem do Sr. ministro da agricultura mandando suspender a execução de todos os serviços técnicos. Em julho, irrompeu a epidemia bacilar na colônia. A minha presença, inútil em Clevelândia, tornou-se, por este motivo, necessária em Belém, como é fácil de compreender."[51]

Se considerarmos que a atitude mais comum do capitão do navio indo a pique seja a fuga junto aos ratos, então, se torna bastante compreensível essa explicação do funcionário do Estado. Seguindo essa lógica, quem se encarregou da administração do Núcleo em substituição ao engenheiro, foi Deocleciano Coelho de Souza, um velho conhecido dele desde os tempos do Acre e que havia sido enviado pela Fazenda do Pará para assumir o cargo oficial de delegado fiscal. Deocleciano aportava religiosamente todo mês na vila para fazer o pagamento dos funcionários do Estado e levar as contas penduradas no comércio. O *staff* da burocracia administrativa contava ainda com dois secretários: Honorato Godinho, que era o responsável pela contabilidade acompanhado do auxiliar José Victoriano de Brito e do almoxarife Alfredo de La Rocque, e o misto de escriturário e almoxarife Silvino Coelho de Souza. Este último, outro Coronel da Guarda Nacional, homem de confiança e irmão mais novo do chefe substituto, pouco trabalhava na área administrativa e sua função efetivamente era a de condução da disciplina na colônia e vigilância permanente dos presos. Por causa disto, foi lembrado para sempre por estes. Segundo o tenente Lauro Nicácio, em junho e julho de 1925, *"o almoxarife Silvino Coelho*

[51] *O Paiz*, 11/02/1927.

de Souza, semianalfabeto, só se dirigia aos desterrados com grosseria, chamando-os 'ladrões da pátria".[52]

A esse grupo principal, somou-se a figura folclórica de João Antonio do Rozario, o fiscal de rendas conhecido do engenheiro chefe desde os tempos da conquista do Acre. Não por mera coincidência, o fiscal Tataia, como era chamado, conseguiu ser o único funcionário da colônia que em menos de 3 anos de serviço construiu uma casa particular em alvenaria, alugada para a direção do Núcleo durante o alojamento provisório dos oficiais rebeldes chegados entre janeiro e março de 1925. Além desses, havia ainda uma grande quantidade de auxiliares e escriturários, burocratas inflando o orçamento da colônia.[53] Deocleciano assumiu a direção do campo de prisioneiros mostrando ter um estilo "sargentão linha-dura" na condução disciplinar dos deportados e realizou uma administração "suspeita", isto, pelo menos, na opinião dos presos. Segundo o relato feito por Lauro Nicácio,

"o engenheiro Gentil Norberto entregou a colônia ao pagador da mesma Deocleciano Coelho de Souza, que a chefiou até março de 1926. Sob a direção deste homem começou logo a haver uma inexplicável falta de gêneros, sendo a nossa alimentação sem gordura alguma a maior parte dos dias de cada mês. Os gêneros eram cozidos apenas com água e sal. O resultado dessa absoluta deficiência de gordura fez-se logo sentir no organismo dos desterrados, e estes começaram a cair doentes, com sintomas agudos dos males comuns daquelas paragens de clima ingrato; febres, vômitos, inapetência, inchação dos membros inferiores, convulsões, diarréias, tumores, prostração generalizada [...]

Os medicamentos que nos forneciam consistiam nisto: comprimidos de quinino e injeções da mesma droga que causava edema e úlceras horríveis nas partes feridas pela agulha sendo necessário depois rasgar as carnes. De resto no hospital só existiam duas seringas."[54]

O pedreiro e sindicalista Pedro Carneiro é outro que reforça as denúncias contra o pagador, ao escrever que *"os recursos médicos eram só quinino e sal para purgante; e os demais remédios saiam às escondidas, a altas horas da noite, para a Guiana francesa assim como os mantimentos, e tudo isto era feito por intermédio do irmão do diretor, o Dr. Deocleciano."*[55] Se realmente este era o

---

[52] E. DIAS, *op. cit.*

[53] As informações encontram-se em Pd. ALICINO, *op. cit.*; ARP, capítulo Como nasceu Clevelândia; Inspecção de fronteiras, Anexo 3, 1926, Relatório do Major Boanerges Lopes de Souza. CBDL. (segundo o major, havia quase 70 funcionários públicos na colônia, para uma população de 204 pessoas livres em 31/12/1926)

[54] Depoimento de Lauro Nicácio a E. DIAS, *op. cit.*

[55] Carta de Pedro Carneiro, publicada por E. RODRIGUES, *Novos rumos*, p. 238.

novo procedimento adotado na colônia, resta saber se o engenheiro fundador estava conivente ou não com isto, uma vez que a sugestão do nome de Deocleciano Souza partira dele. Uma coisa parece certa, após a saída de Gentil Norberto a qualidade de vida em Clevelândia piorou significativamente. Acuado, Gentil defendeu-se. Em fevereiro de 1927, com a mudança de governo, veio a público através do jornal porta-voz do bernardismo:

"Poderão alegar que o meu substituto agia sob inspirações minhas. Mas quem pode provar isso? O meu substituto foi o Dr. Deocleciano Coelho de Souza, atual inspetor de imigração no Estado do Pará. Prefeito no Alto Acre, durante cinco anos, ali deixou uma tradição de honradez e tolerância.

É um homem, cuja bondade todos o que o conhecem podem atestar."[56]

Pelo menos, os prisioneiros que o conheceram atestam exatamente o contrário. Isto, é claro, aqueles que sobreviveram. Durante o período do governo seguinte o tema de Clevelândia foi regularmente martelado pela oposição na tentativa de incriminação dos dirigentes da colônia e dos responsáveis pelo envio dos presos deportados a um lugar tão distante. Foi em vão. As defesas retóricas programadas pelo ex-presidente, ex-ministros, e pelo engenheiro chefe nunca foram derrotadas. Um dos principais argumentos usados nessas defesas eram as excelentes instalações existentes na colônia.

[56] *O Paiz*, 11/02/1927.

O Hospital:

O Hospital Simões Lopes[57] era o equipamento fundamental do programa de civilização levado a cabo pelo governo. Sua eficiência e bom funcionamento seriam o cartão postal da vila para todo o resto do país. O responsável pela sua administração, portanto, por todas as compras de medicamentos, suprimentos e equipamentos necessários ao funcionamento dos serviços médicos e de enfermagem, era o senhor Augusto de Moura Palha Jr., que mantinha residência fixa em Belém. Como o seu superior, Moura Palha visitava de vez em quando a vila agrícola, uma vez que acumulava também a função de correspondente do jornal *A Província do Pará*. Tratava-se de uma direção pró-forma, cuja falta de presença refletia-se na constante falta de medicamentos. Depois da chegada dos deportados então, a falta de remédios e outros suprimentos tornou-se a regra. A responsabilidade pelo funcionamento do hospital recaía, de fato, sobre os funcionários que residiam no lugar e nele trabalhavam.[58]

O Hospital fora inaugurado em 1922 como símbolo do progresso irrefutável e da chegada da modernidade. O regime de governo com ênfase na disciplina da população, principalmente aquela obtida através dos programas de higienização levados à frente com o discurso médico-sanitarista, alcançava, enfim, a longínqua fronteira setentrional. Um trabalho conjunto coordenado pelo Departamento Nacional de Saúde Pública contando com o apoio das comissões de saúde regionais. Como já vimos no segundo capítulo, conforme o relato deixado durante a visita realizada pela equipe do médico Heraclides César de Souza Araújo no ano de 1923, sensíveis avanços teriam sido obtidos no combate às doenças endêmicas da região do Oiapoque.[59] Contudo, esse discurso ufanista foi contestado por jornalistas locais e depois caiu por terra com o relatório nada abonador elaborado pelo médico do Exército, Virgílio Bittencourt, em 1927.[60]

O serviço de saúde local estava subordinado à Comissão de Profilaxia Rural do Estado do Pará, incumbida de combater a malária e demais maleitas típicas do impaludismo. O doutor Heraclides, chefe desta comissão, nomeou como primeiro médico o Dr. Feliciano Mendonça, responsável por aquele hospital. Durante o ano de 1922, o doutor Mendonça dividiu-se entre as visitas

[57] Simões Lopes foi o ministro da Agricultura do governo de Epitácio Pessoa e em sua pasta foi idealizada a comissão encarregada do povoamento do Oiapoque, daí o nome em sua homenagem. *A Notícia*, 04/01/1928.
[58] Pd. ALICINO, *op. cit.*, p. 90; ARP, capítulo Como nasceu Clevelândia.
[59] Pd. ALICINO, *op. cit.*, pp. 83,87,97. Ver também os artigos publicados pelo do Dr. Heráclides no Boletim Sanitário do Departamento Nacional de Saúde Pública durante os anos de 1922 e 1923. AN.
[60] Ver a resposta de Oscar Abrantes ao Dr. Heraclides em *A Província do Pará*. O relatório do capitão-médico Virgílio Bittencourt encontra-se em Inspecção de Fronteiras, Anexo 3, 1927. CBDL.

esporádicas à região do Oiapoque, as viagens pelo interior do Estado como chefe da Comissão e os artigos escritos para *O Estado do Pará*, onde também acumulava o cargo de jornalista. Não por acaso, *O Estado* pertencia à tradicional família do ex-governador e atual senador Justo Chermont, antiga proprietária das terras oiapoquenses compradas pelo governo federal e comprometida politicamente com ele.[61]

Uma das maiores dificuldades encontradas na colônia era a manutenção de funcionários especializados durante muito tempo seguido. Mendonça, pouco podia dedicar-se ao tratamento e aos cuidados cotidianos mandados por uma população ribeirinha desnutrida, infestada pela malária e outras endemias. Permaneceu à frente do hospital por menos de um ano e deixou o abacaxi para o Dr. Anastácio Monteiro. Desse médico existem poucas referências além de se saber que assumiu a direção do lugar até o fim do ano de 1924. Logo que chegaram os presos deportados, muitos funcionários pediram transferência e o médico Monteiro foi embora com eles. Nessas condições de debandada geral sobrou um médico veterinário surdo para tomar conta dos pacientes de malária:

"Quando foi nomeado para Clevelândia, como já havia médico, – o Doutor Anastácio Monteiro – ele foi admitido como veterinário pois entendia também da matéria, ficando como encarregado de saúde do gado e dos cavalos existentes na Colônia. Acontece que era surdo. E como a maior incidência da doença da região era malária e o tratamento era o quinino, quando chegava um doente ele pensava logo que se tratava da referida enfermidade."[62]

Poderíamos caracterizar Joaquim Paula Souza como um velho aloprado circulando com seu avental branco pela área do hospital e pela enfermaria anexa, carregando seus comprimidos de quinino e sempre pronto a enfiar uma injeção do mesmo remédio nos traseiros mais desprevenidos. Parece que ele também sofria de malária e terminou seus dias, esclerosado, em Clevelândia. Contudo, foi o único médico que se dispôs a permanecer no lugar e tornou-se uma figura folclórica mas também bastante querida pela população de colonos. Talvez por isto, Rocque Pennafort absteve-se de criticá-lo, preferindo usar o bom humor para se lembrar daqueles tempos idos. Na época, Rocque ainda era uma criança, e quando somos jovens tudo parece uma festa, mesmo quando é a tragédia que

[61] Pd. ALICINO, p. 90.

[62] ARP, Cap. 7 O ouro e o fim. O nome do dr. Monteiro aparece somente neste depoimento de Rocque e além desta fonte nenhuma outra informação sobre a origem e trajetória deste médico foi encontrada. Já o médico Joaquim Paula Souza tem seu nome diversas vezes pronunciado nas memórias de Rocque Pennafort e nos documentos deixados pelos presos deportados.

dá o tom da ópera. Até o patriarca de sua família e responsável pela colonização de Clevelândia, o velho chefe Francisco Pennafort, faleceu em 14 de fevereiro de 1926.[63] Como dizia o matuto, *"comecemo a morrê"*. Foi o período mais crítico da colônia, em que a morte rondava, erma, as casas, taperas e caminhos à espreita de sua nova vítima. Porém, o que é que nos relatos encontrados, tanto neste abaixo de Rocque, como no de suas filhas, ou nos depoimentos dos moradores mais velhos de Oiapoque, a morte, mesmo causada em circunstâncias absurdas, é considerada um fato naturalmente aceito:

"Até que chegou a vez de alguém de nossa família. O primeiro foi um primo de nome Waldomiro, filho do chefe da turma, o Cel. Francisco Pennafort. Este, desgostoso com o fato e ante a dificuldade decorrente da impropriedade da terra, voltou a operar sua frota de pesqueiros baseado numa feitoria que antes havia construído na foz do Igarapé Jenipapo, no rio Cassiporé, de onde, tempos depois, voltou doente somente para morrer e fazer companhia ao filho no cemitério de 'São Carlos".[64]

A perda de entes queridos, embora lamentada, aparece como uma decorrência da própria vida. Em nenhum momento há um questionamento do Estado sobre o seu papel, sobre as promessas não cumpridas ou o abandono dos colonos relegados a meros coadjuvantes em um grande campo de concentração de prisioneiros. Provavelmente o surdo médico teve pouca ou nenhuma responsabilidade nas mortes, afinal o que poderia fazer nas condições em que havia sido deixada a antiga colônia. Tratou de elogiar a ajuda recebida de seus subordinados:

"É de certo bom notar-se que nem todos os atacados faleceram, sendo, alias, deveu meu dizer que, talvez devido ao muito trabalho, boa vontade e esforço nosso e dos auxiliares enfermeiros, que foram incansáveis, o coeficiente mortuário, apesar de elevado, não foi o que poderia infelizmente atingir."[65]

Abandonada pelo governo federal, pelos funcionários públicos do Estado, sem verba disponível (afinal a agricultura não vingara), com escassez de suprimentos e medicamentos, sem gente disponível para auxilia-lo no combate às enfermidades que cresciam a cada dia, Joaquim Souza, único médico a permanecer nesse "front de guerra", teve que contar com alguns ajudantes,

---

[63] Viagem ao Núcleo Colonial Cleveland. Relatório reservado de Oldemar Murtinho, 1926, p. 44. Fundo AAB, APM. A provável causa da morte foi a disenteria bacilar que vitimou "oficialmente" 306 pessoas entre 1925 e 26.
[64] ARP, capítulo Como nasceu Clevelândia.
[65] Resposta de Joaquim Paula Souza, incluída no discurso do ministro Miguel Calmon no Senado, *A Notícia*, 04/01/1928.

pseudofarmacêuticos, e outros heróicos enfermeiros de campanha que eram quem efetivamente cuidavam dos doentes.

O primeiro farmacêutico contratado foi o Sr. Oscar Alves de Souza. Nas prolongadas ausências do Dr. Mendonça, permanecia como o responsável pelos cuidados médicos da população da vila. Fato comum em nossos interiores, a figura do farmacêutico de formação cumprindo as funções de médico de plantão era muito respeitada. Mas isto podia ser bem aceito num momento da vila em que a população era pequena e fazia-se o rotineiro tratamento dos casos de malária e impaludismo. Mas, quando o caldo entornou, no período da eclosão da epidemia bacilar em que as mortes tornaram-se diárias, a ausência constante de um médico pode significar o rápido agravamento de uma situação já crítica. Assustado, o farmacêutico principal Oscar Alves também abandonou o barco no ano de 1926 deixando a responsabilidade nas mãos de seu auxiliar, Fernando Guarany.[66]

O Major da Guarda Nacional, Fernando de Souza Guarany, fora contratado pelo governo para auxiliar a equipe médica no combate às endemias e chegou ao Oiapoque no ano de 1923, procedente da vila de Afuá, no delta do Amazonas. Segundo seu neto, o jornalista Rui Guarany Neves, o velho Guarany, filho de uma família sergipana, teria se formado farmacêutico pela Faculdade de Farmácia da Bahia antes de seguir carreira na Guarda.[67] Talvez por isto, afastado da profissão, ao mudar-se para Clevelândia tornou-se auxiliar do farmacêutico principal. Rui é o filho do sargento (segundo Rocque Pennafort) ou tenente (segundo Rui) Manoel Cavalcante de Albuquerque Neves com a filha de Fernando Guarany, dona Cezarina. O sargento/tenente amazonense era prático de farmácia no Exército e fazia parte de um grupo de militares detidos que, embora contrários à Revolução, tiveram que cumprir as ordens dos oficiais superiores rebeldes. Por isso, quando chegados em Clevelândia, os militares que juraram lealdade ao governo receberam tratamento diferenciado da direção da colônia. Puderam escolher trabalhos não braçais e servis e Manoel Cavalcante aproximou-se do hospital colocando-se à disposição para ajudar na farmácia do mesmo. Com isto travou amizade com o farmacêutico, na época ainda auxiliar.[68]

Daí, a história pessoal misturou-se aos acontecimentos políticos aqui tratados em mais um capítulo vivido por essas populações. Cavalcante Neves passou a freqüentar a casa dos Guarany e pede a mão de sua filha mais velha em

[66] ARP, Memórias, cap. Como nasceu Clevelândia.
[67] "A verdade sobre Clevelândia", artigo de Ruy Guarany Neves no *Jornal do Dia*, Macapá, 1995.
[68] Depoimento de Rui Guarany Neves ao autor em 26/05/2001.

casamento. Os Guarany, se tornariam família tradicional em Oiapoque e, décadas depois, se transfeririam para a capital do novo território da União, Macapá. Foi nesta cidade que encontrei o velho jornalista com sua visão particular e firme de uma história da qual sua família foi protagonista, mas nem por isto escapou da tragédia. Em 11 de setembro de 1925, morreu o tio de Rui, Oscar Guarany, e, pouco tempo depois do término da colônia penal, seu pai também faleceu vítima de hepatite.[69] Novamente, a morte lamentada é tida como um fato natural:

"Meu avô era um pesquisador naturalista que curou muita gente vítima da malária, com seus experimentos à base de plantas naturais. Só não conseguiu evitar a morte tão precoce de meu pai."[70]

As instalações inauguradas com a colônia agrícola incluíam um alojamento para a enfermaria num barracão ao lado do hospital. Porém, a eclosão da epidemia amebiana em meados de 1925 trouxe o agravamento das já difíceis condições hospitalares e o aumento da quantidade de enfermos. O acumulo de doentes obrigou rapidamente a construção de uma enfermaria provisória onde foram alojados os doentes em estado terminal.

Na falta de documentos e informações mais precisas, sabe-se, através da folha de pagamento da colônia, que constavam como enfermeiros Manuel Januário e a esposa do administrador do hospital.[71] Contudo, me parece muito improvável que esta senhora cumprisse regularmente suas funções em um momento tão delicado da vida da colônia. Mesmo porque seu nome não aparece em nenhum dos relatos encontrados, nem ao menos nas memórias bastante férteis da família Pennafort. Creio mais provável esta ser mais uma boca somada ao esquema burocrático-familiar montado em Clevelândia. O nome de Januário, o filho mais velho do mestre de obras João Januário, um dos construtores de Clevelândia, também não aparece em nenhum testemunho. Nas notícias e entrevistas publicadas com ex-detentos, as lembranças sobre os cuidados na enfermaria recaem sobre alguns soldados, enfermeiros do Exército rebelde, que trabalhariam como voluntários. Um deles, Domingos Patriarcha, detento capturado em Catanduvas, também não resistiu ao contágio da epidemia e faleceu em plena função de ajuda aos companheiros. Além dele, é comentado o nome do soldado enfermeiro Sebastião, que rapidamente conseguiu mudar de

[69] Cf. o relatório de Oldemar Murtinho, *op. cit.* p. 35 e a entrevista de Rui Guarany em *Folha do Amapá,* 16 a 22/09/2000.
[70] Depoimento dado ao autor por Rui Guarany Neves. Ver também o artigo publicado pelo jornalista na *Folha do Amapá,* 16 a 22/09/2000.
[71] Fundo AAB, APM. Prestação de contas, Ano 1925.

posto. O fato é que quase ninguém queria trabalhar voluntariamente no local mais arriscado da colônia e é bastante provável que alguns tenham sido recrutados à força. Em uma das entrevistas que deu aos jornais anarquistas em seu retorno, Domingos Passos concluiu desta forma sua narrativa sobre esse mesmo argumento:

"Ninguém, entretanto, queria ir para esse hospital. Em baixo das toscas habitações, deitados sobre a palha úmida e contorcendo-se em dores, ficava a grande maioria dos doentes, os quais ali mesmo espiravam... Temiam todos o hospital, porque, parecia-lhes aquele que para lá era removido, dois ou três dias depois na certa, estava saindo, já cadáver, com destino ao cemitério."[72]

A Estação de Rádio:

Foi o que fez o enfermeiro Sebastião, antes de ir para o cemitério contagiado pelo vírus da epidemia inventou um jeito de escapar. Na entrevista concedida por um ex-detento em seu retorno ao Rio de Janeiro, este se lembra da estratégia usada pelo enfermeiro para fugir da zona de risco:

"E lembrou-se de fazer-se passar por mecânico eletricista. Pôs logo a funcionar um pequeno dínamo de 320 volts, puxado por uma máquina a vapor, pequena, que existia na usina da firma Fonseca & C., de Belém do Pará, e que tem ali destilação de pau-rosa. Adquirindo uma grande máquina, encostara aquela. E Sebastião logo se aproveitou para fazer a instalação de luz elétrica, na colônia. Posteriormente, ali chegando o engenheiro Camelieri, auxiliou este na instalação do rádio, valendo-se do dínamo."[73]

---

[72] *A Plebe*, 12/03/1927.
[73] *Correio da Manhã*, 08/01/1927

Alegando ter conhecimentos de eletricidade, o novo *factotum* da colônia, posteriormente, foi trabalhar na construção da Estação Rádio-telegráfica local, obra que, para a direção, era a mais importante do Núcleo. As comunicações telegráficas de Clevelândia com o resto do mundo eram todas realizadas a partir da estação de rádio Telefunken-Marconi (sistema europeu) montada na vila francesa de Saint Georges. Desse local, a transmissão seguia para Caiena, depois para Fort-de-France, na Martinica, para finalmente chegar, via rádio, em Paris, de onde era retransmitida para Recife e então, via Western (telegrafo norte-americano), até Belém.[74] Além do longo caminho percorrido, o que mais incomodava as autoridades brasileiras era a dependência dos serviços da vizinha colônia francesa. Afinal, que tipo de emancipação o Amapá havia conquistado? Então, finalmente o governo federal resolveu dotar o Núcleo Cleveland de uma verba para a realização dessa tão desejada benfeitoria. Para o projeto e acompanhamento dos serviços civis foi chamado o engenheiro Roberto Camelier. A parte técnica eletromecânica foi supervisionada pelo radiotelegrafista Pedro Sá, que substituiu o escuta anterior Flodoaldo Barriga. Alguns detentos mal pagos, como o sabido Sebastião, entregaram sua força de trabalho a serviço do progresso. Quando finalmente terminou a construção, o engenheiro declarou exultante:

"É aquela a primeira estação oficial de ondas curtas que se monta no Estado do Pará [...] Está, portanto, dada a sua situação no extremo norte, a estação de Clevelândia em condições ótimas para servir como estação de qualquer sistema militar de comunicações, se tal se tornar necessário."[75]

Depois de concluída, a operação dos serviços da estação permaneceu com Pedro Sá que viveu muitos anos seguidos em Clevelândia. Segundo Camelier, a montagem foi um sucesso, pois após 4 noites de experimentos conseguiram estabelecer comunicação com duas dezenas de estações norte-americanas, entre elas a de serviço naval de Washington. O ex-chefe da colônia Gentil Norberto já se encontrava no Rio de Janeiro, merecida recompensa após tantos esforços na selva, e de lá recebeu um telegrama sendo informado do sucesso das transmissões telegráficas que conseguiram serem ouvidas, embora mal, até na capital federal. Parece que o rádio operava segundo a lógica de quanto mais longe melhor. É o próprio Camelier quem nos explica esta inversão de distâncias: *"Infelizmente não nos era possível estabelecer tráfego com Belém."*[76]

---

[74] ARP, cap.4. Clevelândia, o começo do fim.
[75] *O Estado do Pará*, 06/09/1926.
[76] *Ibid.*

E, em seguida, apresentava um arrazoado de argumentos para esse fracasso que não explicava nada. Concluía dizendo que:

"Achando-se Washington há mais de 8.200 quilômetros de Clevelândia, e Rio de Janeiro há perto de 3.000 quilômetros, e tendo as emissoras de S.P.C., iniciais da estação que acabamos de montar, chegado a essas cidades com grande intensidade, é claro que só pode afirmar serem garantidas, em quaisquer condições atmosféricas, as comunicações entre Clevelândia e Belém, que distam uma da outra apenas 500 quilômetros em linha reta."[77]

As palavras de Roberto Camelier, entrevistado pela imprensa paraense em setembro de 1926 após concluídos os seus serviços, foram intransigentes na defesa do companheiro engenheiro Gentil Norberto, num momento em que este começava a ser atacado pela imprensa de oposição após o retorno dos primeiros deportados. A estação recém montada, incrível, conseguia comunicar-se com os Estados Unidos e com a capital da Republica, contudo não operava com a capital estadual mais próxima, justamente aquela demanda mais necessária, tanto para as famílias dos colonos, como para melhorar o precário abastecimento da colônia. Comunicar-se bem com os Estados Unidos era um princípio fundamental para os velhos governos republicanos. Principalmente nessa fronteira com a França, diminuía a dependência para com a potência européia e reforçava o pan-americanismo da diplomacia brasileira, verificado desde a disputa das terras contestadas pelo Barão de Rio Branco. E por último, como foi claro Camelier, a SPC podia servir como estação militar de qualquer sistema de comunicações. Portanto, o objetivo fundamental, a estratégia de quebrar o monopólio de comunicações via Caiena-Paris, e direciona-lo, se necessário, para Washington, havia sido alcançado. Os serviços imediatos mais necessários com Belém seriam mero detalhe que com o tempo se arranjariam.

Quem mais aprovou a benfeitoria foi o Exército brasileiro quando, no ano seguinte, fez a visita de inspeção às fronteiras distantes sob a chefia do General Cândido Rondon. O relatório do 2 °. Tenente Adriano de Andrade Silveira apontou as qualidades desse equipamento:

"A Estação Rádio de Clevelândia, está instalada em uma casa de madeira de lei em um lugar muito bem arejado, e em terreno elevado. Internamente tem

[77] *Ibid.*

duas salas onde se acham instalados os aparelhos de emissão e recepção, uma resistência para carga de acumuladores."[78]

Contudo, nesse mesmo relatório do tenente Andrade Silveira uma frase leva a crer num certo fracasso do experimento telegráfico em Clevelândia, senão qual a razão para a travessia de nacionais do rio Oiapoque em direção a Saint Georges, cuja *"estação é utilizada pelos brasileiros residentes na margem brasileira do mesmo Rio para fazerem suas comunicações, sujeitando-se estes a uma taxa bastante alta."*[79] E assim continuaram as comunicações sendo divididas entre as estações dos dois países, impedindo ainda, pelo menos durante algum tempo, a afirmação de fato da tão desejada independência dos serviços, do comércio e da cultura francesa vizinha.

Edifícios e serviços públicos.

A falta de liberdade de circulação, o inchamento demográfico com a vinda dos prisioneiros do Sul do país e o desmantelamento de determinados serviços oferecidos à comunidade local foi um dos motivos, sem dúvida o motivo imediato, que decretou o fim da experiência agrícola em Clevelândia. E justo num momento em que alguns lotes bem cuidados começavam a dar sinal de retorno e de boa colheita. A vila de Clevelândia teve o acompanhamento de dois engenheiros agrimensores que, desde a fundação do núcleo, faziam as medições e organizavam as obras civis de planejamento urbano. Além disso, o engenheiro Antonio Mário Mazzini cuidava das observações meteorológicas do posto Oiapoque. Apesar do clima superúmido (2460 mm e 201 dias de chuva no ano de 1926), em Clevelândia há uma boa insolação e duas estações climáticas relativamente bem definidas, um inverno bastante chuvoso e um verão bastante quente, que não inviabilizam completamente a agricultura[80]. Com esse suporte, o também agrônomo Sebastião Dantas deveria auxiliar os colonos em suas lavouras e administrar o uso do rebanho de gado e do plantel eqüino.[81] Além da mudança forçada do perfil do lugar, o fracasso da colônia agrícola teve outras explicações de ordem econômica bem mais relevantes do que a mera deficiência técnica do solo e do pessoal. Vejamos a avaliação de Rocque Pennafort:

---

[78] Inspecção de Fronteiras, Anexo 3, 1927. Relatório do 2 °. Tenente comissionado Adriano de Andrade Silveira, p. 3. CBDL.
[79] *Ibid*, p. 4.
[80] Inspecção de Fronteiras. Anexo 3, 1927. Relatório do Major Boanerges de Souza, pp. 14. CBDL
[81] *Ibid*, pp. 18-20. Em 31/12/1926, a população animal era de 16 vacas, 5 cavalos e 2 burros.

"Tentativas foram feitas, sendo a de maior envergadura o projeto de produção de açúcar e farinha com as culturas de cana e mandioca – justamente as duas que mais produziam na região – do senhor Sebastião Dantas, no lote 8, pouco acima da cachoeira Grand Roche, no decorrer dos anos de 1925 e 1926. E o resultado foi negativo. Só podia fabricar açúcar moreno e farinha e depois ia se vender a quem a produção? Exportar não podia. Os mesmos produtos importados chegavam mais baratos. Porém, se o objetivo colonial agrícola falhou, o principal – o povoamento – teve algum êxito."[82]

O agrônomo trabalhava experimentalmente o lote do ex-colono José Gabriel que se transferira com a família para Martinica. Frustrado com o fraco resultado obtido e com o avanço da epidemia, Dantas deixou o lote, o cargo e o experimento. Em sua substituição foi convidado o agrônomo Saturnino Brito que pouco fez. Era o início do fim. Como se vê pelo relato de Rocque, alguns lotes até que conseguiam ter uma produção relativamente eficiente, contudo, não havia um esquema de distribuição para essa produção que lhe garantisse mercado e preço. Vimos anteriormente que no lado francês havia fazendas de produção de *couac*, arroz e outras lavouras. Boa parte daqueles produtos importados a que se referiu Rocque provinha da Guiana Francesa, cujo custo de produção, teoricamente, deveria ser mais elevado, uma vez que o franco era muito mais forte que o Réis. Ora, uma explicação que poderia ser dada é a do subsídio à produção praticado pelo governo francês como forma de fixar sua população produtiva no lugar.

De sua parte, o Estado brasileiro, amparado pelo histórico motivo da falta de verbas, não se preocupou com essa questão. A primeira etapa do programa até que foi cumprida direito. Convenceu e levou um grupo de trabalhadores agrícolas em busca de terra para a fronteira mais distante. Implantou uma infra-estrutura mínima baseada no discurso disciplinar do saneamento de regiões insalubres e no discurso soberano da vigilância do território nacional. Não se preocupou, contudo, com a etapa posterior de continuidade da colônia agrícola, nem com sua futura auto-sustentação.

[82] ARP, cap. 7 O ouro e o fim,

A infra-estrutura comercial.

Os suprimentos continuavam sendo fornecidos ou através da Guiana ou vindos de Belém. Abasteciam as casas comerciais montadas em Clevelândia, filais de propriedade de empresários da capital paraense, que somente revendiam os produtos trazidos diretamente de suas matrizes. A casa Affonso Fonseca & Cia. supria os mantimentos e a casa Cezar Santos e Cia. fornecia os medicamentos. Primeiro o engenheiro Gentil e depois o pagador Deocleciano levavam a conta gorda das compras efetuadas no mês anterior para a sede da Comissão de Povoamento em Belém fazer o pagamento. Um esquema de favorecimento de particulares somado a todo o aparato burocrático montado que já vimos. Beneficiaram-se poucas famílias. Manoel Neves, por exemplo, com medo da epidemia, conseguiu arrumar trabalho como atendente comercial na casa Fonseca. De nada adiantou, pois pouco depois fez companhia aos seus colegas do Amazonas no cemitério São Carlos.

Assim, envolvida na trama de favores mantida pela burocracia, onde o nepotismo imperava, com privilégios para alguns em detrimento de muitos, a economia produtiva da colônia agrícola agonizava. A pequena produção local não escoava e nem ao menos na própria região era comercializada. Além de toda a dificuldade do solo em se realizar a lavoura, a dificuldade logística originada pelo esquema de troca de favores praticado agravava a situação. Com esta absoluta ausência de planejamento, o desejo do governo em ocupar e povoar a região através da economia agrícola foi deixado de lado e se passou a usar a idéia similar adotada pelo estado francês em relação à sua colônia Guiana: o envio de uma população de presos para ocupar a região. Pensava-se assim, que de algum modo estes homens se fixariam no lugar.

A escola.

Concluindo a apresentação da estrutura burocrática de Clevelândia, o equipamento público que deveria ser o mais importantes num regime disciplinar que se impunha, a escola, foi fechado assim que os deportados lá chegaram. Dona Judith, a irmã do agrônomo Sebastião Dantas, era a professora da Escola Dulphe Machado. Casada com seu Godinho, o contador da colônia, era auxiliada na escolinha pela irmã deste último, dona Margarida. Continua o entrelaçamento burocrático familiar operando em todos os níveis dos afazeres da colônia. A rede se estabelece sempre em torno das verbas públicas do Estado, único agente motor do desenvolvimento econômico, e da carreira no funcionalismo, a única forma de se escapar do trabalho braçal considerado vil. O objetivo de algumas famílias de moradores era o de conseguir ocupar postos nessa burocracia e para isso, se submetiam a toda sorte de pequenos trabalhos, às vezes até voluntariamente como serventes. Os homens circulavam como moscas rondando os escritórios da administração, a típica figura do "puxa-saco", enquanto as moças esperavam por uma oportunidade, numa visita familiar ou numa celebração, de se mostrarem aos melhores partidos, digo funcionários. O casamento ainda era a única e remota esperança de salvação do destino incerto e o meio possível de alcançar melhor estabilidade e segurança para si e toda a família.

A badalada escola inaugurada no ano de 1922 com 45 alunos, esta sim que deveria servir como marco da transformação do sistema burocrático familiar, sofreu duro golpe com a chegada dos prisioneiros deportados. No ano de 1925 as aulas foram suspensas e *"a 'Escola Dulphe Machado' inaugurada no "Centro Agrícola Clevelândia" para educação dos menores das famílias ali residentes e que nós estamos autorizados a dizer que, atualmente, é o alojamento das praças do destacamento do exército lá existente."*[83] Para os libertários Domingos Braz e Domingos Passos, autores desta carta, transformar um equipamento de educação, o local máximo da cultura dos valores de um novo mundo, em um equipamento militar de auxílio à repressão da liberdade individual, era um dos maiores desrespeitos à dignidade humana cometido pelo governo.

Quando as fugas de deportados tornaram-se freqüentes, no mês de fevereiro de 1925, chegando a incomodar as autoridades da vizinha Guiana Francesa, o contingente militar lá aquartelado foi reforçado. Inicialmente, os 26 praças do Exército federal foram aumentados para 50. Mesmo assim, ainda eram

[83] *A Plebe*, 12/03/1927.

insuficientes para conter os quase 800 presos que lá se encontravam em março. Finalmente, o governo do Estado decidiu enviar como reforço mais 70 homens da Força Estadual acumulando, então, mais de 120 militares na vigilância dos presos. Onde alojar todos esses soldados. A melhor solução apresentada, sem consulta aos colonos, foi transformar o equipamento projetado para a educação das crianças em alojamento militar. Talvez a severa disciplina imposta aos pequenos pelas educadoras fosse a mesma exigida aos soldados: sentido ou palmatória. Mas o fato mais incômodo desta história é a ausência de queixas nos relatos dos mais velhos moradores e nas memórias dos colonos ante essa situação. Já não bastava o risco de se dormir sem saber se no dia seguinte o morador estaria ou não infectado. Agora os filhos dos colonos, cujo Eldorado mostrou-se uma miragem, continuaram em sua analfabeta ignorância. Talvez, os moradores mais incomodados não sobreviveram para narrar sua versão dos fatos, ou, se sobreviveram, não lhes foi permitido narra-los. De todo modo, a versão mais aceita é a de que a vida na colônia foi *"empecilhada pela chegada dos presos"*.[84]

O fechamento da escola representou simbolicamente para os poucos colonos remanescentes o ocaso do sonho dourado. Mesmo em sua sigilosa ignorância, restou-lhes uma leitura direta da mensagem transmitida pelo Estado: "de agora em diante, é cada um por si", como sempre foi.

*

Através dessa organização administrativa existente no Núcleo Cleveland vê-se como se espalharam os tentáculos estruturais do polvo Estado vinculando os grandes proprietários rurais, comerciais e os meios de comunicação em nível federal e estadual. Vê-se, também, como o exercício desse poder abstrato materializa-se na vida cotidiana através dos cargos públicos exercidos por parentes, homens de confiança e conhecidos, deslocando-se pelo território a serviço do polvo e se alimentando também dele. E como que, num nível ainda mais rasteiro, o da vida cotidiana da população local, uma parte dessa população procura reproduzir essas mesmas relações funcionais com o objetivo de conquistar uma ocupação ou uma notoriedade pública. A almejada mudança de nível social passa a depender do uso estratégico dessa estrutura inventada do Estado, de seus nós interiores. A habilidade em aceitar relacionamentos de subordinação, ponte para o ingresso nesse aparelho, no decorrer dos anos

[84] Pd. ALICINO, *op. cit.*

garantirá a essas famílias ascensão social e o conseqüente domínio das relações políticas locais.

7. A quebra da rotina dos moradores.

A transformação quase instantânea do antigo Núcleo Colonial Cleveland, de sua antiga função de colônia agrícola de povoamento para a de um campo penal de confinamento, provocou mudanças definitivas no cotidiano local. A colônia teve sua vida "tumultuada", termo usado em alguns depoimentos para se referir à inflação demográfica trazida pela chegada dos deportados. Foram mais de 700 homens desembarcados em menos de 3 meses que tiveram de ser provisoriamente divididos e alojados nas dependências da escola, de um barracão que funcionava como hospedaria e em casas particulares de colonos. O alojamento provisório em muitos casos tornou-se definitivo, caso do fechamento da escola e a cessão compulsória do espaço em algumas casas; *"nós mesmos, em nossa casa no Siparany, alojamos dois elementos dos chegados na terceira turma"*, lembra-se Rocque Pennafort.[85]

Para as crianças talvez tenha sido um grande divertimento esse ano de 1925. Com as aulas suspensas e o tempo livre para expandir a natural curiosidade pelo mundo, o contato direto com os soldados revolucionários no quintal de casa trouxe um novo horizonte para os jovens dessas famílias. Seguindo o relato deixado por Rocque, *"nós, os garotos, ficamos logo familiarizados com a turma dos marinheiros"* e as trocas entre ambos tornaram-se freqüentes. Muito tempo longe de suas famílias, vários soldados buscaram relações afetivas com as famílias locais. Rocque continua o mesmo relato informando que os marinheiros *"constantemente iam passear em nossa casa, principalmente aos domingos, quando sempre fazíamos por ter caça ou peixe fresco, algumas frutas, beiju de mandioca, garapa e macaxeira, que eles chamavam caldo de cana e aipim respectivamente."*[86]

---

[85] ARP, cap. 4, Clevelândia, o começo do fim.
[86] *Ibid.*

Em algumas famílias de agricultores os contatos mais íntimos entre os soldados visitantes e as meninas locais geraram futuros namoros e até casamentos. A imagem projetada na figura de um soldado e ainda mais na dos oficiais do Exército causava enorme fascínio, não somente nas crianças, mas principalmente nas jovens mulheres do lugar. Uma região tão distante e despovoada como o Oiapoque, foi, repentinamente invadida por centenas de homens. E mesmo que fossem prisioneiros de guerra, muitos deles eram jovens militares, fisicamente atraentes, trazendo um mundo absolutamente novo e diferente naquela paragem. Seguramente tocaram o coração e a mente das meninas. Talvez não fossem os partidos mais desejados pelos seus familiares, que provavelmente prefeririam a segurança trazida pela carreira de um bom funcionário de Estado, mas um dia, pensavam, o estado de sítio acabaria, as prisões seriam suspensas, e os que sobrevivessem retomariam sua carreira no Exército. Nessa perspectiva, o sonho do amor unia-se ao sonho da mudança em busca de uma vida menos penosa e mais atraente. Se na união da filha do farmacêutico Guarany, foi seu marido militar o favorecido com a estabilidade conquistada, na maioria dos romances ocorridos foi a esposa quem realizou sua projeção de mudança de patamar social e de vida. Vejamos algumas histórias relatadas por Rocque[87]:

"o sub-oficial Bertholino Pizzato, que em 1926 tornou-se meu padrinho de crisma e em 1927 casou-se com minha madrinha Maria, filha do mestre João Januário da Silva. Pizzato ficou em Clevelândia ainda alguns tempos, onde nasceu sua primeira filha, – Cecília Clevelândia Pizzato."

"Outros, inclusive os que pretendiam constituir família, ainda ficaram bastante tempo até conseguirem recursos suficientes para saírem com dignidade, com recursos próprios, ou com o auxílio da família.

Houve mesmo o caso do sargento da marinha José Francisco da Silva, ou '26' como era mais conhecido, devido ao número do boné, que tendo se amasiado com uma cabocla nativa chamada Julia, morava longe, acima da cachoeira do Maripá, e só saiu do Oiapoque depois de vitoriosa a revolução de 1930 e concedida a anistia. Ele foi ao Rio e apresentou-se ao Pessoal da Marinha, foi reincoprorado, recebeu os atrasados e voltou a Clevelândia buscar sua companheira."

"o caso de maior permanência (acredito que definitiva), pertence ao civil Manoel Vitorino dos Santos que constituiu família e ainda hoje em junho de

[87] *Ibid.* Os relatos surgem em diferentes capítulos.

1978, reside em Macapá. Sua esposa encontra-se em Oiapoque, onde tem um filho."

"o General Rondon assinou o livro de testemunhas do casamento do deportado, prático de farmácia e ex-sargento do exército revolucionário de Manaus, Manoel Cavalcante Neves, com uma filha do farmacêutico Fernando de Souza Guarany."

*

Se por um lado, a chegada em grande quantidade de soldados mudou definitivamente a vida de muitas das jovens locais trazendo também alegria e curiosidade aos meninos, provocou, principalmente, uma completa desestruturação na vida da maioria das famílias. Paulatinamente, a cordialidade com que eram tratados os colonos agrícolas pelo setor administrativo desapareceu. E com ela, desapareceu também a relativa liberdade de que desfrutavam, tanto os colonos quanto os detentos, até meados de fevereiro do ano de 1925.

Inicialmente, a circulação dentro e fora da vila de Clevelândia ainda era livre, e mesmo os deportados por motivos políticos não estavam submetidos a um regime de extrema vigilância; somente os prisioneiros comuns tidos como bandidos perigosos eram severamente acompanhados. As conseqüências dessa livre circulação num campo de prisioneiros foram as constantes fugas dos detidos (elementar: o objetivo de todo prisioneiro, em tese, é escapar). A maioria das evasões sucedia para a outra margem do rio Oiapoque, território em que as autoridades brasileiras não tinham jurisdição. No mês de fevereiro já havia dezenas de pessoas no lado francês esperando uma oportunidade para abandonar definitivamente o confinamento na selva setentrional. Esse trânsito ilegal provocou seguidas reclamações das autoridades francesas de Caiena e os constrangimentos provocados tornaram o caso uma questão diplomática. Até o presidente da República interviu, pressionando o chefe de polícia paraense para resolver o problema. O General Dionysio Bentes então, replicou neste telegrama:

"Tenho a honra de comunicar que recebi telegrama de V. Excia. sobre os presos do Oyapock, tendo tomado imediatas providências sobre o assunto – Já me havia anteriormente entendido com o deputado Eurico Valle informando a fuga, não só esses mas muitos outros presos pois o destacamento federal ali acantonado é insuficiente. De sorte que os evadidos vem perturbar a vida do

Estado, não dispondo de elementos para aumentar a limitada Força Estadual de 600 homens. Respeitosas saudações. Dionysio Bentes."[88]

Talvez, no início das deportações, nem o governo federal, nem o estadual, muito menos a direção do núcleo, tivessem uma idéia exata do que queriam. Não houve nenhum planejamento sobre o que ocorreria com o Núcleo Cleveland durante este período de exílio interno. Os prisioneiros foram simplesmente despejados lá, como um resíduo tóxico que é eliminado num ambiente selvagem para não incomodar a sanidade do ambiente civilizado. Como se isto fosse possível. Aparentemente, seguindo o argumento usado pelo governo em sua defesa, eles foram enviados para a fronteira como uma maneira de se evitar na justiça os sucessivos pedidos de *hábeas corpus* impetrados. Uma explicação sem sentido; a única lógica nesse argumento é a de que quanto mais longe a prisão, mais difícil torna-se o cumprimento da lei.

O fato é que nem o governo teve um projeto para cuidar dessa gente, nem a direção do núcleo quis envolver-se, pelo menos no princípio, com esse problema. Isto explicaria a falta de vigilância sobre os prisioneiros. A própria selva se encarregaria de vigia-los, afinal, aonde poderiam ir os eventuais fugitivos. Contudo, as coisas não funcionam exatamente da forma como se imaginam, principalmente quando não há nenhum tipo de planejamento. E, portanto, não há, também, nenhuma ação substitutiva caso isto seja necessário. Foi o que ocorreu. O governo federal, estadual e a direção local, somente começaram a se mexer após o problema ter se tornado insustentável. Somente a pressão externa obrigou o Estado, dois meses depois, a encarar a contrapartida de sua ação com as obrigações necessárias. E a única obrigação em que se pensou de imediato foi o aumento da repressão. O general Bentes mandou um pelotão estadual de 50 homens e a força militar de vigilância passou a contar com mais de 120 homens. Todas as demais ações que deveriam acompanhar a montagem e o funcionamento de um presídio, colônia penal ou campo de concentração que fosse, foram ignoradas. Desse modo, a relativa liberdade e o trato cordial que existia com os migrantes camponeses convidados, definitivamente desapareceu, afetando, não somente os presos deportados, mas todos os habitantes civis do lugar.

Em conseqüência disto, as aulas na escolinha local foram suspensas durante os anos de 1925 e 1926. A escola tornou-se alojamento militar e a professora abandonou o lugar junto à sua família. Muitas das famílias de habitantes de

[88] MR 14, fotograma 8 e 9. Fundo AAB, AEL.

Clevelândia tomaram a mesma decisão transferindo-se para a vila vizinha de Martinica.

*

O antigo pouso dos imigrantes antilhanos, a vila originada do fluxo negro e *créole* de garimpeiros e mercadores de vida nômade vindos dos mocambos e aldeias do Cunani e do Camopi, viu sua velha fisionomia ser transformada. A primeira mudança veio logo com a instalação da vizinha colônia agrícola, fato que provocou a alteração nas relações econômicas de produção do lugar. E depois, com o fim da experiência agrícola e a ocupação da colônia por um campo de confinamento de prisioneiros, outra mudança provocando rapidamente um aumento demográfico da vila que funcionava como dormitório dos trabalhadores da indústria de extração. E onde se trabalhava?

"Os habitantes de Martinica, além de se ocuparem da pequena agricultura e da pesca, tinham a sua maior fonte de renda e ocupação nas usinas de extração de essência de pau-rosa instaladas ao longo do rio Oiapoque: uma em Demonty [...];uma em Taparabou, uma em Tampac (francesa) onde havia também uma outra não de produção de essência, porém de 'Tafiá'(aguardente); uma em Clevelândia e algumas no alto Oiapoque."[89]

O velho arremedo de cidade, um ajuntamento de casebres esparsos na beira do Oiapoque e no alto dos barrancos, cede lugar a um povoado, um amontoado de novos barracos habitados por pequenos comerciantes e frustradas famílias de colonos provindas de Clevelândia que deixaram a atividade agrícola para se dedicar, como assalariados, à rudimentar industria local. A vila de Martinica começou a assumir as feições que persistem até hoje na atual cidade do Oiapoque. A característica de ser um pólo regional de comércio e diversão com um alto percentual de população flutuante funcionando como cidade-dormitório para as famílias de trabalhadores na indústria de extração na beira do rio. Mesmo a família Pennafort, uma das protagonistas da epopéia da colonização de Clevelândia, também sucumbiu ao fato irreversível de sua decadência em menos de 4 anos de vida:

"Muitos colonos já haviam procurado outro meio de vida. Nós pessoalmente, depois do falecimento de nosso pai em julho de 1926, não tivemos mais condições permanecer como colonos. Passamos a residir em Clevelândia

[89] ARP. O peixe do Oiapoque II.

onde conseguíamos sobreviver nos mais variados serviços. Nas usinas beneficiadoras de pau-rosa, no comércio, e eu depois passei a 'funcionário' (servente) da Comissão."[90]

Além da característica industrial extrativista, a economia local também sobreviveu de negócios e afazeres, senão muito bem aceitos pela moralidade moderna, porém necessários e fundamentais à vida. No depoimento dado por Manoel Figueiredo da Silva ao padre Alicino nota-se que desde a chegada dos primeiros caboclos migrantes, Martinica mantinha a fama de lugar de festa e badalação iniciada com *"as visitas à casa do crioulo que, com sua gaita tocada habilmente, se tornara chamariz para quantos gostassem de uma alegre diversão."*[91] Anos depois, contrapondo-se ao velho Émile Martinique com sua gaita de pife, chegaram dois tocadores de sanfona provocando o ritmo do *cassecorp* crioulo com o do forró nordestino. Um deles, *"Manoel Simão logo se distinguiu no meio dos outros, pois a sua mão direita mais parecia uma pequena bola achatada"* e o outro, seu *"Basileu se popularizou com a sua maneira interessante de fazer marcação de compasso quando tocava, batendo fortemente o pé direito no soalho."*[92] Os músicos acima lembrados com detalhes por Rocque Pennafort reforçam a importância do espaço do bar e da festa como a principal fonte de diversão nesses distantes rincões.

O senhor Manoel Figueiredo ainda falou de um clube que funcionaria como a casa brega freqüentada pelos presos deportados, que apesar do *"rigor disciplinar que não permitia na sede da Colônia celebração alguma de farra, não venceu os instintos desenfreados de muitos presos."*[93] Esta última interpretação moral dada pelo padre ao depoimento anterior, mostra que já no ano de 1925 havia a presença do mesmo esquema de diversão dominante em grande parte das vilas brasileiras levantadas no meio da floresta amazônica. Essa região economicamente dominada pelas atividades do garimpo e do extrativismo, com pouco desenvolvimento da agricultura, atraiu uma população majoritariamente masculina que no caso do Oiapoque e, particularmente nessa época aqui narrada, foi agravada pela presença de uma grande quantidade de soldados e prisioneiros. A casa noturna em Martinica oferecendo música como diversão, reclama a presença de mulheres livres de compromissos familiares, em geral índias ou caboclas abandonadas pelos provedores, que se oferecem para acompanhar os visitantes. Nesse contexto de sexualidade floresce um esquema natural de troca

[90] ARP. O Inferno Verde (III)
[91] Pd. ALICINO, *op. cit.*, p. 116.
[92] ARP. O peixe do Oiapoque II.
[93] Pd. ALICINO, *op. cit.*, p. 116.

de favores que, dependendo do desenvolvimento econômico que se sucede, pode tornar-se um esquema formal de prostituição.

O clube organizado por João Arthur, que segundo o depoimento de Manoel Figueiredo seria um deportado fugitivo de Clevelândia, promoveria esse esquema, contratando mensalmente moças vindas de Caiena.[94] Parece ser bastante difícil que um ex-prisioneiro pudesse estar à frente desse negócio sem a permissão ou a sociedade de autoridades militares da colônia penal. É possível, portanto, que a institucionalização de um regime profissional de prostituição em Oiapoque teve como ponto de partida a necessidade de suprir as carências sexuais do grupo de soldados lá enviados, como fez, na literatura, o coronel Pantaleão nos confins da Amazônia peruana/colombiana[95]. E a casa acabou por funcionar também como uma válvula de escape no alívio das tensões criadas pelo confinamento de presos perigosos, o que poderia gerar conflitos incontornáveis no campo de prisioneiros.

*

Desse modo, houve um sucessivo deslocamento da rotina de vida dos colonos que chegaram para a agricultura em direção a um cotidiano mais urbano, se é que se pode usar este termo, na crescente vila de Martinica, depois chamada de Espírito Santo. A atividade comercial aumentou ainda mais com a chegada de novos comerciantes e a transferência de familiares de funcionários públicos do núcleo colonial para a vila, como por exemplo, o senhor Abel Laroque, parente do almoxarife, que montou a casa de comércio Gato Preto.[96]

O aumento demográfico fez com que o Estado também se interessasse pela localidade, intervindo com a chegada de seus poderes. É nessa época que são instalados os Correios, o Cartório de Registro Civil, a sede da Coletoria Estadual. A doutrinação religiosa das últimas almas pagãs também chegou com a inauguração da capela em 1926 e a elevação de Oiapoque à categoria de paróquia.[97] Poucos anos depois, por volta de 1929, segundo o depoimento de Pompeu Gomes, começou a funcionar em Espírito Santo a primeira escola, lecionando aos alunos a professora Luzianzena Telles[98]. As instituições disciplinares do Estado e da Igreja cercaram, enfim, os últimos resquícios de

[94] *Ibid*, pp. 116-7.
[95] Mario V. LLOSA, *Pantaleão e as visitadoras*.
[96] Pd. ALICINO, *op. cit.*, p. 117.
[97] A Paróquia de Espírito Santo do Oiapoque foi inaugurada na vila de Martinica em outubro de 1926 pelo padre Luis Bechold. APO.
[98] Pd. ALICINO, *op. cit.*, p. 119.

nomadismo da fronteira. Mesmo assim, as práticas culturais tradicionais persistiram.

Enquanto os novos colonos, os funcionários do Estado, a gente que quis passar por de bem, acompanhou a modernidade, ingressou no funcionalismo, seguiu o culto católico aos domingos em homenagem ao divino padroeiro Espírito Santo, legitimou sua posse de terras no cartório e fez carreira na política, outros seguiram sua vida ribeirinha, mantendo as características dos caboclos amazônicos, pescando de pouso em pouso, comendo o peixe moqueado, bebendo sua aguardente, cultuando os orixás em uma capelinha de *guleta*[99], louvando a imagem de São Benedito. Apesar das diferenças se aprofundarem, permaneceu o gosto comum nessa fronteira do norte amazônico, com a vida humana seguindo ditada pela abundância da água e girando em torno ao grande rio.[100]

*

Mais do que a conquista a colonização e o embate cultural entre os distintos modos de vida em disputa do domínio regional, além da trama entrelaçada entre o Estado, os funcionários do núcleo e alguns moradores de Clevelândia, houve em comum entre o discurso do governo e o de grande parte dos moradores locais a defesa intransigente das boas condições de saúde da zona do Oiapoque. Afirmar que o lugar onde se mora é bom não era somente efeito da propaganda do governo ou da defesa feita pelo senador Miguel Calmon de sua atuação à frente do Ministério da Agricultura:

"Sr. presidente, é de ver de todos os brasileiros não recear viver em qualquer zona do país, visto que, a continuar a propaganda de que somos um vasto hospital *o interior se despovoará e os habitantes das cidades salubres morrerão de miséria e de fome. Já o efeito dessa propaganda, levada a exageros incríveis, começa a se fazer sentir no abandono das nossas fronteiras, cuja posse*

[99] Nome *créole* para uma madeira em forma de ripa.

[100] Isto é muito presente na importância dada por Rocque Pennafort à pesca. Ele dedica quase um quinto de suas memórias para tratar do tema do peixe, da pesca e de seus problemas. (filhote, piraíba, dourada, curimã, tainha, pescada, gurijuba, cara-açú, camorim, uritinga, bagre, tacareúna, espardate, cação, tubarão, arraia).Lembra saudoso que "*no trecho do rio que tem por centro a atual cidade do Oiapoque, isto é, compreendido entre Santo Antônio e a cachoeira Grand Roche, em qualquer época da década dos anos 20, era uma tranqüilidade pescar. Com tarrafa, de noite, apanhava-se em quantidade cara-tapioca (uma espécie de jaraqui melhorado), curimatá e as três espécies semelhantes, pacu, cumaru e curupatê, para se falar só nos principais. No fim do verão, se você botasse linha, na foz do Pontanary, atravessando a margem em direção a ilha Barbosa, com boas iscas, no início da enchente, e só a retirasse próximo da preamar, podia contar tantos anzóis quantas piramutabas de até 3 e 4 quilos cada. Filhotes até 100 quilos de tamanho apanhavam-se com facilidade.*" ARP. O peixe do Oiapoque.

pode Rio Branco alegar para reivindicá-las, porque os portugueses e, depois, os brasileiros, nunca as deixaram desocupadas."[101]

O objetivo seria o de garantir o progresso e a sobrevivência. A epidemia, a morte cotidiana, o fracasso agrícola, o abandono do núcleo, mesmo os mais impossíveis de serem negados não foram suficientes para desmontar o discurso da higienização, do saneamento e da ocupação, a qualquer preço, do sertão do país. Tanto para o governo, como para a elite regional, aquela população local que poderíamos chamar de vencedora, apesar de tudo, Clevelândia permanecerá sempre sendo apenas *"um pedaço bucólico do médio Oiapoque."*[102]

[101] Discurso de Miguel Calmon, *A Notícia,* 04/01/1928.
[102] Texto de Hélio Pennafort, *Folha do Amapá,* 16 a 22/09/2000.

8. O dia-a-dia dos prisioneiros.

O centro agrícola passou por um período de adaptação, se é possível dar esse epíteto ao período confuso que se sucedeu à chegada das primeiras levas de prisioneiros deportados, entre o final de dezembro de 1924 e o fim de fevereiro de 1925. Durante esse curto espaço de tempo não podemos de modo algum afirmar que em Clevelândia funcionasse um campo de confinamento ou de concentração, nem ao menos que ali existisse uma nova colônia penal. Nesses dois primeiros meses o que ocorreu na colônia foi um verdadeiro salve-se quem puder, um despejo de gente, muito mais gente do que lá já existia. Não havia absolutamente nenhuma previsão nem preparação do setor administrativo para a chegada desses prisioneiros. Como já vimos, não existiam alojamentos, nem celas, nem casas, nem barracões para os deportados. Dependendo de sua periculosidade, o que já é um critério bastante dúbio de definição, foram colocados em casas de colonos, amontoados em uma hospedaria, que era um grande barracão próximo à enfermaria, e "gentilmente" convidados a construírem suas próprias choupanas, caso quisessem se abrigar do sol, da chuva e do vento.

Portanto, nesse primeiro período de vida na selva, os deportados lá enviados gozaram de ampla liberdade de circulação. A vigilância estava restrita ao grupo de 50 praças do Exército paraense que lá já se encontravam e que era insuficiente, seja para acompanhar os prisioneiros na colônia, seja para evitar as fugas deles para a Guiana ou de volta a Belém. E era realmente muito fácil evadir, o que não significava, contudo, que esses "fujões" conseguissem deixar a região do Oiapoque. O mais comum, também por ser a empreitada mais em conta, era a contratação de uma canoa para atravessar o rio em direção a Saint Georges e de lá, tentar a sorte em Caiena ou ir de volta Belém. Mas deixarei para falar destas fugas, algumas delas até teatrais, mais adiante, em um item específico para este assunto. Por ora, interessa saber que muitos desses presos tinham o sonho de fuga abortado na Guiana. De lá não conseguiam transporte de volta para o Brasil, ou não obtinham passaporte para ir a Caiena e muito menos trabalho para se manter em solo francês. Dezenas de presos, talvez mais de uma centena, passaram por Saint Georges durante esses dois meses, uma vila com pouco mais de mil habitantes, onde reproduziram os mesmos problemas existentes do lado brasileiro. Muitos foram enviados de volta a Clevelândia causando transtorno na rotina da fronteira e até um entrevero diplomático. Já vimos até a intervenção do presidente da República para a solução do problema, o que unicamente fez aumentar o contingente militar de defesa na ex-vila agrícola.

Não que tenha sido essa a causa fundamental da mudança de conduta da Administração da vila, mas a partir desses eventos, a colônia penal assumiu de fato sua função. A vigilância dos prisioneiros tornou-se mais severa e o tratamento a eles dado passou a ser denominado regime disciplinar, com direito a trabalhos forçados. Desde o fim de fevereiro de 1925, Clevelândia assumiu as características de um campo de concentração, um confinamento forçado tendo a selva aberta como vigilante constante. E esse duro regime aplicado se estenderia pelo menos até setembro desse mesmo ano, quando a epidemia bacilar passou a afugentar até os próprios funcionários do governo. Daí em diante, com a alta mortalidade provocada, a colônia assumiu proporções de campo de extermínio. Em relação ao período de tratamento severo dado aos presos, temos relatos de ambos os lados: dos que cumpriram a pena e dos que a fizeram cumprir. Apesar de algumas divergências nos discursos deixados pelos prisioneiros, na maioria dos documentos encontrados é possível encontrar esta clivagem binária.

*

Para impor uma conduta rigorosa e disciplinada a administração da colônia deu ordens para que os presos não se locomovessem além dos limites traçados: ou seja, um polígono compreendido entre os rios Oiapoque, Pontanari, Siparani, e a floresta fechada ao fundo.[103] Pouco a pouco, os considerados prisioneiros políticos, que inicialmente somente trabalhavam na construção de suas casas e manutenção de seus lotes, foram chamados ao trabalho forçado. O tenente Lauro Nicácio foi um dos primeiros a reclamar disso, dizendo que *"logo que chegamos tínhamos uma certa consideração da Comissão da Colônia. Somente os malandros eram empregados na roça. Com o tempo começaram a nos por em diversos serviços de capinação e depois fazíamos tudo – roçar, tirar toras de madeira do rio para a serraria, auxiliar na serraria, dando-nos quando o serviço era muito pesado e árduo, uns cigarros como animação."*[104]

Do depoimento desses soldados rebeldes depreende-se que, a princípio, o chamado regime disciplinar que incluía os trabalhos forçados dos prisioneiros lá confinados era uma condição exclusivamente imposta aos bandidos processados por crimes comuns e não aos demais deportados que lá chegaram na condição de presos políticos. Contudo, essa separação durou pouco tempo e logo todos tiveram que trabalhar na colônia. A maior queixa dos militares rebeldes era a de que a colônia fora construída com o esforço deles em um trabalho praticamente não remunerado:

"A Colônia não era mais que um pardieiro, com uma enfermaria de última classe. E agora? É uma pequena cidade. Contém moderna serraria, usina de beneficiamento de cereais, iluminação pública por meio de eletricidade, estação radiotelegráfica, excelente ponte e uma igreja. A serraria instalada em amplo galpão é movida a vapor, dispondo de possante locomóvel, planas, máquinas para fazer ripas, bancada, serra circular, tornos mecânicos, e ferraria para conserto dessas máquinas. A usina de beneficiamento de cereais dispõe de debulhadores, descascadores, polidores, moendas para café, tambores para o preparo da mandioca, máquina e forno para a farinha, podendo desta produzir até cinco sacas por dia. A usina para o fornecimento da energia elétrica é instalada em sólido galpão."

E após listar todos os serviços executados com a mão de obra farta dos prisioneiros que chegaram, ao retornar do exílio este mesmo soldado perguntou:

---

[103] *A Nação*, 06/01/1927.
[104] E. DIAS, *op. cit.*, pp. 252-3.

"Ora, muito bem. Por todos aqueles serviços, serviços de mais de oito meses, raros os que receberam 200$ e 300$. A maioria ganhou 50$ e 100$. E outros, nada.

Nestas condições, assim tão mal remunerados, estivemos ou não sujeitos, de fato, a trabalhos forçados? [105]

Não! Na opinião do diretor da colônia em uma defesa publicada logo em seguida às denúncias no jornal oficial do governo de Bernardes, *O Paiz*, não seria possível, em hipótese alguma, falar seja em trabalhos forçados nem em maus tratos ou em campo de concentração. Ele nega terminantemente as acusações publicadas na grande imprensa após o término do estado de sítio, principalmente nos jornais de oposição a Bernardes:

"Ninguém era obrigado a trabalhar, sob pena de apanhar de umbigo de boi. Isto é uma pura fábula para provocar a piedade nos espíritos crédulos. Os deportados políticos trabalhavam senão quando queriam e eram sempre remunerados, a não ser na limpeza dos alojamentos e no transporte de mercadorias a eles destinadas, ou no hospital como enfermeiros, no tratamento de colegas."[106]

Obrigados não foram, mas talvez tenham sido coagidos. Afinal, ainda segundo o relato dos militares deportados, parece que o lema do campo de Clevelândia era "quem não trabalha não come". Segundo eles, tendo como porta-voz o mesmo soldado anterior, o dia-a-dia resumia-se a trabalho em troca de alimento:

"Os recursos da Colônia não podiam ser mais exíguos do que eram. Ali até o quinino faltava para os enfermos.

Não estamos exagerando.

E o fiscal João do Rosário mandava reduzir a refeição dos que el qualificava de 'relapsos', 'vagabundos', e 'preguiçosos', dos que, ou por indisposição ou por uma questão de princípio, não se dispunham a concorrer, com o seu esforço, para aquelas construções.

De modo que os prisioneiros de Clevelândia tinham de trabalhar para se alimentar, para poder viver, e só eram alimentados regularmente enquanto bem trabalhavam, enquanto não enfermavam."[107]

---

[105] *A Nação*, 06/01/1927.
[106] *O Paiz*, 11/02/1927.
[107] *A Nação*, 06/01/1927.

Balela, replica o engenheiro Gentil Norberto, que explica no mesmo artigo defensivo o que vinha a ser o tal de regime disciplinar de que tanto reclamaram os prisioneiros:

"Os outros, criminosos comuns, na sua quase totalidade, trabalhavam das 7 ½ às 11 horas, e das 13 às 17 horas, na limpeza da sede e em outros serviços, recebendo em troca cigarros, roupa e pequenas remunerações em dinheiro. É possível que um ou outro abuso se tenha dado, mas nunca com o apoio ou anuência da administração.Um dos meus primeiros atos, logo que os deportados chegaram a Clevelândia, foi o de proibir rigorosamente o emprego de todo e qualquer castigo corporal. Sempre afirmei e ainda afirmo: 'O ato de chibatear um homem me inspira verdadeira repulsa."[108]

Preparando a sua fala em inquérito no Senado, Gentil buscou ser o mais humano e eloqüente possível. Neste texto, entende-se o homem como o ser humano, mas talvez aqueles presos, rebeldes, bandidos, anarquistas, sujeitos esfarrapados, moralmente subjugados, quase moribundos, não fossem compreendidos como homens, mas tão somente como carga, como um fardo a ser carregado ou descartado. E como sempre, o jogo sujo do castigo e da tortura não era de fato presenciado pela "gente de bem" da colônia. A violência não alcançava nem a sede da Administração nem, aparentemente, a população civil do núcleo. Assim, as denúncias eram entendidas como calúnia e difamação também pelos familiares de Rocque Pennafort:

"Honestamente não endosso esta versão, nem mesmo outra qualquer de maus tratos generalizados. Absolutamente não excluo a possibilidade de ter havido alguma punição em algum indisciplinado (e no meio deles haviam muitos). Porém, estas histórias de surras, etc., francamente, nunca ouvi falar."[109]

O castigo mais comum aplicado teria sido o da estufa ou cafua, que se trata de uma cabana pequena e fechada exposta ao sol ardente. Assim, *"quando um preso enjeitava o trabalho por se achar doente, era metido em uma choça coberta de zinco e algemado de mãos e pés, como um escravo no tronco. Ali passava dias, sob um calor comburente de forno."* Segundo o tenente Matheus Moura os soldados rebeldes consideravam a estufa o oposto à geladeira da Casa de Detenção. Numa se morria de frio, na outra de calor intenso. E para encerrar seu

[108] *O Paiz, 11/02/1927.*
[109] ARP. O Inferno Verde III.

depoimento afirmou ainda que nem o alto-falante instalado no centro da praça de Clevelândia era suficiente para aplacar, durante a noite, o grito dos seviciados[110]

*

Antes da tortura explícita uma outra tortura dissimulada seguia generalizada, a lenta diminuição da ração diária que cada deportado tinha direito. No decorrer do ano de 1925, essa rala alimentação baixou, segundo o anarquista Domigos Brás, *"para 50 gramas de feijão bichado e outras tantas de arroz, sem condimentos"* e tudo isto para a *"aquisição de cimento e outros materiais porque a magra verba de mil contos com que a mesma foi dotada pelo governo federal foi pequena e insuficiente para atender as 'despesas extraordinárias' que é costume aparecerem freqüentemente nestas brasílicas plagas, entre nosso meio administrativo."*[111] Caso isto não fosse suficiente para dobrar o ânimo dos mais rebeldes e resistentes, uma das alternativas era o uso da estufa. Segundo os relatos desses mesmos prisioneiros, a alimentação de que se privavam os que recusavam o trabalho forçado, além de pequena não era lá grande coisa.

"Alimentação horrível. Charque (é preciso notar que o charque consumido em todo o Norte é da pior espécie), feijão e uma farinha de mandioca fabricada ali mesmo, pelos naturais do lugar. Essa farinha, de grossos caroços,denominada farinha d'água tinha a especialidade de desenvolver o ventre dos seus consumidores inchando-lhes também os pés."[112]

Essa foi a opinião que o tenente Matheus Moura deu sobre o que era servido em Clevelândia, quando de seu regresso ao Rio de Janeiro. Outro soldado regressado confirmou a mesma receita. Para ele, a alimentação era *"nada mais simples: farinha, feijão, carne seca, arroz e uma ou outra vez carne verde, que nós próprios tínhamos de cozinhar. Tudo em quantidade mínima, sendo que, nas refeições em que havia feijão, não havia arroz, e vice versa."*[113] Além disso, todos reclamavam da falta de temperos, inclusive de sal e óleo, o que obrigava a cozinhar os alimentos exclusivamente em água, diminuindo ainda mais as fontes de gordura. Talvez para os caboclos ribeirinhos, acostumados ao charque de má qualidade e à farinha d'água do norte, não houvesse motivo para tanta reclamação. Mas, porque então a falta de peixe, o alimento mais consumido no norte do país? Nenhuma das tabelas publicadas pelo governo sobre a alimentação

[110] *A Nação*, 07/01/1927.
[111] *A Plebe*, 12/03/1927.
[112] *A Nação*, 07/01/1927.
[113] *A Nação*, 06/01/1927.

fornecida aos prisioneiros, jamais citou o alimento mais abundante da região. Talvez pensassem deixar a pescaria como a fonte de lazer aos domingos. Conforme a defesa da Comissão Povoadora do Oiapoque, a alimentação em Clevelândia seguia uma regra:

"A tabela constava do seguinte: feijão, arroz, carne seca, quando não havia fresca, farinha de suruhy ou de água, açúcar, café, chá, mate, banha, temperos, um pão de farinha de trigo (cem gramas), para cada um ou bolacha, na falta daquele."[114] Portanto, para o governo, com essa variedade de gêneros, não haveria do que se reclamar. Quanto ao cozinheiro, antes que pudessem responsabilizá-lo, o engenheiro Norberto tratou logo de passar a bola para o outro lado:

"Outra acusação injusta e perversa é a da falta de alimentos de que sofriam os enviados para a colônia. A comissão tinha, quanto à alimentação dos deportados, um papel puramente mecânico. Eles mesmos escolhiam os seus rancheiros e cozinheiros, fazendo a cozinha nos próprios alojamentos."[115]

Esse debate entre os representantes do ex-governo e os ex-condenados, perdurou durante todo o governo de Washington Luís até ser arquivado após a vitória da Revolução de 30. No final desse ano, foi enviada a Clevelândia uma comissão que abriu sindicância para apurar as responsabilidades sobre os possíveis abusos praticados durante o sítio. Entrevistou moradores, apurou denúncias, ouviu ex-colonos e como disse Rocque, *"para a felicidade de todos e a tranqüilidade das famílias de Clevelândia [...] uma grande festa marcou a absolvição da Chefia da Colônia de possíveis culpas."*[116] Para aquele grupo de colonos que iniciava uma pequena penetração na esfera do poder público, os amigos bajuladores em troca de pequenos favores, a defesa do governo se constituía e ainda constitui em ato de lealdade. Como nos diz Passetti em sua análise stirneriana, *"os que têm dinheiro, pouco ou muito, vêem o Estado como poder tutelar, um protetor não em razão da utilidade do trabalho, mas da docilidade e lealdade às suas leis."*[117] Não por acaso, os dóceis e leais tutelados se transformarão, dezenas de anos depois, no poder tutelar do Oiapoque.

Contudo, nem todos os moradores comungam dessa mesma opinião. Por outro lado, tanto a chamada Dona Moça, a Senhora Silvéria da Silva, como a Dona

---

[114] *O Paiz, 11/02/1927.*
[115] *Ibid.*
[116] ARP, O Inferno Verde III.
[117] Edson PASSETTI, *Éticas dos amigos*, p.249.

Isabel, Senhora Therezinha Leal, ambas pobres aposentadas vivendo ainda em Clevelândia, lembram-se de ter ouvido falar *"de que morriam e eram enterrados todos juntos, alguns ainda vivos."*[118] Quem contou-lhes estas histórias sobre os antigos deportados foi a velha Maria Flanca já falecida e moradora de Martinica. Portanto, mesmo no Oiapoque, existem vozes dissonantes quanto ao discurso dos moradores vencedores.

*

Voltando ao tempo do campo de concentração, segundo o relato de Lauro Nicácio e outros tenentistas, quem se incumbiu de por a casa em ordem e aplicar o corretivo nos presos foi um grupo de poder paralelo, um esquadrão misto composto de alguns funcionários, soldados e criminosos. Coordenados pelos funcionários administrativos Silvino Coelho e João Tataia, um grupo de soldados uniu-se a outro de bandidos comandados pelo Coronel Bahia, praticando em Clevelândia as mesmas corridas que já haviam sido vistas na Detenção e nos navios-prisão.[119]

Um dos soldados deportados que também confirmou essas acusações foi o enfermeiro Sebastião, lembrando que um colega seu, *"o Eurico, enlouqueceu com as perversidades de um soldado da guarda, o soldado Apolinário. Este, que era mau, e andava esbordoando os mais tímidos, sempre que passava pelo pobre impaludado, ardendo em febre, lhe dizia:*

- *Vai ser fuzilado. [...]*

E toda essa tragédia era cumulada pelos atos de barbárie de alguns guardas. O cabo Joventino tinha a volúpia de cortar os pobres diabos, com cipó de boi. E tinha seguidores nos soldados Apolinário e Bébé."[120]

O Coronel Bahia, eminência parda, uma mistura de perigoso jagunço e correligionário do governo, também chegou em Clevelândia na condição de preso político. Velho conhecido das prisões pelo anarquista Domingos Passos, este relatou que *"tendo caído nas graças dos mandões de lá, subiu a chefe dos presos. Daí a impunidade com que esbordeava, por dá cá aquela palha, os seus subordinados."*[121] Aquele grupo chefiado pelo Bahia para manter a ordem contava ainda com o auxílio da fina flor da malandragem carioca exilada na

[118] Depoimento ao autor dado por Silvéria Ferreira da Silva, 74 anos, e Therezinha Ferreira Leal, 73 anos, em 02/06/2001.
[119] Segundo as informações de Lauro Nicácio em E. DIAS, *op. cit.*
[120] *Correio da Manhã*, 08/01/1927.
[121] *A Plebe*, 12/03/1927.

fronteira: o Padeirinho, o Zala Morte, o Rio Grande e outros presos diferenciais. Domingos Passos relatou um caso ocorrido com um pedreiro simpatizante do grupo anarquista, para ele emblemático da ignorância e da prepotência que reinavam em Clevelândia:

"Estando em trabalho, 'Constructor', para aproveitar a massa que havia preparado, demorou-se um pouco mais a chegar para a refeição. Foi o quanto bastou para que o coronel Bahia lhe vibrasse violenta bofetada, arrancando-lhe um dente, do que resultou forte hemorragia. Contra essa crueldade ergueu-se a voz de Domingos Braz. Resultado: foi posto a ferros!"[122]

Um para o hospital outro para a cafua, e assim os anarquistas resistiam bravamente. Ordens são ordens, os horários existem para serem cumpridos, sem explicações. Dentre os presos políticos, os anarquistas foram aqueles que mais contestaram as autoridades locais por causa das violências praticadas. Segundo Domingos Passos, em 28 de dezembro de 1924 ele e o companheiro Adelino foram queixar-se diretamente ao engenheiro Norberto sobre as ocorrências. O diretor lhes teria replicado, *"vocês são presos: o coronel Bahia é aqui o meu representante, e o que ele fizer está bem feito."*[123] Com esse argumento encerrava-se por ali qualquer possibilidade de diálogo. Mas então, a violência seria a lei no campo de concentração? Na defesa do governo, essas eram todas invenções, a começar pela idéia de campo de concentração. Para provar seu argumento o ex-ministro da Agricultura, Miguel Calmon, recorreu a uma entrevista dada pelo preso libertado, o ex-sargento Andrade Figueira, ao jornal *O Estado do Pará,* ainda em julho de 1926.

"Nos sempre fomos bem tratados, exceto quando esteve na administração da colônia o Dr. Deocleciano Coelho de Souza. Nunca nos faltou nada, mesmo no tempo em que aquele cavalheiro esteve à testa dos serviços de Clevelândia." Perguntado ainda se eram mal alimentados e se não recebiam medicamentos, respondeu: *"É falso. Nunca nos faltou nada. A comida era abundante e boa."*[124]

Contudo, à exceção dessa única fonte entre os prisioneiros, todos os outros são unânimes em apontar a existência de um esquema de violência e roubo que teria sido instalado em Clevelândia. E é bastante possível que as ordens e os benefícios partissem dos próprios escalões superiores da administração da colônia que não podiam permanecer ausentes em relação ao que se passava:

---

[122] *Ibid.*
[123] *Ibid.*
[124] *O Paiz,* 02 e 03/ 01/1928.

"Verificado um óbito, logo aparecia no Hospital o administrador deste, Moura Palha, a indagar se o morto tinha deixado bens, dinheiro ou jóias. E ele os arrecadava.

Arrecadava tudo: até as alianças, que anéis outros eles os não possuíam, dos que eram casados até as roupas melhores que deixavam.

Para que? Para depois ir tudo 'torrar' em Belém, como era ali assoalhado."[125]

Assim, na opinião da quase totalidade dos presos, parece que foi montado um esquema de favorecimento de funcionários apropriando-se dos poucos bens dos prisioneiros deportados e utilizando o trabalho forçado da maioria deles para uso pessoal e da colônia. E tudo isto com a conivência, senão com as próprias ordens da Comissão de chefia. Pelo que relataram os presos sobreviventes, desde março de 1925, com a implantação do regime disciplinar, a administração da colônia parece ter tido carta branca do governo federal para fazer valer sua autoridade como bem quisesse. Com a saída do engenheiro Gentil, seu substituto, Deocleciano Coelho de Souza, reforçou o uso da violência como prática institucionalizada na colônia. Foi sob o seu comando que a mão-de-obra quase escrava dos presos foi utilizada para a construção da grande obra de Clevelândia. Foi nesse mesmo período que se iniciaram os desvios da verba federal enviada para a compra de materiais e suprimentos para a colônia. Foi, também, também a partir de agosto de 1925, que irrompeu a epidemia de disenteria causando a mortalidade de aproximadamente metade dos prisioneiros. Com tudo isso, debilitados fisicamente, os presos cederam facilmente aos desmandos da turma que assumiu o controle do núcleo. Os que sobreviveram a essa fase e não conseguiram fugir, tiveram que aguardar a chegada do senhor Oldemar Murtinho para por ordem na casa.

[125] *A Nação*, 06/01/1927.

9. Espaços para diversão e lazer

O lazer destinado aos presos deportados não diferia significativamente daquele usufruído pelos colonos do lugar. Não se sabe se o regime disciplinar concedia algum dia específico de folga aos trabalhos forçados, mas é bastante provável que domingo fosse esse dia livre. Rocque Pennafort já falou em suas memórias que alguns prisioneiros iam passear aos domingos em sua casa. E que lá comiam caça ou peixe fresco. Então é possível supor que a pescaria nessa região tão piscosa fosse uma das principais fontes de lazer. E assim, conseguir um curimatã, um pacu ou cumaru, os peixes semelhantes e mais encontrados no médio Oiapoque e em seus afluentes, além de engordar a bóia escassa da semana, servia como uma atividade lúdica, um passatempo duplamente gostoso. Além do mais, caminhando um pouco mais a montante do núcleo, saindo de sua área central em direção aos saltos da cachoeira, a água era mais limpa e o banho de rio e de sol também se tornavam fontes de lazer. Aos olhos de hoje, a natureza da região é realmente privilegiada e, se bem explorada, pode se tornar uma fonte de turismo esportivo e ecológico, como já vem ocorrendo, principalmente do lado francês. Em uma de suas defesas do empreendimento agro-penal, o jornal oficial *O Paiz* já comentava sobre esta possibilidade futura:

"Com o andar das coisas não seria de admirar que amanhã viessem da Europa velhos turistas blasés, *em navio especial, para se deliciarem com essa Clevelândia infernal."*[126]

[126] *O Paiz*, 05/02/1927

Pelo menos nesse ponto a voz do governo acertou. Os turistas chegaram e continuam chegando. Contudo, os presos para lá enviados não eram turistas voluntários em busca das belezas singelas e das águas piscosas do lugar. Foram forçados a conviver naquele espaço e, portanto, o detestavam. Afora os lazeres proporcionados pela natureza, restava aos homens a procura de uma moça para aplacar a tristeza no coração. Daí, terem surgido encontros e namoros, alguns de tiro curto e outros que acabaram em casamentos. Também ouvimos os relatos de que alguns presos fugiam às escondidas para Martinica para farrear na noite do lugar. Poderia haver ainda um comércio de bebidas que talvez chegasse ilegalmente a Clevelândia. E, em Martinica existia uma prostituição crescente, financiada ao que tudo indica pelo próprio esquema que controlou o ex-núcleo agrícola. Talvez, algumas dessas mulheres até chegassem na vila de Clevelândia, mas isso, nenhum relato confirmou. Portanto, é provável que diversões mais "alegres" somente fossem obtidas em Martinica e para se alcançar esse sítio era preciso alguma espécie de pagamento ou troca de favores.

Havia ainda o futebol. Em 1925, o esporte bretão já era bastante popular em todo o país alcançando até esse extremo setentrional do território. Aos domingos, o espaço maior da praça central denominada Epitácio Pessoa estava reservado ao campo de futebol. Havia vários times montados segundo as afinidades de cada grupo. Entre os prisioneiros formaram-se algumas equipes, principalmente entre os militares acostumados ao esporte no Rio de Janeiro e em São Paulo. E havia também os times dos soldados responsáveis pela guarda. De todos, parece que o mais forte e famoso, pelo menos institucionalmente, era o time do Clube Atlético Paraense, formado pelos soldados da força militar de Belém. Além desses times ainda havia regularmente a apresentação da equipe dos marinheiros dos navios Oyapock e Cassiporé, quando de sua parada em Santo Antonio.

Além do futebol, ocasionalmente eram organizadas festas militares pelo tenente Sebastião Barbosa da Silva, o chefe da força paraense. Barbosa era o comandante do 26 °. Batalhão de Caçadores sediado em Clevelândia e há o registro de pelo menos uma festa por ele organizada no dia 12 de outubro de 1926. Nessa data, após o hasteamento do pavilhão nacional, deu-se início a uma espécie de olimpíada militar com provas típicas como a do quebra pote e o cabo de guerra.[127] E para finalizar a comemoração, houve o embate final coroado pelo jogo de futebol entre o Clube Atlético Paraense e o time dos marinheiros da Amazon River. Nesse dia, os prisioneiros que ainda permaneciam em Clevelândia somente assistiram as provas, assim como os colonos e os

[127] Fundo AAB, APM. Acervo fotográfico série Presidente da República, sub-série revolta, fotos n °. 73 a 75; 101a 107; 131. Ver Anexo fotográfico.

funcionários. Aparentemente, através das fotografias tiradas, o objetivo do comando era o de demonstrar o clima de paz e confraternização reinante na colônia.

*

Como último consolo, restava aos presos sobreviventes a correspondência com seus familiares distantes, isto quando as cartas não eram violadas ou extraviadas. Algumas dessas cartas foram guardadas no arquivo de Arthur Bernardes e outras foram publicadas pela imprensa. Abaixo temos alguns dos exemplares que venceram o tempo.

Correspondência do sargento da Polícia Militar João Antonio Pereira para sua esposa Benvinda Pereira:

"Clevelândia, 11 de junho de 1925.
Minha querida Benvinda.
Estimo que, ao receberes esta, estejas de perfeita saúde, em companhia de todos de nossa família, bem como que minha mãe vá passando melhor. Estou no rio Oyapock, no Estado do Par', para onde fui deportado pelo governo, depois de mil sofrimentos e peripécias. Graças a Deus estou de saúde. Daqui é difícil fugir; porém, daqui a 3 ou 4 meses, pretendo estar junto de ti, se Deus quiser. Peço-te que me mandes 700$ ou 800$, para as despesas aqui e para a passagem."

Em setembro dona Benvinda conseguiu enviar-lhe 500$ mas esse dinheiro foi devolvido pelo correio sem nenhuma indicação, até que um dia recebeu a seguinte mensagem: *"O destinatário é desconhecido. Não obtive informações de seu paradeiro."*[128] Pelo menos o dinheiro por ela enviado retornou e não foi engrossar o bolso de algum funcionário da colônia. Quem nunca retornou foi seu marido, mais uma vítima do Inferno Verde.

Correspondência do soldado Itacyl Martins Pereira ao seu tio Marechal João Martins Pereira:

"Cleveland, 7 de novembro de 1925.
Tio João,
Saudações respeitosas.

[128] *A Nação*, 14/01/1927.

É devido ao meu muito infortúnio é que torno a sua presença para pedir conseguir com sua influência, junto a quem de direito, a minha transferência para qualquer ponto do Sul, ou mesmo Belém, pois eu estou bastante doente, com impaludismo e complicações, necessitando uma mudança de clima para tratar-me. [...]

Partirá um navio d'aqui a 10 de Dezembro para Belém."

Quase dois meses depois, em 24 de dezembro, o tio marechal escreveu diretamente ao presidente da República pedindo sua intervenção para a libertação do sobrinho prisioneiro. O jovem Itacyl, recruta no quartel de Quitaúna em Osasco, fora incorporado contra a vontade na legião dos revolucionários e agora implorava clemência. A missiva somente chegou ao presidente em janeiro e o jovem Itacyl não foi liberado. Teve que aguardar a visita institucional do senhor Oldemar Murtinho, em junho de 1926, para sair de Clevelândia. Portanto nem mesmo a voz de um parente marechal fiel ao governo do presidente Bernardes foi suficiente para uma imediata remoção.

Correspondência do anarquista Manoel Ferreira Gomes enviada da Guiana Francesa e endereçada a um companheiro desconhecido no Rio de Janeiro:

"Saint George, 14-12-1925. Saudações. Camarada:

Esta tem por fim informar-te do lugar em que nos encontramos e dar-te o novo endereço.

A doze do corrente conseguimos fugir da Clevelândia e aportamos em Saint George, *uma povoação francesa, à margem do Rio Oiapoque.*

É verdade que daqui também é difícil sair e é quase impossível a vida, por falta de trabalho: porém livramo-nos das humilhações e tiranias de que éramos vítimas em Clevelândia. Daqui a única saída é por Caiena. Para ir a Caiena é preciso passaporte. *Está nisso toda a dificuldade.*

Se for possível, lembra aos camaradas um recurso que nos poderia ser útil: procurassem por todos os meios adquirir-nos salvo-condutos. A ocasião é propícia.

De acordo com o que disseste em última carta, se achassem recursos envia-nos a nova direção."[129]

A carta dos anarquistas pedindo recursos somente alcançou seu destino quando foi enviada da Guiana Francesa. Esse grupo diferenciado também pedia o mesmo que os outros presos em sua correspondência: recursos, dinheiro, ou que

[129] *A Plebe*, 12/02/1927.

intercedessem a seu favor. As horas de folga dos deportados quando ocupadas com as palavras enviadas aos seus familiares ou amigos, sempre eram momentos de pedidos de ajuda ou de clemência. Uma ajuda que, na maioria dos casos chegou tarde ou nunca veio.

7. A epidemia

Em meados de junho de 1926, chegava em Clevelândia, com seu traje de linho branco tropical, o senhor Oldemar Murtinho. O então diretor da seção de Estado do Ministério da Agricultura viajou ao norte do país atendendo a uma ordem especial da presidência da República. Seu objetivo era o de obter *"dados positivos, e o perfeito conhecimento de tudo que se passava na afastada região fronteiriça"*.[130] O governo federal começava a ser ligeiramente criticado pelas desinformações quanto ao que se passava no campo de confinamento do Oiapoque. As primeiras denúncias sobre tortura e prisões em massa na era Bernardes, apareceram durante o ano de 1925 na imprensa estrangeira, principalmente na da Argentina e em Portugal, motivadas pelas cartas de anarquistas fugitivos que chegaram aos periódicos operários internacionais. A essas informações iniciais somaram-se os pedidos de revisão de pena feitos internamente por colaboradores do regime como aquele que vimos do Marechal Martins Pereira clamando pelo seu sobrinho. Arthur Bernardes já não se encontrava em uma posição intocável. Estava, segundo Samis, em um período de distensão das forças políticas que o apoiavam.[131] Somente por esse motivo, pressionado pelas denúncias e iniciando o que se tornaria um longo período de isolamento político, o presidente concedeu, às vozes de oposição, a visita de um adido oficial com a missão de relatar o que ocorria na fronteira com a Guiana Francesa.

[130] Relatório reservado "Viagem ao Núcleo Colonial de Cleveland", Fundo AAB, APM.
[131] A. SAMIS, *Clevelândia*, p. 175.

Oldemar Murtinho foi o homem escolhido. Cidadão acima de qualquer suspeita, foi encarregado de verificar as ocorrências em Clevelândia e atestar sobre a verdadeira verdade. E na abertura de seu relatório reservado à burocracia do governo já disse a que veio: colher dados positivos para servir, segundo suas palavras *"à santa causa da verdade"* e corresponder *"à grande confiança"* nele depositada.[132] Sabendo-se de que se tratava de um informe reservado, Murtinho não poupou elogios ao superior supremo e, antes sequer de chegar ao lugar da coleta de informações, já denunciava que somente iria colher as notícias positivas.

Sua chegada foi marcada por solenidades só concedidas a altas autoridades do Estado. Murtinho permaneceu apenas 4 dias em Clevelândia, segundo ele, de muito trabalho. Verificou as instalações, contou com a colaboração de funcionários e colonos, ouviu todos os 193 detentos que ainda permaneciam por lá, avaliou cada caso e, tomado pelo espírito de Salomão, julgou quem mereceria a liberdade e quem não. Tão rápido quanto chegou, partiu de retorno a Belém, onde, no conforto dos aposentos do hotel em que se hospedou, assinou, em 7 de julho, a última página datilografada de um relatório intitulado "Viagem ao Núcleo Colonial de Cleveland". Esse relatório, peça oficial fundamental para se recompor o quebra-cabeça Clevelândia, permaneceu mais de 60 anos absolutamente perdido e ignorado pela historiografia. Veio a público em 1991, através do trabalho de pesquisa do estudioso Paulo Sérgio Pinheiro[133]. Qual a importância desse documento no presente trabalho? Até o momento somente ouvimos as vozes clementes dos prisioneiros denunciando a carnificina e o matadouro na selva equatorial. No relatório, temos a versão oficial sobre a matéria e o senhor Murtinho nos diz o que lá encontrou logo ao chegar:

"Encontrei os detentos tristes, acabrunhados, sofrendo a tortura do arrependimento de se terem envolvido nos lamentáveis acontecimentos que vem perturbando a vida do país.

Em geral são pensativos e vagarosos e andam tal qual condenados à morte, que seguem para o patíbulo retardando os passos, sempre na esperança do perdão. Derreados, raquíticos, tristonhos, opacos, dão a aparência de que o impaludismo tornou-os imprestáveis para o resto da vida."[134]

---

[132] Relatório reservado "Viagem ao Núcleo Colonial de Cleveland", Fundo AAB, APM.
[133] P. S. PINHEIRO, *op. cit.*
[134] Relatório reservado "Viagem ao Núcleo Colonial de Cleveland", Fundo AAB, APM. A palavra "opaco" foi datilografada como sendo opado.

A revolta dos tenentes era para ele, obviamente, uma perturbação na vida do país e, principalmente em sua vida pessoal. Afinal, caso não tivesse havido o 5 de julho, nesse momento ele não precisaria reclamar o abandono do *"aconchego da família e o conforto da cidade."*[135] Portanto, lemos o relatório de um irritado doutor zeloso com suas obrigações enviado até esse fim de mundo e querendo, acima de tudo, abandoná-lo o mais rapidamente possível. Permaneceu ali somente quatro dias, talvez assustado com o impaludismo que o rondava e que deixou tantos imprestáveis. Apesar desse evidente medo e de reconhecer a gravidade do problema, no cumprimento de seu dever procurou argumentar com um raciocínio que caminhasse na direção conveniente à da "santa verdade":

"O impaludismo é endêmico em Cleveland, como o é em toda a região amazônica.[...]

A mortandade de 1925 não pode em absoluto servir de base para um juízo seguro da salubridade do local, atendendo a que não foi o impaludismo que vitimou em maior número os detentos, e sim a disenteria bacilar, que irrompeu em Cleveland, em agosto do mesmo ano.

É sabido que a disenteria bacilar, bastante contagiosa, é favorecida pelos ajuntamentos em locais sem conforto e sem higiene, onde a água não é boa e a alimentação não é sã."[136]

Na pressa com que relatou sua viagem para poder retornar ao conforto do lar, a peça escrita em defesa do núcleo visitado, não poderia fornecer melhor munição aos opositores de Bernardes, caso tivesse logo caído nas mãos deles. Por sorte, o relatório original deixou o Ministério direto para a Presidência e daí, somou-se a outros tantos papeis empoeirados no arquivo da família mineira. A explicação que o funcionário ofereceu para o contágio e a propagação da disenteria – o local sem conforto e sem higiene, onde a água não é boa e a alimentação não é sã – somente tornou-se material de análise nestes últimos dez anos. Embora com muito atraso, mesmo não sendo reparadora daquele mal causado, não deixa de ser uma prova conclusiva das precárias condições sanitárias do Núcleo Cleveland.

*

A epidemia desencadeada entre os meses de julho de 1925 e janeiro de 1926, fez jus à fama de Clevelândia de ser o matadouro dos inocentes. Seguindo os registros existentes nos livros de óbitos fornecidos pelo Hospital Simão Lopes,

[135] *Ibid.*
[136] *Ibid.*

portanto, somente os registros das mortes contabilizadas oficialmente, encontra-se uma média de 3 a 4 mortes diárias. No relatório apresentado pelo médico chefe do hospital temos um panorama da situação em que chegavam os enfermos:

"Todos os dias baixavam aqui ao hospital muitos doentes atingidos pela epidemia; muitos destes, talvez 40%, baixavam em coma e outros em estado desesperador, e nos outros, que se apresentavam em número avultado, observamos a em geral, a despeito de todos os nossos esforços e dedicação para salvá-los, a continuação da moléstia até o final."[137]

O trabalho na zona de risco do cemitério São Carlos foi destinado a um grupo de coveiros recrutados entre os próprios detentos e obrigados a enterrar seus colegas em valas comuns. Um desses coveiros foi entrevistado pelo *Correio da Manhã* no cais do porto quando do retorno dos sobreviventes ao Rio de Janeiro. Ficaram admirados com aquelas figuras pálidas, opacas e distantes a que já havia se referido Oldemar Murtinho em seu relatório, e um dos repórteres fez o seguinte relato:

"Apontam-nos o velho espanhol Joaquim Maria. Foi ali parar sem saber porque. No ano do Centenário, deixara a família em São Paulo, e viera trabalhar na Exposição. Depois, empregou-se nas obras do Prado da Gávea. Certo dia, em 1924, lembrou-se de vir à cidade. Chegou até a Avenida Passos, e ali uma turma de investigadores o deteve. Dentro em pouco, se via embarcado para a Clevelândia, como preso do sítio. Ele mesmo não atinava com o que se passava.

A sua estadia na Clevelândia foi um inferno. Impuseram-lhe a missão de coveiro, dirigindo uma turma de 28 homens. Quando ali chegou havia somente no cemitério local trinta e poucas sepulturas. E, agora, quando deixou aquele posto de tortura, contava mais de 500 covas."[138]

O mês de outubro marcou o período mais intenso da epidemia. Nos dias 2, 11 e 16 desse mês, os coveiros tiveram o trabalho redobrado, tendo que fazer o enterro de até 6 falecimentos na mesma jornada. Mas a data mais fatal em Clevelândia, insuperável nas estatísticas oficiais, foi o dia 6 de outubro. Apenas nesse dia marcante, 9 cadáveres se juntaram às centenas já existentes no pequeno campinho de São Carlos. Com um inimigo tão feroz espreitando a vida em cada

[137] Relatório do Dr. Joaquim Paula de Souza, apresentado no discurso do senador Miguel Calmon publicado em *A Notícia*, 04/01/1928.
[138] *Correio da Manhã*, 08/01/1927.

penumbra da noite do Oiapoque, seria impossível não haver inúmeros relatos dos sobreviventes contestando as explicações higiênicas dos adidos oficiais do governo. Para esses presos, o hospital era apenas uma sala onde se esperava a ida ao cemitério e a certeza disso era tanta que, uma vez lá confinados, a direção do núcleo nem mais perdia seu tempo com a pequena ração diária destinada a cada detido.

"Uma vez na enfermaria, uma vez que deixavam de ser produtores para ser só consumidores, eram abandonados quase que a seu próprio destino: ficavam bons se havia natural reação dos seus organismos contra a maleita que os atacava; no caso contrário, tinham de ser pasto dos vermes."[139]

Algumas das narrativas dos presos sobreviventes vêm carregadas de sarcasmo e beiram a comicidade se não soubéssemos que provavelmente são verdadeiros e mantêm-se vivos até na memória de alguns dos moradores mais antigos de Clevelândia. A história de mortos vivos não surpreende na medida em que poderia ser uma estratégia usada para impedir a propagação da moléstia transmitida a partir desses pacientes terminais:

"Uma ocasião, grassando as várias moléstias desenfreadamente, os enterramentos constituíam uma grande ocupação. Os cadáveres eram enterrados ainda quentes!

Houve um que voltou do cemitério, onde o tinham conduzido como morto!!! *Esse infeliz, dias depois, veio a falecer de fato..."*[140]

O autor desse depoimento aos jornais, recém chegado de Clevelândia no navio Baependi, foi o tenente do Exército rebelde, Matheus Moura. Esse homem, um negro forte e ainda cheio de vigor, instrutor de ginástica do 4 °. Batalhão da Força Pública paulista, diariamente reservava algumas horas para o treinamento físico de seus subordinados na esperança de que resistissem melhor às variadas doenças do lugar. Na continuidade de seu depoimento acabou confirmando o que o Sr. Murtinho não queria dizer mas disse em seu relatório: a água do rio Oiapoque era insalubre para beber e os micróbios nela contidos rapidamente atacavam os organismos debilitados dos soldados rebeldes.

Outro caso, o do sargento rebelde Astério Siqueira, mostrou a inflexibilidade do regime de Arthur Bernardes com seus inimigos. Esse sargento conseguira escapar de Clevelândia usando algumas canoas obtidas em Santo Antonio junto a

[139] *A Nação*, 06/01/1927.
[140] *A Nação*, 07/01/1927.

uma dezena de outros soldados rebeldes como ele. O relato foi dado por um desses soldados fugitivos, narrando que após as aventuras da viagem, o sargento chegou em Belém e recebeu o apoio de um militar amigo. Porém Astério encontrava-se muito fraco sofrendo de impaludismo crônico e foi recolhido ao Hospital da capital paraense. Pouco depois, ambos foram presos e recolhidos ao xadrez da Central de polícia. Nesse local, Astério permaneceu aproximadamente um mês, aguardando a próxima saída do vapor da Amazon River para ser enviado de volta a Clevelândia em setembro de 1925. Não durou muito seu regresso forçado. Acamado, com o impaludismo corroendo-lhe as entranhas, logo foi fazer companhia aos outros soldados no último dia daquele ano.[141]

E assim vão se sucedendo os relatos e as denúncias dos presos sobre a carnificina que se abateu em Clevelândia. Domingos Passos reclamou que o companheiro anarquista Nicolau Parada, em grave estado enfermo, era ainda obrigado a trabalhar na abertura de covas no cemitério[142]. Pouco depois, em 29 de agosto também ocupou uma delas. Alguns relatos alertaram para o fato de ser o perigoso bandido Moleque Cinco, o chefe dos coveiros. E que esse sujeito ocupava esta função para fazer a limpeza final nos objetos de valor deixados pelos homens ali sepultados.

*

Oldemar Murtinho contabilizou oficialmente 946 detentos recebidos pela colônia penal de Clevelândia. Ele se baseia nas listas oficiais das três grandes remessas de presos: os deportados do Rio de Janeiro em dezembro de 1924 e janeiro de 1925, os deportados do Amazonas em fevereiro de 1925 e os deportados de Catanduvas em junho de 1925. Os nomes constantes na lista datilografada em seu relatório são conflitantes com as relações de prisioneiros emitidas pela 4 ª. Delegacia Auxiliar do Rio[143], portanto não são confiáveis. Houve, além desses três grandes desembarques, outros menores, trazendo para o Oiapoque criminosos comuns. É bastante possível que os prisioneiros lá deportados tenham alcançado a cifra de mil e duzentos. Mesmo considerando-se somente os detentos contabilizados pelo hospital, o número de mortos é alarmante. O Sr. Murtinho afirma que, dos 946 apresentados *"491 tombaram sem vida"*. Dentre estes, 87 nomes desapareceram junto ao primeiro livro de registro de óbitos.

---

[141] *A Nação,*. 11/01/1927.
[142] *A Plebe,* 12/03/1927.
[143] Relação de indesejáveis. Fundo AAB, AEL, rolo 6, foto 1124.

Segundo o legista, a causa morte dos prisioneiros dividiu-se basicamente entre duas moléstias principais. A disenteria bacilar teria sido responsável por 306 óbitos; o impaludismo levou ao túmulo outras 130 pessoas. Além dessas doenças cruciais, os presos teriam sofrido com a tuberculose que vitimou 3 pessoas; outras moléstias não discriminadas foram as responsáveis por 52 óbitos. Ainda segundo o Sr. Murtinho, daqueles 946 presos oficialmente recebidos, 262 evadiram.[144] Sabendo-se que a maior parte das fugas ocorreu até fevereiro de 1925, então a taxa de mortalidade no campo de prisioneiros de Clevelândia assumiu proporções ainda mais drásticas. Seguindo o raciocínio quantitativo do enviado do governo, dos 684 presos que permaneceram reclusos no Oiapoque, 491 pereceram, ou seja, quase 72 % do total.

No último parágrafo de sua explanação verdadeira sobre o ocorrido, Murtinho reafirmou ao Ministro Calmon que *"este relatório, podeis ficar certo, é a expressão pura do que vi, do que senti e do que apurei"*. E para não deixar dúvidas quanto ao seu desgosto por ter ido ao extremo norte conclui dizendo que *"os sacrifícios, os dissabores e as fortes contrariedades"* que experimentou na viagem ao Oiapoque *"desaparecerão, uma vez reconhecida pelo benemérito Governo da República a correção de proceder do mais humilde dos seus servidores."*[145] Uma conclusão plena de retórica que mais uma vez reforça a presença de uma vasta sociedade de bajuladores constituída em torno do monarca Bernardes, e confirma a idéia recorrente de que, naquele tempo, sacrifício, contrariedade e dissabor, rimavam muito bem com Clevelândia, morte e dor.

[144] Relatório reservado "Viagem ao Núcleo Colonial de Cleveland", Fundo AAB, APM.
[145] Relatório reservado "Viagem ao Núcleo Colonial de Cleveland", Fundo AAB, APM.

COMENTÁRIOS (VI)

O objetivo dos itens que seguiram foi o de dar um panorama do cotidiano de vida existente em Clevelândia do Norte quando da transformação dessa em uma colônia penal. A radiografia elaborada procurou mostrar não somente a forma como estava estabelecida funcionalmente a ex-vila agrícola, mas também o lugar ocupado estrategicamente pela burocracia para lá enviada e as relações que a comunidade local estabeleceu com ela. Três espaços públicos marcaram definitivamente a hierarquia desse lugar e a partir deles podemos, numa escala graduada, delimitar a importância que suas ações tiveram para a vida do lugar. Falamos basicamente pela ordem de poder que engendraram, dos prédios administrativos, do Hospital e, por último, da escola.

A escola Dulphe Machado, fechada na primeira requisição feita pelo Exército, serviu muito bem para mostrar o lugar da educação da comunidade local na perspectiva do Estado brasileiro. O equipamento mais precário, com apenas uma professora primária, também foi o primeiro equipamento a ser desativado com o início do ciclo de decadência da vila agrícola. O segundo centro de poder, o Hospital Simões Lopes, centro de referência no Oiapoque, em pouco mais de seis meses transformou-se numa espécie de velório das almas ainda vivas no aguardo da extrema unção. Uma unção que raramente conseguiu reabilitar os indivíduos que ingressaram nessa ante-sala. Durante o ano de 1925, adentrar o recinto do hospital foi sinônimo de reservar uma cova no cemitério. Portanto, em menos de três anos, tanto a educação, quanto a saúde, faliram durante o período de explosão demográfica da colônia. O único setor que manteve suas características poderosas intactas, foi o núcleo sede da Administração. Embora os recursos materiais existentes fossem escassos, o que obrigou ao corte dos suprimentos e mantimentos da vila, a sede administrativa manteve seu corpo de funcionários e conseguiu, inclusive, uma melhora de caixa com o aperto fiscal realizado pela tesouraria ampliando a coleta de impostos.

A quebra da rotina de vida entre os colonos agrícolas, com o fim de seu sonho do paraíso, levou uma parcela dessa população a retirar-se do lugar prometido em direção à antiga vila de Martinica, a primeira do Oiapoque. Os que permaneceram em Clevelândia tiveram que aprofundar suas relações com o corpo burocrático da colônia na esperança de obter um favorzinho aqui e acolá. Nessa reorganização de forças políticas a família do jovem Rocque Pennafort encontrou o seu espaço futuro de progresso. Também os militares rebeldes ali confinados tiveram de passar pela prova de confiança junto à administração. Os que se arrependeram e aceitaram as regras impostas pela direção do núcleo, com o passar do tempo foram aproveitados e incorporados na serventia do grupo administrativo. Nesse passo da carruagem estabeleceram-se as relações que vingaram entre os colonos, os funcionários e os militares. Um destino melhor para todos, uma esperança de vida para as mulheres, tudo custeado com a parca verba do Estado subtraída do seu destino original.

A maioria dos colonos, de trato rude e analfabeta, não pode participar nem das sobras desse banquete e tratou de seguir rumo a Martinica onde, apesar de não haverem grandes oportunidades, a epidemia não vitimava da mesma forma. A futura vila do Espírito Santo começou nesse fatídico ano de 1925 a assumir as feições que até hoje fazem a fama da cidade do Oiapoque em toda a região da fronteira. Cidade da diversão, da música, da dança e das mulheres fáceis, trazendo a alegria para os homens errantes. Se hoje quem a celebra são os militares e os garimpeiros que freqüentam o lugar, no passado foram outros militares e garimpeiros que abusaram de sua hospitalidade. Não houve, nesses setenta anos de existência, significativa mudança nos serviços oferecidos pela vila. Serviços que fizeram e ainda fazem a glória conhecida de Oiapoque, inclusive além fronteira.

Aos prisioneiros então, pouca coisa restou além dos dias de trabalho forçado, de um pouco de conforto nos namoros com as meninas do lugar e do lazer praticado com o futebol e a pesca, sempre esperando o tempo seguir seu curso enquanto a morte não chegava. O relatório do sr. Murtinho retira qualquer dúvida quanto à carnificina que se seguiu à deportação dos presos para o confinamento em Clevelândia. Péssimas condições de acomodação, de salubridade, alimentação de baixa caloria, o relato final do adido do governo, longe de ser uma prova de sua inocência, como ele gostaria que fosse, tornou-se uma categórica prova de sua culpa. Metade da população do lugar foi exterminada durante a vigência do estado de sítio de Arthur Bernardes que transformou o Núcleo Agrícola Cleveland em um verdadeiro campo de concentração de prisioneiros.

A história da colônia penal de Clevelândia do Norte insere-se num amplo quadro de campos de prisioneiros existentes na República. Sempre chamados de campos de confinamento ou de internamento, raramente algum estudioso admitiu o uso do termo de campo de concentração para designá-los. A opção adotada pelos governos republicanos sempre foi a de ocupar a selva equatorial em campos abertos, onde a fuga, se não era extremamente dificultada pela vigilância, era pelo completo isolamento dos lugares. Um exaustivo trabalho realizado por Paulo Sérgio Pinheiro traz um apanhado geral dessa política "ecológica" realizada durante a Primeira República[146]. Desde as revoltas ocorridas no governo de Floriano Peixoto, os palcos amazônicos de Tabatinga, Xingú, do Alto Rio Branco e do Acre, este último receptor dos detidos durante a Revolta da Vacina, foram os locais onde se abriram postos avançados de sacrifício humano.

Pelos relatos e informações colhidas neste trabalho é possível formular a hipótese de que no Brasil, os campos de internamento, colônias penais, locais de degredo ou seja qual for o termo usado para designar essas prisões, foram muito mais campos de abandono planejado, em que a morte dos prisioneiros lá confinados não era considerada um fato de maior relevância para os governantes. Neste sentido, não me parece lógico "internar" alguém numa selva. O termo internar implica em manter dentro de, aprisionar em locais fechados, bastante vigiados e com pouca possibilidade de fuga, muitas vezes utilizando edifícios públicos já existentes. O termo concentrar já implica no internamento de uma grande quantidade de pessoas em locais de pouco espaço ou de pouca capacidade de absorção, concentrando-as.

O historiador italiano Carlo Capogreco, em seu estudo sobre os campos de internamento fascistas, observa que *"os campos de concentração italianos, portanto, somente em pouquíssimos casos, teriam sido 'campos' no sentido corrente do termo. Mais do que em barracões, os internados vinham em geral 'concentrados' em vilas, castelos, sede de fazendas, ex-conventos, escolas etc..."*[147] Ainda segundo este autor, os campos de concentração italianos mantinham em seu interior entre 1000 e 1500 prisioneiros. Capogreco tenta desqualificar o uso do termo campo de concentração para o caso italiano, cujos lugares de confinamento mantinham tanto na quantidade de prisioneiros como no tratamento a eles oferecidos semelhança com os casos brasileiros.

---

[146] Paulo Sérgio PINHEIRO, *op. cit.*, utilizando-se de variadas informações, dentre elas merece destaque a obra do historiador José Maria dos SANTOS, *A política geral do Brasil*, São Paulo, 1930. Ver também o trabalho clássico de José Gabriel BRITTO, *Os systemas penitenciários do Brasil.*

[147] Carlo Spartaco CAPOGRECO, "I campi di internamento fascisti per gli ebrei (1940-1943)", pp. 663-82

Ainda usando o paralelo italiano como termo de comparação, durante os confinamentos de prisioneiros políticos em *domicilio coatto* na Itália crispina da última década do século XIX, os relatos de memórias transcritos por Pier Carlo Masini falam numa ração diária de *"600 gramas de pão e 160 gramas de sopa por dia."*[148] O prisioneiro deportado Atílio Lebre relata que no translado de navio para Clevelândia recebiam pela *"manhã, um púcaro com mate e uma bolacha; a cada uma das principais refeições, um prato com feijão frade e cem gramas de carne verde pessimamente cozinhada."*[149] Os regimes mais graves nos casos mais extremos, ou seja, os campos de concentração alemães durante o período de vigência do nazismo, ofereciam uma dieta aos prisioneiros da ordem de 400 a 500 gramas diárias.[150]

Na tragédia amazônica, sabe-se que os presos em Clevelândia permaneceram alojados em grandes barracões construídos por eles mesmos, chamados de bangalôs, separados conforme suas afinidades políticas ou crimes praticados, vivendo em um local de umidade e calor intensos, em condições insalubres, que permitiram a proliferação de doenças como o impaludismo, a tuberculose, diversos tipos de febres e disenterias, absolutamente sem condições de serem tratadas na enfermaria lá improvisada, sem equipe médica nem medicamentos suficientes.

O termo "campo de concentração" aparece usado pela primeira vez no livro *Estratégias da Ilusão,* de Paulo Sérgio Pinheiro, que embora não adota oficialmente esta nomenclatura, não deixou passar em brancas nuvens seu registro sobre o que realmente ocorreu na colônia de Clevelândia do Norte. No Arquivo Artur Bernardes, onde se encontra o mais extenso material oficial existente sobre as prisões e o estado de sítio durante aquele governo, o inventário desse fundo usa o indexador "campo de concentração", para referenciar a "colônia penal" de Clevelândia do Norte, o que mostra que até na própria documentação oficial do governo brasileiro, ele já era assim considerado.

O historiador Capogreco talvez nos dê a explicação do porque somente neste século, com a chegada do *"nazismo o internamento adquiriu o significado sinistro que a história hoje em dia lhe conferiu, e o Lager ('campo de*

---

[148] "Vendetta insaziabile (I coatti a Port'Ercole)", artigo publicado em *Lota di Classe,* Milão, 2 e 3/03/1895, *apud* Pier Carlo MASINI, *Storia degli anarchici italiani nell'epoca degli attentati,* p. 60.
[149] Carta de Atílio Lebre ao deputado Adolfo Bergamini. Localizada por Paulo Sérgio PINHEIRO, *op. cit. in* Câmara dos Deputados, p. 485.
[150] Eugen KOGON, *L'Etat SS. Le système des camps de concentration allemands,* 1947.

concentração') tornou-se sinônimo de total violação dos direitos humanos e de lugar de extermínio planificado ('campo de extermínio' ou 'campo de morte')"[151].

Não entrando no mérito de uma semântica classificadora utilizada para designar os diversos graus de controle possíveis de serem estabelecidos sobre um grupo qualquer de prisioneiros, e que no decorrer da II Guerra Mundial adquiriu conotações totalmente particulares, fica a seguinte questão. Se desfrutar o trabalho forçado de prisioneiros políticos na selva amazônica, num lugar cuja alcunha era Sibéria, e de onde, dos mil e duzentos que foram, mais de seiscentos não voltaram, não caracteriza um campo de concentração, o que pode caracterizar um? Talvez somente a existência das câmaras de gás. Mas aí já estamos falando de puro e simples extermínio.

[151] Carlo Spartaco CAPOGRECO, *op. cit.*.

8. Anarquizando a colônia (heterotopias)

Talvez seja apenas mera coincidência, ou seja uma limitação das fontes consultadas, o fato é que em todos os materiais pesquisados, nos arquivos freqüentados, nas memórias recuperadas e nos velhos jornais relidos, somente encontrei algumas cartas, notícias e depoimentos com enredos que fugiam do discurso do sermão do sofredor e das críticas à tortura, violência e abuso, nas heranças deixadas pelos ativistas e simpatizantes do movimento libertário. Não que estes não tenham engrossado o caldo daquelas vozes de martirizados reclamando por justiça, isso também fizeram. Contudo, o grupo de anarquistas confinados em Clevelândia parece-me ter sido o único que se preocupou também com a realização de algum tipo de atividade criadora coerente com seus ideais. Digamos que tenha sido o único grupo a se reunir por conta das relações de amizades como livre associação de indivíduos que estavam presos e que buscaram, da maneira que lhes era possível naquele momento, viver um presente libertário no meio da tormenta soprada pelo Estado. Os anarquistas procuraram a fuga do inferno, e muitos efetivamente a alcançaram. Também fizeram uma grande quantidade de denúncias aos jornais e as conseguiram publicar. Mas, diferentemente dos demais grupos de prisioneiros, os libertários lá confinados tentaram realizar a utopia que lhes era possível naquele presente e assim, é possível falar, mesmo dentro do universo da prisão, da realização de uma heterotopia anarquista.

Para Edson Passetti, de um modo geral, os anarquistas, sejam eles pacifistas ou revolucionários, constroem suas *heterotopias*, palavra que indicaria os *"lugares de contra-posicionamentos no interior dos desvios insuportáveis para a nossa sociedade."*[152] As práticas anarquistas realizadas em Clevelândia, mesmo aquelas cuja efetivação tenha sido meramente simbólica, sinalizam uma direção e definem a posição de um grupo. Mostram ser possível uma ação contrária à expectativa desejada pela sociedade, inclusive nesses espaços de rigorosa interdição. A realização das heterotopias se dá na união de mútuos interesses baseados em afinidades recíprocas, subjetividades que se traduzem em uma ética da amizade[153], tão cara ao modo de ser anarquista. Afinal, *"amizade e liberdade são temas que estão no campo do socialismo, da crítica à desigualdade, da afirmação da pessoa no presente. Trata de utopias e também de heterotopias, dos diversos lugares possíveis de horizontalidades."*[154] Em Clevelândia, as possíveis horizontalidades surgidas no meio anarquista prosperaram a partir da moradia diferenciada, do espaço próprio de vivência e convivência por eles construído. Domingos Braz relata-nos como se deu esse encontro:

"É o convívio em comum dos camaradas anarquistas deportados para o Oyapock em 1924 e 1925, acampados nos lotes 15 do igarapé Sipariny, no Centro Agrícola 'Clevelândia', e, mais tarde, no mesmo lote e no de número 10 do mesmo Centro.

Lá vivíamos, fazendo a casa e lavrando a terra: eu José Alves do Nascimento, Domingos Passos, Pedro Alves Carneiro, Antonio Alves da Costa, Nicolau Paradas, Manoel Ferreira Gomes, Biofilo Panclasta, José Maria Fernandes Varella, Pedro Augusto Motta, Thomas Derlitz Borche, Nino Martins e José Baptista da Silva."[155]

No curso alto do Siparani, afastados dos demais presos, mas ainda bastante próximos das famílias de colonos que ocupavam essa mesma linha, os anarquistas demarcaram um espaço. E a partir de suas casas, o grupo de amigos iniciou as trocas afetivas, primeiro com quem tinham mais afinidade e, em seguida, com os colonos e filhos dos colonos do lugar. Mas o fizeram sempre a partir de sua morada. Fizeram-no construindo um espaço de sociabilidade concreto num lugar em que estavam condenados à morte e onde poderiam, como fizeram tantos outros, apenas esperá-la maldizendo seus opressores. Em

---

[152] E. PASSETTI, "Heterotopias anarquistas", p. 142.
[153] Ver Francisco ORTEGA, *Amizade e estética da existência em Foucault.*
[154] E. PASSETTI, *Éticas dos amigos,* p.35.
[155] Carta de Domingos Braz escrita originalmente em Belém em 1927 e publicada com o nome de "No silêncio das selvas" em *A Plebe,* 01/05/1927.

afinidades tão fundamentais como fazer a casa e lavrar a terra, a dimensão simbólica dessa existência teve um peso considerável naquele contexto, o que demonstra o uso da energia em luta no presente. Dessa forma, a morada surge como o primeiro platô para a redefinição do espaço social, o ponto de partida para uma experimentação do mundo e mais do que isso, para a experimentação de uma outra possibilidade de mundo que não aquela que lhes foi oferecida.[156] Da relação imediata com a casa e o espaço em volta, o grupo procurou ultrapassar a fronteira de suas afinidades indo de encontro ao habitante da terra. E o fez valendo-se de um princípio básico e talvez o bem máximo do anarquismo: a educação. A possibilidade da transformação requer a habilidade no contato e na troca, pois *"o anarquismo é antes de tudo uma pedagogia. Tomado pelo seu lado político-revolucionário, instabiliza constantemente a autoridade, desde as mais corriqueiras relações."*[157] Esta foi a maior labuta do professor José Alves do Nascimento, a quem Domingos Passos não poupou elogios:

"Muito acima de sua foz, no Oyapock, está localizado, no lote 14, o nosso infatigável camarada José Nascimento, ex-secretário da Construção Civil do Rio de Janeiro e um dos professores de esperanto do Grupo Renovação (Teatro e Música).

Nascimento, figura de coragem resignada, devoção ao trabalho e à luta, logo que montou sua tenda, fundou uma escola. Ele se propôs a desanalfabetizar todos os filhos dos agricultores situados nas margens do Ciparini. E ali, incansável, apesar de seus quarenta e tantos anos, curvado durante o dia na rude, mas bela e honesta lide de produtor, sem camisa, orgulhoso de si mesmo como a desafiar as intempéries desta região, ele, de enxada na mão, fecunda a mãe natura, para ensinar aos nativos as vantagens da cultura científica. De noite, de cabana em cabana ele leva aos analfabetos o ensino mental de que tanto precisam."[158]

*

Trabalhando o espaço, estabelecendo relações, efetuando trocas, buscando o que não conheciam, as heterotopias anarquistas em Clevelândia, aqui recuperadas superficialmente através de alguns registros esparsos, nos dão conta de uma forma de resistência ao tempo perdido na reclusão.[159] Ganhar o tempo presente

[156] Ver o ensaio de M. FOUCAULT, "Outros espaços", *Ditos e escritos*, vol III, pp. 411-422.
[157] E. PASSETTI, *Éticas dos amigos*, p. 234.
[158] Carta de Domingos Passos escrita em Belém com data de 1/1/1926 e publicada em *A Plebe, 26/02/1927.*
[159] A. SAMIS, *Clevelândia*, p. 198.

sem se importar com o tempo futuro, ou pelo menos, sem deixar que a ameaça de não haver futuro interferisse nas produções possíveis do presente. Os anarquistas edificaram nesse tempo perdido uma cultura libertária. Sobraram poucos registros relatando esses dias passados conjuntamente no convívio forçado da selva.

"Os momentos dos nossos ócios, eram dedicados às nossas palestras, aos nossos estudos, às nossas canções, enfim, à expansão da nossa alma de idealistas que vivia opressa e moribunda sob a guante da mais férrea e bruta tirania

Gravamos um manuscrito em folhas de papel que mais tarde constituíram um volumoso caderno, contendo todos os nossos hinos libertários já conhecidos em português, espanhol e esperanto, outros da autoria de camaradas deportados, além de muitos pensamentos e impressões do momento e do lugar. À noite e às vezes durante o dia mesmo, entregávamo-nos ao divertimento de cantá-los, além de empregarmos as horas de lazer num curso destinado ao estudo e conhecimento da música, semáfora, alfabeto e conversação dos surdos-mudos, correspondência figurada, ginástica; permuta de conhecimentos sobre português, espanhol, italiano, francês, inglês e esperanto."[160]

Domingos Braz, autor das linhas acima, era um tipo de aparência bastante estranha. Magro, alto, de olhos esbugalhados, um pouco calvo, a testa sobressaindo em sua fisionomia, após alguns meses em Clevelândia aparentava ser ainda mais esquelético do que era. Sempre imerso em seus pensamentos, com olhar vago e distante, o taciturno anarquista compôs uma extensa obra poética marcando sua passagem pelo exílio forçado. Escreveu um opúsculo de poesias que intitulou *Dos meus momentos de lazer...* A mensagem por ele deixada na epigrafe mostra bem os objetivos da resistência anarquista na prisão – *"Morrem os homens... mas a idéia fica!"* – e dedicou essa obra à memória das vítimas anarquistas de Clevelândia:

"Na imensidade silenciosa de suas selvas seculares, o Oyapock guarda o segredo d'um crime nefasto, infame, torpe, monstruoso: - o martírio lento e cruel de cerca de mil entes humanos, dos quais centenas pereceram. E, entre estes, contam-se os nossos extremosos camaradas de lutas e de ideais: - José Alves Nascimento, Pedro Augusto Motta, José Maria Fernandes Varella, Nicolau Paradas e Nino Martins.

[160] "No silêncio das selvas" em *A Plebe*, 01/05/1927.

Às vítimas inermes da tirania burguesa – capitalista- estatal e, especialmente, à memória dos denodados e inesquecíveis camaradas que sucumbiram nas regiões inóspitas do degredo dedico estas obscuras, porém despretensiosas páginas."[161]

Quando conseguiu escapar do campo – durante a visita de Oldemar Murtinho ele já não se encontrava mais em Clevelândia –, Braz esforçou-se, desde sua chegada em Belém, para conseguir a edição de uma pequena brochura. Quinhentos exemplares de um ensaio poético intercalado com páginas em prosa livre, onde o oprimido anarquista desaguou em uma verve parnasiana a sua revolta contra a Tirania e a esperança na futura Anarquia. Um de seus sonetos traduz bem esse pesar profundo que lhe afligia a mente durante as caminhadas, mata virgem adentro, nos momentos distantes de solidão:

"Absorto, a divagar, na Humanidade eu penso
E instantes de amargura experimento então...
Num perpassar perene, a mente em turbilhão,
Retrata em pensamento o seu sofrer intenso.

Neste regime injusto, onde impera a Opressão,
A Insídia, o Mal, o Ódio e banido é o Bom-Senso,
O pobre vai curtindo um sofrimento imenso:
– O trabalho forçado; a abjecta escravidão.

Desperte a Humanidade; acorde o Paria ignavo
Do Despotismo o freio estraçalhando enfim,
Que os vis grilhões rompendo, o seu viver de escravo.

A Dor que martiriza, a infame Tirania,
O atroz Labor insano, intermino, sem fim.
– Tudo extinguir-se-á à Luz d'um Novo Dia!"[162]

Por fim, sempre a caixa de Pandora projetando a surpresa de um futuro melhor que o passado. Segundo Braz, a maior parte do volumoso caderno escrito pelos anarquistas em seus meses de convivência comum perdeu-se no período de

[161] Domingos BRAZ, *Dos meus momentos de lazer*, p. 1. Domingos Braz após militar vários anos no movimento anarquista, na década de 1930 muda sua posição política para o comunismo indo ocupar um cargo como quadro do PCB. Já, durante o Estado Novo, cede às investidas sedutoras do corporativismo e fará parte do sindicalismo de base varguista.
[162] *Ibid.*, p. 9.

debandada dos companheiros, já no fim do ano de 1925, recuperando-se somente algumas folhas com o aparecimento do camarada José Baptista da Silva. Este último, que já era dado como morto após embrenhar-se sozinho na selva em busca da liberdade, reapareceu com vida em Belém, meses depois. Trazia consigo, conservadas no papel vegetal, algumas folhas escritas pelos companheiros. O literato da turma, então, encarregou-se de compilar algumas dessas passagens durante sua estada em Belém no início do ano de 1927 e as enviou para São Paulo em uma carta destinada ao jornal *A Plebe*. Em uma dessas páginas, destacou o texto original em espanhol onde o jornalista colombiano Biofilo Panclasta marcou suas impressões sobre a difícil vida na prisão e deixou sua mensagem para a posteridade:

"En esta blanca pagina que el acaso ha reservado, en este Álbum rojo y rosa, debo yo, como todos mi hermanos de ideales y de penas, debo yo escribir un pensamiento que como talismán del alma deje condensado en el recuerdo doloroso de mi paso al a través de estas selvas, todo el dolor de mi corazón en el porvenir de mi ideal inmarcesible.

Pues bien: Así como el viento apaga las pequeñas llamas y engrandece las gigantes, así el sufrimiento solo abate las almas débiles y fortifica y ennoblece las templadas y estoicas.

Estos nuestros sufrimientos, esta iniquidad contra nosotros perpetuada, esta agonía en el acerco perenne de la muerte, con todos sus dolores, no debe de ser ni nuestro calvario, ni nuestra tumba moral. Por el contrario: debe de ser el yunque donde se retempla la alma de acero de los hombres que habiendo nacido para combatir, no pueden vivir sino luchando.

Nosotros no podemos vacilar, dudar, ni temer. Nosotros como el soldado de la leyenda, a quien se le preguntaba que había visto en medio de las sombras de la noche, de la noche de nuestros sufrimientos, debemos responder: – hemos visto nacer la aurora!"[163]

A leitura dessas cartas, poemas e outros documentos da experiência construtiva dos libertários em Clevelândia mostra a prática anarquista desestabilizando o espaço em torno. Uma prática produtora de uma ação positiva, em tudo diferente da ausência de ações, característica mais comum aos demais grupos confinados. O modo libertário de agir, enquanto tomada de ações visíveis, provocou um curto-circuito na paralisia reinante, recriando o lugar, porque o anarquista, *"ao inventar uma nova sociedade no presente, educa a si mesmo, parceiros e filhos*

[163] "No silêncio das selvas" em *A Plebe*, 01/05/1927.

de maneira anti-autoritária, suprimindo a herança material e cultural da autoridade centralizada e de seus poderes com base no medo e no castigo."[164]

*

Assim, invertendo as relações hierárquicas conhecidas, contestando como já vimos em alguns casos o poder irracional da autoridade, e afirmando, seja entre eles como com os outros, relações de solidariedade, os anarquistas seguramente causaram estranheza junto à população habitante de Clevelândia. Mas, com a prática contínua e o trabalho constante na construção de um espaço de convivência, e, principalmente, através das persistentes trocas lentas e difíceis com as famílias dos colonos, os anarquistas conseguiram a aproximação com alguns dos camponeses que viviam na linha do Siparani. Um dos únicos registros dando conta dessa interação ocorrida é a carta que Domingos Passos enviou, após sua fuga de Clevelândia, em que narrou a comemoração do 1 °. de Maio no Oiapoque. Somente o fato de comemorarem essa data simbólica, correndo de certa forma riscos, já é um sinal das possibilidades da heterotopia reinventando as relações do lugar. Marcante, em sua narrativa, é o gesto contundente de um dos colonos presentes ao ato:

"Foi ali, neste virgem recanto terráqueo, às margens do magnífico Ciparini, que no dia 1 de Maio de 1925 nos reunimos, Biofilo Panclasta, Domingos Braz, Antonio Salgado, Manoel Gomes, Nicolau Parada, Antonio Alves da Costa, eu e uns três ou quatro infelizes, de quem esta sociedade fez ladrões e alguns colonos locais, para realizar a sessão de protesto contra a exploração capitalista e estatal.

Com que ardor e entusiasmo foram cantados a Internacional e Filhos do Povo! Com que vontade e sinceridade foram pregadas as máximas de liberdade e fraternidade ideal e progresso. A tarde ia morrendo quando as últimas estrofes do 1 °. de Maio reboavam ainda entre as frondosas e seculares árvores dos arredores.

Do alto da elevação, onde se acha situada a cabana, descortina-se a perder de vista a exuberante floresta.

Hélios dourava com seus efervescentes raios as nuvens que, em revoada, corriam no espaço. O dia, como que fugindo às trevas invasoras, sumia-se em direção ao poente.

---

[164] E. PASSETTI, "Heterotopias anarquistas", p.151.

Torquato, um dos colonos presentes à reunião, como que tocado pela poesia da natureza, tal qual Loredano de José de Alencar, disparou o rifle em direção à mata.

Saímos todos em direção às nossas tocas. Sentimo-nos tonificados pelos resultados que a expansão traz às almas idealistas."

Meses depois, Torquato já não ocupava mais o seu lote original na linha do Siparani. Pode ter coincidência ou quem sabe um caso real de constragimento provocado por ele, o fato é que Torquato recebeu, quando de sua chegada em Clevelândia junto à turma do velho coronel Chico Pennafort, o lote de número 7, que ocupou com a família até o meio do ano de 1925. Em suas memórias Rocque Pennafort diz que Torquato foi substituído por Raimundo Pessoa, e não que ele tenha deixado o lugar ou se mudado voluntariamente.[165] Este é fato que vale a pena registrá-lo, uma vez que a família Pennafort tornou-se uma das beneficiadas com o crescimento da vila de Clevelândia e o aumento da burocracia administrativa instalada na região do Oiapoque.

*

Mas, como todo prisioneiro confinado forçosamente em um lugar distante, distante da família e dos conhecidos mais íntimos, apesar de todo o convívio comum dos camaradas do lote 14 do Siparani, o desejo principal desses anarquistas era a saída do lugar. E, como todos os outros presos lá detidos, engendraram situações para alcançar esse objetivo. A história dessas evasões é conhecida através das cartas enviadas pelos fugitivos e publicadas na imprensa após o término do estado de sítio. O que pode ser particularizado no caso das cartas dos libertários confinados é o forte teor de carinho com que falam dos companheiros que tiveram de abandonar na selva. Um sentimentalismo incomum surge nos textos escritos dando conta que fortes ligações e laços de solidariedade estabeleceram-se no tempo perdido conjuntamente na prisão. Os apontamentos dos libertários quase perdidos e posteriormente compilados por Domingos Braz ressaltam esses momentos harmoniosos de convívio em plena situação de tortura. E ressaltam também o momento difícil da separação do companheiro Domingos Passos e o sofrimento que dele tomou conta ao se lembrar dos companheiros que permaneceram.

"D'entre as recordações amargas, tétricas e terríveis da região inóspita do Oyapock, uma ressalta d'entre todas cuja evocação cuja evocação arrebata-

[165] ARP. Memórias.

nos todo o ser d'um sentimento indizível – mescla de contentamento, satisfação, indignação e revolta... Contentamento e satisfação pela harmonia de ideais, pensamentos e sentimentos mútuos de firmeza, coesão e ânimo para enfrentar as agruras inomináveis de um degredo injusto, inumano, arbitrário e sanguinário – e, então lembramo-nos do convívio harmonioso dos camaradas entre as selvas – estudando, e sonhando em comum; protestando em comum, tornando mais brandos e minorados os nossos sofrimentos e as nossas privações pelo compartilhamento mútuo e recíproco. [...]

"Oh! não foi, apesar de tudo, sem saudades que abandonei o Oyapock. A isto me obrigava a perseguição que o dr. Gentil Norberto me ameaçara de fazer por eu me não submeter ao trabalho pelas humilhantes condições que me propôs."[166]

Em outra carta, o mesmo tom de tristeza foi relatado por Domingos Braz na fuga do companheiro Carioca. Segundo libertário a fugir de Clevelândia, o primeiro foi o pedreiro Pedro Carneiro, Carioca, como era conhecido Antonio Alves da Costa, mantinha uma verdadeira obsessão pela fuga do confinamento na selva desde o momento em que chegou, no início do ano de 1925. Carioca trabalhou arduamente durante quatro meses quando a vigilância não era ainda tão severa. Trabalhou na extração do látex e na da essência do pau-rosa, fez pequenos bicos como pedreiro, e, mesmo mal remunerado, conseguiu juntar uma soma suficiente para comprar uma canoa e também pagar a ajuda de um pescador local para sua empreitada. A primeira tentativa de fuga não foi eficiente. O pequeno barco naufragou pouco abaixo de Santo Antonio e Carioca teve de ser socorrido após ficar preso durante alguns dias em uma ilha fluvial. Mas o desejo de retornar ao Rio de Janeiro era tamanho que ele recomeçou sua saga em busca de dinheiro. Segundo Domingos Braz, *"dos esforços conjugados – especialmente do 'Carioca', Nascimento e Passos – chegamos a reunir recursos para uns três se evadirem em ocasião oportuna."*[167] As fugas dos libertários, pelo que indica a fala de Braz, muitas vezes eram uma realização coletiva, e, uma vez obtidos os recursos para se materializar a evasão, um dos companheiros era escolhido. O critério para se definir o contemplado partia desde o estado de saúde do camarada escolhido, como o seu efetivo desejo de evadir de Clevelândia e, até, a capacidade de que esse libertário dispunha, retornando ao seu lugar de origem, em obter recursos e envia-los brevemente ao Oiapoque para facilitar a evasão dos demais companheiros. Antonio Alves do Nascimento foi o escolhido no princípio de maio e ele agarrou sua oportunidade, não sem deixar claro a tristeza em deixar os companheiros sem saber qual destino a eles estaria reservado.

---

[166] "No silêncio das selvas", *A Plebe*, 01/05/1927.
[167] *A Plebe*, 28/05/1927.

"Foi assim que Antonio Alves da Costa viu parte de seu projeto realizado na noite de 4 de Maio de 1925.

Não foi sem profundo pesar e amarga tristeza que Carioca *abandonou o Oyapock... Se lhe lia no semblante amargurado, se lhe desprendia das frases repassadas de sincero sentimentalismo com que se despediu de nós naquela noite, toda a dor que lhe ia n'alma por partir sem levar os camaradas pelos quais tanto desassossego, torturas e padecimentos sofrera... E, especialmente, quanto ao seu prognóstico do triste fim que esperava a Nicolau Paradas, ao qual mais se referia entre os que julgava de necessidade embarcarem quanto antes a fim de salvarem ávida."*[168]

Esta foi a última lembrança que Domingos Braz teve de Carioca ainda em Clevelândia. A previsão do companheiro se confirmaria pouco mais de três meses depois: Paradas não resistiria às complicações do impaludismo indo fazer número no cemitério. As condições de vida na colônia penal deterioravam-se rapidamente e a fuga deixou de ser somente o desejo óbvio de qualquer prisioneiro para se tornar uma condição vital de sobrevivência.

[168] *Ibid.*

9. Morrer ou fugir.

Apenas se iniciava o ano de 1925 e na capital da colônia francesa já chegavam dúzias de cartas ao presidente do Conselho das Relações Exteriores, denunciando uma invasão de homens vindos do Brasil pela fronteira do Oiapoque.[169] Enviado para Saint Georges, o *lieutenant* Sene foi encarregado pelo governador para verificar a situação na fronteira franco-brasileira e relatar o que de fato vinha ocorrendo. Após uma série de conversas com os funcionários da gendarmeria do lugar, e após ter entrevistado uma razoável quantidade de foragidos, em 11 de janeiro de 1925, ele começou seu relato ao governador da colônia com estas observações:

"No que concerne à segunda parte de minha missão, eu encontrei neste município 17 indivíduos (3 franceses, 1 sírio, 3 italianos, 6 portugueses, 2 espanhóis, 1 colombiano, 1 uruguaio) que todos me declararam vir do campo de Clevelândia (Oiapoque brasileiro) [...]

O campo de Clevelândia está situado na margem brasileira do Oiapoque, em frente aos saltos de Cafésoca, a duas horas de distância de canoa com a maré mais montante, ou digamos a mais ou menos 6 a 7 quilômetros acima de St. Georges.

É uma antiga colônia agrícola que os brasileiros tentaram instalar lá mas que não pôde prosperar por causa da falta de mão-de-obra, as pessoas não querem ir ao Oiapoque, que remonta no Brasil uma péssima reputação.

A floresta do pau-rosa encontra-se cada vez mais rara na Guiana Francesa, de forma que, parece, o Brasil para querer assegurar que a indústria francesa não vá explorar este produto dentro do território do Oiapoque brasileiro. Por conta disso, tempos passados, a colônia de Clevelândia sofreu grandes melhoramentos a ponto de ver instalações: quatrocentos mil francos em efetivos e víveres onde estão armazenados para pôr em exploração os reclusos daquele lado, a construção de estradas e linhas telegráficas projetadas, o Governo brasileiro enviou as gentes deportadas pela revolução que veio a ocorrer naquele país."[170]

---

[169] Série D 10. Relations politiques avec Portugal. Le Portugal et le Bresil. ADG.

[170] Série D 10. Relations politiques avec Portugal. Le Portugal et le Bresil. Relatório de polícia enviado ao governador da Guiana Francesa, 11/01/1925. ADG.

Antes de tudo, a preocupação do jovem tenente foi a de contextualizar o surgimento da vila de Clevelândia como uma experiência agrícola do governo brasileiro. Contudo, a idéia que os franceses tiveram do empreendimento está diretamente associada ao abandono anterior por parte do governo brasileiro em relação ao antigo território contestado de fronteira. No relatório, Sene faz questão de frisar o problema da escassez do pau-rosa na margem francesa da Guiana, as possíveis tentativas de empreender a exploração dessa essência do lado brasileiro e dá uma interpretação de ordem econômica para o exercício da soberania brasileira na fronteira. Com base nessa suposição, argumenta ainda ser o Oiapoque uma região com péssima reputação, o que inviabilizaria a sua colonização. E, assim, todo o capital investido na zona limítrofe permaneceria sem uso, não fosse a utilização de uma mão-de-obra semi-escrava num campo de prisioneiros. E nisso, os franceses eram verdadeiros *expert*. Desde 1852, mais de uma dezena de diferentes campos de concentração (*bagné)* para prisioneiros de diversos níveis de periculosidade e com finalidades diferentes, foram criados como incentivo forçado à colonização e ao desenvolvimento econômico da Guiana Francesa. Dois campos de forçados, inclusive, ocuparam a região de fronteira com o Brasil, mas foram desativados com a definitiva vitória brasileira na questão de limites: um presídio em Saint Georges e o campo de prisioneiros de Montagne D'Argent na baía do Oiapoque. Portanto, a gendermaria francesa sabia da dificuldade em se manter um campo de prisioneiros forçados na selva equatorial e as implicações que esse controle demandava.

Em seu trabalho de fiscalização da fronteira o tenente Sene recolheu a declaração de vários prisioneiros que haviam atravessado o grande rio, particularmente dos 17 evadidos estrangeiros, e depois as transcreveu com suas palavras. Em seu relatório, descreveu que esses estrangeiros deportados, sem exceção, lhe contaram terem sido detidos no Rio de Janeiro em batidas efetuadas pela polícia e pela tropa em bairros pobres da capital e que foram deportados de navio até o Oiapoque, onde foram separados dos presos brasileiros. Soube que este último procedimento assustou-os e que eles acreditaram ser esse um indício de que seriam submetidos a trabalhos forçados. Apenas se concretizou esse tratamento, alguns dos estrangeiros enviados ao exílio fugiram para a Guiana Francesa. No arquivo de polícia enviado para Caiena consta uma lista com o nome de 122 estrangeiros deportados para Clevelândia, sendo que 5 deles foram classificados como anarquistas. Ainda segundo o relato prestado ao *lieutenant*, logo que chegaram os estrangeiros deportados tiveram que ouvir o seguinte discurso:

"Não pensem vocês estarem livres, vocês estão aqui mais prisioneiros do que nunca. Vocês irão, durante 6 meses, trabalhar por conta do governo brasileiro, gratuitamente, em troca de alimentação.

Se ao fim desses 6 meses, vossa conduta e vosso trabalho assim o permitir, vocês receberão a liberdade, mas vocês terão de residir e de trabalhar, como retribuição, no país onde dia a dia ganharão o dinheiro necessário à vossa repatriação."[171]

Estas teriam sido as palavras do chefe da colônia, o engenheiro Gentil Norberto, que procurou imediatamente mostrar rigor e severidade aos homens forçados ao exílio. Esse discurso, longe de ter sido cumprido na prática, contudo, foi o suficiente para que o temor se instalasse em muitos desses homens que nem sequer compreendiam o português direito. Seis meses de trabalhos forçados em troca de comida para auxiliar na construção e na ampliação das edificações da colônia. E ao fim desse período de trabalho forçado, mais um período intermediário de trabalho em troca do dinheiro necessário ao pagamento da passagem de repatriação. Tudo isso em um campo de prisioneiros em precárias condições na selva, onde os homens confinados estavam, em sua maioria, com o corpo doente para a prática do brutal esforço físico demandado.

O tenente Sene prosseguia ouvindo o depoimento dos fugitivos que não poupavam críticas ao diretor da colônia e trouxeram uma nova informação, desconhecida na pesquisa efetuada com a documentação existente nos arquivos brasileiros. Divididos em equipes, conforme a profissão de cada um, os estrangeiros foram conduzidos para canteiros de serviço constrangidos a trabalhar, esta é a novidade, *"sob a guarda de marinheiros brasileiros revoltosos, transformados em vigilantes e guardas eles mesmos para um destacamento do 3 o. regimento de infantaria."*[172] Parte do batalhão de militares rebeldes deportados para Clevelândia, os soldados mais rasos, foram obrigados pelo seu respectivo comando a exercer a função de vigilância e controle, engrossando as hostes do pequeno regimento militar aquartelado na nova colônia penal. Obviamente não podiam cumprir sua missão a contento; talvez assim, explique-se a facilidade com que ocorressem fugas nos primeiros meses do período de confinamento. A vigilância ficara a cargo dos próprios marinheiros revoltosos do Rio de Janeiro e do Amazonas.

Essa evidência demonstra o tratamento diferenciado recebido pelos militares rebeldes em relação ao tratamento dado aos prisioneiros políticos,

[171] *Ibid.*
[172] *Ibid.*

particularmente os estrangeiros, e também aos prisioneiros comuns. Isto já havia sido notado por Alexandre Samis em seu trabalho. Tomando como base um depoimento anônimo dado ao jornal *O Globo*[173], que Samis suspeita ser do português Atílio Lebre, ou Abílio Lebre como consta em seu processo de expulsão[174], o historiador carioca também aponta para uma *"distinção clara entre os estrangeiros e os presos militares"*.[175] Segundo o prisioneiro português, os estrangeiros seriam, na escala de privações, os mais sacrificados. A começar pelo envio forçado ao exílio interno sem processo juridicamente aberto nem pedido de expulsão do território junto às respectivas repartições consulares. Esses prisioneiros estrangeiros, em sua maioria politicamente próximos ao anarquismo, sentiam na própria pele o ódio da polícia militar contra o proletariado estrangeiro, caracterizado como agitador e vagabundo. Isso já havia ficado claro no discurso de recepção do engenheiro Norberto e foi reafirmado nos depoimentos dados pelos fugitivos ao tenente Sene. Em seu relatório ao governador, o oficial prossegue:

"Aquele que não pudesse trabalhar por um motivo qualquer, tido como esperto era pego a pancadas e mantido sem receber nenhuma alimentação (por sinal insuficiente para os outros) e o Diretor, Dr. Gentil Norberto, dizia que aquele que não trabalhasse não teria necessidade de viver. Há ainda um ancião, Julius Ferreira, com mais de 60 anos, que seria de origem francesa, encontraria-se hoje em estado físico lamentável.

Parece também, que doentes e impotentes teriam sido transportados em canoas para a margem francesa e abandonados à própria sorte onde podem ter morrido de inanição.

Em 28 de dezembro de 1924, após o meio-dia, três portugueses conseguiram se apoderar de uma canoa e deixaram Clevelândia em direção à margem francesa. Avistados em um dado momento onde eles tentariam aportar, o destacamento brasileiro atirou sobre eles e estes não podendo fugir à fuzilaria mergulharam próximos à margem vindo a emergir alguns metros depois no alagadiço que margeia o rio. Seus nomes são Benedito Sabino de Barros, Pereira Martino Daniel e Gomes Marcel Joseph."[176]

E assim seguia o relatório do tenente ao governador da colônia francesa, sempre favorável e compartilhando o ponto de vista emitido pelos evadidos. Essa

[173] *O Globo*, 07/01/1927.
[174] Caixa IJ 6-396, AN.
[175] A. SAMIS, *Clevelândia*, p. 189.
[176] Série D 10. Relations politiques avec Portugal. Le Portugal et le Brésil. Relatório de polícia enviado ao governador da Guiana Francesa, 11/01/1925, ADG.

perseguição implacável aos prisioneiros recém chegados, em particular aos estrangeiros deportados, porém, durou basicamente uma semana. Antes do fim do ano de 1924, o diretor da colônia, aparentemente sem nenhum motivo para tanto, mudou radicalmente de opinião. Convocou todos os prisioneiros deportados, os militares rebeldes, os responsáveis pela guarda e, perante todos, convergiu para uma posição absolutamente oposta. Segundo os fugitivos entrevistados pelo tenente Sene,

"No dia seguinte, o diretor do campo fez entender aos deportados que aquele que desejasse partir teria o campo livre e isto aos olhos dos soldados e dos vigilantes brasileiros que certamente também entre eles passaram ao território francês. Há até mesmo um jornalista Biofilo Panclasta que foi transportado para Saint Georges por uma canoa colocada à disposição pelo Diretor e remada por alguns marinheiros brasileiros deportados."[177]

Talvez o engenheiro Gentil Norberto percebesse que tivesse se precipitado em adotar inicialmente uma rígida conduta disciplinar. Pode ser também que naquele momento inicial do campo, na indefinição que deveria caracterizar as ações do governo federal, o diretor da colônia, que também fora pego relativamente de surpresa, tivesse feito aqueles duros pronunciamentos e imposto um regime de vigilância com o uso dos próprios militares deportados, justamente para impressionar e intimidar os outros prisioneiros: os presos políticos e os malandros cariocas. E ao perceber enfim, as várias reações contrárias, inclusive o risco de ocorrência de motins na vila de Clevelândia, Gentil Norberto resolveu recuar. Talvez a nova ordem possa ser interpretada como uma espécie de: "façam o que quiserem, desde que não me comprometam nem atrapalhem minha direção."

*

A tomada do depoimento desses estrangeiros que conseguiram alcançar a costa da Guiana Francesa, ampliou as suspeitas de que as prisões de suspeitos durante o período crítico do estado de sítio foram feitas indiscriminadamente. Vamos acompanhar a declaração dada pelo caldeireiro Jean Martinez, de 24 anos de idade, natural de Oran, Algeria, marinheiro a bordo do navio Valdivia, da Cia. de Transportes Marítimos Marseille:

[177] *Ibid.*

"Estando ancorado no Rio de Janeiro, a 27 de julho de 1924, na noite de 27 para 28, pelas 22 horas, com dois camaradas de bordo (Charles Fouillen e Gouanéquer Joseph) descemos à terra para beber uma cerveja. Nós estávamos tranqüilamente instalados no terraço do café Miramar, praça Mauá, quando uma patrulha brasileira apareceu e sem nenhuma explicação, sem que tivesse havido o menor incidente, apesar de nossos protestos, nos pegaram, bem como a outros consumidores que se encontravam lá, nos puseram num carro cheio de agentes e nos levaram ao Comissariado central de polícia.

Sem que nos interrogassem, após as formalidades de série, nos internaram num local do Comissariado onde já se encontravam outros 160..."[178]

O resto do depoimento do marinheiro francês reforça a mesma saga já contada e recontada neste trabalho. Dali seguiu para o navio Campos, depois o Comandante Vasconcelos e enfim, Clevelândia. O que é absolutamente espantoso, visto não ser uma prática comum no Brasil, é que a xenofobia tomou conta do país naqueles tempos, ou pelo menos, tomou conta dos funcionários públicos que receberam a incumbência de manter a ordem durante o estado de sítio. Com a transformação do estado brasileiro em um estado policial, portanto com os agentes de polícia tornando-se de fato e direito os comandantes do país, as arbitrariedades alcançaram níveis jamais vistos na história republicana até então. Três estrangeiros franceses em trânsito foram capturados na rua, aleatoriamente, feitos prisioneiros e mantidos incomunicáveis, sem nenhuma denúncia ou qualquer investigação existente contra eles. E assim, da mesma forma como o foram esses franceses, uma enorme quantidade de estrangeiros foi detida, sem qualquer motivo aparente, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo. Muitos desses estrangeiros foram deportados para Clevelândia. Contudo, seus nomes não aparecem nem nas listas de indesejáveis deportados que foram emitidas pela 4 ª. Delegacia Auxiliar, nem nas listas de recebimentos de prisioneiros encontradas no relatório do sr. Oldemar Murtinho. A existência desses três franceses, por exemplo, seria absolutamente desconhecida, não tivessem eles fugido da colônia penal e prestado depoimento junto à gendarmeria.

O jornalista português Atílio Lebre, que se fez passar por Abelardo Lebre deteve algumas prerrogativas durante o breve período em que esteve internado em Clevelândia. A ele foi permitido se comunicar com os soldados deportados e, secretamente, preparou um artigo que deveria ser enviado ao *Correio* ou ao *Jornal do Pará* intitulado "O navio fantasma", sobre o transporte de prisioneiros

---

[178] *Ibid.*

até a colônia do Oiapoque. Também tentou, em vão, convencer alguns sargentos e soldados a testemunharem o assassinato a sangue frio de alguns prisioneiros e os maus tratos generalizados que ocorriam no campo de concentração. Fugitivo para a Guiana junto aos outros 17 estrangeiros, Lebre deixou esta declaração no posto da gendarmeria de Saint Georges:

"Em Clevelândia os doentes e os enfermos que não podem trabalhar, são dispensados não importa como. Ainda, em 30 de dezembro de 1924, às 2 horas da manhã, foram postos em uma embarcação o português BRAZ Pinto do Amaral, que tinha duas lojas de venda de loteria no Rio de Janeiro e que era doente de tuberculose avançada e seis ou oito velhos de todas as nacionalidades. Não se sabe mais o que com eles aconteceu.

No dia seguinte, por volta das duas horas da tarde, eu vi embarcar o francês JULIUS Ferreira que tem mais de 60 anos, e o espanhol JACINTO Risano, que está muito doente. A canoa atravessou para a outra margem e se veio a saber depois que os habitantes não queriam receber os dois passageiros. O diretor do campo fez retornar novamente a canoa na margem francesa e dizer que os passageiros eram franceses, que deveriam ser recebidos na outra costa que ele não poderia se ocupar de gente que não podia trabalhar. Foi esse vai e vem até o tombar da noite. Parece que pro três vezes os doentes foram depositados no território francês mas depois não os vi mais.

Assim, em 2 de janeiro corrente, o governador me disse que no dia seguinte ele enviaria os dois marinheiros com dois aparelhos para fazer ensaios no poste de T.S.F. de St. Georges, que eu poderia ir com a condição de não retornar. No dia seguinte eu parti. Na canoa havia SETE doentes que foram desembarcados em Santo Antonio e postos em outra embarcação conduzida por um colono brasileiro. Eles partiram na direção do mar e nunca mais ouvi falar deles. Eu cheguei em St. Georges com 3 marujos brasileiros que foram ao posto de T.S.F. para o seu trabalho."[179]

O português Braz Pinto do Amaral era conhecido da polícia brasileira pelo nome de Adriano Pinto do Amaral e tido como anarquista, por esse motivo foi indiciado na Lei de Estrangeiros para ser deportado do território nacional. Mas, ao invés de ser enviado diretamente a Lisboa, preferiu o sinuoso caminho para o norte do país. Jacinto Risano era conhecido da polícia pelo nome de Candido Rosano Ananaz e segundo esse mesmo processo era procurado por um homicídio cometido na Espanha ainda no ano de 1902.[180] Todos esses homens citados encontravam-se processados pela 4 ª. Delegacia Auxiliar e com a deportação do

[179] *Ibid.*
[180] Caixa IJ 6-396, AN.

país solicitada junto ao Ministério da Justiça. Por que então foram parar em Clevelândia? Estas e outras questões envolvendo a arbitrariedade da polícia do Distrito Federal, que exerceu os três poderes durante a vigência do estado de sítio de Bernardes, nunca serão respondidas. O precedente aberto durante esses dois anos renderá frutos com dividendos no futuro governo Vargas. Esses procedimentos arbitrários dos segundos e terceiros escalões da burocracia policial, sob as vistas grossas do poder Executivo, continuarão sendo a regra nos subterrâneos da polícia política, reativando-se durante a ditadura de 1964, e mantendo-se, após o término desta última, como uma polícia já nem tão política assim.

*

Retornando ao relatório policial francês, aos doentes recebidos em Saint Georges foi permitido prosseguir viagem para o interior da Guiana Francesa mesmo sem o passaporte francês. Foram enviados ao Hospital-Hospice-Civil em Caiena para serem tratados e medicados. Ainda em janeiro de 1925, chamado pelo governador geral da Guiana para prestar explicações sobre esses fatos, o cônsul do Brasil em Caiena declarou ignorar completamente a situação e não possuir nenhuma instrução do governo brasileiro para lidar com ela.[181]

Dentre aqueles fugitivos relacionados pelo tenente Sene, poucos conseguiram sair de Saint Georges. Atílio Lebre foi um desses que seguiu viagem até Belém, graças ao impaludismo que o vitimava, sendo internado na Beneficência Portuguesa daquela capital. Após vários meses de tratamento, pediu refúgio ao cônsul português, antigo conhecido seu. A maioria dos evadidos foi encaminhada de volta ao Brasil. O governo francês, ele também protagonista de tristes episódios em seus *bagné* coloniais, preferiu manter-se distante dos problemas internos brasileiros. A devolução de todos os prisioneiros que tentaram a fuga através do solo francês explicaria por que Biofilo Panclasta, que teve sua fuga facilitada pelo diretor da colônia de Clevelândia, participou, meses após, da comemoração do 1 °. de Maio naquela mesma colônia. Somente conseguiram deixar o campo de concentração brasileiro aqueles prisioneiros que prosseguiram viagem em canoa, ou de volta ao Brasil, pelas vias interiores do estado do Pará, ou seguindo para o norte, desembarcando clandestinamente em Caiena e dali prosseguindo viagem de volta a Belém.

*

[181] Série D 10. Relations politiques avec Portugal. Le Portugal et le Brésil. ADG.

Até o fim de fevereiro de 1925, época em que chegou um reforço militar procedendo de Belém do Pará, e, ao que tudo indica, foi baixado definitivamente o "regime disciplinar", até esse momento, a circulação dos prisioneiros pelo campo de Clevelândia, mais livre ou mais rígida, dependia exclusivamente da idiossincrasia do diretor da colônia. Portanto, esse período inicial foi também aquele em que houve a maior debandada de prisioneiros. Passados esses dois primeiros meses, com a vigilância reforçada, as evasões do campo de prisioneiros refluíram, praticamente desaparecendo. Somente a partir de agosto desse mesmo ano, com a confirmação de uma epidemia assolando o campo, muitos prisioneiros resolveram literalmente fugir para não morrer.

Basicamente duas alternativas diferentes de fuga, com caminhos diversos a serem percorridos, apareciam no horizonte dos deportados. Viajar diretamente de regresso ao Brasil pela costa paraense, ou tentar a sorte na costa da Guiana Francesa, o que invariavelmente, como vimos, implicava em ser enviado de volta a Clevelândia, uma vez ser necessário o salvo-conduto para seguir viagem adiante. Vamos verificar quais eram as rotas de fuga possíveis sem passar por Saint Georges lendo alguns relatos de sucesso deixados pelos fugitivos e vamos ver qual procedimento adotaram esses aventureiros.

Notando o avanço rápido das mortes trazidas pela epidemia, um grupo de militares rebeldes provindos da guarnição de Catanduvas, junto a alguns civis, arquitetou um grande plano de fuga envolvendo dezenas de deportados. A escolha da maioria foi escapar descendo o rio Oiapoque em direção à foz. Para isso, roubaram duas canoas da própria administração da colônia e iludiram a vigilância com a ajuda de um desterrado que tinha livre trânsito entre os funcionários e guardas do campo. Vamos acompanhar o relato da fuga de duas turmas em duas diferentes canoas perfazendo um total de doze pessoas. O depoimento a seguir foi dado por um soldado anônimo ao jornal *A Nação*.

"Mas havia que temer a perseguição dos mesmos guardas. Então, além de Martinica, nos embrenhávamos pela mata, e escondíamos a canoa.

Aí passamos num acampamento por nós improvisado, oito dias. Levamos o necessário aprovisionamento para esse fim. E aquela nossa previsão se confirmou. Os guardas vieram à nossa procura. Foram até Santo Antonio; e, não nos tendo encontrado, voltaram. [...]

Ao fim daquele prazo, pusemo-nos em marcha, num dia de noite escura. E as duas canoas vinham deslizando pela corrente. Aproximávamo-nos de Sto. Antonio, onde havia dois destacamentos militares: um do Brasil e outro da

Guyana; e a passagem por aí era forçada. Poderiam aqueles destacamentos sobre nós fazer fogo. Mas com certeza, não seriamos por eles pressentidos, tanto mais que nos achávamo-nos distantes das margens, bem ao centro do rio. [...] Mas vencido esse obstáculo, logo em baixo encontrávamos outro posto da alfândega de Diamantina.

Nessa altura, o itinerário havia sido por nós previamente muito bem estudado, há um marinheiro que faz o policiamento do rio de um lado para o outro, em uma canoa. A noite ainda estava escura; e o marinheiro fumava. À proporção que ele avançava para a direita, nós tomávamos a esquerda. E assim, conseguimos dribla-lo. *Agora só havia os obstáculos naturais."*[182]

A narrativa do sobrevivente ilumina um pouco o esquema existente para a realização de um determinado tipo de evasão. Fazia-se necessário o conhecimento e a presença de espírito de um prisioneiro que mantivesse boas relações com os funcionários da colônia. Isso faz supor que algum tipo de propina paga a algumas pessoas poderia facilitar os procedimentos para a viagem. Por exemplo, guardar e embarcar provisões para 6 pessoas durante, digamos dez dias de viagem, não é uma tarefa que possa ser realizada sem a cumplicidade de quem trabalhasse na preparação do rancho, ou, sem a cumplicidade dos guardas encarregados de vigiar a beira do rio. De qualquer modo, mesmo usando do expediente do suborno, a evasão por água estava cheia de imprevistos e riscos. Pelo relato, nota-se que sempre que descoberta a fuga de algum prisioneiro havia a perseguição da tropa armada aos fugitivos. Portanto, uma fuga nessas condições, dificilmente seria possível de ser realizada em uma empreitada solitária.

Esta difícil viagem de barco descendo o rio sob o risco de perseguição militar explica os sucessivos fracassos experimentados por fugitivos isolados. O naufrágio do barco do anarquista Carioca já relatado anteriormente, evidencia a quase impossibilidade de evasão de Clevelândia em uma viagem a esmo, sem um planejamento definido e sem suficientes condições materiais para empreendê-lo. Continuando a narrativa do soldado anônimo, ultrapassados, sempre à noite, os postos de vigilância ao longo do rio, os companheiros de aventura alcançaram a foz do Oiapoque. Na barra do grande rio, onde o encontro das águas fluviais com as águas do oceano normalmente eleva as ondas além dos dois metros de altura, os riscos de naufrágio são constantes. Já prevendo essa dificuldade, o grupo de fugitivos não arriscou a travessia da barra e aguardou o tráfego regular de embarcações pesqueiras para prosseguir viagem.

---

[182] "Ali, reenviados, não para viver, mas para morrer", *A Nação,* 10/01/1927.

"Na foz do Oyapock, desembarcamos em uma ilha, metade do Brasil e metade da Guyana. Havíamos saído do nosso esconderijo às sete e meia da noite. Viajamos toda a noite sem parar; e chegamos àquela ilha deserta à 11 e ½ do dia seguinte. Nela esperaríamos um barco que nos conduzisse até o Pará. Às duas horas, defronte de nós aparecia um barco nessas condições, o Paiva Ribeiro. *Acenamos para ele. O seu dono, Theodoro Leal, manda em uma canoa um piloto, a ver do que se tratava. Explicamos-lhe. Ele torna a comunica-lo aquele, e Theodoro Leal prontamente nos abrigava. Viajamos doze dias no mar.*

Aquele amigo repartiu conosco sua 'bóia' e da sua equipagem. Que bravo marinheiro!

No Pará, havia o sítio, havia a ferocidade do capitão do porto contra os revolucionários.

Chegando à ilha de Marajó, diz-nos Theodoro Leal:

– Daqui vou para Vigia. Aí vocês podem descer e ir a pé, questão de oito léguas para Pinheiro, e daí para Belém, por trem ou barca.

Ou preferem ir diretamente para Pinheiro?

– Para Pinheiro, respondemos-lhe.

E ele tinha ainda a bondade de nos pôr em entendimento com o patrão de outro navio, o Palestina, *e chegávamos a Pinheiro, mal enjambrados, mais mortos do que vivos."*

Theodoro Leal surge como o comandante de uma embarcação praticando o comércio de gêneros entre a cidade de Vigia no Pará e a região do Oiapoque. O marinheiro deu abrigo e transporte aos foragidos e ainda auxiliou-os no trajeto terrestre para a cidade de Belém. Se esse barqueiro correu o risco de ser flagrado com prisioneiros em alto mar, é possível que não participasse do esquema de comércio montado em Clevelândia e portanto, não tivesse muito a perder nas trocas com o Estado brasileiro. Além dele, outro marinheiro também auxiliou o grupo de revolucionários. Esse fato coloca algumas novas questões. Sabe-se que desde que os primeiros contratempos causados na fronteira pelos prisioneiros chegaram aos ouvidos da presidência da República, as fugas dos rebeldes foram dificultadas e os barqueiros que eram pegos carregando fugitivos em seus barcos tinham a embarcação apreendida e pagavam pesadas multas para havê-la de volta. Esse foi o procedimento adotado para minar a rota de evasão clandestina que havia sido criada nos dois primeiros meses de vida da colônia penal. Então, a atitude do marinheiro Leal e de outros, demonstra que não havia uma unanimidade da população em relação à conduta do governo contra os revolucionários; demonstra também a existência de uma certa dose de simpatia pela ação desses rebeldes; e enfim, aponta para a existência de civis, inclusive no

norte do país, que incorreram em riscos ao não acatarem de modo obediente as ordens estabelecidas pela burocracia em troca de pequenos favores que poderiam adquirir.

No relato acima, tivemos um exemplo do longo percurso feito pelo grupo rebelde, descendo o Oiapoque até sua foz, contornando o Atlântico até a costa norte-ocidental da ilha de Marajó e dali, contornando toda a ilha em sua costa oceânica para escapar do controle da Marinha, Ultrapassaram o delta do Amazonas até chegarem ao porto de Vigia, de onde retornariam para Belém. Pequenas cidades como Santa Inês, Salgado e Pinheiro, aparecem na narrativa dos evadidos de Clevelândia, confirmando a rota atlântica em direção ao Pará, como a mais usada para a fuga do campo de prisioneiros. Além desse havia outro caminho, que implicava em menor risco de captura, principalmente quando feito por um número reduzido de pessoas, mas que era extremamente penoso e difícil. Quando o sargento Andrade Figueira diz que *"também há muita gente foragida pelo interior do Pará,"*[183] pode estar se referindo ao velho caminho utilizado pelos ex-escravos e mocambeiros do Cunani em sua fuga terrestre para o Oiapoque. Quando ele fala em Pará, refere-se a atual área do estado do Amapá, onde existiam diversas trilhas e caminhos criados desde antes da época da mineração. É possível que essa antiga rota do Cunani que já foi descrita anteriormente neste trabalho, fosse utilizada pelos deportados que se atreviam a fugir pelo interior da floresta, subindo o rio Pontanari. Essa trilha, quase desconhecida da guarda de Clevelândia, somente foi descoberta e percorrida pelo Exército brasileiro com as incursões da equipe do major Boanerges no ano de 1927.

*

Fora essas duas vias de fuga, pela costa ou pelo interior paraense, a outra possibilidade seria alcançar Caiena e tentar uma embarcação de regresso ao Brasil. De imediato um problema se impunha nessa alternativa, a exigência de passaporte para seguir viagem em território francês. A vigilância além fronteira era mais severa que a existente no território brasileiro; uma vigilância motivada pelo desejo de impedir a imigração clandestina reforçada por um forte aparato militar de controle dos quase 6.000 prisioneiros forçados, quase um oitavo de toda a população que habitava a Guiana Francesa. Portanto, qualquer indivíduo suspeito circulando em território francês logo era abordado pela gendarmeria. A tolerância máxima permitida era a de circular pela vila Saint Georges, mas, pelo

[183] *O Estado do Pará,* 10/07/1926

que se lê no relatório elaborado pelo chefe de polícia Bulle, os evadidos do Brasil viviam ali quase como zumbis.

"Atualmente 35 deportados políticos evadidos do campo de Clevelândia (Brasil) estão em Saint Georges, onde eles vivem em condições deploráveis sem dinheiro ou trabalho contínuo. Estes indivíduos dão pena, estão mortos de fome. Eles dormem sob uma cobertura no rio e estão expostos à insalubridade e aos vermes.

Os mais válidos (além de tudo estão anêmicos e impaludados) conseguem por ocasião algum trabalho que lhes permite obter um punhado de arroz.

Aqui a população, à parte alguns que também vegetam (a exploração do pau-rosa está diminuindo e as fortes chuvas impedem a chegada de material às destilarias) não os vê com bons olhos, que se tornaram indesejáveis em St. Georges. Eles não os compreendem além do que indivíduos suspeitos."[184]

Para aqueles prisioneiros sem condições de organizar uma aventura com barcos e suprimentos em viagem de regresso ao Brasil, a única alternativa de fuga possível era a de sonhar com um barqueiro *creóle*, ou quem sabe até um navegador *Saramaka*, dispostos a correrem os riscos da viagem até Caiena. Além disso, para quem conseguisse uma certa soma em francos, sempre seria possível recorrer ao comércio clandestino de salvo-condutos controlado pelos chineses. A forma mais comum desse comércio foi relatada por René Belbenoit em suas memórias pessoais que se tornaram um best-seller.[185] Belbenoit, um prisioneiro francês que permaneceu mais de 15 anos nos diversos *bagné* da Guiana, narra que muitos prisioneiros franceses com a pena já integralmente cumprida, os *libereé*, após dezenas de anos de vida na Guiana haviam perdido completamente os velhos contatos e a ligação afetiva com o continente europeu e não retornariam mais à Franca. Esses presos vendiam o passaporte por uma pequena bagatela ou para pagar suas dívidas de jogo e prostituição contraídas junto à máfia chinesa instalada em Caiena. Então esses passaportes circulavam e eram vendidos, geralmente a ex-presos agora livres mas sem permissão de deixar a Guiana, e em alguns casos, também aos novos fugitivos da prisão em Clevelândia. Biofilo Panclasta conseguiu deixar a Guiana fazendo uso de um passaporte falso para seguir viagem em direção ao norte até alcançar a Venezuela. Domingos Passos foi outro anarquista que conseguiu chegar em Caiena e dali seguir viagem para Belém. Não se sabe exatamente como, mas sobre ele Pedro Carneiro conta que

[184] Série D 10. Relations politiques avec Portugal. Le Portugal et le Bresil. Relatório de 28/12/1925. ADG.
[185] R. BELBENOIT, *op. cit.*

"Passos foi um dos raros deportados que conseguiu fugir daquele inferno, graças ao seu espírito de luta, à sua decisão e à sua resistência física. Pôde realizar essa façanha porque a vigilância não era rigorosa, uma vez que se sabia que, todo fugitivo que se aventurasse pelas matas morreria de fome, de sede e geralmente comido pelas feras. Teve de atravessar rios a nado, alimentar-se de ervas silvestres, e comer cascas de árvores conhecidas na região para combater a terrível febre palustre, ali adquirida e que grassava na região da Clevelândia."[186]

Narrando sua própria experiência pessoal, Passos poupou os fatos mais heróicos dessa epopéia contada por Carneiro, mas enalteceu a ajuda de um companheiro da Guiana que o teria socorrido quando de sua chegada à capital. É possível que sua saída de Saint Georges e seu embarque para Caiena somente tenha sido permitido diretamente ao hospital central da Guiana devido ao forte estado febril em que ele se encontrava. Como ele próprio narra,

"Felizmente depois de alguns dias de trabalhos forçados em Clevelândia, consegui libertar-me, atravessando o Oyapock e fixando-me em S.t George, Guyanna Franceza. Aí trabalhei até que a maldita febre prostrando impossibilitou-me para o trabalho produtivo de que, escassamente, tirava a minha alimentação. Embarquei para Cayenne à procura de medicamentos.

Abandonado em Cayenne, sem um 'sous-manque', teria talvez, como tantos outros, perecido, se não fora a solidariedade de um 'crioulo'. Apresentado, certa vez, ao cônsul brasileiro, com quem me encontrara na rua, pelo amigo que me acompanhava, ouvi daquele, estas cínicas palavras:

- *Nada posso fazer por si, pois já auxiliei a uns portugueses que aqui chegaram, e eu não estou autorizado a auxiliar ninguém.*
- *Mas, respondi-lhe, eu nada lhe estou pedindo."*[187]

O consulado brasileiro em Caiena estava preocupado com os problemas da evasão dos presídios coloniais em direção ao Brasil e pouco caso fazia dos raros deportados políticos brasileiros que batiam à sua porta para pedir ajuda. Ainda mais nesses anos de 1925 e 1926, quando o problema de presos clandestinos além fronteira havia mudado de lado. Agora era Pinto Peixoto, o cônsul, que tinha de dar explicações ao governador geral.[188] Era a forra da Guiana, cujo governo sempre fora acusado pelos países vizinhos de não conter a evasão dos seus presos detidos nos inúmeros campos de confinamento coloniais.

---

[186] Memórias manuscritas de Pedro Catalo publicadas por E. RODRIGUES, *Novos rumos*, p. 253.
[187] Carta de Domingos Passos, "A necessidade do conforto do ideal", *A Plebe*, 26/02/1927.
[188] SÉRIE D 10, ADG.

10. Prisioneiros brasileiros e também franceses.

A invasão de território estrangeiro não era prerrogativa exclusiva dos prisioneiros brasileiros deportados em Clevelândia. As evasões ocorriam de ambos os lados da fronteira. Desde 1852, ano em que chegaram à Guiana Francesa os primeiros *bagnards* vindos do velho mundo, a fuga pela selva foi um fato constante. Ora para o norte, atravessando o rio Maroni para alcançar o Suriname e a Venezuela, ora para o sul, numa rota menos utilizada, atravessando o Oiapoque para ingressar na zona contestada e no Brasil. Por esta última rota, apesar de não haver trabalhos específicos sobre as evasões para a costa brasileira, através das leituras efetuadas e da esparsa documentação encontrada, é possível estimar que centenas de deportados franceses procuraram a liberdade nas terras do Amapá e do Pará ao longo dos quase cem anos que durou o encarceramento colonial.[189] Ao todo, estima-se que cerca de 73000 deportados passaram pela Guiana durante esse século de degredo distante e morte lenta.[190]

---

[189] Sobre as fugas e a instalação de evadidos franceses dos *bagné* da Guiana, encontram-se muitas notas e relatórios nos arquivos consulares brasileiros de Caiena no Itamarati, algumas notas de problemas de fronteira na secção de polícia do Arquivo do Estado do Pará, e vários relatos de fugas para o Brasil nos inúmeros testemunhos e depoimentos de evadidos deixados em forma de entrevistas e romances. Contudo, para uma tabulação mais precisa dos dados, seria necessária uma consulta aprofundada aos arquivos coloniais franceses que se encontram no CAOM, Centre des Archives d'outre-mer, Aix-en-Provence. Fundo Établissements pénitentiaires coloniaux. Série Colonies H.

[190] Há dezenas de diferentes trabalhos tratando a questão dos presídios na Guiana Francesa. Cito aqui algumas das mais relevantes pesquisas sobre o tema produzidas na França e fora dela: o jurista Marcel LE CLÈRC, *La vie quotidienne dans les bagnes*; o historiador Michel PIERRE, *La terre de la grande punition*; o historiador Alexander MILES, *Devil's Island, Colony of the dammed*; o filosofo e historiador Michel FOUCAULT, *Vigiar e punir;* a pesquisadora do CIRA, Centre Internationále pour les Recherches sûr l'Anarchisme, Marianne ENCKELL (apr.), *Moi, Clément Duval, bagnard et anarchiste*; o religioso Charles PÉAN, *Terre de Bagne*; o médico Armand HENRI, *Guyane française, capitale Cayenne*; o historiador Jean-Claude MICHELOT, *La Guillotine sèche;* o jornalista Albert LONDRES, *Au bagne.*

Desde a época dos litígios na zona contestada, em fins do século XIX, lendo os relatos já anteriormente comentados de Emílio Goeldi e do secretário de Estado do Pará, encontram-se várias referências aos ex-prisioneiros franceses que habitavam a zona aurífera do Cunani. Tida como perigosíssima, infestada de assassinos e bandidos, e associada a todas as imagens negativas que a lenda criou em torno da vida nas prisões da Guiana, genericamente conhecidas como Ilha do Diabo. Sabe-se também, que muitos daqueles evadidos dos campos de trabalho forçado na Guiana conseguiram a liberdade embrenhando-se na selva equatorial e organizando-se em bandos de salteadores que atacavam os comerciantes do metal dourado ao longo dos rios. Muitos desses bandidos passaram a viver definitivamente nas vilas originadas com o comércio de apoio aos garimpos ou em aldeias indígenas escondidas nas cabeceiras dos grandes rios.

Posteriormente, durante a década de 1920, quando das expedições chefiadas pelo General Rondon ao Oiapoque, novamente encontram-se relatos sobre a influência perniciosa de foragidos franceses em solo brasileiro, principalmente na região do rio Uaçá. Vivendo junto aos índios *Palikur* e *Karipuna,* dormindo com suas mulheres, praticando a poligamia, esses malfeitores, segundo Rondon, *"exploram a sua infelicidade, atuando sobre a sua fragilidade a fim de lhe incutir o vício alcoólico".*[191] Havia também alguns ex-prisioneiros estabelecidos definitivamente em Belém e que lá conseguiram refazer sua vida. Os governantes brasileiros foram tolerantes com esses exilados; ora mais, ora menos, dependendo das circunstâncias políticas nacionais e da notoriedade do indivíduo em questão.[192]

Ao longo de todos esses anos de história dos *bagné*, houve um fluxo, relativamente pequeno porém contínuo, envolvendo o ingresso clandestino de degredados franceses no Brasil. Contudo, entre os anos de 1924 e 1927, esse fluxo que antes era unilateral, tornou-se bilateral. E é precisamente esse o período que mais interessa a esta pesquisa. Observar, mesmo que superficialmente, como se deu o comportamento de ambos os governos em relação a esse trânsito ilegal de pessoas; e também como se relacionaram prisioneiros, navegadores e habitantes locais nos contatos entre eles estabelecidos.

*

[191] Inspecção de Fronteiras. Relatório do General Inspetor, 1927, p. 20. CBDL.
[192] Michel PIERRE, *Bagnards,* pp. 188-90.

Vou iniciar pela carta que o cônsul brasileiro em Caiena escreveu, em 5 de janeiro de 1924, ao Ministro das Relações Exteriores, em resposta a uma reclamação deste. Pinto Peixoto diz que dificultava ao máximo a concessão de vistos aos ex-condenados da Guiana Francesa, mesmo com a sentença já cumprida, que se dirigiam ao Brasil. Na mesma correspondência alertava para aqueles que, segundo ele, seriam os verdadeiros culpados:

"Os comandantes de vapores da Amazon River que fazem a linha de Belém do Pará ao Oyapock, sem escrúpulo algum, tendo por intuito produzir venda para a Companhia, transportam sem a competente autorização consular, elementos que, em dado momento, podem constituir perigo à tranqüilidade pública tendo em consideração seus péssimos antecedentes."[193]

Vasculhando a documentação consular existente desde 1917, ano em que o jovem vice-cônsul chegara em Caiena, não houve nenhum pedido do chefe diplomático brasileiro atendendo a consultas, seja do governo francês ou do governo brasileiro, nesse sentido. A política externa em relação a essa questão de fronteira envolvendo as evasões dos degredados na Guiana tornou-se mais tensa e ganhou as páginas dos jornais durante o período de governo do presidente Bernardes. Até então, pela ausência de documentação sobre esses fatos, e pela negligência com que representantes do governo estadual em seus relatórios de viagem apenas comentaram superficialmente o problema, deduz-se que esses ingressos ilegais não importunavam significativamente as autoridades estaduais brasileiras e talvez até fossem tolerados pela polícia do Pará, visto que movimentavam a fraca economia da região amapaense.

A partir do ano de 1923, o cônsul passou a ser interpelado pelo governo federal de forma mais dura para combater esse problema. É por esse motivo, com base nesse argumento, defendendo-se da intimação enviada pelo Ministro, que o cônsul transferiu o problema para a alçada do governo do Estado do Pará, solicitando, por meio da Capitania dos Portos, que fossem multados os capitães de vapores transportando a bordo passageiros vindos de Caiena sem o visto regular de ingresso ao Brasil. Atitude que parece não ter sido tomada pela Marinha paraense, já que, em março de 1924, Pinto Peixoto escreveu novamente ao Ministro da Justiça dando conta dos fatos e eximindo-se de responsabilidade:

"este consulado zeloso como sempre no cumprimento de seus deveres, tem empregado em todas as épocas, esforços exaustivos a fim de abster a entrada

[193] Repartições Consulares, ofícios 244/1/1. AHI.

desses malfeitores em nosso país, porém, suas reclamações jamais foram tomadas em consideração pelas autoridades marítimas e policiais do Estado do Pará [...]

A nossa fronteira no Oyapock está completamente desprovida de fiscalização a esse respeito, acrescendo a gravidade de que, os capitães dos vapores da Amazon River, aceitam como passageiros esses facínoras e os transportam para Belém [...]

Nestas condições, e dada a distância entre Cayenna e o Oyapock, não me é possível infelizmente, exercer controle algum, máxime quando brasileiros sem patriotismo contribuem a acrescentar um mal a seu país com a complacência das autoridades do Pará."[194]

Pinto Peixoto, insatisfeito com a falta de progresso e talvez com medo de perder seu posto, escreveu diretamente ao chefe de polícia do Pará sugerindo o estabelecimento na fronteira do Oiapoque de uma *"fiscalização severa por meio de um representante dessa Polícia."*[195] Como resultado dessa polêmica, complicaram-se inclusive as relações franco-brasileiras, uma vez que aumentou a burocracia no consulado brasileiro impondo diversas restrições à concessão de vistos. Esse fato desagradou comerciantes da Guiana com negócios no Brasil e as autoridades locais. Os jornais de Caiena, em 2 de abril de 1924, imprimiram o seguinte edital de aviso público:

"O Cônsul dos Estados Unidos do Brasil nesta cidade faz saber que segundo ordens recebidas do Ministério das Relações Exteriores do Brasil ele está instantaneamente interditado em liberar ex-condenados a entrar no território do Brasil.

As pessoas livres que partirão doravante com destino ao Brasil, deverão possuir um certificado de boa conduta assinado por dois notáveis da cidade e seu passaporte visado por este consulado e também o seu certificado de vacinação. Os passageiros que não cumprirem estas condições não serão recebidos em sua chegada ao Brasil."[196]

A política francesa de segurança pública no século XIX sempre teve como objetivo primeiro o isolamento dos indivíduos considerados impossibilitados ou incapazes do convívio em sociedade.[197] Terminado o breve período republicano da revolução de 1848, durante o Segundo Império, foi possível a criação e a

---

[194] *L'Avenir de la Guyane*, s/d.
[195] APP.
[196] *L'Avenir de la Guyane*, 02/04/1924.
[197] Michele PERROT (dir.) *L'Impossible Prison: recherches sur lê système pénitentiaire au XIX siècle.*

manutenção de um sistema penitenciário ultramarino para segregar, antes de tudo, os prisioneiros políticos. Valendo-se da instalação de um mandato sustentado no uso da força e da repressão contra o proletariado, a organização desse perverso sistema penitenciário foi realizada de forma convincente junto à opinião pública francesa, que pouca ou quase nenhuma informação recebia a esse respeito. Mesmo porque, uma vez ingressado na Guiana Francesa, o prisioneiro flertava com o exílio permanente. Havia inúmeros mecanismos usados pelas autoridades prisionais para acrescer sucessivamente a pena do pobre forçado. Além do que, a existência da lei da *doublage* obrigava o *libéré* a permanecer na Guiana por um período de tempo igual ao tempo total da sentença já cumprida. Nessas condições, o retorno do *bagnard* à metrópole, mesmo que seu tempo de sentença a cumprir fosse curto, tornava-se praticamente impossível.

Assim, na ausência de informações precisas na metrópole francesa sobre como era a vida nas penitenciárias coloniais, a burocracia francesa montada nesse quinhão sul-americano ganhou plenos poderes arbitrários. As práticas de segurança e vigilâncias adotadas eram voltadas para manter uma mão-de-obra escrava viva, possibilitando o funcionamento, a baixo custo, da vida na colônia. Permanecia garantido, assim, o emprego da burocracia colonial. Os presos exilados serviam exclusivamente como trabalhadores forçados em uma terra onde se desconhecia a palavra colonização ou imigração. A perda dessa mão-de-obra, devida à alta taxa de mortalidade existente ou nas eventuais evasões, era considerada somente como um dado estatístico cuja média deveria ser preenchida com a chegada de novos degredados. Nunca houve por parte do governo francês uma preocupação maior com o retorno desses prisioneiros egressos de dentro de suas fronteiras. À exceção daqueles bandidos notórios que causaram grande repercussão junto à imprensa e à opinião pública, aos governos estrangeiros raramente era solicitada a extradição de um possível condenado. Portanto, uma vez tendo o fugitivo alcançado o território brasileiro, dificilmente ele seria importunado. Não seria incomodado pelas autoridades paraenses, nem seria perseguido pela guarda francesa. Nem ao menos havia um posto de controle francês na baía do Oiapoque. A única alfândega existente encontrava-se em Saint Georges, 50 quilômetros acima da foz e com apenas um gendarme de plantão.[198]

*

[198] Segundo o relato de René BELBENOIT, *A Ilha do Diabo*, pp. 253-5.

A novidade que passou a ocorrer desde o início da década de 1920 foi a determinação do governo brasileiro em combater o ingresso clandestino, o contrabando de fronteira e a evasão de riquezas sem cobrança de impostos na região do Oiapoque. Foi esse o principal motivo pelo qual o Governo Federal montou toda a operação de ocupação e colonização da fronteira que levou, nos moldes do sistema adotado na Guiana Francesa, à tentativa do uso do exílio interno e do trabalho forçado desses deportados em Clevelândia na manutenção da economia do lugar.

Nessas novas condições, passam a ser compreensíveis as intimações do Ministro do Exterior ao cônsul brasileiro em Caiena e a intimação deste ao governador do Pará no sentido de aumentar a vigilância e o controle exercido pela Marinha. Esse maior controle de fronteira desagradou ao governo colonial francês, mesmo porque chegou em um momento em que o fluxo de evasões mudara de lado. Como foi visto no item anterior, desde dezembro de 1924 a passagem em massa de presos brasileiros para a outra margem do rio Oiapoque desagradou àquelas autoridades que passaram a enfrentar um problema que até então desconheciam em seu território. Peixoto foi interpelado várias vezes, não somente sobre os presos clandestinos que entravam em solo francês mas também sobre as freqüentes incursões de soldados brasileiros armados em Saint Georges, onde ingressavam, sob o pretexto de capturar fugitivos, para beber, farrear e brigar. Em julho de 1925, chegou às mãos do cônsul uma carta do governador interpelando-o sobre essa invasão do Exército na fronteira:

"As autoridades civis e militares do Oyapoc me confirmarem que após a chegada do vapor brasileiro Oyapoc que, em 9 de junho, transportou numerosos deportados ao campo de Cleveland várias pessoas brasileiras, presumivelmente militares ou funcionários, pois estavam com farda penetraram, com armas no território da Guyana Francesa. Muitas dessas pessoas uniformizadas e armadas foram mesmo a Saint-Georges e explicaram que eles vinham comprar víveres: o gendarme de serviço lhes fez ver que eles deviam, pelo menos, depor as armas, ao entrarem em território estrangeiro."[199]

O cônsul, que vinha mantendo boas relações com o governador francês até antes da chegada dos prisioneiros em Clevelândia, passou a ser continuadamente interpelado e avisado dos incidentes que ocorriam na fronteira. Mas, esses dois anos de uma frustrada tentativa de se constituir uma Ilha do Diabo brasileira, comparados com o século da terra da grande punição, surgem apenas como mais

[199] Carta de 19/06/1925, Repartições consulares, ofícios 244/1/1. AHI.

uma cópia nacional mal feita dos padrões de disciplina e rigor importados da toda moderna França. Desta feita, importamos dos gauleses o que eles produziram de pior.

*

Após a anistia aos presos em Clevelândia e a desativação da colônia penal naquela vila, retornaram freqüentemente os casos de problemas na fronteira envolvendo os presos franceses em fuga para o Brasil. A vila de Demonti, antigo posto fiscal na baía do Oiapoque era o ponto final da rota de navegação dos barqueiros que carregavam fugitivos em direção ao Brasil. Os navegadores *créoles* não se aventuravam além de Ponta dos Índios nas águas do Atlântico brasileiro. Para seguir adiante, em direção à definitiva liberdade em Belém, os fugitivos franceses permaneciam na vila brasileira até contratarem um barqueiro local ou até subirem a bordo de um barco pesqueiro que estivesse de retorno ao Pará. Não deixava de ser uma curiosidade na pequena vila do Amapá o desembarque daqueles tipos brancos, avermelhados pelo sol, de cabelos loiros e olhos claros. E também não era de todo mal para aquela população o desembolso dos poucos francos guardados para a fuga na reduzida economia local. Assim, aceito, auxiliado e até incentivado pela população nativa, tornava-se difícil combater esse ingresso clandestino em território brasileiro, fato que, aparentemente, incomodava o cônsul em Caiena:

"ali tem aportado em diversas épocas, levas de condenados evadidos dos presídios desta colônia sem que tenham sido molestados pelos funcionários e autoridades dessa localidade. Peço a V.S. o obséquio de empregar todos os esforços a fim de que sejam capturados doravante, todos que ali chegarem, entregando-os às autoridades francesas em Saint-Georges do Oyapock. Para efetivar este desiderato, V.S. poderá requisitar do Destacamento em Santo Antonio, a força necessária para a condução até aquela Vila Francesa."[200]

Esforço inútil. Esse trânsito de presos evadidos da Guiana via Demonti continuou até a desativação definitiva dos *bagné* coloniais franceses.

*

Um dos casos mais célebres envolvendo fugas de prisioneiros políticos para o território brasileiro ocorreu com o anarquista Eugène Dieudonné. A sua história

[200] Carta de 19/04/27. Repartições Consulares, ofício 244/1/2. AHI.

ganhou repercussão internacional depois que um famoso jornalista francês, Albert Londres, empenhado em denunciar os horrores nos presídios coloniais da Guiana, entrevistou-o no Rio de Janeiro e publicou essa longa entrevista[201] em que o fugitivo lhe contou toda a trajetória realizada em busca da liberdade. Interessa-nos particularmente essa história de Dieudonné pois se trata de um deportado anarquista, ao que tudo indica injustamente acusado, recluso na Guiana Francesa, que evadiu para o Brasil em uma época muito próxima aos acontecimentos aqui relatados. Esse caso tem semelhança com as detenções arbitrárias que envolveram os anarquistas brasileiros enviados para Clevelândia e elucida a rota de fuga de Caiena para Belém e os perigos que a envolvia.

Dieudonné, homem de ideais anarquistas, leitor de Nietzsche e Stirner, foi acusado pela polícia francesa de pertencer ao célebre bando de Bonnot.[202] Após o ataque desse bando a uma agência bancária de Chantilly, em 1912, o governo francês decidiu combater duramente o anarquismo e seus seguidores. Nesse refluxo de repressão, Dieudonné foi detido por ser um assíduo freqüentador dos meios libertários, sendo acusado de pertencer à célebre quadrilha. Contra ele pesou exclusivamente o testemunho de um funcionário da agência bancária que o reconheceu como sendo seu agressor. Apesar do acusado ter vários álibis a seu favor, com essa única prova testemunhal, num julgamento rápido, processo sumário, o marceneiro de 26 anos foi sentenciado à morte. Inúmeros apelos a seu favor fizeram o então Presidente Poincaré rever a pena, enviando-o para o desterro perpétuo na Guiana Francesa. Como todo prisioneiro, anseava escapar e tornar-se livre. Quatorze anos depois, em dezembro de 1927, iniciou uma longa jornada em busca da *"belle"*, como era conhecida a liberdade.

Em troca de 3.000 francos, Gégène e mais cinco companheiros de prisão embarcam na piroga de Acoupa, um canoeiro mestiço de pouca experiência em navegação oceânica. Sem conhecer direito os tempos da maré, Acoupa teve enormes dificuldades para atravessar a arrebentação da barra de Caiena e, no terceiro dia de tentativas, a canoa naufragou, lançando seus ocupantes ao mar durante a noite. A costa da Guiana é alimentada pelos rios e *criqueé* que nela deságuam, levando toneladas de sedimentos em direção ao mar. Esses depósitos formam imensos manguezais e pântanos cobertos por uma maré que oscila até quatro quilômetros. Certos trechos da costa, muito lodosos, estão sujeitos à formação de perigosas areias movediças que vitimaram muitos náufragos. Dieudonné conta-nos que durante o naufrágio Vente, um dos seis prisioneiros, não conseguiu vencer a nado a distância que separava o fundo lodoso do mar da

[201] Albert LONDRES, *L'Homme qui s'évada*
[202] Ver "O processo da quadrilha Bonnot", *in* Claude BERTIN (dir.), *Os grandes julgamentos da História.*

terra firme. Mesmo retornando sozinho para ajudá-lo, Dieudonné viu seu companheiro morrer enterrando-se na costa pantanosa. Morte horrível. Os 5 sobreviventes decidiram dividir-se em dois grupos. Um deles foi capturado pelos negros *Boni,* caçadores de recompensa a serviço do governo colonial. Eugéne e Jean-Marie salvaram-se. Esconderam-se durante mais de trinta dias na selva próxima da costa até conseguirem outro barco para leva-los ao Oiapoque. Dessa vez, sob o comando de Strong, um veterano marinheiro *créole* e experiente garimpeiro nos igarapés da costa brasileira, alcançaram o posto fiscal de Demonti, já em solo brasileiro.

A aventura continuava. Em Demonti, com os últimos recursos de que dispunham, quatrocentos e poucos francos e trinta e cinco gramas de ouro, embarcaram em um pesqueiro que seguiu viagem até a cidade de Vigia. A rota da liberdade brasileira era a mesma para os evadidos da Guiana e de Clevelândia. Demorou seis longos dias a viagem até o porto paraense. Em seguida, uma longa caminhada até Santa Izabel, a primeira estação da estrada de ferro Bragança que os levou até Belém. Na capital paraense, Dieudonné trocou de nome, arrumou emprego numa marcenaria e instalou-se em uma pensão até ser procurado, meses depois, por agentes da polícia paraense atendendo a uma denúncia do consulado francês. Novamente preso, seria normalmente deportado de volta a Caiena não fosse a repercussão que a prisão de um inocente, como anunciavam os jornais de Belém e do Rio de Janeiro na época, causasse, transformando esse acontecimento em um caso diplomático. O novo governo brasileiro da República, talvez querendo limpar sua imagem junto à opinião publica nacional e internacional após a passagem do autoritário Bernardes pelo poder central, talvez pressionado pela chegada dos deportados que retornavam de Clevelândia em lastimoso estado, resolveu não acatar o pedido de extradição do governo francês. Dieudonné foi enviado ao Rio de Janeiro, onde ganhou a liberdade. Nessa cidade foi entrevistado por Albert Londres e através desse depoimento pudemos conhecer mais uma aventura envolvendo, anarquistas, degredados na selva, fugas mirabolantes e a arbitrariedade internacional de governos que usam o manto da justiça como veste digna para intimidar penetras nas nobres festas palacianas.

Em comum, nas últimas histórias relatadas, a tentativa de todos os estados que se dizem fundados no Direito de combater, através de suas "forças da ordem", uma doutrina tida como de homens degenerados, ou de homens dotados de uma patologia criminosa como anunciou Lombroso. Este cientista, chegou inclusive a sistematizar de forma antropométrica o caráter anômalo das faces

anarquistas.[203]Em comum nesse tempo, principalmente entre os anos de 1890 e 1920, a tentativa dos governos constituídos pela força de associar todos os anarquistas com bandos de malfeitores e fora-da-lei em guerra permanente contra o Estado e os homens de bem. Portanto, merecedores também do combate com as armas. Em comum, o desejo entre esses presos de alcançarem a liberdade e até protagonizarem romances de aventura na busca dela. E ainda, em comum entre os presos, a solidariedade nos momentos difíceis, ligações mais do que afetivas que permitiram quebrar a espinha da competição capitalista e continuar recriando outros mundos possíveis.

[203] Cesare LOMBROSO, *Los anarquistas*.

11. Anistia e retorno.

O breve intervalo de dois anos em que o pólo avançado de colonização na fronteira transformou-se em um campo de concentração de prisioneiros na selva foi o tempo suficiente para que a região ganhasse projeção nacional de um modo nada abonador para os seus habitantes. Se comparado ao extenso período de sofrimento e tortura que fez a fama de sua vizinha Guiana Francesa, veremos que os números de Clevelândia mostram-se quase que irrelevantes.

As diversas penitenciárias coloniais e os vários campos de trabalho forçados existentes na Guiana foram ocupados por prisioneiros, exilados e degredados procedentes da França e de suas outras colônias, entre os anos de 1852 e 1938 (em 1938 foram suspensas as deportações e em 1953 já não existia mais nenhum prisioneiro de ultramar em solo da Guiana). Cerca de 73.000 condenados foram enviados ao exílio na Guiana Francesa. A taxa de mortalidade chegou a alcançar 25% do total de reclusos em determinados anos.[204] As estatísticas também indicam uma população anual em torno de 6.000 condenados, reposta com o envio de dois comboios anuais na medida em que ela diminuía, uma média de mil novos exilados por ano. Segundo o padre Charles Péan, a média de vida dos forçados nas penitenciárias não ultrapassava os cinco anos.[205] As evasões concluídas com sucesso alcançaram valores entre cem e duzentos fugitivos por ano no período crítico dos *bagné*, entre 1862 e 1926. No início do sistema penal colonial e entre os anos de 1926 e 1938, os números caíram para algo em torno de trinta evasões anuais. Assim, em 86 anos efetivos de prisão colonial pode-se considerar um total aproximado de 61.000 mortos (é preciso considerar que uma grande quantidade deles fora condenada à prisão perpétua) e 8.000 fugitivos, boa parte dos quais também faleceu durante as tentativas de escapar do degredo na América.

---

[204] Em 1855 e 1856, quando foi criada a grande penitenciária de Saint Laurent du Maroni para combater a alta taxa de mortalidade que estava inviabilizando o uso da mão-de-obra dos prisioneiros nos trabalhos forçados na colônia. Cf. o quadro VIII, Décennie 1852-1862: Taux de mortalité de la population pénale, *in* M. PIERRE, *Bagnards*, p. 257.

[205] C. PÉAN, *op. cit.*, p. 10.

Do lado brasileiro os deportados permaneceram somente dois anos em Clevelândia, entre 24 de dezembro de 1924 e 31 de dezembro de 1926. Pode-se considerar como um valor bastante coerente o ingresso total de aproximadamente 1.200 prisioneiros. Mas, para efeito de um trabalho estatístico vou usar a única referência disponível, o relatório do Sr. Oldemar Murtinho.[206] Seguindo a tabulação já feita por Paulo Sérgio Pinheiro[207] e o quadro montado por Alexandre Samis[208] temos os seguintes números: de um total de 946 condenados, 262 evadiram e outros 491 faleceram; cerca de 192 homens sobreviveram, sendo que 171 poderiam retornar ao Rio de Janeiro e outros 21 deveriam permanecer condenados. Portanto, se comparados aos números estatísticos absolutos de sua vizinha mais conhecida, o campo na selva de Clevelândia foi apenas uma mancha pouco visível na história da República brasileira. Porém, se analisarmos os números relativos, veremos que em dois anos de passagem pelo degredo, metade dos condenados sucumbiu à falta de estrutura e organização do precário campo lá instalado, justificando a alcunha de matadouro dada ao lugar.

Ainda segundo o relatório do Sr. Murtinho, 48% do total de prisioneiros mortos (306 vítimas) teve a disenteria como a *causa mortis*.[209] A alegação do governo foi a de que aquela epidemia seria um fato estranho ao ambiente local, cujo vírus teria sido trazido do Paraná com a chegada dos prisioneiros procedentes da frente de batalha de Catanduvas. Nas estatísticas oficiais divulgadas pelo governo francês, a disenteria também surge como uma das principais assassinas de condenados, atingindo até 9 % do total de óbitos.[210] Ainda segundo essas mesmas fontes, a disenteria seria um fenômeno endêmico na região da Guiana, principalmente ao longo da fronteira do Oiapoque, zona tida pelos franceses como a mais insalubre e infestada de seu território. Portanto, o álibi buscado pelo governo de Bernardes para se eximir de responsabilidade no caso da imensa mortandade ocorrida em Clevelândia, não se justifica. O prof. Lúcio de Castro Soares, em um trabalho desenvolvido para a Associação dos Geógrafos Brasileiros, apontou a "insalubridade do sítio" como sendo a causa principal das tentativas de fixação no Oiapoque[211]. A zona era sujeita a doenças contagiosas com diversos bacilos de disenteria propagando-se continuadamente. Os vírus

---

[206] "Viagem ao Núcleo Colonial Cleveland" Fundo AAB, APM.
[207] P. S. PINHEIRO, *op. cit.*, p. 104.
[208] A. SAMIS, *Clevelândia*, p. 176.
[209] "Viagem ao Núcleo Colonial Cleveland" Fundo AAB, APM.
[210] M. PIERRE, *Bagnards*, p. 127.
[211] Lúcio de Castro SOARES, *apud*, Antonio Teixeira GUERRA, *Estudos Geográficos do Território do Amapá.*

incubados, somente precisavam de um meio humano densamente povoado para fazer o seu trabalho. E o encontraram no campo de Clevelândia.

Sob esse clima, governo pressionado por todas as partes, último ano de mandato, mortes continuadas, desestruturação contínua da promissora vila agrícola, o secretário Murtinho elaborou, em julho de 1926, uma lista de detentos que deveriam ser imediatamente liberados. Deportados cujos antecedentes não justificariam maiores perigos quando do seu retorno à sociedade. Nessa lista de 171 nomes[212]figuram a maioria dos suboficiais e soldados do Exército rebelde e ainda algumas laranjas civis que caíram por engano, ainda verdes, nas canoas da repressão. Ficaram condenados a permanecer naquele inferno na selva 21 presos comuns, alguns estrangeiros tidos como perigosos, e outros sindicalistas ou simpatizantes do anarquismo que ainda não haviam evadido. Os primeiros libertados deveriam seguir viagem para seus destinos de origem com seus próprios recursos, ou então aguardar a boa vontade do governo federal que disponibilizaria um navio quando fosse possível. Muitos desses prisioneiros já não tinham absolutamente nenhum recurso material e suas famílias também se encontravam em estado de total penúria. Acabaram permanecendo junto aos que tiveram a liberdade recusada. O campo de Clevelândia foi sendo mantido com esses prisioneiros. Os últimos deportados somente deixaram o extremo norte com o término do estado de sítio, fato que ocorreu em primeiro de janeiro de 1927. Os militares libertados contudo, somente puderam retomar os seus postos no Exército e na Marinha com a anistia concedida pelo governo que tomou o poder em 1930.

Final de mandato, Arthur Bernardes, que nos anos seguintes será lembrado pela população como o "Presidente Clevelândia", já havia cumprido seu plano de combate e extermínio à oposição tida como mais violenta e revolucionária. Bernardes também cumpriu o seu objetivo de colocar o Brasil no mapa das modernas nações dotadas de um complexo aparato de vigilância e repressão política coordenada através de uma polícia especial. Ainda era um instrumento embrionário, mas o primeiro e decisivo passo fora dado. Anos depois, o presidente Getúlio Vargas saberá aprimorar muito bem esse legado do colega mineiro. A obra "bernardesca", como a chamava a oposição, já estava concluída. Era a vez de passar a presidência para um paulista. Outro nome ligado à esfera policial e repressiva. Washington Luiz fora secretário de segurança pública do Estado entre os anos de 1906 a 1908. Período da primeira grande onda de greves ocorrida no interior do Estado. Período de promulgação da Lei Adolfo Gordo de

[212] "Viagem ao Núcleo Colonial Cleveland" Fundo AAB, APM.

deportação de estrangeiros nocivos às boas normas de conduta da sociedade brasileira. Luiz já havia dado sua contribuição ao Estado de São Paulo perseguindo severamente os trabalhadores sindicalizados, enviando-os para trabalhos forçados nas selvas tropicais do noroeste paulista (outra área de malária crônica e raríssima sobrevivência), mas agora não poderia repetir a dose em nível nacional. A opinião pública clamava pelo fim das arbitrariedades, pelo fim do estado de sítio, pela retomada da liberdade de imprensa, e Washington Luiz, pasmem, passou a ser considerado o presidente da anistia, o homem que reconduziu o país à democracia.

Essa máscara apertada durou menos de um ano. O retorno dos deportados durante o primeiro semestre de 1927 inundou os jornais do centro-sul do país de denuncias contra o governo anterior. Nessa onda oposicionista, o movimento operário, os sindicatos e os jornais anarquistas passaram ao ataque e empreenderam a reorganização de suas forças, fato que logo passou a incomodar o Governo Federal. No ano seguinte, já se iniciava outra reação de perseguição aos jornais operários, principalmente aos anarquistas de *A Plebe*, que foi fechado seguidas vezes. Esse ano de 1928 mostrou-se de contínua perseguição ao movimento operário e camponês, denunciando que a crise política tratada a bala de canhão pelo governo de Bernardes ainda não havia sido concluída.[213]

O ciclo de transição definitiva do poder central das mãos hegemônicas das oligarquias agrícolas para uma dispersão das forças da burguesia em várias facções somente se encerraria com a passagem golpista do governo da Revolução de 30. Uma revolução simulada que permaneceu no nome e que somente vingou quando, com sete anos de atraso, transformou-se na ditadura que pretendia. Nesses anos de latência, entre o estado de sítio de Bernardes e o Estado Novo de Vargas, foi sendo criado nos escalões secundários do governo um aparato sofisticado de vigilância e combate aos inimigos revolucionários do Estado: o sindicalismo independente, o anarquismo, o comunismo em suas diferentes facções, e até os democratas radicais. Quando possível e necessário, a polícia política atuou rapidamente. Foi assim na repressão aos movimentos sociais em 1928, na repressão à reorganização das forças sindicais em 1931, na vigilância sistemática a todos os grêmios, sindicatos e associações de classe a partir de 1933, no combate à ANL em 1934 e no golpe definitivo a todos os ativistas de oposição nos anos de 1935 e 1936. Consolidava-se assim, dentro do estado brasileiro, uma burocracia policial de apoio à manutenção da ordem

[213] Ver Edgar DE DECCA, *O silêncio dos vencidos*.

vigente debutante em 1922 e que praticamente assumiu o controle de fato do país durante todos esses anos.

*

A prática repressiva adotada durante o governo provisório de Getúlio Vargas liberou esses escalões inferiores dando-lhes autonomia na condução de sua política de combate aos inimigos declarados. Em março de 1934 ocorreu um caso inusitado e quase desconhecido. O comando regional do Socorro Vermelho Internacional denunciou uma nova onda de deportações para o Oiapoque que passara despercebida ou desconhecida pela imprensa:

"Foram embarcados, no dia 17 no vapor Santos, para aquela tenebrosa região do extremo norte, o tecelão SAUL GLIQER, os alfaiates Luiz Mintz, Israel Spinder e Benjamin Baumen, o padeiro Walter Bianbaum, os marceneiros – Abrhaão Bornstein e Andre Rogonikof. Os empregados no comércio Manoel de Almeida, o garçon José Dainausky os pedreiros Salomão Janovsky e Baruche Zell e o soldado Samuel Janes: uns foram tirados da infernal Colônia de Dois Rios, onde se achavam, alguns, há 20 meses; outros saíram dos infectos porões da Casa de Detenção. Todos se destinam à mortífera região do Oiapoque."[214]

Como observa Alexandre Samis, entre os nomes, *"há uma grande quantidade de trabalhadores judeus."*[215] Pelo menos entre esses citados todos os sobrenomes são judeus. Os partidários comunistas do Socorro Vermelho apelaram em seu panfleto para a luta de classe contra o proletariado, mas ignoraram, neste caso, o evidente componente racista da manobra. Mesmo que todos esses trabalhadores judeus fossem comunistas, e sabe-se que grande parte deles o era, porque não deportar para o norte também comunistas não judeus? Além da crescente perseguição aos judeus durante os primeiros anos do Estado Novo, o próprio plano Coen remete a uma armação sionista-comunista, Samis aponta também para a reativação dos campos de concentração de prisioneiros existentes na Amazônia ao citar o confinamento de alemães e japoneses em Tomé-Assú, no Pará, durante a 2ª. Guerra Mundial.[216] O jogo mudou rápido, do confinamento de judeus presos ao confinamento de alemães. Nessas horas, a habilidade política de Getúlio Vargas fazia a diferença. O caudilho gaúcho, observando as tendências internacionais, migrou rapidamente de uma clara posição fascista e, portanto,

[214] Coleção de panfletos políticos DOPS/DGS. APERJ.
[215] A. SAMIS, *Clevelândia*, p. 225.
[216] *Ibid*, p. 238, nota 398.

anti-semita, para a aproximação, a partir de 1942, com o estado norte-americano, prenunciando desde antes a vitória aliada na guerra.

O confinamento consumado durante a 2 ª. Guerra foi o último caso conhecido de campos de concentração na selva amazônica. Com o fim do regime varguista e um breve intervalo de "democracia" populista, aparentemente a burocracia armada no segundo escalão apresentava-se sem trabalho e poderia e deveria ter sido totalmente extinta durante esses anos. Com a chegada da ditadura de 1964, contudo, o que se viu foi uma reorganização surpreendentemente rápida da polícia política e das forças policiais paramilitares, demonstrando que todos esses anos de experimentos democráticos não foram suficientes para extinguir esses funcionários do serviço sujo do Estado. De 1968 em diante, até pelo menos 1980 (caso Riocentro), esse grupo retomou seu poder de forma autônoma como já havia ocorrido anteriormente em outras duas ocasiões, uma delas aqui detalhadamente estudada. Permanece, como o vírus incubado da disenteria, pronto para infectar os corpos não tão dóceis da sociedade na próxima situação de emergência que irromper.

CONCLUSÃO

O QUE FICOU NA MEMÓRIA, O QUE FICOU PARA A HISTÓRIA

Com a libertação dos presos e a diminuição do serviço burocrático, praticamente todo o setor administrativo da Comissão de Colonização e Povoamento do Oiapoque foi transferido para Belém. Já no início de 1927, o Dr. Joaquim Souza passou a acumular os cargos de médico do hospital e também a chefia do núcleo colonial. Os anos que se seguiram marcaram o fim da experiência agrícola no Oiapoque. Como disse Rocque Pennafort, *"Clevelândia vivia. Ou melhor agonizava. Nada conseguia lhe apagar a fama de Inferno Verde; matadouro humano."*[217] Poucas famílias continuaram vivendo em Clevelândia, a maioria delas deixou o trabalho na roça, permanecendo subempregada nos serviços esporádicos que a Comissão necessitava e vivendo, de certa forma, às custas dela.

Na vila, o principal equipamento de referência continuava sendo o hospital, que além de atender os enfermos remanescentes entre os presos deportados – alguns não retornaram aos seus lares, cerca de trinta detentos continuaram a viver entre Clevelândia e Martinica – assistia também aos doentes de toda a região. E não eram poucos. Esse foi o motivo principal da escolha de um médico como chefe da colônia. Com o regresso dos prisioneiros ao sul do país, o Batalhão da Força Pública que lá estava sediado foi sendo paulatinamente remanejado, até ser completamente eliminado. Em 1930, já não havia mais militares em Clevelândia. Restava, na fronteira do Oiapoque, somente a antiga guarnição de Santo Antonio.

---

[217] ARP, Clevelândia – O Inferno Verde III.

A viagem de exploração e reconhecimento do solo que foi coordenada pelo engenheiro e geólogo Pedro de Moura, no ano de 1933, trouxe novo alento aos moradores da região quanto à possibilidade de outro *boom* aurífero.[218] Entre os anos de 1934 e 1937, houve uma grande movimentação de garimpeiros no curso do médio Oiapoque provocado pelos veios descobertos em seus afluentes como o Marupi. Mas não era uma febre parecida com aquela ocorrida no século anterior, nem havia uma quantidade significativa de minério no subsolo que permitisse haver um novo ciclo de desenvolvimento econômico desenfreado. Em visita à cidade de Oiapoque, conheci um remanescente desses garimpeiros, seu Francisco, que chegou em Martinica em 1934 com o irmão e permaneceu somente um ano no garimpo. Seu irmão faleceu no mesmo garimpo, vítima de uma "doença desconhecida".[219]

A vida na vila perdurou caminhando lentamente. Em 1935, um decreto presidencial extinguiu definitivamente a ex-colônia agrícola transferindo todas as terras dentro da propriedade, que estavam subordinadas ao Ministério da Agricultura, para o Ministério da Guerra.[220] No decreto 559, lê-se:

"O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:
Considerando que o núcleo colonial Cleveland está fundado desde 1921 sem que tenha atingido finalidade satisfatória;
Considerando que um dos motivos de sua fundação foi a nacionalização e vigilância das fronteiras;
Considerando que esse mister é da atribuição do Ministério da Guerra;
Considerando, finalmente, que não há recursos orçamentários para continuação eficiente dos trabalhos da fundação;
Resolve."

E o presidente Getúlio Vargas resolveu transferir todos os bens para o Exército Nacional. As Forças Armadas demoraram outros cinco anos para tomar uma atitude e implementar algum plano de ação naquela região de fronteira que, quarenta anos depois de conquistada, ainda continuava semiabandonada. Em junho de 1940, a presença militar foi reforçada. Chegava em Clevelândia um pelotão independente do Exército. Dois anos depois, esse pelotão foi transformado em uma Companhia de Fuzileiros e, seis meses depois, em

[218] Pedro MOURA, "Fisiologia e Geologia da Guiana Brasileira."
[219] Depoimento de Francisco Gomes da Conceição, 86 anos, Oiapoque, em junho/2001.
[220] Decreto federal n °. 559 de 31/12/1935 – Emancipa o Núcleo Cleveland, no Estado do Pará e dá outras providências.

dezembro de 1942, elevado a um Batalhão de Fuzileiros. Pouco permaneceu o batalhão. Custo elevado, fim do Estado Novo, em 1946 uma redução de efetivo deixou novamente a fronteira com uma Companhia de Fuzileiros da Selva, companhia que perdura até os dias de hoje.

Passaram-se mais duas dezenas de anos. Com o golpe de estado de 1964 e o retorno do nacionalismo como pauta de destaque no governo militar, retoma força a idéia de criação de colônias militares nas regiões mais distantes da fronteira nacional. Em outubro desse ano, novo decreto criou a Colônia Militar do Oiapoque.[221] Em seu artigo segundo, lê-se que a colônia:

"Destinar-se-á, principalmente a:
I – distribuir lotes a famílias de brasileiros, de preferência aos que pertencerem ao efetivo militar da antiga 1 ª. Companhia/ 3 º. Batalhão de Fronteiras;
II – fomentar a pecuária e a agricultura na Região Norte do Território Federal do Amapá, concorrendo para o abastecimento da carne verde e produtos agrícolas não só aos estabelecimentos militares, como às populações civis;
III – desenvolver entre os colonos programas de culturas permanentes de seringueira, castanha e pimenta do reino, para incremento da economia da região.
** 1 º. A Colônia Militar do Oiapoque desenvolverá, ainda, quaisquer atividades julgadas essenciais como condição de fixação do elemento humano na região.*
** 2 º. Será assegurada aos colonos a assistência técnica, sanitária e financeira de que carecem.*

Diante do Estado brasileiro transmitido através dos decretos, leis federais ou estaduais, o discurso sobre a colonização da fronteira, da eterna fronteira de civilização não conquistada, o acontecimento nunca se transforma em devir; o presente surge como repetição permanente do passado. Em 1890, o aqui já visto decreto 164 reclamava a *"urgente necessidade de povoamento de nossas fronteiras."* Na ocasião, o território ainda era um contestado. A estratégia usada foi a de *"fundar colônias nacionais no território da Guyana Brasileira."*[222] Na época, já existia uma colônia militar que foi ampliada para receber os colonos agrícolas. Durou pouco; o engenheiro chefe, o médico e dois auxiliares "sucumbiram" acometidos de febre. A colônia D. Pedro II ficou apenas no experimento.

---

[221] Decreto n º. 54.507 de 20 de outubro de 1964. Estabelece na forma do artigo 5 º. da Lei n º. 2.597 (+), de 12 de setembro de 1955, a Colônia Militar do Oiapoque, no Município de Oiapoque, Território Federal do Amapá.
[222] Decreto-lei federal n º. 164 de janeiro de 1890.

O tempo passou. Dez anos depois, o Barão de Rio Branco garantiu seu show particular em Berna e o país ampliou seus domínios. Passaram-se mais vinte anos. Vozes reclamam na imprensa: "estão levando nossas riquezas". O *Correio da Manhã* em editorial, reclama ser *"urgente que esses problemas de fronteiras não continuem a ser descuidados."*[223] O governo já havia tomado uma atitude. Valendo-se do artigo do decreto 9.081, o presidente Epitácio Pessoa, nomeia em 12 de março de 1920, a Comissão Colonizadora do Oiapoque.[224] Assim foi oficialmente instituído o Núcleo Colonial Cleveland. A experiência agrícola em Clevelândia durou menos de 5 anos. Fracasso econômico, relativo sucesso de povoamento. Conseguiu enviar ao Oiapoque um grupo de pessoas diferentes dos antigos habitantes nativos pouco abrasileirados. Trouxe novos migrantes, mais "civilizados". Somente um povo civilizado poderia ocupar a fronteira e solucionar seus problemas de falta de civilização, melhorar os costumes dos velhos ribeirinhos. A disciplina como cura dos corpos e almas. A Igreja chega em 1924 para levar a fé aos infiéis. O general Rondon chega em 1927 para levar a bandeira nacional aos índios. Antes disso tudo, porém, o Estado procurou fazer sua lição básica: tomar o que considera sua riqueza, e colocou o fisco no encalço dos contrabandistas. Se esses eram os principais objetivos, então conseguiu levar algumas centenas de brasileiros mais habituados à civilização até o limite do território nacional, o limite da civilização brasileira.

Ainda era pouco, insuficiente. Especialmente com o regresso de algumas famílias de migrantes aos seus estados de origem. O experimento civilizador sofre outro revés. Parte dos civilizados acostuma-se à cultura cabocla. Deixa a agricultura, a preguiça toma conta, vai viver na beira do rio. Algum curimatã aqui, um cumaru ali, outro pacu acolá. Pesca boa, moqueia-se para a semana. Comida garantida, uma tigela cheia de açaí com farinha grossa, e o repouso na rede. O governo não alcança seu objetivo de transformação das mentalidades. A "evolução" desvia-se do bom caminho. É chegada a hora de uma disciplina mais rígida: castigo, tortura, suplício. Em 1924, os presos do sul serão o exemplo do que deve ocorrer quando a boa conduta é abandonada. Centenas de deportados chegarão para ocupar o Oiapoque. Para azar do governo, abateu-se a epidemia. Se na colônia D. Pedro, onde apenas 4 homens dignos morreram, e mesmo assim o experimento sucumbiu com eles, na colônia penal de Clevelândia, onde 600 homens indignos morreram, novamente o experimento sucumbiu com eles.

Talvez, se não houvesse tamanha mortalidade, Clevelândia se institucionalizaria indefinidamente como uma colônia penal na selva brasileira. Talvez, se a

[223] *Correio da Manhã*, 04/07/1920.
[224] Decreto federal n °. 9.081, artigo 19, de 5 de novembro de 1911.

carnificina não tivesse atingido tais proporções, o Amapá teria alcançado seu fim e seria a nossa Guiana Francesa. Sim, porque do outro lado do rio, viveria uma civilização mais evoluída, à qual sempre reverenciamos. Vencer a civilizada França em Berna não deixou de ser uma prova do quão evoluídos já eram os brasileiros de outrora. Talvez, se o bacilo da disenteria não se tivesse propagado, a história perduraria pelo menos até o fim da Segunda Guerra. Mas o Oiapoque agrícola faliu e faliu também o prisional. Restou o retorno à militarização da fronteira.

Em 1935, tomou-se o rumo de retorno ao passado. Da pasta da Agricultura, passamos para a pasta da Guerra. Quase trinta anos demorou a emancipação do Núcleo Cleveland para se tornar uma colônia militar. E a institucionalização dessa vila militar chegou somente com a ditadura de 64. Os novos objetivos da colônia continuaram os mesmos do passado. Distribuir lotes, fomentar a agricultura, difundir programas de cultura entre os colonos. Na prática, nada deu certo. Desde 1964, Clevelândia permaneceu como uma vila militar, com as casas das famílias dos sargentos e dos oficiais distribuídas segundo a hierarquia, onde moram também, em seu entorno, várias famílias de antigos proprietários de lotes agrícolas. Famílias que nunca foram desapropriadas, nem indenizadas. Famílias cuja permanência na vila é apenas tolerada, e cujo uso dos lotes é permitido por serem antigos militares na reserva ou familiares destes.

A população civil, especialmente a feminina, também serve como uma válvula de escape para a tensão masculina. Algumas moças livres revezam-se em namoro aos rapazes de farda. O destino da companhia do Exército é a prática de exercícios na selva. Com poucos recursos e com difícil transporte para a cidade de Oiapoque, a impressão que a colônia militar passa é a de um grande isolamento. Uma colônia que, mais do que permanecer distante da cidade, permaneceu distante dos objetivos apresentados em seu decreto de criação. Não há efetivamente na atualidade nenhum programa de auxílio ou assistência à população local, ou às comunidades indígenas. O município de Oiapoque, um pequeno pólo regional, hoje dispõe de completa autonomia, sendo absolutamente independente do auxílio previsto pelo Exército.

*

Se o objetivo do Governo durante todo esse processo de ocupação iniciado na década de 1920 foi o de organizar a vida cotidiana dessa região em torno de uma vila projetada nos moldes das cidades do centro sul do país, a experiência da fundação de Clevelândia acabou escapando totalmente ao seu controle. Porque o

que o acontecimento produziu em devir, pelo menos até meados da década de 1970, desviou-se por um caminho de reafirmação da cultura regional e de seus tipos e, ainda, continuou provocando uma forte atração populacional para a outra margem do rio, agora por motivos bastante diferentes. Durante os governos da ditadura militar em sua fase adiantada, a melhoria das condições de transporte, a conclusão da ligação terrestre entre Macapá e Clevelândia, permitiu um fluxo de migração mais intenso ao Oiapoque. Porém, mais do que um fluxo migratório, com o objetivo de procurar novas oportunidades locais ou de erradicação na terra, o que se produziu foi um fluxo de emigração em direção à Guiana Francesa.

O geógrafo francês Emmauel Lézy comparou o rio Oiapoque ao "Rio Pequeno", numa alusão modesta aos fluxos clandestinos na fronteira méxico-americana do Rio Grande.[225] Apesar de não haver ainda um fluxo preocupante para a França, como aquele da América do Norte, durante os primeiros anos da década de 1990 houve um sensível crescimento da imigração clandestina brasileira ingressando na Guiana. Além da forte atração do pagamento em francos dos salários para os trabalhadores braçais (em alguns casos até 12 vezes maiores dos que os pagos no Brasil), dois outros campos de trabalho apresentaram-se na região de fronteira causando numerosos problemas de deportação: negócios com o ouro e o sexo. Primeiro, a contínua incursão de garimpeiros brasileiros em direção aos veios auríferos clandestinos existentes nos afluentes franceses do Oiapoque e na bacia do rio Approuague, já bastante dentro do território francês. Segundo, a prostituição que acompanha esse tipo de atividade e que, ultrapassando os limites das vilas próximas aos garimpos, chegou em Caiena.

Ambas as atividades ilegais inserem-se numa rede de ações que envolvem, além da prostituição e do contrabando, a lavagem de dinheiro e o narcotráfico. Durante a década de 1990, o Oiapoque tornou-se o centro de passagem de um grande número de imigrantes em direção à Guiana.[226] Em sua tese *Travessia,* a geógrafa Ana Paulina Soares mostrou o funcionamento desse fluxo de passagem.[227] A contratação do serviço de transporte clandestino para Caiena ocorria já durante as 20 horas de viagem de ônibus entre Macapá e Oiapoque. O tráfico ilegal era e ainda é feito por grandes catraias que transportam até trinta pessoas, quando o limite de lugares é de 17 ou 18, para baratear o preço da

[225] Emmanuel LÉZY, "France-Brésil: Histoire d'une merveilleuse rupture", p. 71.
[226] No recenseamento de 1982, havia 3558 brasileiros legais na Guiana, representando 26,1 % do total de estrangeiros residentes e 4,6 % do total da população existente no departamento. Cf. a fonte de Elie CASTOR e Georges OTHILY, *Le Guyane, les grandes problèmes, les solutions possibles*, p. 86.
[227] Ana Paulina SOARES, *Travessia.*

passagem. O barqueiro repete o percurso de fuga em direção à Caiena já visto capítulos atrás. Na saída da barra do Oiapoque há o grande risco de naufrágio. Nos anos de 1991, 1992 e 1993, muitos barcos naufragaram nas costas da Guiana, trazendo o fim dos sonhos de muitas famílias em busca de uma vida melhor.

Para fugir aos períodos de maior fiscalização da polícia de fronteira francesa, muitas vezes os imigrantes permanecem semanas e até meses à espera de uma oportunidade de travessia na cidade de Oiapoque. Durante essa espera fazem os mais variados bicos. Alguns homens seduzem-se com o garimpo, outros se tornam laranjas de grandes empresários da mineração, participando dos diversos esquemas de lavagem de dinheiro, em geral casas noturnas, hotéis e projetos agropecuários, e outros ainda ingressam na rota de tráfico de cocaína, abastecendo o mercado do Caribe francês com a droga distribuída a partir de Belém.

Visitei esta região em duas oportunidades, nos anos de 2001 e 2003, e pude constatar superficialmente o funcionamento desse vasto mercado ilegal. Em relação ao esquema de imigração clandestina pela via marítima, houve uma diminuição provocada por alguns motivos específicos. Entre eles, o aumento da fiscalização da polícia marítima francesa, os riscos que envolvem a viagem, e a conclusão da ligação terrestre entre Saint Georges e Regina, que não existia na década passada. O percurso nessa recém construída estrada de terra é feito por veículos com tração nas quatro rodas e serve ao turismo, aos moradores legais e a muitos imigrantes ilegais que fogem para a mata quando há um bloqueio da polícia na estrada.

Mas o que é surpreendente na cidade, é o giro econômico provocado pela presença de garimpeiros da região que, vindos de um raio de até mais de duzentos quilômetros, buscam a cidade para a compra de suprimentos, o entretenimento mensal e a troca de dinheiro.[228] A principal "diversão" existente, como é chamada por lá, são as casas noturnas com suas prostitutas e os salões de forró, brega e zouk-love. Esse comércio atrai não somente os garimpeiros, mas também muitos turistas franceses que vêm conhecer o Oiapoque e se divertem na noite brasileira, pulsante se comparada à calma reinante em Saint Georges e até mesmo em Caiena.

---

[228] Ver matérias publicadas em Carlos Alberto RICARDO (coo.), *Povos indígenas no Brasil 1987/88/89/9*, pp. 205-234..

O município de Oiapoque tem uma população de aproximadamente 10.000 habitantes, o que é significativamente superior aos outros dois núcleos urbanos mais próximos. Clevelândia deve abrigar umas quinhentas pessoas e a vila de Saint Georges não ultrapassa os mil habitantes. Em Oiapoque dá-se praticamente todo o comércio regional, inclusive o praticado na outra margem do rio. Dada a diferença de preços, as mercadorias no lado brasileiro custam até três vezes menos que do lado francês, a cidade era inundada por francos e agora por euros, que inflacionam o custo de vida local.

O que impressiona rapidamente à primeira vista é a diferença de costumes e comportamentos existentes entre as duas margens do rio. Enquanto a vila de Saint Georges descansa tranqüilamente após o almoço e adormece cedo à noite, enquanto lá os poucos bares noturnos existentes tocam música suavemente e não há boates, do lado brasileiro há um permanente e contínuo barulho musical que emerge dos carros, dos amplificadores nas calçadas, das janelas e dos salões de baile. Do lado de cá, o comércio montado em barracas de madeira, a venda de toda sorte de quinquilharias no mercado aberto, quando comparado às poucas casas comerciais existentes do lado francês, mostra uma cidade que se apresenta em contínua expansão. O burburinho brasileiro é sentido como sinal de vida pelos franceses que o visitam. Gilles Galant, um professor francês da escola de Saint Georges, residente em Oiapoque, resumiu assim a diferença: *"O Brasil você sente que está vivo; a Guiana está morta."*[229]

*

Esse Brasil que está vivo entusiasmando alguns estrangeiros, contudo, não é o tipo de Brasil ordeiro, disciplinado e civilizado que foi projetado nos diversos discursos de colonização do governo, simbolizados, principalmente, pelo projeto modelo do Núcleo Colonial Cleveland. A realização cultural vencedora não foi a da Clevelândia projetada, mas sim aquela do mutirão e da autoconstrução em Martinica. A civilização que vingou não foi o espelho da civilização francesa, o projeto do discurso do governo, mas a apropriação cabocla dessa civilização, construindo-a a seu modo. O pujante município de Oiapoque nada mais é do que a continuidade espacial, e por que não mental, da velha Martinica. A lenda ativa da origem através dos imigrantes antilhanos permanece viva na memória dos mais velhos e na produção da história dos mais novos. O pioneiro Émile, que encanta a professora Therezinha Feitosa mais do que uma lenda, sintetiza a viva lembrança das origens na memória. Um trato do passado negro caribenho que foi

[229] Entrevista realizada em 03/06/2001, em Oiapoque.

se fundindo com a presença constante do que restou das antigas culturas indígenas mantidas pelas diversas aldeias contidas no município. Uma reciclagem permanente mantida através da contínua chegada de migrantes dos estados brasileiros da costa atlântica ao norte. Uma fusão cultural que, por exemplo, fez o menino Rocque confundir o seu carimbó paraense com o *kasecó créole*.

Essa fusão cultural passou muito distante das empreitadas do Estado para a realização de um processo de povoamento por ele dirigido e condicionado. E assim, a colonização ordenada inicialmente imaginada tornou-se um trânsito de pessoas desordenado e descontínuo, um trânsito de passagem. A política de enraizamento do migrante na terra, a conquista de uma civilização sedentária com as características da modernidade, pouco avançou numericamente. O espaço físico continua sendo percorrido por um migrante desenraizado que faz uso desse cotidiano barulhento, do movimento ribeirinho, do comércio típico de feira e da mais antiga forma de diversão conhecida na humanidade. A fronteira do Oiapoque desenvolveu-se como uma região com pequena população fixa, mas uma grande população flutuante. Pelo menos nessa área da fronteira nacional, o discurso sedentário do Estado perdeu a guerra para a prática continuada do nomadismo.

ANEXOS

ENCARTE FOTOGRÁFICO





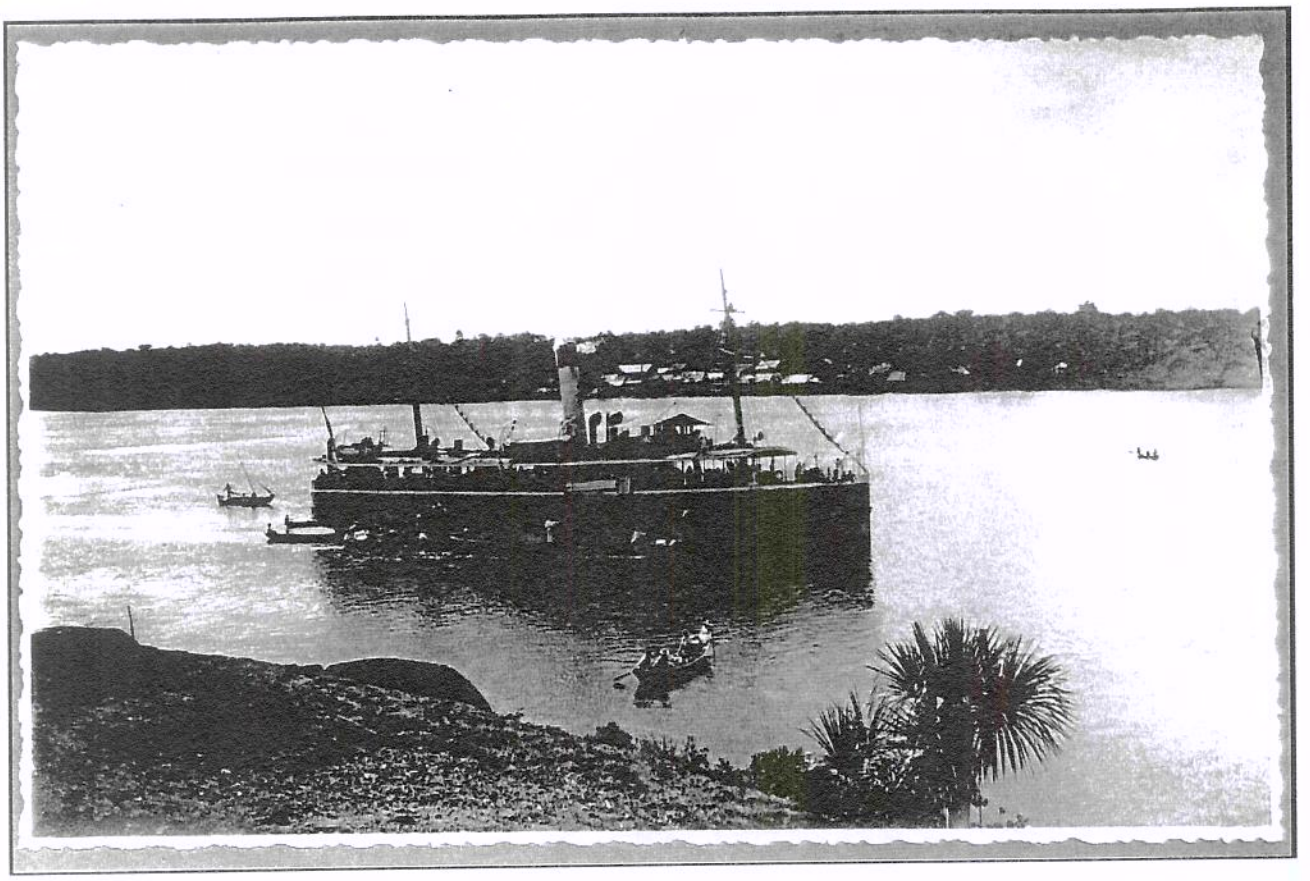
No alto, vista geral da vila de Santo Antônio a partir do atracadouro. Abaixo, o vapor Oyapock atracado em Santo Antônio. Fotos tiradas pela equipe de Pedro Moura. Inspecção de fronteiras, 1933. Arquivo CBDL, Belém.

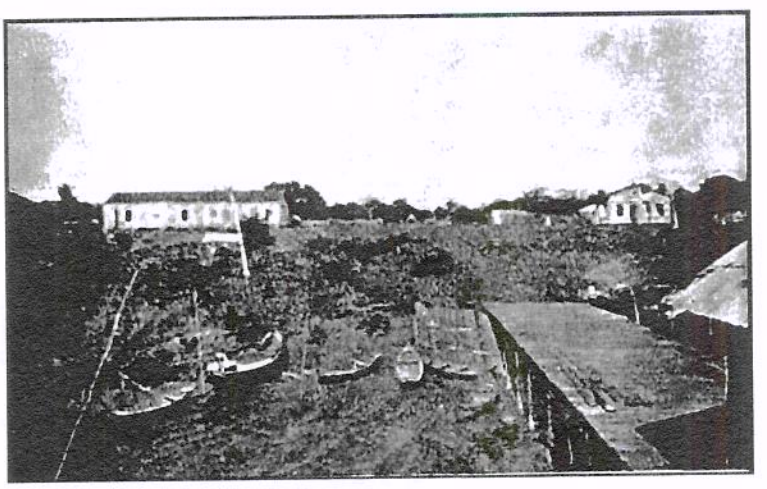




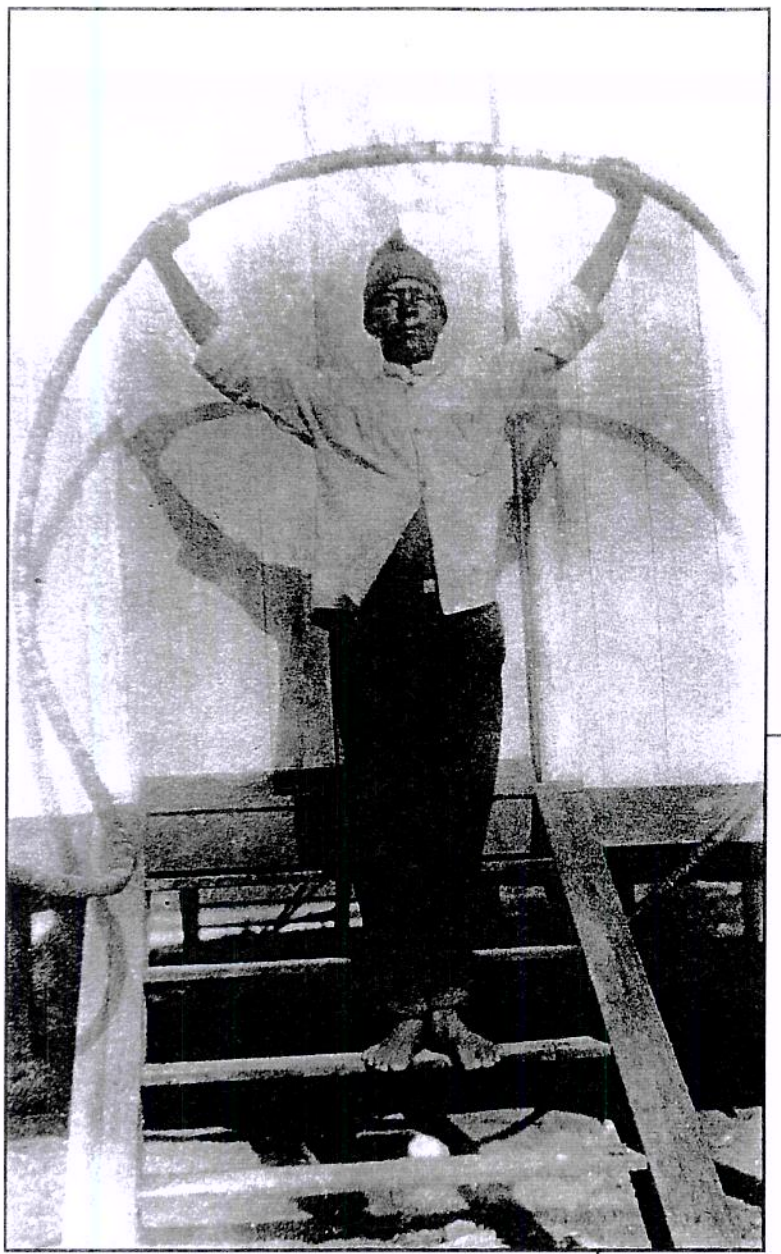


No alto, vista panorâmica de Saint Georges, tomada da margem brasileira do rio Oiapoque. Inspecção de fronteiras, 1926.
Embaixo, detalhes das casas em estilo chinês dessa vila francesa. Fotos da equipe de Pedro Moura, 1933.
Arquivo CBDL, Belém.

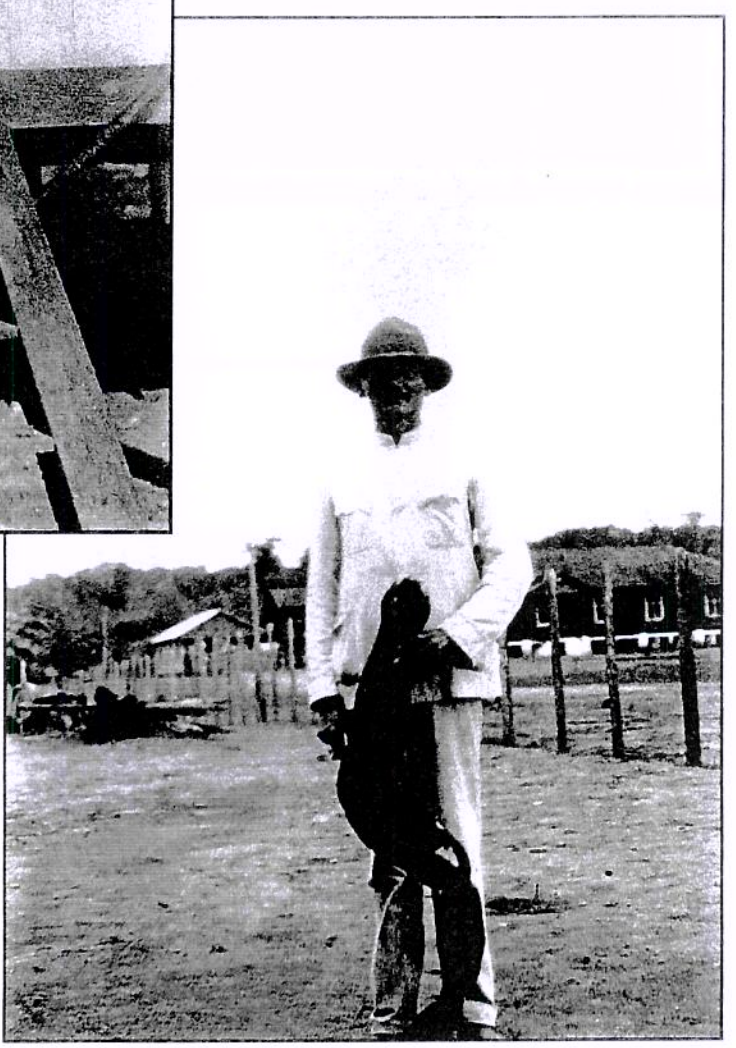




No alto, o vapor Oyapock passando pelo rio Oiapoque na altura da vila de Demonti. Inspcção de fronteiras, 1926.
Abaixo, vista da vila de Demonti, também chamada Ponta dos Índios, a partir do atracadouro. Fotografia da equipe de Pedro Moura, 1933.
Arquivo CBDL, Belém.



Ambas as fotos mostradas nesta página fazem parte de esforço do Governo Federal em fazer uma propaganda posivita do Núcleo Agrícola Cleveland. Os colonos mostram em poses os frutos conseguidos no trabalho no campo. A colheita generosa da mandioca e da cana-de-açúcar. As diferenças entre ambos os colonos também estão presentes nos trajes vestidos. Enquanto Luiz Nobre, abaixo, era proprietário de um lote agrícola muito bem posicionado e próximo à administração do Núcleo, o outro camponêrs na fotografia à esquerda, aparece descalço e nem ao menos sasemos seu nome..



Acima,, fotograma 113. Ao lado, fotograma 112.
Ano: 1925.
APM, Belo Horizonte.
Fundo AAB (Série Presidência da República, sub-série Revolta).





No alto, os filhos do farmacêutico Fernando Guarany, em Clevelândia. Logo acima, segundo o reconhecimento feito pelo jornalista Ruy Guarany Neves em julho de 2003, temos, da esquerda para a direita Cezarlinda, uma desconhecida, Cezarlina, Epiphania (a esposa do farmacêutico) e Cezarina (mãe de Ruy).
Fotogramas 110 e 111. APM, AAB, PR/Revolta, 1925.



Na foto abaixo, a professora primária da escola pública de Clevelândia (Escola Dulphe Machado) encontra-se rodeada pelos seus alunos. Inspecção de fronteiras do Major Luiz Thomaz Reis. Secção Clevelândia, 1935. CBDL.

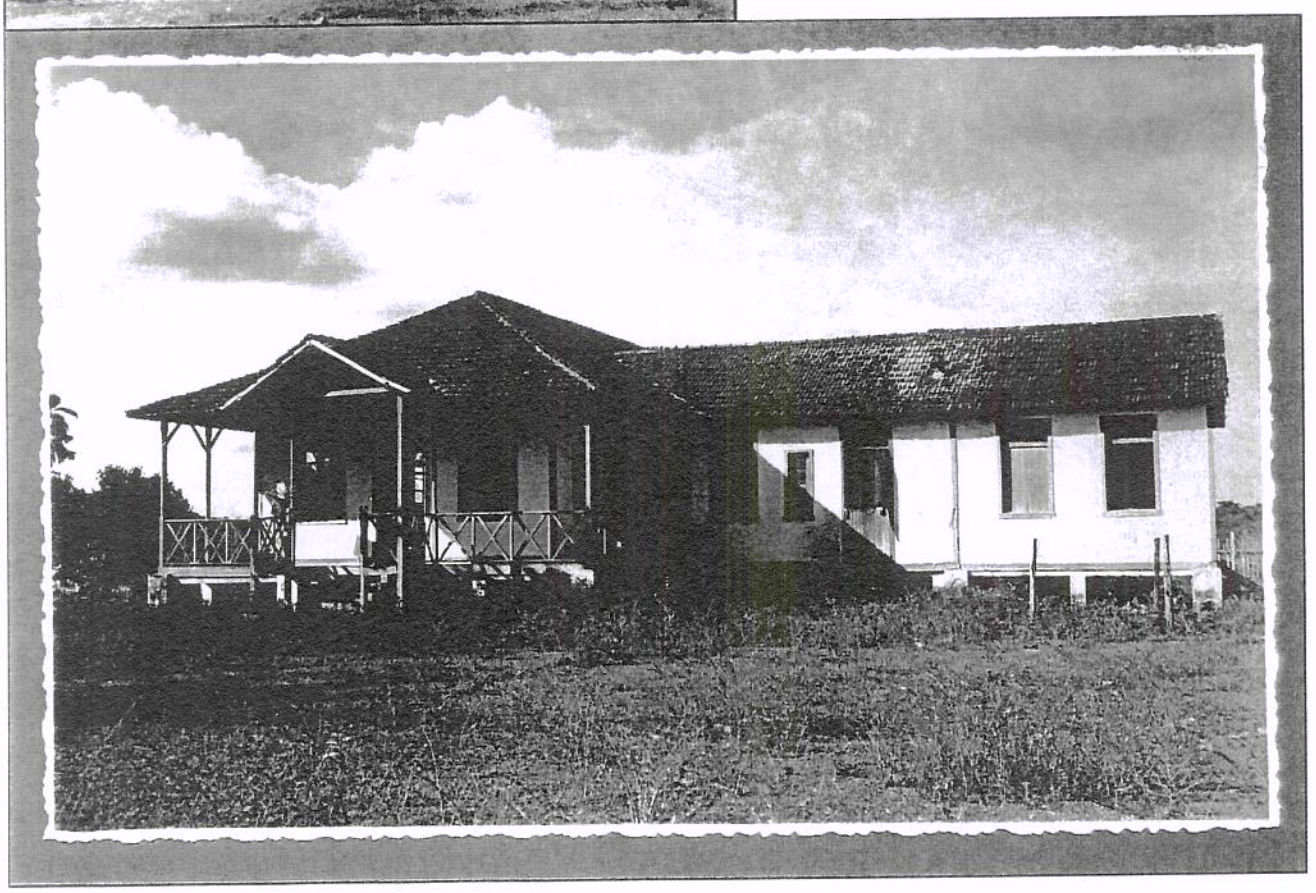
Na foto ao lado, vista da igreja de Clevelândia com o Tenente Barbosa na porta. Fotograma 76. APM. AAB, PR/Revolta, 1925.

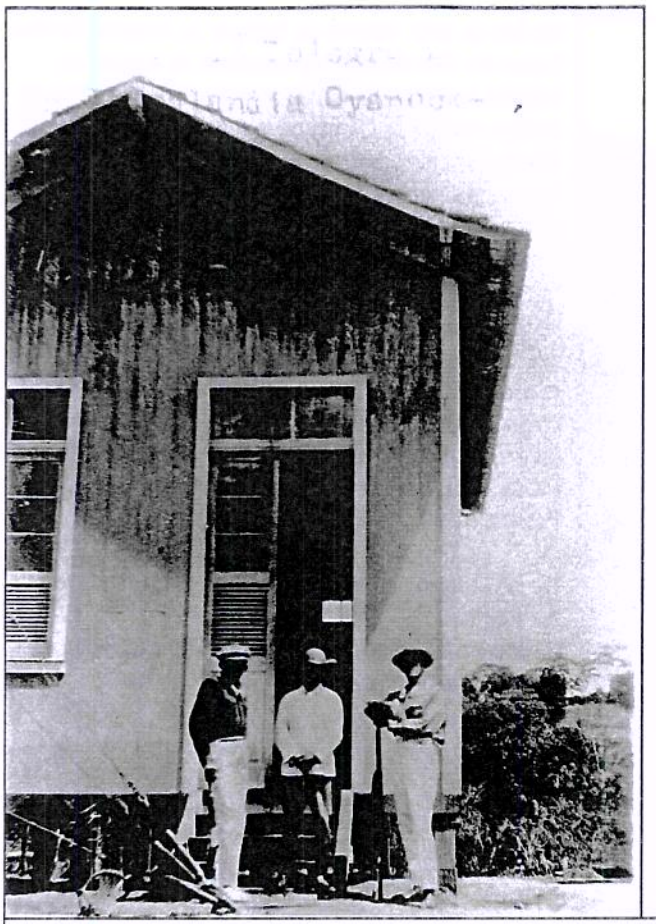


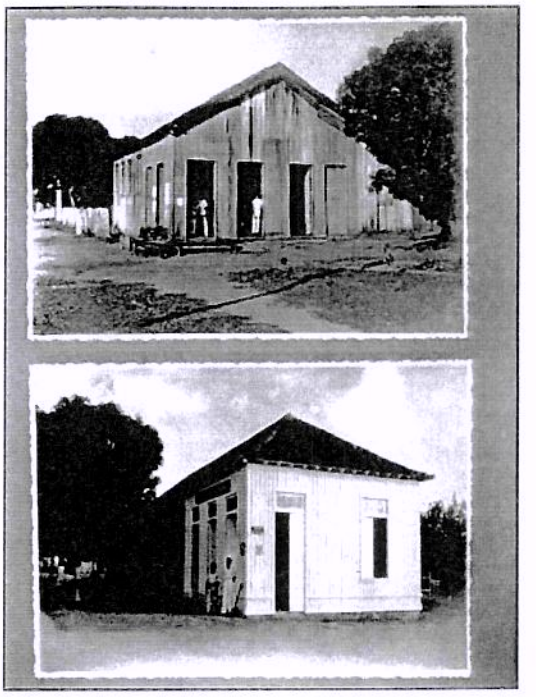


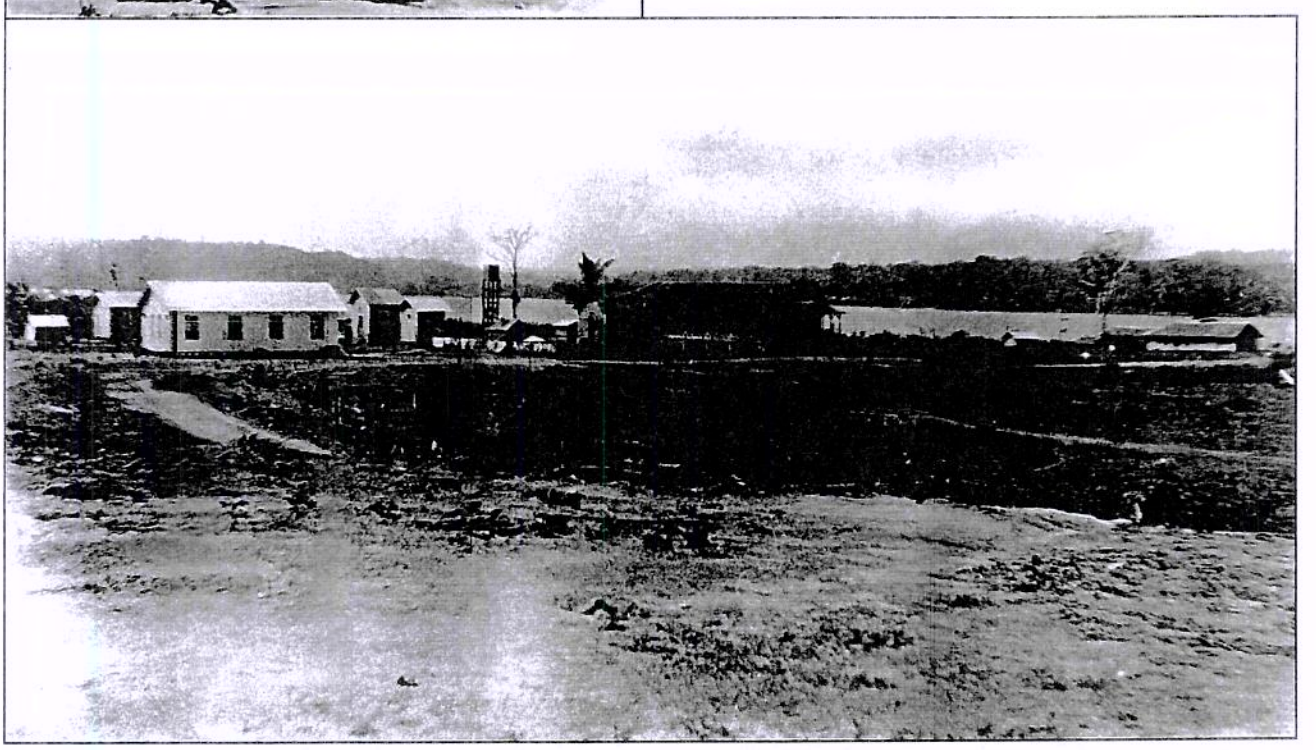
Na foto ao lado, detalhe da fachada do Hospital Simões Lopes em Clevelândia. Na escadaria de acesso ao hospital encontra-se, em pose, todo o corpo técnico do serviço médico do Oiapoque (o médico Joaquim Paula Souza ao centro, ladeado pelos farmacêuticos Oscar e Fernando Guarany, além dos enfermeiros). Trata-se de uma clara peça publicitária do Governo Federal para mostrar o vasto aparato médico-sanitário nessa região. Em um momento em que era posta em dúvida a salubridade da colônia agrícola, sua direção procurou desmentir junto à opinião pública a fama de sítio insalubre de que o Oiapoque gozava. Sabemos, contudo, que a equipe médica jamais estave reunida com todos os seus representantes na vila de Clevelância, como sinaliza a fotografia.
Fotograma 90. APM, AAB, PR/Revolta, 1925.

Na foto abaixo, temos uma vista completa dos fundos do hospital.
Inspecção de fronteiras. Major Luiz Thomaz Reis, Secção Clevelândia, 1935. CBDL.

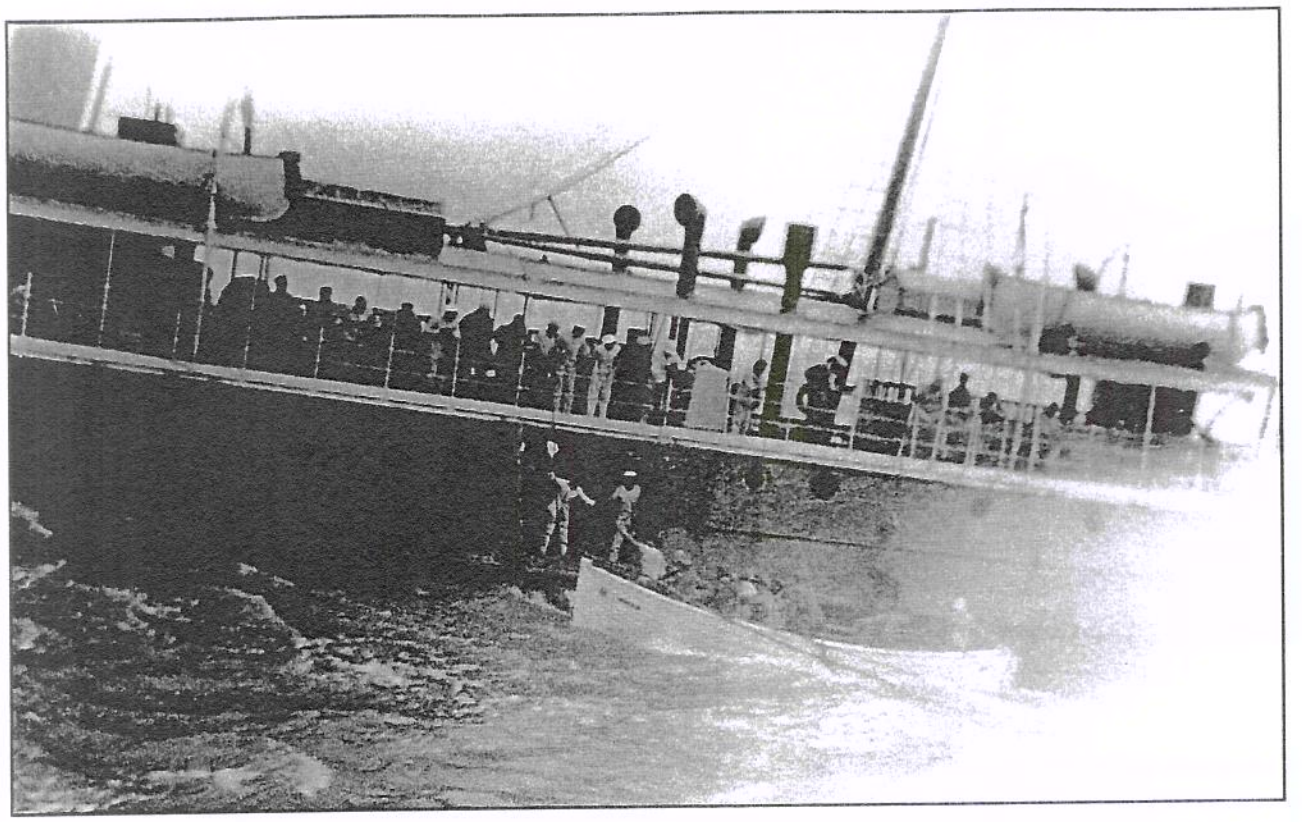








Na foto de baixo, temos uma vista geral da parte administrativa do Núcleo colonial de Clevelândia. A fotografia, tomada do telégrafo, mostra a hospedaria e o hospital. No alto, à esquerda, a estação telegráfica sem fio de Clevelândia; em pé na porta, o telegrafista Pedro ao centro, ladeado à direita pelo farmacêutico Oscar e à esquerda pelo ajudante Cavalcante.
Fotogramas 97 e 77. APM, AAB, PR/Revolta, 1925.
No alto, à direita, detalhe das casas comerciais de Clevelândia. Uma delas pertence à firma Affonso & Fonseca de Belém do Pará.
Inspecção de fronteiras do General Cândido Rondon. Secção Clevelândia, 1926. CBDL.





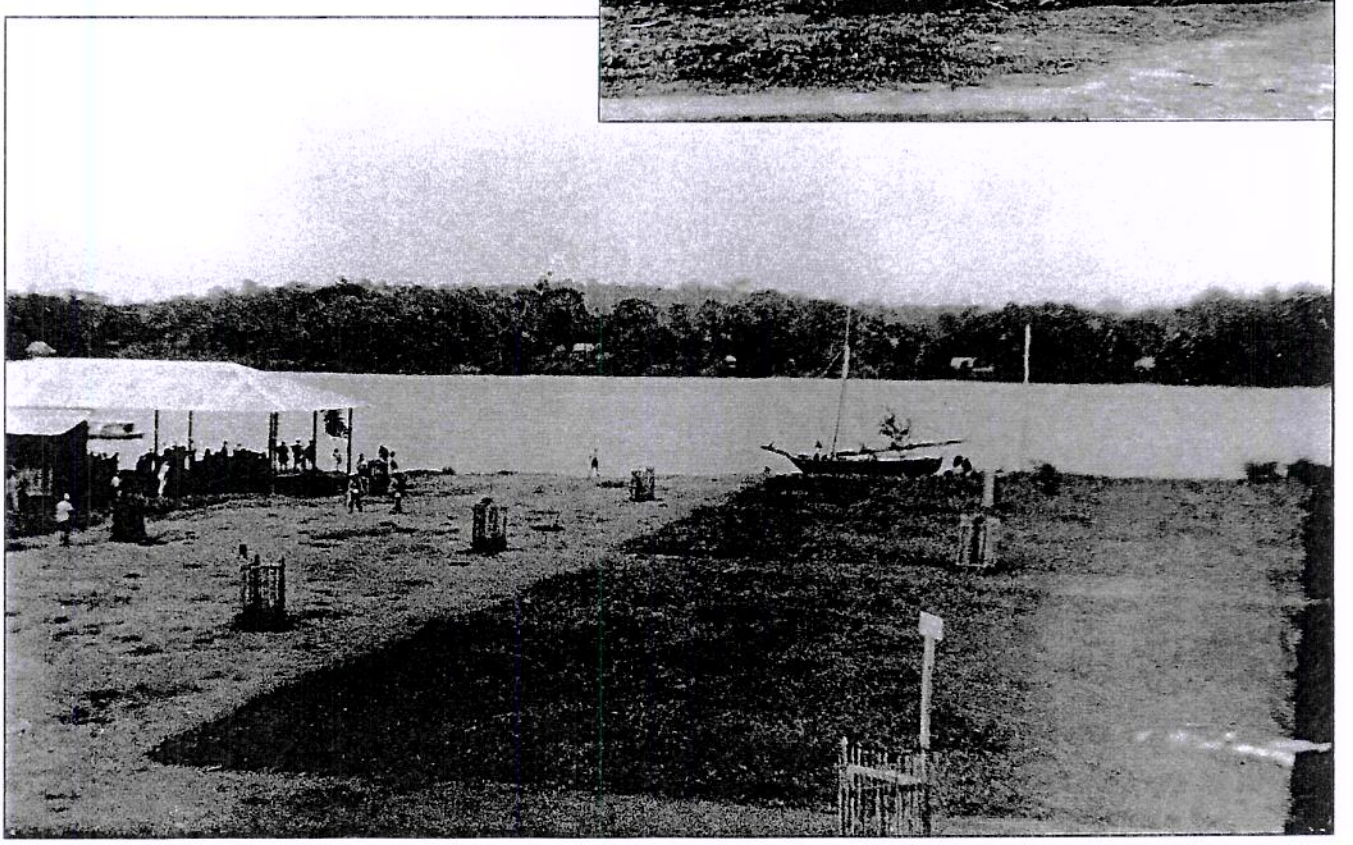
Fotografias da tentativa de transferência do pessoal embarcado no navio Commandante Vasconcelos para o gaiola Oyapock. Ambos encontravam-se ancorados na entrada da baía do Oiapoque em 25 de dezembro de 1924. O marinheiro de boné branco, o último do bote, que aparece na foto de baixo, foi arrancado por uma onda e morreu afogado.
Fotogramas 62 e 64. APM, AAB, PR/Revolta.

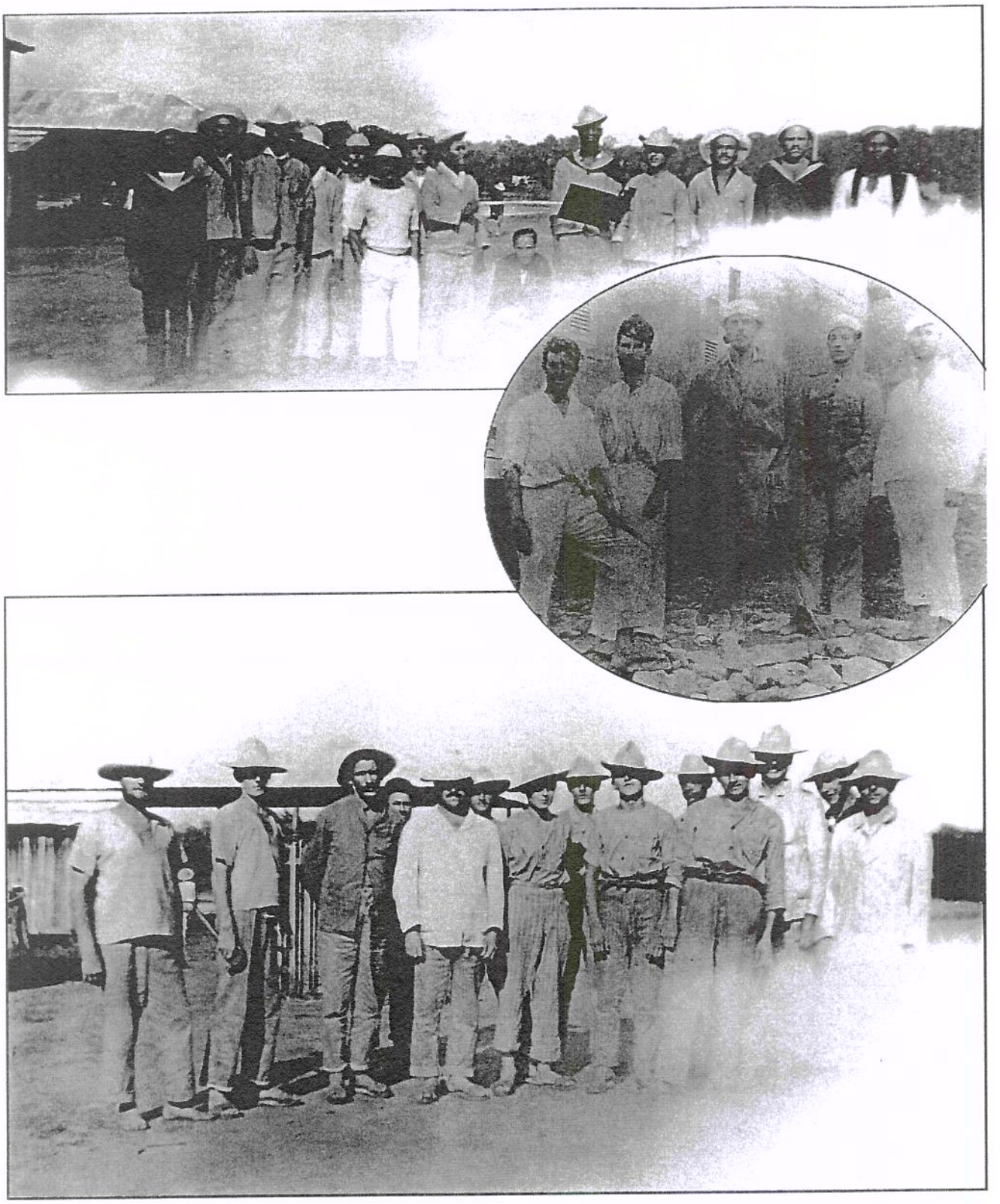


Na foto ao lado, vista da Casa da Administração de Clevelândia com prisioneiros circulando pelo boulevard Rio Branco.
Na foto abaixo, o campo de pastagem do núcleo agrícola na saída para o rio Pontanari.
Fotogramas 94 e 114.
APM, AAB, PR/Revolta, 1925.



Na foto grande abaixo, vista do porto de Clevelândia com um saveiro atracado. Em primeiro plano, a praça Epitácio Pessoa. À esquerda temos as instalações do almoxarifado.
Fotograma 79. APM, AAB, PR/Revolta, 1925.



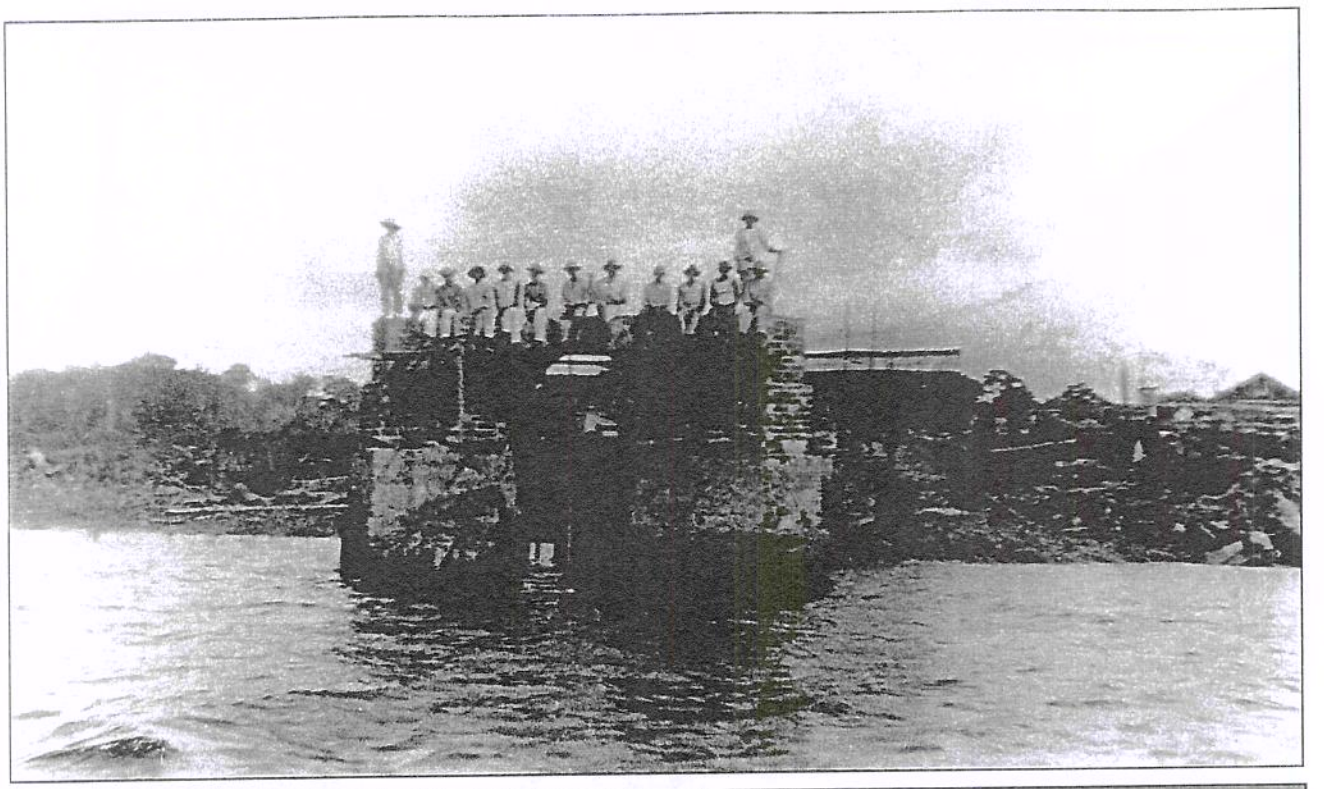


Na foto ao alto, os marinheiros, presos revoltosos vindos do Amazonas. Na foto embaixo, um grupo de prisioneiros com suas roupas de trabalho em Clevelândia. No detalhe ao centro, cinco homens capturados no Rio de Janeiro em um local por eles denominado Praça Izidoro (fotografia de J. Trindade, março de 1925).
Fotogramas 100, 69 e 118. APM, AAB, PR/Revolta, 1925.





Na foto ao alto, grupo de prisioneiros realizando trabalhos forçados de limpeza e capinagem das ruas de Clevelândia.
Na foto abaixo, outro grupo de prisioneiros lavando roupas nas margens do rio Oiapoque.
Fotogramas 95 e 88. APM, AAB, PR/Revolta, 1925.





Na foto ao alto, um grupo de prisioneiros em trabalho forçado na construção do trapiche de cimento em Clevelândia, posa para a fotografia em uma pausa de suas atividades. O trabalho forçado dos prisioneiros recolhidos em Clevelândia garantiu para a Administração do núcleo a execução de uma série de obras de melhoramentos na infra-estrutura urbana. O trapiche foi uma dessas obras, além da estação rádio-telegráfica, da estação metereológica, da ampliação da hospedaria e das dependências do hospital, e do trabalho mal remunerado na usina de extração da essência do pau rosa. Fotograma 80. APM, AAB, PR/Revolta, 1925. Na foto embaixo, vista do trapiche já concluído durante a missão de inspeção do Gal. Rondon em 1927. CBDL.







Na foto ao alto, grupo de prisioneiros e marinheiros jogando futebol em Clevelândia. Ao centro, o Clube Atlético Paraense, time dos soldados federais. Embaixo, o time de futebol de Clevelândia formado pelos colonos e por alguns oficiais entre os prisioneiros. O futebol era, para a maioria dos presos confinados em Clevelândia, a única fonte de lazer. Fotogramas 101, 104 e 103. APN, AAB, PR/Revolta, 1925.



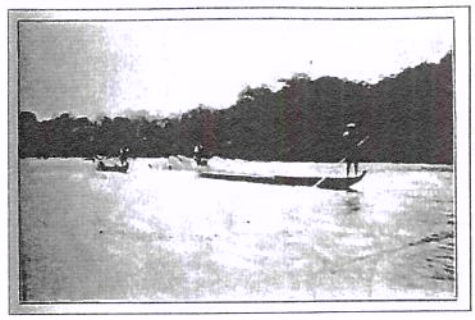


No alto, foto da festa esportiva militar organizada pelo Tenente Barbosa e realizada em 12 de outubro de 1925 em Clevelândia. As principais provas realizadas foram a do quebra pote e a do cabo de guerra. A fotografia foi tomada durante a realização da prova do quebra pote. Abaixo, foto do destacamento da força federal do 26º Batalhão de Caçadores comandado pelo Tenente Sebastião Barbosa da Silva que aparece em primeiro plano.
Fotogramas 75 e 72. APM, AAB, PR/Revolta.

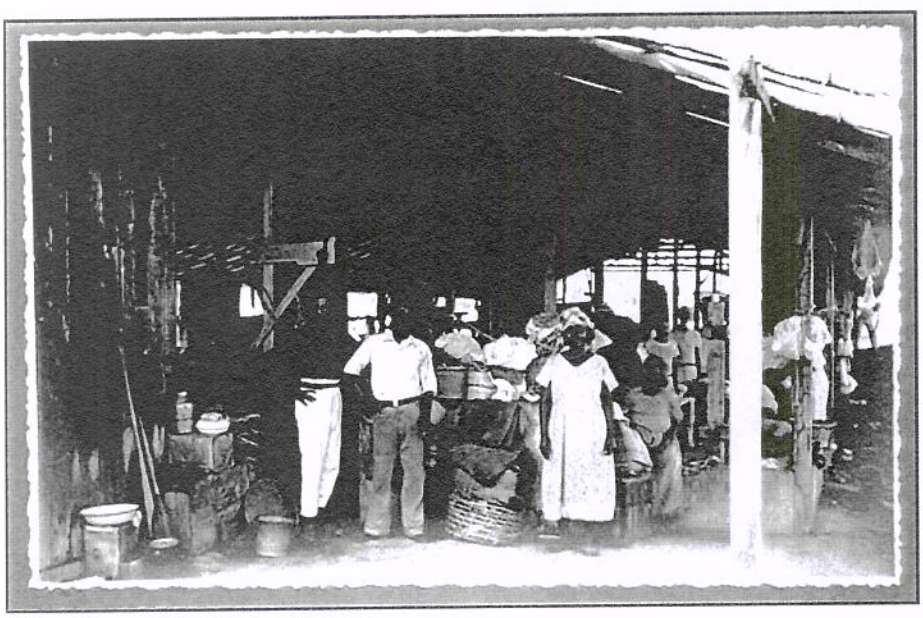


Em junho de 1926 chegou em Clevelândia o diretor da secção de Estado do Ministério da Agricultura, senhor Oldemar Murtinho, incumbido de averiguar as denúncias de maus tratos e as mortes causadas por uma epidemia que assolou o núcleo agrícola. O adido do governo escreveu ao retornar o relatório reservado "Viagem ao Núcleo Colonial de Cleveland". Esta é uma das poucas fotografias que restou de sua visita. Oldemar Murtinho é o homem que aparece ao centro usando chapéu preto, cercado por funcionários da Comissão Colonizadora do Oyapock.
Fotograma 89. APM, AAB, PR/Revolta, 1926.









A partir de 1933 até 1937, a região do Oiapoque passou por um novo boom aurífero, de menor intensidade do que aquele ocorrido no final do século XIX e ocasionou o surgimento de Martinica. Nesta nova oportunidade, o garimpo nos afluentes do rio Oiapoque foi monopolizado por garimpeiros creoulos provindos das Guianas Francesa e Inglesa. O transporte fluvial da mercadoria destinada aos garimpos e do ouro extraído deles em direção à costa continuou sendo monopolizado pelos navegadores Saramaka.

Na foto maior, vista do interior do barracão que servia de hospedaria aos garimpeiros das Guianas. Na foto menor à direita detalhe de um garimpeiro creoulo natural de Georgetown (Guiana Inglesa).
Inspecção de fronteiras do Major Luiz Thomaz Reis, secção garimpos do Oiapoque, 1936. CBDL.

Na foto ao alto à esquerda, Saramakas da vila de Tampack próxima a Saint Georges, na Guiana Francesa. Na foto ao alto à direita navegadores, Saramaka subindo o rio Oiapoque em suas pirogas.
Fotografias da equipe de Pedro Moura em 1933. CBDL.





Na foto à esquerda, vista de um grupo de índios Waiãpi da aldeia Alicoto na boca do rio Camopi, afluente do rio Oiapoque em seu curso alto, já dentro do território da Guiana Francesa.
Foto tirada pela expedição de Pedro Moura em 1933. CBDL.

No detalhe à direita, retratos de um casal de índios Waiãpi.
Fotografia tirada por Jean Hurault entre junho e novembro de 1947 durante a missão astrogeodésica do Oiapoque. CBDL.



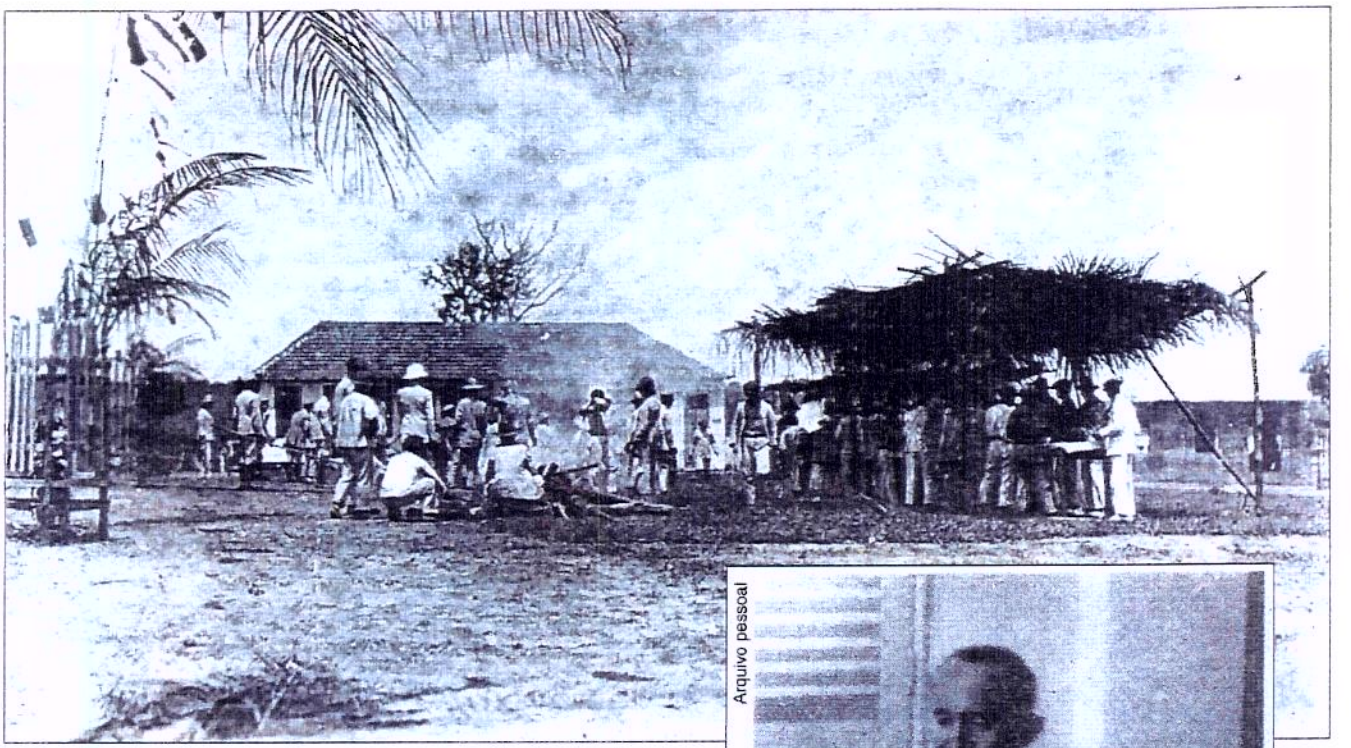
Fotografia de um grupo de índios Karipuna da aldeia de Espírito Santo do Curupi. A tribo dos Karipuna é, entre os índios moradores da região do Oiapoque aquela cuja disciplina mais se aproxima do ideal ocidental de civilização. Ao contrário, os índios Waiãpi são a população indígena que permanece em estado mais próximo do seu modo de vida tradicional.
Inspecção do Major Luiz Thomaz Reis, secção rio Uaça, 1936. CBDL.

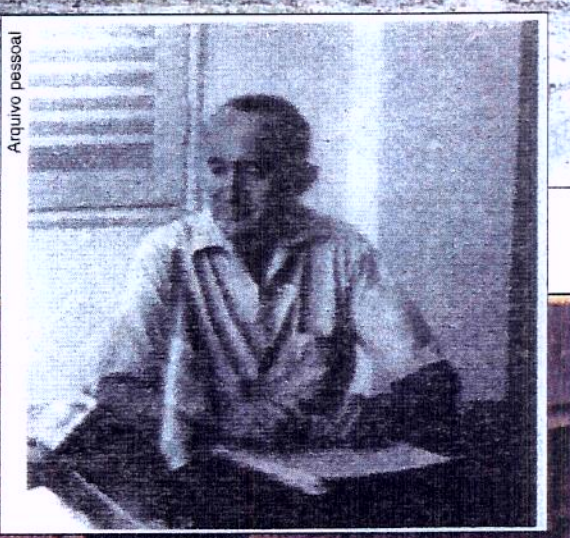




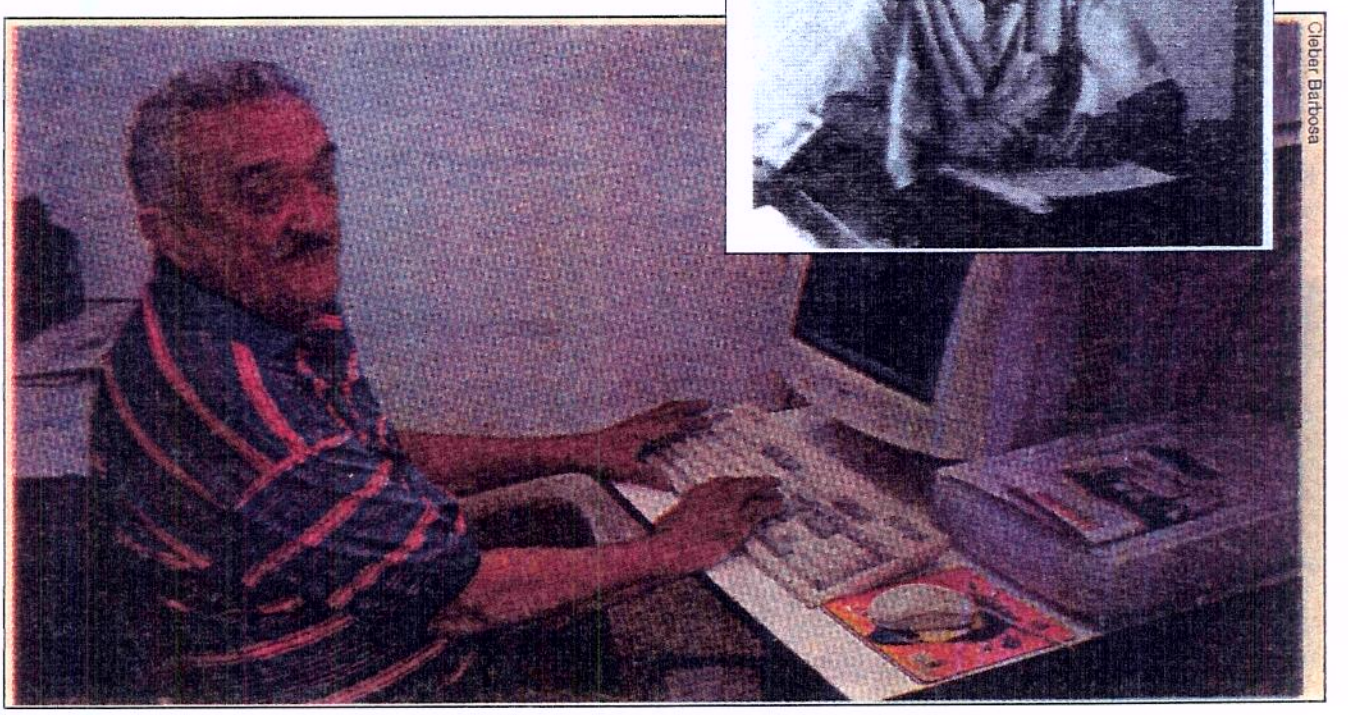
A população indígena dos Palikur habita a região norte do Amapá, nos vales dos rio Uaçá e Urucauá, afluentes brasileiros do rio Oiapoque já bem próximo de sua foz. Os índios Palikur foram, durante muito tempo, a população indígena mais arredia ao contato com o branco colonizador.

Na foto ao lado, um grupo de índios Palikur do rio Urucauá faz pose exibindo suas armas.
Na foto ao alto, os índios Palikur chegam na vila de Demonti para negociar o seu artesanato de cerâmica e de objetos em palha.
Ambas as fotos foram tiradas durante a inspecção do Major Luiz Thomaz Reis na secção do rio Uaçá em 1935. CBDL.





Arquivo pessoal



Cleber Barbosa

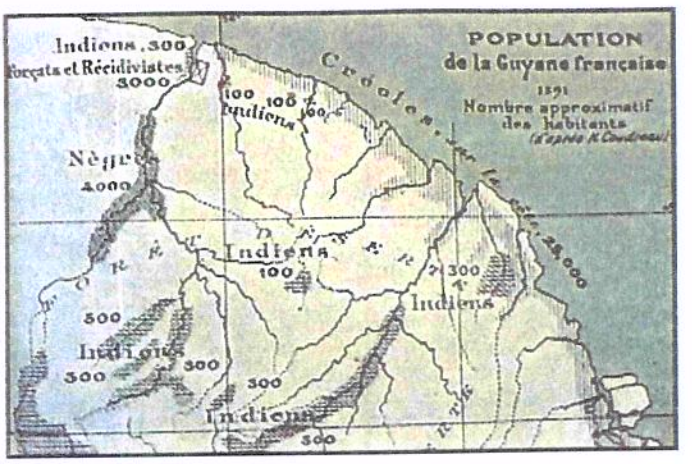
Em 16 de setembro de 2000, o jornal Folha do Amapá, de Macapá, publica uma reportagem intitulada "Dois anos que sujaram o nome de Clevelândia". Seus autores foram Hélio Pennafort, filho de Rocque Pennafort, e Cleber Barbosa. Para sua realização utilizaram o arquivo particular de Rocque, já falecido, e o testemunho de Ruy Guarany Neves, filho de um tenente comissionado detido em Clevelândia.

As fotos em preto e branco são do arquivo pessoal de Rocque Pennafort, cuja a imagem aparece no detalhe. A foto colorida, tirada por Cleber Barbosa, é do também jornalista Ruy Guarany.

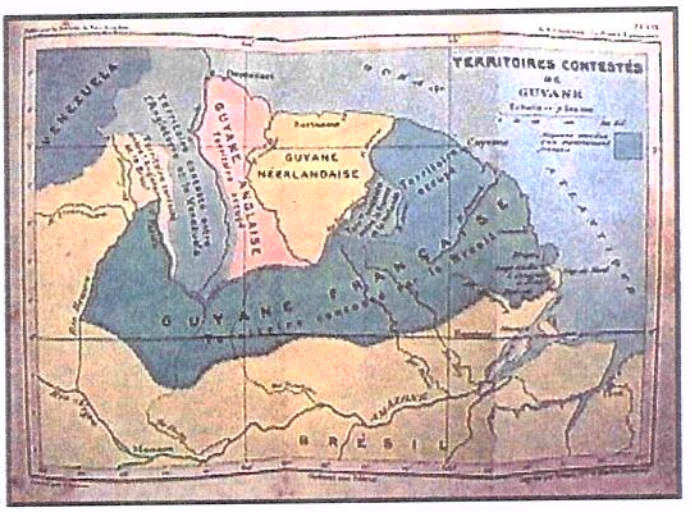
ENCARTE DE MAPAS E CROQUIS



1



2



3



4



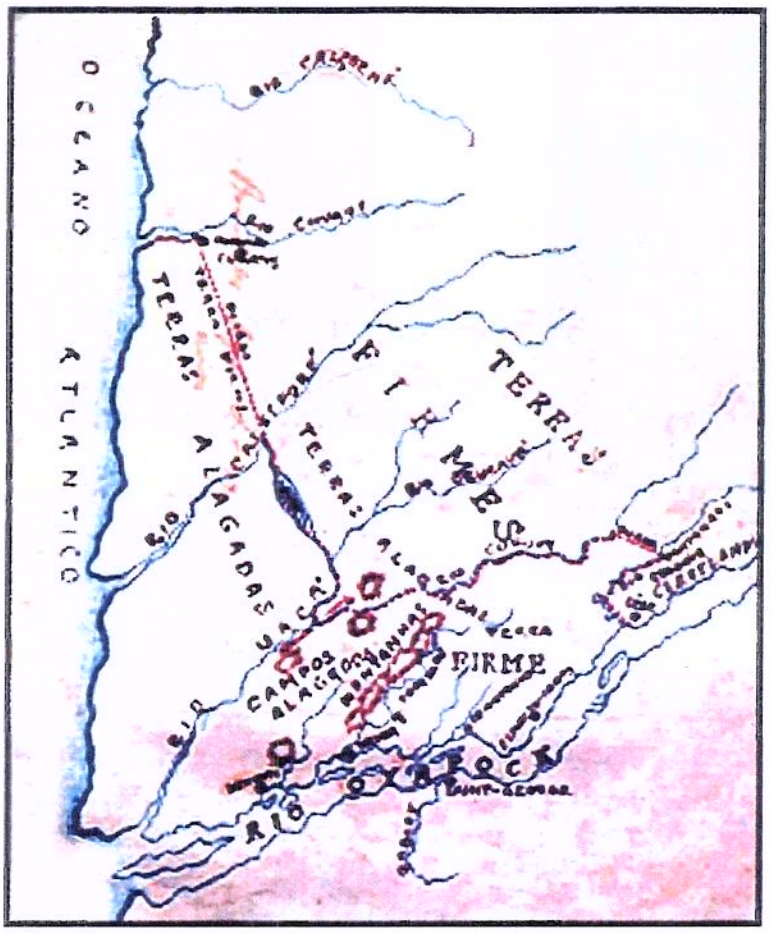
1. Detalhe do mapa Guyane Française, 1887, por Henri Coudreau. France Èquinoxiále, volume 3, Atlas. Coleção Ian de Almeida Prado. IEB/USP.

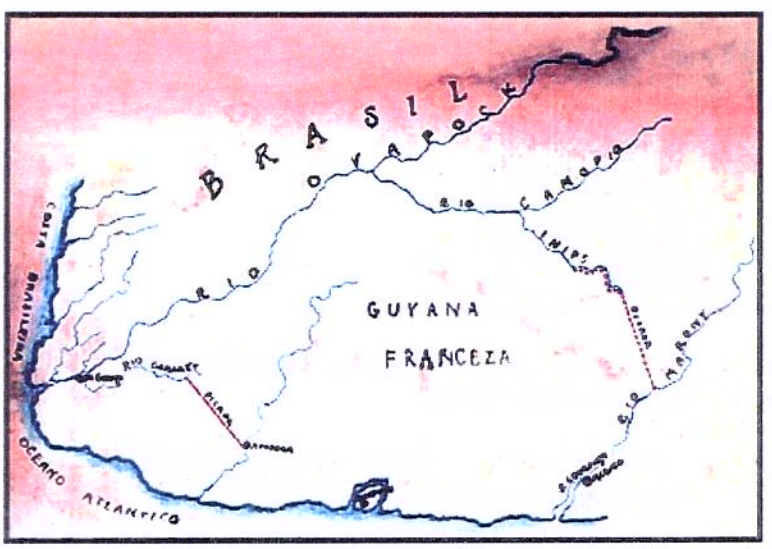
2. Mapa Population de la Guyane Française, 1891, por Henri Coudreau. Chez nos Indiens. Coleção Especial de Obras Raras. Biblioteca Central, Unicamp.

3. Mapa Territoires Contestés de Guyane, por Henri Coudreau. France Èquinoxiále, volume 3, Atlas. Coleção Ian de Almeida Prado. IEB/USP.

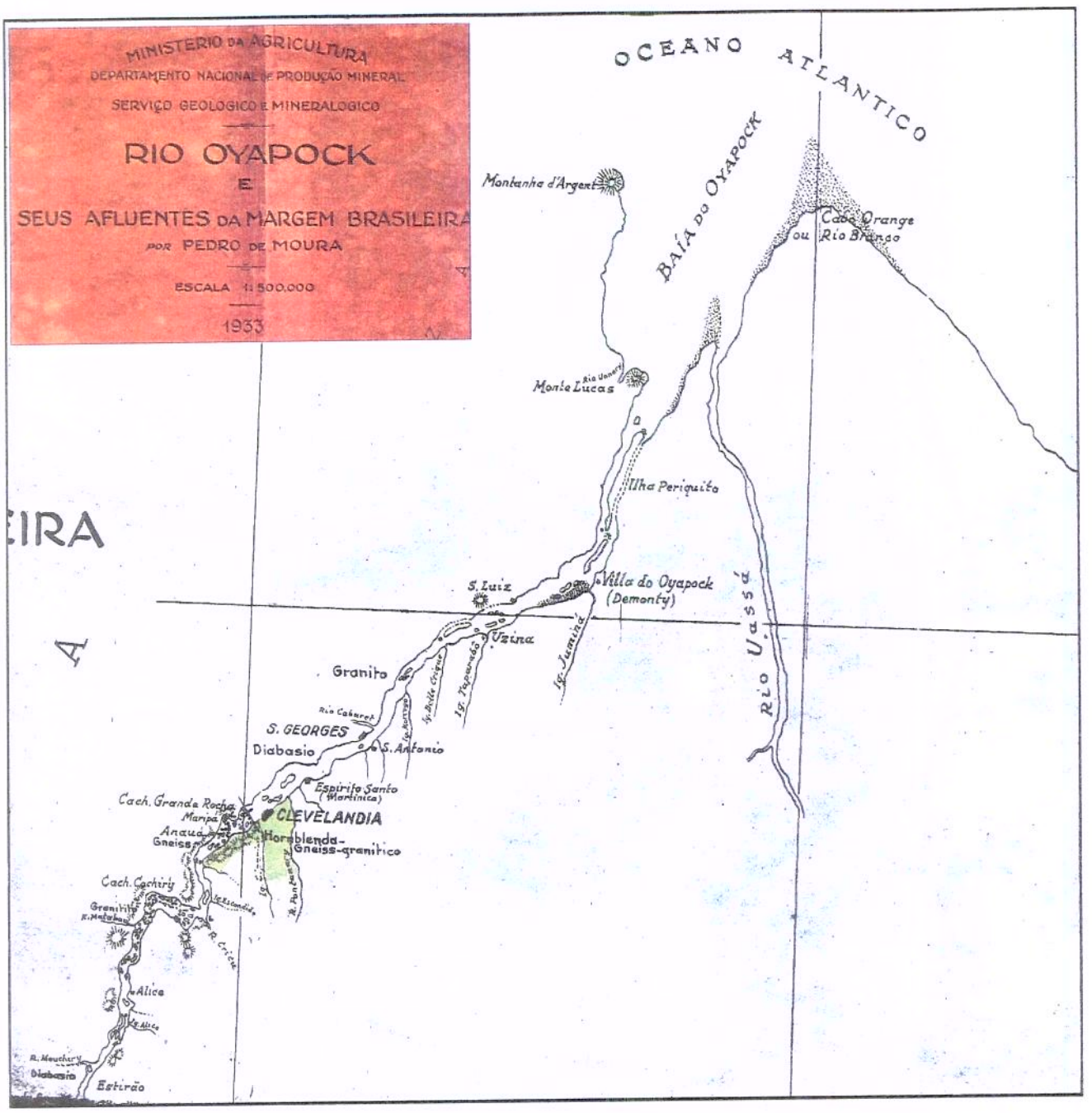
4. Detalhe do mapa Mapá et l'Amazone, por Henri Coudreau. France Èquinoxiále, volume 3, Atlas. Coleção Ian de Almeida Prado. IEB/USP.

Na foto ao lado, à esquerda, o geógrafo Henri Coudreau. Chez nos Indiens. Coleção Especial de Obras Raras. Biblioteca Central, Unicamp.

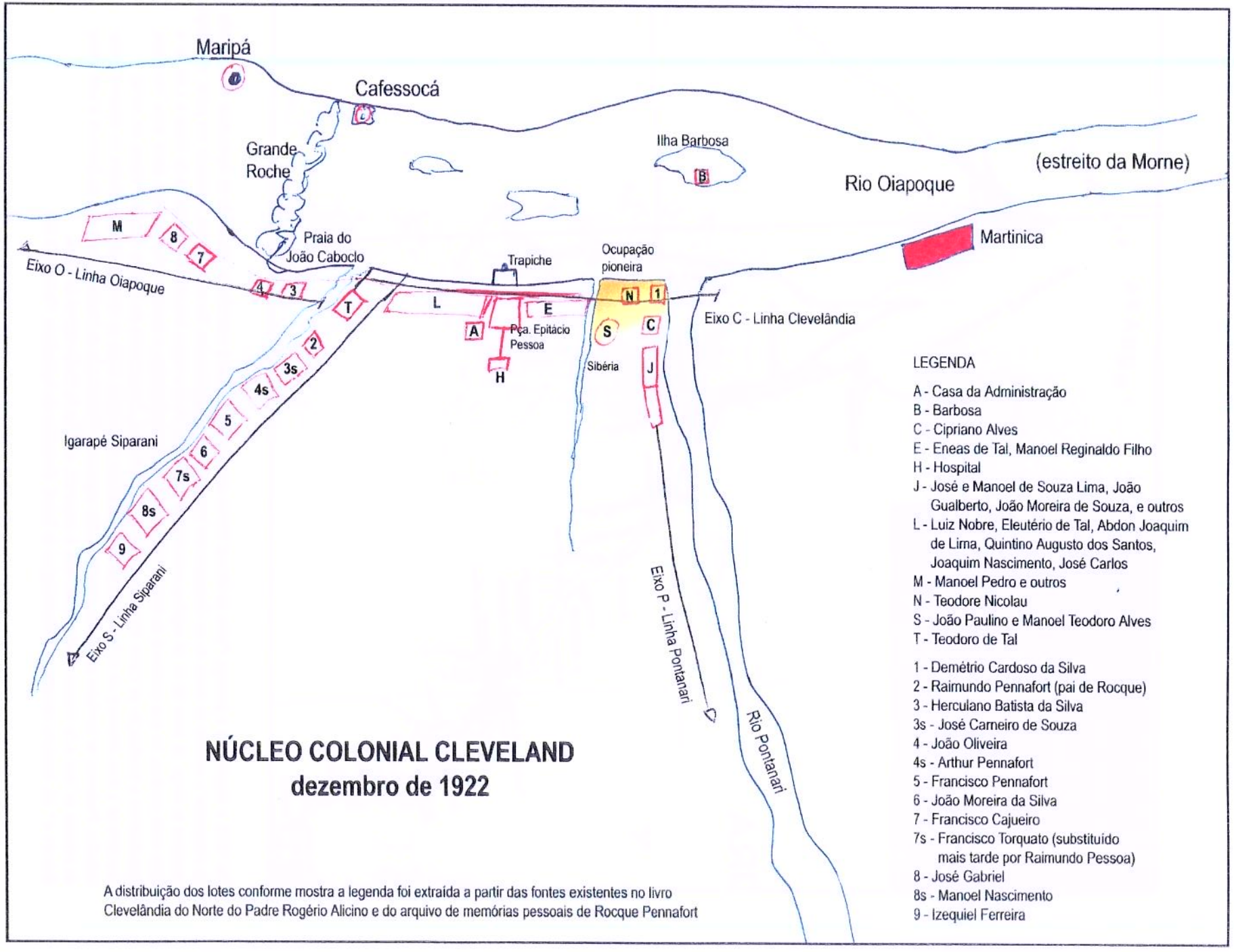




Os croquis acima reproduzidos foram encontrados nos documentos do Major Boanerges. O desenho de baixo, elaborado pela expedição, representaria a região de fronteira franco-brasileira ao longo do rio Oiapoque. Já, o croqui de cima, além de mostrar a embocadura do rio Oiapoque, traz, no detalhe em vermelho, a antiga trilha usada por ex-escravos, quilombolas e garimpeiros, ligando a zona aurífera do Cunani à vila de Martinica e depois, à Clevelândia.
Série Inspecção de Fronteiras. Anexo n °. 3, 1927. Relatório do Major Boanerges Lopes de Souza. CBDL.



Em 1933, o engenheiro e geólogo Pedro de Moura liderou uma expedição sob a custódia do Ministério da Agricultura encarregada de prospectar o subsolo da bacia do rio Oiapoque em busca de minerais preciosos. No mapa acima, mostrado em parte, o geólogo localizou ao longo do curso do rio as regiões mais ricas em minérios. Para o nosso trabalho a importância do mapa é a de ser a fonte mais próxima, no que concerne ao tempo, dos acontecimentos estudados, e também uma das mais detalhadas. No mapa, encontramos a localização da Usina Alice, da vila francesa de Maripá, da cachoeira da Grande Roche. Pintada em verde, encontra-se a área referente ao núcleo agrícola de Cllevelândia e, a seguir, todos os demais vilarejos citados no decorrer deste trabalho. Podemos ter também uma idéia das distâncias separando Clevelândia de Martinica, esta vila de Demonti e esta última da entrada da baía e do oceano Atlantico. No alto, à esquerda, detalhe do título original do mapa.
Boletim n °. 65. Instituto Geológico e Mineralógico do Brasil. Ministério da Agricultura. Pedro MOURA



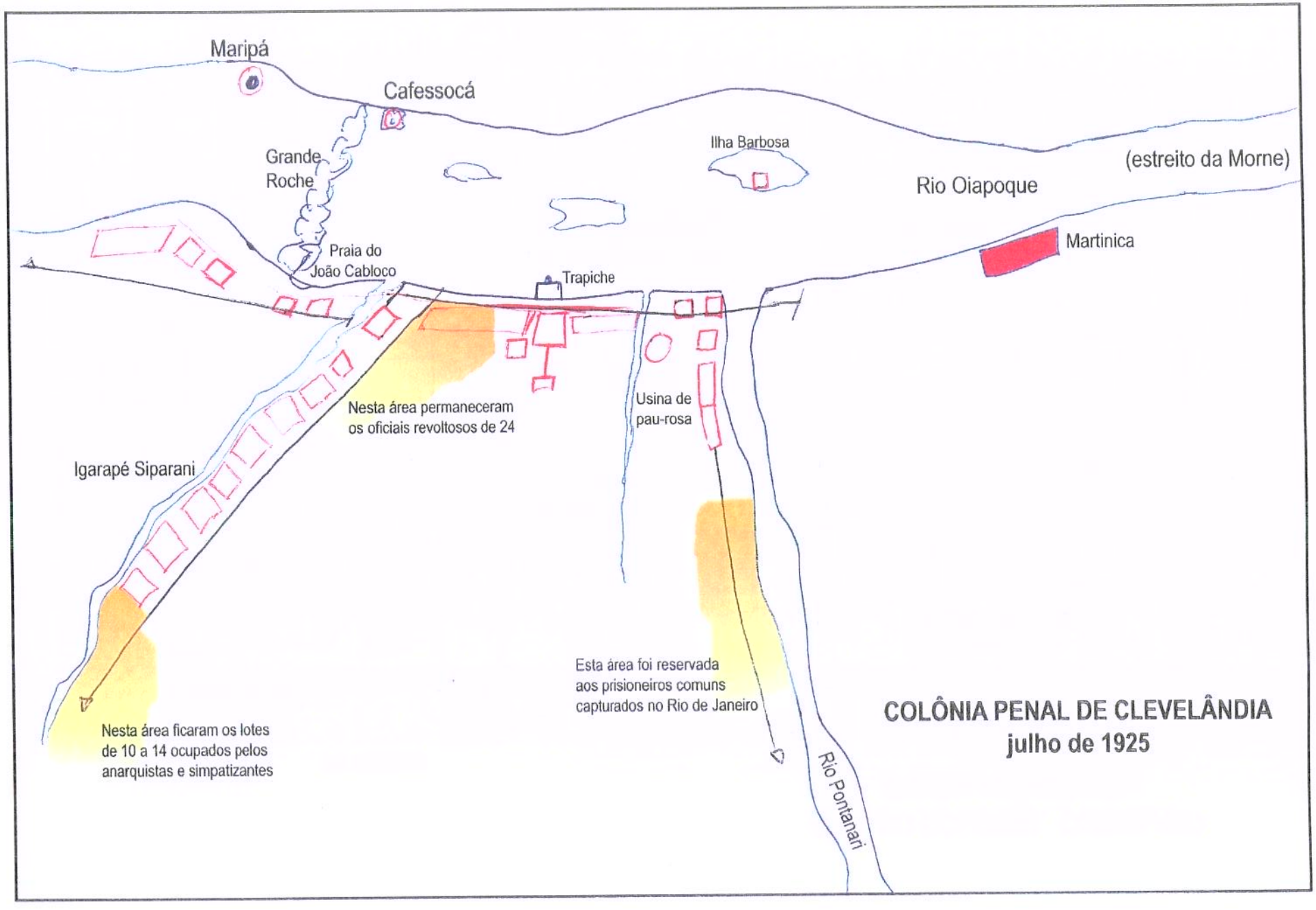
NÚCLEO COLONIAL CLEVELAND
dezembro de 1922

LEGENDA

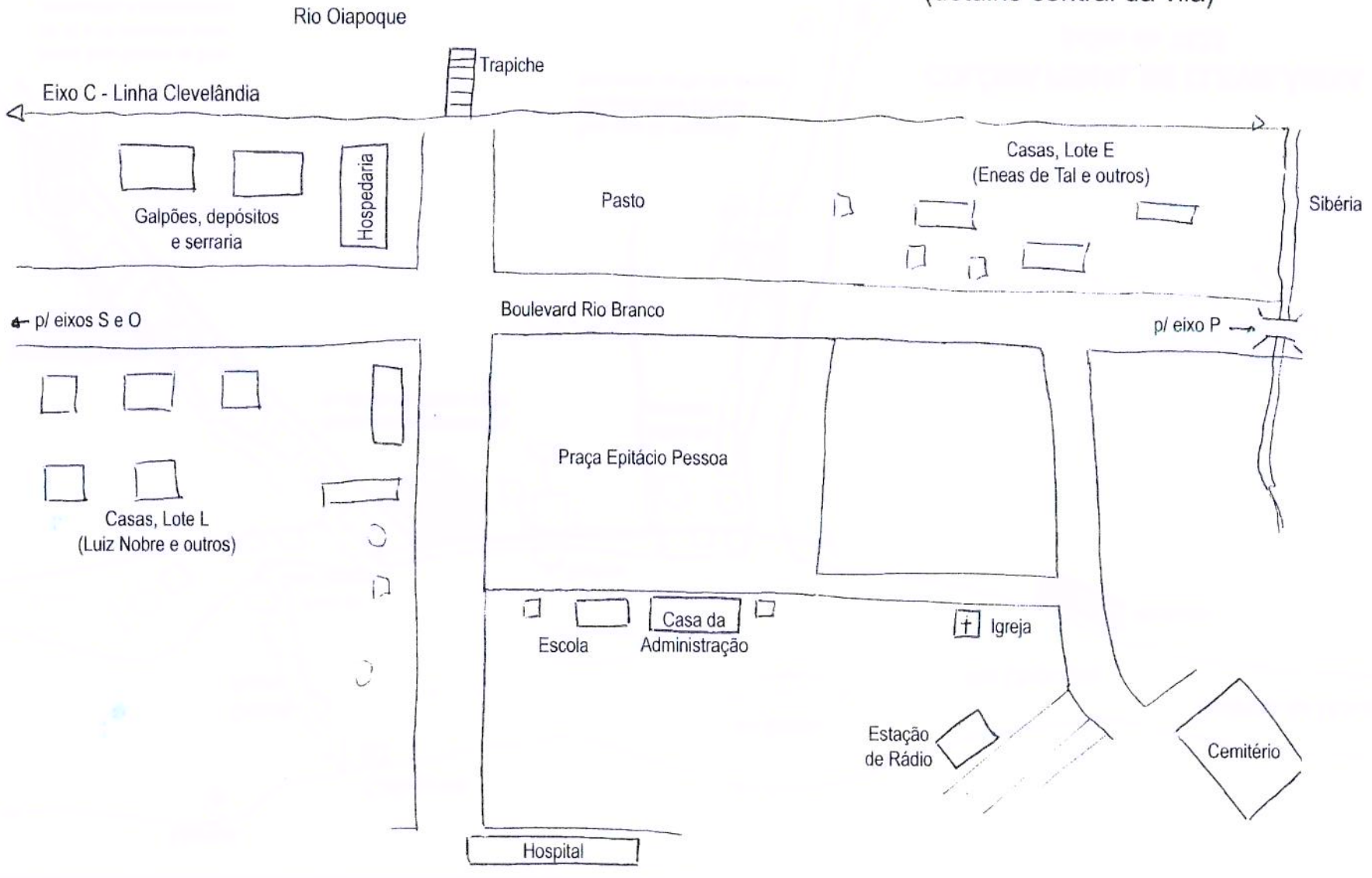
A - Casa da Administração
B - Barbosa
C - Cipriano Alves
E - Eneas de Tal, Manoel Reginaldo Filho
H - Hospital
J - José e Manoel de Souza Lima, João Gualberto, João Moreira de Souza, e outros
L - Luiz Nobre, Eleutério de Tal, Abdon Joaquim de Lima, Quintino Augusto dos Santos, Joaquim Nascimento, José Carlos
M - Manoel Pedro e outros
N - Teodore Nicolau
S - João Paulino e Manoel Teodoro Alves
T - Teodoro de Tal

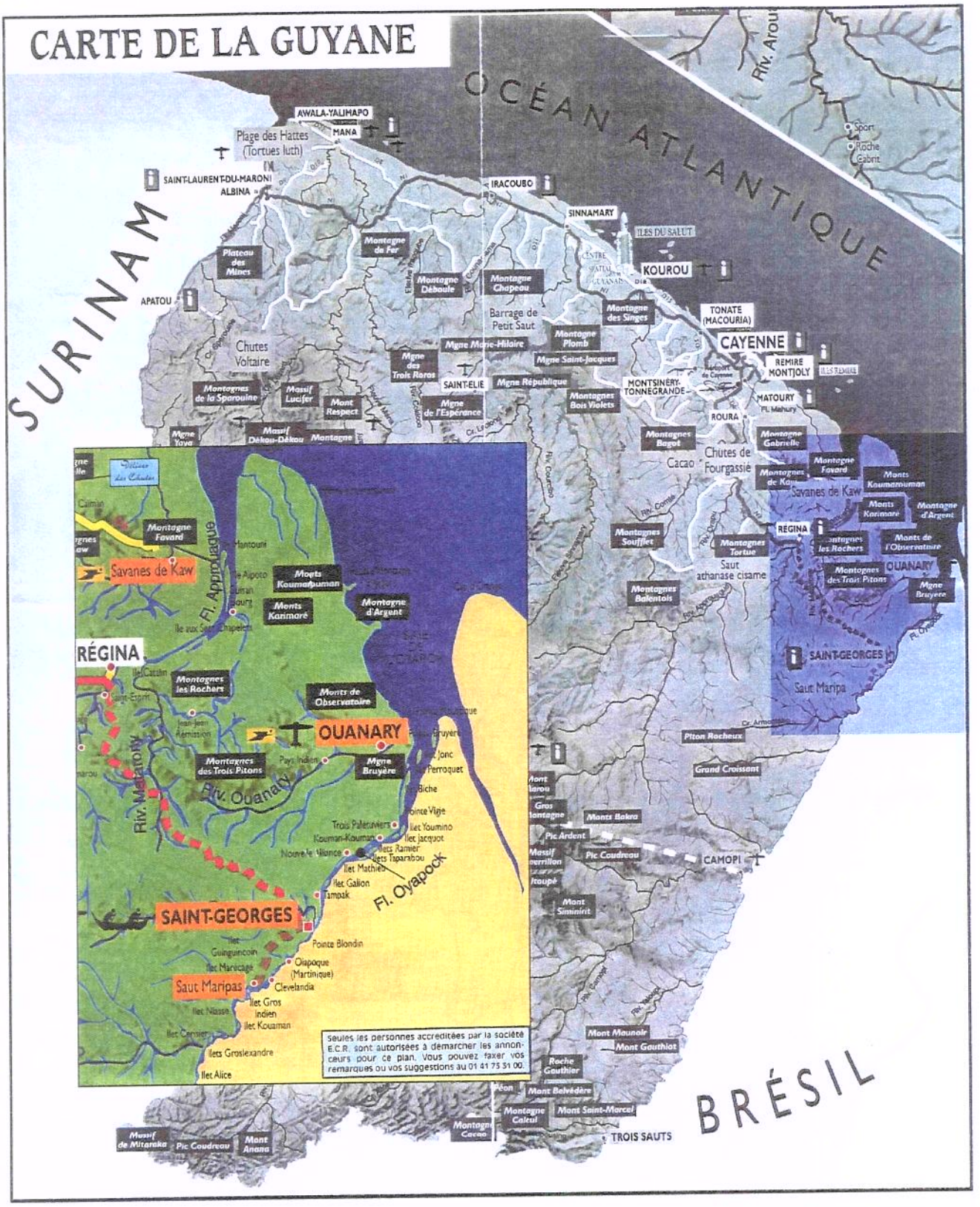
1 - Demétrio Cardoso da Silva
2 - Raimundo Pennafort (pai de Rocque)
3 - Herculano Batista da Silva
3s - José Carneiro de Souza
4 - João Oliveira
4s - Arthur Pennafort
5 - Francisco Pennafort
6 - João Moreira da Silva
7 - Francisco Cajueiro
7s - Francisco Torquato (substituído mais tarde por Raimundo Pessoa)
8 - José Gabriel
8s - Manoel Nascimento
9 - Izequiel Ferreira

A distribuição dos lotes conforme mostra a legenda foi extraída a partir das fontes existentes no livro Clevelândia do Norte do Padre Rogério Alicino e do arquivo de memórias pessoais de Rocque Pennafort

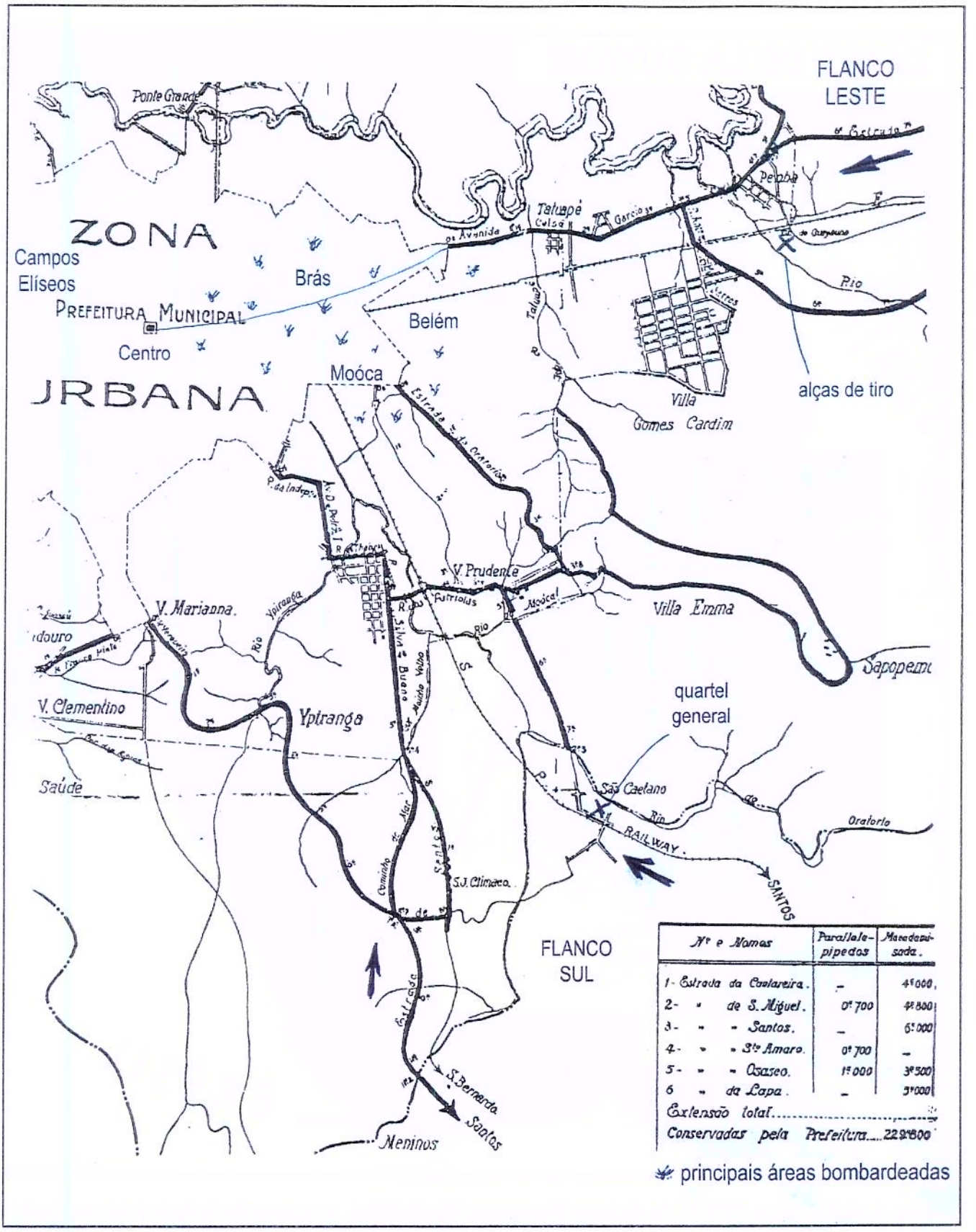

Maripá
Cafessocá
Grande
Roche
Ilha Barbosa
(estreito da Morne)
Rio Oiapoque
Martinica
Praia do
João Cabloco
Trapiche
Nesta área permaneceram
os oficiais revoltosos de 24
Usina de
pau-rosa
Igarapé Siparani
Esta área foi reservada
aos prisioneiros comuns
capturados no Rio de Janeiro
Nesta área ficaram os lotes
de 10 a 14 ocupados pelos
anarquistas e simpatizantes
Rio Pontanari
COLÔNIA PENAL DE CLEVELÂNDIA
julho de 1925

NÚCLEO COLONIAL CLEVELAND
(detalhe central da vila)



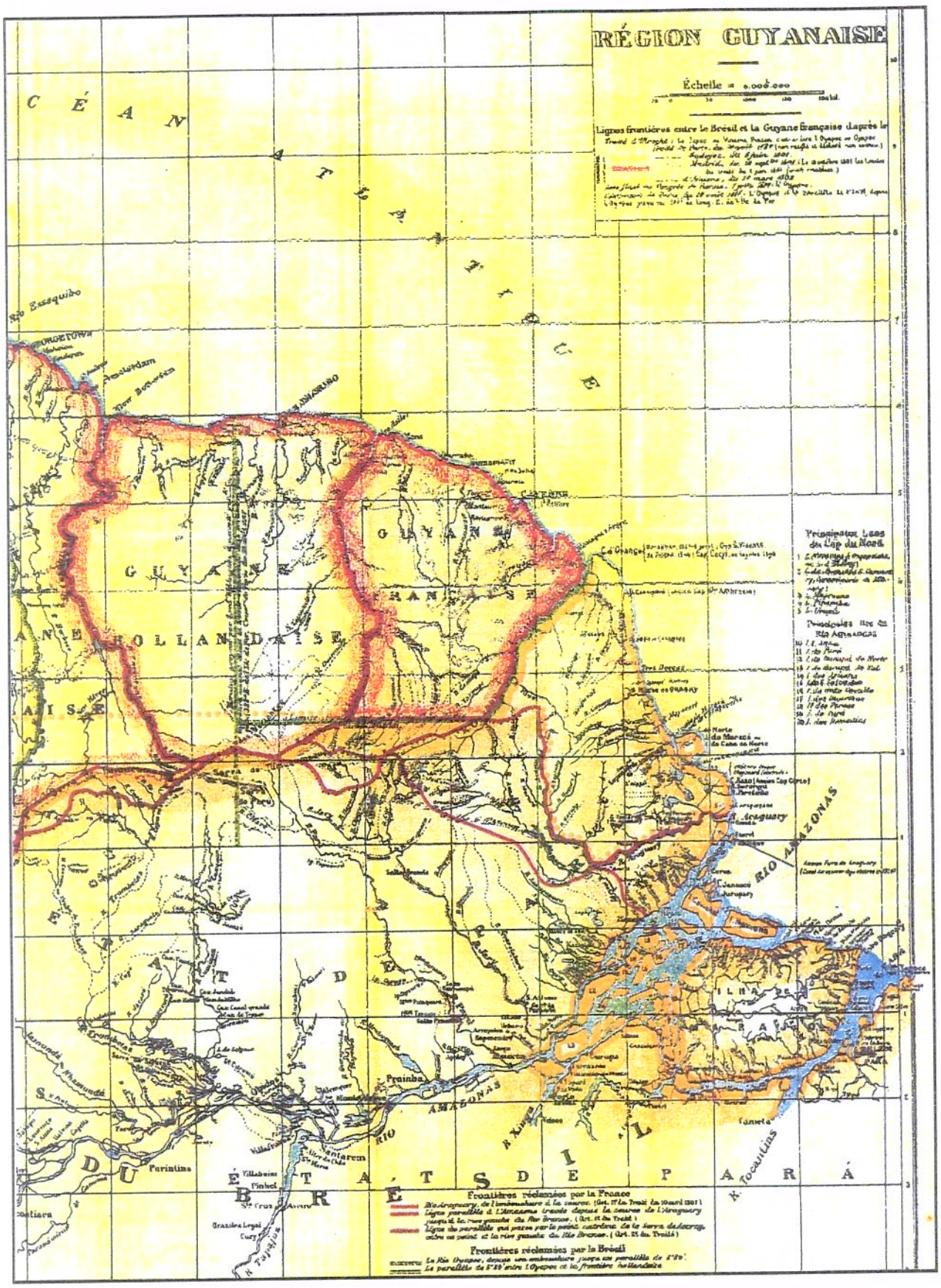


Mapa turístico atual (2001) da Guiana Francesa. No detalhe, a ocupação turística da margem francesa
Podemos observar que a cidade de Oiapoque ainda recebe a sua denominação antiga de Martinica.

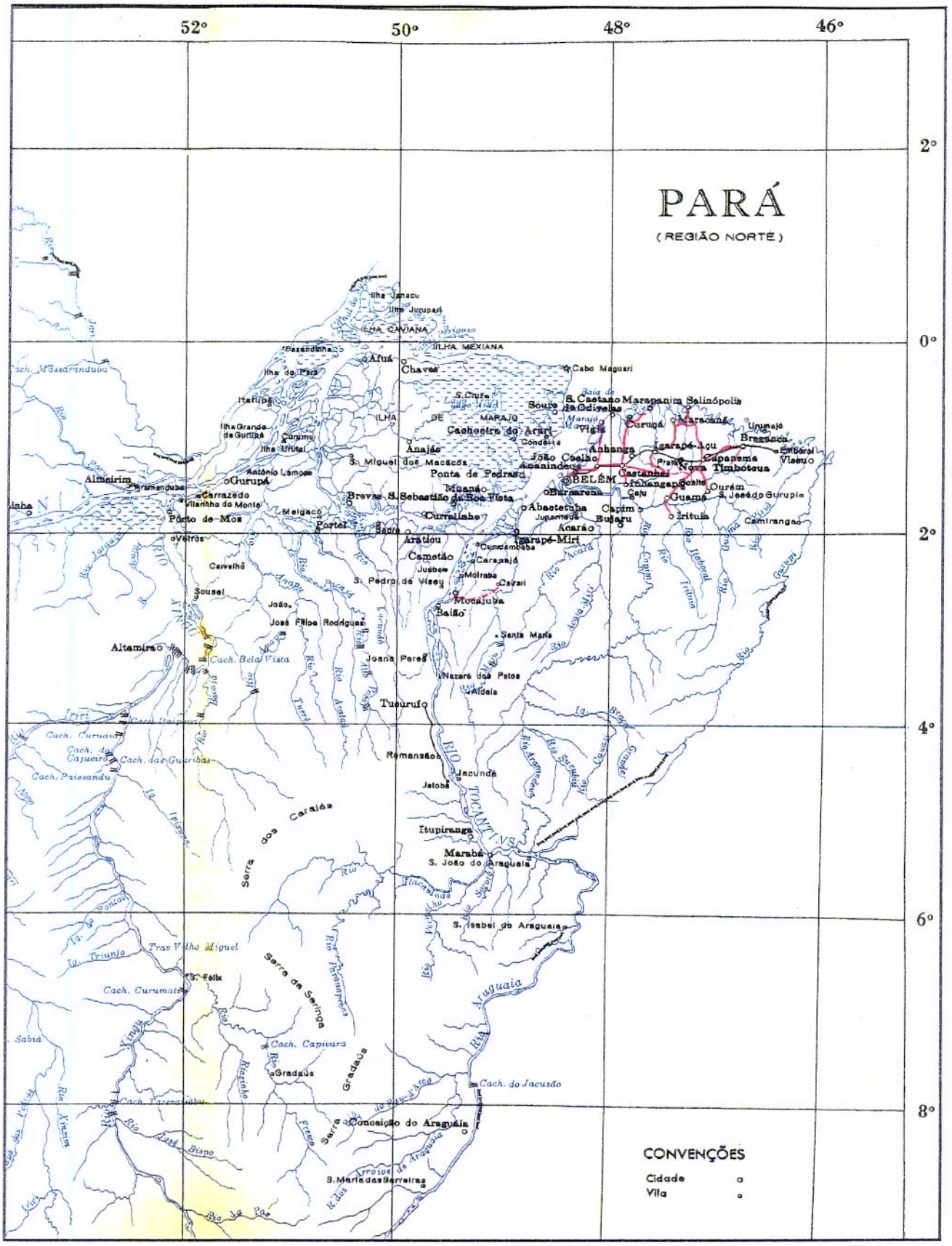


Nº e Nomes	Parallele-pipedos	Macadamisada.
1- Estrada da Cantareira.	–	4$000,
2- " de S. Miguel.	0$700	4$800
3- " " Santos.	–	6$000
4- " " Stº Amaro.	0$700	–
5- " " Osasco.	1$000	3$500
6 " da Lapa.	–	3$000
Extensão total.....		
Conservadas pela Prefeitura....22$600		

Mapa de estradas de rodagem da cidade de São Paulo, ano 1924.
Fonte: Livro Subúrbio, de José de Souza Martins.



Carte de le Région Guyanaise. Anexo à 1ª memória apresentada ao governador da Confederação Suíça em Berna (01/04/1899). Barão de Rio Branco.



Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Volume I. IBGE, 1957.

ENSAIO DE REALIDADE SUBJETIVA

A história de Sa'I Pani na Martinica do Oiapoque.

Bom professor, eu não gostaria que o senhor pusesse meu nome aí não, pode me chamar só de Zizi. Sabe como é, teve gente do exército e da política envolvida aí, e se eu não fiquei famoso até agora, não vai ser doente e caduco que eu vou precisar de ficar, né? Assim, de precisão, quando que isso aconteceu eu não sei dizer não, mas eu era bem pequeno, devia de ter uns 7, 8 anos e lembro que logo depois começou a morrer uma porção de gente. A gente ouvia falar, né? Porque não dava para ver direito, mas que morria gente todo dia, isso lá morria. Era uma tal de disenteria, uma caganeira que tava dando de não para mais e tava todo mundo muito assustado. Então foi nesse tempo que eu me lembro, não sei bem o que eu tava fazendo lá na casa do Emile, um preto da Martinica uma cabana que sempre tinha festa de noite, eu tava seguindo minha irmã e tava escondido lá quando vi a chegada dos federais. Lembro que fiquei muito assustado e também curioso, aquela gente toda e tudo mais o que aconteceu naquele dia, e mais tarde, quando cresci eu conversava muito com os mais velhos. Eu continuo muito curioso sabe, pra que tu quer saber disso tudo mesmo? Sei, o senhor já disse que é um trabalho pra Faculdade. História, né? É muito importante dessa molecada saber do passado, tem muita história aqui pra contar, esses garimpos todos... Mas que eu tava falando, ah!, eu era muito curioso e queria saber mais do que tinha acontecido e conversava muito com os velhos, com o Estevinho, o Joaquim, o Manoel, que chegaram antes da gente aqui no Oiapoque. Depois eu fui pra Belém, fiz o Exército, estudei, aprendi mais coisas, fui pra Macapá, trabalhei no jornal, na prefeitura, num monte de lugar e agora, to aqui, de volta, pra morrer em paz. Então, que eu me lembre, é mais ou menos isto que tenho pra contar."

Era um fim de tarde de domingo, acho que o primeiro domingo de agosto de 1925, estava escurecendo e a noite caia rápida debaixo do céu ainda nublado após a forte chuvarada do meio da tarde. Em agosto o tempo já começa a estiar; não se trata de um período longo de seca como no sul, mas as águas se tornam mais intermitentes, pancadas rápidas, já não é aquela chuva diária, fina e constante, que penetra nos ossos subindo pelas pernas encharcadas dentro do brejo que toma conta de tudo. A pequena estação seca traz também noites mais claras, e o perfume do pau rosa exalado do meio da mata cerrada sobe em contato com a umidade, dominando toda a imensidão verde com o seu aroma intenso. É um convite ao namoro para quem pode e gosta, e a minha irmã do meio, na flor de seus dezesseis anos, não pensava em outra coisa. Foi atrás dela, que vivia enroscada às escondidas com um marinheiro do gaiola, que eu fui, sempre xereta, e acabei me deparando com esta história esquisita aqui.

Nossa família era pequena: eu, meu pai, minha mãe e minhas três irmãs; outros dois irmãos morreram cedo, mas isso foi antes de eu ter nascido. Eu nasci em Vigia, em julho de 1918, logo depois de meus pais terem chegado ao Pará fugindo da grande seca cearense. Todo o resto da minha família é cearense, do Crato; eu sou o único paraense. Naquela época, o Amapá era uma região que fazia parte do Estado do Pará. Até uns vinte anos antes de eu nascer, aquela terra não pertencia de direito a nenhum país; era uma zona de litígio, o contestado franco-brasileiro. Uma disputa que vinha de longa data, desde o tempo de colônia, e que foi vencida pelo Brasil pela diplomacia do Barão do Rio Branco. Em sua homenagem trocaram até o nome do Cabo de Orange para Cabo Rio Branco, mas o nome não pegou e acabou permanecendo a denominação anterior mesmo.

Como dizia, meus pais chegaram na cidade de Vigia, no Pará, junto com outros milhares de flagelados no começo do ano de 1918. Depois da grande seca histórica de 1915, quando criaram até campos de confinamento na periferia de Fortaleza para os retirantes, sucessivas estiagens nos anos seguintes destruíram a pouca lavoura restante dos camponeses. Estes se viram obrigados a migrar em massa do interior do Ceará e muitos sabiam que o governo não permitiria a ocupação da capital. Um grande grupo então, se dirigiu para o Pará, na esperança de conseguir um lugarzinho nas terras desocupadas da Amazônia. Meu pai acompanhou esta turma. No ano seguinte, de Vigia fomos a Belém. A cidade nunca havia visto tanta gente esfomeada junta, famílias inteiras largadas ao Deus dará na entrada do porto, e não sabia o que fazer com esse povo todo. Isso aconteceu na passagem de 1919 para 20, e o então senador pelo Pará, Justo

Chermont, passou a liderar uma campanha nacional para a ocupação das terras do Oiapoque com a construção de um núcleo de colonização agrícola, para onde os retirantes acampados em Belém seriam enviados.

Depois eu vim saber que o interesse maior daquela proposta era o de conseguir verba do governo federal para ocupar a região quase abandonada da fronteira. Era interessante para o Pará, pois abriria caminho para a exploração econômica de suas terras sem necessidade de investimento próprio, era interessante para o então Presidente Epitácio Pessoa, pois ele se veria livre da pressão da imprensa que constantemente reclamava da invasão francesa por aquelas bandas e do contrabando de ouro para a Guiana. O Amapá foi e continua sendo um dos lugares do país mais ricos em minério (bauxita, cassiterita, manganês, entre outros), e os grandes veios de ouro descobertos nos anos de 1880 sempre foram motivos de disputa, inclusive armada. Além disso, havia um interesse menor para o país, mas não menos importante para o ufanista senador. Sabe-se que Chermont, dono do jornal *O Estado do Pará*, era também o maior proprietário daquelas terras de fronteira, adquiridas a preço de banana em troca de favores nos anos anteriores, quando ele fora governador.

Com o tempo, descobri que a vida dos futuros colonos era o que menos interessava nesse jogo mesquinho de interesses políticos e pessoais. Mas foi desse modo, conduzido pelo destino maroto que a vida nos reserva, que minha família foi parar nos confins do Brasil. Meu pai conseguiu ser um dos primeiros enviados para lá, em maio de 1921, para ajudar na construção da vila, e logo recebeu um lote de terra onde nos instalamos. A vila recebeu o pomposo nome de "Núcleo Colonial Cleveland", mas ficou conhecida mesmo como Clevelândia, Clevelândia do Norte. Este núcleo foi instalado em uma grande área plana, na confluência do rio Pantanari com o rio Oiapoque. Região despovoada, Martinica, o vilarejo mais próximo, mais tarde chamado de Espírito Santo, distava uns 6 quilômetros rio abaixo, que podiam ser percorridos através de uma picada úmida bastante difícil no meio do mato seguindo a linha do rádio, e que permanecia intransitável na época das chuvas fortes.

Nesse domingo morno de que eu falo, acompanhei minha família numa visita a uns antigos colonos amigos nossos que moravam nesse povoado vizinho. Meu pai ficou em Clevelândia para assistir o jogo de futebol que acontecia aos domingos, quando a chuva não impedia. Ele sempre gostou de futebol. Jogar mesmo não jogava, mas se divertia com os companheiros de roça que mantinham um time para disputar partidas entre eles, contra os soldados deportados e, às vezes, com os visitantes. O time de marinheiros da companhia Amazon River

participava com bastante freqüência das pelejas, mas a grande atração era a presença, bastante rara é verdade, do imbatível Clube Atlético Paraense, o time dos soldados federais. O futebol era uma das poucas oportunidades para romper o cotidiano sonso da vida sofrida e sem entretenimento dos colonos em Clevelândia.

Meu pai, então, ficou no núcleo para ver a apresentação da equipe do *bateau* Cassiporé, o mais elegante dos vapores que navegam o Oiapoque. Apesar de mais chique, ancorou, como todos os outros gaiolas, no posto militar de Santo Antônio antes de alcançar a vila de Martinica. Santo Antônio é a última parada para a navegação fluvial dos navios que sobem o rio. Daí para cima, onde estávamos nós, o leito do rio, com seu fundo raso cheio de pedras e bancos de areia, e a corredeira da Morna no meio, somente permite o tráfego de catraias, ou, o que é mais comum, dada a pobreza reinante por aqui, de canoas, a chamada piroga ou montaria. Os distintos rapazes da marinha comercial chegaram em duas viagens realizadas na lancha automóvel do vapor, uma maravilha de barco esse Rio Branco, rasgando ao meio as águas limpas do rio com seu possante motor de popa, levantando ondas até a margem. Iam passar o dia inteiro em Clevelândia e, à tardinha, retornariam para a base. Dia de festa completo na colônia, com direito a abate de boi e tudo; papai não podia perdê-lo. Somente recomendou-me: *"Filho, não tire os olhos de sua irmã."*

Restou-me seguir seu conselho e acompanhar minha mãe ajudando a carregar a trouxa, mas eu não desgostei de tudo não. Ela já havia prometido levar aos conhecidos uma porção de mandioca e milho junto com o frango que também levávamos, produtos da nossa roça, e aproveitaria para trocar uma outra parte no comércio local por mercadorias como arroz ou banha. Na ida fomos a pé, pela picada, mas havia a promessa de que se ficasse muito tarde poderíamos voltar de piroga, e isso me animou muito.

Martinica era de menor tamanho e aparentava ser bem mais pobre do que Clevelândia. Eu morava numa vila planejada, com escola, capela, um hospital, bem pequeno é verdade, quase só uma enfermaria, mas que funcionava, pelo menos até a chegada dos presos. A vida para a gente começou a piorar no fim de 1924 quando chegaram do sul do país centenas de prisioneiros. O núcleo não comportava tanta gente, não havia moradia para todos e os serviços de transporte, do hospital e do telégrafo começaram a ficar saturados. Antes, até que as famílias tinham um pouco de assistência para arrumar e trocar as ferramentas, vender o que sobrava da colheita, e liberdade para sair e vender os produtos diretamente do lado francês, onde pagavam bem melhor, em francos. Desde abril

de 1925 porém, a administração do núcleo passou a proibir com pena de prisão a saída sem vistoria de barcos para Saint Georges, na Guiana. Para algum morador do núcleo atravessar para a outra margem só com a autorização do diretor, o engenheiro Gentil Norberto, que pouco parava por ali, e isso com a maior burocracia.

Com essa mudança toda, alguns colonos seguiram para Martinica, vilarejo que na época não passava de um amontoado de cabanas ao longo do rio e um punhado de casebres mata adentro. Além do atracadouro, existia também um posto dos Correios e, o mais importante, o Cartório onde eram feitos todos os registros civis da circunscrição do Oiapoque. Creio que isso tenha dado novo ânimo ao povoado, que passou a ser um centro de atração das pessoas da redondeza e trouxe comerciantes de fora que lá se instalaram. Nossos amigos vieram nessa onda e foram trabalhar na usina de extração da essência do pau rosa, recém montada ali pelo seu Teodoro Leal.

Com o passar dos anos, descobri que o que havia de melhor em Martinica eram as festas e as farras noturnas. Ô diversão danada de boa. A moçada vinha das imediações, a pé ou em suas canoas, e atracava ao lado da casa do Emile onde sempre aconteciam os arrasta-pés. Depois apareceu um clube novo, instalado em 1925 e chamado de "Recreio da Mocidade". Foi atrás dessa diversão que a sapeca da minha irmã pediu para dar uma volta e seguiu em companhia de outras duas amigas, uma colega do núcleo e uma índia mestiça, filha de mãe *Galibi* e pai seringueiro, fingindo ir ver o luar que não havia na beira do rio. Como que por milagre, numa dessas coincidências que ninguém engole, no fim da tarde aportou no pequeno trapiche de madeira do povoado a lancha automóvel com seus marinheiros barulhentos em rebuliço. Também pudera, três moças bonitas acenando para eles, e logo os pares ficaram completos. Vi uma revoada de garças azuis acompanhar a lancha desaparecendo curso abaixo, mais leve, como que movida pelos gritos masculinos de encorajamento dos que nela ficaram.

Não demorou muito e os casais abandonaram a clareira do portinho e seguiram pela trilha, que ora beira as barrancas do rio ora se afasta mata adentro, guiados pelo perfume da mata na noite que caia. Um dos casais afastou-se e pude vê-los rolando barranco abaixo entre risadinhas maliciosas, num jogo que lhes parecia ser bem gostoso e divertido, até parar na prainha de areia clara formada em uma das enseadas do canal. Os outros continuaram o caminho, agora já bem escuro. Segui-os. Pareciam envolvidos pelos ruídos estridentes que se ouvem ao anoitecer: cigarras, biguás, araras, sapos, até onças, são os bichos da selva anunciando o toque de recolher. De dentro da mata, o canto agudo do uirapuru

calava os demais, só não calava uma outra melodia e uma batida constante, que eu nunca escutara antes.

Enquanto avançava pelo caminho, seguindo-os de longe, ficava mais próximo o som de uma música gostosa, dançante, que fazia mexer as cadeiras de minha irmã lá na frente. Um ritmo cadenciado, tão lento quanto o xote e o baião conhecidos meus, mas mais suave, mais balançado, menos quebrado. Foi quando avistei quatro tochas iluminando a frente de uma cabana de madeira e ao lado dela um galpão aberto, alto e coberto. O lugar era circundado por enfeites de palha de açaí trançada com pequenas cabaças que, dependurados no teto, caiam até a altura dos joelhos como uma cortina, permitindo ver por baixo deles as pernas nuas das mulheres se movendo numa dança sinuosa junto aos seus pares. Os dois casais apenas haviam alcançado a clareira na entrada, onde quatro homens negros moviam todo o corpo sem sequer tirarem o pé do lugar, ao som da gaita de pife tocada por um senhor mais velho sentado num tronco. Lá dentro, enquanto a cortina balançava, pude ver pelas frestas umas dez ou doze pessoas se divertindo na penumbra formada pelo clarão das tochas externas.

Essa era a agitada casa de Emile, um negro alto e forte dono de uma cabeleira grisalha bastante espessa, com pouco mais de 50 anos nas costas, mas ainda bastante ágil para a sua idade. A turma do Emile, um dos pioneiros na região, deve ter aportado ali na primeira década de 1900, quando a conquista da soberania brasileira sobre o norte do Amapá interrompeu o comércio do metal dourado com os receptadores franceses. Emile foi um desses que vieram tentar a sorte no garimpo de ouro que migrava em direção ao alto Oiapoque após o esgotamento dos veios do Cunani.

*

A antiga disputa pelo controle econômico da produção e comércio dos garimpos entre os brancos franceses e brasileiros afetou a vida dos moradores há mais tempo estabelecidos no Amapá. Os que mais sofreram foram os remanescentes dos índios *Waiãpi*, que assustados com a perseguição em suas terras e o estupro das mulheres da tribo, fugiram em direção ao médio e alto rio Oiapoque. Mas os negros *creóles* e os brasileiros que lá habitavam, também não escaparam ilesos desse conflito.

As áreas lindeiras ao rio Cunani bem no meio da região aurífera foram freqüentadas por negros brasileiros que, fugitivos da escravidão no Pará,

principalmente das fazendas em Salgado e Cametá, migravam em direção à Guiana Francesa. No transito, encontravam outros negros já estabelecidos em clareiras na selva, vivendo em comunidades de economia coletiva. Estes mocambos, povoados tanto por escravos fugitivos brasileiros como pelos negros *creóles* provenientes da Guiana Francesa em busca de terra para plantar e viver, foram sendo erguidos ao longo de centenas de anos. A região litigiosa sem soberania definida era um lugar privilegiado para a fixação dessas povoações errantes.

Por outro lado, com o fim da escravidão negra na França em 1848, sobrava gente livre nas ilhas do Caribe francês, e o governo forçava a saída desse excedente de ex-escravos dando-lhes barco, dinheiro e até víveres para alcançarem a costa da Guiana. A maioria, caçadores de tesouros, vinha atrás da febre do ouro iniciada a partir de 1860. Outros imigrantes com suas famílias vinham em busca de terras boas para a lavoura, o que nessa zona equatorial do litoral, tomada por mangues e pântanos, é quase impossível de se conseguir.

Esses imigrantes anteriores, da Martinica, de Guadalupe e principalmente da ilha de Santa Lúcia, ao chegarem na costa da Guiana se sentiram em ambiente familiar, falando a mesma língua, o *patois creóle*, dialeto francês dos negros antilhanos, e vivendo da pesca e da roça de subsistência. E assim, nas últimas décadas do século XIX, sucessivas migrações foram povoando toda o litoral das Guianas. Entre essa turma de imigrantes, grupos de *créoles* antilhanos também foram descendo a costa em busca de assentamentos até alcançarem a antiga Guiana Brasileira, onde outros imigrantes caribenhos já viviam desde anos após o fim da escravidão nas colônias francesas. Uns foram para o rio Approuague, na Guiana Francesa, outros para o rio Oiapoque, na fronteira brasileira, e outros para o rio Cunani, no interior do Amapá. Mas a cobiça rápido se espalha no sangue das gentes e logo, a maioria dos homens deixou este último mocambo da vila de Counany para garimpar na bateia os igarapés afluentes do Cassiporé, do Calçoene e do Cunani, atividade dominada pelos crioulos guianenses. *Le coleur*, o minério reluzente, era o sonho do sucesso e da riqueza de muitos: ex-escravos, aventureiros franceses e brasileiros, prisioneiros fugitivos da Guiana, e assim, milhares de garimpeiros infestaram aquela região.

Logo no início do século XX, uma imigração caribenha mais recente alcançou a costa da Guiana Francesa. Em meados do ano de 1902,

primeiro em Saint Laurent do Maroni e depois em Caiena, em frente ao famoso presídio colonial francês, aportaram algumas centenas de martiniqueses. Eram imigrantes fugidos da dura vida das plantações de cana e da miséria que tomou conta da ilha após a erupção do vulcão Pelée, que soterrou a antiga capital da Martinica, a vila de Saint Pierre.

Com a soberania brasileira sobre o novo território da União, recém conquistado em 1900, foram instalados dois postos fiscais, um na vila de Amapá e outro em Ponta dos Índios, antiga Demonty, na saída da barra para a baía do Oiapoque. A repressão ao contrabando causou enorme diminuição no garimpo regional provocando uma dispersão da população flutuante dessa área. A vida no mocambo de Counany também perdeu muito de sua autonomia e vários *creóles* retornaram para a Guiana, alguns se instalando nas margens do rio Oiapoque.

*

A turma de Émile aportou primeiro na foz do Oiapoque, mais precisamente em Demonty. Ao contrário de outros, eles não provinham dos garimpos do Amapá, vinham do norte, de Caiena e tinham emigrado da Martinica francesa. Era um bando de antilhanos, famílias inteiras navegando em veleiros e carregados de mercadorias e víveres, homens, mulheres e crianças, chegando em busca da aventura do ouro no alto Oiapoque. A estadia deveria ser só uma breve parada, um pouso para abastecimento e também uma pequena base na foz do rio, entre a região do garimpo e o transporte de volta para a costa. Muitas pessoas desse grupo, Émile incluído, sentiram-se bem naquele beira rio tranqüilo e pouco povoado, amaram o lugar e resolveram se estabelecer por ali.

Um outro grupo de povoadores ali chegou por outro lado. Ex-quilombolas do Cunani, vinham com suas canoas acompanhando o curso alto do Cassiporé em direção à sua cabeceira. Atravessaram as matas verdes acinzentadas das colinas da Serra Lombarda até alcançarem a planície do Oiapoque, descendo as nascentes da outra vertente pelo rio Crecóu que deságua na altura de Clevelândia. Nessa leva chegaram, que eu saiba, o Manoel Pereira, sua mulher a Dona Raimundona, que depois se tornou amante do Émile, a Francina, a Ângela, o Patrocínio e o Martinho. Creio que o grupo tenha sido maior, não sei se os outros também vieram do Cunani, mas no pé do monte Sibéria, na beira do Pontanari já moravam outras famílias. Lembro-me de João Paulino, Manoel Teodoro e Cipriano, vivendo com umas índias, mas devia haver outras famílias ou grupos em que se misturavam índios, *creóles* e caboclos brasileiros.

Imagino que o lugar deveria ser freqüentado por muitas outras pessoas. É um sítio bastante habitável, com clareiras na mata, água abundante, muito curimã e filhote para se pescar e próximo a Saint Georges, no lado francês. Esta é uma pequena vila, uns setecentos habitantes, com casas bem construídas de madeira e telhados de zinco em estilo chinês. Sempre funcionou como entreposto comercial feito por uma meia dúzia de casas de comércio, a maioria delas controladas pelos chineses, suprindo aqueles que ousavam subir o rio Oiapoque. Digo ousar pois a partir de onde está Clevelândia, as águas tornam-se cada vez mais turbulentas formando corredeiras perigosas nas sucessivas cachoeiras existentes rio acima. A primeira, a Grand Roche, muito bonita, com um desnível de dez metros, domina o curso de margem a margem e é muito difícil de ser atravessada. Quem domina essa navegação com maestria são os negros *Saramaka*, que, com suas pirogas resistentes e seus braços poderosos são, de longe, os melhores canoeiros de todas as Guianas, e sobem o rio Oiapoque até alcançar suas nascentes, nos afluentes do Camopi.

*

Os *Saramaka* fazem parte de uma das tribos mais estranhas que povoaram as margens do Oiapoque. Montaram comunidade em Tampac, um vilarejo entre Ponta dos Índios e Saint Georges, onde vivem desde as duas últimas décadas do século XIX. Descendem dos antigos *bush negroes,* escravos trazidos para o Suriname ainda na primeira metade do século XVIII e que fugiram do cativeiro embrenhando-se selva adentro. No interior da selva equatorial montaram comunidades independentes dividindo-se em 6 diferentes tribos. Em algumas aldeias se mesclaram aos índios nativos e outros povos nômades como eles que perambulavam pela grande área das Guianas, principalmente nas cabeceiras dos rios que afluem para o Atlântico. São muito diferentes dos crioulos da costa porque nunca foram submetidos à civilização cristã ocidental. Enquanto os *creóles* permaneceram cativos até o fim da escravidão recebendo a influência cultural do colonizador, ou fugiram isoladamente para formarem quilombos mistos, os *Saramaka* conquistaram a liberdade enfrentando o branco holandês durante mais de cinqüenta anos de guerrilha até serem aceitos como homens livres. Criaram nestas condições, um modo de vida, uma nova cultura africana na América, muito particular, influenciados e influenciando os nativos da selva.

Na década de 1920, esses *bush,* moradores da aldeia de Tampac no Oiapoque, viviam ainda de forma tribal, andando somente com uns *camumbés*, espécie de tanga feita de chita, cobrindo somente a genitália. Os homens usavam nas pernas e braços imensas pulseiras e tornozeleiras de ferro e prata que realçavam seus músculos. A economia na comunidade era coletivizada e hierarquizada em torno do chefe da tribo, o *kabitêni*, e socialmente organizada, em termos morais, por um conjunto de membros, o *bêé*. Este último grupo da tribo é, entre outras coisas, responsável pelas decisões sobre os matrimônios. A sociedade *Saramaka* tem algumas particularidades interessantes. No que toca às uniões entre os membros da tribo, permite a poligamia masculina mas não a feminina. As mulheres casadas descobertas com outro homem, se acusadas publicamente de adultério, são constrangidas ao divórcio num julgamento acompanhado pelos *bêé* de cada casal. Em seguida à separação, as mulheres são obrigadas a um longo período de abstinência sexual até se casarem novamente. Os homens, todavia, tem ampla liberdade sexual dentro e fora das aldeias. Podem ter várias esposas ou uma esposa e outras amantes e não existe o conceito de adultério masculino. Costumam trazer mulheres de fora da tribo para viverem com eles, especialmente as mulheres *creóle* da costa, consideradas por eles como as mais bonitas, mas não desprezam também as mulheres de tribos índias.

Ao longo dessas centenas de anos vivendo na selva, além da extração na floresta e da lavoura na comunidade, os *Saramaka* especializaram-se na derrubada de árvores nobres e no envio das toras rio abaixo, para vendê-las na costa. Com esse conhecimento da lenha nativa e de suas qualidades, tornaram-se mestres no talho de madeiras, produzindo os melhores móveis e o melhor artesanato de toda a região. Fabricam pequenas ubás, bancos, mesas, cadeiras e outros materiais que vendem aos franceses ou trocam por alimentos, armas e ferramentas. Por causa dessa habilidade em esculpir, cuja técnica dominam há centenas de anos, constroem também as melhores pirogas de imbaúba que se conhecem. Tendo os melhores barcos e sendo os melhores canoeiros, tornaram-se respeitados, controlando a navegação em direção às minas do alto Oiapoque. Quem quer vender o ouro que garimpa nos igarapés do Camopi, lá no meio da selva, tem que recorrer a estes negros, intermediários entre os exploradores e os compradores em Saint Georges e no resto da costa.

Um homem adulto dono de um barco emprega, geralmente, outros dois ou três rapazes para ajudá-lo na difícil remada rio acima para vencer as corredeiras. Quando sobem o rio no trabalho de carregamento do ouro, em grupos de duas ou três canoas, vão sempre solteiros, sem suas mulheres, permanecendo várias semanas fora da aldeia. Nessas viagens, estabelecem-se insólitos casamentos. De Camopi para as nascentes na Serra do Tumucumaque situam-se as aldeias que restaram dos *Waiãpi*, tribo de descendência distante dos *tupi-guarani*, formada por índios que são tidos por outros povos como bastante reservados. Antigamente, no fim do século XVIII e início do XIX, viviam mais próximos ao mar, desde a confluência do rio Jarí com o Amazonas até os campos ao norte de Macapá antes de alcançar o Araguari, mas com a colonização da área pelo homem branco e a futura descoberta do ouro, sofreram todo tipo de atrocidades. Segundo a tradição oral *Waiãpi,* antigamente seu povo vivia em Mairi, a atual fortaleza de Macapá, construída pelo herói mítico criador *Ianejar.* Seu Deus maior morreu pelo mal lançado sobre a terra e provocado pelo contato desastroso com os brancos brasileiros. Esse evento trágico os fez deslocarem-se sucessivas vezes, sempre mata adentro em direção ao oeste. Assim alcançaram a região da nascente do Oiapoque, ao pé das montanhas Tumucumaque, onde vivem até os dias de hoje.

Em suas viagens de comércio os *Saramaka* eram bem recebidos nessas aldeias *Waiãpi*, em cuja tradição havia o costume de oferecer as mulheres aos visitantes. Os fortes homens negros de cabelo crespo como palha, com colares de conchas pendurados no tórax e cintas de metal envolvendo os membros, provocavam o desejo feminino e muitas vezes as índias juntavam-se voluntariamente a eles. As práticas sexuais na cultura *Waiãpi* não se realizam, como preferencialmente ocorre na cultura ocidental dos grupos brancos ou na dos negros africanos, através da submissão da mulher ao desejo masculino. A mulher *Waiãpi*, apesar de ser absolutamente explorada pelos homens no que concerne ao trabalho braçal, é livre para manifestar seu desejo sexual; é ela quem escolhe os pares e tem postura ativa na relação. Tampouco os casamentos são mantidos através de uma estrutura econômica de dominação do homem sobre a mulher, ou seja, a tradicional forma de deveres matrimoniais em troca do sustento. Assim, nesses encontros de diferentes etnias do alto Oiapoque, muitas índias desejosas dos *Saramaka* à noite ofereciam-lhes as suas redes. Para estes homens vivendo sob a influência dessa antiga cultura afro-americana, encontrar

no meio de suas longas viagens mulheres carinhosas, amantes sedutoras, e que, além de tudo, trabalhavam cozinhando para eles, era um deleite.

Em alguns casos, desses encontros ocasionais sucederam uniões interétnicas, em que algumas mulheres, não querendo abandonar o macho conquistado, seguiam-no em seu retorno à costa. Em outros casos sucedia o contrário. Um canoeiro, desejoso da mulher com quem passara a noite, raptava-a caso ela não aceitasse ir voluntariamente com ele. Sabe-se da existência de confrontos entre os índios *Waiãpi* e os negros *Saramaka* pela posse de mulheres da tribo. Em algumas épocas, os conflitos foram tão fortes que chegarem a haver guerras e massacres entre os grupos rivais. Esses negros polígamos, num passado não tão distante, costumavam roubar mulheres das aldeias indígenas para aumentar seu número de esposas, ou ainda, em alguns casos, simplesmente fazer dela sua nova escrava e amante.

A cultura desta tribo *bush* aceita casamentos interétnicos mesmo isso não sendo um fato comum, principalmente quando o é com os índios das florestas, desde que a pessoa de fora passe a seguir também seus costumes e crenças. Os *Saramaka* não bebem, a não ser em celebrações coletivas (também não é uma regra), não fumam e cultuam as divindades da antiga cultura africana *Ashanti*. Segundo essa crença, os efeitos de um ato imoral praticado por uma pessoa qualquer da tribo serão sentidos pelos seus descendentes maternos, em futuras visitas dos espíritos vingadores. Trata-se do maligno *Kunu* que acompanhará a futura descendência daquela que romper a tradição da tribo. Além disso, na cultura matrilinear dos *Fanti-Ashanti*, a criação e educação dos filhos cabe à família materna. Contudo, em circunstâncias excepcionais como a de uma estrangeira chegada à tribo sem família, o pai pode assumir parte da responsabilidade educativa com os filhos.

*

Num desses encontros do destino, uma índia *Waiãpi* abandonou sua aldeia nativa no alto Camopi vindo com o namorado negro para estes lados do baixo Oiapoque. Passou a ser chamada pelo nome de Sa'e, a que partiu, e assim ficou conhecida entre os *Saramaka*. Sa'e estava disposta a acompanhar seu homem, talvez não imaginasse as dificuldades de adaptação ao novo meio, mas mesmo assim o seguiu. Seria sua amante e possível esposa. O *bush* já estava casado com

uma negra de Tampack há cinco anos, idade em que os homens da tribo começam a trocar suas mulheres. Construiu uma palhoça para ela, onde vivia só. Em Tampack, os homens mantêm diferentes casas para cada mulher que têm. O que Sa'e não esperava, e também não sabia, é que estava grávida. Deu a luz a uma menina que foi chamada por ela de Sa'i Pani. A criança era realmente muito linda e o negro canoeiro apegou-se à filha que muito lhe assemelhava. Mas, as imensas diferenças de costumes entre ambos, com o tempo, o fizeram não procurar mais a mãe, preferindo deitar-se com suas outras mulheres.

Sa'e, como costume da tribo, deveria permanecer sem fazer sexo até se separarem definitivamente. O adultério é terminantemente proibido até a separação definitiva que pode levar anos. Eu ouvi falar que muitas mulheres *Saramaka* suportam a ausência do marido masturbando-se regularmente e algumas até criam fantasias sexuais usando bananas. Nesse caso, quando são descobertas passam a ser ridicularizadas pela tribo. Porém, só a masturbação não era um costume que a índia *Waiãpi* suportasse e ela fugiu com um seringueiro brasileiro, levando consigo a menina que nessa altura já devia ter uns 7 anos de idade. Foram morar na margem brasileira do rio, ao pé do monte Sibéria, área de extração da seiva das seringueiras e da essência do pau rosa, onde já viviam outros homens. Sa'e nunca mais se casou e teve vários outros namorados com os quais teve outros filhos e filhas.

Pani era rejeitada, bem, não sei se podemos falar exatamente em rejeição, mas com certeza era maltratada pela mãe, trabalhando como se fosse uma escrava dos seringueiros, carregando os enormes cestos cheios de látex e balata retirados da selva. Quando menina já crescida, com sua formosura, naturalmente passou a atrair a atenção dos homens do lugar que se divertiam em bolinar as mocinhas índias em troca de agrados e pequenos passeios. Nas conversas que tive muito tempo depois com Pani – mais tarde nos tornamos amigos – ela disse-me que apesar de na época não compreender direito a situação, o contato com os homens geralmente bêbados, não gostava deles, do trabalho incansável e tinha boas lembranças do lugar em que vivia quando pequena. Um dia, já adolescente, lavando roupas às margens de um igarapé do Pontanari, foi reconhecida por um homem *Saramaka* que remava perdido com sua piroga em busca de imbaúba boa para esculpir. Foi imediatamente capturada por ele, que a levou de volta para a comunidade em Tampack onde reencontrou seu pai e foi viver sob os cuidados da família do chefe local, o *grande man.*

Pani cresce e torna-se uma atraente morena de pele lisa e escura mas não negra, da cor do chocolate, e de cabelos castanhos bem escuros, soltos e encaracolados,

com leves mechas avermelhadas nas pontas pelo efeito do sol. Os cachos envolvem os contornos do suave rosto oval, marcado pelos brilhantes olhos negros levemente puxados e pela boca carnuda da qual salta um gracioso sorriso branco. Moça de espírito alegre e atraente beleza viva, rapidamente adaptou-se aos costumes da comunidade compartilhando a vida comum com as jovens da tribo. Porém, nenhum homem a pretendia e a queria em casamento com receio da maldição dos espíritos que, ao que parece, sua mãe havia provocado.

O espírito maligno que a assistia seria a herança deixada pela mãe quando de sua fuga da aldeia com o seringueiro brasileiro. Ao abandonar a aldeia com outro homem levando a filha, Sa'e rompeu com a tradição tribal, incorrendo num ato imoral que, para os *Saramaka,* marcará para sempre sua linhagem. Pani podia viver entre eles e até era muito bem aceita, mas ninguém tinha coragem de se casar com ela e correr o risco de ter seus descendentes perseguidos pela maldição.

Ignorada pelos homens do lugar, Pani conheceu Clement, um interessante crioulo vindo de Caiena, comerciante de baunilha, cerâmica indígena e artesanato, que se apaixonou por ela. A jovem correspondeu a esse amor e passaram a viver um romance que acabou em casamento. Pani e o marido foram viver na capital da Guiana. Freqüentaram o ambiente da colônia, a sociedade dos oficiais brancos e dos representantes *creóles* no governo e, após alguns anos, a moça, já mulher, se transforma. Estudando, passa a falar o francês, além do português que conhecia um pouco, e os dialetos *waiãpi* e *saramaka* que também entendia muito bem. Com o domínio das línguas e o seu jeito doce, quando se fazia necessário uma intérprete, era muito requisitada pelos serviços da cidade para resolver pequenos desentendimentos ocorridos com a variedade de dialetos locais. Sua graça também abriu as portas para o marido entre os comerciantes chineses de Caiena, que dominavam os negócios de bebida, fumo e drogas.

*

Em 1925, Caiena era uma cidade de menos de 12.000 habitantes, onde convivia um rebanho misto de brancos franceses, oficiais a serviço da administração colonial francesa, alguns *creóles* que ascenderam socialmente com a política local, prisioneiros *liberés* provindos da metrópole e a maioria da população, formada por negros e mestiços, proprietários de pequenas lavouras ou trabalhadores explorados na cana-de-açúcar e, sobretudo, nos garimpos de ouro. Cidade colonial decadente – só sobrevivia às custas da exportação do minério – sua

existência passou a ter significado devido ao perverso sistema penal lá implantado. A vida na cidade girava em torno da provisão e manutenção dos quatro presídios em vilas da Guiana, dos dois campos de internamento na selva e das colônias penais existentes nas ilhas Saluté, entre elas a conhecida Ilha do Diabo.

O *liberé* é aquele prisioneiro que uma vez cumprida a sentença imposta pelos tribunais, é obrigado ainda, segundo a lei, a permanecer na colônia francesa, como um homem livre, por um período de tempo igual ao que foi sentenciado. É a chamada *doublage*. Um *liberé* está livre para circular por todo o território da Guiana, porém não tem o passaporte necessário para embarcar nos navios que fazem a navegação costeira com outros países, nem para permanecer nas cidades de fronteira. Somente pode sair da Guiana como clandestino ou comprando um passaporte falsificado. Por isso, em Caiena, dada a inexistência de trabalho que não fosse o garimpo nas minas, havia um grande comércio de pequenos trambiques realizados pelos detentos *liberés* para conseguir os francos necessários para a fuga. Expirada a *doublage,* o que não era fácil de acontecer, finalmente recebiam novamente o visto francês. Muitos desses presos, já velhos, desistiam de retornar à França, ou por falta de dinheiro para viajarem ou com medo de nunca mais se adaptarem à vida na Europa e, então, vendiam seus papéis no mercado negro da colônia.

*

O marido de Pani participava também do comércio ilegal de passaportes que lhe rendia bons trocados. Conhecia muitos prisioneiros franceses e outros tantos *liberés*, ajudando-os a alcançarem a liberdade em troca de dinheiro. Uma das rotas de fuga acontecia pela costa brasileira, via Saint Georges. Em toda a vila havia somente um *gendarme* negro cuidando da segurança da estação telegráfica. O aparelho foi levantado em 1923 e enviava e recebia mensagens, via cabo marítimo, até Paris. Único telégrafo existente em toda a região do Oiapoque, atendia também o lado brasileiro, pelo menos até meados de 1925 quando foi montado um serviço telegráfico em Clevelândia. Assim, alguns poucos presos fugitivos, que conseguiam escapar pela selva do encalço dos índios caçadores de homens em troca de recompensa, encontravam refúgio em Saint Georges e redondezas. Entre estes *chasseurs d'hommes*, como eram chamados, encontravam-se também alguns *Saramaka*, que faziam a busca das cabeças a prêmio na fronteira com o Suriname.

Em agosto de 1923, durante a construção da estação de telégrafo na fronteira, Clement conheceu alguns prisioneiros através de Paul Souttá, ex-prefeito de Saint Georges e atualmente comerciante comprador das prestigiadas redes de penas *quiçauá-êta* produzidas pelos índios *Abanaré*. Clement manteve um contato mais estreito com Moisés, um forçado francês que já havia servido na guerra da África colonial e agora cumpria quinze anos de pena na Guiana. Mantinha a obsessão em fugir para provar sua inocência. Fora sentenciado injustamente sob a acusação pelo roubo de patentes de propriedade do Exército, as quais de fato havia sido ele o inventor. Naquele tempo, o governo brasileiro era tolerante com a fuga de franceses que, ultrapassando o posto de fiscalização em Ponta dos Índios, alcançavam a liberdade. A partir de meados de 1925, com a implantação do campo de prisioneiros em Clevelândia, uma mão lavando a outra, os governos da França e do Brasil acordaram impedir os fugitivos de ambos os lados a irem adiante dentro de seus territórios.

Sei que os dois comerciantes *creóles* agenciaram para Moisés, em troca de uma soma de francos, um barco brasileiro contratado para levar seis fugitivos em uma viagem pela costa atlântica até o Amapá. A travessia da imensa baía do Oiapoque é bastante difícil e perigosa. Em direção à Guiana, a passagem causa menores problemas pois os barcos seguem o desaguar do rio de forma contínua, acompanhando a costa. Já, no sentido brasileiro é necessário contornar um extenso cabo que avança mar adentro se afastando até 8 milhas da costa. Trata-se de um mar grosso de lama com um forte vento de maresia soprando na direção do mar para a terra, levantando ondas de até dois metros de altura na saída da barra. O barco contratado não suportou o peso de todo o grupo e naufragou em oceano aberto. Nunca mais viram ou ouviram falar de Moisés. Se ele teve muita sorte e conseguiu alcançar a costa atlântica, escapando dos tubarões ao largo, dificilmente superaria a terra alagadiça ao longo de dezenas de quilômetros, onde se formam areias movediças nas quais muitos fugitivos foram tragados. A floresta úmida equatorial indomada continua sendo um obstáculo à sobrevivência de quem não conhece seus segredos.

Com todos esses variados negócios prosperando, Pani e o marido passaram a viver em uma ponte entre Caiena e Martinica, onde, aproveitando o crescimento da vila, montaram um pequeno comércio local próximo à casa de Emile. A navegação entre a capital da Guiana e Saint Georges é feita pelos vapores costeiros da France Navigation, que cumprem a linha Saint Laurent du Maroni – Saint Georges, com escala em Caiena, uma vez por semana. Fora o *bateau* comercial francês, há o serviço de catraieiros avulsos que fazem a ligação com a

costa, sempre com o risco de entornarem o barco na saída da barra. O acesso ao Oiapoque não é assim tão difícil. Caro e seguro se for feito nos vapores, barato porém bastante perigoso se feito nas catraias.

Naquele fim de semana, Pani encontrava-se sozinha em Martinica; chegara no vapor da semana retrasada sem o seu marido, que fora negociar as peças de cerâmica dos índios *Palikur*, na região do médio Uaçá. Domingo à noitinha, hora de descanso e de fugir do ataque dos mosquitos carapanãs, foi ao baile organizado pelo seu velho conhecido. Perfumada com a essência de citronela, dançava a *biguine* ao som dos tambores crioulos e da gaita melodiosa de Emile, quando minha irmã ingressou no recinto. Os dois marinheiros que vieram junto ficaram boquiabertos com a beleza daquela mulher enfiada num vestido rendado de alças trançadas com pequenos detalhes de penas coloridas, deixando à mostra o volume dos seios que balançavam junto ao colar de pequenas conchas e pedras reluzentes, enquanto o corpo sacudia ao som daquela típica salsa martiniquenha, muito parecida com a nossa atual lambada.

A amiga índia de minha irmã abordou a jovem dançarina, conhecida de sua mãe, apresentando-a ao grupo. Elas serviram-se de *tafiá*, o rum branco da Guiana, a cachaça deles, misturando-o com suco de graviola, um coquetel habitual de nossa região. Encontravam-se ali também, rebolando os quadris ao ritmo caribenho, duas jovens dançarinas *doudou,* as crioulas da Guiana que vendem o corpo bonito por 40 francos e alguns drinques aos homens necessitados de amor. Vindas de Caiena em busca de novos mercados, normalmente apareciam à noite no bar do Ho-A-Chuck, um chinês da capital instalado na vila de Saint Georges. No sábado anterior haviam atravessado o canal seguindo para a festa no Recreio da Mocidade, onde tentaram fisgar algum marinheiro brasileiro.

Nesse local funcionava o bordel controlado pelo João Arthur, preso carioca enviado a Clevelândia que não se sabe como, fugiu e montou a boate. A casa era freqüentada por alguns prisioneiros da colônia, malandros e vigaristas, que gozavam de privilégios no núcleo, amparados por outros funcionários corruptos chefiados pelo Silvino de Souza, valentão metido a almoxarife. Esses malandros extorquiam dinheiro de outros presos e, às vezes, até dos próprios colonos matutos, sob o olhar complacente de alguns soldados, com quem depois o dividiam. E dividiam também o gosto pelo jogo e pelo sexo com as putas. Na casa de João Arthur trabalhavam também duas polacas branquinhas vindas de Belém, algumas mulatas e outras tantas meninas, índias e caboclas de dezesseis, quinze e até doze anos de idade, entregues pelos pais moradores desse interior isolado de florestas, com a promessa de um bom casamento que nunca chegará.

Nesse domingo, as dançarinas negras divertiam-se ao som do *kasecó* crioulo de Émile até surgirem os dois homens dentro do uniforme branco. Carne nova, rica e de boa qualidade. Lentamente, foram aproximando-se e cercando os marinheiros para desespero de minha irmã e sua amiga que parece não terem gostado nada daquela insinuação. Nessa altura, minha irmã largou o pretenso namorado, deixando-o dançar com as *doudou*, enquanto saía pelos fundos da casa em companhia de Pani. Seguiram uma trilha curta que levava em direção à pequena praia existente duzentos metros adiante. Tudo aconteceu muito rápido, e eu, deitado lá atrás no chão de terra nos fundos do galpão, escondido entre caixotes cheios de jabuticaba, graviola e cajás, vi, estupefato, toda essa cena, não entendendo mais nada e ainda julgando minha irmã uma baita de uma cornuda, quando lembrei da ordem do meu pai e saí correndo atrás dela.

Chegando à praia, avistei quatro vultos aproximando-se das duas mulheres. Minha irmã correu na direção deles abraçando o mais novo, que parecia estar muito doente. Pude reconhecer o menino Adhemar, que havia apenas completado quinze anos de idade. Em seguida, minha irmã cumprimentou os outros que aparentemente já conhecia. Apresentou-os a Pani: eram os jovens Adriano Augusto, Domingos Braz e o senhor Biófilo Panclasta. Domingos era conhecido nosso pois acompanhava sempre o professor José Alves do Nascimento quando este vinha até nossas casas ensinar os velhos a ler e escrever e ajudava também os mais jovens a fazer as lições de casa da escola primária de Clevelândia que logo fechou. Era um sujeito atencioso e prestativo, interessado em ajudar os colonos, como aliás, todos aqueles que faziam parte da turma deles. Porém confesso, era também meio esquisito, tinha um olhar profundo meio atormentado e vivia sozinho, recitando repetidas vezes poesias que escrevia. Foi através de uma dessas poesias, por sinal, muito bonita, que eu descobri a existência do anarquismo. Até hoje guardo o opúsculo, *Dos meus momentos de lazer*, que Domingos enviou para minha família de Belém quando conseguiu fugir da prisão. A que eu mais gosto é esta, *O Exílio*:

"Na negra solidão deste degredo infindo.
Neste recanto agreste, onde a Malária impera,
Numa angustia ferina e atroz que desespera,
A vida, a pouco e pouco, esvai-se, além, sumindo.

Em meio à mata brava a Razão prolifera,
Medra, se concretiza e alegre vai florindo.
O Vergel do futuro, esperançoso e lindo,

Com os frutos da Verdade acena a quem espera.

Saudoso e revoltado, o coração ferido,
Prosseguirei na luta heróico e destemido,
Bradando altivamente: Abaixo a Tirania!

Além, já se divisa o Sol da Redenção
Que um passo marcará na humana Evolução!
- É o sol da Liberdade; a sublime Anarquia!

A anarquia, a liberdade, a redenção, a verdade, o fim da tirania e a esperança no futuro, tudo tão lindo. Que futuro, me perguntava, estaria reservado a mim e à minha família, teríamos nós algum futuro.

*

A turma de anarquistas chegou, em sua maioria, em dezembro de 1924, vinda do Rio de Janeiro. A maior parte era formada por tecelões, operários gráficos e da construção civil, mas havia também alguns jornalistas, um professor e um bacharel entre eles, além de cerca de uma dezena de estrangeiros. Foram os primeiros civis a serem presos no sul do país, logo após a eclosão da revolta dos militares dissidentes, chamados de tenentistas, que dominou São Paulo em julho de 1924. Esses trabalhadores anarquistas não tomaram parte diretamente da revolta, nenhum deles pegou em armas, porém, eram vistos pelo governo, pelos grandes proprietários de terra e pelos industriais, ou seja, pelos donos do poder, como perigosos, pois o seu trabalho de propaganda contínuo, participando do cotidiano da população, ao lado dos operários e em relação de igualdade com eles, procurava fazer com que todos se percebessem capazes de conduzir sua vida autonomamente. Pelas suas idéias, os ativistas da anarquia foram os civis mais perseguidos durante o período do estado de sítio decretado pelo Presidente Bernardes. Centenas deles permaneceram presos nos cárceres cariocas e de outras capitais. A Detenção, a Casa de Correção, o navio presídio Campos, as ilhas ao largo da Guanabara, foram o reduto do encontro forçado desses homens idealistas.

*

Depois dessa vivência com o professor Nascimento e os amigos dele, o Torquato, um agricultor amigo da família tornou-se anarquista. De tanto prosear com ele, a mensagem do anarquismo eu também compreendi: no dia em que todos os humanos se afirmassem como donos de sua existência, ninguém mais conseguiria dominar o outro. Esta era a luta contra a tirania que o taciturno Braz, em suas horas de folga, vinha compondo em versos parnasianos e cantarolando junto aos companheiros em hinos de glória aos trabalhadores e de morte aos burgueses opressores. Juro que gostava daquelas idéias e do seu entusiasmo mas os achava tão distantes da realidade possível, da nossa vida perdida ali naquele fim de mundo úmido, longe do que se passava na cidade grande, que apesar de admirá-los, não conseguia deixar de achar aquilo tudo uma caricatura estranha. O meu mundo, desde que me conheço por gente, sempre fora uma imensa tirania. O sol inclemente despedaçando o chão onde nasci; a polícia que meteu os cassetetes em minha família na entrada de Fortaleza; os meninos almofadinhas gozando da minha cara, as famílias da classe média de Belém que nos viam como bichos leprosos na jaula do zoológico; o coronel safado que só queria valorizar suas terras; meu pai que me surrava; minhas irmãs que amarravam as patas dos gatos pendurado-os de ponta cabeça nos galhos das árvores; as mães que faziam as filhas de escravas; os homens mais velhos que se masturbavam esfregando-se nas crianças curiosas; pais vendendo suas próprias filhas em troca de uma ninharia só para se livrarem da despesa; me diga, quantas tiranias não há neste nosso mundão de Deus? Talvez, o grande bem que o contato com aqueles anarquistas me causou tenha sido a promessa que fiz para mim no futuro: seja qual fosse a circunstância de minha vida decidi que nunca seria tirano com ninguém. Não foi fácil, e muitas vezes oprimi companheiros próximos a quem gostava muito; em outras ocasiões, fui muito duro com quem amava demais; e pior ainda, afrouxei as calças para senhores mandões que me empregavam; mas, com certeza, aqueles homens que conheci na infância e o seu ideal de anarquia não passaram em vão pela minha vida.

Voltando à nossa história, Domingos não era somente um home esquisito que escrevia poesias estranhas. Como todos os seus amigos anarquistas, a sua passagem por aqui ensinou como é importante ser solidário com o próximo. O modo de viver desses anarquistas era muito diferente. Deviam ser uns vinte rapazes, talvez trinta ao todo, conheciam muitos outros simpatizantes e isso atraia outras pessoas mais, homens simples que ao serem respeitados enquanto seres humanos dignos acabavam aproximando-se deles. Lembro-me vagamente de um dia, depois me contaram melhor essa história, em que um pedreiro preso, um tal de "Construtor", sempre fazendo pequenas obras para melhorar a vida da vila, atrasou-se para o almoço no refeitório. A vida dos prisioneiros tinha uma

série de regras burras a serem seguidas e uns malandros do Rio, como se fossem guardas, as faziam respeitar sem raciocinar sobre sua aplicação. O raciocínio não era o forte desses homens. Nesse dia, o "Construtor" erguia algumas paredes na enfermaria. Em seu trabalho pensava no uso produtivo dos materiais, dos recursos, para economizá-los, não admitia o desperdício na carência, não podia deixar a massa secando somente porque soaram o sino, e permaneceu lá em seu ofício, usando-a até o fim. Por isso, se atrasou. Tomou uma tremenda bofetada na entrada do refeitório, de um sujeito ruim chamado Coronel Bahia, que lhe arrancou um dente. Muitos se indignaram, mas o único a tomar satisfação do bandido foi Domingos Brás. Tinha 23 anos naquela época: foi posto a ferros bem no meio do campo, noite e dia sob sol e chuva.

Esses rapazes que diziam defender e propagar a cultura anarquista viviam em cabanas construídas por eles mesmos algumas centenas de metros acima do lote em que eu vivia, subindo o curso do igarapé Siparani numa elevação já bem próxima à floresta. Quando chegaram os presos em Clevelândia, não havia lugar para todos. Tiveram que construir suas próprias choupanas. Enquanto não estavam prontas, muitos, para se abrigarem da implacável chuva noturna, dormiam no vão existente entre os prédios públicos da colônia e o chão de terra. Vão de não mais que um metro de altura que servia para impedir a ascensão da umidade do solo e servia também de morada para ratos, lacraias e pequenos répteis, com quem os presos disputavam espaço.

À noite, saindo do seu barracão, o professor José Alves passava sempre em nossa casa e minha irmã gostava muito de ouvir a conversa dele. Ensinava assuntos diferentes, coisas da vida na cidade, falava da nossa História, de porque tantos presos, que nos pareciam ser boas pessoas, terem sido mandados para cá. Falava das doenças que tínhamos e da necessidade de um hospital melhor, de tratarmos a água que bebíamos, de manter a fossa distante da captação de água. Durante todo este ano em que ele esteve conosco, nunca havíamos visto antes pessoa assim tão generosa, tão gratuitamente dedicada. Foi através dele que conhecemos também o menino Adhemar, espécie de mascote da turma, e o jovem Adriano Augusto, outro rapaz curioso com a voluntariedade do professor. No último mês de agosto o professor parou de nos visitar. Ficou muito doente, acabou morrendo logo, lembro bem do triste dia para nós, 15 de agosto.

De julho desse ano em diante, um profundo mal estar abateu-se sobre Clevelândia. Praticamente todo dia morria uma pessoa. Aquilo que suspeitavam ser apenas uma virose isolada atacando os mais debilitados, assumia contornos de epidemia. A região nunca fora sadia. Fora a malária e a febre amarela,

comuns em todas as bandas da Amazônia, no Oiapoque atacava especialmente o impaludismo, o beribéri e as disenterias. É uma região muito pantanosa, alagadiça e os prisioneiros que trabalhavam forçados na selva estavam constantemente com os pés encharcados, o que, com o tempo, faz as pernas incharem criando varizes e enormes feridas. Há o arremedo de hospital, mas ele fora projetado para atender os colonos, não os presos que para cá vieram, e foram enviados mais de mil e duzentos. Faltavam equipamentos e medicamentos, somente duas seringas para atender centenas de enfermos diariamente. O médico responsável pelo hospital, o doutor Joaquim Souza, além de surdo, pouco entendia de medicina. O único remédio que receitava para todos os males era o quinino. Se o enfermo estava delirando de malária, injeções de quinino, se estivesse com disenteria, comprimidos de quinino, se lhe estouravam úlceras nas pernas pelo impaludismo, quinino na ferida. Ora, qualquer nativo do local sabe que feridas não se curam com quinino, que as inflama ainda mais. Curam-se com a copaíba, que é a melhor planta cicatrizante que existe. E o que não falta nas redondezas é a folha da copaíba.

Foram os seringueiros que ajudaram muitos doentes, ensinando o enfermeiro voluntário do Exército rebelde, seu Domingos Patriarcha, a usar as plantas nativas medicinais para aliviar as dores e combater as moléstias. Porém, a epidemia de disenteria contagiosa que se desenvolveu na região não tinha cura. O senhor Oldemar Murtinho, o funcionário do governo que um ano depois foi enviado até Clevelândia para ver o que se passava, disse que foram os soldados presos no Paraná e chegados em junho que trouxeram o vírus. Na colônia, achávamos que a doença era transmitida pela água contaminada que bebíamos. Um *liberé* francês que conheci tempos depois em Macapá, disse-me que disenterias epidêmicas eram muito comuns na Guiana, onde vivia há mais de vinte anos. O relatório oficial do dr. Murtinho apontou 306 mortes causadas pelo bacilo intestinal, e outras 130 pelo impaludismo. Com certeza os mortos foram muito mais. Ao todo creio que tenham morrido mais de seiscentas pessoas somente entre os prisioneiros do campo. Assim que estourou a doença, o chefe Gentil abandonou o barco. Passou o leme ao feroz capataz Deocleciano Coelho que veio para administrar o cemitério, e aqueles que não eram vítimas da doença, tornaram-se vítimas de sua perversidade.

O menino ali naquela praia era uma dessas vítimas. Estava muito doente, vivia em estado febril. Todos sabiam que ele logo morreria se não fosse levado a um hospital melhor equipado, se não fosse bem tratado. Aquele encontro misterioso marcado à noite na beira do rio era uma fuga. E minha irmã, quem diria, minha irmã namoradeira, estava ajudando a organizar a fuga. Duas semanas atrás minha

irmã ouvira a conversa entre os anarquistas, que procuravam alguém para levá-los até o lado francês do rio, onde tentariam seguir para Caiena. Ela comentou isto com sua amiga índia moradora de Martinica sabedora dos antigos esquemas de fuga, mas que agora, com a vigilância intensa dos dois lados da fronteira, haviam sido interrompidos. Os pescadores que eram apanhados transportando detentos fugitivos, tinham os barcos seqüestrados. Disse-lhe porém, ser possível tentar uma fuga segura com a ajuda de uma conhecida de sua mãe que se encontrava por lá. Essa mulher era Pani. A deslumbrante mestiça sabia quem facilitava a entrada de clandestinos na Guiana e acertou todos os detalhes necessários para que nada saísse errado. Seria necessária, porém, uma certa soma de dinheiro, e em francos. Durante uma semana o grupo de companheiros anarquistas vendeu dois relógios, furtou botas do almoxarifado e revendeu-as, fizeram o diabo para juntar o pedido e fechar o trato.

Uma hora depois do completo escurecer os fugitivos deveriam estar no local previamente marcado, uma pequena clareira beirando o rio após a casa de Emile, escondidos na mata e aguardando a chegada de duas mulheres. Quando todos se encontraram, Pani pôs fogo em um ramo alto de palmeira erguendo-o com o braço direito e acenando em direção ao meio do rio. Pouco depois alcançava as margens onde todos estavam uma piroga conduzida por um *Saramaka,* velho conhecido de Pani e que se dispôs a levar duas pessoas até Tampack, onde eles permaneceriam um ou dois dias aguardando os papéis falsificados, salvo condutos obrigatórios a serem apresentados aos fiscais de fronteira caso estes os solicitassem. Paul Souttá conseguiria os passaportes com um mafioso chinês, mercador de rum barato. Assim que tudo estivesse em ordem embarcariam para Caiena em uma catraia grande carregada de móveis e objetos de madeira, e passariam por comerciantes a serviço. Chegando lá, esta era a idéia dos fugitivos, o menino Adhemar seria confiado ao hospital da cidade, enquanto Biófilo procuraria seguir viagem até a Venezuela e depois a Colômbia.

*

Biófilo Panclasta, o codinome de Vicente Lizcano, era um jornalista colombiano que viveu vários anos no Rio de Janeiro, onde trabalhou como gráfico e escreveu artigos para uma publicação anarquista. Dizia-se individualista: "cada ser humano é uma potência autônoma e seu próprio desejo é mais importante que o da coletividade". O seu desejo era sair da prisão e do Brasil. Biófilo ficara preso no Rio desde o estopim da revolta dos militares rebeldes. Foi levado para a Polícia Central e de lá, encerrado na Casa de Detenção. Ocupou durante quase dois meses

o cubículo 59 da segunda galeria do porão, junto a outros 18 presos políticos. Permaneceu incomunicável com o mundo exterior nessa cela retangular escura e úmida, onde os presos alternavam-se para dormir nas poucas esteiras de palha surradas, diretamente sobre o solo. Depois do xadrez 59, foi trancado no Campos, o navio presídio ancorado na baía da Guanabara, que era a sala de espera para o embarque até o campo de Clevelândia. Lá, encontrou os "chefes de turma", notórios malandros dos bairros da Lapa e da Favela, que eram elevados pelas autoridades à categoria de capatazes. Primeiro depenavam o prisioneiro dos pertences de valor que ele tinha e depois se impunham sobre eles na base da vã valentia. Muitos deles repetiram em Clevelândia o mesmo comando maldoso que mantiveram no navio. Sabedor de tudo isto, de todos os podres detalhes daquelas prisões ilegais, sua fuga era considerada vital pelo movimento anarquista, antes que caísse, como tantos outros, no fundo da cova.

O objetivo do mais importante dos anarquistas colombianos era voltar à sua terra de onde empreenderia uma campanha internacional contra o governo brasileiro e suas prisões políticas inconstitucionais. Uma das características do movimento anarquista é seu internacionalismo. Não reconhecem fronteiras, Estado, limitações de qualquer natureza. Várias campanhas na imprensa de todo o mundo já haviam sido feitas por causas tidas como justas. Esta seria mais uma delas. Durante o ano de 1925, a única imprensa a noticiar estes crimes do Estado brasileiro foram alguns jornais operários. Nas páginas de *A Batalha*, de Lisboa, *A Comuna*, do Porto e *La Antorcha*, de Buenos Aires, foi onde primeiro circularam notícias sobre os acontecimentos do Oiapoque.

*

Quando olhei melhor para aquela cena vi que Biófilo estava muito bem arrumado dentro de um paletó branco e chapéu tipo palheta, nem parecia um prisioneiro evadido de um campo de concentração. Carregava consigo uma sacola com frutas, algumas roupas e escritos que documentavam a perseguição e os maus tratos ocorridos nas prisões. A fuga fora inicialmente organizada para ele e para outro anarquista. Talvez fosse o Domingos Passos, o operário carioca da construção, quem seguisse junto. Na última hora contudo, com a piora contínua do estado de saúde do menino Adhemar, resolveram levá-lo no lugar do outro Domingos, para tentar sua cura em Caiena. O outro rapaz presente estava somente acompanhando a turma e despedindo-se dos amigos. Percebia-se que

Adhemar não suportava mais o longo purgatório por que estava passando. Entrara de gaiato nessa história. Menino carente, engraxate trabalhador de rua, fora pego num subúrbio do Rio com um panfleto revolucionário que havia encontrado no chão.

*

Nos subúrbios e bairros operários do Rio, além das dezenas de trabalhadores anarquistas perseguidos, foram caçados também mendigos, vadios, desocupados, malandros de toda espécie, menores de rua fazendo a xepa, loucos, enfim, todo o rebotalho das ruas foi carregado pelas "canoas", as prisões em massa realizadas durante o estado de sítio que pretendiam varrer a sujeira miúda das ruas para dentro dos porões da História. Enquanto isto, a sujeira graúda vestida em smokings e fardas amealhadas, brindava, entre canapés e o champanhe servido nas festas do Esplanada e do Copacabana Palace, as negociatas e a distribuição de imensidões de terra aos apaniguados da burocracia.

Como tantos outros deserdados da terra, os menores pegos na rua eram enviados descalços, para o xadrez. Torturados, seguiam para os quatro salões chamados de "Ilha dos Inocentes", na linguagem dos agentes da lei, destinados aos menores delinqüentes da Capital Federal. Os ditos salões localizavam-se também na famigerada segunda galeria, onde era confinada a fina flor da malandragem portuária da zona da Saúde e Dona Clara. Misturavam nas celas meninos de doze anos a rapazes de dezenove e todos se encontravam nos corredores da galeria: menores, presos políticos e velhos malandros. Aquilo que, segundo o Direito Penal, deveria ser um *"sistema corretivo dos desvios normativos dos indivíduos"*, funcionava como uma escola do crime e da perversão, em que se avançava série a série. Os criminosos de carreira iam recrutando aprendizes para engrossarem suas quadrilhas. Os velhos pederastas abusam dos rapazes e estes, repetiam o aprendizado descontando nos mais novos. A sodomia noturna era a grande alegria dos presos da Detenção. Nesse ambiente refinado os meninos ganham um "patrão", seu dono pederasta e protetor.

Os pivetes presos no navio e na colônia eram seguidamente violentados sob o olhar de outros presos que gracejavam: *"a mocinha ta gostando"*. Para os presos acostumados à vida em prisão, submeter-se ao desejo

do mais forte era uma prova de que os rapazes tinham jeito para a coisa. Logo, eles davam-se conta do pavor que um molecote de quinze anos, sozinho no meio de bandidos incorrigíveis, sentia na própria pele, tornando-se presa fácil e submetida. Na colônia penal, a primeira leva de operários e presos políticos que chegou, bem que tentou proteger os mais novos, mas pouco conseguiu contra os violentadores dos jovens imberbes. Provavelmente alguns desses meninos até gostassem do sexo e o fizessem com prazer, mas na maioria dos casos este era um tabu que pouco se discutia. Com a chegada das tropas de Catanduvas, os soldados e oficiais rebeldes acabaram conseguindo impedir a maior parte das violências sexuais.

*

Adhemar passou pelo purgatório como todos os outros prisioneiros e quando chegou em Clevelândia, caiu nas graças da turma da construção civil, que o retirou da companhia de seu patrão, o sodomita que o atormentava desde as prisões no Rio e Janeiro. Isto motivou o desespero e a mesquinha vingança daquele malandro que perdera sua diversão noturna. Adhemar tornou-se mascote dos libertários anarquistas e andava com eles. O outro jovem que estava na praia também sofreu o assédio sexual. Adriano Augusto chegou em Clevelândia ainda com dezessete anos. Rapaz de bonitas feições delicadas, atraía os olhos e corações das meninas da colônia, inclusive de minha irmã, acho até que é por isto que ele se encontrava ali. Mas não eram somente os olhos femininos que o perseguiam. Degenerados como o "Moleque Cinco", que durante um bom tempo controlou o cemitério metendo-se a chefe dos coveiros para depenar os pertences dos mortos ali enterrados, já tentara dominar o rapazola. Sofreu a intimidação dos tenentes, mas não aplacou sua ânsia. Essa era a luta, além de toda a tragédia da prisão, que os meninos também tinham que enfrentar.

A sina de Adriano Augusto começara no fim da tarde de 5 de julho de 1924 quando uma boateira tomava conta de São Paulo. Tropas rebeldes em oposição ao governo da República haviam ocupado a capital paulista. Adriano nos contou que no dia seguinte, como de costume, levantou-se bem cedo, ainda de madrugada, para acompanhar seu patrão na montagem da barraca de feira que faziam numa ruela da Bela Vista, subindo já para a avenida Paulista. Desde os doze anos de idade trabalhava como feirante e saía todos os dias de sua casa, num bairro humilde da distante zona leste, às 4 da manhã. Naquele dia porém, não conseguiram alcançar o local da feira. Barricadas formadas por pedras, madeiras, pneus e paralelepípedos arrancados do piso bloqueavam várias ruas do

centro de São Paulo, impedindo a passagem de qualquer veículo ou animal. Atrás delas, soldados rebelados de várias companhias pretendiam reagir a qualquer ataque das tropas federais. Adriano ficou por ali conversando com esses soldados e retornou nos dias que se seguiram curioso com toda a movimentação.

*

Nem os militares sabiam ao certo o objetivo da revolução. Falavam em acabar com a roubalheira e as mazelas dentro do governo; acabar com o domínio dos fazendeiros, das oligarquias do passado, mas não sabiam o que viria em seu lugar. No quartel da Força Pública, já sob controle rebelde, muitos operários apresentavam-se para lutar contra o governo. Queriam ajudar os revoltosos em caso de confronto armado, queriam armas e munições para abraçar a revolução. Os militares somente admitiam quem se alistasse incorporando-se às tropas do Exército revolucionário. O general Izidoro Dias Lopes e os oficiais mais graduados temiam entregar armamento e munições ao proletariado. A população mais pobre já vinha demonstrando sua fúria com o saque aos armazéns e casas comerciais, cujos donos eram notórios especuladores. Quem caminhasse à noite pela cidade veria o resultado dos prédios invadidos, os restos de farinha e grãos esparramados pelo chão das ruas, enquanto a fumaça dos incêndios debelados ainda subia devagar, desaparecendo pelos ares.

A revolução protagonizada pelos tenentes era muito diferente daquela sonhada pelos operários anarquistas. Estes queriam acabar com a sociedade de classes, com a exploração do trabalho do homem pelo homem e, em última instância, acabar com o Estado e criar uma economia comunitária. O grupo rebelde dissidente do Exército somente queria realizar uma reforma dentro do Estado. Uma profunda reforma, talvez, mas somente uma reforma no país. Manter o estado de direito capitalista e torná-lo mais justo, democrático. A eterna disputa entre o arcaico e o moderno, porém sempre dentro do mesmo modelo de sociedade.

*

Os soldados rebeldes e os jovens civis tinham interesses distintos. Os jovens dividiam-se entre o desejo de seguir os rebeldes e o convívio com os companheiros de classe, de bairro e de trabalho. Na manhã do dia onze, contou-

nos Adriano, ele caminhava em direção ao centro quando, por volta das dez horas, ouviu assobios distantes que se aproximavam. De repente, uma série de explosões bem próximas a ele fez levantar uma nuvem de poeira e fumaça que ficou pairando sobre a cidade. Mulheres gritando com crianças ensangüentadas no colo saíam de trás dos escombros, chorando ajoelhadas em frente a familiares mortos. Uma multidão de pessoas saiu às ruas para ver o que acontecia. Velhos e crianças corriam desesperados sem entender nada do que se passava.

*

A sucessão de explosões que abalou a cidade em 11 de julho de 1924 prosseguiu nos dias seguintes. Vinha da extrema zona leste, das colinas da Vila Matilde, onde as tropas legalistas estavam posicionadas. O general Eduardo Sócrates ordenou o ataque de canhões e obuses, lançando bombas e granadas sobre os bairros operários de São Paulo. Os petardos eram dirigidos deliberadamente sobre as zonas residências da Mooca, do Brás, do Belém e da Vila Prudente, provocando a desgraça entre as famílias de trabalhadores. No outro lado da cidade, do alto da Paulista, do Pacaembu, do Higienópolis e nos Campos Elíseos, a burguesia paulistana assistia protegida ao espetáculo aéreo de chamas, ouvindo ao fundo o retumbar dos canhões.

Somente pobres indefesos de famílias de trabalhadores pereceram nos ataques. Do alto da rua Guaiaúna, o sádico general Sócrates, por detrás de seu bigode miúdo, avistava de binóculo o tormento dos miseráveis. A estratégia do Exército era simples. Estabelecer o terror entre a população para que esta, de joelhos, implorasse aos rebeldes que se rendessem. Lá embaixo, centenas de feridos, pobres civis mutilados foram socorridos na Santa Casa já completamente abarrotada de pacientes. Pelas ruas, os cadáveres não recolhidos fediam, enquanto parentes perambulavam a esmo em busca de seus mortos. Aproximadamente mil pessoas morreram e outros tantos milhares ficaram feridos nesse dia que ficou conhecido como o dia do "bombardeio terrificante". Ataques menores sucederam-se nos dias seguintes, nesse exercício de guerra realizado pelo Exército, testando as armas em cobaias humanas que pouco valiam. O governo mostrava assim ao povo quem é que mandava neste país.

*

Neste ponto quero perguntar algo que nunca entendi. Por que nunca li e também jamais estudei, em nenhum livro de escola, os sucessos do bombardeio de São Paulo? Será que os escritores de livros didáticos ignoram o ocorrido? Por que, quando visitei São Paulo, não encontrei nenhuma rua "5 de Julho", ou avenida "Revolução de 1924", ou ainda, praça "Mártires do bombardeio terrificante", por que será? Por que será que os paulistanos enaltecem a memória do MMDC, os quatro rapazes mortos em 1932, enquanto ignoram a lembrança de mais de mil falecidos, em 1924? Parecem-me tão semelhantes estes dois esquecimentos, a carnificina que ocorreu aqui em Clevelândia e aquela ocorrida lá em São Paulo.

Quando Adriano contou esta história para nós, percebemos que o sangue lhe fervia na cabeça. Disse que sentiu nojo de tudo isso e um ódio imenso do governo. Uma manhã, entrou correndo na Rangel Pestana em direção ao centro, atravessou o rio Tamanduateí e subiu o caminho que levava até a Força Pública, no bairro da Luz. Alistou-se imediatamente. Duas semanas após, a estratégia de terror do governo federal surtia efeito. A população aterrorizada pelo bombardeio clamava aos rebeldes para que partissem. E as forças rebeldes abandonaram a capital. Levaram consigo o jovem feirante ferido no ventre por uma bala de metralhadora. Seguiram para o interior, na direção de Bauru. Adriano foi incorporado a um batalhão de quatrocentos soldados cuja missão era a de defender o flanco direito da posição de Catanduvas, no sudoeste paranaense, do ataque das tropas federais. Manter a posição era importante para permitir o encontro, que ocorreria em Foz do Iguaçu, entre as colunas rebeldes de Miguel Costa, vinda do norte, de São Paulo, e a coluna de Luís Carlos Prestes, vinda do Rio Grande do Sul. Os heróicos combatentes resistiram ao assédio de quatro mil soldados do Exército legalista até se renderem em março de 1925. Desde a captura seguiram-se três meses de peripécias e agruras, caminhando a pé, de trem e de navio até chegarem em Clevelândia.

Adriano estava agora ali, para auxiliar em outra missão. Na hora do embarque dos fugitivos na canoa, Adhemar teve um surto de febre. O homem do barco negou-se a levá-lo. Disse que não era prudente levar um doente, que poderiam ser barrados durante a viagem mais longa e que, além disso não havia sido combinado transportar uma criança. Pani também achou prudente que ele não fosse. Além de ser arriscada a travessia oceânica, o passaporte encomendado não caberia em um menor de idade. Seria muito perigoso e poria em risco a fuga do jornalista. Os outros interviram, queriam que o menino embarcasse a qualquer custo. Este chorou, não sabia o que fazer, estava assustado e com medo de morrer e acabou pedindo para ficar. O tempo corria, podiam ser todos descobertos, não era hora para discussões inúteis. Ficou acertado que somente

Biófilo seguiria em frente. O outro passaporte encomendado seria usado em outra oportunidade para mais uma fuga, quem sabe na próxima semana.

Vi o barco partindo com duas pessoas a bordo. Uma melancolia abateu-se sobre os demais, mas não havia espaço para choro. Era longo também o caminho de volta, na escuridão da noite, até o núcleo agrícola. Retornaram pela trilha carregando Adhemar nas costas. Pouco antes de chegar na casa de Émile, ouviram um alvoroço em frente a ela. Lá estavam dois soldados federais acompanhados de um bando de três capangas: o almoxarife Silvino, o Moleque Cinco e outro malandro capoeira vindo do Rio. Rapidamente Pani percebeu a encrenca e retornou com os outros pela trilha alguns metros. Entraram no matagal próximo da casa, circundando-a e alcançando, atrás dela, um cercado onde se encontravam guardadas duas canoas. Desceram uma delas evitando fazer qualquer barulho, empurrando-a até a beira d'água. Os três homens montaram nela, Adhemar deitado no meio e Domingos e Adriano, um em cada ponta, remos na mão. Domingos Braz nunca havia remado antes, começaria logo em uma prova de fogo. A responsabilidade maior seria do jovem rebelde. Pani orientou-os a remarem no sentido contrário ao da cabana de Emile, em direção ao meio do rio, até fugirem ao alcance de visão dos capangas. Somente aí retornariam, subindo o curso pela outra margem até a entrada do Siparani, já no núcleo de Clevelândia. Quanto ao dono da canoa, ela se entenderia com ele depois.

Num rápido impulso, minha irmã correu até o barco e beijou Adriano. Era o incentivo que lhes faltava para o sucesso. As moças esperaram um pouco para ver se os rapazes conseguiriam realizar a proeza. Não é fácil subir a correnteza do Oiapoque numa canoa com três pessoas. Quinze minutos depois, já estavam navegando pela outra margem, aparentemente fora de perigo. As mulheres então, como se nada soubessem, caminharam cantarolando em direção da casa de Emile. Quando chegaram lá em frente foram barradas pelos soldados, que lhes perguntaram o que faziam ali. Pani respondeu que haviam dado uma rápida saída e já se encontravam lá antes deles chegarem, divertindo-se na festa. Logo apareceram os três malandros intimidando-as, ao que Pani levantou um cesto que vinha carregando, cheio de pequenos corações de palmito de açaí e ofereceu-o para eles saborearem a iguaria, enquanto explicava que haviam saído para pegá-los em outra casa. Isso acalmou um pouco a raiva que demonstravam.

Pani percebeu que os tipos haviam revirado tudo, vasculhando a casa de Emile em busca de alguns presos fugitivos de Clevelândia, empurrando e falando grosso com o velho da Martinica. À tarde, após o futebol, o capoeira carioca deu

pela falta de dois menores e avisou o Moleque Cinco. Um deles era Adriano Augusto, que o malandro estava sempre de olho. Saíram pelo campo em busca dos menores sem encontrá-los. Intimaram o jovem Itacyl Pereira, recruta do Exército em Quitaúna, que também entrara de gaiato na revolta de 1924. Sobrinho do Marechal Martins Pereira, esse rapaz de 20 anos de idade destoava do restante da turma. Era contra a revolução e vivia soltando blasfêmias contra os oficiais que o tiraram de São Paulo para "desgraçar" sua vida. Fazia de tudo para sair do campo. Já escrevera uma carta ao tio no Rio de Janeiro, que fez o pedido de clemência diretamente ao presidente Arthur Bernardes. Era um puxa-saco da administração. Então, sempre que preciso, colaborava com os funcionários da colônia penal para obter futuras vantagens.

Itacyl disse que ouvira o comentário sobre a possível fuga de um menino doente para ser levado ao hospital na Guiana e que Adriano Augusto, amigo desse guri, o estaria ajudando. Por isso a turma de jagunços fazia-se presente em Martinica atrás dessa suspeita. Já haviam estado na vila, vasculhando as casas dos moradores e também haviam espreitado no cais do porto. Passaram também no prostíbulo do Arthur, onde não viram nada além das barangas lá disponíveis. Nenhum sinal de prisioneiros. Então, tinham vindo agora até a cabana do velho Emile intimar as pessoas presentes. O Moleque Cinco falou bem alto que não sairia dali enquanto não aparecessem os dois menores. Uma das crioulas de Caiena compreendeu o que ele dizia e perguntou-lhe, cinicamente, se o menor era seu *môme*, ao que muitos que lá estavam riram. Os que não riram, como os malandros, não entenderam a graça. Pani então, lhes explicou: *môme*, na gíria dos presos franceses, é o homem que cumpre o papel da mulher na transa entre dois homens, o *makôme* na língua *créole*. E aproveitou para cutucar de vez o malandro: *"você, com dois mulherões como essas aqui interessadas, prefere continuar procurando seu macho"?*

O sangue subiu à cabeça do bandido que ameaçou partir para cima de Pani. Nisso, quatro negros fortes que estavam por ali, circundaram os malandros em posição de luta. Minha irmã ali no meio de tudo, e eu, assustado com a briga iminente, saí correndo e entrei no meio da roda agarrando-me em suas pernas e puxando-a para fora. *"De onde saiu esse pivete"?,* indagaram-se todos. Nesse momento os marinheiros tomaram uma atitude, separando a confusão que se anunciava, e um deles pegou-me no colo. Para minha surpresa, minha irmã, talvez influenciada pela astúcia de Pani, inventou a desculpa de que eu estava ali para ajudar a carregar o açaí para casa.

Os soldados então, puxaram os outros malandros para fora da casa e ficaram todos sem *môme*, sem *doudou* e sem açaí. Tomei um tabefe e um puxão de orelha de minha irmã, inesquecível como tudo aquilo que vivi. Era hora de ir. Nos despedimos, de Emile e de Pani, de quem eu não conseguia tirar os olhos de vista, hipnotizado que estava pela sua presença e energia. Fomos embora, eu, minha irmã, sua amiga e os dois marinheiros, de volta à vila, onde minha mãe já estava assustada com a demora e passou um pito em todo mundo. Eu, como de costume, tomei vários beliscões e o aviso de que iria me ver em casa com o meu pai, quando voltássemos. Eu não estava nem um pouco triste com isso; já era bem tarde e iria passear de canoa.

Desde esse dia eu notei que me apaixonara por Pani. Anos mais tarde, ela bem mais velha, nós, de somente conhecidos que éramos, nos tornamos amigos e eu consegui um dia finalmente me declarar a ela. Nunca encontrei mulher igual. Mestiça, sangue negro com índio, dona exuberante da beleza da selva, que não tem dono, não tem propriedade, não pertence a nenhum país, descendente mítica da amazona guerreira, sonho de qualquer homem. Pani do alto da força da sensibilidade feminina não reconhece nenhuma fronteira. Mostrou-me que raça, nacionalidade, violência, dinheiro e conhecimento, nada significam quando somos confrontados, em nosso estado selvagem, com a delicadeza, intuição, astúcia, solidariedade, e paixão daquelas pessoas que abriram seu espírito para sentir a presença da vida intensamente.

Bom professor, é isso que eu tenho pra contar, na verdade eu tenho muito mais coisa pra falar, mas se o sinhô disse que já tá bom, então outra hora a gente conversa mais. Eu não sei se isso vai servir pra alguma coisa, não tem nada disso nos livros não, mas é assim que foi. Foi, porque eu vi, vivi, sofri e o que não vi, ouvi falar da boca dos outros e não tenho porque de duvidar. Agora o senhor que pegue isso, converse com outros também se não estiver satisfeito, faça a sua pesquisa, e escreva do jeito que achar melhor.

NOTAS

1) Sobre a origem da cidade de Oiapoque, existem referências no Arquivo da Prefeitura de Oiapoque e no Arquivo da Paróquia de Oiapoque. Há também o Arquivo Privado Rocque Pennafort guardado pela família deste em Macapá. Alguns velhos moradores prestaram depoimentos que foram publicados no corpo da tese. Ver também o trabalho do Padre Rogério ALICINO, *Clevelândia do Norte*. Ainda sobre Clevelândia e a região do Oiapoque, consultar: Ana Paulina Aguiar SOARES, *Travessia: análise de uma situação;* Alexandre SAMIS, *Clevelândia.*

2) Sobre o tema de relacionamentos interétnicos ocorridos na Amazônia destaco alguns trechos:

"E agora ocorre-me uma hipótese ao espírito sobre a discutida questão da procedência dos contos do Ciclo do Jaboti, no norte brasileiro – se de origem africana, se de origem ameríndia, visto ter Couto de Magalhães colhido uma série inteira destes contos entre os indígenas do Amazonas. Poderíamos supor uma influência dos 'bushs negroes' entre as populações primitivas dos afluentes da margem esquerda do Amazonas, nos limites com as Guianas. Lembro-me de ter assistido num cinema um destes Shorts nacionais sobre as fronteiras (e esse justamente na fronteira com as Guianas) onde havia uma rápida cena de um grupo de negros em estado semi-selvagem." Arthur RAMOS, *A aculturação negra no Brasil*, p. 78.

"Tais contatos podem ter gerado miscigenação. Seria então a "amostra humana" sugerida por Ramos. Quilombolas do Suriname, grupos indígenas e negros fugidos fizeram um encontro nas fronteiras amazônicas" Flávio GOMES, *A Hidra e os Pântanos*, p. 88.

Ainda sobre o mesmo argumento indico Sidney MINTZ e Richard PRICE, *The Birth of Afro-American Culture;* Jean HURAULT, *Africans de Guyane: la vie matérielle et l'art de noirs refugiés de Guyane;* Eurípedes FUNES, *Nasci nas matas, nunca tive senhor;* E. FUNES, Mocambeiros, índios e *bush negroes*.

3) Sobre as colônias penais da Guiana Francesa, existem vários estudos acadêmicos e outros tantos romances. Indico abaixo, aqueles que considero mais ricos em detalhes.

René BELEBNOIT, *A Ilha do Diabo*. Seguem trechos significativos:

"Ao fim de semana fomos distribuídos pelos vários campos de trabalho, disseminados pela floresta. Tive então de separar-me de Moisés, o camarada com quem organizara o plano de fugir da colônia na primeira oportunidade. Ele foi para a região do Oiapoque, com uma turma de forçados designados para instalar uma estação de rádio na aldeia de São Jorge, na fronteira com o Brasil. Foram inúteis todos os nossos planos e esperanças. Antes de partir, Moisés despediu-se de mim, desejando felicidades. Não o tornaria a ver; soube depois que se afogara, tentando fugir com mais seis, numa canoa, logo depois da chegada a São Jorge." (construção da rádio St. Georges, agosto de 1923). p. 52

"Muitas vezes, ao erguer-se pela manhã, alguns deles tinham os pés em sangue; durante a noite tinham sido vítimas dos morcegos, dos vampiros de vôo silencioso que infestam as barracas na selva e dentro de uma semana tornavam-se tão anêmicos que mal se podiam ter em pé. No fim de alguns dias passados num campo, os forçados ficam cheios de chiques, *insetos pequeninos – espécie de carrapato – que abrem caminho dentro da carne humana, sob as unhas dos pés e das mãos, depositando aí seus ovos; quando estes incham, estouram ou se furam, estabelece-se a infeção e o envenenamento do sangue."* (algumas moléstias) p. 55

"De fato, no momento em que viram uma oportunidade, quase todos os homens fizeram uma tentativa para conseguir a liberdade. Alguns tentaram atravessar a nado o rio Maroni, para entrar na selva da Guiana Holandesa. Outros partiram através da floresta, num esforço para atingir o Brasil. Os primeiros foram apanhados bem depressa; mas ainda mesmo que tivessem conseguido ir além de Albina, o posto avançado holandês, teriam sido capturados mais longe; seja como for, poucos foram além de Paramaribo. Os outros

erraram na selva durante dias, mesmo durante semanas. Vários se extraviaram e morreram; outros foram apanhados quando tentavam entrar furtivamente no acampamento, à noite, em busca de alguma coisa para comer. Atraídos pela recompensa que recebem por cabeça, os incansáveis chasseurs d'hommes, *os caçadores de forçados da Guiana, capturam alguns."* (fugas pelo Suriname e pelo Brasil), p. 57.

"Por decisão do Tribunal Maritime Spécial *fui enviado para o Camp Charvein. Era então o campo mais terrível da Guiana. Situado no coração da selva e a cerca de cinco milhas de distância de Saint Laurent, ficava numa região devastada pela malária e a disenteria. Os guardas eram protegidos dos mosquitos por redes e biombos e tinham também proteção contra a ameaça das águas; mas tal não se dava com os forçados. É uma região baixa, pantanosa, onde os homens eram forçados a trabalhar o dia inteiro com os pés molhados; muitos deles tinham grandes úlceras nas pernas e nos pés."* (malária e disenteria na Guiana) p. 133.

"Os forçados que tentam fugir como clandestinos em navios brasileiros, jogam uma cartada arriscada, principalmente agora que o governo brasileiro, o qual antigamente fechava os olhos a esse tráfico de passageiros, vigia rigorosamente os contrabandistas, fazendo-os pagar uma boa multa, quando descobre que trazem para o país um evadido da Guiana Francesa." (sobre tentar fugir de navio para o Brasil, em 1927) p. 251-2.

"Decidi embarcar como passageiro num navio costeiro francês, que se destinava à fronteira brasileira da colônia, e aí, tomaria um barco-correio brasileiro e desceria a costa da América do Sul. Mas para fazer isto eu precisava de papéis; eles eram absolutamente indispensáveis. Depois de pensar um pouco, vi que não seria difícil encontrar os documentos necessários. Eu precisava também de documentos de liberé, *afim de poder viajar no navio costeiro. Os* liberés *da Guiana estão sempre em tal miséria que quando se apresenta uma oportunidade, vendem os seus papéis até mesmo por cinco francos. Arranjei tudo com um* liberé *que terminara o seu termo de exílio e portanto tinha liberdade para embarcar em qualquer navio e deixar a colônia. Sem dúvida o pobre diabo já teria voltado há muito para a França, se tivesse dinheiro suficiente para comprar a passagem. Pedi-lhe que fosse comprar a minha passagem, no seu nome e com os seus papéis. Era uma passagem para São Jorge, na fronteira brasileira; assim fiz intenção de embarcar munido do passaporte e dos documentos de um exilado que terminara o seu tempo [...] Tranqüilizava-me a todo momento, dizendo comigo mesmo que se não fosse detido no momento em que o navio deixasse Caiena, podia considerar-me como livre, porque em São Jorge, a minúscula aldeia de 800 habitantes, na fronteira do Brasil, há apenas um* gendarme *negro, que nada teria a dizer, visto que eu me apresentava justamente como um* liberé *que terminara o seu exílio e podia ir para onde muito bem quisesse. Sim, planejara tudo isso no meu espírito febril. Logo que desembarcasse em São Jorge, depois que anoitecesse, daria 5 francos a um negro, para que este me conduzisse em bote a remos até a aldeia de Demonty, na fronteira brasileira; ao atravessar o rio jogaria na água os meus papéis de* liberé *e quando me encontrasse na aldeia brasileira, mostraria às autoridades caso estas exigissem, o meu passaporte oficial e válido, que estava visado e em ordem, para a minha entrada no Pará."* (tentativa de fuga de navio para o Brasil – plano) pp. 253-5.

A análise mais detalhada das condições de vida nos presídios coloniais franceses, foi elaborada pelo jurista Marcel LE CLÈRC, *La vie quotidienne dans les bagnes*. Seguem trechos abaixo:

"É 6 de dezembro de 1927, após ter o seu recurso por um pedido de graça negado, Eugène Dieudonné embarca com outros cinco companheiros na piroga de Acoupa, um mestiço que lhes pediu 3.000 francos para conduzi-los à costa da Venezuela.
Na partida, um tempo precioso foi perdido para descontar os bilhetes , o que, junto com a incapacidade do patrão, um mau marinheiro, acabou jogando os evadidos num banco de lodo. Eles esperaram e desceram para empurrar a piroga, com a ameaça de serem apanhados pela areia movediça sobre a qual foi preciso caminhar com as pernas afastadas e corpos inclinados para a frente para evitar o terrível afogamento nela. Na terceira noite, foi a catástrofe: a arrebentação na saída da barra virou o barquinho – sete metros de comprimento por um metro de largura – e os sete homens, que perderam tudo, tentaram alcançar a margem à nado.
Como sempre, esta estava rodeada de lama mole. Ao amanhecer, os náufragos se reagruparam, chamando-se uns aos outros. Venet não respondeu aos apelos! Então, alguém percebeu lá atrás longe, perigosamente enterrado no lamaçal que ganhava lentamente a maré de montante. Impossível de sair em seu socorro sem o risco de morte. Alguém arrancou desesperadamente um paletó e rastejando , tentou empurra-lo em direção do afogado cuja voz enfraquecia de hora em hora enquanto que pouco a pouco, o busto foi se desaparecendo.

Dieudonné e seus companheiros conseguiram ao se enfiar na floresta virgem devorados pela fome e pela sede. Acoupa fugiu abandonando-os sem perdão. Para limitar os riscos e as disputas em torno do mesquinho alimento, os cinco sobreviventes se dividiram em dois grupos dos quais um foi rapidamente aprisionado pelos índios caçadores de homens em troca de recompensa. Eugène Dieudonné e Jean-Marie vão viver trinta dias como verdadeiros homens da selva, abastecidos por dois prisioneiros liberés. Estes acabaram por lhes encontrar um marinheiro mais experiente que os transportará em piroga ao Brasil, na margem direita do Oiapoque, rio de fronteira com a nossa Guiana. Desse modo terminarão as aventuras de Dieudonné começadas em 1913. Sobre a pressão da opinião pública francesa e sobretudo a brasileira, o governo de Poincaré decidiu reconhecer o seu pedido de extradição e, o 2 de agosto de 1928, fez remeter um passaporte a Eugène Dieudonné que retornou enfim a Paris onde ele se instalará como marceneiro." pp. 240-1

Sobre a Guiana Francesa, apresento a seguinte relação de romances e livros de memórias: G. de VILLIERS, *Papillon épinglé*; A. PITOU, *Voyage forcé à Cayenne*; E. DIEUDENNÉ, *La vie des forçats*; A. DANAN, *Cayenne*.

4) Pequeno vocabulário de termos em francês:
Tafia, é o nome do rum fabricado na Guiana Francesa.
Doudou, é a amante ou prostituta, a negra que vai com os homens, na gíria dos crioulos.
Liberé, é o forçado que já cumpriu pena mas está condenado a viver na Guiana.
Môme, é o rapazola passivo nas relações homossexuais.
Plan, é o supositório de metal onde se esconde o dinheiro ou objetos de valor.
Creóle, é o negro habitante da costa e das ilhas de colonização francesa.
Patois, é a língua falada pelos creóles, um dialeto em que se mistura o francês, com termos africanos do yorubá e algumas palavras espanholas e inglesas. Língua desenvolvida durante o período colonial.

5) Sobre os *Waiãpi*, cito os testemunhos orais que se referem às relações entre eles e os brancos brasileiros e franceses e também com os negros. Trabalho realizado pela antropóloga Dominique GALLOIS, *Mairi revisitada*:

"Os franceses vieram nos buscar. Perguntaram: 'porque brigaram?' E respondemos 'porque nossos antepassados estavam presos'. Os franceses então perguntaram aos brasileiros: 'porque é que vocês atacaram os Waiãpi, porque estão lhes fazendo mal? Porque os estão exterminando para pegar suas terras?' E os franceses lutaram contra os brasileiros. Os negros lutaram também. Juntaram-se numa multidão. Quase tomaram posse deste lugar – Os franceses quase se instalaram aqui! – Os franceses eram nossos amigos, os brasileiros não." (Waiwai/Januari, Macapá, 12/1991)

"Os brasileiros eram muito ruins, contava nossa avó. Eles deixavam fezes por ali, e mandavam nossos antigos limpar panos sujos, com fezes, e ela tinha que limpar, limpar caganeira das crianças dos brancos, levar para jogar seus excrementos. Isso quando nossos antigos iam para Macapá, eles eram empregados dos brasileiros, por isso apanhavam, é o que contava nossa avó..." (Seremete/Anísio, Taitetuwa, 05/1992)

"Eu conheci jeapyrer (descendente) de Tukuju. Vi também um descendente de Tapajon. É negro como Mekoro, mas diferente, nossos antigos os chamavam Tapajon." (Sa'ku, Serra do Navio, 09/1992)

6) Sobre o Território do Amapá e a disputa com os franceses pelo domínio dos garimpos, duas análises diferentes. O romance nacionalista de Silvio MEIRA, *Fronteiras Setentrionais*. O estudo de história regional de Jonas Marçal de QUEIROZ, História, Mito e Memória: o Cunani e outras repúblicas. Sobre a Amazônia, o fantástico trabalho do Barão de SANTA-ANNA NERY, *O País das Amazonas*.

7) Relatórios de viagem à região. Cito dois: Arthur de Miranda BASTOS, *Uma excursão ao Amapá*; e o imperdível relato de Henrique Jorge HURLEY, Oyapoc não tem K. Visões do Oyapoc; H. J. HURLEY, Sobre a graphia de Oyapoc. Cito trechos abaixo:

"Possui todavia a Guiana francesa ainda umas pontas de mata, onde vegeta, contrariado, o pau rosa, matas que estão debaixo de rigorosa inspeção de sua polícia florestal. Dispõe das afamadas minas de ouro do rio Camopi, afluente do Oiapoque (margem esquerda), onde trabalham cerca de quatro mil crioulos, que extraem,

anualmente, grande quantidade desse precioso metal, cujo transporte é confiado á guarda dos negros saramacás, fieis e impecáveis serviçais, os únicos dominadores das cachoeiras do Oiapoque."

"O rio Uaça e seus afluentes são povoados por selvagens brasileiros, resto de aruans e banarés. Sua língua é uma mistura de caraiba-tupi com o patois crioulo; articulam bem poucas palavras em português."

8) Sobre os *Saramaka* é indispensável a obra de Richard PRICE, Saramaka emigration and marriage: a case study of social change. Cito abaixo alguns trechos.

"Villages have headmen (kabitêni) and assistant headman (basiá), who are responsible to the tribal chief [...} The basic social unit of the society is the bêé, a matrilineal group of up to 150 people which is, at least, in theory, exogamus."

"Men lived and worked in a romantic new world; they were paid in bags of gold dust, fought running gun battles on the river with bands of hijackers who had escaped from the French penal colony, and were able to find Creole women who considered them attractive and wealthy enough to live with for long periods."

"In terminating unions, for example, women are constrained by a strong sexual double standard. [...] In contrast, a married man is free to have as many lovers (and wives) as he wishes; a man is not even expected to inform his wife of new marriages until well after the fact."

"With a long apprenticeship necessary before a man could become boss of a 3-man lumbering or river transporting crew, and with payments made directly to the boss, youths were totally dependent on their elders to provide the Western goods required for marriage."

"Women with absent husbands often have vivid sexual fantasies, and I have heard of masturbation with banana. I estimate that about half of the women remain faithful during their husband's trip of less then 4 years..."

Ainda sobre a cultura *Saramaka*: Richard PRICE, *Alabi's world*; Richard PRICE and Sally PRICE, *Music from Saramaka. A dynamic afroamericam tradition.*

9) Sobre a Revolução de 1924 em São Paulo cito o romance histórico de Domingos MEIRELLES, *As noites das grandes fogueiras.* Trechos a seguir:

Sexta-feira, 11/07/1924
"Às dez horas da manhã, São Paulo é sacudida, de repente, por uma sucessão de explosões. O chão estremece com o impacto das granadas. A cidade está sendo bombardeada pelo Exército. Os canhões legalistas estão despejando sua carga contra áreas densamente povoadas, atingindo bairros industriais, longe do centro. O ataque semeia pânico entre a população e provoca grandes incêndios que podem ser vistos em toda a capital. [...]Os canhões Schneider Cannet, de 155 milímetros, atiram sem parar. O massacre de 700.000 habitantes de São Paulo está apenas começando. O terror se apossa rapidamente desses bairros pobres e humildes como a Moóca, onde vivem também milhares de imigrantes estrangeiros, na maioria italianos recém-chegados ao Brasil. O povo, enlouquecido pelas granadas que não param de cair sobre as casas, foge inicialmente para as ruas, sem saber como se defender. Muitas famílias refugiam-se nos porões para escapar das granadas lançadas também pelos canhões Saint Chamond. [...] Meio dia. Começam a chegar os primeiros feridos ao Hospital da Santa Casa, transportados em ambulâncias, carroças e automóveis. [...] Os corredores do hospital estão alagados de homens, mulheres e crianças gravemente feridos, resgatados dos escombros pelos vizinhos. Alguns chegam em estado desesperador, mutilados pelos estilhaços de granada."

Domingo, 13/07/1924
"As ruas dos bairros pobres do Brás, da Moóca, do Hipódromo e do Belenzinho amanhecem juncadas de cadáveres. Alguns corpos, há mais de 24 horas insepultos, são enterrados sem as formalidades legais, nos cemitérios mais próximos e até mesmo em terrenos descampados."

Além de Meirelles, merecem destaque os seguintes romances e memórias pessoais sobre o argumento ainda pouco trabalhado pela historiografia, à exceção de Anna Maria MARTINEZ CORRÊA, *A revolução de 1924;*

João CABANAS, *A coluna da morte;* Ciro COSTA e Eurico GOES, *Sob a metralha;* Juarez TÁVORA, *À guisa de depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924.*

10) Sobre as prisões em massa, o melhor trabalho ainda é o relato de Everardo DIAS, *Bastilhas Modernas.* Além da riqueza da narrativa, traz também detalhes da malandragem carioca nas prisões, suas gírias e jeitos para enrolar a cana. Por exemplo, seguem estes trechos:

"As turmas de agentes prendem a torto e a direito, seja quem for que se encontre de certa hora em diante circulando por determinadas ruas vigiadas, ou suas imediações. São as canoas, como se denominam essas prisões em massa. Cidadãos são arrancados das mesas dos cafés ou de dentro dos automóveis. Nos subúrbios ou bairros suspeitos da cidade, são caçados mendigos, vadios, invertidos, desocupados, malandros, pequenos negociantes, caixeiros, etc., seja quem for que tenha a desgraça de passar na hora do cerco; seja velho ou moço, são ou doente, aleijado ou perfeito, limpo ou sujo. Todos esses mal aventurados são levados para a Polícia Central e despejados na carceiragem e na geladeira, aos magotes de vinte ou trinta. Daí, são remetidos para o Campos, o navio-inquisição que se acha ao fundo da baia, em frente à ilha Mocanguê."

"O coronel Araripe costuma mimozear os presos com palavrões dignos da educação, que certamente recebeu... A um preso disse ele esta amabilidade referindo-se a um deputado federal, da oposição:
- Não pense você que ele se livrará da prisão. Virá para aqui, amarrado e hei de mandar ... pelo Moleque Cinco! A ameaça tanto tinha de cínica como de monstruosa. O Moleque Cinco é um criminoso reincidente, alentado crioulo, freqüentador da geladeira da carceiragem e da Colônia Correcional."

Ainda sobre as prisões, em todo o Brasil mas especialmente a de Clevelândia vale anotar as poesias de Domingos BRAZ, *Dos meus momentos de lazer...*

11) Michel FOUCAULT, "A vida dos homens infames". *O que é um autor?* Também em espanhol como *La historia de los hombres infames.* Publicado originalmente em *Les Cahiers du Chemin*, n °. 29, 15/01/1977. O infame para Foucault não tem o sentido muitas vezes dado de vil, rés, de pessoa sem caráter. Infame é justamente como diz a palavra o sem fama. O indivíduo cuja existência não possuiu glória para ingressar na História. Neste trabalho repito o uso conceitual da palavra e durante o doutorado procurei levantar a maior quantidade de existências infames do Oiapoque, seguindo o caminho anteriormente traçado por Foucault com os registros de internamentos em hospícios do começo do século XVIII: "existências reais; que se lhes pudesse dar um lugar e uma data; que, por detrás destas breves palavras e que bem podem na maior parte das vezes ter sido falsas, enganadoras, injustas, exorbitantes, tenha havido homens que viveram e morreram, com os seus sofrimentos, as suas malfeitorias, os seus ciúmes, as suas vociferações". (pp. 94-5)

FONTES

E

BIBLIOGRAFIA

1. Obras citadas na tese:

Obras gerais

ABÉNON, L. *Histoire des Antilles et de la Guyane. De la colonie à la dépendance départamentale (1870-1981).* Toulose. Pierre Pluchon, 1982.

ADÉLAIDE-MERLANDE, Jacques. *Histoire générale des Antilles et des Guyanes.* Paris. Caribéenes/L'Harmattan, 1994.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer.* Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2002.

ALBERT, Charles. *O amor livre; Uma avaliação anarquista da questão social.* Rio de Janeiro. Achiamé, 1980.

ALICINO, Padre Rogério. *Clevelândia do Norte.* Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1971.

ARNAUD, Expedito. *Os índios Palikur do rio Urucauá.* Belém. Museu Paraense Emilio Goeldi, 1984.

BARRUÉ, Jean. Reflexões acerca da moral anarquista. *Verve* n °. 2. NU-SOL/PUC-SP, 2002.

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República. 3 Vol.* São Paulo. Edaglit, 1962.

BASTIDE, Roger. *As Américas negras.* São Paulo. EDUSP, 1974.

BASTOS, Arthur Miranda. *Uma excursão ao Amapá.* Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1947.

BELBENOIT, René. *A Ilha do Diabo.* Rio de Janeiro. José Olympio, 1940.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política.* São Paulo. Brasiliense, 1993.

BERNARD, David. *Les orígenes de la population martiniquaise du fil des ans (1635-1902). Memoire n °. 3.* Fort-de-France. Societè d'Histoire de la Martinique, 1973.
_____ *Coolies, Congos, Chinois. Le memorial martiniquais. Vol. 3.* Nouméa. Nova Caledônia. Philippe Godard, 1978.

BETENDORF, João Felipe. *Crônica dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão.* Belém, FCPTN, 1990.

BEZERRA NETO, José Maia. *Fugindo sempre fugindo.* Dissertação de Mestrado em História. IFCH/Unicamp, 2000.

BILBY, Kenneth. The Caribbean as a musical region, *in* MINTZ, Sidney e PRICE, Sally (org.). *Carribean Countours.* Baltimore. The John Hopkins University Press, s/d.

BLÉRALD-NDAGANO, Monique. *Musiques et danses créoles au tambour de la Guyane Française.* Caiena. Íbis Rouge, 1996.

BORGES, Jorge Luis. *Ficções.* São Paulo. Globo, 1998.

CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis.* São Paulo. Cia. das Letras, 1999.

CAPOGRECO, Carlo. I campi di internamento fascista per gli ebrei (1940-1943). *Storia contemporanea,* ano XXII, n °. 4, agosto/1991.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela, Introdução a uma história indígena, *in* _____ (org.). *História dos índios no Brasil.* São Paulo. Cia. das Letras, 1998.

CARONE, Edgar. *A República Velha, I e II.* São Paulo. Difel, 1970.

CARVAJAL, Gaspar de. *Descobrimento do rio das Amazonas.* São Paulo. Ed. Nacional, 1941.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados.* São Paulo. Cia. das Letras, 1987.

CARVALHO, Marivaldo de. *Introdução à práxis indígena.* São Paulo. Imprensa Oficial, 2002.

CASTOR, Elie e OTHILY, Georges. *La Guyane, les grandes problemes, les solutions possibles.* Paris. Caribéenes, 1984.

CAVALCANTI, Jardel. *Os anarquistas e a questão da moral.* Campinas. Cone Sul, 1997.

CHARTERS, Samuel. *The roots of the blues – an African search.* Londres. Quarter Books, 1982.

CHERUBINI, B. *Cayenne ville créole et polyethnique.* Paris. Karthala/CENADDOM, 1998.

CHILCOTE, Ronald. *O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração – 1922- 1972.* Rio de Janeiro. Graal, 1982.

CLASTRES, Hélene. *Terra sem mal.* São Paulo. Brasiliense, 1978.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado.* Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1990.

CORRÊA, Anna Maria Martinez. *A rebelião de 1924 em São Paulo.* São Paulo. Hucitec, 1976.

COUTINHO, Lourival. *O General Goes depõe.* Rio de Janeiro. Coelho Branco, 1956.

DE DECCA, Edgar. *1930. O silêncio dos vencidos.* São Paulo. Brasiliense, 1981.

DE LEPINE, Edouard. *La crise de fevrier 1935 a la Martinique.* Paris. L'Harmattan, 1980.

DELEUZE, Gilles. *Conversações.* São Paulo. Ed. 34, 1999.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. *Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia. Vol. 5.* São Paulo. Ed. 34, 1999.
_____ *Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia. Vol. 1.* São Paulo. Ed. 34, 2002.

DONET-VINCENT, Danielle. *La fin du bagne (1923-1953).* Rennes. Ouest-France, 1992.

DULLES, John Foster. *Anarquistas e comunistas no Brasil. 1900-1935.* São Paulo. Nova Fronteira, 1977.

ENCKELL, Marianne (apr.) *Moi, Clément Duval, bagnard et anarchiste.* Les Editions Ouvriéres, 1991.

FABBRI, Luigi. *Revolución nos es dictadura.* Montevidéu. Acción Direta, 1971.

FARAJE, Nádia. *As muralhas dos sertões.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social.* São Paulo. Difel, 1976.

FERRO, Marc. *História das colonizações.* São Paulo. Cia. das Letras, 1996.

FOUCAULT, Michel, *O que é um autor.* Lisboa. Passagens, 1992.
_____ *La historia de los hombres infames.* Buenos Aires. Altamira, 1993.
_____ *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro. Graal, 1995.
_____ *A ordem do discurso.* São Paulo. Loyola, 1996.
_____ *Arqueologia do saber.* Rio de Janeiro. Forense-Universitária, 1998.
_____ *Vigiar e punir.* Petrópolis. Vozes, 1998.
_____ *Em defesa da sociedade.* São Paulo. Martins Fontes, 2000.
_____ *Ditos e Escritos, Vol. 3.* São Paulo. Forense, 2001..

FUNES, Eurípedes. *Nasci nas matas, nunca tive senhor.* Tese de Doutorado em História. FFLCH/USP, 1996.
_____ Mocambeiros, índios e *bush negroes, in* ALMEIDA, Jaime de (org.). *Caminhos da América no Brasil.* Brasília. ANPHLAC, UNB, 1998.

GALLOIS, Dominique. *Migração, Guerra e comércio: os Waiãpi na Guiana.* São Paulo. FFLCH/USP, 1986.
_____ *O movimento na cosmologia Waiãpi: criação, expansão e transformação do universo.* FFLCH/USP, 1988.
_____ *Mairi revisitada.* São Paulo. NHII/USP, 1993.

GANDAVO, Pero. *Tratado da Terra do Brasil.* Belo Horizonte. Itatiaia, 1980.

GÉACHE, Effe. *Une nuit d'orgies à Saint-Pierre Martinique.* Paris. La Musardine, 2000.

GEOVANINI, Telma. *História da Enfermagem. Versões e interpretações.* Rio de Janeiro. Revinter, 1995.

GOMES, Flávio. *A Hidra e os pântanos.* Tese de doutorado em História. IFCH/Unicamp, 1997.

GOMES, Flavio (org.). *Nas terras do Cabo Norte.* Belém. Governo do Estado do Pará, 1999.

GOMES, Flávio e outros (org.). *Relatos de fronteiras.* Belém. UFPA/NAEA, 1999.

GRANGER, Stéphane. Guiana-Brasil: da rivalidade à cooperação, *La Roche Gravée* n °. 3, Caiena, 2000..

GRENAND, Pierre. *Les relations intertribales em Haute-Guyane du XVIII siècle à nous jours.* Paris. Institute de Ethnologie, 1972.

GUERRA, Antonio Teixeira. *Estudos geográficos do Território do Amapá.* Rio de Janeiro, 1954.

GUIMARÃES NETO, Regina. *Grupiaras e monchões: garimpos e cidades na história do povoamento do leste de Mato Grosso – primeira metade do século vinte.* Tese de doutorado em História. IFCH/Unicamp, 1996.
_____ Artes da memória, fontes orais e relato histórico, *História e Perspectivas* 23, Universidade Federal de Uberlândia, 2000.
_____ *A Lenda do ouro verde.* Cuiabá, UNICEN, 2002.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Império.* Rio de Janeiro. Record, 2001.

HOORNAERT, Eduardo. A Amazônia e a cobiça dos europeus, *in* _____ *História da Igreja na Amazônia.* Petrópolis. Vozes, 1992.

HURAULT, Jean. *Le noir refugiès Boni de la Guyane Française.* Dakar. IFAN, 1961.

_____ *Africans de Guayne: la vie matérielle et l'art des Noires Refugiès de Guayne.* Menton. The Haughe, 1970.
_____ Une chaine de montagnes imaginaires: les Tumuc-Humac, *Revue française d'histoire d'Outre-Mer,* n °. 219, LX, 1973.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Enciclopédia dos municípios brasileiros, vol. 14.* Rio de Janeiro, 1951.

ISA, Instituto Sócio Ambiental. *A terra dos mil povos.* São Paulo. Petrópolis, 1998.

JAFARD, R. *Nuits du cachiri.* Paris. Fasquelle, 1946.

KOGON, Eugen. *L'Etat SS. Le système des camps de concentratión allemands.* Paris. Seuil, 1947.

KONDER, Leandro. *Questão de ideologia.* Rio de Janeiro, 2002.

LAGRANGE, Francis. *F. Lag on Devil's Island.* Nova Iorque. Doubleday, 1961.

LAPORTE, Paul. *La Guyane des ecoles.* Caiena. Atipa, 1983.

LE CLERC, Marcel. *La vie quotidienne dans les bagnes.* Paris. Hachette, 1975.

LE COINTE, Paul. *O Estado do Pará.* São Paulo. Ed. Nacional, 1945.
_____ *Amazônia brasileira III.* São Paulo. Ed. Nacional, 1947.

LEITE, Aureliano. *História da civilização paulista.* São Paulo. Saraiva, 1954.

LEITE NETO, Leonardo (coord.). *Catálogo biográfico dos senadores brasileiros. 1826 a 1986 – Vol. III.* Brasília. Centro Gráfico, 1986.

LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil.* Campinas, Ed. Unicamp, 1995.

LÉZY, Emmanuel. France-Brésil: L'Histoire d'une merveilleuse rupture, *Cahiers des Amériques Latines,* 28/29, Paris, IHEAL, 1998.

LLOSA, Mario Vargas. *Pantaleão e as visitadoras.* Rio de Janeiro. Record, 1997.

LOHIER, Michael. *Les mémoires de Michel.* Paris. Clamecy (Nièvre), 1972.

LOMBROSO, Cesare. *Los anarquistas.* Barcelona. Biblioteca Jucar, 1978.

LONDRES, Albert. *L'Homme Qui s'évada.* Paris. Le Serpent à Plumes, 1999.

LOPES, Fábio. *A experiência do suicídio: discursos médicos no Brasil, 1830-1900.* Tese de Doutorado em História. IFCH/Unicamp, 2003.

MALATESTA, Errico. *Textos escolhidos.* Porto Alegre. LP&M, 1981.

MAM LA FOUCK, Serge. *La Guyane française au temps de l'esclavage, de l'or et de la francisation (1802-1946).* Petit-Bourg, Guadalupe. Ibis Rouge, 1999.

MARÇAL, João. *Os anarquistas no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre. Unidade, 1995.

MARCONI, Pio. *Libertà selvaggia.* Veneza. Marsílio Editori, 1979.

MASINI, Píer Carlo. *Storia degli anarchici italiani nell'epoca degli attentati.* Milão. BUR, 1982.

MASTEAU, Antonette. *La frontiére franco-brésiliene de l'Oyapock – Guyane-Amapá.* Tese de Geografia. Paris III, 1998.

MARTINS, José de Souza. *Subúrbio.* São Paulo. Hucitec, 1992.

MEIRA, Silvio. *Fronteiras Setentrionais.* Belo Horizonte. Itatiaia, 1989.

MEIRELLES, Domingos. *As noites das grandes fogueiras.* Rio de Janeiro. Record, 1995.

MICHALON, J. *Le ladja, origines et pratiques.* Paris. Caribéenes, 1987.

MICHELOT, Jean-Claude. *La guillotine séche: Histoire du bagne de Cayenne.* Paris. Fayard, 1981.

MILES, Alexander. *Devil's Island. Colony of the Damned.* Berkeley. Ten Speed Press, 1988.

Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. *Recenseamento do Brasil (de 01/09/1920) Vol. 4.* Rio de Janeiro, 1922.

MINTZ, Sidney e PRICE, Richard. *The birth of African-american culture.* Boston. Beacon Press, 1992.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e Historia no Brasil.* São Paulo. Hucitec, 2002.

MOUREN-LASCAUX, Patrice. *La Guyane.* Paris. Karthala, 1990.

NICOLAS, Armand. *Histoire de la Martinique. Tomo 2.* Paris. L'Harmattan, 1996.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808).* São Paulo. Hucitec, 1981.

OLIVEIRA, Nelson Tabajara de. *A Revolução de Isidoro.* São Paulo. Ed. Nacional, 1956.

OLIVEIRA, Roberto Monteiro de. *A última página do Gênesis.* Tese de doutorado em Geografia. FFLCH/USP, 1997.

ORTEGA, Francisco. *Amizade e estética da existência em Foucault.* São Paulo. Paz e Terra, 1999.

PAREPOU, Alfred. *Atipa.* Paris. Caribéennes, 1980.

PASSETTI, Edson. Heterotopias anarquistas, *Verve*, NU-SOL, PUC/SP, 2/2002.
_____ *Ética dos amigos.* São Paulo. Imaginário. 2003.

PASSETTI, Edson (coord.) *Violentados.* São Paulo. Imaginário, 1999.

PELBART, Peter Pal. O tempo não reconciliado, *in* Eric ALLIEZ (org.). *Gilles Deleuze; uma vida filosófica.* São Paulo. Ed. 34, 2000.

PEREIRA, Luiz. *Trabalho e desenvolvimento no Brasil.* São Paulo. Difel, 1965.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos, *in* CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). *História dos índios no Brasil.* São Paulo. Cia. das Letras, 1998.

PERROT, Michele (dir.). *L'impossible prison: recherches sur le système pénitentiaire aux XIX siècle.* Paris. Seuil, 1980.

PETOT, Jean. *L'or de Guyane.* Paris. Caribéenes, 1986.

PIERRE, Michel. *La terre de la grande punition.* Paris. Ramsay, 1981.
_____ *Guyane – La terre de la grande punition. Terres de bagne.* Aix-en-Provence. Sylvie Clair, 1990.
_____ *Bagnards.* Paris. Autrement, 2000.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão.* São Paulo. Cia. das Letras, 1993.

PITOU, A. *Voyage forcè a Cayenne.* Paris. Club Français du livre, 1965.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos, memórias e possíveis mundos dos trabalhadores, *Projeto História* 10, PUC-SP, 1993.

PRICE, Richard. Saramaka emigration and marriage: a case study of social change, *Southwestwrn Journal of Anthropology,* 26, 1970.
_____ *Marron societies.* Nova Iorque. Anvhor Books, 1973.
_____ *First-time. The historical vision of an Afro-American people.* Baltimore. John Hopkins University Press, 1983.
_____ *Alabi's World.* Baltimore. John Hopkins University Press, 1990.
_____ *The convict and the colonel.* Boston. Beacon Press, 1998.

PRICE, Richard e Sally. *Two evenings in Saramaka.* Chicago. University Press, 1991.
_____ *Music from Saramaka.* Nova Iorque. Folkways, s/d.

PRICE, Sally. *Co-wives and calabashes.* University of Michigan Press, 1984.

QUEIROZ, Jonas. História, mito e memória: o Cunani e outras repúblicas, *in* GOMES, Flávio (org.). *Nas terras do Cabo Norte.* Belém. Governo do Estado do Pará, 1999.

RAMOS, Arthur. *A aculturação negra no Brasil.* São Paulo. Ed. Nacional, 1942.

REIS, Arthur César, *Limites e demarcações na Amazônia: a fronteira colonial com a Guiana Francesa.* Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1947.
_____ *Território do Amapá.* Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1949.

RICARDO, Carlos Alberto (coord.). *Povos indígenas no Brasil. Vol.3. Amapá/Norte do Pará.* São Paulo. CEDI, 1993.
_____ *Povos Indígenas no Brasil. 1987/88/89/90.* São Paulo. CEDI, 1994.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste.* Rio de Janeiro. José Olympio, 1970.

RIO BRANCO, Barão. *Questões de limites. Guiana Francesa.* Rio de Janeiro. Ministério das Relações Exteriores, 1945.

RIOS, Kenia. *Campos de concentração no Ceará.* Fortaleza. Museu do Ceará, 2001.

RODRIGUES, Edgar. *Novos rumos.* Rio de Janeiro. Mundo Livre, 1976.
_____ *Os companheiros, Vol 1 e 2.* Rio de Janeiro. VJR, 1994.
_____ *Os companheiros, Vol 3, 4.* Florianópolis. Insular, 1997.
_____ *Os companheiros, Vol 5.* Florianópolis. Insular, 1998.

RODRIGUES, Leôncio. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil.* São Paulo. Difel, 1966.

ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori. Uma aventura anarquista.* São Paulo. Annablume, 2002.

SALLES, Vicente. *O negro no Pará.* Rio de Janeiro. FGV, 1971.
_____ *A defesa pessoal do negro.* Brasília, 1994.

SAMIS, Alexandre. *Moral pública e martírio privado.* Rio de Janeiro. Achiamé, 1999.
_____ *Clevelândia.* São Paulo, Imaginário, 2002.

SANTA-ANNA NERY, Barão. *O país das Amazonas.* Belo Horizonte. Itatiaia, 1979.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova.* São Paulo. Hucitec, 1978..
_____ *Técnica, espaço tempo.* São Paulo. Hucitec, 1997.

SARNEY, José. *Saraminda.* São Paulo. Siciliano, 2000.

SEATON, Georges. *Isle of the Damned. Twenty years in the penal colony of French Guyana.* Nova Iorque. Famer, Strauss and Young, 1951.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina.* São Paulo. Brasiliense, 1984.

SHIRTS, Matthews. Para ouvir Michael Jackson, *Temporaes* 2, FFLCH/USP, nov/1992.

SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado.* São Paulo. EDUSP, 1966.

SINGER, Paul. *Prevenir e curar: o controle social através dos serviços de saúde.* Rio de Janeiro. Forense, 1978.

SOARES, Ana Paulina. *Travessia: análise de uma situação.* Dissertação de mestrado em Geografia. FFLCH/USP, 1995.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas.* Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1993.

STROBEL, Michèle-Baj. *Les gens de l'or.* Petit-Bourge, Guadalupe. Íbis Rouge, 1998.

TASSINARI, Antonella. *Contribuição à história e à etnografia do baixo Oiapoque: a composição das famílias Karipuna e a estruturação das redes de troca.* Tese de Doutorado em Antropologia. FFLCH/USP, 1999.

TEÓFILO, Rodolfo. *A seca de 1915.* Fortaleza. Imprensa Universitária/UFC, 1980.

THOMSON, Alistair. *Recompondo a memória,* Projeto História 15, PUC-SP, 1997.

URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas, *in* CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). *História dos índios no Brasil.* São Paulo. Cia. das Letras, 1998.

VARNHAGEN, Francisco. *História geral do Brasil.* São Paulo. Melhoramentos, 1978.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso.* São Paulo. Edusp, 1994.

VIANA, Hélio. Bento Maciel Parente: soldado, sertanista e administrador, *Cultura Política*, nº. 43, Rio de Janeiro, 1944.
_____ *História das fronteiras do Brasil.* Rio de Janeiro. Biblioteca Militar, 1948.

VIANA FILHO, Luís. *A vida do Barão do Rio Branco.* Rio de Janeiro. José Olympio, 1988.

VIEIRA JR., Antônio Rodrigues. *Ouro no Amapá.* Rio de Janeiro, 1934.

VILLIERS, G. de. *Papillon épinglé.* Paris. Presses de la cite, 1970.

ZONZON, Jacqueline e PROST, Gerard, 1996. *Histoire de la Guyane.* Servedit, 1996.

Obras raras (volumes originais)

ALMEIDA, Tito de. Limites do Brasil com a Guiana Francesa, *Revista Amazônica*, Belém, 1884.

AURELI, Villy. *Evadido de Caiena.* São Paulo. Cultura Brasileira, 1937.

BRAZ, Domingos. *Dos meus momentos de lazer.* Belém. Typographia Arruda, 1927.

Il Brasile e gli italiani. Florença. Fanfulla, 1906.

BRITTO, José Gabriel. *Os systemas penitenciários do Brasil. 2 volumes.* Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1922.

BROUSSEAU, George. *Les richesses de la Guyane Française et l'ancien conteste Franco-Brésilien.* Paris, 1901.

BUARQUE, Manoel. *O Amapá.* Belém. Papelaria Suisso, 1925.

CABANAS, João. *A coluna da morte.* Rio de Janeiro, 1926.

CAETANO DA SILVA, Joaquim. *L'Oiapoc et l'Amazone.* Paris. Hachette, 1861.

Câmara dos Depurados. *Estado de Sítio, Vol. 12.* Rio de Janeiro, 1925.

CARVALHO, J. Nunes de. *A revolução no Brasil: 1924-1925.* Rio de Janeiro. Terra do Sol, 1931.

CENDRARS, Blaise. *Rhum.* Paris, 1925.

COSTA, Ciro e GOES, Eurico. *Sob a metralha.* São Paulo. Monteiro Lobato, 1924.

COUDREAU, Henri. *France Èquinoxiále. 3 vol.* Paris. Chalamel Ainé, 1887.
_____ *Chez nos indiens: quatre annes dans la Guyane Française (1887-1891).* Paris. Hachette, 1893.

CREVAUX, Jules. *Le mendiant de l'Eldorado: De Cayenne aux Andes (1887-1879).* Paris. Editións Phébus, 1879.
_____ *Voyage dans l'Amerique du Sud.* Paris. Libraire Hachette, 1883.

DANAN, A. *Cayenne.* Paris. Fayard, 1934.

DIAS, Everardo. *Bastilhas modernas.* São Paulo. E. de Obras Sociaes e Literárias, 1926.

DIEUDENNÉ, Eugene. *La vie des forçats.* Paris. Gallimard, 1932.

HENRI, Armand. *Guyane française, capitale Cayenne.* Paris. Gallimard, 1935.

HERSKOVITS, M. J. e F. S. *Rebel destiny: among the Bush Negroes of Dutch Guiana.* Nova Iorque. McGraw-Hill, 1934.

HURLEY, Henrique Jorge. Oyapoc não tem K, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Baía,* Salvador, vol. 56, 1930.
_____ Sobre a graphia de Oyapoc, *Revista do Museu Paulista.* São Paulo, vol. 17, 1931.

LEITE, Aureliano. *Dias de pavor.* São Paulo. Monteiro Lobato, 1924.

LONDRES, Albert. *Au bagne.* Paris. Albin Michel, 1923.

METRAUX, A. Les migrations historiques des indiens Tupi Guarani, *Journal de la Societé des Americanistes de Paris,* SAP, XIX, Paris, 1927.

MONTENEGRO, Augusto (org.). *Álbum do Estado do Pará.* Paris. Imprimerie Chaponet, 1908.

MOURA, Pedro. Fisiografia e Geografia da Guiana Brasileira, *Boletim do Instituto Geológico e Mineralógico do Brasil* n °. 65, Rio de Janeiro, Typografia da Agricultura, 1934

NIMUENDAJÚ, Curt. Die Palikúr und ihre Nachbarne, *Kungl. Vetenshapa – Och Vitterhets_Samnaelles* 31 (2), Goetborg, Nadligan, 1926.
_____ Strufzuf vom rio Jarí zum Maracá, *Petermans Hilt,* vol. 73, Göteborg, 1927.

PÉAN, Charles. *Terre de bagne.* Paris. Rennaisance moderne, 1930.

PEREGRINO JR. João. *Pussanga.* Rio de Janeiro. Typ. Hispano Americana, 1929.

RECLUS, Elisée. L'Amazonie et la Plata. Les Guyanes. Guyane Française, *in Nouvelle Géographie Universelle. La Terre et les hommes.* Paris. Hachette et Cie. Vol. XIX, 1884.

RIO BRANCO, Barão do. *Frontiéres entre le Brésil et la Guyane Française. 5 volumes.* Paris. Imprimerie Lahure, 1899.

ROUSSEAU, Louis. *Um médecin au bagne.* Paris. Armand Fleury, 1930.

SANTOS, Amilcar Salgado dos. *A Brigada Potyguara,* 1925.

SANTOS, José Maria dos. *A política geral do Brasil.* São Paulo, 1930.

TÁVORA, Juarez. *A guisa de depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924.* Rio de Janeiro. Mendonça Machado e Cia, 1928.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. Le contesté franco-bresilien en Guyane, *Annales de géographie tomo VII.* Paris, 1898.

_____ Le contesté franco-bresilien en Guyane, *Annales de géographie tomo X.* Paris, 1901.

_____ *La riviére Vincent Pinzon. Étude sur la Cartographie de la Guyane.* Paris. Félix Alcan, 1902.

2. Outras obras consultadas

ADONIAS, Isa. *A cartografia da região amazônica. Vol. 2.* Rio de Janeiro. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1963.

AINSA, Fernando. *Necesidad de la utopia.* Tupac Ediciones. Buenos Aires, 1990.

ALLIEZ, Eric (org.). *Gilles Deleuze: uma vida filosófica.* São Paulo. Ed. 34, 2000.

ALVAREZ, Marcos. *Saber jurídico e controle social na 1ª. República.* Dissertação de mestrado em Sociologia. FFLCH/USP, 1996.

ALVES SOBRINHO, Rufino. *São Paulo triunfante.* São Paulo, 1932.

ARNAUD, Expedito. Os índios da região do Uaçá (Oiapoque) e a proteção oficial brasileira, *in O índio e a expansão nacional.* Belém. CEJUP, 1985.

BACHELARD, Gaston. *A Poética do Devaneio.* São Paulo. Martins Fontes, 1996.

BADIOU, Alain. *Ética. Um ensaio sobre a consciência do mal.* Rio de Janeiro. Relume-Dumará, 1995.

BATINI, Tito. *Memórias de um socialista congênito.* Campinas. Ed. UNICAMP, 1991.

BENDISCIOLI, Mario. *Antifascismo e resistenza.* Roma. Universale Studium, 1964.

BERNARDI, Célia de. *O lendário Meneghetti.* São Paulo. Annablume, 2000.

BERTONHA, João Fábio. *Sob a sombra de Mussolini.* Tese de doutorado em História. IFCH/Unicamp, 1998.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização no Brasil.* São Paulo. Cia. das Letras, 1992.

BRANDÃO, Otávio. *Combates e batalhas.* São Paulo. Alfa-Ômega, 1978.

BROWER, Moshe. *Atlas of South America.* Londres. Machillan Press, 1991.

BURCHELL, Graham e outros. *The Foucault effect.* Chicago. The University of Chicago Press, 1991.

CAMPOS, Alzira Lobo. Estrangeiros e ordem social, *Revista Brasileira de História,* n °. 33, ANPUH, 1997.

CARVALHO JR., Almir Diniz de. *Do índio imaginado ao índio inexistente.* Dissertação de mestrado em História. IFCH/Unicamp, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história.* Rio de Janeiro. Forense-Universitária, 1982.
_____ *A invenção do cotidiano. Artes de viver.* Petrópolis. Vozes, 1998.

CESAIRE, Ina. Litterature oral et contes, *in Historial Antillas, Vol. I.* Point-à-Pitre, Jean-Luc-Bonniul, 1981.
_____ *L'enfant des passages, ou La geste de Ti-Jean.* Paris. Caribéenes, 1987.

CHARTIER, Roger. *Escribir las prácticas.* Buenos Aires. Manantial, 1996.

COLOMBO, Eduardo. *Los desconocidos y los olvidados.* Montevidéu. Nordan Comunidad, 2000.

DE LEPINE, Edouard. *Questions sur l'histoire antillais: trois essais sur l'abolition, l'assimilation, l'autonomie.* Fort-de-France. Désormeaux, 1978.

DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil.* São Paulo Edaglit, 1962.

DOSSE, François. Paul Ricouer revoluciona a escrita da História, *Margem* n °. 5, PUC/SP, Educ, 1996.

ENZESBERGER, Hans Magnus, *O curto verão da anarquia.* São Paulo. Cia. das Letras, 1987.

ERRANDONEA, Alfredo (h.). *La sociedad contra la política.* Montevidéu. Nordan Comunidad, 1993.

ETCHENIQUE, Jorge. *Pampa libre.* Santa Rosa. Amerindia, 2000.

EWALD, François. *Foucault, a norma e o direito.* Lisboa. Veja, 1993.

FABBRI, Luce. *Uma estrada concreta vrso l'utopia.* Chieti. Samizdat, 1998.
_____ *La libertad entre la Historia y la utopia.* Barcelona. LEA, 1998.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano.* São Paulo. Brasiliense, 1984.

FERRARROTI, Franco. *Storia e storie di vita.* Roma. Laterza, 1972.

FERRER, Christian. La invención anarquista, *Relaciones* n o. 70, Montevidéu, jul/1998.

FOUCAULT, Michel. Il pensiero del di fuori, *in Scritti letterari.* Milão. Feltrinelli, 1971.
_____ Qu'est-ce que les Lumières?, *in Dits et Ecrits, vol IV.* Paris, 1988.
_____ *História da sexualidade. Volumes 2 e 3.* Rio de Janeiro. Graal, 1995.
FURTH, Rene. *Formas y tendencies del anarquismo.* Avellaneda. Tupac, 1988.

GADAMER, Hans-George. *Verdade e método.* Petrópolis. Vozes, 1999.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Verdade e memória do passado, *Projeto História,* n °. 17, PUC/SP, Educ, novembro/ 1998.

GODWIN, Willian. *Investigación acerca de la justicia política.* Madrid. Jucar, 1985.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo.* Rio de Janeiro. IUPERJ, 1988.

GOMEZ TOVAR, Luis e outros. *Utopias libertarias americanas.* Madri. Ed. Tuero, 1991.

GONZÁLEZ SIERRA, Yamandú, *Los olvidados de la tierra.* Montevidéu. Nordan Comunidad, 1994.

GUTHMANN, Gerardo. *Los saberes de la violência y la violência de los saberes.* Montevidéu. Nordan Comunidad, 1991.

HARLAN, David. A história intelectual e o retorno da literatura. *in* RAGO, Margareth e GIMENES, Renato. *Narrar o passado, repensar a História.* Coleção Idéias 2, IFCH/Unicamp, 2000.

HENRY, Docteur A. *La Guyane, son Histoire 1604-1946.* Caiena. Guiane Press. Difusión, 1986.

HERSKOVITS, M. J. e F. S. *Surinam folk-lore.* Nova Iorque. Columbia University Press, 1936.

HOMEM DE MELLO, Francisco Marcondes. *O Oyapock: divida do Brasil com a Guiana Francesa, à luz dos acontecimentos históricos.* Rio de Janeiro. Typographia Aldina, 1899.

HOORNAERT, Eduardo e outros. *História da Igreja no Brasil. Tomo II.* Petrópolis. Vozes, 1977.

HUBER, Jacques. Contribuição à geografia botânica do litoral da Guiana entre o Amazonas e o Rio Oiapoque, *in Boletim do Museu Paraense* 1-4, Belém, 1894, 1896.

JEAN-LOUIS, Marie-Paule. *La tradition orale guyanese. Universalité et specificité du conte créole.* Third-cycle thesis. Université de Provence, 1987.

KAMINSKI, H. *El nazismo como problema sexual.* Buenos Aires. IMAN, 1940.

KHOURY, Yara. *Edgard Leuenroth: uma voz libertaria.* Tese de Doutorado em História. FFLCH/USP, 1988.

LACAPRA, Dominick. Rethinking intellectual History and reading texts. *In Modern european intellectual History.* Cornell University Press. Ithaca, s/d.

LACERDA, Maurício de . *História de uma covardia.* Rio de Janeiro. 2 ª. edição, 1980.

LAURENT, Joëlle. *Contes du mort et de vie aux Antilles.* Paris. Nubie, 1976.

LAVERGNE, Bernard. *Carnaval em Guyane.* La Realite, 1988.

LE GOFF, Jacques. *História e memória.* Campinas. Ed. Unicamp, 1994.

LEVY, Carl. Italian anarchism, 1870-1926, *in* GOODWAY, David (ed.). *For anarchism.* History Workshop Series. Londres. Routledge, s/d.

LOHIER, Michael (org.). *Legends et contes folkloriques guyanaise.* Caiena. Imprimerie Paul Laporte, 1960.

MAFFESOLI, Michel. *Sobre o Nomadismo.* Rio de Janeiro. Record, 2001.

MARAN, Jean-Claude. Le Diamant, *in* ADELAIDE-MERLANDE, Jacques (ed.). *Histoire des Comunes Antilles-Guyane. Vol 2.* Italy. Pressplay, 1986.

MARIANI, Giuseppe. *Memorie di um ex-terrorista.* Turim, 1953.
_____ *Nel mondo degli ergastoli.* Turim, 1954.

MAY, Todd. Pós-estruturalismo e anarquismo, *Margem* n °. 5, PUC-SP/Educ, 1996.

MICELI, Paulo. *O ponto onde estamos.* São Paulo. Scritta, 1994.
_____ *História, histórias. O jogo dos jogos.* Campinas. IFCH/Unicamp, 1996.

MINDLIN, Betty e narradores. *Moqueca de maridos.* Rio de Janeiro. Rosa dos Ventos, 1997.

NIETZSCHE, Frederico. *A genealogia da moral.* Lisboa. Guimarães Editores, 1997.

NILES, Blair. *Condemned to Devil's Island – the biography of un unknown convict.* Nova Iorque. Grossel&Dunlop, 1928.

ONFRAY, Michel. *A política do Rebelde – tratado de resistência e insubmissão.* Rio de Janeiro. Rocco, 2001.

PAIVA, Eduardo e ANASTASIA, Carla Maria (org.). *O trabalho mestiço.* São Paulo.Annablume, 2002.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso.* Campinas. Pontes, 1997.

PEREIRA, Astrogildo. *Formação do PCB. 1922-1928.* Lisboa., 1976.
_____ *Construindo o PCB (1922-24).* São Paulo. Alfa-Ômega, 1980.

PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael. *A classe operária no Brasil 1889-1930. 2 volumes.* São Paulo. Alfa-Ômega, 1979.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar.* Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1985.
_____ *Entre a história e a liberdade. Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo.* São Paulo, Editora Unesp, 2001.

RAGO, Margareth e GIMENES, Renato (org.). *Narrar o passado, repensar a história.* Campinas. Coleção Idéias 2, IFCH/Unicamp, 2000.

REIS, Arthur César. *Portugueses e brasileiros na Guiana Francesa.* Rio de Janeiro. Ministério da Educação e Saúde, 1953.

REIS, Luiz Thomas. *Diário da inspeção da 2 ª. Turma do vale do rio Uaçá – Inspetoria Especial de Fronteiras do Ministério da Guerra.* Arquivo da 2 ª. Inspetoria Regional do SPI, 1939.

Revista de Direito Penal. Volume 26. Rio de Janeiro, 1939.

RIBEIRO, Álvaro. *Falsa democracia.* Rio de Janeiro. F. de Pina, 1927.

RICE, Hamilton. *Exploração na Guiana Brasileira.* Belo Horizonte. Itatiaia, 1978.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa. Vol. 3.* Campinas, Papyrus, 1997.

RIO, João do. *Alma encantadora das ruas.* Rio de Janeiro. Biblioteca Carioca, 1995.

ROBE, Stanley. *Amapá storytellers; introduction, classification and notes.* Berkeley. University of California Press, 1972.

ROMANI, Carlo. A aventura do anarquismo segundo Oreste Ristori, *Revista Brasileira de História* n °. 33, ANPUH, 1997.
_____ Ficção e História nas Bruzundangas dos inícios do século 20, *in* RAGO, Margareth e GIMENES, Renato (org.). *Narrar o passado, repensar a história.* Campinas. Coleção Idéias 2, IFCH/Unicamp, 2000

ROSENDHAL, Zeny e CORRÊA, Roberto (org.). *Paisagem, imaginário e espaço.* Rio de Janeiro. UERJ, 2001.

SAROTTE, Monique. *Le Contesté de l'Oyapoc.* Paris. IGN, 1955.

SILENIEKES, Juris. The marron figure in Caribbean Francophone prose, *in* LUIS, Willian (ed.). *Voices from under: black narratives in Latin American and Caribbean.* Westport. C.T. Garland, 1984.

SOUZA, Luis Antônio. *Processos de uma prática, Polícia Civil e criminalidade na cidade de São Paulo (1889-1930).* Tese de doutorado em Sociologia. FFLCH/USP, 1996.

TOCANTINS, Leandro. *Santa Maria do Belém do Grã-Pará.* Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1963.

TODOROV, Tzvetan. *Em face do extremo.* Campinas. Papirus, 1995.

TOMEO, Ana Maria (coor). *Feyerabend y algunas metodologias de la investigación.* Montevidéu. Nordan, 1991.

TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e ideologia.* São Paulo. Ática, 1995.

VACCARO, Silvio. Foucault e o anarquismo, *Margem* n °. 5, PUC-SP/Educ, 1996.

VATTIMO, Gianni. *Las aventuras de la diferencia.* Barcelona. Península, 1998.

VUOTTO, Pascual. *El proceso de Bragado. Yo acuso!* Buenos Aires. Reconstruir, 1991.

3. Arquivos, Bibliotecas, Fundações, Ministérios e outros:

ACELIP, Arquivo do Círculo de Estudos Libertários Ideal Peres, Rio de Janeiro

ADG, Archives Départementales de la Guyane, Caiena.

1) Correspóndanse des Consuls français et étrangers avec le gouverneur de la Guyane.
2) Oyapock-Missions diverses.
3) Gendarmerie – Rapports relatifes aux sujets anglais et sinistrés de la Martinique..
4) Prison.
5) Correspondances du Cabinet.

AEL, Arquivo Edgard Leuenroth, IFCH/Unicamp

Coleção Hermínio Sacchetta
Fundo Arthur Bernardes, AAB.
Série 4 subsérie 6 (b):

1) microfilmes 6,14, 17 e 21.
2) Relatório reservado de 1926, *Viagem ao núcleo colonial Cleveland,* elaborado pelo Diretor da Secretaria de Estado, Oldemar Coutinho, e enviado ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio.
3) Relação de indesejáveis presos na 4 ª. Delegacia Auxiliar e enviados ao navio Campos e em seguida à Clevelândia do Norte.

AESP, Arquivo do Estado de São Paulo, São Paulo

Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Política e Social. Fichário nominal. Prontuários:

377 (61.295) – Pedro Catalo
400 – Rodolpho Felipe
493 – Domingos Braz
36.619 – Pedro Mota

AHI, Arquivo Histórico do Itamarati. Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro

Série repartições consulares:
Local, Caiena; correspondência, ofícios e telegramas.
Mapoteca: IV) Regiões limítrofes do Brasil; b) Guiana Francesa.

ALF, Archivo Privado Luce Fabbri, Montevidéu.

AISG, Archives de la Iglese de Saint-Georges (Oyapock), Guiana Francesa.

Livro de batismos 1906-1915, 1915-1926.

AN, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

Série Processos criminais: Sizinho Terêncio da Silva, João Miguel Alves, Felix João Maurício, Alcebíades Guimarães, Mário Sabino das Neves, Leonel da Silva, Arnaldo dos Santos, João Cândido, Moleque Cinco, Moleque Dois.
Fundo GIFI/DAS, MJNI (19111-1930). Série Secretaria da Polícia. Caixas 580, 581, 596, 2D-10, 5B-553, 5F-234, 394, 414, 415.

APERJ, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
Coleção de Panfletos Políticos. Fundo DOPS, Delegacia de Ordem Política e Social.

APM, Arquivo Público Mineiro
Arquivo Privado Arthur da Silva Bernardes:
Acervo fotográfico, série Presidente da República, sub-série Revolta – 1922-1926.
Fotogramas 062 a 155. Fotografias do cotidiano do "Núcleo Colonial Cleveland".

APO, Arquivo da Paróquia de Oiapoque.
Livro Batizado Extra 1919-1947.

APP, Arquivo Público do Pará

ARP, Arquivo Privado Rocque Pennafort, Macapá.

BAF, Bibliotèque Alexandre Franconie, Caiena.

BC, Biblioteca Central da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp
Coleção Especial de Obras Raras.

BFL, Biblioteca Fábio Luz, Rio de Janeiro.

BIS, 3 °. Batalhão de Infantaria da Selva, Macapá/AP.

BJI, Biblioteca Popular José Ingenieros, Buenos Aires.

BN, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

BUAG, Bibliotèque de la Universitè de les Antilles et de la Guyane, Caiena.

CAOM, Centre des Archives d'outre-mer, Aix-en-Provence.
Fundo Établissements pénitentiaires coloniaux. Série Colonies H

CBDL, 1 ª. Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, Ministério das Relações Exteriores, Belém
Série Inspeções de fronteiras.

CCS, Centro de Cultura Social, São Paulo.

Centro de Memória da Unicamp.

Consulado Brasileiro em Caiena.

CENTUR, Biblioteca Pública do Estado, Belém.

CFS, 1 ª. Companhia de Fuzileiros da Selva, Clevelândia/AP.

FLA, Federación Libertaria Argentina, Buenos Aires.

FUNAI, Fundação Nacional do Índio. Administração Executiva Regional do Oiapoque.

FUNDECAP, Fundação Estadual da Cultura do Amapá.

IEB, Instituto de Estudos Brasileiros, USP.
Coleção Ian de Almeida Prado.

IHGB, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de São Paulo.

IHGP, Instituto Histórico e Geográfico Paraense, Belém.

MP, Museu Paulista, USP.

MPEG, Museu Paraense, Emilio Goeldi.

4. Universidades:

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP
Núcleo de Sociabilidade Libertária, NU-SOL

Universitè de les Antilles et de la Guyane, Caiena

Universidade Estadual de Campinas, Unicamp

Universidade Federal do Amapá, Unifap

Universidade Federal Fluminense, UFF

Universidade Federal do Pará, UFPA
Laboratório do Núcleo Avançado de Estudos Amazônicos, NAEA

Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ

Universidade Nacional da Amazônia, Unamaz

Universidade de São Paulo, USP

5. Periódicos consultados:

ABC, Rio de Janeiro, 1926.
O Alfaiate, Rio de Janeiro, 1925/26/28.
Almanaque do Litoral, Paranaguá, 1925/26
La Antorcha, Buenos Aires, 1925.
L'Avenir de la Guyane, Caiena, 1924.
O Barbeiro, Rio de Janeiro, 1926.
A Batalha, Lisboa, 1925.
Careta, Rio de Janeiro, 1924-28
Careta, São Paulo, 1927.
A Classe Operária, Rio de Janeiro, 1925/28
Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 1924-28.
Crítica, Rio de Janeiro, 1928.
Diário Carioca, Rio de Janeiro, 1928.
La Difesa, São Paulo, 1924-28.
A Esquerda, Rio de Janeiro, 1928.
Eu sei tudo, Rio de Janeiro. 1924-28.
O Estado de S. Paulo, São Paulo, 1925-28.
O Estado do Pará, Belém, 1926/27.
O Ferroviário, Santa Maria, 1925.
O Globo, Rio de Janeiro, 1927.
O Graphico, Belém, 1928.
La Guyane, Caiena, 1920.
O Imparcial, Belém, 1926.
O Internacional, São Paulo, 1924-28.
Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 1927/28.
O Jornal, Rio de Janeiro, 1929.
O Libertário, Porto Alegre, 1928.
A Luta, Porto Alegre, 1928.
A Manhã, Rio de Janeiro, 1927.
Martello e Foice. Porto Alegre, 1924.
Il Moscone, São Paulo, 1927.
O Motorista, Belém, 1928.
A Nação, Rio de Janeiro, 1924/27.
A Noite, Rio de Janeiro, 1927.
A Notícia, Rio de Janeiro, 1925.
O Operário, Belo Horizonte, 1925.
Les Opprimes, Caiena, 1925-27.
O Paiz, Rio de Janeiro, 1924-28.
Paraná Graphico, Curitiba, 1927.
A Plebe, São Paulo, 1924/27.
Primeiro de Maio, Curitiba, 1924.
Primeiro de Maio, Rio de Janeiro, 1926.

O Proletário, Pelotas, 1925.
A Província do Pará, Belém, 1927.
Le Reveil, Caiena, 1923.
O Solidario, 1924/25.
O Syndicalista, Porto Alegre, 1924-28.
Tiempos Nuevos, Paris, 1926.
O Trabalhador Graphico, São Paulo, 1924-27.
O Trabalho, Rio de Janeiro, 1924.
Le Travail, Caiena, 1924/25.
L'Union, Caiena, 1922-25.
A Verdade, Rio de Janeiro, 1924.
A Vida, Rio de Janeiro, 1924/26-28
Voz Cosmopolita, Rio de Janeiro, 1924-28.
Voz do Graphico, Rio de Janeiro, 1926-28.
Voz Operária, Rio de Janeiro, 1925.
Voz do Povo, Rio de Janeiro, 1926.
A Voz do Trabalhador, Belém, 1924.

6. **Discografia**

DAHLIA Chants Traditionnels, *Tradition Creole Guyane.* Paris. Adolarc.

KALI, *Racines vol. 4.* Fort-de-France, Martinica. Hibiscus Records.

MARCOS QUINTINO DRAGO, *Projeto Uirapuru. O canto da Amazônia, V. 8.* Belém. Secult, 1999

7. Entrevistas e depoimentos:

Cezarlina Pennafort, 87 anos, viúva de Rocque Pennafort, Macapá, maio/2001.

Maria Albertina Guarany Pennafort, 50 anos, filha de Rocque Pennafort, Macapá, maio/2001.

Maria da Graça Guarany Pennafort, filha de Rocque Pennafort, Macapá, maio/2001.

Ruy Guarany Neves, jornalista, filho do tenente Manoel Cavalcante Neves, Macapá, maio/2001.

Alice Araújo Ribeiro (Dona Iracema), 70 anos, Oiapoque, junho/2001.

Francisco Gomes da Conceição, 86 anos, garimpeiro e colono cearense, Oiapoque, junho/2001.

Gilles Galant, Francês, professor do ensino médio em Saint-Georges e morador em Oiapoque, junho/2001.

Mário dos Santos, índio Karipuna, chefe da Administração Executiva Regional FUNAI/OIAPOQUE, Oiapoque, junho/2001.

Ovídio, militar aposentado, morador de Clevelândia, Oiapoque, junho/2001.

Padre Cristóvão, polaco, padre da paróquia de Oiapoque, religioso da Ordem do Verbo Divino em missão na região do Oiapoque junto às comunidades indígenas.

Padre Patrício, irlandês, padre da paróquia de Oiapoque, religioso da Ordem do Verbo Divino em missão na região do Oiapoque junto às comunidades indígenas.

Terezinha Maciel Feitosa, professora da rede pública estadual e pesquisadora da história regional, Oiapoque, junho/2001.

Silvéria Ferreira da Silva (Dona Moça), 74 anos, mulher mais idosa vivendo em Clevelândia, Oiapoque, junho/2001.

Therezinha Ferreira Leal (Dona Isabel), 73 anos, moradora de Clevelândia, Oiapoque, junho/2001.

Antoine Ho-a-Chuck, 73 anos, descendente da família chinesa vinda de Caiena, Saint Georges/Guiana Francesa, junho/2001.

Arsene Kelima, canoeiro Saramaka morador de Tampack, Saint Georges, junho/2001.

Lalan Beldu, capitão da aldeia Saramaka em Tampack, Saint Georges, junho/2001.

Marcel Mande, 84 anos, canoeiro nascido e morando até o presente em Tampack, Saint Georges, junho/2001.

Sulfone Inácio Moira, garimpeiro Saramaka que viveu no Brasil e intérprete durante as entrevistas, morador em Tampack, Saint Georges, junho/2001.

Ruy Guarany Neves, jornalista, filho do tenente Manoel Cavalcante Neves, Macapá, julho/ 2003.

Manoel Vieira, 70 anos, anarquista português que visitou Clevelândia, Rio de Janeiro, agosto/2003.

Ana Kohler, brasileira, assessora cultural do Consulado Brasileiro em Caiena, vive há mais de 15 anos na Guiana Francesa, junho/2001.

Stéphane Granger, francês, professor do ensino médio na Guiana Francesa, Caiena, junho/2001.